

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO

Crónica do Conde D. Duarte de Meneses de Gomes Eanes de Zurara
Estudo histórico-cultural e edição semidiplomática

Tese para a obtenção do grau de Doutor em Cultura Portuguesa, apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro por Adriano Fernandes

ORIENTADOR:

Prof. Doutor Fernando Alberto Torres Moreira, Professor Associado com Agregação do Departamento de Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

CO-ORIENTADOR:

Prof. Doutor José Barbosa Machado, Professor Auxiliar do Departamento de Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Agradecimentos

À Dite, à Babi e à Carol, as mulheres que preenchem o sentido da minha existência e a quem ofereço, em primeiro lugar, este trabalho. Só lhes peço é que me perdoem e me ajudem a recuperar o tempo que lhes roubei ao longo destes últimos cinco anos;

Aos meus Pais, verdadeiros guias do meu percurso, e para quem tenho um dever de gratidão e amor eternos;

Aos meus irmãos, por quem sinto uma estima fraternal incomensurável;

Ao Prof. Doutor Fernando Alberto Torres Moreira, pela precisão criteriosa das suas sugestões lineares e oportunas, para além da moderação que ministrou na minha permanente ansiedade;

Ao Prof. Doutor José Barbosa Machado, pela forma como se disponibilizou, pelo tempo que lhe roubei e pelo incentivo, agradeço o rigor científico e a paixão pela investigação com que viciou o meu espírito ao longo de todo o trabalho;

À Dr.^a Fátima Carvalho Moura, pela preciosa e inestimável dedicação aos meus apelos e pedidos incessantes para a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, local onde exerce a sua actividade profissional – muito obrigado Fatinha, querida colega de curso!

Aos Drs. Patrícia Oliveira Teixeira, Sandra Sousa Rodrigues, Isabel Maria Carocha Vilela, Paulo Jorge Rodrigues de Carvalho e Patrícia Almeida Machado, meus ex-alunos, o meu reconhecimento pela sua preciosa ajuda;

Aos Drs. Paulo Cristiano Gonçalves, Alexandra Pereira, Artur Pereira, Carlos Alberto, Eng. Marcelino Nóbrega Espírito Santo, Srs. Antero Pereira, Norberto Pereira, Manuel Cancela Timóteo Queirós e Júlio Pereira, o meu obrigado pela vossa amizade e incentivo permanentes.

Sumário

O nosso estudo tem como foco primordial o cronista Gomes Eanes de Zurara e a sua *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*.

Procurámos ao longo do trabalho estudar / conhecer o cronista segundo o critério do tempo em que viveu e não como se ele fosse nosso contemporâneo, incidindo a objectividade do nosso olhar, especialmente, sobre a centúria de Quatrocentos, época coeva do cronista. Todavia, para conseguirmos o melhor enquadramento histórico-cultural acerca do cronista e da sua obra, debruçámo-nos sobre a génese e evolução da nacionalidade, da língua, da cultura e da história portuguesas, desde as origens até ao século XV.

Evidenciámos o papel de Zurara na defesa da *Respublica Christiana*, na justificação e consolidação da dinastia de Avis e da identidade nacional. Referimos aspectos relevantes da biografia do cronista e tecemos algumas considerações que considerámos pertinentes e que nos permitiram lançar um novo e merecido olhar sobre o cronista e a sua obra.

A *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* de Gomes Eanes de Zurara contém preciosas indicações históricas, geográficas e etnográficas, possuindo várias características que a tornam, potencialmente, uma fonte para variadíssimos estudos, sejam eles linguísticos, literários, culturais ou históricos.

A nossa edição semidiplomática, com base no manuscrito da Torre do Tombo, códice n.º 520 (Livraria), o texto mais antigo que se conhece da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, acompanha a edição impressa de José Correia da Serra de 1793 e a edição diplomática de Larry King de 1978. Aponta particularidades, gralhas, diferenças, alterações e omissões, procurando preencher lacunas, confrontar opiniões e ajustes existentes no manuscrito sempre que as mesmas ocorram.

Abstract

Our study is based on *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* by Gomes Eanes de Zurara.

Throughout this work, we have aimed to study and know that chronicler by bearing in mind his time and not thinking of him as our contemporaneous. We have mainly focused on the 5th century which was the chronicler time. Nevertheless, we have looked over the genesis and evolution of the Portuguese nationality, language, culture and history from their origins up to the 15th century in order to achieve the best historical and cultural framing.

We have enlightened Zurara's role in standing up for *Respublica Christiana* as well as in justifying and consolidating the Avis dynasty and national identity. We have also referred to relevant aspects of the chronicler biography and we have enlarged upon some pertinent ideas which have, in our view, allowed us to take a new and worthwhile look over the chronicler and his work.

The *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* includes precious historical, geographical and ethnographical evidence as well as several characteristics which make it a potential source for a wide range of studies rather they are linguistic, literary, cultural or historical.

Our semi diplomatic edition is based on the *Torre do Tombo's* manuscript, codex number 520 (library), which is the oldest known text of the *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, and that leads along the editions by José Correia da Serra (1973) and by Larry King (1978). It points out the idiosyncrasies, mistakes, differences, changes and omissions and it seeks to fill in the gaps and confront the opinions and adjustments which exist in the manuscript wherever they appear.

Preâmbulo

Estudo histórico-cultural e edição semidiplomática

Preâmbulo

Porque a primçipall parte do meu emcarreguo he daar comta, e rrazaõ das cousas que pasã nos tempos de minha hydade, ou daquellas que pasarão tam açerca, de que eu posso aver verdadeiro conhecimento – ca, segumdo os antigos escreverão este nome, scilicet, a cronica primçipallmente ouve o seu origẽ e fundamento de Saturno, que quer dizer “tempo”, esto porque em Grego se chama este planeta Cronõ, ou Cronos, que sygnyfica “tempo”, assy como no latym este nome quer dezer “tempus”, e dhy se deriva cronica, que quer dezer estoria em que se escrevẽ os feitos temporais (CCPM: Livro I, Cap. I, 173).

O julgamento histórico relativo à obra de Gomes Eanes de Zurara não tem sido o mais prestigiante para o autor. Muitos são os estudiosos que têm menosprezado a obra e a figura do cronista de Afonso V. Zurara tem sido sucessiva e constantemente, salvo raras excepções, rotulado como uma figura de segundo plano, sendo a sua formação cultural e intelectual, a sua erudição e o seu estilo encarados de uma forma bastante depreciativa. De facto, há ainda uma visão muito distorcida sobre a figura, a obra e a vida deste autor. Zurara merece, indubitavelmente, um outro olhar.

Ao longo do nosso trabalho, procuraremos desfazer alguns equívocos que pairam sobre a figura de Gomes Eanes de Zurara, no sentido de apurar a verdade sobre a sua vida e a sua obra, sendo este o grande objectivo deste estudo histórico-cultural e edição semidiplomática. Todavia, para alcançarmos tal desiderato, é necessário contextualizarmos e referirmos os aspectos mais significativos e relevantes da historiografia portuguesa e peninsular, incidindo e enquadrando a investigação, tanto quanto possível, no seu horizonte espaço-temporal, no contexto da conjuntura histórico-cultural situado entre os séculos XII e XV, período da formação e consolidação da nacionalidade, da língua e cultura portuguesas, a época áurea da Expansão, Descobrimientos e conquistas marroquinas no Norte de África.

Pensamos que, com a realização deste estudo, conseguiremos, pelo menos em parte, fazer um pouco mais de luz sobre a vida e obra do segundo cronista português oficial. Pretendemos reparar algumas injustiças que sobre ele se cometeram e ainda pesam, procurando resgatar do passado a sua memória, para nobilitarmos devidamente o seu nome e a sua obra, trazendo-a para a actualidade da nossa memória colectiva.

Introdução

Introdução

No Preâmbulo deste estudo, apresentámos algumas palavras relativas a Gomes Eanes de Zurara e à sua obra, inserindo o cronista no contexto histórico em que viveu e no qual a sua obra foi produzida.

Nesta introdução, fazemos uma descrição sequencial e sucinta dos capítulos e subcapítulos do presente estudo, seguindo-se os *Objectivos*, as *Razões da escolha dos códices* e as *Abreviaturas utilizadas no estudo*.

Volume I

O Capítulo 1, “Da Reconquista cristã às conquistas marroquinas da dinastia de Avis”, está dividido em dois subcapítulos.

Ao abordarmos as conquistas marroquinas, sentimos, tal como Gomes Eanes de Zurara, e como oportunamente veremos, que as lutas entre cristãos e muçulmanos travadas no Norte de África ao longo do século XV seriam como que uma espécie de continuação da Reconquista cristã, pese o facto de o espaço temporal que medeia entre elas e o palco de guerra ser outro, com outros protagonistas, objectivos e motivações.

Inseridas no quadro cultural, social, político e ideológico da *Respublica Christiana*, as lutas peninsulares da Reconquista cristã conduzem, inevitavelmente, à génese e formação do Reino de Portugal, tema que desenvolvemos no subcapítulo 1.1., “Formação de Portugal: breve contextualização histórica”, essencialmente nos seus aspectos políticos e sociais.

A *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* nasceu num contexto histórico específico: a conjuntura política, económica, social e cultural encetada pela dinastia de Avis ao longo do século XV. É deste contexto histórico, isto é, o cenário político-ideológico e económico-social da dinastia de Avis, que trata o subcapítulo 1.2, “A viragem geoestratégica e política da dinastia de Avis nos séculos XIV e XV”, o qual engloba ainda os pontos 1.2.1, “Razões da tomada de Ceuta”, e 1.3.2, “A conquista de Alcácer Ceguer”. Nestes dois últimos pontos são abordados os temas relativos às conquistas dessas praças marroquinas.

O Capítulo 2, “Do nascimento da História à história moralista de Gomes Eanes de Zurara”, está dividido em cinco subcapítulos.

Assim, nos primeiros três subcapítulos, 2.1, “Historiografia e discurso historiográfico”, 2.2, “A herança da Grécia Clássica” e, 2.3, “Idade Média: da história ao serviço da fé à história moralista e pedagógico-didáctica de Gomes Eanes de Zurara”, tecemos algumas considerações sobre a evolução do conceito de História desde a época clássica até ao aparecimento da história moralista de Gomes Eanes de Zurara, em finais da Idade Média, no século XV, época em que nasceram e se divulgaram as crónicas portuguesas, para enquadrar e contextualizar o aparecimento das mesmas, uma vez que o objecto do nosso estudo incide particularmente sobre uma crónica, a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, e o seu autor, Gomes Eanes de Zurara, era o cronista oficial do Reino.

No subcapítulo 2.4, “Evolução da história cultural portuguesa até às crónicas zurarianas”, seguimos orientação cronológica e sequencial idêntica ao capítulo primeiro, tratando da mesma época e conjuntura históricas (desde os primórdios da nacionalidade até ao século XV), só que focando e incidindo a análise nos aspectos culturais, desenvolvendo a evolução da língua e da história cultural portuguesa até à época das *crónicas marroquinas* de Gomes Eanes de Zurara. No ponto 2.4.1, “O aparecimento e desenvolvimento das crónicas”, incidimos o estudo sobre a génese da crónica e a sua evolução até à época de Zurara.

No subcapítulo 2.5, “Gomes Eanes de Zurara: o cronista”, e pontos subsequentes, procuramos aprofundar a formação intelectual e cultural do cronista, a sua erudição, o seu estilo, as fontes por ele trabalhadas e a problemática relativa à utilização de plágios por parte do cronista.

Conscientes da importância destes dois primeiros capítulos para a clarificação cultural, compreensão histórica e integração contextual da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, encetamos o Capítulo 3, “A obra zurariana e o seu contributo para a consolidação da dinastia de Avis e da afirmação da identidade nacional” onde, no subcapítulo 3.1, “A *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*: descrição e contextualização histórica”, descrevemos e contextualizamos a citada crónica.

Seduzidos pela figura notável do conde D. Duarte de Meneses, dedicámos-lhe o ponto 3.1.1, “Breves apontamentos sobre a vida do conde D. Duarte de Meneses e esboço do seu retrato físico e psicológico segundo Zurara”, o qual, na nossa opinião, ocupa um lugar essencial no nosso trabalho e se justifica inteiramente, uma vez que é este conde a figura central de toda a crónica, e foi para honrar e perpetuar a sua memória que Afonso V a mandou elaborar.

No subcapítulo 3.2, “Códices conhecidos da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*”, enumeramos e descrevemos os sete códices conhecidos da crónica em estudo, analisando os dois códices que consideramos mais importantes. Traçamos no ponto 3.2.1, “Descrição física e análise do manuscrito da Torre do Tombo, códice n.º 520 (Livreria)”, uma análise e descrição física do códice que serviu de base à elaboração da nossa edição semidiplomática, o manuscrito da Torre do Tombo, códice n.º 520 (Livreria).

Por sua vez, no subcapítulo 3.3, “As outras obras Gomes Eanes de Zurara”, tecemos uma brevíssima descrição das outras obras zurarianas.

No subcapítulo 3.4, “A problemática da *Cronica Geeral do Regno* ou *Cronyca do Regno*”, desenvolvemos e aprofundamos o assunto relativo à problemática relacionada com a elaboração ou não de uma *Crónica Geral do Reino*, atribuída a Gomes Eanes de Zurara.

Por último, no subcapítulo 3.5, “O estado da questão: contributo de Zurara para a consolidação da dinastia de Avis e da afirmação da identidade nacional” e pontos subsequentes, são referidos e comentados alguns excertos das obras do cronista que contribuíram, na nossa perspectiva, não só para a consagração da dinastia de Avis, como também para a afirmação e consolidação da identidade nacional.

O Capítulo 4, “Esboço biográfico de Gomes Eanes de Zurara”, está dividido em oito subcapítulos, nos quais procuramos clarificar a vida do cronista, desde o seu nascimento até à sua morte. Apontamos e descrevemos as teorias e opiniões conhecidas sobre a biografia do autor, na tentativa de, pelo confronto de perspectivas diversificadas, opinarmos com fundamentação e em consciência, tentando trazer um pouco mais de luz aos mais diversos aspectos da vida do cronista Gomes Eanes de Zurara.

No Capítulo 5, “Considerações finais”, apresentamos e descrevemos as nossas considerações e conclusões finais. Desenvolvemos o nosso pensamento e as nossas ideias acerca do cronista e das suas obras, especialmente a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*.

Por último, indicamos as referências bibliográficas que se encontram indicadas ao longo do estudo e outras de carácter mais geral, relevantes para o enriquecimento e esclarecimento deste trabalho, seguidas do índice final.

Volume II

No segundo volume, estão delineados os “Critérios da edição semidiplomática”, o “Índice dos Capítulos da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*”, a “edição semidiplomática da crónica” e as “Referências bibliográficas”.

Nos “Anexos”, disponibilizamos uma tabela comparativa dos fólhos dos capítulos da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* do manuscrito da Torre do Tombo, códice n.º 520 (Livraria), e das páginas da nossa edição semidiplomática, da edição de José Correia da Serra, de 1793, e da edição de Larry King, de 1978.

Objectivos

Apesar de todo o sentido do trabalho confluir, inevitavelmente, na figura de Gomes Eanes de Zurara e o século em que viveu, século XV, tentámos, na medida do possível, apresentar e traçar um esboço da evolução da história cultural portuguesa até ao período do aparecimento das crónicas zurarianas e da vida do seu autor.

Estudámos as quatro crónicas zurarianas, assim como muitas outras obras coevas, e analisámos as pesquisas bibliográficas relativas ao autor e à sua época. Temos consciência que utilizámos e trabalhámos o que foi possível entre as fontes documentais primárias e secundárias conhecidas e disponíveis.

Com este trabalho pretendemos mostrar o papel de Zurara no desenvolvimento da cultura portuguesa de Quatrocentos e o seu esforço na defesa da *Respublica Christiana*. Mas o contributo do cronista e das suas obras, que nós procurámos explorar, incidiu ainda sobre dois outros pontos cruciais para a História e cultura de Portugal: a consolidação e defesa da dinastia de Avis, e a afirmação da identidade nacional.

Abeirámo-nos da personagem em busca da realidade dos factos e das acções, procurando proporcionar uma visão mais justa, verídica e fundamentada do seu papel e valor das suas obras. Todavia, há que ter presente que este trabalho não é uma defesa de Zurara, nem uma incriminação, sátira ou panegírico, mas tão só o resultado de uma vontade muito sincera de acercar-me da “verdade” sobre o segundo cronista português, lançando-lhe um outro “olhar”, aquele que em nosso entendimento lhe é devido e que ele merece.

A *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* tem características que a tornam, potencialmente, uma fonte para variadíssimos estudos, sejam eles linguísticos, literários, culturais, documentais ou históricos, uma opinião que partilhamos com Dias Dinis, para quem a crónica contém «vastas e preciosas indicações históricas, geográficas e etnográficas» (1949b: 7).

Esta crónica é também um documento importante para a análise da língua portuguesa escrita da época, do género literário utilizado e do conhecimento do tipo de fontes de que o autor se serviu, como observa Oliveira Marques quando informa que «as duas crónicas dos Meneses são interessantíssimas como fontes» (1974: 98), ou seja, como fontes para se estudar o século XV português, nos seus aspectos sociais, económicos, culturais e políticos.

Tendo em conta que qualquer edição «tem por objectivo dar a ler um texto» (Brocardo, 1997: 154), o nosso estudo pretende garantir a possibilidade de leitura de uma obra, actualmente pouco acessível, a uma maior gama de potenciais estudiosos e investigadores.

Ao elaborar a edição semidiplomática da obra, procurámos obter um documento linguístico, mais concretamente um texto que possa servir de fonte, tanto para o estudo do português escrito da época, como, integrado num âmbito mais vasto, para um estudo histórico-cultural dos finais da Idade Média, início da Idade Moderna.

Não se enquadra no âmbito do nosso estudo elaborar uma edição diplomática, até porque a mesma já foi feita por Larry King (1978); de igual modo, não optámos por uma edição crítica de todos os códices¹ existentes da *Crónica de D. Duarte de Meneses*, reconhecendo embora tratar-se de uma tarefa que carece de ser executada. No entanto, devemos ter em atenção que ao equívoco de pretender produzir uma edição “diplomática e crítica” sem consciência da inconciliabilidade de formas tão diferentes da actividade editorial, se deve a falta de rigor, erros de leitura e transcrição e correcção totalmente arbitrárias, sem metodologia e fundamentação (cfr. Brocardo, 1997: 149).

A nossa edição semidiplomática toma como base o manuscrito da Torre do Tombo, códice n.º 520 (Livreria), comparando diferenças e alterações, apontar peculiaridades gráficas, fornecer dados adicionais que tenham sido rasurados ou apagados e registar as analogias e diferenças entre este manuscrito e a edição impressa de José Correia da Serra (1793), baseada no códice do conde de São Lourenço, D. João de Noronha, e a edição diplomática de Larry King (1978), baseada no mesmo códice n.º 520 (Livreria).

¹ Actualmente são conhecidos sete códices da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. A descrição dos códices conhecidos, como já referimos, será efectuada no subcapítulo 3.2, capítulo 3.

Quanto ao truncamento misterioso de fólhos completos e parciais da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* temos, pelo menos, algumas pistas que merecem alguma credibilidade e, por isso mesmo, a nossa atenção, as quais tentaremos explicar nas considerações finais.

É nossa intenção ainda garantir uma melhor conservação e maior legibilidade da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, de modo a que possamos apresentar uma edição mais fiel para os leitores, procurando que a mesma venha, com as alterações introduzidas, a enriquecer e fortalecer a nossa consciência histórico-cultural.

Razões da escolha dos códices

Esta edição semidiplomática tem como base, como acima referimos, o texto mais antigo que se conhece da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, de Gomes Eanes de Zurara, o códice n.º 520 (Livraria) da Torre do Tombo. Este documento merece atenção de maior, pela sua antiguidade, pela integridade relativa e pelo valor do texto (cfr. Dinis, 1949b: 10). Com efeito, outros biógrafos de Zurara confirmam que este manuscrito é um dos mais íntegros:

All the MSS: of this Chronicle are defective and we know from the Royal Censor that they were in the same state as early as the reign of Dom Sebastião. In fact, more than a third of the works has disappeared, and is represented by lacunae. The Bibliotheca National in Lisbon has three, the Torre do Tombo two, and the Bibliotheca da Academia Real das Ciencias one MS. of this Chronicle; all show the same gaps. The only Ms. of value is one (Nº. 520) in the Torre do Tombo, dating from the end of the 15th century, written on parchment, with the headings to the Chapters in red and black, and an illuminated title-page (Beazley e Prestage, 1896: 59-60).

Sabemos que José Francisco Correia da Serra não conheceu o manuscrito da Torre do Tombo uma vez que em 1792 apenas enumerou três códices da *Crónica do Conde D. Duarte*: o do conde de São Lourenço, D. João de Noronha, “único antigo existente” e dois “mais modernos”. De nenhum deles, indicou o académico a data nem o paradeiro dos últimos.

Assim, verificámos que a edição de José Correia da Serra se baseou no códice do conde de São Lourenço, D. João de Noronha, “único antigo existente”, por isso aproveitado para base da edição da crónica no ano seguinte, em 1793. Estava lançado o desafio e, por isso, procurámos comparar os “dois mais antigos”, nas respectivas versões, o manuscrito e o impresso.

A edição diplomática de Larry King (1978), dado ser uma versão mais actual e de leitura mais fácil, serviu-nos, desde início, como base para suporte, digitalização e informatização², aproveitando também para o confrontar com o original que lhe serviu de apoio, aquilatando da sua veracidade, imprecisões, lacunas e omissões.

Na descrição e desenvolvimento deste estudo, todas as citações referentes às obras de Gomes Eanes de Zurara serão escritas com o mesmo tipo de letra, “Vercial Antiqua”, e respeitarão integralmente as transcrições das edições seguidas e referenciadas, com excepção dos grafismos em itálico que foram normalizados para permitir uma melhor facilidade de leitura. Eis as edições das obras zurarianas seguidas:

Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I – seguimos a edição de Francisco Maria Esteves Pereira de 1915;

Crónica de Guiné – seguimos a edição de José de Bragança de 1973 (com Introdução da edição de 1937), e o códice da Biblioteca Nacional de França – Paris “*Crónica do descobrimento e conquista da Guiné*”.

Crónica do Conde D. Pedro de Meneses – seguimos a edição de Maria Teresa Brocardo de 1997;

Crónica do Conde D. Duarte de Meneses – seguimos a nossa própria edição semidiplomática, baseada no Manuscrito do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, códice n.º 520 (Livreria).

A paginação, assim como as notas de aparato, ambas iniciadas como o algarismo “1” no “Preâmbulo”, serão contínuas ao longo de todo o volume I; procedimento idêntico seguimos no volume II.

² Servimo-nos da digitalização feita por José Barbosa Machado em 2001 no âmbito do programa *Phrasis* do Projecto Vercial.

Siglas e Abreviaturas utilizadas ao longo do estudo

ANNT ou TT: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

CC: *CRÓNICA da TOMADA DE CEUTA por EL REI D. JOÃO I* (no nosso estudo seguimos a edição de Francisco Maria Esteves Pereira de 1915. Publicada por ordem da Academia das Ciências de Lisboa, segundo os manuscritos n.ºs 368 e 355 do Arquivo Nacional, dirigida por Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade).

CGR: *Crónica Geral do Reino*

CG: *Crónica de Guiné* (no nosso estudo seguimos a edição de José de Bragança de 1973, com Introdução da edição de 1937, Livraria Civilização Editora e o códice da Biblioteca Nacional de França – Paris “*Crónica do descobrimento e conquista da Guiné*”).

CCPM: *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* (no nosso estudo seguimos a edição de Maria Teresa Brocardo de 1997. Braga: Empresa Diário do Minho).

CCDM: *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* (Seguimos a nossa própria edição baseada no Manuscrito do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, códice n.º 520 (Livraria).

CCNAP: *Crónica do Condestabre de Portugal Dom Nuno Álvarez Pereira*

CIHP: Coleção de Inéditos de História Portuguesa

CJ: *Crónica de D. João I*

LVB: *Livro da Virtuosa Benfeitoria*

DIPH: Dicionário Ilustrado da História de Portugal

DHP: Dicionário de História de Portugal

DILM: Dicionário Ilustrado de Literatura Medieval

DLM: Dicionário de Literatura Medieval

ICLP: Instituto Cultura e Língua Portuguesa

INCM: Imprensa Nacional da Casa da Moeda

INIC: Instituto Nacional de Inovação e Cultura

IPED: Instituto Português de Ensino à Distância

UNL, FCSH: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

«E deuees ajmda de comsijrar
como todallas homrras deste mundo
caaem ao pomto de huña soo hora»
(CC: Capitullo xx, 64).

Capítulo 1.

*Da Reconquista cristã às
conquistas marroquinas da
dinastia de Avis*

Capítulo 1. Da Reconquista cristã às conquistas marroquinas da dinastia de Avis

Un chroniqueur a fait son devoir en racontant; le lecteur fera le sien en acceptant ou en refusant le récit qui vient de lui être offert.
(Benoit Lacroix, 1971)

Enquanto povo e nação, Portugal tem a sua adesão e vínculo à história comum partilhada com os povos europeus, especialmente peninsulares. Mas, quando se define, nos meados do século XII, como reino, desenhado entre os diversos reinos cristãos de uma Península Ibérica dividida a meias com o Islão, que a invadira no século VIII, nasce num contexto histórico bem específico e com um largo passado comum.

Assim, para termos uma noção mais exacta e realista do contexto e conteúdo da obra de Gomes Eanes de Zurara, inserida na nossa identidade histórico-cultural e política, deveremos acompanhar de perto o percurso da história peninsular, para dela tomarmos consciência e nela radicarmos a acção do segundo grande cronista português. De facto, «Portugal nasce, consolida-se na Península Ibérica, onde outras configurações se desenham e com ele medem forças» (Godinho, 2004: XII).

O começo de um destino comum, a ideia de uma nação, de um povo e do nome de um país, Portugal, desenhou-se com as pontas das espadas e das lanças, ora contra os inimigos externos (Muçulmanos, Normandos), ora contra os adversários conjunturais (reis e senhores de Leão, Castela e Aragão). Na verdade, as sementes da nossa nacionalidade e a génese da nossa identidade radicam no seio das guerras da Reconquista cristã.

Não descurando que a almejada meta deste trabalho se encontra no horizonte da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* – estudo histórico-cultural e edição semidiplomática - de Gomes Eanes de Zurara, achamos pertinente evocar algumas das principais linhas de força relativas às raízes da nossa nacionalidade até à época da elaboração da citada crónica, isto é, a segunda metade do século XV, fase de maior e intensa produção literária do cronista.

A acção das crónicas zurarianas, com excepção da *Crónica da Guiné*, gira quase sempre à volta das lutas (almogavarias) entre os cristãos (portugueses) e os muçulmanos (os infiéis do Norte de África), no século XV; ora, as lutas entre os cristãos peninsulares e os infiéis vindos do Norte de África remontam, como acima descrevemos, ao século VIII, mais concretamente a partir de 711 d. C., ano da entrada dos muçulmanos na Península Ibérica.

Tal facto, dá-nos a sensação que as conquistas marroquinas do século XV são uma continuidade das lutas peninsulares da Reconquista cristã, até porque, como argumenta Zurara, aquelas terras já tinham sido cristãs: «se Deus quiser, ca nos nõ soomente lhe defemderemos a çidade, mas aynda lhe tomaremos toda a outra terra que ymjustamente pessuem, em que os cristãos jaa tiveram senhorio» (CCPM: Livro I, Capitulo XII, 218).

Segundo a ideologia cruzadística, e como daremos conta neste mesmo capítulo, o mouro do Norte de África era o mesmo inimigo da Reconquista Cristã, pelo que, combatendo-o ali, era igualmente prestar um serviço a Deus, como o próprio Mestre de Avis confessava: «E porque naquelles tempos passados eu sempre deseiey fazer alguũ tall seruiço a nosso Senhor Deos, per cujo gramde trabalho e perijgo podesse satisfazer per meriçimento alguũa offemssa, se a contra sua uoomtade per mym ou per meu aazo teuesse feita» (CC: Capitullo xiiij, 47).

Apesar do cenário de guerra ser diferente, as motivações são muito semelhantes às do período da Reconquista: se a guerra de Espanha³ era considerada por numerosos barões franceses, a partir do século XI, uma fonte de honra, fama, glória, proveito e benefícios, de igual modo o seriam, no século XV, as lutas travadas pelos portugueses no Norte de África.

Ao abordarmos a Reconquista cristã, temos de traçar e desenvolver as linhas mestras da evolução política dos reinos cristãos peninsulares, uma vez que o reino de Portugal surge no seio dessas lutas políticas. Todavia, estudar e desenvolver a temática relativa à formação da nacionalidade portuguesa, nos seus aspectos histórico-culturais e políticos, ainda que sumariamente, é um enorme desafio porque, para além da plena consciência das nossas limitações, «há poucas questões históricas tão difíceis de resolver como o que se passou efectivamente no Norte da Península Ibérica desde o princípio do século VIII até ao fim do X» (Mattoso, 1993a: 444). Mesmo assim, e apesar de termos consciência de que as informações daquele período histórico são muito genéricas e imprecisas, consideramos o estudo interessante, na medida em que nos permite conhecer e compreender, com mais clareza, rigor e profundidade, o cronista Gomes Eanes de Zurara e a sua obra, inseridos no contexto da evolução da história política e cultural peninsular.

Com a reflexão crítica desenvolvida acerca desta problemática, pretendemos alcançar e encontrar as linhas mestras que direccionem e fundamentem o sentido do nosso estudo, garantindo consistência aos alicerces que arquitectem e balizem a obra que pretendemos.

³ Américo Castro, no seu livro *La Realidad Histórica de España* (1954), não falou de Espanha como nação até à chegada dos reis católicos. De facto, o termo Espanha correspondeu ao território total da Península Ibérica até finais do século XV e só a partir dessa data é que esse termo deixou de englobar a totalidade da Península Ibérica, fazendo a distinção entre Espanha e Portugal. Assim, neste capítulo, quando referirmos o termo Espanha é no sentido da totalidade da Península Ibérica.

1.1. Formação de Portugal: breve contextualização histórica

É com o natural receio de quem mede e conhece as dificuldades dos mais pequenos problemas da nossa Alta Idade Média e quer fazer desse receio norma de prudência, que penetramos, tateantes, no terreno espesso de uma quadra histórica cheia de aporias. Concentrar-nos-emos na região do Norte de Portugal e da Galiza ou Galécia, especialmente na região situada entre os rios Minho e Douro, durante os séculos VIII-XII, primeira matriz da *Terra Portucalense*, época onde frutificou o germe da nossa autonomia.

Portugal não se fez numa hora nem num século, e não brotou do vazio nem nasceu do caos. Fruto da própria história, é filho da mentalidade senhorial vigente em toda a Europa feudal e medieval. O seu nascimento, antes de o ser já o era, isto é, não foi a batalha de S. Mamede, em 1128, ou o Tratado de Zamora, em 1143, que marcaram a hora do nascimento do povo português – apesar destes serem factores determinantes –, mas que não passam de acontecimentos de curtíssima duração, inseridos numa conjuntura muito específica.

O princípio do século XII foi um momento fulcral para a eclosão do fenómeno das formações nacionais no espaço ibérico cristão. Às mutações do século XI, que tanta importância tiveram no plano histórico, económico, social e cultural, seguiram-se, imediatamente, transformações com grandes consequências no plano político.

É certo que num país como Portugal, fruto de uma longa História, o conhecimento do nosso passado constitui um inestimável contributo, no sentido de constantemente (re)encontrar, não só uma identidade própria, mas também os fundamentos do ir mais além, História que, segundo a sua velha acepção helénica, continua a ser o inquérito ao passado dos homens. Mas este inquérito ao passado dos homens, tão relevante para a compreensão e conhecimento da História de Portugal, tem sido estudado e debatido por ilustres historiadores, portugueses e espanhóis, tais como Alexandre Herculano, Luís Gonzaga de Azevedo, Menéndez Pidal, Rui de Azevedo, Paulo Merêa, Damião Peres, Frei António Brandão, José Mattoso, Vitorino Magalhães Godinho, Garcia Valdeavellano, Cláudio Sanchez Albornoz, Américo Castro, Rafael Altamira, Ortega y Gasset, Salvador de Móxó, José Angel Garcia de Cortázar, Abilio Barbero e Marcelo Vigil, entre tantos outros nomes importantes referenciados ao longo do nosso estudo, o que indicia a relevância que os mesmos lhe atribuem no sentido da cabal clarificação da verdade histórica, tão desejada quanto difícil de obter. Na verdade, torna-se bastante problemático tratar e desenvolver este assunto devido à falta de documentação coeva, apesar do enorme contributo prestado por muitas outras fontes histórico-culturais, como por exemplo, e no dizer de José Mattoso,

As genealógicas, listas de testemunhas e confirmantes de documentos régios e de documentos outorgados por nobres, material arquivístico relativo à propriedade e aos direitos dos nobres, concessões de préstamos, honras, alcaidarias e de outras funções e bens que possam ter uma contrapartida de carácter vassálico, processos jurídicos relativos a questões originadas pelo exercício de prerrogativas senhoriais, incluindo as inquirições particulares, capítulos de cortes, legislação civil e eclesiástica, forais que mencionam ou regulamentam o exercício de direitos senhoriais, sobretudo os dados por particulares, incluindo os regulamentos de coutos e honras, necrológios e obituários, crónicas e outras fontes narrativas, a que se podem associar as fontes épicas e os romances, obras doutriniais de carácter jurídico e moral (1981: 16-17).

Será utópico pretender a unanimidade de opiniões dos historiadores e estudiosos sobre assuntos tão ocultos pela poeira do tempo e quando deles não há vestígios seguros ou muita documentação fiável. Tal, conduz, inexoravelmente, ao aparecimento de diversas teses e controversos pontos de vista, especialmente quando se referem ao estudo dos primeiros séculos da Reconquista cristã. Nesses trabalhos encontra-se, frequentemente, uma tendência para o encadeamento sucessivo de hipóteses sem base documental, sobretudo para épocas mais recuadas; por isso, «é evidentemente preferível abandonar tais construções do que edificar sobre elas interpretações discutíveis» (*Idem*: 18).

Antes de mais, convém ter bem presente o sentido atribuído correntemente ao termo *Reconquista*. Temos de questionar a sua continuidade, o seu sentido ideológico, a sua duração, as suas modalidades e as suas consequências. A realidade histórica é, certamente, mais complexa do que a simplicidade aparente do conceito parece significar e que as obras de divulgação histórica geralmente supõem.

Se por “Reconquista cristã” se entende a recuperação militar do território hispânico, desde a revolta de Pelágio, em 718, até à conquista do reino de Granada, em 1492, pressupõe-se que se trata de um movimento contínuo, uniforme, de carácter simultaneamente religioso, étnico e político. Supõe também uma incompatibilidade total e permanente entre os dois campos, o cristão e o muçulmano, o que de facto não acontecia, e a ideia que os cristãos não faziam mais do que recuperar uma terra que consideravam verdadeiramente sua.

Muitos autores acham que os pressupostos ideológicos da Reconquista são tardios ou importados. Assim, Américo Castro (1885-1972)⁴ acentua, em contradição com a alegada incompatibilidade entre o campo cristão e muçulmano, os numerosos contactos culturais, étnicos e institucionais que os uniam. Na verdade, a Espanha não forja a sua especificidade na luta, mas na assimilação entre cristãos, mouros e judeus.

⁴ *Vide*, GÓMEZ-MARTÍNEZ, José Luís (1972). “Américo Castro y Sánchez Albornoz: dos posiciones ante el origen de los españoles”. *Nueva Revista de Filología Hispánica* 21 (1972): 301-320.

Apesar das muitas opiniões sobre esta problemática, aspiramos, no intuito de garantir mais qualidade e consistência ao nosso trabalho, utilizar alguma da enorme colheita documental dos estudos já realizados por alguns dos autores acima referidos e outros indicados nas referências bibliográficas. Pretendemos apontar, numa breve exposição, os passos mais significativos que durante o processo da Reconquista cristã conduziram à formação da nacionalidade portuguesa no século XII, século em que Portugal se libertou dos laços que subalternizavam o condado Portucalense ao reino unido de Leão e Castela.

Com o aproximar do fim do império Romano, a Europa passou a sofrer mais e persistentes invasões. Com elas deram-se as expansões de outros povos (Bárbaros, Árabes, Vikings ou Normandos e Magiares), mais do que ela própria se expandia. No entanto, pouco a pouco, ela reagiu a esse desafio exterior. A Espanha sobreviveu ao império romano. Roma combateu não com uma, mas com muitas *Espanhas* diferentes, isto é, com a pluralidade de etnias que viviam na Península Ibérica – Iberos, Tartéssios, Lígures, Lusitanos⁵, Celtas (Galaicos e Brácaros) e Celtiberos, Astures, Vetões, Cónios, etc.

Os bárbaros romperam, no século V d. C., a unidade de civilização e de economia dos países mediterrânicos, mas o Islão quebrou os laços económicos e espirituais que durante séculos ligaram o Oriente e Ocidente, e o mundo antigo dividiu-se em dois: a Europa germanizada, que teve de abandonar o mar do Sul, e os países orientalizados, que permaneceram ligados ao Mediterrâneo.

A Espanha pertence ao grupo dos segundos países, sendo certo que o Islão lhe modificou a face e vida: «el Islam conquistó toda la península, torció los destinos de Iberia y la señaló un papel diferente en la tragicomedia de la historia, un papel de sacrificio y de vigilia, de sentinela y de maestra, un papel que tuvo enorme transcendencia en la vida de Europa, pero que costó muy caro a España» (Albornoz, 1971: 4).

Foi o êxodo de gentes do interior para as regiões montanhosas da Espanha que esteve na base da formação de núcleos populacionais que iriam organizar, numa época posterior, a Reconquista cristã e o repovoamento dos territórios usurpados. A formação de núcleos hispano-cristãos de resistência, «en la línea montañosa que surca el norte de España desde Galicia a Cataluña, poco después de la invasión árabe y del derrumbamiento de la monarquía hispano-goda de Toledo, en el año de 711, suscitó un repliegue hacia el norte de determinadas gentes del interior, bien como reflejo de afinidad con lo que aquéllos encarnaban y repulsa a la nueva dominación musulmana» (Moxó, 1979: 17).

⁵ Vide, MUNÓZ, M. Pastor (2006). *VIRIATO – O herói lusitano que lutou pela liberdade do seu povo*. Prefácio e adaptação à edição portuguesa de José d'Encarnação, tradução de Luís Santos. Lisboa: A esfera dos Livros.

Na formação desses núcleos hispano-cristãos de resistência, ocorrida durante o século VIII d. C., radicou, em parte, e como veremos, a seu tempo a gênese da língua portuguesa. Cada núcleo cristão procurou superiorizar-se e rivalizar com o seu vizinho na ânsia de alargar o seu território e a sua influência e, como as características geográficas do Norte de Portugal e da Galiza não levaram à separação por barreiras naturais das comunidades cristãs, foi necessário encontrar uma barreira que levasse à demarcação das duas comunidades, e nada melhor que a linguagem falada e escrita para iniciar e marcar a diferença.⁶

O derrubamento do Estado visigodo, a rápida conquista militar do seu território pelo Islão, e a série sucessiva de capitulações das suas cidades e comarcas, no meio do desconcerto, da desordem, e da inutilidade das resistências cristãs, não apagaram por completo, entre os hispânicos, todo o espírito de rebeldia nem todo o sentimento de hostilidade face aos novos dominadores da Península Ibérica. Mas, nessa época, não se podia ainda falar de *Reconquista* enquanto conceito baseado na ideia da herança gótica reivindicada pela monarquia asturiano-leonesa para justificar as suas pretensões à posse do território ocupado pelos muçulmanos.

Antes da época de Afonso III (866-910)⁷, a ideia de *Reconquista*, provavelmente, não existia ainda e, portanto, as lutas e operações militares conduzidas por reis como Afonso I (739-757)⁸, Afonso II (791-842), ou Ordonho I (800-866), não tinham, decerto, propósitos de conquista, mas de pilhagem, saque dos bens e destruição do poder do inimigo, sem pretender (re)conquistar territórios⁹. De qualquer maneira, nas expedições bélicas dirigidas por Afonso III de Leão¹⁰, encontrámos já aquilo que verdadeiramente se pode entender por *Reconquista*, isto é, a ideia de recuperar território perdido e repelir o inimigo¹¹. Todavia, os seus triunfos e consequente ocupação do vale do Douro, não abalaram minimamente o califado de Córdoba.

⁶ Este assunto será objecto de análise mais detalhada no capítulo 2, subcapítulo 2.4, deste estudo.

⁷ Afonso III de Leão, o Grande ou Afonso Magno de Leão, transfere a capital de Oviedo para Leão, sendo por isso considerado o primeiro monarca leonês. Em 868 conquista o Porto e, em 878, a cidade de Coimbra. Ordena a redacção das suas crónicas, em que apresenta o Reino das Astúrias como herdeiro do Reino visigodo.

⁸ Afonso I, o Católico, auto-proclama-se primeiro rei das Astúrias. *Vide*, Crónica Albeldense que procede do mosteiro de San Martín de Albelda (Rioja). Este códice está guardado no mosteiro do Escorial e foi realizado pelo monge Vigila entre o ano de 974 e 976, pelo que também recebe também o nome de Vigilano.

⁹ Só na segunda metade do século X a ofensiva leonesa abrandou. De qualquer maneira é duvidoso que estes primeiros reis asturiano-leoneses, apesar de sempre se terem ocupado intensamente com a guerra, se considerassem investidos na missão de recuperar para a Cristandade a maior extensão possível da Hispânia islâmica e tomassem tal missão como o mais importante dos seus deveres.

¹⁰ A chamada *Crónica Albeldense* e outras duas versões posteriores da parte essencial do seu texto, a *Rotense* e a *Ovetense*, isto é, a *Crónica de Afonso III*, pretendia sobretudo demonstrar uma ideia: que a monarquia asturiana era a herdeira legítima do reino visigótico.

¹¹ Pelos historiadores árabes sabemos que as tropas islâmicas conduziram grandes expedições contra o território cristão ao longo dos séculos VIII, IX e X, especialmente as dirigidas, a partir de 979, pelo terrível Al-Mansur Ibn Abi Aamir (938-1002), mais conhecido por Almançor, o que não impedia os contactos, negócios e até protecções mútuas, em muitos períodos, entre os dois campos opostos.

Paulo Merêa identificou, desde a época romana, uma povoação na margem esquerda do Douro com o nome de *Portucale*, próxima do castro designado *Portucale Castrum Antiquum*. Mas, para o nosso trabalho, o que interessa é o *Portucale* da margem direita, *Portucale Castrum Novum* que, na segunda metade do século VI – talvez no fim do reino suevo –, se tornou sede de uma diocese da província da Galécia, a qual terá sido tomada pelos mouros em 716, e que os cristãos reconquistaram em 868, por Afonso III das Astúrias, o *Grande*.

Este aglomerado populacional cristão de *Portucale* (ou *Portugale*) assente na margem direita do Douro, entrou em degradação e desorganização com a ocupação muçulmana, e só com a sua Reconquista, melhor dizendo, repovoamento, efectuado em 868 por Vímara Peres, se iniciou uma nova fase de expansão e crescimento, como atestam documentos relativos ao território portugalense, desde a segunda metade do século IX.

Com base no conhecido passo do *Cronicão de Sampiro*¹², que faz referência a *Ermenegildus Tudae et Portugale comes*¹³, há autores que defendem, já no século IX, a existência de um condado cuja sede seria a cidade de *Portugale*. No entanto, pouco é o que se pode dizer, com plena segurança, a tal respeito, quer em relação ao século IX, quer a grande parte do século seguinte. Mas uma coisa é certa: a parte meridional da Galiza, reconquistada por Afonso III e repovoada no decurso do século X, tinha já então uma identidade própria, bem patente na história das famílias que dominavam essa região.

As discórdias do Estado Leonês, disputas, interesses pessoais e cobiça política, contribuíram para que os condes que viviam e estavam longe da corte pudessem agir com grande independência, aproveitando a instabilidade e anarquia políticas muitas vezes vigentes. Efectivamente, tomavam-se partidos ao sabor dos interesses territoriais e senhoriais, formando-se facções inimigas e rivais que permitiam aos condes mais poderosos e influentes ganharem uma certa autonomia administrativa e política.

Chamava-se a Gonçalo Mendes, filho de Mumadona Dias, defensor do mosteiro vimaranense, *Dux magnus*, título só atribuído a um verdadeiro conde de Portugal, senhor de um extenso território, de pessoas, armas, soldados e bens. Este território *portugalense* continua, com Mendo Gonçalves¹⁴ e depois sua esposa, D. Tuta, após a morte daquele, em 1008, a ser governado com alguma autonomia e independência do reino de Leão.

A Mendo Nunes (1028-1050), último conde de *Portucale*, e sua mãe, a condessa Ilduara Mendes, filha de D. Tuta, estava entregue o governo da terra de Portugal, o qual

¹² Vide, SAMPIRO, “Chronicon” (1952). Ed. J. Pérez de Urbel. In *Sampiro, su crónica y la monarquía leonesa en el siglo X*. Madrid: CSIC, pp. 275-346.

¹³ FLOREZ, *España Sagrada*: XIV, 456.

¹⁴ Funda, no princípio do século X, o mosteiro de Lavra.

abrangia, nessa altura, após a segunda Reconquista da região ao sul do Douro, a região conimbricense.

Notámos que no território portugalense existia, a partir do início da Reconquista cristã, uma certa diferenciação política, habilmente aproveitada pelos seus senhores para cimentar e fortalecer os seus direitos e bens patrimoniais, facto que muito ajuda a compreender e a esclarecer as raízes da génese da nacionalidade portuguesa.

O *statu quo* do território portugalense alterou-se no reinado de Fernando, *o Magno*, substituindo este o condado por um governo de tipo centralizador e burocrático. Surgiu em 1050 um simples infanção, Gomes Eitaz, exercendo autoridade em terras de Guimarães e mais tarde outros dois infanções, Mendo Gonçalves e Godinho Viegas, os quais tinham a terra de Portugal em 1062. A par destes, o que só revela uma mutação de cenário, apareceram funcionários intitulados *meirinhos do rei* e, quando Coimbra foi conquistada, em 1064, foi entregue o seu governo a Sesnando, *o Moçárabe*, com toda a região ao sul do rio Douro, separando-se assim a terra de Santa Maria do núcleo portugalense ou portugalense.

As alterações administrativas introduzidas por Fernando, *o Magno*, nos seus estados, sob cujo poderoso ceptro se reuniram os reinos de Leão e Castela, na segunda metade do século XI, introduziram o alargamento do sentido da palavra *Portugal*, abrangendo regiões ao norte do rio Lima.

A marcha do tempo caminhava e a História seguia o seu rumo. À política de centralização régia adoptada por Fernando, *o Magno*, sucedeu a descentralização e partilha do reino pelos seus três filhos: Sancho II (Castela), Afonso VI (Leão) e Garcia (Galiza, incluindo Portugal). A autoridade de Garcia parece ter sido aceite sem dificuldade. A de Sancho II, em Castela, e de Afonso VI, em Leão, também, mas em breve surgiram entre eles as primeiras dissensões, provocadas, sem dúvida, pelo desejo de cada um deles dominar o conjunto dos antigos estados paternos. Na impossibilidade de qualquer deles, nessa altura, levar a melhor, uniram-se ambos contra Garcia, que foi vencido, preso por Sancho II e conduzido a Burgos. Libertado pouco depois, refugiou-se na corte do rei de Sevilha, que tinha sido seu tributário.

Nuno Mendes (1059-1071), o filho de Mendo Nunes, aguardava pela sua oportunidade. As suas pretensões como filho do último conde de *Portucale* continuavam vivas e intactas, aguardando o momento propício para as fazer valer. As suas esperanças reanimaram após a morte de Fernando, *o Magno*, em 1065, e a discórdia que se instalou entre os seus co-herdeiros. O desprezo a que tinha sido votado, e o possível apoio que o rei de Castela eventualmente lhe teria prometido levaram-no a revoltar-se contra Garcia II (também

conhecido por Garcia I visto não ter havido nenhum rei Garcia a governar a Galiza, mas sim o reino de Leão).

Em Janeiro de 1071, Nuno Mendes reapareceu na cena política, altura em que à testa dos homens de *Portucale* foi derrotado por Garcia II (1040-1090) e vários infanções, nomeadamente os senhores de Ridouro, tendo no mês de Fevereiro sido morto na Batalha de Pedroso, entre a cidade de Braga e o Cávado. Cessava assim a linhagem dos condes de *Portucale*, que ficavam sem sucessão masculina. Os seus bens foram confiscados e incluídos no património da coroa e não houve mais condes de *Portucale*. Não há conhecimento de possíveis apoios prestados ao conde, nem sequer do seu genro Sisnando Davides (1064-1092). Nesta sublevação «vislumbramos um desejo de aspiração autárquica acentuadamente portuguesa» (Peres, 1970: 53).

Os reis de Castela e Leão entraram em conflito logo no princípio do ano de 1072. Sancho II, rei de Castela, acabou por vencer e Afonso VI de Leão foi feito prisioneiro na Batalha de Golpejera, mas por intercessão de Urraca, irmã de ambos, foi libertado pouco depois, e exilado em Toledo, na corte do rei al-Ma`mun (Almamune). Mais tarde, Sancho II resolveu cercar sua irmã Urraca em Zamora, para exigir a sua submissão, o que conseguiu. Mas de pouco lhe valeu o triunfo pois a 7 de Outubro de 1072 foi morto à traição por um cavaleiro da cidade.

Afonso VI de Leão regressou de Toledo onde se refugiara e refez a unidade dos estados cristãos do ocidente. Sendo rei legítimo de todos os estados de seu pai, assumiu, em 1073, o título de «emperador de toda a Espanha» (Heers, 1977: 171). Entretanto, e para evitar novas ameaças ao seu trono, e contestações à sua autoridade, atraiu à corte seu irmão Garcia, ainda em Sevilha, e prendeu-o no Castelo de Luna até à data da sua morte, no ano de 1090.

Como Fernando, *o Magno*, Afonso VI¹⁵ tem sob o seu mando os reinos de Castela e Leão, incluindo Astúrias, Galiza e Portugal, parcelas que por vezes se enumeram como peças distintas, constitutivas do seu domínio. O título usado por Afonso VI, *regnante Adefonsus rex in Toleto et in Legione, Castellam, Galletiam et Portugalem*, revela que Portugal continuava a ser olhado como uma parte bem diferenciada do estado leonês. Entretanto, os seus sucessivos casamentos com Inês da Aquitânia, Constança de Borgonha e Berta contribuíram para a vinda de vários cavaleiros e senhores franceses para a sua corte.

Com a conquista de Toledo, em 1085, *Portucale* voltou à cena política do reino. Afonso VI, conhecedor das capacidades de relacionamento com os muçulmanos que ficaram na

¹⁵ Afonso VI de Leão e Castela, *o Bravo*, rei de Leão (1065-1109), da Galiza (1071-1109) e de Castela (1072-1109), usando o título de imperador a partir de 1073.

cidade, nomeou governador da mesma Sisnando Davides, nada mais que o genro de Nuno Mendes, último conde de *Portucale*. O arcebispo nomeado para Toledo foi o francês Bernardo de Sédillac, antigo abade de Sahagún, mais tarde declarado primaz da Hispânia e legado permanente na Península, facto que pôs em causa a hegemonia religiosa de Compostela e encorajou as ambições do bispo Pedro de Braga¹⁶ a ver restaurada a sua categoria de metropolita da Galiza.

Face ao poder crescente de Afonso VI, os reis de Badajoz e de Granada chamaram à Península e em seu socorro o emir de Marrocos, da tribo dos Almorávidas, o qual derrotou o rei cristão na Batalha de Zalaca, na região de Badajoz. Este acontecimento, em virtude do perigo que representou para toda a comunidade cristã peninsular atraiu novas levas de cavaleiros cristãos de além-Pirenéus.

São escassas as informações relativas ao governo de Portugal nas duas primeiras décadas do reinado de Afonso VI. O inventário das propriedades do mosteiro vimaranense, do ano de 1059, é particularmente significativo, e de um modo geral, quando se percorre o material diplomático deste período, a impressão que no nosso espírito se vai radicando é a dum alargamento de sentido da expressão *terra de Portugal*.

A partir de 1064, numerosos barões franceses que, com justa razão consideravam a guerra de Espanha uma fonte de honra, fama, glória, proveito e benefícios, procuraram consegui-las na Península Ibérica. Em Maio de 1087, a pedido de Afonso VI, e em seu socorro, uma expedição organizada por nobres franceses passou os Pirenéus. Nessa expedição vinha o Duque de Borgonha, Eudo, sobrinho da rainha Constança, mulher de Afonso VI, seu irmão Henrique de Borgonha e seu primo Raimundo, conde de Amous.¹⁷

A terra portugalense, na época que antecedeu a entrada em cena dos condes borgonheses, Raimundo e Henrique, estendia-se na direcção do norte, para além do rio Lima e na direcção sul até ao rio Vouga. Abrangia o território a leste do Tâmega (Chaves e Bragança estavam fora do seu âmbito) e a cidade de Lamego até à proximidade do Côa (não faziam parte nem a Beira Litoral ao sul do Vouga nem os territórios de Viseu e Seia).

Em 1093, encontrámos o conde Raimundo, já então genro do monarca, pois havia casado com D. Urraca, a governar toda a região ocidental do Cantábrico até ao rio Tejo, ficando sob a sua autoridade os vários *tenentes* até então subordinados directamente à coroa.

¹⁶ Vide, COSTA, Avelino de Jesus da (1959). *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, 2 vols. Coimbra: Universidade.

¹⁷ Não é consensual a data de entrada destes condes na Península Ibérica. Vide, Pierre David (1948), Alexandre Herculano (1886). *História de Portugal*, Vol. II, pp. 15-16, 8.^a edição e Luís Gonzaga de Azevedo (1922). *História de Portugal*, III, p. 37.

Em Dezembro de 1095, o conde D. Henrique era o novo senhor de Coimbra. Este conde casou com a infanta D. Teresa, filha ilegítima de Afonso VI. A *Crónica de Sahagún*, anónima, texto tardio que utiliza certamente textos anteriores, hoje perdidos, mas bem informados sobre os acontecimentos, diz-nos que o conde borgonhês “nobremente domou os mouros, guerreando-os, pelo que o referido rei [Afonso VI] lhe deu, com sua filha em casamento, Coimbra e a província de Portugal, que são fronteiras de mouros, nas quais, com o exercício das armas, engrandeceu nobremente a sua categoria de cavaleiro”.

Um documento de 9 de Abril de 1097 define a extensão completa do território por ele senhareado, do Minho ao Tejo: *Comite domno Henrico (...) dominante a flumine Mineo usque in Tagum*¹⁸.

Nada obriga a aceitar que, enquanto Raimundo governava aquém do rio Minho, Henrique já estivesse desfrutando a Terra Portucalense, quer como tenente amovível do primo, quer da virtude da concessão hereditária outorgada por Afonso VI por ocasião do seu casamento. Num documento de 1102, D. Henrique “tem” «Portugalem atque vicinas, quarum una est Viseo» (Merêa, 1967: 37-38).

Relativamente à pseudo-subordinação de Henrique a Raimundo, ela seria incompatível com a vassalagem prestada a Afonso VI: se o governo dos territórios ao sul do rio Minho, quando exercido por D. Henrique, substituiu o de Raimundo e nunca lhe é contemporâneo, isso leva a excluir toda e qualquer ideia de subordinação dele ao conde Raimundo. Contrariamente, Alexandre Herculano¹⁹ afirma que em fins de 1094 ou princípios de 1095, já Henrique governava Braga, o que não poderia fazer senão na dependência de Raimundo.

A doutrina da subordinação de Henrique a Raimundo foi também sustentada, mas com argumentos diferentes dos de Herculano, por Gonzaga de Azevedo. Documentalmente, a autoridade de Henrique não se acha provada anteriormente aos fins de 1095; ora, sem documentos não há história. Tudo o mais consiste em deduções hipotéticas, se não mesmo em fantasias. Certo é que um documento de 9 de Abril de 1097 aponta a Henrique a extensão completa do território que senhareava: à nova unidade política, assim definida geograficamente, não tarda a ser atribuída uma designação própria; e é Henrique de Borgonha quem, em 27 de Novembro de 1097, intitulado-se “conde portucalense”, chama aos seus domínios “província portucalense”²⁰, designação que prevalece. Pela primeira vez, à

¹⁸ *Diplomata et Chartæ*, 849.

¹⁹ *Vide*, HERCULANO, Alexandre (1886). “Controvérsias e estudos históricos”. In *Opúsculos*, Tomo V. Lisboa, pp. 1-30.

²⁰ «Ego Henricus comes portucalensis...quia in nostro dominio et dictioni consisti omnis Portucalensis provincia». Doação de Cornelhã à mitra de Santiago (Arq. Distrital de Braga, *Liber Fidei*, doc. 866, p. 515).

diferenciação toponímica corresponde a diferenciação política, criando-se uma unidade, a *provincia portucalense* – prefiguração do estado português e germen da *nação portuguesa*.

Foi no quadro peninsular de vassalagens aceites ou recusadas, de alianças contra terceiros e conflitos armados em busca de um equilíbrio menos precário, que se formou o nosso país. Portugal nasceu duma evolução interna a que andou associado o espírito de independência dos barões portucalenses, transmitido e engrandecido de geração em geração, conseguindo-se tal desiderato no século XII, como se constata no Foral de Tavares de 1111 ou 1112 onde se lê: *ego comite Anrricus et infans domna Tharasia... regnantes in Portugal et in Strmadura*²¹ *Colimbria Viseo et Sena*.

Quanto à formação e desenvolvimento da palavra *Portugal*, que principiara por ser simplesmente o nome duma cidade e respectivo *territorium*, veio, no desenrolar dos tempos, a designar o conjunto territorial governado por D. Henrique, base do Estado Português. O alargamento do sentido da palavra era já um facto no século X e acentuou-se a partir da época de Fernando Magno.

Não é linear nem consensual a conclusão de Paulo Merêa relativa à nossa autonomia política e as linhas da *Chronica Adephonsi Imperatoris*, «dedit maritatem Enrico comite et dotavit eam magnifice, dans portucalensem terram jure hereditário»²², extraídas de um texto do século XII, foram objecto de acesa polémica entre Sanchez Albornoz, Torquato Soares, Paulo Merêa, Gonzaga de Azevedo e, já um século antes, Alexandre Herculano tinha contestado aquela opinião.

O grande problema que se coloca sobre a legalidade ou não da nossa independência é o que está relacionado com o significado jurídico atribuído à doação de Afonso VI a sua filha D. Teresa e genro, o conde D. Henrique. A concessão da terra portuguesa é uma verdadeira doação de senhorio e nela se envolvem, expressa ou tacitamente, amplos direitos soberanos.

A polémica surge devido ao sentido conotativo atribuído à palavra “dotavit” que se traduz por “dotou”, sendo este sentido reforçado pelo teor de um diploma de 1097, no qual Henrique e Teresa, doando a Soeiro Mendes certas terras e servos, declararam que tais bens lhes tinham sido dados por Afonso VI com o carácter de hereditários: “facimus tibi cartam... de hereditates vel de omnes quos abemus in territorium Portucalensem, quos nobis dedit genitori nostro Rex domnus Adefonso pro nostram hereditatem”²³.

²¹ «Inclino-me antes a crer que Strmadura se contraponha a Portugal e abranja Coimbra, Viseu e Seia» (Merêa, 1967: 44). Entende Alexandre Herculano que Strmadura «é a província onde está Zamora, cidade que coubera a D. Henrique nas partilhas com D. Urraca» (1846: 62).

²² FLOREZ, Espanha Sagrada: XXI, 347-348.

²³ Port. Mon. Hist., Diplo. et Chartae, I, doc. 864, pp. 512-513.

De direito ou de facto, o senhorio da província portugalense era hereditário. Hereditariedade, porém, de nenhum modo implicava autonomia: convém não esquecer que o facto de estarmos em face de uma doação não significa, sobretudo tratando-se de uma doação régia, que os direitos transmitidos a D. Henrique fossem ilimitados e incondicionados.

A morte de Raimundo, que pode situar-se no Outono de 1107, e a de Afonso VI em Julho de 1109, anulou as combinações do “Pacto sucessório”²⁴, estabelecido entre aquele e seu cunhado Henrique. A morte do infante Sancho, filho bastardo de Afonso VI, rei de Leão, ocorrida no verão de 1108, restituiu Urraca à sua categoria de herdeira do trono, como única filha legítima do monarca. A morte de Afonso VI determinou a eclosão de uma acesa guerra civil, em cujos incidentes o conde D. Henrique inseriu habilmente os seus propósitos de engrandecimento territorial, e de enfraquecimento e rompimento dos laços de vassalagem que o ligavam à coroa de Leão.

Posteriormente, o conde D. Henrique aproveitou conveniente e habilmente as lutas constantes e intermináveis entre o rei de Aragão e sua esposa D. Urraca, com quem casou após a morte de Raimundo; quando temporariamente faziam as pazes, o seu inimigo era Afonso Raimundes, filho desta (Urraca) e seu herdeiro legítimo.

O conde D. Henrique foi jogando em todos os tabuleiros, ora tomando partido pela cunhada Urraca e seu segundo marido ora pelo filho Afonso Raimundes, conforme as conveniências, assumindo alternadamente a atitude de inimigo ou de aliado, e raras vezes ou nunca a de vassalo, o que lhe foi garantindo a emancipação e autonomia totais há muito pretendidas, alcançando-as, assim, por mérito próprio, devido ao prestígio pessoal que granjeou e à sua habilidade diplomática.

Em circunstâncias de lugar e de tempo várias vezes discutidas, faleceu o conde D. Henrique em Astorga – em 1112, opina João Pedro Ribeiro; 1114, afirma Alexandre Herculano. Na verdade o conde D. Henrique morreu, inesperadamente, na primavera de 1112, em Astorga. À data da sua morte tinha seu filho, Afonso Henriques, três anos de idade; ora, como este tinha nascido em 1109, os três anos de idade correspondem ao ano de 1112.

Após a morte do conde D. Henrique, o governo da província foi assumido pela viúva D. Teresa. Esta preferiu acomodar-se à sombra da irmã Urraca (1082-1129), deixando de içar e defender a bandeira da autonomia e poder alcançados pelo defunto marido, ao ponto de, em 18 de Junho de 1120, Urraca e o filho Afonso Raimundes (futuro Afonso VII) exercerem

²⁴ O conde D. Henrique fez com o conde D. Raimundo o Pacto Sucessório pelo qual, por morte de Afonso VI, ele ajudava-o a tornar-se o sucessor do sogro, em Leão e Castela. Em contrapartida, D. Henrique tornava-se independente recebendo, além do condado Portugalense e do condado de Coimbra, a Galiza ou uma parte dos territórios de Toledo. Alexandre Herculano situa-o entre 1106 e 1107 e López Ferreiro em 1093.

actos de domínio em relação a Portugal, passando uma carta de couto a favor da mitra bracarense²⁵. Todavia, em 1121, encontrava-se a infanta Teresa cercada pela irmã e sobrinho no castelo da Póvoa de Lanhoso, obrigando-se D. Teresa a prescindir das terras além-Minho²⁶. Sabe-se, contudo, que em 1122, D. Teresa, apoiada nos fidalgos galegos, especialmente Fernando Peres, conde de Trava, de quem era esposa ou amante, exercia actos de domínio relativamente a Ourense e, em 1125, relativamente a Tui.

Os favores concedidos por D. Teresa (1080-1130) aos fidalgos galegos Bermudo Peres de Trava²⁷, filho mais velho do mais nobre e poderoso fidalgo galego – D. Pedro Froilaz, conde de Trava –, e mais tarde a seu irmão mais novo, Fernando Peres de Trava, provocaram profundos sentimentos de revolta nos barões e nobres portugalenses que se viram ostensivamente preteridos e subjugados pelos barões galegos. Fernando Peres e D. Teresa instalaram-se em Coimbra onde passaram a viver maritalmente. A partir de Janeiro de 1121, todos os documentos régios continham a assinatura de Fernão Peres de Trava que exercia jurisdição sobre todo o território do Condado Portucalense de então.

Há notícia através da *Crónica dos Godos (Annales Portugalenses Veteres*, na designação de Pierre David²⁸) de que em 1125, no dia de Pentecostes, na catedral de Zamora, em pleno reino de Leão, com apenas 16 anos – a idade da maioridade política na época –, Afonso Henriques vestiu as armas e fê-lo por suas próprias mãos como era costume dos reis, facto de enorme significado e importância política (cfr. Amaral, 2000: 18 e segs).

Afonso VII (Raimundes) atacou entretanto a tia D. Teresa a quem exigiu vassalagem, ao que esta acedeu. O mesmo aconteceu a Afonso Henriques, cercado em Guimarães pelo primo, em 1127. Confirmada a vassalagem a Afonso VII (1105-1157) por parte de sua tia D. Teresa e seu primo Afonso Henriques, o território português dividiu-se entre mãe e filho, ficando este a governar ao norte do Douro e a mãe a sul do mesmo rio, separando-se também as suas relações e respectivos partidários. Até que em 24 de Junho de 1128, as forças de Fernando Peres e de seu irmão Bermudo mais as de D. Teresa enfrentaram as tropas e partidários de Afonso Henriques nos campos de S. Mamede, próximo de Guimarães. Venceram os partidários do filho e Portugal passou a ser governado exclusivamente pela gente portuguesa, de que foi a primeira figura Afonso Henriques.

²⁵ Arquivo Distrital de Braga, *Cartório do Cabido*, gav. de Braga, n.º 5.

²⁶ Ainda que em posição de inferioridade, D. Teresa negocia o Tratado de Lanhoso, pelo qual consegue salvar o seu governo do condado Portucalense.

²⁷ Este conde acabou por se casar em 1121 ou 1122 com a filha mais velha de D. Teresa, Urraca, passando o conde Bermudo de concubino a genro a de D. Teresa.

²⁸ Vide, DAVID, Pierre (1947). *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIIe siècle*. Lisboa, p. 259.

A causa revolucionária, a causa portuguesa, saiu vencedora e essa tarde de 1128 foi, verdadeiramente, *a primeira tarde portuguesa*. Durante alguns anos ainda, as hostilidades continuaram entre Afonso VII e seu primo Afonso Henriques. Mas os laços de vassalagem estavam definitivamente desatados e um novo estado surgiu desenhado no horizonte peninsular. Se bem que só no século XII se afirmasse como entidade colectiva definida por um nome que será sempre o seu, há que desenvolver bem atrás no passado destas gentes e terras para apreender essa formação.

Em 1139 ou 1140 (não é consensual a data entre os historiadores, por falta de documentação comprovativa) Afonso Henriques assumiu finalmente o título de rei, acto que marcou a definitiva caminhada para a independência da nação portuguesa, reconhecida em 1143 pelo próprio Afonso VII, no tratado de Zamora, e confirmada em 1179, pelo papa Alexandre III, através da Bula *Manifestis Probatum*. Contudo, o momento mais marcante da nossa independência está no enfeudamento de Portugal ao Papa, em 1143-44, através da *Claves Regni*, em 13 de Dezembro de 1143²⁹.

Apesar das mortes seguidas dos Papas Inocêncio II e Celestino II, Lúcio II respondeu ao monarca português em 1 de Maio de 1144, através da carta *Devotionem tuam*. A resposta papal, se bem que uma parte dela não fosse formalmente favorável às pretensões de D. Afonso Henriques, porque o tratou apenas por “ilustre duque portugalense” e não “rei”, e chamar a Portugal “terra” e não “reino”, constituiu uma enorme vitória diplomática. Se a *Devotionem tuam* não constituiu a derrota humilhante de D. Afonso Henriques pretendida por Carl Erdmann, tão-pouco representou a vitória retumbante reivindicada por Gonzaga de Azevedo (cfr. Azevedo, 1942: 27 e segs; Erdmann, 1996: 49-50).

A verdade é que dela resultou, claramente, que a vassalagem prestada pelo rei de Portugal ao Papa foi aceite. Seguiram-se, por volta de 1147-48, protestos vigorosos, políticos e eclesiásticos, por parte de Afonso VII de Leão. Mas o imperador ibérico acabou por aceitar, apesar de inicialmente relutante³⁰, a independência de Portugal. A comprová-lo, o facto de, pouco antes da sua morte, ocorrida em 21 de Agosto de 1157³¹, os cronistas leoneses descreverem por forma “gloriosa e laudatória” a grandeza dos domínios de Afonso VII, registando-se, no entanto, como observa o professor Manuel Recuero Astray, que em

²⁹ Trata-se do que modernamente se designa por *declaração unilateral de independência*. “Unilateral” – no sentido de não acordada ou não pactuada com Afonso VII de Leão.

³⁰ Vide, HERCULANO, Alexandre (1846). *História e Portugal*, I, pp. 460-461.

³¹ Poucos meses volvidos após a sua morte, os seus dois filhos (Sancho III, que ficou rei de Castela, e Fernando II, rei de Leão e Galiza) ajustam entre si, em 22 de Maio de 1158, o “tratado de Sahagun”, nos termos do qual se obrigam, por um lado, a não celebrar qualquer acordo separado com o rei de Portugal (Afonso Henriques) e ainda a conquista conjunta do território português e a consequente partilha do mesmo.

nenhuma dessas crónicas se incluiu Portugal na órbita do império leonês, nem D. Afonso Henriques figurava entre os vassallos do imperador, o que prova que ainda em vida de Afonso VII, e com pleno conhecimento deste, já Portugal tinha sido eliminado por completo das crónicas oficiais da corte de Leão (cfr. Astray, 1979: 193 e segs).

Também na carta régia de Afonso VII, onde mais uma vez se intitula “imperador de toda a Espanha”, emitida em Palencia no dia 1 de Dezembro de 1156, na qual o imperador leonês confirmou a divisão de certas propriedades entre o arcebispado e o cabido de Tui, regulando matérias que contendem com terrenos a norte e a sul do rio Minho, se escreve que a sua decisão foi tomada *ex consensu domni Adefonsi Regis Portugalie* (com o consentimento de D. Afonso Rei de Portugal), o que certifica inexoravelmente o reconhecimento da soberania portuguesa e o plano de igualdade existente entre os dois chefes de Estado de países (reinos peninsulares) independentes. De facto, é como país independente que Portugal, apesar de algumas imprecisões de fronteira, mantém desde o Tratado de Alcanices de 1297³², assinado por D. Dinis, o traçado no seu contorno rectangular quase inalterado desde então.

Para Joaquim Romero de Magalhães, este Estado-Reino (Nação) a que chamamos Portugal é, pois, «o ponto de chegada de uma complexa história, e firma-se reconhecidamente em 4 de Setembro de 1479 com o tratado de Alcáçovas-Toledo³³, assinado entre os reis portugueses e os reis de Castela e Aragão» (2004: 33).

Foi no quadro da evolução histórica da Península Ibérica que Portugal encontrou a sua originalidade, no conjunto das nações em formação na Europa medieval. De facto, a história da Península Ibérica entre os séculos V e XV não foi apenas a história dos visigodos, dos árabes, da Reconquista cristã e dos reis católicos; foi, antes de tudo, a história de uma antiga província romana em que esta herança latina permaneceu viva graças à unificação visigótica,

³² O tratado de Alcanices foi assinado entre o rei de Leão e Castela, Fernando IV (1295-1312) e o rei de Portugal, D. Dinis (1279-1325), na povoação leonesa de Alcanices, perto da fronteira portuguesa, fixando limites fronteiriços entre ambos os reinos e delimitando a fronteira mais antiga da Europa.

O Tratado de Alcanices consagrou as fronteiras portuguesas que duram até à actualidade (se exceptuarmos a questão de Olivença). O futuro imediato mostrou que D. Dinis poderia ter sido mais audaz. Fernando IV tinha 11 anos à data da assinatura do tratado e passou a sua curta vida em luta pela manutenção do seu trono, numa grande instabilidade política. Todavia a história de uma nação não se faz no horizonte de uma ou duas décadas, com políticas de curto prazo. O Tratado de Alcanices era sólido, como se provou pela sua perenidade.

³³ Tratado chamado de Terçarias de Moura (dedicado à sucessão dinástica), assinado em 4 de Setembro de 1479, entre D. Afonso V e os reis Católicos e pelo qual Joana, a Beltraneja, e seu tio e marido Afonso V de Portugal, desistiam para sempre das suas pretensões ao trono de Castela, colocando fim à Guerra de sucessão de Castela (1479-1480; tratou ainda do casamento entre D. Afonso, filho do infante de Portugal D. João, com a infanta Dona Isabel, filha daqueles. Foi procurador português o experiente diplomata D. João da Silveira, feito barão de Alvito. O tratado de Alcáçovas-Toledo foi ratificado pelos Reis Católicos em Março de 1480, na localidade de Toledo.

à manutenção dos laços com o Mediterrâneo oriental e meridional e à permanência do Direito Romano.

Portugal é, em última análise, uma realidade nacional assente numa elaboração político-económica. Essa elaboração fez-se, obscuramente, desde a segunda metade do século IX com o início da restauração das terras ao sul do rio Minho, que a Reconquista devastara. Simultaneamente despertariam as aspirações de carácter político, depois visíveis, aspirações que no século XII se concretizaram no estabelecimento de um estado autónomo e na génese do sentimento nacional português.

José Mattoso considera que Portugal não teve origem numa formação étnica, mas numa realidade político-administrativa: «Portugal começa por ser uma formação de tipo estatal; só muito lentamente acaba por se tornar uma Nação» (1998: 67). Já na perspectiva de João Luís Fernandes, a formação de Portugal e a sua identidade conjugaram-se sobre vários factores:

A lenta e gradual formação do estado português, de graduais conquistas, é ainda um processo político, que fluiu ao longo dos tempos históricos. A identidade portuguesa construiu-se ao sabor dessa História, mas também numa lógica territorial que se foi definindo: lentamente, deixando as suas marcas em cada paisagem, testemunhando no espaço geográfico as linhas de tensão, de apaziguamento, as expansões e as regressões de uma população, as conquistas e as derrotas (1999: 32).

Portugal construiu-se com um retalho da Galiza, um retalho de Leão, outro da Espanha Sarracena, e soube integrar esses três mundos, um mundo serrano da civilização castreja e as tendências marítimas que a romanização e depois a ascensão desse Portuscale. Como diz Teixeira de Pascoais, o seu coração marítimo e serrano eram o mar e a montanha (cfr. Godinho, 1985: 276).

O nascimento de Portugal, como estado soberano, inscreve-se e insere-se na conjuntura do movimento geral da Reconquista cristã contra o Islão, que começou no século VIII e que só terminou em Portugal, com a conquista do Algarve, em 1249, por Afonso III, no que respeita ao território português, e com a conquista de Granada, em 1492, pelos reis Católicos, na Espanha. Portugal foi precisamente o primeiro reino da Península Ibérica a libertar-se da presença do Islão e a ocupar, desde os fins do século XIII, até hoje, a mesma tira estreita à beira do Atlântico, a outra fronteira sem fim que mais tarde fará parte do seu espaço real e mítico de povo descobridor.

Até meados do século XII houve uma consciência clara da dualidade constituída pelos dois antigos condados de *Portucale* e de Coimbra. No entanto, prevaleceu desde cedo a ideia da supremacia de *Portucale* sobre todo o território, como se constata na intitulação dos

condes Henrique, Teresa e de Afonso Henriques serem apenas a de senhores, condes, príncipes ou rei *portucalense* ou dos *portucalenses*.

As grandes linhagens da aristocracia nobre, condes e outros delegados régios (cujos poderes lhes advinham do carácter essencialmente militar do seu modo de vida) foram as principais criadoras de nacionalidades regionais. Na verdade, a permanência da terra portuguesa sob a regência duma dinastia de caudilhos, grandes proprietários da região e com interesses a ela intimamente vinculados, permitiram concorrer em larga escala para a plasmação dum povo *portugalense* ou *portucalense*.

Não é fácil compreender na totalidade como foi possível a Portugal conseguir escapar às malhas da grande Espanha, quando outros reinos coevos o não conseguiram. É sem dúvida um caso paradigmático, este pretense milagre de salvaguarda autónoma e nacional. Claro está, argumenta Eduardo Lourenço (1999), que a história da Península anterior à constituição tardia dessa grande Espanha – a dos reis Católicos, de Carlos V e de Filipe II – explica ou permite tornar mais inteligível a excepção portuguesa.

Do século XII ao século XV, período que vê a ascensão irresistível e hegemónica de Aragão e Castela no espaço ibérico e a que, com dificuldade, só o reino lusitano escapou, a situação de Portugal, as suas forças, os seus recursos, o seu relacionamento com outros reinos da Península ou da Europa não são muito diversos dos da Catalunha, de Aragão, seu aliado privilegiado, ou da própria Castela e Leão de que se separa, seu adversário potencial. Isto pode explicar, em parte, o aparentemente insólito milagre de uma sobrevivência política e de uma autonomia histórica como a de Portugal. Nem por isso o seu caso é menos estranho e como tal é vivido sempre, não só pelos que consideram do exterior o destino português, mas sobretudo, e permanentemente, pelos próprios Portugueses.

Cabe aqui repensar se foi apenas a ambição pessoal de umas quantas famílias nobres, por si só, que justificou a separação dos povos peninsulares. Ou haverá outras razões de índole cultural, linguística, etnográficas e comportamentais, o apego ao património, a força da tradição, enfim, que factores nos agregaram no nosso território? Na verdade, os estudos linguísticos³⁴ e etnográficos³⁵ são importantes para a compreensão da génese e consolidação da autonomia de Portugal, mas considerámos também relevantes as vicissitudes da própria história, o ambiente permanente de lutas e reconquistas, as conjunturas ora favoráveis ou não,

³⁴ Vide, CINTRA, Luís F. Lindley (1959). *A Linguagem dos foros de Castelo Rodrigo [...]. Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do século XIII*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, reimp. fac.similada, IN-CM, 1984, que incide sobre o Leonês e Galego-Português do séc. XIII. Esta é uma obra de referência em que a linguística se relaciona com problemas históricos e etnográficos.

³⁵ Face à importância dos estudos linguísticos e etnográficos voltaremos a abordar este assunto no capítulo 2, subcapítulo 2.4, “Evolução da história-cultural portuguesa até às crónicas do século XV”.

associadas ao forte desejo e vontade de emancipação e de autonomia revelados e transmitidos de geração em geração pelas classes senhoriais, laicas e religiosas, de entre Douro e Minho.

1.2. A viragem geoestratégica e política da dinastia de Avis nos séculos XIV e XV

O quall auera grandes demandas com o rregno de Castella, de que sempre ficara uemçedor, e elle [o Mestre de Avis, D. João I] sera o primeiro rrey dEspanha que teera posse em Africa, e sera o primeiro começo da destruiçom dos mouros (CC: Capitullo xvij, 57).

A luta entre os cristãos da *Domus Dei* e os muçulmanos da *Dâr al-Islâm* não terminou na batalha do Salado³⁶, em 1340, pois a guerra prosseguiu, e a prova disso são as bulas de 1341, 1345, 1375 e 1377, que exortavam os reis portugueses à luta contra os reis de Granada e de Benamarim (Marrocos), a conquistar-lhes os castelos e terras e a erigir igrejas nesses lugares, porque, tal como Gil Vicente (1465?-1536?) lembraria na *Exortação da Guerra* (1514) “África foi de cristãos / Mouros vo-la tem roubado”. Com efeito, a África fora berço de muitos santos e mártires do cristianismo, terra de vivências religiosas originais como a dos místicos, das comunidades monásticas, de seitas e heterodoxias várias. Assim, não nos admira que o cronista Gomes Eanes Zurara tenha afirmado que, «se Deus quiser, per essa guisa, ca nos ã soomemte lhe defemderemos a çidade, mas aynda lhe tomaremos toda a outra terra que ymjustamente pessuem, em que os cristãos jaa tiveram senhorio» (CCPM: Livro I, Capitulo XII, 218). Contudo, nos séculos XIV e XV, em toda a África, só havia cristãos no Egipto e na Abissínia.

A cidade de Ceuta, tal como observa Zurara, «foy primeiro de gentios como dito he e depois foy conuertida aa fee de nosso Senhor Jehsu Christo, na qual durou ata o tempo que a o conde Juliam³⁷ entregou aos mouros, quando por vingança delRey Dom Rodrigo³⁸

³⁶ A Batalha do Salado travou-se entre os exércitos cristãos peninsulares e um enorme exército Mouro que invadiu Castela com o objectivo de reconquistar a península. Surge no reinado de D. Afonso IV que decidiu ajudar o rei de Castela, D. Afonso XI, seu genro, com o qual não tinha boas relações. Ajudou-o não só pelo pedido feito por sua filha D. Maria de Portugal mas também por questões políticas e estratégicas, visto que se Castela fosse possuída pelos Mouros, teria Portugal que enfrentar o exército africano sozinho, o que dificultava ainda mais a vitória. Esta batalha não foi a última mas representa uma vitória decisiva da cristandade sobre os muçulmanos da Península Ibérica.

³⁷ O conde Julião foi governador de Ceuta. Foi chamado pelos filhos de Vitiza para se vingarem de Rodrigo que destronara seu pai. Isto deu origem à invasão da Península Ibérica pelos mouros.

³⁸ Dom Rodrigo foi o último rei dos visigodos que perdeu o reino, sendo vencido pelos mouros em 711 d. C.

primeiramente os mouros passaram em Espanha segundo conta santo Isidro³⁹ e mestre Pedro⁴⁰ e Dom Lucas de Tuy⁴¹» (CC: Capitullo ij, 10).

A Reconquista da Península Ibérica e do Norte de África era, há muitos séculos, um projecto acalentado pela Igreja, e o papado animava os reis peninsulares com bulas e indulgências generosas, garantindo prémios espirituais e benefícios materiais. A formação dos reinos cristãos peninsulares nasceu, assim, no seio das lutas contra os Mouros: a Reconquista cristã foi alimentada pela ajuda da Igreja e pelos cristãos da Europa que as peregrinações a Santiago de Compostela simbolizaram e quando o al-Andalus (designação dada ao território ibérico ocupado pelos Mouros) ameaçava ruir.

Ao longo do século XIII, a personalidade e força dos reinos cristãos crescia de maneira imparável, enquanto a dinastia merínida de Marrocos se desagregava. A esta situação não era alheio o facto da guerra contra os Mouros ser considerada um serviço a Deus: «E posto que alguñs neiceos e couardes digam que a guerra dos mouros nam he o mayor seruiço que a Deos pode seer feito per os seus fiees christãaos erram grauemente» (CC: Capitullo iiij, 15).

O plano de Fernando III, *o Santo*, rei de Leão e Castela (1217-1252), em construir uma frota para o transporte do exército cristão e o início de ocupação do solo magrebino, não se concretizou devido à sua morte prematura, mas não durou muito tempo para que o projecto fosse continuado, embora em moldes diferentes. Em 1291 os reis cristãos de Aragão e Castela, Jaime II (1267-1327) e Sancho IV (1258-1295)⁴², respectivamente, negociaram a partilha do Norte de África e estabeleceram zonas reservadas à conquista de cada um dos países. A oriente do rio Muluia (actual reino de Marrocos, mas próximo da fronteira com a Argélia), a iniciativa partiria dos Aragoneses, enquanto que o território ocidental, até Ceuta, seria da conquista dos Castelhanos.

Torquato Soares considera que a ocidente de Ceuta, a Berbéria ficaria destinada à empresa bélica dos Portugueses porque o relato coevo afirma: «Fó avengut et especificat entre los dits Reys que la conquesta de Barberia pertanijes als dit Reys en aquesta manera: Que del Riu de Malchuya enves Cepta, et daquela part aytant con es, es de conquesta de Castela. E del dit riu debes Bugia et Tunis aytant con es es del Rey Daragó» (1962: 533). Assim seria e desse modo se fez em concordância com Gomes Eanes de Zurara que resume de forma lapidar o problema português: «ca nos da hũa parte nos çerca o maar e da outra

³⁹ Deve tratar-se de Santo Isidoro (570-638), que foi bispo de Sevilha e que foi grande apóstolo na conversão dos visigodos. Escreve a enciclopédia *Etimologiorum ... et originum Libri XX*.

⁴⁰ Pedro Lombardo, arcebispo de Paris, que escreveu *Sententiam Libri X*.

⁴¹ Escritor medieval que escreve sobre as causas da derrota dos reis visigodos.

⁴² Sancho IV de Leão e Castela, *o Bravo*, rei desde a morte de seu pai em 1284 até 1295. Era filho de Afonso X, *o Sábio*, rei de Castela, e de Violante, infanta de Aragão (filha do rei de Jaime I de Aragão, dito *o Conquistador*, e de sua esposa Iolanda, Princesa da Hungria).

temos muro no reino de Castella» (CC: Capitullo vj, 20). Asserção semelhante surge após a conquista de Ceuta, relativa aos homens que permanecem na cidade para a defenderem: «caa se viam nas partes d’Africa, de hũa parte çercados do maar e da outra dos ymigos» (CCPM: Livro I, Capitulo deçimo, 210-211).

Conhecidas as intenções dos nossos vizinhos cristãos, havia que gerir a situação. Tornava-se imperioso agir e tomar decisões, até porque a nova dinastia reinante, a de Avis, tinha origem na anterior, mas por via bastarda e tal constituía uma sombra que diminuía a sua força política no contexto internacional com óbvias repercussões no exercício da autoridade no interior do país (cfr. Farinha, 1998: 120).

Na verdade, a dinastia de Avis enfrentava um grande desafio: tinha de confirmar a sua sobrevivência como poder e a do país enquanto reino independente e, como veremos, impunha-se a aceitação da nova monarquia por parte do papado e dos principais reinos cristãos, atendendo à deficiência da dinastia em matéria de legitimidade e à dimensão exígua do território e dos seus recursos. Assim, era imperioso assegurar, quanto antes, a viabilidade política do pequeno reino e consagrar a nova dinastia, a figura do monarca, a sua descendência e os benefícios recolhidos pelas personagens e grupos sociais emergentes da revolução triunfante em 1385, porque o espectro da invasão castelhana persistia em manter-se, a paz não estava ainda assinada, e D. João I (1357-1433), o novo monarca português, filho de D. Pedro I, irmão por parte de pai de D. Fernando, sentia e sabia bem disso, porque não estava fora de questão aparecer outra reivindicação ao trono português.

Efectivamente, agrupados em redor do Mestre de Avis, *os patriotas* tinham consciência daquilo que estava em causa com a proclamação de D. Beatriz como Rainha: a sobrevivência de um Estado mas também a preservação de um sentimento nacional que já então tinha consciência da sua individualidade.

Cristóvão Rodrigues Acenheiro informa-nos nas *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, publicadas na *Collecção de Inéditos de História Portuguesa*, tomo v, que o Mestre de Avis, antes de se encontrar com Nuno Álvares Pereira, dava conta desse perigo quando confessava: «Amigos, eu vos quero dizer hũa cousa: eu vejo amte mym hũ poço muito grande, e muito fundo e escuro, o qual quem ele emtrar, será grande marauilha escapar: porem, eu me não poso ter em nenhuma maneira que nom emtre em ele» (1927: 177).

Portugal, melhor dizendo, o Mestre de Avis, após a crise de 1383-85, «avemdo aquelle amor com seus naturais que todo bõo primçipe deve aver» (CCPM: Livro II, Capitulo XI, 583), procurava unir as duas facções que entretanto se haviam gerado no reino, isto é, os seus simpatizantes e os apoiantes da causa de Dona Leonor, da filha Dona Beatriz e de seu

marido, D. João I, rei de Castela: «E avees de saber que ate aquelle tempo nũca lhe elle rrey chamara comde, caa elle se fora cõ sua madre, a comdessa, a Castella, por causa das guerras que se moverã amtre Portugall e aquelles rregnos, porque seu marido fora da parte da rrainha dona Lianor, por cuja rrazão a rrainha dona Breatiz, filha dell rrey dom Fernando e rrainha daquelles rregnos, fez grande acolhymmento aaquella comdessa, fazendo fazer a este dom Pedro [D. Pedro de Meneses] comde de hũ lugar que se chama Ilhoo» (*Idem*).

Impunha-se consolidar a autonomia política da Nação e resolver o conflito político-militar que prevalecia com Castela, o qual, em última instância, se prendia com a defesa da independência nacional, e que estava a provocar, no âmbito da *Respublica Christiana* (a principal unidade religiosa, política e sociocultural da Europa de então), um autêntico escândalo, por ser uma guerra entre reinos cristãos, quando havia ainda um inimigo comum para desalojar da Península Ibérica. Com efeito, o Mestre de Avis não desejava a guerra com Castela por dois motivos: «o primeiro por que lhe pesava de seu danno em quanto eram christãos e o segundo por que guerreando com elles nam podia auer lugar pera seruir a Deos como deseiaua» (CC: Capitullo iiiij, 16).

O problema pairava no ar: foi num quadro de ameaças e de incertezas que se procedeu à escolha de um bastardo (o Mestre de Avis) como rei e se procurou chegar o mais depressa possível à paz com Castela, a qual só viria a verificar-se em 1411, e mesmo assim com carácter provisório, devendo falar-se mais da celebração de tréguas.⁴³

A paz entre estes reinos não foi fácil de conseguir e a hostilidade prevaleceu porque cada um reivindicava os seus direitos, sendo o principal, para Portugal, o reconhecimento da sua independência. Mas a diplomacia ganhou primazia sobre a violência física e, neste particular, «foi decisiva a intervenção arbitral do chefe da *Respublica Christiana* – o Papa. Ora, para este, o rei de Leão e Castela era o primaz das *Hespanhas* e Portugal tinha a governá-lo um bastardo, pelo que D. João I não dispunha de muitos trunfos a nível da política externa. Teria, pois, que consegui-los» (Santos, 1998: 14).

A estratégia do rei português não poderia deixar, portanto, de satisfazer estes objectivos conjunturais: evitar a guerra entre cristãos (não hostilizar Castela) e captar, tanto quanto possível, as simpatias do poder arbitral. Como? Não era fácil.

O Mestre de Avis procurava, de alguma forma, como dirá Zurara, convencer o rei de Castela de «que o seu poder nom era bastante pera acabar sua conquista» (CC: Capitullo Lxiiij, 184), o que redundaria em injúria e numa mais que provável renovação da guerra entre

⁴³ As tréguas com Castela foram assinadas em 1411 mas há que não perder de vista que só a 30 de Outubro de 1431 (com confirmação por D. João I e seus filhos a 27 de Janeiro de 1432, um ano antes da morte do monarca) foi assinado o tratado de paz perpétua entre Portugal e Castela.

cristãos (referindo-se à conquista do reino de Granada, último reduto árabe na Península Ibérica e que prevaleceria até 1492). Assim, o que D. João I mais pretendia fazer crer nas instâncias internacionais era que a sua vontade «sempre foy chegada ao amor de todollos christãos» (CC: Capitulo xxvj, 79). E invocará mesmo, a seu favor, este argumento:

E esto podees claramente entemder comsijramdo como seemdo guerra amtre mym e o rregno de Castella, quamtas uezes fuy rrequerido delRey de Graada [mouro], offereçemdome gemtes pera me ajudarem a destroyr ou deneficar meus contrairos [castelhanos]. a quall cousa sempre emgeitey, conheçemdo que posto que me trouesse proueito, que nom era rrezam tomar tall ajuda sendo elles jnimijgos da nossa samta ffe (*Idem*).

Restava-lhe oferecer ajuda permanente ao monarca castelhano e propor acções militares conjuntas para desalojar os mouros de Granada, o que fez até ao fim da sua vida. Só que esta oferta tinha uma condição fundamental: ser realizada na condição de rei independente e não de vassalo de Castela. Como esta condição não foi aceite pelo reino vizinho, D. João I mudou de tática e procurou granjear fama internacional. Assim, «sem nenhuma jntrinsiqua allegria soomente quanto era que pois elles [castelhanos] queriam contra dereito e rrezam apremar as cousas de meus naturaes e soomente porque meu senhorio nom deuia sogeiçam» (CC: Capitulo x, 32), o Mestre de Avis resolveu conquistar Ceuta com a intenção de constituir no norte de África um vasto senhorio com outras cidades e vilas.

Di-lo Zurara ao referir que Ceuta não foi conquistada, mas começo dela, «porque aquello que assy fezera ão avia por comquista, mas por começo della» (CCPM: Livro I, Capitulo nove, 209), e dizem-no, claramente, os infantes D. Pedro e D. Henrique, numa carta para o duque de Bourbon, escrita pouco depois da tomada daquela cidade: «Nous actendons, dycy en avant le bom temps pour prandre autres cites et villes»⁴⁴.

A conquista de Ceuta foi, como afirma João Marinho dos Santos, «à luz da política joanina, a solução possível, o que não lhe retirou, antes lhe conferiu, uma concepção genial, a qual, aos olhos do papado, era, naturalmente, bem vista e apreciada» (1998: 15). A posse daquela cidade marroquina contribuiu para acelerar a Reconquista Cristã na Península Ibérica, para além de ajudar, como se pretendia e desejava, a resolver os problemas económicos estruturais da sociedade portuguesa, evitando ainda contendidas e brigas entre os fidalgos: «E assy todollos offiçios cada huñ em sua guisa primçipallmente dos caualleiros em que sse rrequere fortelleza, o que se os fidallgos e outros boñs homeēs deste rregno nom

⁴⁴ Carta de 23 de Outubro de 1415, in *Monumenta Henricina*, vol. II, pp. 229-230.

acharem em quem exercer suas forças, he necessario que de duas cousas façom huã ou trauaram arroidos e contemdas amtre ssy» (CC: Capitullo xiiij, 47).

Segundo a ideologia cruzadística, o mouro do Norte de África era o mesmo inimigo da Reconquista Cristã, pelo que, combatendo-o ali, era igualmente prestar um serviço a Deus, como o próprio Mestre de Avis confessava: «E porque naquelles tempos passados eu sempre deseiey fazer alguũ tall seruiço a nosso Senhor Deos, per cujo grande trabalho e perijgo podesse satisfazer per meriçimento alguã offemssa, se a contra sua uoomtade per mym ou per meu aazo teuesse feita» (*Idem*: Capitullo xxvj, 80).

Honra e proveito, eis o binómio, causa-efeito, significado-significante, relação bi-unívoca que definia os motivos da actuação da nobreza: «uns por servir, outros por ganhar honra, outros com esperança de proveito, ainda que cada uma destas duas cousas traga comsigo ambas, e isto é, que em servindo, aproveitavam em si, e acrescentavam em sua honra» (CG: Cap. XVII, 91).

A palavra de ordem era “cobrar honra”, a qual, como assegurava D. Duarte, «se percalça por fazer grandes feitos de guerra e, na paz, vivendo virtuosamente com boas manhas e saber; e, por termos grande estado, governando nossa casa e fazenda bem e grandemente» (*Leal Conselheiro*, cap. 9). Mas a honra tinha muitas leituras e o proveito disparatados modos e meios. Por isso D. Duarte não se poupou a ginásticas para ensinar o exacto sentido daquela expressão, chamando ao caso a razão, a fé e a experiência. E o cronista Zurara, no seu jeito sabido de puxar ao pedagógico, como oportunamente veremos, fez o mesmo, entrecortando as suas narrativas de parênteses aqui e ali recheados de lições de idêntico propósito.

Há honra de guerra e honra de paz, ambas feitas de querer, poder e saber, as três bases do siso. A honra era prémio do siso. Da prudência, discrição e bom entendimento, partes constituintes dele, do siso, segundo ainda D. Duarte. E continuando com *o Eloquentes*: «Honra é dada em esta vida per duas guisas. A primeira por alcançarem bens de fortuna; a segunda por serem virtuosos». Por isso «se diz que honra é vantagem ou reverença facta [a] alguém em sinal de preminência ou virtude» (*Conselhos de el-rei D. Duarte*, p. 226).

Não é sem razão que em toda a luta sociopolítica o pendão que ia à frente era o do prestígio, honorabilidade e alto nome dos actores. De facto, com a guerra no Norte de África, para além de se servir a Deus, podia-se ainda adquirir prestígio, honra, fama e glória (inclusive a do Céu) e praticar o virtuoso exercício das armas: «Sayba uossa merçee que o estado millitar nom he por outra cousa tanto louuado amtre os christaãos, como por guerrearem os jmfiees, (...), determinamos que uossa merçee pode mouer guerra comtra quaaesquer jmfiees assy mouros como gemitos, ou quaaesquer outros que per alguũ modo

negarem alguñ dos artijgos da samta ffe catholica, per cujo trabalho mereçerees grande gallardom do nosso Senhor Deos pera a uossa alma» (CC: Capitullo xj, 36-37).

Procurando a correspondência entre as categorias mentais e ideológicas, e a estruturação dos grupos sociais, principalmente dos dominantes, ou seja, das elites, podemos reter que o “serviço de Deus” e a honra eram dos principais princípios orientadores dos comportamentos em geral e da elite guerreira em particular: «que por çerto nom sera a nos pequena gloria e homrra, amtre todollos pouoos que forom em esta Espanha, seermos os primeiros que passamos em Affrica» (*Idem*: Capitullo Lijj, 162).

Todo o cristão devia trabalhar para o engrandecimento ou defesa da cristandade. A conduta humana tinha por fim atingir o estado virtuoso. Assim, todos procuravam justificar o procedimento pelas fórmulas tradicionais do serviço de Deus, serviço do Rei e honra própria.

A honra era o galardão máximo que se podia alcançar, «Pois a homrra que deuia seer o primçipall preço e gallardom de nossos grandes trabalhos» (*Ibidem*: Capitullo xij, 41) e «as principaaes duas fijs por que todollos homeês neeste mûdo trabalhom .s. honra e uida» (CCDM: Capitulo .Lxviiºj., 95). Tal constatação pode ainda observar-se na carta que Gomes Eanes de Zurara, comendador da Ordem de Cristo, escreveu ao Senhor Rei D. Afonso V, quando lhe enviou a *Crónica de Guiné*:

E porque aos homens não pode ser dada maior cousa em este mundo que honra, a qual diz o filosofo que de todos naturalmente é desejada, (...), porque de todas as cousas corporaes ela é maior nem melhor; e porque diz ele que o recompensamento da honra deve ser dado ao que é muito nobre e excelente [...]. O que certamente mostra ser assim, pois que a Deus não podemos dar maior cousa que honra, nem aos mui bons e virtuosos, por testemunho e galardão de sua virtude (CG: Carta, 3).

Vejamos outras asserções nas obras do cronista relativas ao acrescentamento da honra, glória, fama e proveito, vectores ideológicos que nortearam todo o século XV, sendo estes os objectivos político-ideológicos perseguidos pelos grupos sociais dominantes e pelas elites:

Sendo ele nosso capitão [Lançarote] e trabalhando tanto ante nossos olhos, se por isso não recebesse alguma honra avantajada sobre aquela que antes tinha, por ser bom e vosso criado (CG: Cap. XXVI, 127);

(...) desejando servir a Deus e a ell rrey e acreçentar sua homrra (CCPM: Livro II, Capitulo IXº, 560);

E, finalmente, quanto a nosso conselho pertemçe, nossa temção seja de guardar e mãter por serviço de Deus e homrra nossa (*Idem*: Livro I, Capitulo IIIº, 195);

(...) por quanto aquello que meus filhos rrequerem he pera gaanharem homrra que uos já teemdes gaanhada. a quall elles ajmda nom tem senam por rrezam de uos (CC: Capitullo xx, 64);

E assy teeremos dous muy grandes proueytos, o primeiro he a saluaçom que sabemos çertamente que rreçeberemos pera nossas almas, e o segundo homrra muy grande amtre todos nossos uizinhos, e memoria perdurauell que fiquara pera todo o sempre (*Idem*: Capitullo Lij, 162);

Ca a natureza ã esta parte nõ se cõtêtou fazer extremos soomête a nobreza trazida por antijgas auoengas poem necessydade aos homeês de se quererem alleuãtar e estremar antre os outros nos tempos em que se a honra deue aqueryr e buscar por lhes parecer que quãto elles sobreleuã em trabalhos e grandeza de feitos tâto sam mais dignos de mayores e mais excellêtes denidades de honra e de louuor (CCDM: Capitulo .Rij., 61);

A honra exigia reconhecimento social (fama) e recompensa material (proveito) da parte do rei (*a fons honorum*), como demonstram as seguintes afirmações:

Christo Jesu nosso Senhor foi aquelle, a quem dereitamente poderemos dar a homrra deste feito, empero nom ficam os homeês que em elle trabalharam sem muy grande parte da homrra (CC: Capitullo Lxxiiij, 207);

Meu filho, uos ajaaes a beamçam de Deus e a minha, por teerdes tam boa uoomtade pera meu seruiço, e pêra acreçemtamento de uossa homrra (*Idem*: Capitullo xxv, 77);

(...) pello quall ho creçemtarey com muita homrra e merçe, e me praz de lho outorgar (CCPM: Livro I, Capitullo quimto, 199);

(...) pera me servir de vos na guarda desta cidade, e quanto esto seja de minha homrra e seruiço (*Idem*: Livro I, Capitulo VIII, 205);

O proveito, ainda que identificado (e cada vez mais) com a riqueza móvel (através da prática da mercancia e do saque) era orientado para a satisfação do interesse individual:

E com esto darey tantas e tam grandes dadiuas prinçipalmente aaquelles estrangeiros que a grandeza e doçura dos benefícios que lhes eu assi fezer (CC: Capitullo viij, 25).

Ca nam foy algum que seruisse (...) aquelle grande prinçipe e senhor Rey Dom Joham que ficasse sem marauilhosa satisfaçam de seu seruiço. nom ajnda segundo a qualidade de seu mereçimento mais muito melhor e muy grandemente segundo em sua estoria em alguñas partes poderees achar (*Idem*: Capitullo ij, 12);

O proveito surgia, na mentalidade coeva, associado à honra, muitas vezes obtido através do saque, e está associado às acções a desenvolver:

Amigos, bem sabeis a fim por que partimos de nossa terra, como foi por serviço de Deus e do infante nosso senhor, e honra e proveito de nós mesmos (CG: Cap. XLV, 201);

Porem vós ide todavia e não temaes sua opinião, fazendo vossa viagem, que, com a graça de Deus, não podereis dela trazer senão honra e proveito (*Idem*: Cap. IX, 54);

Gonçalo de Sintra, assim pelo desejo da honra como do proveito (*Ibidem*: Cap. XXVII, 132);

Todavia, o proveito não estava (ou não deveria estar) desligado da contemplação do bem comum, ou seja, do interesse colectivo, sob pena de se dissociar da honra e de atentar contra a coesão nacional. Por sua vez, a fama resultava da concretização dos dois valores anteriores, podendo reflectir-se, também, tanto no indivíduo, como na colectividade (surgirá a preocupação com o bom nome da Nação Portuguesa).

A glória, equivalente ao louvor, tinha por fim último o galardão da alma, ou seja, a sua recompensa na vida eterna, pelo que estava garantido o Céu aos que morressem na guerra contra os infieis, como reconhecemos nas seguintes asserções:

Ora ueede sse he assaz de gloria pera elRey nosso senhor, e pera todos uos outros seus criados e naturaas, ueerdes oje per força de uossos trabalhos edificar huia casa aa homrra e louuor de nosso Senhor Deos. ca posto que lhe uos nom fizessees as paredes de nouo, mujto mayor mereçimento he a uos, tirardella de poder dos jmfiées (CC: Capitullo LRvj, 254);

(...) ante pe muitas vezes me rrequereo e ãcomendou que me trabalhasse d’ajumtar e escrever os ditos feitos, primçipallmente por louvor e gloria daquelle comde e dos outros nobres e virtuosos barões que com elle, por defensão da samta ffee e onrra da coroa de Portugall (CCPM: Livro I, Capitulo 1º, 175).

A posse de fazenda era sinal e proporção do valor, da nobreza e da excelência. Por isso é que “honra” era qualidade e era coisa, prosápia e terras. Mas só entre nobres, observa José Mattoso, «porque da recompensa material do esforço mecânico e do engenho no comércio à recompensa da virtude guerreira e da fidelidade ao rei ia um abismo» (1993b: 441), conforme adverte o sentencioso Zurara: «E porque, segundo o filosaffo, o [rrecompensamento] do ganho deve ser dado aaquelle que he mesteiroso e o rrecompensamento da homrra aaquelle que he muyto noble e exçellemte» (CCPM: Livro I, Capitulo 1º, 175).

Lucro avilta, honra não era lucro. Por isso o nobre não devia negociar nem os reis deixarem de ser magnânimos para com eles. Ser grande criador de fidalgos era emblema luzente de monarcas e senhores, à semelhança do rei *Africano*.

Honra e proveito, nome e riqueza, reputação e segurança – eis os motivos dos grandes feitos, razão do nobre viver. Outros motivos, assim como o lucro ou pura ganância, desonravam quem os tivesse.

Para Gomes Eanes de Zurara, a nobreza e os guerreiros deviam ser como aqueles que se encontravam em Alcácer Ceguer: «Como a mayor parte dos homeẽs que estauã ã aquella uila pera sua defensom erã nobres ou por nação ou criação, assy nũca podyam studar em outra cousa senõ em guaanhar nome e honra gastando e anoiãdo seus contrayros» (CCDM: Capitulo Lxxv., 103). Os guerreiros queriam-se no ferro e fogo dos prélios; na paz destoavam e abusavam, eis a mensagem implícita do cronista.

Foi nesse enredo mental comandado pela honra, glória, fama e proveito, vectores político-ideológicos e económico-sociais perseguidos pelos grupos sociais dominantes e pelas elites do século XV, que Zurara se movimentou, procurando conjugar as ambições privadas e particulares desses grupos sociais e elites, com os interesses da corte, do reino e da verdade, tarefa difícil mas não inconciliável para a sua pena laboriosa.

1.2.1. Razões da tomada de Ceuta

Porque para sempre será gloria e louvor amtre as outras nações serem possuidoras da cidade [Ceuta] em que tamta homrra per tamtos tempos per seus amteçessores se adquirio e ganhou (CCPM: Livro I, Capitulo 1º, 177).

Para conseguirmos formular um juízo claro e verídico sobre as conquistas marroquinas e a Expansão perpetradas pelo povo português, acções que na nossa óptica se completam e complementam, temos de compreender e sentir a vivência social, cultural, política e mental daquela época. Ora, essa compreensão só se tornará exequível, após minuciosas e aturadas consultas das obras coevas escritas e muitas outras fontes documentais relativas à realidade do povo português, e dos povos peninsulares e europeus nos séculos XIV e XV.

A realidade sócio-económica e política do povo português em finais do século XIV e princípios do século XV, aliada aos interesses, necessidades, expectativas e anseios das várias classes sociais, assim como as do rei e da corte, e da própria Europa, levaram Portugal a enfrentar enormes desafios, lançando-se à conquista e exploração de novos rumos e de mundos desconhecidos. O Portugal afonsino e rural virou para o Portugal marítimo e urbano, comercial e expansionista, da dinastia de Avis. A verdade, porém, e como veremos, é que no reinado do Mestre de Avis, a vida dos Portugueses não era nada fácil.

A tomada de Ceuta marcou o início da Expansão portuguesa e das conquistas marroquinas e vingou ainda a honra da Cristandade e da Espanha, face à penetração e conquistas muçulmanas na Península Ibérica após o século VIII. Todavia, estas políticas expansionistas causaram divisões na sociedade portuguesa e nos próprios príncipes de Avis. É certo que ninguém ousa questionar a importância histórica das mesmas, nem o interesse para Portugal e para Europa de Quatrocentos, porque, e é justo que se registre, a Expansão portuguesa do século XV não foi somente portuguesa: foi uma Expansão europeia. Portugal foi como que mandatado para executar um pensamento que era europeu, tendo muitos colaborado com Portugal na sua Expansão.

A Europa, no final da Idade Média, encontrava-se em período de expansão e os principais mentores e cientistas que estavam ao lado do infante D. Henrique vinham dos mais variados países europeus: «Oh! Quanta vezes o achou o sol assentado naquele lugar onde o leixara o dia dantes, velando todo o arco da noite sem receber nenhum descanso, cercado de gente de diversas nações, não sem proveito de cada um daqueles, que não era a ele pequena folgança achar com que aproveitasse a todos!» (CG: Cap. VI, 37). Todavia, há que realçar que a primeira ideia de Expansão, no sentido do alargamento do território, da procura e conquista de novas terras e mercados, surgiu em Portugal, na verdade, na 2.^a metade do século XII, entre 1165 e 1167, com Geraldo, *Sem Pavor*. Com efeito, aventureiro e conquistador cristão, Geraldo tomou várias praças aos Mouros. Passando-se para o lado destes, governou durante bastante tempo um território a sul de Marrocos, na província de Suz. Mais tarde, talvez arrependido, escreveu a Afonso Henriques (1109-1185), dizendo que o auxiliaria na conquista de território e expansão além Tejo, se lhe mandasse homens e navios. Assim, em rigor, e face aos propósitos de Geraldo, a primeira ideia de Expansão portuguesa começou no século XII com as conquistas além Tejo (cfr. Mattoso, 1993b: 77).

Muitas outras razões poderiam ser aduzidas como formas de explicação que levaram os Portugueses a virarem-se para o mar e para as conquistas marroquinas. António Quadros vê a conquista de Ceuta, de uma forma geral, como a obra qualitativa da dinastia de Avis e do pensamento (expansionista) dos seus Príncipes, apesar de saber que a empresa dos Descobrimientos deu os seus primeiros passos no próprio reinado de D. Dinis: «foi um Franciscano “espiritual”, contemporâneo de D. Dinis, um maiorquino da roda cultural dos soberanos de Aragão, o *Doutor Iluminado*, Raimundo Lúlio⁴⁵ (1232/33-1316), o primeiro a

⁴⁵ Por volta de 1272, Raimundo Lúlio escreveu, primeiro em árabe e depois em catalão, o *Llibre de Contemplació en Déu*, verdadeira enciclopédia de conhecimentos teológicos e naturais, de grandes proporções. Consiste num apaixonado monólogo que a criatura dirige ao seu Criador. Começa considerando o Ser eterno, seus atributos e operações, a criação e as virtudes de Cristo, entremeando todos os argumentos com sublimes

sugerir o plano de circum-navegar a África para alcançar a Índia» (1987: 155-157). Tal é o desiderato do seu *Liber de acquisitione Terrae Sanctae*, de 1288, em que preconiza como primeiro passo o ataque e a conquista do Norte de África para alcançar a Índia.

Apesar de não ter sido um rei descobridor, D. Dinis conheceu as ideias e a obra de Raimundo Lúlio, e a iniciativa da grande empresa das descobertas e da Expansão foi sob a sua égide que se iniciou, como afirma José de Bragança: «É fora de dúvida que o destino atlântico de Portugal é nitidamente concebido desde o reinado de D. Dinis» (1973: XVI).

Dois eventos fundamentais atestam o papel fundamental de D. Dinis para dar início ao arranque dos Descobrimentos e da Expansão: a reorganização da armada real pelos genoveses, em 1317, lembrando que no contrato de Manuel Pessanha, o seu almirante se obrigava declaradamente a defender o reino contra os mouros, *inimigos da nossa fé*; e o acolhimento, dois anos depois, da primeira sede da Ordem de Cristo, por bula decretada pelo Papa João XXII, em 14 de Março de 1319, com sede e castelo em Castro Marim, obedecendo, em parte, aos mesmos objectivos.

A escolha de Castro Marim, devido à sua localização estratégica, foi intencional: «A centralização da ordem em Castro Marim não pode deixar de obedecer a objectivos geopolíticos, pois, situada no estuário do Guadiana, é o lugar fortificado que fica mais vizinho dos portos granadinos e marroquinos, donde partem as investidas dos piratas mouriscos contra as costas portuguesas» (Cortesão, 1959-61: 179-180). Com feito, D. Dinis mandou fazer diversas invasões nas costas da *Berberia*, através de operações navais comandadas por Pessanha e que por Bula de 7 de Maio de 1320, o Papa João XXII concedeu a D. Dinis a dízima das rendas eclesiásticas do reino, pelo tempo de três anos, para fazer guerra aos mouros, em África, com uma armada de galés.

A primeira fase do reinado de D. João I foi marcada pela guerra contra Castela, a luta pela independência e fortalecimento da nação e durou até 1411-12. A guerra expansionista de Marrocos e inícios das explorações atlânticas marcaram a segunda fase do seu reinado que durou até ao fim da sua vida, em 1433.

Estabelecida a paz, senhor do reino, D. João I não esqueceu a importância de criar laços na Europa: não com o intuito de prevenir guerras ou arranjar aliados, mas porque isso fazia parte da ideia de monarquia e era necessário à fama e prestígio do seu nóvel tronco dinástico. Havia que rapidamente se integrar no grande clube dos príncipes da Cristandade, na *Respublica Christiana*. Foi o próprio cronista Zurara quem nos recordou esta conveniência:

trechos sobre psicologia humana, moral e apologética. Finalmente considera o amor, a oração e a contemplação. Toda a linguagem é fortemente expressiva e transbordante de lirismo.

(...) e que aos homeês pareceo necessareo ordenarem antre ssy Reis por que os maaos nõ teuessẽ licença de forçosamẽte correr por suas maldades, mas que com forçosa mão fossẽ repremidos punidos e castigados segũdo suas maldades. E de conuerso os boos gallardoados e honrados segundo suas uirtudes e merecimẽtos, os philosafos por lume deuinal ouuerõ tãto conhecimẽto da rezõ por que conhecerõ quaaes e queiandos cõuijnã de seer os Reis e princepes, e por consequĩte todos aquelles que por poderyo ouuessẽ de ssojugar aos outros (CCDM: Capitulo .CRiiiºj., 190).

A guerra com Castela, (re)iniciada no tempo de D. Fernando, teve o seu clímax no interregno de 1383-1385, e, apesar das tréguas de 1411, a ameaça de absorção do pequeno reino ocidental prevaleceu até à paz definitiva assinada em 1432: «Outrossy foram trautadas e firmadas pazes amtre Portugall e Castella por çemto e hũ annos, as quais trautarão Luys Gomçallvez, e Pero Gomçallvez, seu irmão, e o doutor Rruy Fernamdez. E foy ã estes trautos por secretario Rruy Gallvão» (CCPM: Capitulo XXVI, 654).

Firmadas as tréguas, Portugal pôde, então, com sabedoria e serenidade, virar-se com todas as suas energias para além mar, sendo Ceuta conquistada a 21 de Agosto de 1415. Mas esse desafio à independência portuguesa foi crucial para o entendimento da época: o país tinha de se fortalecer para resistir à ameaça castelhana, necessitando de um exército treinado, de uma frota numerosa e de pontos de apoio exteriores ao território continental. Todavia, ao pretender lançar-se na conquista de Ceuta, o Mestre de Avis temia desgarnecer o país de defesa e desconfiava das verdadeiras intenções castelhanas:

Mas que sera porque eu tenho gramde duuida e pouca seguramça no rregno de Castella, ca pode seer que sentindo como som fora de minha terra, podersseam mouer comtra meu senhorio, a quall cousa será muy maa ao diamte de rrepayrar. E a quarta duuyda que tenho he comsijramdo que me Deos desse a uitoria que em elle comfio, o filhamto desta çidade me pode fazer mayor dano do que proueito por quamto o rregno de Graada fica mujto mais aazado pera sse poder conquistar (CC: Capitullo xij, 39-40).

Os feitos da dinastia de Avis e dos seus príncipes, para serem compreendidos, terão de ser inseridos na sua época histórica específica, isto é, na conjuntura europeia carente de abertura em busca de novos mercados e espaços. O problema é que a Europa continuava a viver uma situação de longa depressão económica como a análise da fiscalidade da época documenta. Com efeito, já ao equacionar os meios materiais de que poderia dispor para tomar a cidade de Ceuta, D. João I se havia queixado da falta de gente, de dinheiro e de equipamento náutico e militar: «E a terçeyra cousa acho que he a abastamça da gente que nom tenho, (...), e eu nom tenho a de fora nem esperamça como a aja primçipallmente pollo

falliçimento do dinheiro que semto em meu rregno. (...). E assy que com as minhas gemtes me comuem soamente fazer todo meu feito» (CC: Capitullo xij, 39).

Até 1411 andou-se praticamente em guerra. A inflação monetária atingiu níveis elevadíssimos. O povo queixava-se dos privilegiados. Os impostos extraordinários, os célebres “pedidos” tornaram-se crónicos e foram lançados à rebelia das cortes. Por último, muito censuradas e qualificadas de roubo, surgiram as “sisas”, imposto indirecto municipal, só excepcionalmente concedidas a reinantes, as quais foram apropriadas à coroa como se tratasse de direitos reais. Todavia, e apesar da grave crise económica vivida, havia muitos factores importantes que impeliam o Mestre de Avis, recordado por muitos como “pai dos Portugueses”⁴⁶, a avançar para a conquista da cidade de Ceuta, situada no Norte de África:

Dando-lhe Deos uitoria que acabaria tres cousas muy grandes, as quaaes nenhum grande príncipe nam deuia dengeitar quando se lhe assi offereçessem como se a elle em tal caso offereçeram .ss. a primeira grande seruiço a Deos. (...). E a segunda cousa he honrra que se vos delloo segue. (...). E a terceira cousa he a grande e boõa vontade que tendes de nos fazerdes honrradamente caualeiros (...) pois que outra nenhuña conquista nam tendes em que o possaes fazer (*Idem*: Capitullo ix, 28-29).

Portugal espreitava, pensava em Granada e no estreito de Gibraltar, ponto nevrálgico que controlava as entradas e saídas do Mediterrâneo para o Atlântico, só que essa conquista equivalia a uma provocação dos interesses Castelhanos; por isso voltou os olhos para os vastos territórios ao sul do Mediterrâneo, ricos em ouro, escravos, cereais, produtos exóticos e relativamente mal povoados, como se constata e descreve na *Crónica de Guiné*:

Esta foy huma das principais cidades no tempo dos mouros, assy em edificios como em riquezas e nobrezas e mercadorias. E aqui avia a principal descarregação dellas para toda a terra do sertão. E estava em tanta prosperidade que quantos navios passassem pelo dito estreito quer do levante ou do poente aviam de amaynar as velas. E qual não que esto não fizesse, logo as galés dos mouros ha seguiam e a tomavam (*Ms. de Munich*, fol. 45).

Ceuta era, efectivamente, uma cidade rica, pela sua agricultura, pelo seu artesanato, pela fertilidade dos seus mares e, sobretudo, pela sua posição estratégica, quer porque lograva controlar parte das rotas comerciais do Atlântico e do Mediterrâneo (com distensão para o Índico), quer porque conseguia atrair muito do ouro do Sudão que circulava nas caravanas transaarianas.

⁴⁶ Vide, MATTOSO, 1993b, 497, in nota 4, p. 547 (Cap. I dos do Algarve de 1451 (Santarém), ANTT, *Suplemento de cortes*, m. 4, n.º 47).

Tendo em conta a situação económica do reino e os produtos magrebins cobiçados pelos invasores, indicam-se várias e divergentes opiniões relativas às possíveis motivações que levaram os Portugueses a conquistar Ceuta:

Seriam o trigo das planícies atlânticas de Marrocos (António Sérgio) e o ouro do Sudão Ocidental (Jaime Cortesão), escoados pelos portos norte-africanos, uma atracção irresistível para os povos da Ibéria ocidental? O corso e a pirataria praticada pelos Mouros (cardeal Saraiva e David Lopes) teriam atingido, no alvor do século XV, uma dimensão insustentável? A pressão social da nobreza portuguesa (Veiga Simões) exigiria rendas acrescidas que só a conquista de novos territórios permitiria satisfazer? O desejo de aperfeiçoamento moral e religioso (Mário de Albuquerque) impunha a prossecução da obra da Reconquista e da cruzada contra os Mouros? Ou, como pretendia Zurara poucas décadas após o evento, tudo se resumiu ao desejo dos infantes de serem armados cavaleiros no campo de batalha, em vez de receberem a ordem no decorrer de um simples torneio? (Farinha, 1998: 120).

O início da expansão europeia de que os Portugueses foram os pioneiros representa, em termos de História Universal, o encontro dos diferentes povos e culturas, constituindo o pórtico da Idade Moderna. Com efeito, a conquista de Ceuta iniciou um capítulo novo na história da civilização europeia. Tal como sustenta António Dias Farinha, «debuxam a visão do mundo como hoje é conhecido» (1998: 120).

Os Portugueses tornaram-se os arautos dos Novos Mundos e da Idade Moderna, afirmando-se que a hora da maior coragem na História da Europa foi a hora do esforço português. A época mais espantosa, mais fantástica e mais produtiva foi dada ao mundo pelos Portugueses:

E, com espanto e inveja, volta o Mundo a olhar para este pequeno e ignorado povo no recanto da Europa. Observada pelo lado do raciocínio, a expansão de Portugal é um absurdo, uma quixotice, mas quando o povo se abalança a tarefa muito acima das suas forças, aumenta as suas possibilidades até intensidade jamais concebida. Nunca talvez uma nação se concentrou toda num único momento de vitória, como Portugal, em princípios do século XV. Durante uma hora que o Mundo nunca poderá esquecer, é Portugal a primeira nação da Europa, a nação condutora da Humanidade (Zweig, 1975: 7-9).

Uma tamanha expansão dum tão pequeno povo tinha criado o ciúme, o espanto e a admiração da Europa. Rodrigues Lapa afirma que letrados e humanistas «viviam então enlevados nas façanhas guerreiras dum Alexandre, dum César, da antiga Grécia e Roma. Nisto, porém, eram obrigados a reconhecer que a glória do presente, da actualidade portuguesa, obscurecia largamente a do passado» (1972: VI).

O fenómeno da Expansão tem de ser compreendido como um fenómeno geral, e uma análise comparada mostrar-nos-ia que as causas, as formas e as consequências da Expansão, são muitas vezes as mesmas de continente para continente, de século para século ou de milénio para milénio, pelo que a Expansão portuguesa deve ser recolocada neste grande movimento planetário. Daí que a conquista de Ceuta se inscreva numa dinâmica expansionista geral e global dos reinos europeus e cristãos e em circunstâncias concretas da realidade portuguesa e ibérica, nos alvares do século XV, tornando-se um dos temas mais controversos da nossa História, sendo as razões e teses apontadas para tal empreendimento numerosas e diversificadas.

A conquista de Ceuta, a que D. João I se decidiu por múltiplas razões, ainda hoje diversamente interpretadas, acabou, no entanto, com os abusos cometidos pelos árabes, na posse daquela *Chave da Espanha*, como lhe chamava Zurara, e teve como consequência, entre outras, a de criar ali uma escola de guerra contra os Mouros, tanto em terra como no mar.

Os danos causados e o pouco proveito temidos pelo Mestre seriam mais tarde confirmados pelo filho, o infante D. Pedro, o qual diria na sua famosa carta de Bruges⁴⁷, redigida no início de 1426, que Ceuta se transformou num *sumidoiro* de gente, armas e dinheiro. Por isso, «antes de filharem esta çidade, logo no primeiro começo de nossos comselhos, hũa das cousas por mÿ [D. João I] allegadas pera emtõ detreminar foy que, sendo esta çidade, per graça de Deus, filhada, que era o que fariamos della» (CCPM: Livro I, Capitulo IIIº, 188), porque, «Çerto he que ho rreter desta çidade ao seu derradeiro fim não he outra cousa senão fama e nome, ca de proveito que se a coroa rreall possa seguыр nõ se pode pello presentemte conhçer» (*Idem*: 189).

Reparemos como as palavras do Mestre de Avis renunciavam inteiramente os seus primeiros receios: «Ora seemdo assy que Deos nos queira fazer tanto bem que cobremos esta çidade a nosso poder, que nome ou que homrra nos uem ese ao diamte nom podermos manteer ou deffemder, nom nos fica nenhuũa cousa de que nos rrazoadamente possamos louuar. Ora ueede que nos aproueitam tamtas e tam grandes despesas com tamanha força de trabalho e cuydado com esperamça de tam pequena uitoria» (CC: Capitullo xij, 40-42). Com efeito, o lucro material, ou seja, o proveito, para além da fama, glória e honra, estavam sempre associados às acções a desenvolver: «E o que peor era, que alem dos vulgares do povo, os outros maiores falavam em si quasi por maneira de escarnho, tendo que eram despesas e trabalhos de que não podia vir algum proveito» (CG: XVIII, 96).

⁴⁷ É uma carta-manifesto de homem de Estado, com opiniões seguras sobre política eclesiástica, cultural, militar, judicial, financeira e social.

A empresa de Ceuta foi cuidadosamente planeada e rodeada do maior segredo. O destino da armada só foi conhecido de poucas pessoas. O projecto surgiu cerca de quatro ou cinco anos antes, mas só após as já referidas tréguas com Castela, assinadas em 1411, se iniciou a preparação do exército, do armamento e da frota capaz de transportar tão elevado número de homens⁴⁸. A expedição foi architectada em absoluto sigilo, e apenas dois funcionários reais estavam a par dos preparativos, Gonçalo Lourenço e Gonçalo Caldeira⁴⁹:

Gomçallo Caldeyra, escriuam da câmara delRey, a que a puridade deste segredo foy rreuellada nom podia per ssi soo escpreuer tanta escriptura como perteeçia pera este feito, e porem foy reuelado assy aaquelle por sentirem delle que era homem que o guardaria. Certamente elle tomou dello tamanho cuydado, que posto que depois da tomada de Cepta mujtos annos uiuesse, nunca foy homem que lhe em ello ouuisse fallar soamente per grande uentura e ajmda aquello que fallaua sob muy grande cautella e temor (CC: Capitullo xxv, 76).

Na opinião de D. João I, a guerra contra os infiéis do Norte de África constituía uma penitência, uma *santa romaria*, pelo sangue vertido na luta que sustentava com o castelhano: «Pois que peemdemça posso eu fazer de quantos homeês per mym e per meu aazo foram mortos, soamente matar outros tantos jmfiees ou mujto mais se poder por seruiço de Deos e eixalçamento da samta fe catholica. (...). Com a graça de Deos espero de leuar a esta samta rromaria» (*Idem*: Capitullo xx, 65).

A sua consciência de católico sentir-se-ia lavada do pecado involuntário de ter morto cristãos (na guerra contra Castela), quando saldasse a dívida contraída e matasse outros tantos islamitas, e na mentalidade do Mestre e dos cristãos, Deus estaria do nosso lado: «Prouve assim a nosso senhor Deus, que nas presas e trabalho acorre aos que em seu seruiço andam» (CG: XXII, 115). Todavia, o Mestre de Avis reflectiu maduramente sobre a posição a tomar: «Empero ante que eu nenhuña cousa rresponda quero primeiramente saber se esto he seruiço de Deos de se fazer. ca por muy grande honrra nem proueito que se me dello possa seguir se nom achar que he seruiço de Deos nom entendo de o fazer. porque soamente aquella cousa he boña e onesta na qual Deos jnteiramente he seruido» (CC: Capitullo x, 30).

A conquista de Ceuta, independentemente da tese perfilhada sobre a mesma, marcou, assim, indubitavelmente, o advento das conquistas marroquinas e o início das Descobertas e Expansão portuguesa operadas ao longo do século XV sob a égide da dinastia de Avis,

⁴⁸ Os embaixadores desta negociação de paz foram: «Joham Gomez da Silua alferes delRey e rrico homem e do seu conselho e Martim Dosem governador da casa do Iffante Duarte e o doutor Beliago adayam da see de Coimbra, notaueeis pessoas e de grande autoridade» (CC: Capitullo v, 17).

⁴⁹ José Dias Prudente refere apenas o nome de «Gonçalo Lourenço» (1960: 41).

especialmente dos seus príncipes: «e seede mujto çertos que eu nom fuy assy ligeiro de trazer aa fim daqueste propósito, como sabem meus filhos, que foram os primçipaaes mouedores daquesta empresa» (*Idem*: Capitullo LRvij, 257). Aliás, «a conquista de Ceuta, com todas as suas inúmeras e infindáveis sequelas, pode e deve ser assumida como o mais genuíno facto histórico que dá início à Idade Moderna» (Brasil, 1988: 9).

Zurara aponta cinco razões pelas quais *o Senhor infante D. Henrique foi movido de mandar buscar as terras de Guiné*, justificando a Expansão e a empresa dos descobrimentos:

O infante queria conhecer o que estava para além do Bojador e das Canárias (últimas terras conhecidas, a curiosidade); o infante queria saber se para além destas terras já conhecidas, havia reinos cristãos ou bons portos com os quais se poderia comercializar (razão comercial); o infante queria saber qual o real poder dos Mouros de África (razão militar); o infante queria saber se haveria reinos cristãos para além do conhecido para se aliar contra os Mouros; o infante pretendia expandir a fé cristã, cristianizando os infiéis, proselitismo religioso (CG: Cap. VII, 43-47).

Diremos que uma razão, por si só, não poderia garantir razoabilidade nem fiabilidade para tão arrojado e avultado projecto, mas que um pouco da linha de força de cada uma delas forneceu a ideia final e definitiva que permitiu desencadear todo o processo e conduzir à Expansão que levou à conquista e ocupação de Ceuta.

Pretender circunscrever a génese ou as finalidades da Expansão Portuguesa, designadamente o projecto de Ceuta, à consecução ou à proeminência de um só objectivo (seja ele político, militar, económico ou religioso) seria assumir uma visão redutora e, portanto, deformadora da realidade. Com efeito, só a temeridade e ousadia do feito e as consequências de que se revestiu, permitiram a enunciação de tantas perguntas e dúvidas a que corresponderam outras tantas teses, razões, motivos ou solicitações, acerca deste tão arrojado e destemido cometimento.

Neste empreendimento, não podemos, à semelhança de José de Bragança (1973: XVI), relegar o infante D. Henrique (1394-1460) à categoria de mero agente do negócio do oiro em pó ou da escravatura. Esta opinião também é rejeitada por Joaquim Bensaúde, o qual defende que muitas outras motivações, mais importantes e altruístas estavam no espírito do infante D. Henrique: «a verdade é que as navegações do infante, consideradas como especulação comercial, eram simplesmente ruinosas e a tenacidade com que D. Henrique nelas persiste até morrer, prova, ao contrário, que outra aspiração, outro intuito o animava e não apenas o de enriquecer ou o de enriquecer o reino» (1930: 30).

De qualquer maneira, e como já referimos, as opções tomadas e as acções levadas a cabo por D. João I e seus filhos, para serem compreendidas, têm de ser inseridas na

mentalidade ideológica tardo-medieval baseada de ideologia cristã e na rígida hierarquização e estratificação social vigentes. Assim sendo, podemos argumentar que a aspiração europeia coordenada com a necessidade nacional, desencadeou o processo que permitiu o esboço da Expansão portuguesa e que conduziu, em primeiro lugar, à conquista de Ceuta no ano de 1415. Este feito militar tem enorme repercussão no país e no estrangeiro, tendo D. João I acrescentado ao título que usava, rei de Portugal e do Algarve, o de Senhor de Ceuta.

Conquistada a praça de Ceuta, surgiu de imediato a questão de saber o que se iria fazer com ela. Instalou-se a controvérsia, dividindo-se as opiniões das entidades oficiais e das classes sociais portuguesas, cada uma delas com os seus próprios interesses e objectivos, dado que, como explica Humberto Baquero Moreno, «a evolução da sociedade portuguesa no período de transição da Idade Média para a Idade Moderna não se apresenta de um modo uniforme, se atendermos a que os ritmos de desenvolvimento variavam consoante a inserção dos grupos sociais na diferentes áreas regionais do território» (1985: 13).

A evacuação da praça nem sequer se podia equacionar, porque D. João I considerava que a tomada de Ceuta era o feito mais glorioso do seu reinado, daí que tenha vencido a tese da continuação da empresa militar no norte de África, aguentando a pressão militar dos mouros que procuravam a todo o custo reaver a cidade, como o cerco que fizeram coligados os reis de Fez e Granada em 1418-1419, tornando os custos de manutenção da praça cada vez mais elevados, pois era preciso alimentar e pagar o salário aos 2500 militares que lá permaneceram para garantir a sua manutenção e defesa.

Vejamos a posição das três personalidades mais importantes da época e que foram os verdadeiros protagonistas e responsáveis pelos acontecimentos futuros: o rei D. João I e os seus filhos, o futuro rei D. Duarte (1391-1438), e o futuro regente, o infante D. Pedro, «homem por certo digno de grande louvor, como por seus feitos podeys saber» (CCPM: Livro II, Capítulo XL, 717). Três homens, três personalidades, três posições bem distintas e relativas ao mesmo tema: decidir o que fazer com a recém conquistada praça de Ceuta e que rumo dar à Expansão portuguesa.

Gomes Eanes de Zurara aponta as quatro razões principais que o vencedor, o grande responsável por todo o feito, o rei D. João I, com a bênção do Papa e da Igreja, aduziu para conservar Ceuta: «Comssijrey ajmda mais, sse per uemtura poderia mamteer e guardar esta cidade sso a ffe e rrelligiam de nosso Senhor Jesu Christo, porque doutra guisa me parece que nosso trabalho nom fora justamente despeso, (...), a primeira, porque sse faça em ella o sacrificio deuino, em memória e rrenembrancha da morte e paixam de nosso Senhor Jesu Christo» (CC: Capitullo LRvij, 257-258), assegurando assim a legitimidade da guerra

segundo o direito da época. A segunda razão consagrava o direito de conquista. A terceira afirmava a necessidade militar do exército ao serviço de Portugal e sugere que Ceuta podia servir de lugar de expiação de crimes de condenados, «porque os boões homeês de meus rregnos nom ajam rrezam desqueeçer o uirtuoso exerçiço das armas» (*Idem*: 258).

A quarta razão, de carácter político, pretendia que «a memoria de tamanho feito possa durar amte os olhos dos homeês, em quamto a Deos prouuer de comseruar a sua obediencia de sob o poderio dos rrex de Portugall» (*Ibidem*: 259).

O infante D. Pedro (1392-1449), regente desde 1439 até 1447, morto na catástrofe de Alfarrobeira em 1449, na *guerra* contra o rei D. Afonso V, seu sobrinho e genro, escreveu, como já mencionámos, de Bruges, uma famosa carta a seu irmão e herdeiro do trono, o infante D. Duarte, no início de 1426, onde dava conta das dissensões e conselhos díspares havidos no reino, e dos rumores e juízos que se elevavam na Europa e que comprovavam a importância do assunto naquela época:

Do que sentya dos feitos de Cepta per algũa vez, Senhor, vo-lo razoey mas a conclusão he que emquanto asy estiver ordenada como agora esta que he muy bom sumydoiro de gentes de vossa terra e d'armas e de dinheiro do reino.

E segundo eu senty d'alguns bons homens de Ingraterra de autoridade e daquy deixão ja de falar na honra e boa fama que he em a asy terem e falam na grande indiscrição que he em a manterem com tam grande perda e destruyçom da terra do que a mym parece que eles hão muyto peor informação do que ainda he. O remedio desto, Senhor, per muytas vezes o falastes e o sabeis melhor do que vos eu poderia escrever. Parece-me, Senhor, que farieis serviço de Deus e voso ordena-lo sem delonga.⁵⁰

Para o infante D. Pedro, homem culto e viajado, «que era huñ dos princepes do mundo que mais sabya (...), por que aallem de seu grande e natural saber, studara nas artes liberaaes, e andara fora destes regnos per a principal parte da cristindade» (CCDM: Capitulo .xxv., 44), Ceuta não passava de um local *muy bom sumydoiro de gentes de vossa terra e d'armas e de dinheiro do reino*, sendo a sua opinião contrária à manutenção da praça, pelo que a política de conquistas no norte de África deveria ser repensada.

Este infante, antes e durante a sua regência, manifestou sempre, quer ao nível do pensamento, quer da acção, um forte pendor pragmático que lhe causou dissabores e até talvez a própria morte. Este pendor casou-se perfeitamente com a inclinação mais idealista do infante D. Henrique, a tal ponto que foi desta colaboração que nasceu o impulso político que lançou Portugal definitivamente na senda das conquistas e dos descobrimentos.

⁵⁰ In *Monumenta Henricina*, vol. III, p. 148.

Perseguir, efectivamente, o proveito (como queria o infante D. Pedro), mas sem descurar a salvação da alma e a obtenção da honra (predominantemente através da guerra santa, como defendia o infante D. Henrique) era, no fundo, abarcar as ideologias e as mentalidades que se forjaram e manifestaram no Portugal de Quatrocentos e mesmo depois.

A posição do infante D. Pedro revelava bem a visão de um homem culto, racional e moderno, como verificámos nas palavras de Zurara: «Em este anno de CCCCXXV partyo o iffante dom Pedro, segundo filho deste rrey, pêra Allemanha, onde andou tres annos com ho emperador Sagismundo e foy com elle sobre os turcos. (...), e veo per Rroma, e pellas terras per homde foy e tornou rrecebeo muyta homrra, e foy conhecido por muito prudente primçipe, digno de grande senhorio» (CCPM: Capitulo XIIIº, 590). Contudo, a sua posição não foi seguida nem respeitada, ao invés, acarretar-lhe-ia, isso sim, como já apontámos, muitas inimizades, especialmente por parte da classe senhorial interessada na continuidade de conquistas, saques, fama, glória, benefícios e honrarias.

Um pouco mais tarde, em 1449, esta posição do infante, contrária à posição e intenções do agora monarca, Afonso V, «o último rei cavaleiro» (Herculano, 1881: 179), também ajudou a acelerar e contribuir para o desenlace final e fatal da sua morte, na batalha de Alfarrobeira.

Após ascender ao trono, em 1433, o rei D. Duarte, homem maduro e experiente quando assumiu a coroa, com 42 anos de idade, associado ao Poder e governação do reino, com os difíceis pelouros da Justiça e da Fazenda, antes da tomada de Ceuta, provavelmente em 1412, já lá iam 21 anos, irmão mais velho do infante D. Pedro, meditou, hesitou, reflectiu, vacilou, mas não decidiu firmemente a orientação a seguir⁵¹. Este titubear ziguezagueante do rei iria sair-lhe muito caro, conduzindo ao seu penoso fim, vergado de remorsos, de dor e arrependimento, devido ao cativo do seu irmão mais novo, o infante D. Fernando (1402-1443), que acabou por falecer na masmorra de Fez às mãos dos mouros.

Aquando da expedição a Tânger, em 1437, D. Duarte escreveu a seu irmão, o infante D. Henrique, dizendo:

Levae por fundamento que aaqueles dous lugares principalmente vos envyo. Se alguns [Mouros] se tornarem a meu senhorio sejam muy favoravelmente trautados. Sereis lembrado que façais dar bom

⁵¹ Durante algum tempo quis ver-se em D. Duarte um rei sem vontade própria, manejado por outras vontades. Mas este retrato de um rei abúlico não resiste a uma crítica mais profunda. Os itinerários da corte, as expedições para além do Bojador, a intensa actividade diplomática, a convocação de cinco cortes e a promulgação de várias leis (Lei Mental) não permitem considerá-lo um monarca inactivo. Em conjunto, o seu reinado não apresenta grandes sombras, e a sua morte prematura veio acentuar os dissídios da família real, abrindo o período de incerteza que termina no conflito de Alfarrobeira.

trazimento e favor aaqueles que trouverem mantimento ao arrayal ou a Cepta de guysa que com boa vontade os tragão e nom se ajam por agravados. Consyrava como governavamos Cepta com tam grandes perigos (...) muytas despesas e todo com proposito de proseguyr por avançar, ganhando senhorio e terra por acrescentamento de nossa honrra e tal renda per que a dita despesa fosse relevada em todo ou boa parte (...) se aquestes lugares de Tanger e d`Alcacer forem filhados.⁵²

A primeira alternativa sugerida pelo D. Duarte, o qual se revelou nas Cortes de 1433, realizadas em Santarém, um político maduro – distante e atento para com os concelhos, superior e firme relativamente à nobreza e determinado em reprimir os abusos jurisdicionais do clero –, foi claramente uma tentativa de paz, de mediação e negociação comercial, alternativa defendida e sugerida pela visão sábia do infante D. Pedro. A segunda alternativa, a que vingou, foi a continuação das conquistas no Magrebe e da guerra em Benamarim (Marrocos), cujo mentor e impulsionador, desde o início, foi o infante D. Henrique, o representante da política de conquista, da ideia de criação de um reino português do Algarve de além-mar.

Foi em 1437 que aconteceu o desastre de Tânger, onde o exército português de cercador passou a cercado e sofreu uma estrondosa derrota – a vergonha de “ir por lã e volver tosquiado”. Este acontecimento teve enorme repercussão na vida e na orientação política do reino de Portugal. O infante D. Fernando⁵³ e muitos homens ficaram reféns dos mouros, mas mantivemos Ceuta, baluarte político e símbolo cristão em poder da nova dinastia reinante.

Tânger não passou de um parênteses. Um parênteses que ilustrou pela negativa o significado epocal, nobiliárquico e cristão, dos feitos dos Portugueses no Norte de África. A vingança ficaria para mais tarde e a ela assistiria o grande responsável desta tragédia de Tânger, o infante D. Henrique. Com este, estará a seu lado, seu sobrinho, D. Afonso V (1432-1481), e dessas páginas da História portuguesa dar-nos-ia conta Gomes Eanes de Zurara, o cronista encarregue de narrar os feitos das conquistas marroquinas.

O infante D. Henrique, representante da política de conquista (que se entrelaça pelo nosso século XVI fora com o espírito do descobrimento, comércio e colonização) e da ideia de criação de um reino português do Algarve de além-mar, tem sido julgado com excessivo rigor por uns e com louvor excessivo por outros. A lenda da sua vontade inflexível e do seu coração duro como diamante é tão falsa como a que o supõe virgem, asceta e o mais alto cume de todas as virtudes ao serviço da Religião, de Deus e da Pátria. Os primeiros julgaram

⁵² El-rei D. Duarte, Avisamentos especiais ao infante D. Henrique, in MH: VI, pp. 87-89 e 135-138.

⁵³ Cinco dos companheiros de cativo morrem com ele, e entre os resgatados volta fr. João Álvares para escrever a crónica do martírio, *Crónica do santo e virtuoso infante Dom Fernando*, filho de el-rei Dom João primeiro, que se finou em terra de mouros, por fr. João Alvarez, corrigida por Jerónimo Lopes, Lisboa, 1527.

por aparências tão enganadoras como as que determinaram a admiração descompassada dos últimos (cfr. Bragança, 1937; 1973: XXXIV-XXXV).

Para podermos formular um juízo de valor mais credível relativamente ao infante D. Henrique, não devemos descurar a política de sigilo levada a cabo pela dinastia de Avis, porque dentro das concepções geográficas de então, era natural que se hesitasse nas opções de expansão e conquistas a tomar, o que não obsta a que essa política⁵⁴ fosse vista «como uma chave que nada abria, mas pretendia tudo explicar» (*Idem*: XXI). De facto, há que realçar o extremo cuidado com que a coroa procurava esconder e reservar para si os avanços das descobertas e das intenções de conquista, a designada teoria do sigilo, que se tornou uma lei e uma disciplina suprema, cuja observação exigia pulso de ferro e génio maquiavélico, no entender de Jaime Cortesão, seu defensor acérrimo.

A política de sigilo acarretava consequências e repercussões económicas e políticas tão graves sobre quase toda a Europa, que os dirigentes nacionais não podiam deixar de a rodear das maiores reservas e defesas, como constatámos nas próprias palavras do Mestre de Avis: «ca posto que o quisesse auer do pouoo [dinheiro para a empresa de Ceuta] lamçamdolhe alguñs pedidos, acho que sse o fezer, que se me seguem dello duas perdas. a primeyra escamdallo do pouoo, e a segumda rrompimento do segredo» (CC: Capitullo xij, 39).

Com os estrangeiros e em especial com Castela, – e aqui se move o eixo da questão –, a efectivação do exclusivo das descobertas apresentava grandes dificuldades e só um poder culminante a todas as nações europeias, o Papado, o podia sancionar. Todavia, a Igreja levou muitos anos a fazer, contra as pretensões e reivindicações de Castela, tamanha concessão.

Foi nesta acesa disputa que o infante D. Henrique se embrenhou durante largos anos e como os nossos cronistas pouco falaram a tal respeito, por imposição do sigilo obrigatório, esta acção do infante passou muitas vezes despercebida, daí que a sua figura surja por vezes pouco simpática. Vejamos: em 1424, D. Fernando de Castro foi enviado com uma forte armada contra as Canárias, ocupadas há pouco pelos Castelhanos. No ano seguinte, e em consequência do ataque português, o bispo de Burgos, D. Afonso de Cartagena, veio a Portugal, como embaixador do rei de Castela, reivindicar para a respectiva coroa a posse de todo o arquipélago.

Apesar de tudo, e como veremos, o infante D. Henrique nunca mais desistiu dessa luta que os nossos cronistas (Zurara, Pina) foram obrigados a encobrir, devido à política de sigilo.

⁵⁴ Sobre o sigilo dos descobrimentos: *Vide*, 7 artigos do Dr. Duarte Leite in «O Primeiro de Janeiro» de 30 de Julho, 3, 5, 7, 17 e 25 de Agosto e 2 de Setembro de 1936., e ainda, Magalhães, Joaquim Romero (2002). “Jaime Cortesão e o sigilo dos descobrimentos portugueses”. In *Sigila*. Paris: Association Gris-France, nº 9.

Em 1435, o infante D. Henrique conseguiu do Papa uma bula em que este lhe concedia a conquista das Canárias⁵⁵, mas Castela enviou de imediato embaixadores à Cúria para protestar e reivindicar essa pretensão de conquista. O mesmo fez o bispo de Burgos no concílio de Basileia nas *Alegações contra os Portugueses*, onde reclamava não só a posse das Canárias como a da Mauritânia e da Tungitânia, isto é, da região e cidade de Tânger, base naval atlântica.⁵⁶ Ora, essas pretensões conjuntas representavam para Portugal um perigo enorme porque permitia a Castela possuir um ponto de apoio no noroeste africano e daí, o que fatalmente aconteceria, podia desenvolver uma acção navegadora paralela à nossa.

Nessa época navegávamos para sul, já tínhamos dobrado o cabo Bojador e o arquipélago dos Açores era praticamente todo conhecido⁵⁷. Por sua vez, o Papa, hesitante entre as duas nações cristãs em disputa, enviou em Julho de 1436 uma bula a D. Duarte, aconselhando-o a não intentar coisas em prejuízo do rei de Castela pois este reclamara para si as ilhas Canárias e conquistas de terras em África.

Como respondeu a isto o infante D. Henrique? Obteve em Setembro desse mesmo ano uma bula de cruzada contra os infiéis em África e lançou-se, no ano seguinte, à empresa de Tânger, como o mais eficaz dos meios de se antepor aos projectos de Castela, enquanto por outro lado continuou uma luta renhidíssima pela posse das Canárias. Assim, visto desta forma, o desastre de Tânger, tantas vezes encarado como produto da belicosidade cega e contumaz do infante D. Henrique, ganha de súbito um alcance imenso e uma visão estratégica porque, mesmo com todos os prejuízos causados pelo desastre de Tânger, a intromissão e as ambições de Castela minimizaram todas as perdas económicas e humanas sofridas. Apesar do desastre que foi a empresa de Tânger, o infante continuou a luta, não só diplomática como violenta, apesar de duvidar, «se havia de antepor a disciplina á clemencia, ou a clemencia á disciplina» (CG: Cap. VI, 39).⁵⁸

O infante D. Henrique, entre 1450 e 1453, enviou quatro armadas para expulsar os Castelhanos e ocupar o arquipélago. A bula de Nicolau V *Dum diversus*, de 1452, concedia ao rei de Portugal um direito de conquista sem limite e sem restrições, e o pleno direito de conquista aos mouros de Marrocos, precisando a concessão de toda a Guiné, não fazendo o

⁵⁵ Em três de Fevereiro de 1446, D. Pedro concedeu a D. Henrique o monopólio do comércio das ilhas Canárias.

⁵⁶ Vide, *Alegações feitas contra os portugueses a favor do rei de Castela e Leão no concílio de Basileia*, por D. Afonso, bispo de Burgos, sobre a conquista das Canárias. Manuscrito da Biblioteca do Escorial, publicado em 1912 por Ernesto do Canto numa edição de 70 exemplares. Texto em Latim.

⁵⁷ A descoberta do arquipélago dos Açores foi feita no ano de 1427 por Diogo de Silves. Até 1439 sabe-se que foram descobertas 7 das 9 ilhas. As ilhas de Flores e Corvo só foram descobertas em 1452 por Diogo de Teive.

⁵⁸ Alusão de Zurara à maneira como o infante D. Henrique se comportou nos gravíssimos casos de seus irmãos, o infante D. Fernando, feito refém em Tânger em 1437, o qual morreu na masmorra de Fez em 1443 e, sobretudo, do infante D. Pedro, morto em Alfarrobeira, em 1449.

menor caso das pretensões de Castela, «louvamdo muito a ell rrey de Portugall pella comtynuaçã da guerra que fazia contra os ymfies» (CCPM: Livro I, Capitulo XLII, 355).⁵⁹

Esta tomada de posição de Nicolau V não será alheia ao facto de Portugal manter há bastantes anos uma luta contínua contra os infiéis, sendo o reino cristão que mais se debatia em prol da *Respublica Christiana*: «nã creio que antre os cristãos se ache rregno que contynamente tenha casy três mill homes na guerra dos ymfies, pellejamdo ou per maar ou per terra e as vezes juntamente, como o nosso rrey continuamente mamtẽ, numca queremdo rreçeber paz nã tregoa, como quer que lhe per vezes fosse cometyda» (*Idem*: Livro I, Capitulo 2º, 180).

Em 13 de Março de 1456, Calisto III expediu nova bula, em que ratificou as concessões feitas à coroa de Portugal pela *Romanus Pontifex* de Nicolau V e concedeu à Ordem de Cristo a espiritualidade dos territórios antes doados. As embaixadas sucederam-se de parte a parte e as lutas continuaram até à resolução definitiva do conflito com Afonso V e depois com D. João II.⁶⁰

Os Descobrimentos, a Expansão e as conquistas marroquinas dos Portugueses, verificadas as sucessivas pretensões da coroa castelhana pelos mesmos espaços, justificavam, só por si e plenamente, como acabámos de demonstrar, que desde o começo, fossem rodeados do maior sigilo.

1.2.2. A Conquista de Alcácer Ceguer⁶¹

Os Portugueses têm tendência a pôr entre parênteses o seu *tempo africano*, iniciado com a conquista de Ceuta, em 1415, continuado durante século e meio com implantação custosa nas costas de Marrocos e terminado em *tragédia* – a única assumida como tal no tempo eufórico do destino português, nas areias marroquinas de Alcácer Quibir (Eduardo Lourenço, 1999).

Pelos motivos acabados de explicar e devido à pressa que a proeza exigia, a expedição a Tânger em 1437 foi organizada em pouco tempo, sendo o número de soldados e armamento reunido manifestamente insuficiente para a envergadura de tão arrojada façanha. Nem o

⁵⁹ A nova bula de Nicolau V, a *Romanus Pontifex*, de 8 de Janeiro de 1455, concede a D. Afonso V todos os territórios descobertos, ratifica a bula anterior e alarga os direitos anteriores *até aos índios* (etíopes ocidentais, como eram conhecidos na época os habitantes da Guiné).

⁶⁰ Em Toledo, no dia seis de Março de 1480, ratificou-se o Tratado de Alcáçovas e Portugal abandonou definitivamente qualquer pretensão sobre as Canárias.

⁶¹ Vila coeva, Caçr Macmuda e actual El Qsar es Seghir, situada no Norte de África: 35° 51' N – 05° 34' W.

segredo do empreendimento se acautelou, perdendo-se assim a vantagem da surpresa: «E a terceira cousa que se no conselheiro rrequere he grande segredo. Por quanto o rromprimento do conselho traz desfazimento da obra» (CC: Capitullo x, 32), «por que de trimta e huña uirtudes que ao príncipe som apropiadas, mujto lhe comuem que seja cauteloso» (*Idem*: Capitullo xij, 38). Mas não havia tempo a perder face às pretensões castelhanas e à bula que o Papa Nicolau V concedeu a D. Duarte em 1436.

Este monarca, à frente dos destinos do reino desde 1433, ano da morte de seu pai, não participou directamente na preparação do empreendimento, secundarizando o evento, pelo que os expedicionários de 1437 não estavam muito motivados para uma guerra de cuja dimensão não comungavam, o que não tinha sucedido com a preparação da conquista de Ceuta, onde o próprio rei D. João I desempenhou papel activo e preponderante.

O infante D. Henrique comandou um grupo e o infante D. Fernando comandou o outro. A estratégia foi mal concebida desde o início e o desfecho do assédio a Tânger traduziu-se por uma pesada derrota, tendo os Portugueses sido obrigados a retirar-se, depois de deixarem o infante D. Fernando prisioneiro, como refém da restituição de Ceuta, e a quem «os próprios mouros tinham por santo, ou antes, diziam que o seria, se não fosse cristão. A santidade inferiram-na eles, de três sinais positivos que observaram no infante: a sua virgindade, o não ter mentido nunca, e o viver meses na prisão ajoelhado sempre» (Martins, 1993: 191).

A derrota militar em Tânger (Tandja) e a prisão do infante *Santo* fizeram da vida de D. Duarte um verdadeiro martírio, calvário e suplício, na incerteza de entregar Ceuta e salvar o irmão, ou não entregar Ceuta e deixá-lo morrer. Esta situação arrastou-o para uma morte prematura, em 1438, um ano após o desastre de Tânger: «E no ano de XXXVIII (1438) se finou deste mundo o mui virtuoso el-Rei D. Eduarte, IX dias de Setembro, em Tomar, por cujo falecimento se seguiram no reino mui grandes discordias» (CG: Cap. XI, 63).

Após a morte do rei D. Duarte levantaram-se os problemas da sucessão⁶² porque o seu filho, o futuro Afonso V, tinha apenas seis anos de idade:

Seguyranse despois grandes deuisões no regno por causa do regimêto. E isto por que o Rey finado leixara o encarrego de todo aa Raynha sua molher, o que pareceo caasy a todos contrayro aa boa rezom .s. que huñ tal regno e em que aaquelle tpo taaes tres principes auya como eram os Jffantes dom Pedro e dom Henrique e dom Joham, ouuessem de ser Regidos por molher dado que uertuosa fosse (CCDM: Capitulo .xxv., 44-45).

⁶² Tratou-se da verdadeira guerra civil desencadeada pelo partido da Rainha viúva D. Leonor, à frente do qual estava o conde de Barcelos, depois duque de Bragança, contra o regente D. Pedro.

Embora D. Duarte tenha acautelado a regência do reino entregando-a, por testamento, à Rainha Dona Leonor, não foi cumprido o seu desejo por oposição de alguns notáveis que entenderam que D. Duarte «nan podia leixar este cargo de reger: ca este poder demlege Regedor do reino era soamente ao Reino, e aos três Estados dele reservado».⁶³

Foi sob um clima de tensão que os trabalhos das Cortes de Torres Novas se iniciaram em inícios de Novembro 1438:

Fezerom sobre ello cortes e Torres Nouas [1438] onde foy grande deuisam, por que o pouoo de todo nõ querya consentyr na uoõtade do Rey finado quanto era aa parte do regimento, e os fidalgos requeryã o contrayro, com os quaaes era o cõde de Barcellos [D. Afonso] filho bastardo delRey dom Joham. E finalmente foy acordado que a Raynha fosse titor e curador dos filhos. E que o Jffante dom Pedro teuesse carrego da defensom dos Regnos e o cõde dArrayollos da justiça. E de todo o al que per teecesse ao regimêto do Regno a Raynha soamente o mandasse (*Idem*: 45).

Longe estava o estado de paz entre os dois cunhados e apesar desta co-Regência, os desentendimentos acumulavam-se. A Rainha viúva iniciou uma intensa actividade epistolar, enviando cartas⁶⁴ aos seus partidários, para «que nam vyessem aas Cortes, e se escusassem como melhor vyssem: e enviassem a ella procurações abastantes com suas protestações de nom outorgarem, nem obedecerem em cousa que se nelas acordasse»⁶⁵. Ao mesmo tempo escrevia ao infante D. Henrique tentando incompatibilizá-lo com seu irmão.

D. Pedro fazia um controlo apertado a D. Leonor, viúva de D. Duarte, vigiando todos os seus movimentos, ao mesmo tempo que delineava um plano de unidade política da nação, procurando cativar os partidários da cunhada. Aliou-se ao condestável de Castela, D. Álvaro de Luna, procurando salvar-se de eventuais ataques dos infantes de Aragão, familiares directos da cunhada. Esgotadas as possibilidades de entendimento, o regente preparou um ataque às fortalezas do Crato, fugindo a Rainha na companhia do Prior do Crato, entregando o infante D. Pedro, ao infante D. João, seu irmão, o castelo.

Foi neste clima de intrigas e conspirações mútuas que nas Cortes iniciadas em Lisboa, em 1439, foi posto à frente do País, como regente, o infante D. Pedro, homem de 47 anos, muito rico e muito culto. A sua experiência, aliada à sua prudência, marcou uma pausa nas

⁶³ PINA, Ruy de (1790). “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V”. In *Collecção de Livros Inéditos de História Portuguesa*. Pub. da Academia Real das Sciencias de Lisboa por J. C. da da Serra, Tomo I, cap. XLI, p. 205.

⁶⁴ Alguns destes destinatários foram Prior do Crato, D. Duarte de Bragança, **D. Duarte de Meneses**, Fernão Coutinho, Gonçalo Pereira, Álvaro Pires de Távora, Rui Vaz Pereira, Fernão Soares, Diogo Soares de Albergaria, Luís Álvares de Sousa, Gomes Freire de Andrade, Pêro Gomes de Abreu, Leonel de Lima, D. Sancho de Noronha, Vasco Fernandes Coutinho, entre outros. A maior parte destes nobres assumirão o partido do rei D. Afonso V contra o infante D. Pedro, durante a crise de Alfarrobeira.

⁶⁵ Ruy de Pina, *ob. cit.*, cap. XLI, pp. 263-264.

“almogavarias” e guerras no Norte de África. Todavia, o regente não conseguiu resolver o dilema relativo à problemática da eventual restituição ou não de Ceuta, em troca da libertação do irmão, até que o infante D. Fernando sucumbiu, em 1443, na masmorra de Fez.

Doravante, aos argumentos favoráveis à Expansão portuguesa para Marrocos e à acção do papa Eugénio IV, o qual, nesse mesmo ano de 1443, ressaltando possíveis direitos da Coroa de Castela, interveio favoravelmente sobre a empresa portuguesa de evangelização africana (nova bula *Rex Regum*), somavam-se os votos daqueles que pretendiam vingar a humilhação de 1437 e a morte do infante Santo.

Com a chegada ao trono, em 1447, de D. Afonso V, dando fim à regência de D. Pedro, a guerra em Marrocos voltava a tornar-se possível, dadas as inclinações bélicas do novo monarca. Por sugestão de seu tio, o infante D. Henrique, D. Afonso V resolveu conquistar Tânger, tentando evitar que se repetisse a derrota sucedida em 1437. Para esta empresa foram utilizados os meios reunidos para a cruzada pregada pelo Papa Nicolau V, após a tomada de Constantinopla pelos turcos em 29 de Maio de 1453, às mãos de Maomé II, que alvoraçou a Europa cristã de lés a lés, cruzada que não chegou a realizar-se.

Caberia ao sucessor do Papa Nicolau V, o Papa Calisto III, eleito em Roma a 8 de Abril de 1455, tentar levar a cabo a tarefa da cruzada e demover os soberanos e príncipes cristãos a tomarem de facto as armas contra os infiéis, até porque as tropas de Mohamed II avançavam para Norte e estavam às portas da Europa. Assim, em 17 de Fevereiro de 1454, o Duque de Borgonha, e mais uma centena de cavaleiros, no conhecido “Serment du Faisan”, juraram ir combater os infiéis. No Outono de 1455, o imperador Frederico III e, em Novembro de 1455, Afonso V, rei de Aragão, tomaram a cruz da guerra santa. Carlos VII, rei de França, comprometeu-se também a tomar parte na cruzada.

Nessa altura circulava nas cortes europeias a notícia de que Afonso V de Portugal tomaria pessoalmente parte na cruzada com uma armada portuguesa, movido talvez, como opina D. Charles-Martial de Witte⁶⁶, pelo convite do cunhado⁶⁷, o imperador Frederico III.

Ora, e quando se afigurara mais difícil, mas necessário, reunir uma armada para atacar os Turcos, D. Afonso V preparou-se activamente para a cruzada: «Porque de sua Real condiçam era pera honrosos feitos muy inclinado (...), elle com grande allegria e muita devaçam, e com todallas pessoas pryncypaes do Reyno aceytou a dita Cruzada. Na qual se offereceu servir com os ditos doze mil homens por huum anno á sua custa, como dantes

⁶⁶ *Les Bulles pontificales et l'Expansion portugaise au XV siècle*, in “Revue d'histoire ecclesiastique”, t. XLVIII (1953), t. XLIX (1954), t. LI (1956), t. LIII (1958). Lovaina.

⁶⁷ O imperador Frederico III casou em 1451 com a infanta portuguesa D. Leonor, irmã de D. Afonso V.

prometera, pera que tinha d’ajuda muytas armas que comprara, e navios que mandara fazer, e asy outras muitas cousas» (Pina, 1790: 195).

No ano em que o Papa Calisto III, 1456, enviou D. Álvaro Afonso, bispo de Silves, seu legado *a latere* em Portugal e no Algarve, ao nosso país, para arranjar donativos e apoios económicos junto da população para ajudar na cruzada, D. Afonso V efectuou diversos preparativos e sondagens diplomáticas e fez votar nas cortes de Lisboa a concessão de três pedidos e um empréstimo para financiar a expedição contra os turcos: «Com o grande desejo e louvado alvoroço, que ElRey tinha pera esta santa viagem, mandou novamente lavrar d’ouro fino sobido em toda perfeiçam, a moeda dos cruzados, em cujo peso e nam preço, mandou sobre todos los Ducados da Cristandade acrescentar dous graaõs por tal, que per terras tam alongadas, e naçooês tam dyversas como as perque esperava de passar, corressem e se tomassem sem alguma duvida» (*Idem*).

Face às exigências monetárias da guerra, D. Afonso V mandou cunhar novos cruzados, passando assim de uma política de quebra de moeda, desvalorizada mais de 300 vezes no reinado de D. João I para a cunhagem dos cruzados de D. Afonso V, com peso superior ao seu valor nominal. Já com o novo cruzado em circulação, Afonso V preparou uma frota que, junto à esquadra do Papa, defrontou os Turcos em Metellino mas como essa acção não prosseguiu, o monarca português entendeu, aproveitando os recursos humanos e logísticos já preparados, continuar a guerra no Magrebe.

A desgraça e derrota de Tânger estavam frescas na memória dos Portugueses, pelo que o monarca português ambicionava conquistar Tânger. O rei convocou o seu conselho para aí se debater essa intenção. Opôs-se a isso o infante D. Henrique, cuja opinião prevaleceu, porque a tentativa do rei de Fez contra Ceuta, em 1458, e os incessantes pedidos de auxílio do conde de Odemira, confinante dessa praça, fizeram tomar diferentes medidas. Assim, era mais prudente conquistar Alcácer Ceguer, por ser mais fácil de tomar e porque Alcácer servia aos Mouros de base nas operações contra Ceuta.

Apressaram-se os preparativos e convocaram-se os fidalgos e os besteiros de Setúbal, Porto e Lagos. Uma peste em Lisboa atrasou ainda a expedição durante algum tempo, mas a 30 de Setembro de 1458, a frota de el-rei D. Afonso V, de 94 navios, saiu de Lisboa para Lagos, onde o infante D. Henrique organizava o contingente do sul. Nos começos de Outubro juntou-se-lhes em Lagos o conde de Odemira com 4 navios. Pouco depois chegou também a esquadra do Porto, sob o comando do Marquês de Valença. Finalmente, a 17 de Outubro, saiu de Lagos a grande frota de 220 velas, com 25000 homens de guerra, sob o comando de Afonso V que ia na nau Santo António.

D. Afonso V, após a conquista de Alcácer Ceguer, desembarcou em Ceuta e ficou constrangido entre a grandeza desta e a pequenez da nóvel praça portuguesa. Tal comparação suscitou, certamente, desejos de emulação com os feitos de seu avô D. João I e foi segura promessa de porvir.

A conquista de Alcácer Ceguer foi levada a cabo como estratégia geográfica e militar, servindo de ponto de partida e base de apoio para outras conquistas futuras, mais importantes e rendíveis, como a ambicionada Tânger, espinho cravado na memória colectiva dos Portugueses, após o martírio do infante *Santo*, por razões de Estado.

Em 1464, D. Afonso V tentou tomar a cidade de Tânger. Contudo, antes do cerco, «a tristeza e pezo que todos levavam pello caminho, logo pera bem do feito pareceo desaventurado pronostico, especialmente que sendo sobre o cabeço, que dizem de Almenar pareceo no Ceo à vista de todos huum espantoso cometa, que lençava de sy muitos rayos de fogo em figura de dragam»⁶⁸.

Fosse pela criação de superstições em torno das questões dos cometas, usuais naquela época, ou não, o certo é que o medo acabou por se transformar em terror e este em superstição, acabando por se perder 200 combatentes e deixar 102 prisioneiros de guerra, para além de terem de retirar para Alcácer Ceguer.

Coincidência do destino, Tânger, essa fatídica praça que tanto sangue e lágrimas havia custado aos Portugueses, velho espinho cravado na nossa memória colectiva, caiu inesperadamente em poder de Afonso V, devido à sua complicada situação geográfica, entre Arzila e Alcácer, ambas nas mãos dos Portugueses. Não foi conquistada, foi tomada sem luta, sem glória, sem guerra, sem nada, após a conquista de Arzila em 1471. Tomou-se então posse pacífica da famosa e cobiçada cidade do Estreito, e o rei de Portugal pôde, finalmente, inscrever entre os seus títulos, o de rei dos Algarves e d'aquém e d'além-mar em África.

Foi na qualidade de primeiro capitão de Alcácer Ceguer que o conde D. Duarte de Meneses encontrou a morte, em defesa de Afonso V, numa saída arriscada por terras inimigas, sendo por isso, e pelos seus notáveis feitos militares no Norte de África contra os mouros, que o monarca encarregou o cronista Gomes Eanes de Zurara de redigir a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*: «Me trabalhasse logo de ajuntar e screuer os feitos do conde dõ Duarte de Meneses uosso alferez moor e capitam ã a uilla dAlcacer. E isto creio eu muyto alto princepe que serya por que nom auya muytos dyas que o uirees acabar suã uida antre os mouros por defensom de uossa pessoa na serra de Benacofu quando a ssegunda uez passastes em Africa» (CCDM: Cap. I, 3).

⁶⁸ PINA, Rui de (1977). *Crónica de D. Afonso V*. Titulação e remissão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão-Editores, p. 305.

Capítulo 2.

*Do nascimento da História às
crónicas zurarianas do século XV*

Capítulo 2. Do nascimento da História às crónicas zurarianas do século XV

Não é fácil escrever com acerto história portuguesa, fundado só na leitura dos cronistas e historiadores passados. É preciso recorrer aos documentos, ou aproveitar o que os outros, baseados neles, têm escrito, e desconfiar da matéria de muito livro edificado no ar, fugindo de aceitar como bons os seus dizeres (Braamcamp Feire, 1904: 8).

Como refere o autor supracitado, não é possível fazer-se História partindo de uma só fonte, assim como também é prudente, «desconfiar da matéria de muito livro edificado no ar» (*Idem*).

A ambiguidade do termo história e a sua finalidade, levaram-nos a apontar algumas considerações que entendemos necessárias e pertinentes. Vejamos o sentido que Emilio Mitre lhe atribui: «Por *historia* / *histoire*, españoles y franceses designamos tanto la sucesión de los hechos como la ciência – o disciplina – que los estudia. Junto al vocablo history, los ingleses usam outro – *story* – para referirse al relato más o menos fabulado. Los alemanes designam la história com un sustantivo – *Geschichte* – y reservan un adjetivo – *historich* – para enfatizar su dimensión científica» (1997: 18).

Apesar desta distinção inglesa e alemã, a ambiguidade permanece, como se constata nas palavras de Bernard Bailyn: «The word *history* has, I think, two meanings. One is simply what happened; that is, the events, developments, circumstances, and thoughts of the past. The other is history as knowledge of what happened, the record or expression of what occurred» (1994: 7).

Pierre Barbéris distingue vários conceitos que o termo *história*⁶⁹ pode encerrar: «história (a realidade histórica), história (o discurso dos historiadores) e a história (a narrativa, a fábula, o mito)» (1991: 9).

O conceito de história nas línguas românicas (e outras) exprime dois, senão três, conceitos diferentes: a procura das acções realizadas pelos homens (Heródoto) que se esforça por se constituir em ciência, a ciência histórica e o objecto da procura, ou seja, o que os homens realizaram. No entanto, a história pode ter um terceiro sentido, o de narração: «uma narração, verdadeira ou falsa, com base na realidade histórica ou puramente imaginária – pode ser uma narração histórica ou uma fábula» (Le Goff, 1984: 158).

⁶⁹ No nosso estudo, a palavra História será utilizada no sentido de história como ciência do passado humano.

O domínio do historiador é um domínio sem fronteiras, pelo que todas as ciências humanas são incorporadas na História, convertendo-se em ciências auxiliares, embora perigosas, porque «se entra na história como se entra num moinho, e as ciências do homem deterioram a história e levantam grandes problemas ao tentar definir os limites de cada uma dessas áreas do conhecimento humano» (Braudel, 1997: 216).

Esta interdisciplinaridade foi introduzida com a chamada “Nova História”, criada por estes autores (historiadores) que temos vindo a citar e cujos contornos definiremos, a seu tempo, de forma mais aprofundada.

Mas afinal, o que é a História? Qual a natureza do saber histórico?

Há múltiplas e variadas definições de História, e ainda que fosse possível apresentá-las a todas neste estudo, seria fastidioso e até desnecessário face aos objectivos do nosso trabalho. Debruçar-nos-emos, no entanto, sobre duas definições de dois autores consagrados e muito seguidos – Marc Bloch e Georges Lefèbvre.

Para o primeiro destes dois historiadores, o objecto da História é por natureza o homem. Melhor: os homens. Mais do que o singular, favorável à abstracção, convém a uma ciência da diversidade o plural, que é o modo gramatical da relatividade. O bom historiador assemelha-se ao monstro da lenda: «Onde farejar carne humana é que está a sua caça» (Bloch, 1965: 28-29). Ciência dos homens no tempo, acrescenta o citado autor, «porque o historiador não pensa apenas o humano, e a atmosfera em que o seu pensamento respira, naturalmente, é a categoria da duração» (*Idem*). Destas definições realçam-se dois aspectos: a preferência pelo colectivo ante o individual e a dimensão temporal da história.

A história é a memória do género humano, o que lhe dá consciência de si mesmo, isto é, da sua identidade no tempo, desde a sua origem; é por consequência o relato do que, no passado, deixou marca na recordação dos homens.

Destacam-se nesta segunda definição os seguintes pontos: a identificação da história como a memória do género humano (ou memória colectiva, como também se lhe chama) e, ao aludir ao que “deixou marca na recordação dos homens”, realça, de um amontoado de acontecimentos, aqueles que, pelo significado e consequências, lograram ser evocados e investigados posteriormente. Processa-se, assim, uma espécie de filtragem dos eventos com base na sua significância.

A multiplicidade do objecto da História – o homem, o tempo, o espaço –, garante a leitura do real social. A História posiciona-se como um instrumento de pesquisa e de investigação na medida em que institui uma linguagem do social a que recorrem muitas outras áreas disciplinares.

A História perscruta e acompanha as mudanças, redescobre as memórias e define identidades⁷⁰. Mas a História não se escreve de uma vez para sempre, não é feita de uma como que matéria morta e definitiva. Ela está em perpétua gestação, amanhã como ontem, evoluindo com a civilização dos homens e com os acontecimentos que lhes definem a existência e por vezes os ensinam.

Para a construção da consciência histórica e da própria História, há que ter em atenção todos os indícios e pegadas do passado porque, nela, «atrai-me aquilo que me permite compreender e viver o presente» (Mattoso, 1998: 40). No entanto, em termos de fontes históricas, ou antes, em termos de conservação de fontes, existem algumas fases ou épocas históricas mais obscuras do que outras, o que dificulta o acesso ao seu conhecimento por parte do historiador.

Se é certo que não podemos modificar o passado, vivendo no presente, podemos, no entanto, preparar o futuro, conhecendo o passado e vivendo com consciência o presente, porque «a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado» (Bloch, 1965: 8). Com efeito, para se desenhar e preparar o futuro é imprescindível conhecer o passado, não exclusivamente no que respeita à sucessão dos acontecimentos políticos que ocorreram, mas inserindo-os no quadro económico, social, institucional, mental e cultural em que tiveram lugar, sem esquecer as pessoas que os interpretaram ou que os suportaram.

⁷⁰ Vide, CANNADINE, David (2006). *Que é a História hoje?* Lisboa: Gradiva, 218 pp. Este livro reúne textos sobre as actuais perspectivas acerca do passado reflectindo sobre a obra *Que é a História* de E. H. Carr, obra muito popular nas universidades ocidentais nas décadas de 1960/70, que defende a primazia das forças económicas e sociais de longo prazo, dando especial atenção à sociologia e à causalidade em detrimento da importância do individual ou do acontecimento único.

Contra estas tendências escreveu G. R. Elton, em 1967, *The Practice of History*, reafirmando a primazia da história política e da narrativa, denunciando a superficialidade da sociologia e da história social.

2.1. Historiografia e discurso historiográfico

La véritable Histoire, aujourd’hui comme hier, ne s’écrit pas chez les historiens mais chez les écrivains (Barbérís, 1991: 9).

O discurso historiográfico não é uma categoria constante e imutável. Ao invés, constituiu-se ao longo dos séculos, como produto de diversas condicionantes políticas, sociais, religiosas, culturais e científicas.

Essa evolução não foi linear e, por vezes, assistimos à coexistência de vários discursos historiográficos simultâneos, assim como a divergências sobre a ciência da história: «El hecho de que hoy los historiadores no sean ya capaces de ponerse de acuerdo sobre qué se ala “ciencia de le historia” es un argumento que suele aducirse para justificar el diagnóstico de la “desintegración” de la disciplina» (Noiriel, 1996: 43).

O fim da historiografia é reconstruir e explicar o movimento cumulativo feito de aquisições, de correções, de progresso, de aprofundamentos, garantindo o sentido e autenticidade à história (cfr. Lefèbvre, 1978: 4).

Mas afinal, de onde vem o interesse pela História e porque continua a interessar a História?

Olga Magalhães infere que a resposta está em grande parte nas possibilidades do seu estudo:

Can satisfy sheer curiosity (about what our predecessors were like and what they did); it can stimulate our imagination through the strange and exotic; it can tell how people have lived in others states and societies and so, by comparison, help us understand our contemporary problems. It can increase our patriotism or our sense of corporate identity. It can trace the origins and causes of present states of affairs. It can make us broader-minded and more tolerant by showing that it has been possible for people and societies to behave very differently and yet be equally human, no better and no worse than we are (2000: 15).

Este interesse multifacetado pela História tem a incomensurável vantagem de trazer para a luz do dia um saber antes confinado às universidades e academias, e de atrair para a sua influência um número cada vez maior de cultores e de divulgadores.⁷¹

Ao longo dos tempos e da sua própria evolução, a História já foi considerada como sendo *uma arte, uma forma literária, uma narrativa, uma ciência e ciência peculiar*.

⁷¹ Seguimos de perto a obra de MENDES, J. M. Amado (1987). *A História como Ciência*. Coimbra Editora.

Considerar a História uma arte, uma forma literária ou uma narrativa, fundamenta-se nos seguintes pressupostos: o essencial, em História, é a forma, a exposição. A narrativa é vista como a essência da História, pelo que a história e conto (*history* e *story*, em inglês) se identificam.

Apesar de tudo, a grande tradição da narrativa tem declinado, ainda que de modo algum tenha desaparecido, daí os melhores historiadores da nossa época, tais como Marc Bloch, Emmanuel Le Roy Ladurie e E. P. Thompson levam-nos a acreditar que a história analítica e qualidade literária não são incompatíveis (cfr. Iggers, 1980: 13).

Estas concepções não se coadunam com a História que a partir dos meados do século XIX se tem feito. Contudo, algo de positivo, ainda hoje, podemos extrair das mesmas. Delas se pode deduzir, que a exposição, a linguagem, o estilo e a ilustração, nos trabalhos de história, deverão ser objecto de bastante atenção e dedicação.⁷²

A obra do historiador é, de alguma forma, uma actividade simultaneamente poética, científica e filosófica. Daí a complexidade da História e das restantes ciências humanas: a dificuldade epistemológica central das ciências do homem, que é a de ele ser ao mesmo tempo sujeito e objecto.

A objectividade em História, pressuposto ambicioso, constrói-se pouco a pouco através de revisões incessantes do trabalho histórico, laboriosas verificações sucessivas e acumulação de verdades parciais. Assim, «ser intelectualmente objectivo é descontar e eliminar os factores meramente pessoais nas operações pelas quais se chega a uma conclusão» (Gardiner, 1984: 405).

Em História, a objectividade e a imparcialidade são as duas faces de uma mesma moeda que o historiador procura conciliar. Até porque toda a História é, no fundo, história do presente em que é feita, pois o historiador que a faz não deixa de ser um homem do seu presente e, porque é assim, absolutamente inseparável da sua contemporaneidade.

Nos tempos hodiernos não podemos simplesmente repetir o que foi ouvido, ou de organizar cronologicamente um conjunto de acontecimentos, sem perspectiva nem enquadramento, renunciando assim à tarefa de explicar. Não se trata igualmente de fazer a História de forma definitiva e perene. Também parece não ser possível continuar a esgrimir argumentos de cientificidade pura, construídos com base num paradigma das ciências exactas, ele próprio em permanente discussão e constante mutação. Se, na década de 60 do século passado, a história social parecia determinada a varrer tudo à sua frente, hoje é a

⁷² Vide, FURET, François, “Da história-narrativa à história-problema”, *A oficina da história* (trad. do Francês). Lisboa: Gradiva, s. d., pp. 81-98.

história cultural que parece estar em fase ascendente: em parte porque reivindica como objecto de estudo uma área do passado muito ampla; e depois porque foi a mais beneficiada com o novo interesse pela compreensão em detrimento da explicação.

A revolução da tecnologia da informação, que transformou e democratizou o saber, a expansão do ensino superior, o recurso dos historiadores à antropologia em prejuízo da sociologia, a influência de Michel Foucault, do pós-modernismo e da “viragem linguística”, o desenvolvimento da história das mulheres, da história do gênero e da história cultural e a reconfiguração da história “imperial”, aliada a uma tendência mais ampla para a busca do significado em detrimento da “causação”, induzem-nos a sentir que temos é de aprender a aprender a saber ser, saber estar e saber fazer, com reflexão, criatividade e autonomia, especialmente na transposição da História – ciência ou epistemologia para a História – didáctica ou ensino, que nos compete fazer chegar aos alunos nas turmas das escolas, tão díspares a vários níveis e que temos em mãos. Caso contrário, a História chega aos alunos como algo de cansativo, de monótono, e difícil de compreender.

2.2. A herança da Grécia Clássica

Perdem-se no tempo as raízes mais profundas da História. Mesmo sem aludir à memória antes da escrita – na pré-história – diversos povos ou grupos humanos recordaram ou transmitiram algo do seu passado colectivo.

Para nós, ocidentais, a História foi criada pelos Gregos. Com efeito, é comum acentuar-se o papel da Grécia Clássica na formação do espírito historiador e na construção do pensamento racional. Três grandes nomes dominaram, como é sabido, a historiografia grega: Heródoto, historiador das guerras Médicas, em meados do século V a. C., Tucídides, actor e historiador da guerra do Peloponeso, nos finais do século V a. C. e Políbio, que escreveu no século II d. C., depois da conquista da Grécia pelos Romanos.

Até ao século V a. C., a interpretação do passado fazia-se pela projecção no presente de mitos que tinham como função explicar a formação da realidade pela intervenção de seres sobrenaturais. Relativamente ao nascimento da História, o historiador Georges Lefebvre aduz o seguinte: «os primeiros historiadores são provavelmente poetas, existindo assim uma Proto-história da qual dificilmente deslumbramos alguns traços através dos mitos e das lendas (...). Um belo dia aparece o papiro, o pergaminho, o papel: surge o manuscrito, nasce então a história» (1978: 13-14).

O pai da História⁷³ no Ocidente foi Heródoto. Encontrando-se a História ainda nos inícios da fase pré-científica, Heródoto não podia ter sido – e de facto não foi – um historiador, na moderna acepção da palavra, pelo facto de, no seu programa de pesquisa, a curiosidade por vezes sobrelevar a lucidez⁷⁴, nem sempre distinguindo o anedótico do histórico. Heródoto concebeu o discurso histórico não somente como uma relação, mas ainda como uma consequência de factos em si interessantes, cujo vínculo com o essencial podia ser muito ténue.

No seu esforço de interpretação dos factos que narrava, Heródoto fazia intervir as intenções ou conflitos dos deuses. Mas ao mesmo tempo, alargava a sua pesquisa a tópicos tão variados como a geografia, a história natural, a etnologia e a religião, pelo que também já foi considerado o *pai da antropologia*» (cfr. Myres, 1966: 43-73). Tendo em conta os

⁷³ Expressão utilizada por Cícero e ainda em voga. Vide, *De Legibus*, I.5. Maria Helena da Rocha Pereira, “Estudos de História da Cultura Clássica”, I vol.: *Cultura Grega*, 5.^a ed., Fundação Calouste Gulbenkian, 1980, p. 249, nota 109. O atributo surge também, por exemplo, em Myres, John L. (1966). *Herodotus, Father of History*. Oxford: University Press.

⁷⁴ Vide, GUSDORF, Georges (1985: 84-86). *Les sciences humaines et la pensée occidentale, II: Les origines des sciences humaines (Antiquité, Moyen Age, Renaissance)*. Paris: Payot. Este autor inclui Heródoto entre os fundadores das ciências humanas e afirmando ter sido ele um “viajante, um missionário da curiosidade”.

anteriores, a sua época, século V a. C., e o contexto em que viveu, foi de alguma forma inovador, quanto à finalidade⁷⁵, ao método e à utilização de novos conceitos.

Hérodoto usou ainda um certo número de conceitos-chave que, daí em diante, dominaram todas as meditações sobre a História: conceitos de oposição política, de diferenciação cultural, de solidariedade entre nações da mesma língua e da mesma religião, de afrontamento inelutável e de destino de um povo.

Apesar de apenas uma geração o separar de Heródoto, Tucídides (460-395 a. C.) atingiu um ponto mais alto. Com Tucídides, não só a consciência histórica se tornou mais sólida, como o próprio ofício de historiador se aperfeiçoou, teórica e metodologicamente, isto porque a História, ainda essencialmente narrativa com Heródoto, tornou-se mais explicativa, o mito cedeu lugar ao *logos* e a cronologia adquiriu maior precisão, tal como afirma Maria Cândida Proença, para quem os historiadores gregos, «compõem as suas narrativas seguindo a ordem cronológica e a preocupação literária e oratória não lhes é de maneira nenhuma estranha» (1989: 23).

Tucídides fugiu, assim, das interpretações maravilhosas procurando uma inteligibilidade assente na formação objectiva: «Esboça, à sua maneira, um sistema explicativo esforçando-se por relacionar os acontecimentos e por confrontar as decisões com as possibilidades» (*Idem*: 27), a tal ponto que foi considerado «fundador da história explicativa» (Chatelet & Bury, 1962: 407), hierarquizando as causas, pelo que distinguiu as causas verdadeiras, profundas ou reais das causas aparentes, exteriores ou acidentais, no que seria um precursor de Aristóteles⁷⁶.

Tucídides visava acima de tudo a verdade histórica, prescindindo do fabuloso na sua narrativa, ainda que com o risco, aliás conscientemente assumido, de a tornar menos atraente (cfr. Ferreira, 1983: 440).

Apesar de estarmos perante uma história já apenas humana, «porque depurada dos tradicionais aspectos mitológicos» (Pédech, 1964: 56-59), permitiu tornar o discurso histórico mais objectivo e concreto, com aspectos positivos, mas ainda não se considerando verdadeiramente científica, dadas algumas insuficiências que apresentava: «datação imprecisa, confusão entre o verdadeiro e o inverosímil, secundarização do económico-social da guerra, perante o político» (Chatelet & Bury, 1962: 408).

⁷⁵ Maria Helena da Rocha Pereira, *op. cit.*, I vol., p. 250, destaca em Heródoto uma tríplice finalidade: «perpetuar o passado; dar glória; encontrar a causa da guerra».

⁷⁶ Aristóteles adoptou um esquema causal mais complexo, ao distinguir quatro tipos de causa – material, formal, motriz e final.

Para os gregos, a História descrevia predominantemente o passado recente, incidindo o trabalho dos historiadores, sobretudo, na *acribia*, isto é, na observação directa e na depuração do testemunho oral (principalmente com Tucídides). Todavia, a partir do século IV a. C., «uma tríplice tentação – *retórica, política e ética* – desvia Clio⁷⁷ da via traçada por Tucídides» (Carbonell, 1981: 16).

A conhecida máxima do sofista Protágoras, “O homem é a medida de todas as coisas”, como observam François Chatelet e Bagnell Bury, «reflecte-se na concepção de história, valorizando a acção humana, particularmente de iniciativa individual, a qual foi seguida mais tarde pelos humanistas» (1962: 241).

Pensadores como Platão, Aristóteles e alguns sofistas, contribuíram com algumas mais valias para o conhecimento histórico. Em Platão, segundo Amado Mendes, «poderá detectar-se uma certa *filosofia da história*, embora difusa por vários textos» (1987: 32).

Platão construiu uma política ideal do devir porque não tinha conseguido melhorar as cidades existentes. Aristóteles, por sua vez, elaborou uma sociologia comparada, uma vez que era impossível acreditar numa inteligibilidade da História e Isócrates situou o discurso histórico no plano da opinião, porque procurou um compromisso entre o movimento real e a tradição. Este autor, ao defender que a historicidade humana se impunha como um facto, sendo suficiente descrevê-la, surgiu como um precursor remoto dos historiadores da escola metódica⁷⁸, cujo aparecimento se verificaria em finais do século XIX.

Tucídides e Políbio (208? -122? a. C.) não foram simples narradores pois procuraram fazer História explicativa e educativa⁷⁹. Políbio teve a ideia de uma História universal e encontrou o sentido para a mesma naquilo que designou por *ciclos*. Com esta habilidade, Políbio transformou a História numa ciência, uma vez que a História descobriu a lei⁸⁰ que presidiu à vida das sociedades.

Seguindo as orientações de Tucídides, três séculos mais tarde, Políbio ensaiou análises quase sociológicas das instituições. A sua História foi a última obra da inteligência

⁷⁷ Clio, musa da História, filha de Júpiter e Memória, tinha como atributos a trombeta heróica e a clepsidra. Tendo reprovado Afrodite a sua paixão por Adónis, foi punida pela deusa, que fez nascer em seu coração um amor irresistível por Píero, rei da Macedónia. Teve um filho desse rei, Jacinto, que foi transformado em flor.

⁷⁸ As profundas diferenças entre a escola metódica e a anterior, positivista, foram intuídas por G. Lefèbvre, ainda que sem lhes aplicar designações diversas. As origens desta escola remontam a Jean Mabillon (final do século XVII) e à historiografia erudita setecentista e da primeira metade de Oitocentos, caracterizada por uma pesquisa exaustiva das fontes (o que na prática se torna impossível) e pela objectividade, de igual modo impossível, daí os *ataques* que se seguem do grupo dos Annales.

⁷⁹ Explicativa porque procuraram descobrir as forças naturais e humanas que conduziram os acontecimentos. Educativa porque escolheram, no conjunto dos factos, os mais favoráveis à instrução do homem de Estado. A história foi para ambos outrossim crítica. Assim, foram precursores da crónica zurariana, como veremos.

⁸⁰ Esta lei permitiu uma certa previsão, que é o que caracteriza qualquer ciência experimental. Foi nisto que Políbio foi considerado um dos mestres de Montesquieu.

grega e a primeira da historiografia romana, que tanto se comprazia em narrar as conquistas e as virtudes. Políbio foi o primeiro a tentar conjugar, deliberadamente, o saber histórico⁸¹ com a inteligibilidade filosófica ao que já se chamava, «intelectualismo histórico» (Pédech, 1964: 87).

Os estóicos⁸² indicaram aos homens a aplicação do direito natural à realidade, e assim surgiu um evidente sentido para a História: o de impor à matéria bruta, à natureza, as regras que a razão formula.

Na época romana, o Ocidente foi pouco a pouco submerso pelo espírito primitivo, pelo misticismo e pela magia do oriente. Apesar de Tito Lívio ter sido considerado pelos homens do Renascimento o maior dos historiadores latinos, também é um pragmático: enaltece a História lendária da República, não parecendo muito preocupado com a explicação (cfr. Lefèbvre, 1978: 38).

Em jeito de conclusão, poderíamos dizer que o homem das civilizações clássicas, grega e romana, não conferiu um valor ontológico ao acontecimento histórico, isto é, não se sentia como um ser que fazia e que era feito pela própria História. Assim, só no lugar do sagrado, o mundo profano pode ser suportado, pelo que somente o mito serve de paradigma do tempo profano. Ora, por mito, na concepção clássica, entende-se uma narração cosmogónica da luta entre deuses ou princípios contrários, de onde se processa a transformação do Caos ao Cosmos, evocando, portanto, um acontecimento *in illo tempore* e, conseqüentemente, representa um precedente exemplar para todas as acções, que depois repetirão, ritualista e simbolicamente, esse acontecimento.

Pautado pela irrupção do sagrado, o tempo não é homogéneo e exprime a nostalgia da Origem (o mito platónico do eterno retorno, representado no *Ouróboro*), recordado como paraíso perdido, cuja representação só é possibilitada pelo recurso ao rito.

Traçado este breve olhar sobre a evolução da História herdada da época clássica, no sentido de garantir e dar uma sequência cronológica ao estudo, penetremos agora no período histórico medieval, aquele em cuja última fase viveu e se insere o cronista Gomes Eanes de Zurara.

⁸¹ Merecem destaque especial os sistemas *relacional* e *causal* e o uso dos métodos *apodíctico* (adj. que convence, necessariamente verdadeiro) e *comparativo*.

⁸² Escola filosófica fundada por Zenão de Cício, (336-264 a. C.) e que preconizava a indiferença à dor, a firmeza de ânimo oposta aos males e agruras da vida. Austeridade na virtude; insensível; imperturbável. Para os estóicos, ao *fatalismo do devir natural*, opõe o homem a *coragem de aceitar o destino inexorável*. O ideal do sábio estóico é o «*Sofre e abstém-te*», enunciado por Epitecto, que permitia alcançar *a indiferença purificadora, a verdadeira paz interior, a apatia libertadora, a imperturbabilidade absoluta*.

2.3. Idade Média: da história ao serviço da fé à história moralista e pedagógico-didáctica de Gomes Eanes de Zurara

Historiador, Zurara também o foi, tendo em conta aquilo que podia ser a concepção da história no século XV (Vergé-Franceschi, 2000: 173).

Não há época histórica sujeita a apreciações tão díspares e controversas como a Idade Média⁸³. Sobre essa época encontramos posições radicais dos humanistas (século XVI), dos iluministas (século XVIII) que a subvalorizaram, e dos românticos (século XIX) que a glorificaram, e outras mais moderadas e equilibradas, mais próximas do que terá sido a verdadeira Idade Média.

Há quem caracterize a Idade Média como a «longa noite dos mil anos, séculos das trevas, durante a qual a actividade histórica teria regressado à infância» (Carbonell, 1981: 30), o que não corresponde à verdade porque «já desde a Alta Idade Média surgiram, na prática, novos géneros históricos, como sejam os anais, crónicas, hagiografias, biografias, autobiografias, testamentos, diplomas, tratados e legados» (Bourdé & Martin, 1983: 11). Com efeito, já desde o século VII os monges utilizavam “tábuas pascais” para fixar, em cada ano, a festa móvel da Páscoa. Nessa espécie de calendários litúrgicos foram-se depois gravando outros sucessos ligados à vida da Cristandade e à história interna dos mosteiros. A partir do século IX começou a fazer-se a distinção entre os factos ditos pascais e as notícias de ordem geral contidas nas tábuas pascais.

Foram estes apontamentos que serviram de base à elaboração dos anais dos séculos XI e XII, com uma linha cronológica seguida e linear, mas não forçosamente anual, em que se referiam os sucessos havidos na congregação ou no reinado de um príncipe.

Após o século XII, surgiu uma certa secularização da História, com uma gradual independência em relação à teologia. Esta secularização veio conferir-lhe uma função prática na verificação da autenticidade e veracidade dos documentos, onde se perspectivava já uma posição crítica do historiador.

O cristianismo (assim como também o judaísmo) contribuiu de dois modos para o desenvolvimento do pensamento histórico⁸⁴: por um lado, assentou numa concepção de

⁸³ Vide, LE GOFF, Jacques (s. d.). “A Idade Média hoje”. In *Reflexões sobre a História*. Entrevista de Francesco Maielo (tradução do Italiano). Lisboa: Edições 70, pp. 103-112.

⁸⁴ Sobre a importância do pensamento histórico Vide, GODINHO, Vitorino Magalhães (2007). “Os Portugueses em busca de si próprios”. In *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Ano XXVI / N.º 946, p. 15.

tempo contínua, irreversível e linear; por outro lado, transmitiu uma *Filosofia da História* ao considerar o papel da Providência como motor da evolução.

O cristianismo consagrou a ideia do tempo linear, herdada do pensamento hebraico. Apesar de no plano psicológico, e logo no da pedagogia da fé, só o tempo circular ser didáctico, só o tempo linear consente a tese do livre arbítrio, de modo que a liturgia cristã não podia senão adoptá-lo, como nas horas canónicas⁸⁵.

O cristianismo retomou a ideia de um direito natural relativo, que o pecado original tornou o único possível, aceitando a unidade do género humano que, no seu conjunto, podia salvar-se. Para o cristianismo, a história humana era um combate⁸⁶. Neste ponto residia justamente a novidade judaico-cristã do tempo, quando confrontada com as anteriores concepções cíclicas e históricas das civilizações clássicas, ao estabelecerem a dicotomia entre a vida terrena e um novo horizonte escatológico que introduziram.

Dada a importância da concepção de uma *História Universal* é imperioso salientar o pioneirismo de Paulo Orósio (385 – 420 d. C.). Este historiador, teólogo visigodo e apologista cristão, natural da Hispânia Romana, da região de Braga e nascido nos finais do século IV, foi o autor do primeiro grande tratado de *História Universal*⁸⁷, escrita no âmbito da cultura cristã, dissertando sobre a História não sob a perspectiva de uma nação particular, mas sob o ponto de vista do Homem Universal, ao mesmo tempo que libertava o fluir do tempo da perspectiva de repetição cíclica que lhe dera Políbio, a despeito do seu reconhecido cosmopolitismo. Assim, a *Historiarum Adversus Paganos*, libri VII, escrita em 417 d. C., três anos antes da morte do seu autor, constituiu o mais importante manual de *História Universal* ao longo de toda a Idade Média, tendo conhecido mais de mil reproduções manuscritas.

As *Histórias* (As *Histórias* de Orósio), se inicialmente poderão ter sido originadas por um *praeceptum*⁸⁸ agostiniano, não podem ser entendidas como “complemento” do *De Ciuitate Dei*, mas como uma obra autónoma e até defendendo princípios ideológicos opostos aos de Agostinho. Antes de mais, porque Orósio olvida a dimensão teleológica que Agostinho atribuíra à história humana, substituindo-a por uma escatologia de raiz milenarista apoiada sobre a teoria dos quatro impérios⁸⁹. De facto, para o presbítero

⁸⁵ *Matines* (00^h00), *Laudes* (03^h00), *Primas* (06^h00), *Terça* (09^h00), *Sexta* (12^h00), *Nona* (15^h00), *Vesperas* (18^h00) e *Completas* (21^h00).

⁸⁶ Lúcifer, expulso do reino de Deus depois da sua rebelião, criou o reino do Diabo, do mal.

⁸⁷ *Historiae adversus Paganos* (*Histórias contra os Pagãos*).

⁸⁸ No início das *Histórias* 1. prólogo 3-8, vem referenciado que o bispo Agostinho de Hipona teria dirigido a Orósio um *praeceptum* (pedido). Vide, MARTINS, Mário (1950). *Correntes da Filosofia Religiosa em Braga, dos Séculos IV-VII*. Porto, p. 198.

⁸⁹ Vide, CORSINI, Eugénio (1968). *Introduzione alle «Storie» di Orosio*. Torino, pp. 157-168.

hispânico, todo o processo histórico mantém-se sempre ao nível puramente material e temporal, no qual mesmo as intervenções divinas se concretizam imediatamente no tempo, não sendo de esperar uma recompensa ou um castigo apenas após a morte ou com o Juízo Final. Para Orósio, a lei é simples: se o homem erra ou faz algo de bom, deve-se esperar a reacção positiva ou negativa de Deus, ainda na terra; a própria divindade parece encontrar-se sujeita às forças providencialistas da necessidade⁹⁰; mesmo o fluir temporal surge marcado pela dicotomia absoluta entre os dois tempos, ante e post Encarnação⁹¹, completamente irreduzíveis entre si (cfr. Alberto & Furtado, 2000: 32-33).

O tempo desenrola-se segundo uma linearidade pré-estabelecida, tendendo sempre para um fim determinado (o mesmo defenderá posteriormente, no século XIX, Karl Marx, ao perspectivar a evolução da sociedade segundo uma dicotomia de classes de exploradores / explorados, tendendo, inevitavelmente, segundo o mesmo autor, para o mesmo fim, a chegada de uma sociedade sem classes, o comunismo), no qual, por obra da redenção, os homens poderiam salvar-se. Todavia, só o conseguiriam fora da História, no momento do juízo final. Portanto, sem o pecado original e a redenção final, a História seria desnecessária.

O espírito científico absorve o mundo contemporâneo, assim como a fé impregnava o mundo medieval. Por isso, o historiador medieval, ao interrogar a sua fonte, admitia, com frequência, «ser aquela de inspiração divina» (Shotwell, 1940: 352). Efectivamente, na Idade Média, o domínio histórico escapou à análise intelectual, para se tornar objecto de uma teologia aplicada. Assim, a História da humanidade explicava-se como o diálogo entre a liberdade dos homens e a Providência de Deus.

A História era sempre, na Idade Média, uma História universal, de Adão até à época do historiador. Em última análise, «os historiadores medievais fizeram a História de que foram capazes» (Lefèbvre, 1978: 15).

A Criação e a Redenção, como eventos únicos, alicerçaram uma historicidade baseada na continuidade e já não na repetição. Relacionada com este factor, está a concepção da história como una, abrangendo todos os tempos e lugares, perspectiva que remonta ao século III. Surgiram, então, as *Histórias Universais*, sob a forma de cronologias sincronizadas.

⁹⁰ Esta posição é completamente oposta à defendida por Agostinho, para quem a actuação da divindade transcenderia a compreensão humana, que não seria capaz de entender, em toda a sua extensão, as suas decisões: Agostinho, *Ciuitate Dei* 5. 21. Vide, ELIA, Salvatore (1978). “Storia e Teologia della Storia nel De *Ciuitate Dei*”. In *Storiografia Ecclesiastica*. Congrès d’Erice. Messina, pp. 441.

⁹¹ Vide, FUENTES de la Rosa, Maria Luísa (1990). *Orosio y su Tiempo*. Madrid: Univ. Complutense, p. 671.

Os cristãos apropriaram-se da *História Sagrada dos Judeus*, o povo eleito, narrada no Antigo Testamento e fizeram dela o centro da sua própria história, estabelecendo uma correspondência cronológica entre os factos que a marcaram e os acontecimentos da história pagã. Homens cultos como Eusébio, bispo de Cesareia (270-339/340 d. C.), realizaram esse trabalho⁹². Mais tarde, o seu trabalho foi retomado por São Jerónimo, que traduziu o trabalho do bispo de Cesareia para latim e o continuou até 368 d. C.

Santo Agostinho (354-430 d. C.), na obra *De Ciuitate Dei*, prosseguiu essa concepção, refê-la e modificou-a, agrupando os factos históricos em seis épocas, que começavam em Adão e continuavam com Noé, Abraão, David, o cativo da Babilónia e, por fim, com Cristo. A sexta época, que começou com Cristo, duraria até ao fim dos séculos. A sétima seguir-se-ia ao Juízo Final: seria a eternidade.

O mundo árabe também nos legou um importante contributo para a formação da história científica com Ibn Khaldum⁹³ e as suas tentativas de analisar as estruturas dos grupos sociais e de relacionar diversos domínios da realidade como a demografia, economia e geografia. Para Georges Lefèbvre, «Ibn Khaldum atinge um nível superior ao dos historiadores da Idade Média. Ele é verdadeiramente um historiador sociólogo *avant la lettre*» (1978: 47).

Se Tucídides e Políbio procuraram fazer história explicativa e educativa, o carácter da história e da cultura portuguesa quatrocentista teve a mesma tendência moralizante e didáctica: a história constituía um manual de bons exemplos, dignos de serem imitados. Assim, a história transformava-se em regra de vida virtuosa e era escrita para tirar lições, sendo esta a via seguida por Gomes Eanes de Zurara; será, pois, em consequência, a via que mais nos interessa seguir, explorar e compreender, uma vez que entronca nos objectivos do nosso trabalho e no autor da crónica em estudo.

Na verdade, a história quatrocentista desempenhou uma função formativa e informativa. Formativa no sentido de propiciar aos descendentes dos que se notabilizaram o desejo de prosseguirem a mesma senda de honra; informativa porque exemplo de garantia e experiência para a obtenção do bom sucesso, evitando erros passados. O conhecimento dos sucessos passados facilitava-nos, assim, a compreensão do presente, do mesmo modo que nos capacitava a ajuizar o futuro, além do poderoso reconstituente moral e doutrinário. O historiador desempenhava, por conseguinte, papel de moralista.

⁹² Santo Agostinho recusa as interpretações eusebianas acerca do sincronismo entre a fundação do principado e a Encarnação, e os tempos de felicidade daí decorrentes, já que tal interpretação iria contra a distinção, até ao fim dos tempos, entre as duas cidades, celeste e terrena (cfr. Agost. *Ciuitate Dei* 18. 46, comentado em Inglebert, *Les Romains*, p. 493).

⁹³ As *Historiae adversum Paganos* de Paulo Orósio foram uma das principais fontes usadas na sua história.

Constatámos que à função formativa da história, acrescentou Gomes Eanes de Zurara a função informativa porque esta facultava ensinamentos utilitários, tanto no respeitante à vida da comunidade, como à do indivíduo e dos assuntos públicos, facilitando, assim, o trabalho dos governantes.

Para o cronista, a narrativa devia fazer menção aos bons feitos do passado e aos fracassos, uns para serem seguidos e os outros evitados, contribuindo desta forma a história para a formação da personalidade e do carácter, com os seus conselhos proveitosos. A história exercia assim uma influência didáctica decisiva sobre os espíritos em formação, induzindo-os a atingir o espírito de perfeição, imitando as acções nobres, o sacrifício, o valor guerreiro e a bondade, constituindo estas acções preciosas lições de conduta moral e heróicas virtudes. Nesta perspectiva, Zurara colocava-se na mesma linha educativa do *Leal Conselheiro*⁹⁴ de D. Duarte, tratado de moral para fidalgos e senhores, e do *Livro da Virtuosa Bemfeitoria* de D. Pedro, tendo sempre em mente a educação da nobreza.

O *Leal Conselheiro*⁹⁵ foi, em parte, aproveitado por Gomes Eanes de Zurara para a composição da *Crónica da Tomada de Ceuta*, como se pode verificar comparando parte do capítulo XXIX desta, onde se refere a notícia da doença que D. Duarte sofreu, sendo ainda infante, quando tinha vinte e dois anos, com a do capítulo XIX do *Leal Conselheiro* que ali é citado. De igual modo, a notícia contida no capítulo XIII, relativa ao conselho feito por D. João I, quando estava na Ponta do Carneiro, entre Gibraltar e a Aljazira, e à deliberação do mesmo rei, serviu claramente ao cronista para escrever o que sobre o mesmo assunto diz nos capítulos LXII e LXIII da *Crónica da Tomada de Ceuta*.

Por sua vez, o *Livro da Virtuosa Bemfeitoria* é uma obra de filosofia moral, dedicada pelo infante D. Pedro a seu irmão D. Duarte, a qual estava concluída antes de 14 de Agosto de 1433. A obra fez parte da livraria de D. Duarte e de D. Afonso V. Está dividida em seis livros e cada um deles em diversos capítulos. No Livro III trata-se do modo como se deve pedir; aí o capítulo V tem por título *em que sse mostra que a Deos deuemos offereçer nossas petiçoões* e o capítulo VI intitula-se *em que sse mostra que auemos de rrogar aos santos por nossas petiçoões*. Estes dois capítulos foram adaptados pelo cronista na *Crónica da Tomada de Ceuta*, transcrevendo-os verbalmente e quase completamente no capítulo primeiro que serviu de prólogo à mesma. Este facto explica-se facilmente porque Zurara

⁹⁴ O *Leal Conselheiro* dirigia-se à formação da personalidade dos cortesãos e constituía um guia de conduta.

⁹⁵ Nesta obra, D. Duarte cita várias vezes o *Livro das Confissões* de Martín Pérez, o qual foi traduzido para Português em 1399 por monges do mosteiro de Alcobaça (cfr. Machado & Moreira, 2005: 10).

tinha a seu cargo a livraria de Afonso V e revela bem o alto conceito em que a *Virtuosa Bemfeitoria* era tida na corte mesmo depois da morte do infante D. Pedro.

Gomes Eanes de Zurara insere-se, portanto, numa orientação historiográfica de preocupações morais. Segundo ele, «todallas cousas deste mundo falleçem, ssenam a escpitura» (CC: Capitulo Ciiij, 271), ou seja, «toda a nobreza dos homeês fora destroida, sse as penas dos escpriuuaães a nom poseram em fim» (*Idem*: 273), e, «que cousa pode melhor ser entre os uiuos que a escpitura pela qual seguimos direytamente o verdadeiro caminho das virtudes, que é o prémio da nossa bem auemturamça» (*Ibidem*).

No entanto, sem o conhecimento da escrita, todos os esforços dos que «trabalharam de fazer tam exçellemtes feitos darmas, cuja gramdeza fosse aazo de sua memória seer eixemplo aos que depois uiessem» (*Ibidem*: Capitulo xxxviiij, 118-119), ficariam no esquecimento, «porque sse os homeês semtissem que pollo falleçimento de sua uida, se acabaria toda sua rrenembrança, certamente nom sse poeriam a tam grandes trabalhos e perijgos, como ueemos que sse manifestamente poõe a quall cousa foy o primçipall aazo per que os primeiros autores se esforçaram a compoer estorias» (*Ibidem*: 118).

Para Zurara, a história tinha um sentido pedagógico e como finalidade última registar, para não caírem no esquecimento, as qualidades, feitos e virtudes das pessoas, estabelecendo-se assim a aliança entre a literatura e as virtudes heróicas: «Porque toda a primçipall fim dos autores estoriaaes esta no rrecomtamento das uirtuosas pessoas, porque a sua clara memoria per nenhuñ perlomgamento de hidade possa seer afastada damte os presentes, a quall cousa por çerto traz comssigo duas muy proueitasas fijns» (*Ibidem*: 117). Assim, as narrativas das crónicas transmudam-se em ótimos guias e conselheiros para os jovens, especialmente para os príncipes, furtando-os a influências nefastas e pareceres perniciosos dos vivos, mais aptos a lisonjear que emitir opinião justa e conforme as circunstâncias.

Gomes Eanes de Zurara apresenta também uma orientação aristocrática da história, surgindo esta como um espelho de virtudes para os jovens, onde estes podiam aprender para evitar cometer os erros do passado, evitando deslizes ou quedas, servindo de modelo de orientação para sentirem o desejo de imitar os feitos virtuosos dos seus antepassados: «E desy por que aquelles seus descendentes se esforçassẽ muyto mais na uirtude pera fazerem cousas dignas de hõra e de louuor, como a memorea dos passados seia exẽplo assy pera os presentes como daquelles que ham de vïjr» (CCDM: Cap. I, 3). Todavia, para não influenciar negativamente os jovens, defendia o cronista que a narrativa devia abstrair-se de descrever o lado obscuro da personalidade heróica, ou pelo menos não incidir nessa faceta,

não escrevendo exaustivamente o que julgasse indigno, nem referindo actos pouco dignos ou personagens pouco favoráveis.

A cultura quatrocentista vivia impregnada do delineamento dum ideal, e Zurara representa entre nós a tendência que se vinha arquitectando na Europa da crónica com finalidade elogiosa, da crónica para o Senhor. A tendência doutrinante invadia o campo da historiografia, e a compostura nos traços dos heróis obedecia a uma dupla finalidade. Quanto mais perfeitos se apresentassem, mais facilmente inflamavam os leitores e, por conseguinte, atingiam a função educativa. Assim, para o cronista, a história tinha um sentido moralizante, e escrever a vida dos homens que se sacrificavam pelo reino, pela religião cristã, pelo rei ou pelo bem comum, era saldar uma dívida para com a memória desses homens virtuosos e heróis, «porque todallas outras cousas traspassam deste mundo senã as boas obras que hos homens fazẽ, seria sê rrezão de se nõ por ã rregistro a memoria dos bõs homẽs que por serviço de Deus e homrra do rregno ã estes feitos virtuosamente trabalharão» (CCPM: Livro II, Capitulo IIIº, 544).

Os feitos grandiosos dos homens serviam como exemplos a seguir pelos jovens, casos do Mestre de Avis, do infante D. Henrique, do conde D. Pedro de Meneses ou do conde D. Duarte de Meneses, homens a quem o cronista, com a sua pena, nas suas crónicas quatrocentistas, eternizou a memória. Mas, como veremos ao longo do estudo, Zurara tinha consciência que o historiador podia alterar a história. Mesmo fiel às fontes, o historiador sempre se projecta a si no relato. Como disse Aristóteles, «tal como cada um é, assim lhe aparece o fim» (Ética a Nicómaco 1114 a 32).

Mesmo considerando que o olhar do cronista procurava ser imparcial, temos de ter sempre presente que ficção e realidade histórica podiam andar associadas na crónica zurariana: «To facilitate the examination we might first consider the works as fiction, based upon a historical reality. Eventually, a definition of the Zurarian chronicle must include a statement concerning the balance between these elements. Moreover, any emphasis that has been placed upon the investigation oh historical authenticity of Zurara's works does not signify that such investigation has been definitive» (King, 1976: 42-43).

Assim, ao opinarmos sobre a verdade histórica em Zurara, devemos ter presente, tal como defende Lauro António, «que qualquer versão histórica é sempre parcelar e parcial, o mesmo sucedendo até com a leitura da história porque cada um lê segundo a sua óptica» (2005b: 61). Ora, esta visão parcelar e parcial da História já tinha sido evidenciada no século V d. C. pelo teólogo visigodo Paulo Orósio, o qual, como filósofo da História, evidenciou

uma das mais importantes categorias do conhecimento histórico: a da relatividade dos acontecimentos, pela sua integração em séries sequenciais mais vastas, onde adquirem o seu significado pleno, com recurso sistemático ao método comparativo, embora não caindo num relativismo que o impedisse de ver em Deus o supremo condutor dos tempos.

Não é nossa intenção, nem tão pouco propósito deste trabalho, fazer aqui a *História da ideia de História*. Contudo, tendo-o já feito, embora de forma breve para o tempo anterior a Zurara, centro desta análise, considerámos de igual forma pertinente, traçar, com a mesma brevidade, o retrato da evolução que se deu a seguir a este cronista, nomeadamente com a revolução científica moderna. Desta forma, parece-nos que tornaremos mais explícitos alguns conceitos e ideias da história que hoje se fazem ou exercem, assim como também da história cultural que está na base deste trabalho.

O período da história a que chamamos “Modernidade”⁹⁶ caracteriza-se essencialmente pelo despoletar no seu seio daquilo que designamos de revolução científica. Assim, este paradigma newtoniano traz, inevitavelmente, consigo, algumas consequências ou alterações às quais a história (e o conhecimento histórico, obviamente) não passa nem poderia, de forma alguma passar, indiferente. Regista-se uma nítida separação entre o homem e a natureza, entre o sujeito e o objecto, diríamos em linguagem filosófica.

O Universo é entendido como um novo livro escrito em linguagem matemática e o saber científico-matemático é elevado a modelo de conhecimento. Para isto, haviam também contribuído o Humanismo e o Renascimento ao definirem alguns métodos de análise crítica (por ex. Descartes) – objectividade, imparcialidade, neutralidade e universalidade.

A emergência deste espírito crítico é uma das consequências do paradigma da ciência pós-moderna, com destaque para o papel de Ranke com a *História Metódica* onde, de forma sucinta, a opção prioritária do historiador é a análise crítica dos documentos e onde se procura obter a máxima de objectividade e neutralidade.

Os teóricos são unânimes em considerar o século XIX como o século da História e do historicismo. Nos primórdios de novecentos ocorreram algumas alterações na conjuntura epistemológica, intimamente ligadas às repercussões da crescente afirmação de outras ciências sociais e humanas e, indiscutivelmente, a Escola Metódica, a que já aludimos, tinha limites teóricos que não permitiram aos historiadores acompanhar este acelerado

⁹⁶ Vide, GIBBON, Edward (J. B. Bury, ed.) (1974). *A History of the Decline and Fall of the Roman Empire* in 6 volumes. Norwalk, Connecticut: The Easton Press. Esta obra é considerada a primeira da História "moderna" porque procura explicações para eventos históricos em termos de sociedade, cultura e política, em vez de seguir uma lógica de um plano divino.

processo de renovação, correndo, inclusive, o risco de o seu espaço epistémico e institucional poder ser ocupado por aquelas nascentes Ciências Sociais. Regista-se aqui uma espécie de ruptura epistemológica protagonizada pela revista *Annales* (1929).

Dos anos 30 aos anos 50, o grupo *Annales* teve, como pedras de toque, a interdisciplinaridade, a globalidade, a preferência pelo económico e o social e o estudo das mentalidades (em especial na última fase). Para muitos, esta revista encarou o desenvolvimento de um novo paradigma na investigação histórica. Daí a apelidarem de Nova-História (1912), a história que se fez a partir de então. A sua criação andou associada a autores aos quais fizemos já referência e faremos ainda noutros contextos deste trabalho: Lucien Fèbvre e Marc Bloch e, numa geração seguinte, Fernand Braudel. Falar das suas linhas ideológicas é o mesmo que falar da rebelião contra o modelo Rankiano-positivista, é também falar de ataques ao modelo tradicional, mas não só.

De entre os seus pressupostos destacam-se os seguintes: toda a investigação pressupõe uma teoria ou problematização que deve ser receptiva ao diálogo interdisciplinar; o historiador deverá encarar uma função problematizadora; nova forma de encarar os conceitos de *método*, *documento* e *facto histórico*; substituição de uma *histoire récit* por uma história estrutural, cujo objecto já não é o facto individual, único e irreversível, mas o facto social, total, construído a partir de uma concepção de tempo que aceita, numa certa escala, a descontinuidade, a pluralidade e repetição dos acontecimentos.

Com esta visão epistemológica alargou-se ainda a noção de documento, consolidou-se a perspectiva de uma história estrutural⁹⁷ como tendo maior capacidade explicativa e demonstrou-se a operacionalidade de métodos quantitativos para se responder a certas questões. Todos sabemos que a história se faz com documentos, mas não apenas com documentos escritos. A história «pode fazer-se com tudo o que o engenho do historiador lhe pode permitir utilizar» (Fèbvre, 1985:15). Assim, a história depende tanto das representações do passado como da iniciativa, dos conhecimentos e da capacidade do historiador em questionar documentos.

⁹⁷ Actualmente, segundo Vitorino Magalhães Godinho, os economistas fogem da história estrutural, julgando que lhes basta o tempo curto da conjuntura, e já não querem ouvir falar de estruturas de longa duração.

Vide, GODINHO, Vitorino Magalhães (2007). “Os Portugueses em busca de si próprios”. In *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Ano XXVI / N.º 946, p. 15.

2.4. Evolução da história cultural portuguesa até às crónicas do século XV

Para a construção da consciência histórico-cultural, da própria identidade, há que ter em atenção todos os indícios e pegadas do passado porque, só me atraí no passado, aquilo que me permite compreender e viver o presente (Mattoso, 1987a: 40).

A leitura, a produção do livro e a criação literária, para poderem efectuar-se de modo perdurável, pressupõem, em primeiro lugar, o conhecimento e uso da escrita. O hábito de escrever divulgou-se com o aparecimento da prosa, uma vez que «há provas bastantes de que a poesia primitiva era exclusivamente oral» (Pereira, 1979: 18).

Por volta do século VI a. C., instalou-se o hábito de compor livros, o que levou a um estado florescente da cultura e à criação de bibliotecas na Grécia Clássica, acção continuada pelos Romanos durante mais alguns séculos.

Com a chegada dos povos bárbaros à Europa Ocidental nos séculos III, IV e V d. C., e apesar do renascimento cultural protagonizado por Carlos Magno e outros focos onde a cultura continuou a irradiar e a prevalecer, como os mosteiros *Monte Cassino* e *Vivarium*, por exemplo, foi Bizâncio, capital do Império Romano do Oriente, que continuou a manter e a perpetuar a memória cultural do mundo clássico. A Europa entrou em profunda agonia política, económica e mental, e a sua cultura, inevitavelmente, não pôde fugir a esse processo, sendo violentamente dilacerada, porque no passado, na história e na realidade, os aspectos culturais nunca são completamente separados dos outros (cfr. Mattoso, 1995: 33).

Mas não pensemos que na Idade Média não houve formas de expressão escrita e cultural, pois, como já referimos, ao caracterizar a Idade Média como a «longa noite dos mil anos, séculos das trevas, durante a qual a actividade histórica teria regressado à infância» (Carbonell, 1981: 30), não se está a falar verdade porque, na prática, a Idade Média herdou a tradição romana dos anais ou relatos em forma de seriação anual dos acontecimentos. No entanto, quase todo o legado da Antiguidade Clássica se teria perdido se não fora o paciente trabalho executado no século VI por dois homens: «Boécio, conhecido como o último dos Romanos, como lhe chamam uns, ou a ponte entre a cultura antiga e medieval, como o classificam outros, autor do *De Consolatione Philosophiae*, e Cassiodoro, ministro do imperador Teodorico, fundador do mosteiro *Vivarium*, na Calábria, numa época de *bella turbulenta*, como o mesmo designa» (Pereira, 1979: 23).

Em Espanha, no século VII d. C., brilhou Santo Isidoro de Sevilha, o que não impediu no entanto, que após a invasão árabe no século VIII d. C., os manuscritos visigóticos

escasseassem na Península Ibérica. Porém, os escritos de grandes autores do século IX tinham precedentes visigóticos, como os de Álvaro e Eulógio de Córdoba, o abade Sansão de São Zoilo e o padre Leovigildo, o que prova a vitalidade da cultura cristã moçárabe mais de um século depois da conquista muçulmana.

Os temas que tratavam eram a natureza de Cristo, a Trindade, a Virgindade de Maria, o baptismo e os nomes de Cristo, sendo estes igualmente afirmações teológicas perante a doutrina muçulmana. As fontes utilizadas inscrevem-se na tradição visigótica: «Orósio, Agostinho, Potâmio de Lisboa, Hilário de Poitiers, Cassiano, Cipriano, João de Biclare, Gregório, o Grande, Isidoro de Sevilha, Taião de Saragoça, Juliano de Toledo, ao lado de Virgílio, de Cícero e de Horácio – muitas vezes conhecidos graças às antologias –, Tertuliano, Boécio, Fulgêncio de Ruspe, Draçôncio, Donato, Platão, Pitágoras e Hipócrates» (Rucquoi, 1995: 97).

No século IX foi a França que brilhou com a Renascença Carolíngia, época em que se copiaram belos e cuidados manuscritos em minúsculas, mas na Península Ibérica o movimento intelectual dos árabes até ao fim do século XII foi superior ao das nações cristãs que das mãos desses inimigos receberam a tradição das ciências gregas. Os árabes eram então os mestres, os médicos e os adivinhos dos príncipes cristãos bárbaros, da mesma forma que os judeus eram banqueiros e fazendistas: «Os nomes de Mesua e Geber, de Maiomónides, Rasis, Avicena, Averroes, ficaram ligados aos primórdios da anatomia, da botânica, e da química da Idade Média. Afonso, *o Sábio*, aprende com um árabe a alquimia: *La piedra que llaman filosofal, abia facer y me ensenó*» (Martins, 1993: 134).

Até ao século XII o saber irradiou das grandes abadias, importantes focos de cultura. Dos séculos XIII ao XV surgiu o período das grandes Universidades, onde cedo começaram a constituir-se bibliotecas que guardaram uma enorme riqueza de cimélios documentais e alguns códices.

À viragem da vida social e política iniciada no século XII correspondeu uma viragem na vida cultural. Foi nesta época que verdadeiramente se iniciou o renascimento geral da cultura: «o feudalismo declina, as cidades multiplicam-se, desenvolvem-se as universidades, traduzem-se obras desconhecidas de Aristóteles, surgem e alastram heresias, quer de origem universitária, como o Averroísmo latino, quer de expressão popular, como as dos Cátaros ou Albigenses⁹⁸, reprimida a ferro e fogo» (Saraiva & Lopes, 1975: 37).

⁹⁸ Albigenses (de Albi, no sul da França) ou cátaros (do grego, “puros”): a difusão desta heresia nos séculos XI a XIV, que preconizava uma renovação moral e espiritual baseada na antítese entre o bem (Deus) e o mal (Satanás), levou o Papa a pregar uma cruzada (guerra) contra os seus seguidores (1209-1229).

Pensou-se, durante muito tempo, numa versão confortável para o espírito, mas completamente falsa, que Johann Gutenberg tinha sido movido pelo humanismo nascente, e que a imprensa teria sido o primeiro estágio do Renascimento e teria sido induzida pela necessidade de difundir os autores antigos (Horácio, Cícero), ou de espírito novo (Dante, Petrarca) que começavam, nessa época, a renovar as formas de pensamento. Todavia, a análise das obras que publicou o mestre de Mogúncia, tal como a maior parte dos seus sucessores antes de 1500, infirma totalmente esta lenda e mostra, pelo contrário, que a nova arte difundiu sobretudo a palavra religiosa, isto é o discurso oficial. A Igreja foi o seu principal fornecedor de textos a imprimir, bem como o seu principal cliente durante muito tempo (cfr. Bechtel, 1999: 82).

Na verdade, as primeiras manifestações de erudição no futuro espaço português situaram-se no centro da actividade da Igreja Católica e da língua latina, existindo anotações de tipo histórico por parte do clero desde o início do século VII, e como já referimos, a partir do século IX começou a fazer-se a distinção entre os factos ditos pascais e as notícias de ordem geral contidas nas tábuas pascais, apesar de «na Idade Média, todas as obras partilharem dos mesmos valores religiosos, a chamada catolicidade ou, por outras palavras, a universalidade» (Machado, 2004: 248).

Esta opinião contrária, em parte, a tese perfilhada por Maria Helena da Rocha Pereira, ao referir-se à transmissão da cultura antiga e invenção da imprensa: «E o facto de os incunábulo serem, além da Bíblia, obras dos clássicos na sua maioria, a que acabavam de juntar-se as dos Gregos, trazidas pelos sábios refugiados de Constantinopla» (1979: 26).

José Barbosa Machado confirma que, dos primeiros dez livros conhecidos impressos em Portugal no século XV, apenas três não são de cariz religioso. São eles a *Estoria do Mui Nobre Vespasiano Emperador de Roma* (1496), a *Grammatica Pastrane* (1497) e o *Regimento Proveitoso contra a Pestenença* (1498). Afirma este autor que os dois primeiros livros impressos em língua portuguesa foram o *Sacramental* de Clemente Sánchez de Vercial (1488) e o único exemplar conhecido do *Tratado de Confissom*. Este último foi (re)descoberto em 1965 por Pina Martins, e foi, de acordo com o cólofon, impresso em Chaves em 1489 e é, por falta de uma prova segura em relação à obra anterior, considerado o primeiro livro impresso em língua portuguesa: «Através de uma análise informático-linguística concluiu-se que o texto foi redigido entre finais do século XIV e princípios do século XV e é uma adaptação de uma ou mais obras em castelhano, o que vem contrariar grande parte das opiniões veiculadas até ao momento» (2004: 242-243).

Relativamente ao livro *Historia de Vespasiano, Imperador de Roma*⁹⁹, impresso em 1496, descrito no inventário de el-Rei D. Manuel sob o título *Destroyçam de Jerusalem*, é um livro preciosíssimo por o seu conteúdo ser um assunto do mais subido interesse para a literatura portuguesa, porque a *Historia de Vespasiano* não é senão um romance do cyclo bretão do Santo Graal. Argumenta ainda Esteves Pereira, «que é de supor que a redacção portuguesa da *Historia de Vespasiano* fosse feita no período que decorreu de 1438 a 1496» (1905: 23), defendendo este período de tempo devido à obra não ser mencionada entre os livros do uso de D. Duarte¹⁰⁰.

É pertinente abordar as relações entre cultura escrita, impressa, e cultura oral ou manuscrita, uma vez que a maior parte das nossas obras permaneceram manuscritas. Com efeito, o que se editou nos séculos XVI e XVII foi uma pequena parte da produção nacional. A nossa cultura permaneceu essencialmente manuscrita, basta lembrar aqui tantos e tantos roteiros ou o *Esmeraldo* de Duarte Pacheco, para nos apercebermos do alcance que essa insuficiência da arte de imprimissão teve entre nós. Daí a importância do oral, as formas de cultura gestual / oral, que são as do quotidiano (cfr. Godinho, 1985: 283-284).

Se, como defende Magalhães Godinho, a arte da imprimissão teve pouca expressão entre nós, mormente em obras de carácter laico, já o mesmo não se poderá afirmar relativamente às obras de cariz religioso. É sabido que durante o século XV, com a invenção da imprensa de caracteres móveis, estas obras, que não passavam muitas vezes das bibliotecas dos mosteiros e das escolas das catedrais, tornando-se de difícil consulta por parte do clero simples das paróquias, foram impressas e largamente difundidas.

No entanto, há que ressaltar que as obras nos séculos XV e XVI eram impressas ao sabor dos tipógrafos que aplicavam, na composição tipográfica de um original manuscrito, os hábitos pessoais de uma ortografia mais intuitiva e imitativa do que científica, em que o autor muitas vezes nem sequer intervinha durante a correcção de provas. Assim, «a falta de unidade ortográfica de uma obra deve-se muitas vezes à presença de mais de um compositor na preparação de uma mesma edição» (Pinho, 1987: 255).

⁹⁹ Para além da edição levada a cabo por Francisco Maria Esteves Pereira em 1905, há que salientar a edição de 2005, com introdução, edição e lematização, das Edições Vercial, da autoria de José Barbosa Machado, e a 2.ª edição revista e ampliada de Janeiro de 2007 do mesmo autor.

¹⁰⁰ Conhecedor do latim e versado na nova cultura clássica latina, D. Duarte reuniu, na sua biblioteca, obras notáveis, de autores como Júlio César “*Comentários*”, Aristóteles “*Dialética*”, Cícero “*De Officiis*”, Vegécio “*De Re Militari*”, Séneca “*De Beneficiis*”, Máximo Valério, de D. João I, “*As Trovas*” de D. Dinis e Afonso X, o Sábio, Santo Agostinho “*Confissões*”, S. João Cassiano “*Colecções*”, Gil de Colona “*De Regimine Principum*”; livros de Medicina, Avicena, Astrologia, Geografia, vidas de santos e outras obras de religião e mística.

O século XV assistiu a uma nova expansão das Sumas as quais ainda tentavam resumir o saber medieval contentando-se com anotar elementos que tinham ganho mais importância no século XIII. Mas não foram apenas as Sumas que tiveram grande expansão no século XV: «Foram igualmente os manuais ou tratados de penitência, que, escritos em vernáculo, se tornaram num instrumento precioso na pastoral da confissão para o clero com cura de almas. O *Tratado de Confissom* é um exemplo bem elucidativo desse tipo de obras» (Machado, 2003: 140).

Apesar desta expansão literária, essencialmente de cariz religioso, não foi fácil o desenvolvimento da cultura escrita em Portugal e obras capitais dos séculos XV a XIX só neste último foram impressas, ou foram-no sendo com atrasos centenários – Fernão Lopes só é editado depois de 1640, *O Esmeraldo* de Duarte Pacheco (1505) sai dos prelos nos anos de 1890.

Quanto aos livros históricos anteriores ao século XV feitos em Portugal, a sua escassez foi já realçada por Alexandre Herculano: «Até ahi havia apenas algumas memorias espalhadas, alguns breves compendios dos successos publicos (...) parecendo-nos, todavia, indubitável que alguma coisa havia escripta antes de Fernão Lopes, porque alguma coisa eram essas *estorias* dos antigos reis mencionadas na carta em que el-Rei D. Duarte *mandou de poer em caronyca as estorias dos reys que antygamente em Portugal foram*» (1886: 7-8).

Segundo Gomes Eanes de Zurara, devemos a D. Duarte muita da produção histórica e religiosa manuscrita produzida no século XV: «elRey Duarte em sendo Iffante cometeo encarrego de apanhar os auisamentos que pertenciam a todos aquelles feitos e os ajuntar e ordenar segundo pertença aa grandeza delles e autoridade dos príncipes e doutras notaaees pessoas que os fezerom» (CC: Capitullo iij, 12), *estorias* essas que, com pertinência, «distingue claramente dos feitos de D. João I» (Soares, 1977: 67).

Para compreendermos a evolução da língua e da cultura portuguesas, encarando a primeira com o sentido que Carlos Assunção lhe atribui, «como a génese ou instrumento do pensamento, mundividência de causa, ou efeito de identidade, princípio homogeneizador, património em acréscimo contínuo, porque viva e sempre evolutiva» (2000: 9), temos de ter presente a miscelânea de povos que coabitaram, visitaram ou ocuparam, pacificamente ou não, a Península Ibérica desde os tempos anteriores e posteriores à ocupação romana: tartéssios, celtas, cónios, lusitanos, fenícios, gregos, romanos, alanos, suevos, visigodos, vândalos, árabes, normandos e francos. Em todos eles, uns com maior relevância que

outros, como são o caso dos romanos e árabes, bebemos as raízes e origens da língua e cultura portuguesas.

Os povos germânicos apresentaram uma civilização dominada pela guerra e pelas armas. O vocabulário introduzido por estes povos, Suevos e Visigodos, foi muito reduzido e não houve alterações ao nível da estrutura linguística latina.

Vários povos muçulmanos, árabes e berberes, como já referimos, ocuparam a Península Ibérica no século VIII. Detentores de uma cultura material e espiritual muito fortes introduziram na Península Ibérica novas formas de relacionamento social, económico, político e cultural. No entanto, a língua árabe conviveu com as línguas e os dialectos locais.

Os povos muçulmanos influenciaram diferentes aspectos da vida quotidiana e urbana, como sejam a economia, o comércio, a administração e especialmente a cultura. Na fase da Reconquista cristã, ocorreu uma integração intensa com habitantes de diferentes origens sociais, residentes na zona ocupada ou vindos de outras localidades, os moçárabes. Chegou a haver um começo de interpenetração das duas línguas, principalmente nos centros urbanos, de que resultou o *Moçárabe*, fala popular de estrutura românica com numeroso fundo vocabular arábico, que levou ao aparecimento de uma língua românica moçárabe.

Há autores que pensam que uma lírica popular em língua moçárabe teria influenciado as composições poéticas galego-portuguesas, em particular as cantigas de amigo, alimentando uma cultura cortesã que iria florescer na corte castelhana de Afonso X, o *Sábio*, o qual detinha a hegemonia político-militar e literária sobre Leão, tendo Castela absorvido os dialectos moçárabes do sul e marginalizado, pouco a pouco, as falas asturianas, leonesas, aragonesas e navarresas. Com efeito, na corte de Afonso X, avô de D. Dinis, circulavam muitos nobres galegos e portugueses que produziam cantigas de amigo ou de escárnio, aparecendo os mesmos fidalgos na corte portuguesa de Afonso III e D. Dinis.

A influência do léxico árabe não terminou com a fase da Reconquista: registaram-se novos vocábulos desde o século XIII até ao século XVI, contribuindo para enriquecer uma língua que evoluiu de uma forma própria. Contudo, na língua portuguesa, outros elementos lexicais foram ao longo dos tempos fortemente assimilados: no português dos primeiros tempos da Reconquista, séculos IX, X, XI e XII, já se empregavam, na oralidade e na escrita, para além dos latinismos antigos, elementos lexicais franceses e provençais, avultadíssimos e constantes, tal como elementos provenientes de outras regiões da

Península Ibérica. Todos estes contributos e influências marcaram decisivamente a cultura portuguesa e em particular a literatura. Mais tarde, no século XVI, com a cultura humanista / renascentista e com os Descobrimentos, verificou-se um novo enriquecimento da língua, da cultura científica e da cultura literária.

O código cultural da Península tinha uma estrutura comum, latina e judaico-cristã. Só as suas expressões, a diversa memória das suas línguas, apesar de tudo próximas, as influências sofridas no contacto com as grandes culturas do Ocidente, a que a Península pertencia, as fizeram parecer mais distintas do que eram. De resto, o intercâmbio entre elas, pelo menos até ao século XVII, foi permanente, com hegemonismo castelhano em geral, mas também interesse e fascínio pela cultura lusitana, sobretudo pela sua poesia lírica.

A reconquista dos territórios ocupados pelos muçulmanos, efectuada a partir do Condado Portucalense, (re)iniciada no tempo de D. Afonso Henriques, permitiu a ocupação do território que é Portugal, criando-se assim condições para a generalização do galego-português. No entanto, há que realçar que já desde o séc. IX chegaram até nós documentos notariais em *latim bárbaro*¹⁰¹ que já registavam formas românicas locais.

A língua latina difundiu-se com a romanização, admitindo e absorvendo influências locais. Gradualmente, a partir do latim vulgar, constituiu-se o germe da futura língua românica designada por galaico-português, que deu origem ao português. Com efeito, o factor decisivo da formação da língua portuguesa foi a romanização da Península, cujos últimos obstáculos foram eliminados com as campanhas de Augusto¹⁰². A difusão do latim verificou-se ao mesmo tempo que as *villae* (latifúndios), protegidas pelo direito e o Estado romano. O idioma português é, pois, «um dos produtos da România linguística, nome que se dá ao Império Romano e, em especial ao conjunto das suas províncias onde o latim veio a vingar duradoiramente como língua de civilização» (Saraiva & Lopes, 2001:17).

Por ocasião das invasões bárbaras, precipitou-se o processo de dialectização do latim falado, encontrando-se a língua literária e a literatura na fase conhecida por *Médio Latim* ou *Média Latinidade*, nome que depois sugeriu o da Idade Média, embora diferentemente datado. Após a queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d. C., início convencional da Idade Média, surgiu o *Baixo Latim*, que sobreviveu à queda do Império como única

¹⁰¹ Não se deve confundir *Latim Vulgar* nem *Baixo Latim* com o *Latim Bárbaro*, conjunto de formas jurídicas e litúrgicas deformadas ou acompanhadas por formas e construções coloquiais, e que se usavam em documentos tabeliônicos, como contratos, doações, testamentos, etc. Este pseudo latim é devido à incultura dos clérigos que serviam de notários e às dificuldades de ajustar uma língua morta a novas circunstâncias sociais.

¹⁰² Caio Júlio César Otaviano Augusto (63 a. C.-14 d. C.) foi o primeiro Imperador romano. Chega ao poder através do segundo triunvirato, formado com Marco António e Lépido.

língua escrita. Passados alguns séculos, várias línguas novilatinas faladas foram fixadas por escrito: o Francês no séc. IX, o Castelhana em meados do séc. XII, o Português e o Italiano em inícios do séc. XIII.

Certas características do Português têm sido atribuídas à sua localização periférica, a uma origem italiana meridional dos seus colonizadores romanos e a um forte substrato céltico. A actual diferenciação do romance peninsular deve-se sobretudo à forma como se fez a Reconquista aos Muçulmanos, a partir de três principais pontos de arranque: a Marca carolíngia (Aragão e Catalunha); os montes Cantábricos (Castelhana); e o Noroeste, de substrato céltico ou paracéltico, mais tarde sob domínio suevo e prestigiado desde o séc. XI pelo santuário de Santiago de Compostela (Galego e Português), cujas forças cedo aguentaram o ímpeto muçulmano na linha do Douro, donde partiram em direcção ao Sul ao longo de antigas vias romanas relativamente separadas.

O galego-português pode ter-se diferenciado (como o Leonês) de um fundo mais arcaico galego-asturiano. A tese, muito controversa, segundo a qual o Português teria assim uma origem fundamentalmente nortenha, embora recentemente reforçada por investigações linguístico-etnográficas, parece dever considerar-se como descrição muito simplificada de uma génese na realidade mais complexa (cfr. Saraiva & Lopes, 2001: 21-22).

O português, ou galego-português, vem do latim, sendo a mesma língua, o que contraria a versão de Rosa Virgínia Mattos e Silva, para quem a língua portuguesa se formou a partir do galego-português. Esta autora, na conferência “A língua portuguesa em perspectiva histórica”¹⁰³ refere que todo o passado do noroeste da Península Ibérica, do oeste cantábrico ao sul do Douro, acima de Aveiro, e pelo leste por terras depois leonesas, conduziu a uma situação propícia à formação de um espaço linguístico com uma certa unidade, quando comparado às outras áreas hispânicas:

Em rápido esboço, sinalizo que por lá estiveram os mesmos substratos pré-romanos; no período romano, a Gallaecia, numa das províncias hispano-romanas, cobria aproximadamente essa área geográfica; dos germânicos na Península Ibérica, os suevos só ali se localizaram, depois dominados pelos visigodos na sua expansão; os muçulmanos não alcançaram essa área ibérica. Tudo isso que abrange um passado plurissecular configura uma certa unidade original linguístico-cultural à área galaica.

No fim do século XI – 1096 – se inicia um destino político diferenciado para a área que tem o rio Minho e a raia seca transmontana como limite, do que viria a ser Galícia e Portugal e,

¹⁰³ Conferência orientada por Rosa Virgínia Mattos e Silva – UFBA/CNPq – (1999).

consequentemente, galego e português. A partir de quando se poderá falar de galego e português como línguas distintas? É esta a questão em que neste ponto me centro.

Antes porém pergunto: será que é possível definir línguas sem considerar factores de natureza histórico-políticos? Tudo indica que não. Se pensarmos em termos estritamente linguísticos, para tentar definir o momento em que o galego e o português começam a divergir, faz-se necessário que se explore a documentação mais recuada, do século XIII aos meados do XIV escrita na área galega e na área portuguesa, para tentar rastrear nela quando se evidenciam gramáticas, no sentido chomskiano, distintas (Silva, 1999).

A língua portuguesa, como já referimos, começou a despontar nos séculos IX a XI em ambos os lados do Douro, isto é, na Galécia e no Norte da Lusitânia. Já no século X apareceram documentos em latim bárbaro nesse território, e no século XI já surgiram algumas das características próprias do português (e galego) e de todas as outras línguas irmãs, isto é, neolatinas. Todavia, há que salientar que o português é uma língua com características muito próprias e originais que a distinguem das línguas irmãs, sobretudo pela fonética, pela prosódia e por alguns traços gramaticais: «É uma língua singular, extremamente inovadora, apesar de alguns linguistas terem notado o seu carácter conservador, impressionados, sobretudo, pelo facto de ela conservar as vogais tónicas latinas» (Saraiva, 1974: 45).

Na evolução da língua portuguesa consideramos três fases: pré-histórica, proto-histórica e histórica.

A fase *Pré-Histórica* começa com as origens da língua e vai até ao século IX. Nesta fase, que decorreu entre o século V e o século IX, temos o que geralmente se denomina *romance* lusitânico. Ao longo deste período encontramos documentação em *latim vulgar* (termo usado para designar os dialectos vernáculos do latim falado principalmente nas províncias ocidentais do Império Romano) e em *latim bárbaro*, “gíria de tabelliães e da gente da igreja” (cfr. Coelho, 1868: 25).

A fase *Proto-histórica* estende-se do século IX ao século XII-XIII. Nesta fase encontram-se já, nos documentos redigidos em *latim bárbaro*, o Latim dos notários e tabeliães da Idade Média. Desta fase conhecemos um texto de 822 e relativo à fundação da igreja de Lordosa. Este período em que decorreu a fase *proto-histórica* do nosso idioma é aquele que só se pode reconstituir por métodos histórico-comparativos ou à base de documentos em *latim bárbaro*.

A fase *Histórica*, que se inicia ainda no século XII, estende-se até aos nossos dias. Esta fase compreende dois períodos: o *Português Arcaico* (século XII ao século XV), onde

se inserem Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina, por exemplo, e o *Português Moderno* (a partir do século XVI até aos nossos dias).

Os primeiros textos conhecidos e redigidos em português datam de fins do século XII, como a *Notícia dos Fiadores*, discriminando as dívidas de Pelágio Romeu, datado de 1175, e inícios do século XIII, como a *Notícia de Torto*, que trata das malfetorias de que foi injustamente vítima Lourenço Fernandes da Cunha, escrita por volta de 1214, e o *Testamento de D. Afonso II*, datado de 27 de Junho de 1214¹⁰⁴. São textos notariais (*Notícia de Torto*, o testamento de D. Afonso II) e literários (cantigas de João Soares de Paiva e de D. Sancho I, de cerca de 1200). Todavia, há que salientar que a Língua Portuguesa só começou a ser redigida regularmente no século XIII, no reinado de D. Dinis, considerando-se que a *Notícia de Torto*¹⁰⁵ foi um dos primeiros documentos não-literários escrito em galaico-português.

A par da *Notícia de Torto*, outros documentos privados a ela assemelhados, seus contemporâneos, um pouco anteriores e posteriores, compõem a *primeira fase da primitiva produção documental* em português, recuando a data desse tipo de texto para as últimas décadas do século XII.

Naquela época, a produção documental exigia muito tempo, trabalho e despesas. Anteriormente ao século XIII, eram os conventos que reuniam as melhores condições para o trabalho da produção de manuscritos. Na verdade, os documentos escritos eram geralmente produzidos nos mosteiros, por copistas que compuseram, numa fase posterior, verdadeiras obras de arte, com iluminuras, letras capitulares e muito cuidado na execução do próprio texto. Mas há que referir ainda a existência de muitos outros trabalhos produzidos por notários, escribas oficiais ou privados e outros particulares, nas oficinas fora dos mosteiros.

Em Portugal, os conventos com oficinas de manuscritos foram principalmente os de Lorvão¹⁰⁶ (que já existia sob o domínio muçulmano), Santa Cruz de Coimbra e Alcobaça. Neste último reuniu-se a maior livraria medieval portuguesa.

¹⁰⁴ Fonte: AN/TT, Mosteiro de S. Cristóvão de Rio Tinto, Maço 2, doc. 10: publicado por Ana Maria Martins. Ver ainda “Os mais antigos textos escritos em português”, Lindley Cintra, Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão. Lisboa, 1999: 517.

¹⁰⁵ CINTRA, Lindley (1990). “Sobre o mais antigo texto não-literário português: a *Notícia de Torto* (leitura, crítica, data, lugar de redacção e comentário linguístico)”. In *Boletim de Filologia, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa*, Tomo XXXI (1986-87). Lisboa: Inst. Nacional de Investigação Científica, pp. 21-77.

¹⁰⁶ Criado em data desconhecida, mas pouco depois do “repovoamento” de Coimbra por Hermenegildo Guterres (869-911), talvez resultante de uma fundação de monges vindos do Norte, ou, talvez com origem numa comunidade preexistente que acolheu favoravelmente a autoridade asturiana e que tivesse, assim,

O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra foi frequentado, habitualmente, por Afonso Henriques, que fez desta cidade, após 1132, o seu posto avançado nas lutas contra os muçulmanos, apresentando-se ainda como o chefe de todos os cavaleiros de Coimbra, entre os quais havia alguns moçárabes. Santa Cruz tornou-se «o apoio espiritual da monarquia nascente, quer para justificar a sua autoridade, quer para apresentar o primeiro rei de Portugal como um inspirado por Deus na luta contra o Islão» (Mattoso, 1993c: 36).

Fundado em 1131, na então dianteira da fronteira entre a Cristandade e o Islão, o mosteiro conimbricense celebrou, no século XII e começos do XIII, a memória dos seus principais patronos, Afonso Henriques e Sancho I, ambos sepultados em Santa Cruz.

As primeiras manifestações culturais portuguesas estão intrinsecamente associadas às narrativas da Reconquista cristã contra os Mouros, primeiramente escritas em latim e assinalando a convergência da Igreja com o desenrolar da história dos tempos. Assim, documentos da Igreja, vidas de santos, por vezes tão ricas de dados históricos, genealogias, livros de linhagens, entre os quais destacámos, como afirma Elisa Gomes da Torre, «o da enigmática figura de D. Pedro, conde de Barcelos»¹⁰⁷, relatos de guerras, narrações lendárias, cheias de vida e de sabor, constituem a base da primeira documentação escrita nos alvares da nacionalidade portuguesa.

O medievalista francês Pierre David¹⁰⁸ pôs em relevo a existência, nos *scriptoria* conventuais do período da Reconquista, de uma actividade historiográfica que a partir do último quartel do século X se empenhou em resumir os registos cronológicos exarados nas tábuas pascais de algumas igrejas monásticas do território, onde, mais tarde, haveria de se constituir o Estado português.

Foi a partir desse “complexo analítico” (Pierre David) que surgiram os textos que uma longa tradição apelida de crónicas e que, pelo desenvolvimento e ordenação das matérias, viriam a tomar o nome de crónicas. Dessa actividade resultaram os textos chamados *chronicones*, tais como o *Chronicon Conimbricense*, e a primeira parte da *Chronica Gothorum*, que muito expressivamente designou *Annales Portugaleses Veteres* – textos esses que traduziam já um interesse a preludiar verdadeiro sentimento de nacionalidade. Com efeito, os célebres *Annales Portugaleses Veteres* do século XII, que registam acontecimentos da luta contra os Mouros e abrangem os factos sucedidos na

atraído as boas graças do conde e da sua família. Um estudo de Nélson C. Borges sobre o bispo Lucêncio de Conímbriga (561-572) e sobre vestígios arqueológicos encontrados dá mais verosimilhança à 2.^a hipótese.

¹⁰⁷ TORRE, Elisa Gomes da (2003). *A consciência literária da Crónica Geral de Espanha de 1344. Uma tradição historiográfica / um modelo literário*. Tese de Doutoramento. Vila Real: UTAD.

¹⁰⁸ Vide, DAVID, Pierre (1947). “Annales portugalenses veteres”. In *Etudes historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e. au XII^e. siècle*. Paris-Lisboa, pp. 291-312.

região que veio a ser Portugal, entre os reinados de Almançor (987) e de Afonso VI de Leão (1122), constituem a primeira manifestação historiográfica reveladora de um sentimento de identidade e solidariedade entre a gente que vivia no território correspondente ao futuro reino de Portugal e apresenta a novidade de considerar os feitos militares como matéria histórica, para assim exaltar os factos de um determinado monarca.

O *Chronicon Conimbricense*, que Herculano data dos fins do século XII ou inícios do imediato, contém uma série de efemérides, em latim vulgar, com interesse para a história da Reconquista e da Sé Episcopal de Coimbra¹⁰⁹. Remontando à chegada dos Godos à Península Ibérica, o texto constitui uma tábua cronológica em 11 séries, que termina na reedificação do Castelo de Leiria, por D. Afonso Henriques, no ano de 1145. Mas o manuscrito teria sido depois acrescentado, pois nota-se na cópia publicada alusão a factos do século XIV, como a morte de D. Dinis, ocorrida em 6 de Janeiro de 1325.

No meio do texto latino do *Chronicon Conimbricense*, um copista referiu-se, em português, a um tremor de terra ocorrido na véspera de Natal de 1337: «Era M^a CCC^a LXX^aV¹¹⁰ et na noyte vigilia de natal ante galo tremeu a terra» (Serrão, 1971: 14-21).

Este texto contém interesse onomástico e cronológico: nomes de reis, bispos, clérigos e nobres aparecem citados de mistura com a data dos sucessos em que tomaram parte. A enumeração carece de rigor na ordem temporal, mas nem por isso os dados do *Chronicon Conimbricense* têm menos valor para o conhecimento de factos soltos dos primeiros três séculos da monarquia portuguesa.

Relativamente à origem e importância dos *Annales Portugaleses Veteres*, Pierre David defende que talvez tenham sido redigidos primeiramente no mosteiro de Santa Maria de Guimarães ou no de Santo Tirso – de onde passariam para o de Alcobaça – «e que interessam exclusivamente, ou principalmente, à história da comunidade portuguesa arreigada nos territórios Portugalesense, Conimbrigense e Escalabitano, e, portanto, dos condes que os governavam antes de D. Henrique» (1947: 261).

A estes anais seguiram-se-lhes, numa segunda redacção, já do ciclo afonsino, registos que abrangem sucessos de 1125 a 1168, recebendo acrescentos de outros copistas cujo labor se pode datar até ao século XIV, os *Annales D. Alfonsium Portugalesium Regis*: naturalmente a *estoria* de D. Afonso Henriques, adicionada à *Chronica Gothorum*, e as que, mais tarde, Alexandre Herculano havia de designar *Cronicas Breves* e *Memórias*

¹⁰⁹ Publicado nos *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, volume I, Olisipone, MDCCCLVI, pp. 1-3.

¹¹⁰ *Era Hispânica*, ou de César.

¹¹² Pub. nos *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, volume I, Olisipone, MDCCCLVI, pp. 17-22.

Avulsas de Santa Cruz de Coimbra, que cumpre distinguir daqueles velhos anais, pois esta distinção, embora nem sempre se possa reconhecer perfeitamente, resulta de uma diferença de estrutura existente entre os dois géneros literários, que nos permite estabelecer claramente os seus traços fundamentais.

Outros textos merecem breve referência, como o *Chronicon Lamacense* e o *Chronicon Laurbanense*, ambos compostos em latim, também numa série isolada de factos, e o *Breve Chronicon Alcobacense*, os dois primeiros oriundos da oficina de Santa Cruz de Coimbra e o terceiro de marca cisterciense¹¹². Podem definir-se como simples fragmentos de outros cronicões, porventura elaborados nas duas mais importantes casas monásticas do reino e em que se tivessem redigido anais ou memórias avulsas do bispado de Lamego e dos conventos de Lorvão e Alcobaça. A data da sua composição pode situar-se entre os séculos XII e XIV. O último faz mesmo referência à célebre peste regra de 1348 – *era M^a CCC^a LXXX^a VI fuit generalis pestilencia per toto mundo in qua mortui sunt due partes hominum* - e à morte do rei D. Afonso IV, ocorrida em 7 de Janeiro de 1357¹¹³.

Ia-se assim acumulando nos escritos crúzios uma vasta matéria memorialística, incluindo, para além da analística, diversos relatos dos feitos e vidas dos mais destacados varões, professos ou não, a quem a canónica de Santa Cruz devia assinaláveis prestígios, serviços e benefícios.

O texto crúzio da *IV Crónica Breve de Santa Cruz* (fragmento de uma *Crónica Galego-Portuguesa de Espanha e Portugal* de 1342, próxima do estilo poético jogralesco), e que Diego Catálan M. Pidal demonstrou ser cópia de um fragmento da hoje perdida *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*, a mesma que Cristóvão Rodrigues Acenheiro referiu como *Crónica Galega*, tendo o *Livro de Lembranças* reproduzido a parte relativa à História dos reis de Portugal, pertence a um conjunto de quatro textos historiográficos compilados durante a segunda metade do século XV, no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, sendo aí encadernados, no século XVI, num códice conhecido como *Livro de Lembranças e Muitas Coisas*. Este códice miscelâneo veio a receber, aquando da impressão de alguns dos seus trechos nos *Portugaliae Monumenta Historica*, a designação genérica de *Chronicas Breves e Memórias Avulsas*.

Obra de vários copistas, a sua redacção data dos meados do século XV, portanto da época do nosso primeiro historiógrafo, mas não contém qualquer dado que lembre a

¹¹³ *Era Hispânica*, ou de César, a partir do século V e até ao fim da Idade Média (contada a partir de acontecimento desconhecido [mas geralmente considerado como consagrando a conquista de toda a Espanha por Augusto no ano precedente (39 a. C.) e que foi substituída pela Era Cristã, em Portugal, no reinado de D. João I, pela lei de 22 de Agosto de 1422]), em 1-1-38 a. C..

pujança criadora de Fernão Lopes. A primeira *Memoria* faz uma análise de feição cronológica e apresenta factos referentes ao reinado de D. Afonso Henriques; a segunda é dedicada ao primeiro e ao segundo monarcas; a terceira trata da descendência dos reis de Portugal e dos feitos que culminaram na conquista de Lisboa, em 1147; e a última narra, de forma sumária, os reinados de D. Afonso Henriques a D. Dinis. O estilo dessas *Memorias* varia, o que supõe um labor colectivo. Do ponto de vista histórico consideram-se as duas últimas partes as mais “trabalhadas” quanto à matéria e narração, sendo evidente a apologia que nelas se contém dos feitos do primeiro Afonso.

É de salientar o culto pela memória deste rei, que se gerou à sombra do Mosteiro de Santa Cruz, e o desejo de exaltar os seus feitos militares para a definição territorial do reino. Quando o autor da 3.^a *Memoria* escreveu dele, «que era o mais esforçado cavalleiro em armas e em força que avya em espanha, nem de que os mouros mayor medo aviam»¹¹⁴, reforçou o juízo coevo de que a independência de Portugal se fizera apenas graças ao heroísmo cristão do primeiro monarca.

No texto são ainda frequentes as alusões ao “reino de Portugal” e à “coroa do rex de Portugal”, o que confirma o sentimento nacional de que os portugueses do século XV já tinham consciência da sua identidade. Todavia, há quem admita que as *Memorias* apresentam uma versão anticlerical de D. Afonso Henriques, como figura autoritária que se levantou contra Roma, na pessoa do legado papal, gritando que a sua “heresia” estava gravada nas feridas que recebera dos Sarracenos; e que no fragmento IV se coligem novos dados para demonstrar que a maldição de D. Teresa após a Batalha de S. Mamede “porque puseste ferros nos meus pés, quebrantadas sejam as tuas pernas com ferro” se executa, por desígnio da Providência, no desastre de Badajoz, em 1157, quando D. Afonso sofreu fractura de uma perna e não mais se curou até ao fim da vida.¹¹⁵

Não cremos, porém, que se possa extrair tal juízo dos passos invocados, pois o culto afonsino era demasiado vivo em Santa Cruz para a memória do rei ser acusada do pecado filial da crueldade. A vitória de S. Mamede seria apenas o castigo devido pela tentativa que D. Teresa e o conde de Trava tinham feito para meter a ferros o jovem infante. Não consta que no ambiente dos crúzios conimbricenses jamais se tenha manifestado qualquer forma de reverência para com a viúva do conde D. Henrique. Aliás, o cronista pôs em relevo a oposição de D. Afonso e de sua mãe: para o primeiro, “a terra de Portugal era de seu padre”, enquanto para D. Teresa, “minha he a terra e minha seera ca meu padre elRey dom

¹¹⁴ *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, p. 29.

¹¹⁵ Vide, SARAIVA, António José (1950). *História da Cultura em Portugal*, vol. I. Lisboa, p. 158.

affonso ma leixou”¹¹⁶. Reconhecia assim o cronista anónimo que, pela via sucessória, a coroa não podia deixar de pertencer ao filho varão, protagonista místico da nossa mentalidade colectiva.

Na verdade, à figura heróica de Afonso Henriques estão associados alguns milagres, concepção de tal maneira enraizada no imaginário dos portugueses que tende mesmo a invadir o domínio do transcendente: «D. Afonso Henriques nasceu aleijado mas foi curado por um milagre da Virgem; após a batalha de Ourique viu Jesus Cristo pregado na cruz» (Fiúza, 1966: 47). Efectivamente, faz parte de alguma da nossa mentalidade colectiva aceitar como da vontade divina a explicação milagrosa para alguns episódios que considerámos heróicos, ou então como forma explicativa de acções e actos que não cabem no domínio do racional. Tal é também a explicação dada por Gomes Eanes de Zurara à lendária Batalha de Ourique, ocorrida em 1139, onde se supõe que D. Afonso Henriques tenha tomado, pela primeira vez, o título de rei: «os quaaes çertamente de todallas partes mostram a paixom de nosso Senhor Jesu Christo, por cuja rreueremça e amor o bem auenturado Rey ofreço seu corpo em no campo dOurique ueemdo aquelles çimquo rrex como uossa merçee sabe» (CC: Capitullo xj, 36).

Sendo a chamada *IV Crónica Breve de Santa Cruz* a mais antiga crónica portuguesa conservada no mosteiro, não foi, porém, o primeiro texto historiográfico nele existente ou produzido, pois Santa Cruz de Coimbra, e como temos vindo a descrever, estava há muito relacionada com a escrita da história, já que nos *scriptoria* conventuais desde sempre se sumariavam os registos cronológicos exarados nas tábuas pascais.

A cultura medieval portuguesa tinha características próprias, «conforme os seus centros produtores e, os centros produtores da cultura, por sua vez, estavam relacionados com os meios sociais ou ideológicos de que dependiam» (Mattoso, 1985b: 34). Assim, a cultura clerical era muito diferente da cultura aristocrática e da cultura popular, pelo que entre elas existiam muitas diferenças, consoante a categoria social de onde procediam, ou o meio clerical, ou o meio aristocrático ou o meio popular.

Apesar das directrizes do concílio de Tours, realizado em 813, rejeitando as línguas vulgares e obrigando ao uso exclusivo do latim como língua de culto, uma vez que a Igreja considerava perniciosa a diversidade linguística da Europa e entendia essa diversidade como uma das consequências do pecado original, ligando o mal à Babilónia, mãe de todos os vícios (cfr. Le Goff, 1995: 30), a acção dos cónegos regantes de Coimbra prosseguiu ao longo das centúrias seguintes, registando a História do reino em novos anais, redigidos em

¹¹⁶ *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, p. 29.

língua vulgar, e copiando as crónicas e outros escritos historiográficos que se iam redigindo no seu exterior, tornando-se o principal centro de produção e arquivo das memórias históricas portuguesas. É natural, pois, que a perspectiva eclesiástica fosse alterada pela evolução do Estado Português e pelo aparecimento da língua portuguesa como unidade linguística nacional.

A cultura clerical era, no entanto, a mais produtiva e a mais estudada, e à qual muitas vezes se reduzia a cultura medieval. A vida intelectual era, até então, quase exclusivamente um domínio do clero. Todavia, não devemos esquecer que os clérigos constituíam uma minoria dentro da sociedade medieval e que o tipo de cultura que eles produziam e que lhes interessava, se destinava a eles próprios e só raramente ao resto dos homens.

Há que salientar ainda que o clero português dos séculos XIV e XV formava um grupo social multifacetado e extremamente desigual, e que a obtenção do estatuto clerical dependia «da comprovação da capacidade de ler e escrever latim» (Price, 1996: 170). Na verdade, muitos dos clérigos eram pobres e muitas vezes iletrados, daí que o *Libro de las Confesiones* (1316) fosse dedicado «aos que eram minguados de ciência e se acham brutos e minguados e buscam das migalhas que caem das mesas dos que são ricos de letras e que não saíram ao rastrolho da escola a colher as espigas da Escritura e que possam haver ao menos em suas casas os grãos do trigo limpo sem palhas e sem arestas de disputação» (Machado & Moreira, 2005: 9). Segundo estes autores, juntamente com o *Speculum Ecclesiae* de Hugo de Saint-Cher e o *Manipulus Curatorum* de Guido de Monte Roterio, «o *Libro de las Confesiones* de Martín Pérez foi uma das obras que, dentro do género, mais circulou entre o clero ibérico durante o século XIV e a primeira metade do século XV, período a partir do qual se passa a dar preferência ao *Sacramental* de Clemente Sánchez de Vercial, redigido em 1423 em castelhano e largamente difundido, especialmente a partir da introdução da imprensa» (*Idem*: 10).

Paralelamente à existência dos *minguados de ciência e se acham brutos*, havia também o clero do alto escol, constituído por prelados e dignidades capitulares, bispos, abades, mestres, priores e cónegos, gente instruída e poderosa, rica e influente – gente supranacional de ideias e motivos, incómoda para os reis e para as autoridades concelhias:

Esta gente viveu de honras e soberbas – *ad maiorem Dei gloriam*, mecanismo de racionalização – alimentou entre si conflitos e discórdias, mas, agredida ou contrariada do exterior, soube formar ala coesa e ser estado dentro do Estado, *ad maiorem Dei gloriam* sempre.

Havia ainda o médio e baixo clero. Clérigos oriundos de toda a espécie de povo actuaram e sentiram em conformidade com o meio. Rurais entre os rurais e urbanos entre os urbanos, guias e formadores de opinião muitos deles, esfumam-se na história da noite (Mattoso, 1993b: 440).

A partir de meados do século XIII, verificou-se a predominância da cultura das Escolas Catedrais, das Universidades e dos Mendicantes, Franciscanos, Dominicanos, Trinitários e Agostinhos. No nosso país, até 1250, afirmava-se uma predominância clara da cultura monástica, que tinha uma função muito clara e muito concreta: apoiar o culto litúrgico, isto é, apoiar a oração colectiva, a oração rezada ou cantada, e permitir, por outro lado, a contemplação dos mistérios divinos (cfr. Soto Rábanos, 1993: 263).

As Escolas Catedrais ou Episcopais surgiram associadas à figura do bispo e começaram a criar um certo rigor a partir do século XII devido ao renascimento urbano. Foi a partir delas que se deram as principais inovações culturais no Ocidente. Situadas nas cidades, foram as primeiras instituições culturais da Baixa Idade Média e estavam ligadas ao clero secular. Constituídas em função da reflexão teológica e da pregação, e inspiradas na Bíblia e nos padres da Igreja (Santo Agostinho, São Jerónimo, São Gregório), desenvolveram a dialéctica e fizeram ressurgir todos os processos intelectuais herdados das escolas latinas e gregas com o seu pensamento discursivo, racional e objectivo. Nestas escolas produziam-se sermões, vidas de santos, comentários de direito canónico e crónicas. Surgiram também à sua volta (e já fora da jurisdição directa do bispo) escolas maiores ou menores, fundadas por intelectuais urbanos e que se afastavam de certo modo destas Escolas Episcopais. Apesar de alastrarem num meio ambiente clerical, eram, ainda, durante o século XII, mais ou menos públicas.

As mais antigas escolas de que houve notícia em território português foram as Escolas Episcopais ou Catedrais, nas quais, o ensino ministrado não excederia muito os rudimentos da língua latina, destinados à preparação do futuro clero. Estas escolas funcionavam junto das sés, regidas por um membro do cabido, o *mestre-escola*; havia ainda as Escolas Conventuais, destinadas, especialmente à instrução dos noviços. Todavia, o latim que era utilizado fora dos grandes centros culturais, como as universidades e os mosteiros, era um latim morto, de que se destacavam já as chamadas línguas vulgares.

As Escolas Urbanas foram uma criação um pouco informal e organizavam-se de uma maneira mais independente, muitas vezes de forma individual, como o caso de Pedro Abelardo, cujos alunos acompanhavam o mestre de terra em terra na ânsia de aprender novos conhecimentos. No meio urbano surgiu ainda outro tipo de escolaridade que se afastou de toda a cultura intelectual: eram as escolas laicas, as chamadas Escolas Menores,

e que tentavam ministrar uns rudimentos escolares (cálculo, aritmética e gramática). Apareceram em centros muito activos e tinham a ver com uma nova camada social que surgia – a burguesia.

As universidades (Bolonha¹¹⁷, Paris, Oxford, Praga, Salamanca, Lisboa¹¹⁸, depois Coimbra), inicialmente muito apoiadas pelo papado, surgiram centralizadas e vinculadas à Igreja, sendo neste sentido as herdeiras das Escolas Catedrais ou Episcopais do século XII. As universidades reproduziam as corporações que já existiam nos centros urbanos com os mais diversos ofícios e a sua criação resultou após os numerosos conflitos que se geraram na cidade entre os poderes públicos, laicos e religiosos, isto é, as lutas entre os reis e os bispos. Representavam o prosseguimento destes novos centros de cultura clerical que começavam a surgir a partir dos inícios do século XIII e tornavam-se um sinal de estabilidade da vida cultural na Baixa Idade Média. Afirmaram-se no meio urbano de uma forma não muito pacífica, em contacto com o meio laico e clerical.

Nas cidades portuguesas, em torno das Escolas Catedrais, desenvolveu-se qualquer coisa de específico que não se encontra no centro da Europa e que deriva do contacto muçulmano. Com efeito, «nas cidades, principalmente em Coimbra e Lisboa, fazem traduções do árabe, e os Cónegos-Regrantes interessam-se muito por obras de astronomia, de astrologia e de medicina» (José Mattoso, 1985b: 37).

No século XIV, este meio das escolas (tanto Monásticas, agregadas aos mosteiros, como das Catedrais), começou a sofrer a influência de correntes muito diferentes, inclusive de correntes míticas, populares, de simbologia derivada de contos populares, de exemplos que se inspiraram em histórias onde intervinham poderes sobrenaturais ou ocultos.

Nos meios aristocráticos encontrámos preocupações completamente diferentes, com duas correntes sucessivas: a épica e a cortesã. A épica era a mais antiga e inspirava-se na guerra, na caça, nas relações feudais, no problema da fidelidade, da traição ou vingança privada; brotava em função da luta contra os muçulmanos, procurando a exaltação dos antepassados e tentava propagar os valores próprios da nobreza. Os seus autores eram os jograis, que se exprimiam oralmente em narrativas em verso ou cantares. Eram os ideais cavaleirescos de coragem na luta e de fidelidade aos ideais cristãos que inspiravam os cantares épicos, escritos em língua vulgar, como as canções de gesta francesas, das quais a

¹¹⁷ A primeira de todas, Bolonha (1119), desenvolveu-se em redor do académico italiano Irnério, professor de direito romano.

¹¹⁸ Vide, PIMENTA, Alfredo (1948). *Fontes Medievais da História de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, pp. 119-121. Em Portugal, a criação do ensino universitário foi aprovado em 9 de Agosto de 1290 por uma bula do Papa Nicolau IV.

mais célebre é a *Canção de Rolando*. Na Península Ibérica, o *Poema del Mio Cid* (1140 d. C.), que exaltava os valores da honra, bravura e lealdade dos cavaleiros nas lutas da Reconquista Cristã, era o mais célebre cantar de gesta peninsular.

A partir do século XIII, estas canções de gesta, que constituíam a expressão característica do espírito guerreiro feudal tradicional, entraram em declínio, com excepção da Península Ibérica, devido talvez ao prosseguimento da Reconquista, em que o gosto pela literatura heróica prevaleceu e se prolongou até mais tarde.

A cultura cortesã teve uma produção muito diferente desta. Nasceu na corte, em função de um código de comportamento próprio, onde estavam referidas as regras de conduta relativamente à dama, ou a fidelidade ao rei ou senhor, sem perder a honra. A vida cortesã estimulava realizações de carácter lúdico e cultural: saraus, torneios, caçadas, banquetes e com eles a circulação de trovadores, jograis e mensageiros. Era uma literatura que exaltava o cavaleiro andante, generoso, protector dos fracos, viúvas, órfãos e ofendidos. A forma que esta literatura assumia era, por vezes, lírica (nas cantigas de amigo e nas cantigas de amor), mas também satírica, nas cantigas de escárnio, que faziam da crítica social os seus temas preferidos, ou então a do romance de ficção, traduzido do romance que procedia das cortes francesa ou normanda.

A influência do lirismo provençal espalhou-se por todas as cortes europeias. A corte portuguesa, com o nosso rei-poeta D. Dinis, não foi excepção. Entre nós, a influência provençal, ainda que evidente, foi imperfeitamente assimilada, já que os nossos trovadores a adaptaram às formas poéticas já existentes.

Nesta cultura cortesã que se exprimia em português havia dois pólos: a corte castelhana de Afonso X, *o Sábio*, onde apareceram muitos galego-portugueses que produziam cantigas de amigo ou de escárnio, e a corte portuguesa de Afonso III e D. Dinis, onde se ia enraizando o gosto pelo romance cortês em prosa, menos rude do que a canção de gesta, relegada para as populações rurais. Com origem anglo-saxónica, os novos heróis regiam-se por ideais palacianos e até místicos, bem mais ao gosto das elites cortesãs, servindo como exemplo os heróis galantes da Távola redonda do rei Artur, descritos no célebre romance cortês *Cavaleiros da Távola Redonda*, de Chrétien de Troyes, ou de Galaaz e Perceval, heróis místicos da *Demanda do Santo Graal*, símbolo da graça divina.

Ao mesmo tempo que floresciam estas manifestações literárias de carácter aristocrático e palaciano, desenvolviam-se outras formas de literatura de inspiração burguesa ou popular, dirigidas a um público mais vasto e diferente: a população cidadina. Tratava-se de manifestações literárias de carácter satírico, animadas por um espírito

aristocrático e anticlerical que, nas *farsas* e *fabliaux* (contos em verso), não poupavam a nobreza, a vida da corte, as ordens mendicantes e outras instituições medievais.

Relativamente à cultura popular, a das cidades e a dos campos, de difícil estudo por falta de vestígios escritos, a crítica que a analisa está ainda a dar os primeiros passos. No entanto, adiantamos que a cultura do campo espelhava preocupações com as forças da natureza, a fecundidade, a reprodução e o incesto, relações sexuais e de parentesco, muitas vezes inspirada em rituais de origem pagã, quase sempre produzidos sobre a forma de conto popular, exprimida em palavras, gestos e acções colectivas, em festas e romarias.

Dentro desta cultura popular, podemos encontrar a génese de heresias populares de carácter não erudito, que resultaram de acções espontâneas, instintivas, exprimindo uma certa nostalgia, uma imitação mais perfeita da vida de Cristo, como os Valdenses e os Cátaros, perante os quais a Igreja iria reagir pela coesão e pela repressão, através das cruzadas e da Inquisição. Com efeito, os valdensianos, no século XII, que «defenderam a necessidade de difundir a mensagem cristã na língua nativa através da tradução da Bíblia e de sermões nos dialectos locais» (Price, 1996: 171), foram um dos movimentos suspeitos e consequentemente perseguidos. Também para extirpar os hereges cátaros da Occitânia foi imposta no Concílio de Toulouse, realizado em 1229, a proibição máxima: «proíbe-se que os laicos possuam os livros do Antigo e do Novo Testamento; os únicos livros santos autorizados são: o Saltério, o Breviário, as horas da Virgem Maria, mas proibimos que sejam traduzidos para a língua corrente» (Godes, 2001: 207-208).

Face à dificuldade de compreender os textos bíblicos escritos em latim, nos séculos XII e XIII surgiram movimentos dentro da própria Igreja que defendiam a utilização das línguas vulgares nos textos e nos ensinamentos cristãos. Foi a partir dessa altura que o vernáculo para fins religiosos começou a rivalizar com o latim eclesiástico, tornando-se bastante suspeito aos olhos da Igreja. Apesar de todas as suspeições, condenações e perseguições, voltaram a aparecer em vernáculo guias espirituais, tais como poemas religiosos e sermões. Só após o Concílio de Trento (1545-1563) e com a criação de seminários conciliares é que o clero secular começou a ter uma formação sistematizada e mais ou menos uniforme, com professores preparados para isso, e o latim passou a ser, excepto num caso ou noutro, a língua da literatura teológico-pastoral, sendo colocadas em segundo plano as obras em língua vulgar, para se evitar que elas caíssem em mãos erradas, ou seja, fossem lidas por leigos (cfr. Chaunu, 1993: 134).

Duas das estratégias utilizadas pela Igreja para lidar com os textos escritos não-ortodoxos ou ortodoxamente suspeitos eram a interdição e a destruição pelo fogo. Incentivou, para evitar os textos escritos em vernáculo, a transmissão oral e visual dos conteúdos da revelação e da doutrina através dos sermões, da pintura e da estatuária. Contudo, «esta reacção foi mais uma resposta à heresia do que uma tomada de posição generalizada, e não teve grandes consequências na massa de fiéis, uma vez que a maior parte era iletrada» (Machado, 2003: 109-110).

Para combater as heresias populares, numa época em que «os pecados estavam mal definidos, e mais variáveis também as punições que eles deviam merecer» (Bechtel, 1999: 68), instituiu-se o uso de penitenciais, os quais foram introduzidos, a partir do século VI, no continente europeu, por São Columbano e os monges irlandeses, galeses e anglo-saxões.

Nestes penitenciais, não só vem à tona o velho fundo de superstições campesinas como se soltam todas as aberrações sexuais e se exasperam todas as violências: as sovas, as cutiladas, a glotonaria e a embriaguez.

A cultura popular urbana, inspirada em fábulas, contos de animais, façanhas e personagens típicas, espelhava as preocupações dos bens materiais, o ganho ou perda de bens, o engano, o ridículo e os problemas conjugais.

O grupo mais homogéneo, o dos intelectuais, era representado pelos funcionários que asseguravam as funções de que dependiam a instrução, o saber ler e escrever e a administração. Aos juristas e notários preocupava-os a administração fiscal e da justiça, constituindo *o grupo dos servidores da ideologia*, que representavam e defendiam a ordem e a hierarquia social. Os centros produtores eram a Corte Régia e os seus satélites e, deste grupo, resultaram os *Regimentos dos Príncipes*, um género que D. Duarte cultivou.

Os marginais da cultura, os Goliardos, precursores do humanismo renascentista, ao valorizarem o Homem e as suas capacidades, *clérigos vagabundos*, escolares itinerantes, desenraizados, de origem social muito diversificada, também conhecidos entre nós, representavam a contestação, a boémia, o vinho, as mulheres, o jogo, a quebra das regras, da ordem, contestando mesmo a autoridade civil e religiosa.

Esses clérigos goliárquicos ou errantes, estranho grupo de intelectuais, apesar de não serem muito conhecidos entre nós, eram tratados de vagabundos, desavergonhados, charlatães e bobos, pseudo-estudantes, e ora eram olhados com um olhar enternecido – era preciso desculpar a juventude – ora com receio e desprezo. Na verdade, eram uns agitadores e preversores da ordem: outros vêem neles uma espécie de *intelligentzia urbana*, um meio revolucionário, aberto a todas as formas de oposição declarada ao feudalismo.

Na Península Ibérica, o novo ideal cavaleiresco, onde se conjugaram bravura e costumes palacianos, foi representado pelo *Amadis de Gaula*, um romance cortês do século XIII, também ele influenciado pelos temas dos romances bretões. Para além da ficção narrativa, as cortes europeias alimentaram também um grande interesse pela narração dos factos verídicos, pela narrativa histórica, sob a forma de crónicas. O culto da memória dos antepassados estava, assim, na origem do desenvolvimento da historiografia, que teve na Península Ibérica um desenvolvimento superior ao de todo o resto da Europa medieval.

O desenvolvimento gradual de uma cultura leiga e profana e das línguas vulgares (nacionais) retiraram ao ensino eclesiástico e ao latim a exclusividade da instrução e da cultura. Por sua vez, a evolução política e social na Europa Ocidental, que decorreu desde os séculos XII e XIII, foi favorável à formação das monarquias feudais e o florescimento das cortes régias e senhoriais transformou estas em pólos muito activos de produção e difusão de cultura, atraindo um número sempre crescente de pessoas em busca de protecção, oportunidades de enriquecimento e de promoção social, ou simplesmente de espaços para darem asas à sua criatividade. Assim, as casas reais europeias, à semelhança da nova dinastia reinante em Portugal, a de Avis, empenhada em reforçar o seu poder e garantir, definitivamente, a sua posição de legitimidade, procurou consolidar a nacionalidade e identidade portuguesas, chamando para junto de si homens a quem encomendaram essa tarefa de legitimação – os cronistas régios.

2.4.1. O aparecimento e desenvolvimento das crónicas

For Prestage's, Zurara is the connecting link between the chronicler and the historian, between the Medieval writers and those of the Renaissance (King, 1976: 27-28).

Após os séculos XII e XIII assistimos ao desenvolvimento das crónicas. Como testemunhos do passado, as crónicas foram os primeiros documentos de História propriamente dita. No entanto, há que realçar que «the chronicles must at first be divorced from history» (King, 1976: 42).

É costume ligar-se à palavra *crónica* uma ideia de ordenação cronológica, atendendo-se exclusivamente à etimologia. É um conceito certo, mas demasiado estreito. Se admitirmos linearmente que é *crónica* qualquer narrativa de acontecimentos históricos ou biográficos ordenados cronologicamente, então basicamente todos os géneros

historiográficos seriam crónicas, desde os velhos anais até às biografias dos heróis. Ora este critério não parece correcto, «não só por ser estritamente etimológico, mas também porque a ordenação cronológica é normal e generalizada em textos de história, incluindo, portanto, aqueles que ao tempo se designavam como *estórias*» (Calado, 1991: LV-LVI).

Vejamos o sentido que lhe atribuiu Gomes Eanes de Zurara: «a cronica primcipallmente ouve o seu origẽ e fundamento de Saturno, que quer dizer “tempo”, esto porque em Grego se chama este planeta Cronõ, ou Cronos, que sygnyfica “tempo”, assy como no latym este nome quer dezer “tempus”, e dhy se deriva cronica, que quer dezer estoria em que se escrevẽ os feitos temporais» (CCPM: Livro I, Cap. I, 173).

As crónicas surgiram em Portugal por influência dos centros mais avançados da cultura da época, como eram os casos de França, da Itália e, sobretudo, de Castela, onde a historiografia adquirira desde o século XIII um forte desenvolvimento por influência directa da tradição latina do Baixo-império (Santo Isidoro, por exemplo) e ainda os contributos historiográficos e geográficos do Islão peninsular.

Inicialmente as crónicas tinham objectivos lúdicos (distrair grupos de nobres ou de clérigos) e educativos ou de registo, vindo a absorver o género anais. O facto da sua difusão se processar, em grande parte, através de leitura oral pública, contribuiu para que os seus autores tivessem de desenvolver processos narrativos capazes de seduzir, entreter e distrair o difícil auditório das cortes, sob pena de não cumprirem a função didáctico-moral dos textos históricos, a de fornecer exemplos e modelos de actuação prestigiados pelo passado e pela tradição, como já apontámos.

Assim, os cronistas tiveram de cultivar conhecimentos de retórica e de utilizar aproximações textuais a temas e motivos de provado agrado das cortes, como os consagrados pelos romances de cavalaria. Com tais propósitos, «os seus escritos acabaram por adquirir a qualidade de obras de arte, reforçando-se, por essa via, a adesão às suas representações do passado» (Oliveira, 2000: 18).

Em Portugal, o género crónica nasceu na corte do rei, nas cortes senhoriais, episcopais e abaciais; nestas últimas, interessa principalmente a crónica religiosa, tipo hagiografia e crónica de mosteiros. Na historiografia medieval portuguesa, as crónicas eram precedidas por anais compostos nos mosteiros. Estes, escritos em latim e muito lacónicos nas notícias registadas, pouco ultrapassavam um auditório confinado às elites dos clérigos letrados.

Foi apenas com as crónicas, iniciadas em Portugal a partir dos começos do século XIV, e redigidas quase sempre em língua vulgar, que o conhecimento historiográfico do

passado alcançou uma mais vasta audiência, englobando a generalidade do público das cortes senhoriais e régias, independentemente de origens clericais ou leigas. Efectivamente, o século XIII testemunhou, não apenas a continuidade da Nação Portuguesa, mas também a adopção do português como língua literária. Até esse período, o latim permaneceu como a língua escrita, tanto da Igreja como da corte, e coexistiu com o português para lá dele. Relatos episódicos da Reconquista e da vida dos primeiros reis portugueses precederam o desenvolvimento gradual da historiografia dentro da corte.

O rei D. Dinis (1261-1325) foi o primeiro monarca a contribuir significativamente para esse desenvolvimento. A sua actividade artística, como poeta, encorajava e escorava a produtividade literária. D. Pedro, seu filho bastardo, conde de Barcelos, combinou esse interesse pela literatura com o relato escrito da história.

Cerca de século e meio depois do reconhecimento de D. Afonso Henriques como rei, por parte de Castela, no Tratado de Zamora (1143), um novo tratado entre os dois Reinos, assinado na localidade castelhana de Alcanices (1297), a que já fizemos referência, estabeleceu de forma praticamente definitiva um dos elementos fundamentais de qualquer Estado soberano: o território. Mas, D. Dinis, como homem prudente e esclarecido, quando se reuniu com o rei de Castela em Alcanices, estava consciente que esse tratado, só por si, não podia garantir a viabilidade da independência de Portugal.

A resistência à poderosa força de atracção de Castela não estava ainda garantida. Era necessário que o país fosse capaz de construir uma identidade ou individualidade nacional própria, condição essencial para a sua sobrevivência como Estado independente. Por isso, estabilizada a linha de fronteira, as prioridades do seu reinado foram a defesa, organizando a marinha e reparando os castelos, o fomento do povoamento e das actividades económicas, em particular da agricultura e do comércio, e a criação de um núcleo cultural português, promovendo uma cultura nacional, fazendo da corte real um pólo de produção e de difusão dessa mesma cultura (ele próprio deu o exemplo como poeta e trovador). Para além disso, dotou o Reino de escolas e de um Estudo Geral: “Ora, desejando Nós enriquecer nossos Reinos com este precioso tesouro (a ciência), houvemos por bem ordenar, na Real Cidade de Lisboa, (...) um Estudo Geral, que não só munimos com cópia de doutores em todas as artes, mas também roboramos com muitos privilégios. (...). Dada em Leiria, a 1 de Março. Por mandado d’El-Rei a notou Afonso Martins. Era de 1328 (1290)”¹¹⁹.

¹¹⁹ *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)* (1996). Lisboa: Ed. Inst. de Alta Cult., pp. 11-12.

Na última década do século XIII, D. Dinis instituiu a língua portuguesa como língua oficial do reino de Portugal, seguindo também nisso o modelo de seu avô, Afonso X de Leão e Castela, que, no seu reinado, iniciado em 1252, instituiu o vernáculo castelhano como língua oficial de seu reino. Todavia, apesar de o português só ter sido formalmente obrigatório no tempo de D. Dinis, já a partir de 1255, na chancelaria do rei Afonso III (1210-1279), a par do latim se usava o português nos diplomas oficiais.

Esse período, meados do século XIII, e a institucionalização do português como língua escrita oficial, foi o que Ana Maria Martins, nos seus trabalhos de 1998 e 1999, considerou a *Segunda fase da primitiva produção documental em português*.¹²⁰

António Quadros enalteceu com entusiasmo a acção do rei Lavrador em prol da cultura e da língua portuguesas. Para este autor, o lusismo fundamental do rei D. Dinis, poeta do amor cortês segundo o paradigma provençal, ter-se-ia manifestado, antes de mais nada, nas cantigas de amigo de sabor popular.

Poeta de grande sensibilidade, D. Dinis entendeu a criatividade linguística e filológica da fala e da poesia do povo português, tomando consciência da autonomia e originalidade da nossa língua. Daí, sem dúvida, a sua iniciativa de ordenar que todos os documentos oficiais deixassem de ser escritos em latim para o serem em português:

Com este édito, com a sua própria poesia (o mais importante núcleo lírico da nossa Idade Média, nas suas 138 canções de vários géneros), com o estímulo constante ao surgimento de uma literatura de língua portuguesa, do que é modelo o romance de *Amadis de Gaula*, de João e Vasco de Lobeira, que Cervantes considerou o “melhor de todos os livros que neste género se compuseram”, sendo a única obra que D. Quixote salvou da fogueira a que lançou todos os outros romances de cavalaria, o rei deu à língua portuguesa, definitivamente, a sua personalidade e a sua autonomia face às outras línguas ibéricas, em especial a castelhana, ao mesmo tempo que abria para o futuro as perspectivas do seu enriquecimento (1987: 113-114).

Foi ao conde D. Pedro, filho bastardo de D. Dinis, que Veríssimo Serrão (1972: 31) atribuiu a autoria parcial do tratado das guerras antigas e a genealogia da nobreza daquele período e assim também a tradução portuguesa da *Crónica Geral de Espanha*. Também para José de Bragança, a *Crónica Geral de Espanha de 1344* devia ser originariamente um texto português: «o que consegui estabelecer efectivamente após exame dos 3 mss. existentes em Espanha. D. Ramon Menendez Pidal logo reconheceu o bom fundamento das minhas razões» (1937; 1973: LXXI).

¹²⁰ Seguindo inferências e sugestões de L. Cintra (1963: 45) e de Ivo Castro (1991: 183), a linguísta e filóloga Ana Maria Martins começou a revisão da Primeira fase dessa primitiva documentação anterior a 1255.

É opinião generalizada entre a equipa que estudou o espólio de Afonso X e liderada por Diego Catálan, de que seria D. Pedro Afonso o mentor do manuscrito arquetipo da versão galega-portuguesa da *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Na verdade, o conde de Barcelos manuseava e trabalhava sobre as fontes mais credíveis da *Estoria* afonsina, tanto históricas como jogrescas, e apesar do seu processo compilatório o ir afastando de alguns dos pressupostos mais queridos da escola afonsina, e de recorrer a fontes novas – como a *Crónica de Mouro Rasis*, para além da mera adição das novas matérias, D. Pedro Afonso foi, indubitavelmente, o introdutor da historiografia afonsina no Ocidente Peninsular.

Da autoria parcial defendida por uns, e da certeza de outros, quanto à legitimidade da autoria da citada crónica, o certo é que ela veio, nos seus diferentes filões, dar origem à historiografia em língua portuguesa. Se enquanto documento histórico se poderá acusar a versão do conde de Barcelos de demasiado efabuladora e pouco creditativa relativamente à ciência histórica, a verdade é que enquanto documento literário ganha proporções, diríamos, em exagero praticamente medievo, gigantescas, na desenvoltura dos diálogos e desenvolvimento narrativo, numa procura incessante do agrado e prazer de contar, que procura cativar o público – referido textualmente como ouvinte –, arredando o enfado que uma prosa escorreita e científica por vezes acarreta.

O aparecimento da *Crónica Geral de Espanha* poderia e deveria ter desencadeado um rebate de consciência nos portugueses, visto que, em essência, a história portuguesa estava a ser contada pelos Espanhóis. No entanto, tal aparecimento não constituiu qualquer estímulo para a iniciação de um processo visível de historiografia em Portugal, e os reinados dos sucessores imediatos de D. Dinis (D. Afonso IV, D. Pedro I, D. Fernando I) testemunham a escassez dos escritos históricos formais, o que só comprova e revela o grande empenho e dedicação do rei D. Dinis em prol da língua portuguesa. Todavia, em meados do século XV, o latim prevalecia, segundo Gomes Eanes de Zurara, como língua universal de toda a nobreza da cristandade, isto é, da *Respublica Christiana*:

Porque não soomemte se comtemto de hos fazer escrever ã nosso próprio vullgar português, mas aynda os fez traduzir aa llymgoa llatina, porque nõ soomemte os seus naturais ouvessem conheçimemto e saber das grandes cavallarias daquelle comde e dos outros que com elle comcorrerão, mas que aynda fossem manyfestos a todo conheçimemto de toda a nobreza da cristamdade (CCPM: Capitulo 1º, 175-176).

É possível que antes do século XIII, crónicas latinas, francesas e castelhanas, ao lado de narrativas orais dos estrangeiros, tenham satisfeito a curiosidade dos nobres e da família real portuguesa. Daí que histórias de tipo universal fossem mandadas traduzir do árabe¹²¹ para o galaico-português e do castelhano para o galaico-português¹²², por mando de D. Dinis e de seu filho bastardo, o conde de Barcelos, D. Pedro Afonso, por meados do século XIV (1344).

D. Pedro Afonso refunde em Português diversos textos de origens diferentes, como a *General Historia*, anais portugueses e lendas históricas portuguesas, produzindo assim «a chamada *Segunda Crónica Geral* ou *Crónica de 1344*, de que é possível parte da versão original a dita *4.ª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*» (Serrão, 1989: 419).

Nas páginas do *Livro de Linhagens* do conde D. Pedro, tão justamente considerado por Alexandre Herculano como uma *espécie de registo aristocrático*, sente-se viver a Idade Média, ouve-se a anedota cortesã, de amor, de vingança ou de dissolução, como a contavam escudeiros e pagens por salas de armas, e as lendas, como corriam de boca em boca, narradas pela velha cuvilheira, junto do lar, no inverno. Por meio dele assistimos às façanhas dos cavaleiros em desagravo da própria honra, aos feitos de lealdade, às covardias dos fracos, às insolências dos fortes e, enfim, «a grande parte da vida íntima do solar do infanção, do rico-homem e do paço real, que as crónicas raro nos revelam, e que a história, como o século XVI a reformou e poliu, achou indigna de ocupar os seus períodos brilhantes, moldados pelos de Salústio e de Lívio» (Soares, 1977: 69).

O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra conserva a secção portuguesa da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, do conde de Barcelos, D. Pedro, uma narrativa conhecida desde Herculano, por *IIIª Crónica Breve de Santa Cruz*, um texto estudado e identificado por Lindley Cintra. Comparado o texto da tradução castelhana da primeira versão da *Crónica* no que diz respeito à *História de Portugal* com a narrativa dessa mesma história na refundição do século XV, pode-se afirmar que ela é muito idêntica e que não sofreu grandes alterações. Por isso é legítimo considerar o texto relativo à *História de Portugal*, da versão do século XV, muito próximo do perdido original:

Fortemente influenciada pela cronística castelhana afonsina, insere a narrativa dos monarcas portugueses, de Afonso Henriques a Afonso IV, no quadro de um passado ibérico que remonta à criação do mundo. De acordo com uma leitura senhorial e nobiliárquica da história, exalta o papel

¹²¹ *Crónica do Mouro Rasis*, traduzida por mestre Mohammed e por Gil Peres.

¹²² *General Historia ou Cronica General de España*, do rei de Castela e Leão, Afonso X, o Sábio.

alcançado pela cavalaria portuguesa na restauração da unidade peninsular cristã, perdida no século VIII com a conquista islâmica da Hispânia (Oliveira, 2000: 21).

O pai do conde de Barcelos, D. Dinis, pode aparecer como um marco cultural que, por sua vez, fundou uma tradição de príncipes com letras. O neto do poeta (Afonso X de Leão e Castela, *o Sábio*), ele próprio “consagrado” poeta *in utroque genere...*, isto é, nos géneros líricos de raiz hispânica e nos que derivaram de tradições provençais marcadas pelo amor cortês. No entanto, e apesar de D. Dinis ter sido um grande protector da língua portuguesa na medida em que a tornou legalmente capaz para a documentação notarial e ter fundado os *Estudos Gerais* do Reino (Lisboa, 1290), quando morreu, abrandou essa exuberância cultural, ao ponto da escola galaico-portuguesa, ou trovadoresca, quase ter desaparecido e, apesar de ainda ficarem cultores até cerca de 1350, o lirismo português desapareceu, a tal ponto que «foi de férias por 100 anos» (Mattoso, 1993: 540).

Apontemos algumas razões que podem esclarecer este ostracismo do lirismo português: «Extinção do mecenato e das competições poéticas? Acentuação do pragmatismo do viver nacional, expresso no desenvolvimento mercantil e plutocrático? Moralismo excessivo na corte de Avis? Apego à positividade das coisas da vida? Administração, justiça, guerra, a abafar outros interesses e distrações? A peste negra e as fomes?

Seja qual for a razão ou razões, desde o reinado de D. Dinis até ao reinado de D. Afonso V, continuou, é certo, a haver cultura literária, mas sobretudo em prosa, o que era indício de maior maturidade. Efectivamente, e embora seja difícil de admitir que o lirismo se tenha apagado de todo numa corte onde tinha a seu favor uma longa tradição, os problemas dominantes nas obras que nos restam dos príncipes de Avis encontraram na prosa a sua expressão mais apropriada.

É realmente verdade que com os príncipes de Avis a prosa sobressai em detrimento do lirismo, asserção também partilhada por Larry King que afirmou o seguinte: «seu filho mais novo¹²³, D. Pedro, que apesar de gostar mais de traduções e adaptações, escreveu o *Livro da Virtuosa Benfeitoria* e o *Livro dos ofícios*. Assim, a tradição da prosa estabeleceu-se na corte» (1978: 23-24). Mesmo assim, e apesar de tudo, pode não andar ausente da

¹²³ D. Pedro (1392-1449) não era o filho mais novo do Mestre de Avis. Mais novos eram os infantes D. Henrique, *o Navegador* (1394-1460), D. Isabel (1397-1471), casada com Filipe *o Bom*, Duque de Borgonha, D. João (1400-1442), Mestre de Santiago e D. Fernando (1402-1443), *o infante Santo*.

prosa o lirismo, porque continuam a prevalecer a finura de sentimentos e de afectos, características que se mantêm nalgumas obras do século XV.

A produção literária deste período histórico (séculos XIII, XIV e XV), pode arrumar-se por géneros: a poesia, religiosa¹²⁴ e profana¹²⁵, e a prosa, novelística¹²⁶, histórica, moralística, técnica, e a literatura pastoral (género de literatura, em prosa e verso, que apresentava a sociedade dos pastores como modelo de simplicidade e virtude).

No Portugal medievo, as fontes de narrativas tinham origem nestes dois âmbitos: a historiografia iniciada pela *Crónica Geral de Espanha de 1344* e os livros de aventura cavaleiresca, com as figuras nucleares ocupadas pelo Graal, e seus heróis, e por Tristão. Mas foi com a introdução dos ciclos arturianos em prosa, como a *Demanda do Santo Graal*, mandada traduzir por Afonso III, que se iniciou o interesse e a produção de livros de aventura cavaleiresca (cfr. Torre, 2003: 127-128).

Depois do florescimento do lirismo trovadoresco galaico-português, em que o domínio da poesia foi bem evidente, começou, a partir de 1350, a verificar-se a transferência do espírito idealista que caracterizara esse surto poético, para os romances de cavalaria, traduzidos, muitos deles, do estrangeiro e, ao mesmo tempo, notou-se uma tendência positivista, na prosa instrutiva, evidente no *Livro de Alveitaria*, de Mestre Giraldo, e no *Livro de Falcoaria*¹²⁷, de Pero Menino: “Dom Fernando pela graça de Deus Rey de Portugal e dos Alguarves mandou a Pero Minino, seu falcoeiro, que lhe fizesse hum livro de falcoaril”.

Ao falarmos dos romances de cavalaria temos, inevitavelmente, de recordar João Gouveia Monteiro, quando assegura que os livros de cavalaria, a par com as crónicas, constituíram o fluxo de saber sobre a arte da guerra e a base da criação dos modelos heróicos: «pouco importava se os acontecimentos narrados na versão portuguesa da *Demanda do Santo Graal*, por exemplo, tinham ou não uma exacta correspondência com certos factos históricos concretos. O que interessava era que eles se inseriam dentro do ambiente e das formas de pensar e de fazer a guerra que eram familiares ao público coevo» (1998: 213).

O idealismo dos romances de cavalaria também seduziu o espírito de D. Nuno Álvares Pereira e dos homens do círculo restrito do Mestre de Avis, conforme se constata

¹²⁴ Destacamos as *Laudes e Cantigas espirituais* de mestre André Dias.

¹²⁵ Houve muitos trovadores menores destacando-se o galego Macias e os poetas coligidos no *Cancioneiro geral* de Resende.

¹²⁶ *Demanda do Santo Graal* e *Amadis de Gaula* «cujo original se crê ser português» (Mattoso, 1993: 542).

¹²⁷ Vide, OSÓRIO, Paulo José Tente da Rocha (1998). *Estudo Sintáctico e Axiológico do Livro de Falcoaria de Pero Menino*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

neste excerto: «E com esto avia gram saber e usava muyto de ouvir e leer livros destoriais: especialmente usava de ouvir e leer a estoria de Gallaaz em q̃ se cõtinha a soma da Tavolla Redonda. E por que em ella achava que por virtude de virgindade que em elle ouve, e em que perseverou Galaaz acabara muytos grandes e notaveis feytos que outros nom poderom acabar» (CCNAP: Cap. IV).

Nos séculos XIV, XV e XVI floresceu em Portugal uma plêiade de cronistas que fomentaram os estudos históricos da nação, contribuindo para apurar a língua portuguesa e fixar o estilo da prosa narrativa. Com efeito, estes séculos foram fecundos e marcantes na prosa histórica, daí dizer-se que foi nesse período que nasceu a historiografia portuguesa, com Fernão Lopes, e um pouco mais tarde, com o seu sucessor, Gomes Eanes de Zurara.

O advento da dinastia de Avis intensificou, na corte portuguesa, o interesse pelos problemas teóricos e doutrinários, religiosos, políticos, morais e até psicológicos. Com a ascensão da nova monarquia, iniciada com D. João I e continuada por D. Duarte, o século XV foi um século moralista e utilitário, caracterizado por um puritanismo frio, mais inglês que lusitano, devido à ascendência inglesa por via materna da rainha portuguesa, esposa de D. João I, D. Filipa de Lencastre. De facto, a educação ministrada pela mãe dos príncipes de Avis defendia uma austeridade de costumes e uma noção rígida do dever, constituindo a vida um autêntico sacerdócio, excluindo qualquer “fantasia sem proveito”.¹²⁸

A leitura, a produção do livro e a criação literária desenvolveram-se nas cortes hispânicas do século XV. Os príncipes organizavam livrarias, empreendiam iniciativas como a redacção de grandes compilações históricas, promoviam ou faziam traduções e, por vezes, eram autores de obras originais. Os príncipes de Avis emitiam juízos morais a respeito de tudo: do quotidiano, de leituras que faziam, de doutrinas que aprendiam, de virtudes e vícios, de doenças e prazeres. Escreviam conselhos, cartas, tratados e livros. A moralidade dos costumes e a instrução dos assuntos ético-políticos constituíam a finalidade dos trabalhos dos príncipes de Avis. Liam, estudavam, participavam na guerra e na caça.

Ainda que os romances de cavalaria figurassem nas livrarias palacianas, a pena dos príncipes de Avis não se preocupava, exclusivamente, com a literatura de ficção, e a prosa didáctica predominava: exigia-se a definição dos deveres de governantes e governados, sendo a intenção essencialmente formativa na preparação das classes dirigentes.

Duas orientações se encontram nas suas obras: incutir o gosto pela prática do desporto, como no *Livro de Montaria* de D. João I, escrito depois de 1415 e ligado a uma

¹²⁸ Vide, *Leal Conselheiro*, capítulo LRVIII: “Da Prática existente entre os Infantes e o Rei”, pp. 357-372, da edição dirigida por Joseph M. Piel, Lisboa, 1944.

série de tratados técnicos e didácticos de que conhecemos, como originalmente portugueses, o já referido *Livro da Falcoaria* de Pêro Menino, falcoeiro do Rei D. Fernando, o *Livro de Alveitaria* de Mestre Giraldo, físico de D. Dinis, e um *Livro de Cetraria*, e o *Livro de Ensinança de Bem Cavalgar toda sela* de D. Duarte, o qual tinha, mais que uma intenção didáctica, um propósito pedagógico e social amplo, no sentido de instruir os súbditos.

Enquanto D. Duarte se preocupava com o aspecto moral da personalidade, o infante D. Pedro escrevia o *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, dedicado ao futuro rei, não com a finalidade de suprir a falta de conhecimentos sobre as coisas tratadas, mas para *ver como em spelho em elle louvor de vossas boas obras, o qual foi endereçado aos príncipes*; aliás, todos podiam lê-lo com proveito porque se debruça sobre o aspecto ético-político da conduta humana e ainda sobre *muytas das gerais doutrinas*.¹²⁹

Esta obra, um verdadeiro tratado de filosofia política da “graça”, apresenta o mundo como uma pirâmide em degraus que tem Deus por vértice e os irracionais por base, sendo a Benfeitoria, ou benefício dado pelo superior ao inferior em prémio de serviços, o elo que ligava os diversos degraus da hierarquia social. As citações, divisões e subdivisões estabelecidas a partir de definições de conceitos, através de uma argumentação sistemática de prós e contras, como nas disputas escolares, eram uma tentativa para transpor em língua portuguesa as formas típicas da literatura escolástica.

O infante D. Pedro não se limitou a coligir este tratado de filosofia política: efectuou também traduções¹³⁰ com o mesmo intuito educativo, de que é exemplo o *De officiis*, de Cícero (106 a. C. - 43 a. C.), e que se destinava aos portugueses amadores da virtude *que non som ou ao diante nom forem latinados*, visando fins eminentemente práticos, sendo bem aceite pelo mundo medieval, que nele reconheceu um guia seguro de filosofia moral.

A finalidade educativa e formativa nota-se ainda na versão para português do *De Amicitia*, de Cícero, da pena de um prior de São Jorge, próximo de Coimbra, e nas traduções feitas, a pedido do segundo filho de D. João I, pelo Dr. Vasco Fernandes de Lucena: *De Senectute*, de Cícero, *Panegyricus Trajano Augusto*, de Plínio-o-Jovem, *De Regimine Principum*, de Fr. Egídio Romano ou Frei Gil de Roma, e *De ingenuis moribus et liberalibus studiis*, de Vergério. Como a problemática política estava muito em voga durante o século XV, foram também várias as obras de cariz político de leitura assídua na corte, sendo o tratado de filosofia política mais aceite o *De Regimine Principum* de Egídio

¹²⁹ As transcrições referem-se à Dedicatória a D. Duarte.

¹³⁰ Outra tradução devida ao infante D. Pedro foi o *De Re Militari* de Vegécio.

Romano, frade agostinho conhecido pelo cognome de *doctor fundatissimus el theologarum princeps*.

Na introdução do *Livro de Vergério* dirigido a D. Afonso V, também se nota, conforme aduz Joseph-Maria Piel¹³¹, a preocupação de apresentar proveitosas ensinanças:

(...) não porque veja em vos cousa digna de reprensão, mas porque a grandeza e maravilhosos feitos de Elrey Dom João, vosso avô... e excellentes virtudes de Elrey Dom Duarte, Vosso Padre, vos poem necessidade, que os hajais de sobrepujar por satisfazerdes a elles, que tal filho gerarão em que mais cumpridamente que em sy mesmo luzisse imagem e fermosura das suas virtudes, e por satisfazer a vos mesmo em guiza que não seja vã a esperança que todos de vos tem, esperayo por certo não sòmente que sejais igual a vossos antecessores como sois obrigado, mas ainda que lhe deveis algũa vantagem (1948: 7).

Um dos aspectos mais notáveis dos pensadores políticos medievais foi a sua constante preocupação com a ética na política. Dentro destes pensadores, destacamos a obra do galego Álvaro Pais que se insere perfeitamente na problemática política quatrocentista. Como escolástico, teve a ideia das *virtudes cardeais* como um perfeito anteparo moral contra o mau governante, o tirano, anti-modelo por excelência do melhor regime político, a monarquia. Na questão da luta entre João XXII e Pedro de Corbara, tomou o partido do primeiro.

Álvaro Pais escreveu *De Statu et Planctu Ecclesiae* (*Sobre o Estado e Pranto da Igreja*) — nos anos 1332-1335. No Livro I, defende a legitimidade do papa João XXII como chefe da Igreja e combate Pedro de Corbara e o imperador Luís da Baviera. No Livro II repreende os vícios da Igreja de seu tempo: *Speculum Regum* (*Espelho dos Reis*) – 1341-1344. É considerado uma espécie de resumo das teses políticas expostas no *De Statu et Planctu Ecclesiae*, além de instruir o rei sobre as virtudes que devia cultivar em grau elevado. Escreveu ainda *Collyrium fidei adversus haereses* (*Colírio da Fé contra as Heresias*).

O conjunto das suas obras responde à motivação essencial de estabelecer as bases teóricas da unidade da igreja, ameaçada quer pela proliferação de heresias, quer sobretudo pelas pressões imperiais no corpo da cristandade, quer ainda pelo mundanismo e pela corrupção de um clero distante do ideal de pobreza evangélica. Partidário da *Respublica Christiana* e entrando no dissídio que sobreviera entre o império alemão e o Papado,

¹³¹ Seguimos a obra de PIEL, Joseph-Maria (1948). “*De Officiis*” (*Livro dos Ofícios*) de Marcus Tullius Cícero. Tradução pelo infante D. Pedro. Edição crítica. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis.

motivado pela questão das investidas, defendeu a supremacia do poder espiritual em face do temporal.

O Pontífice, como representante de Deus na terra, detinha a suserania sobre todos os príncipes civis. Contudo, na impossibilidade de exercer convenientemente o poder em toda a cristandade, delegava num príncipe os seus poderes, justificando-se assim o poder do príncipe ou monarca, asserção que já não era nova na *Respublica Christiana*: “Na Igreja e em seu poder estão duas espadas, a espiritual e a temporal. (...) Mas estão em poder da igreja, (...) a última para ser usada para a Igreja, a primeira por ela; a 1.^a pelo sacerdote, a 2.^a pelos Reis e Cavaleiros mas de acordo com a vontade e a permissão do sacerdote”.¹³²

Apesar deste autor figurar num plano secundário na corte de Avis, os monarcas e príncipes conheciam-no, assim como às suas obras, e foram as suas interpretações ético-políticas que vigoraram entre nós nos séculos XIV e XV, influenciando o pensamento da corte, dos príncipes de Avis e do próprio cronista Gomes Eanes de Zurara.

Numa estrutura social hierarquizada havia laços que prendiam súbditos e príncipes. Enquanto os primeiros serviam, os últimos, favorecidos com a prestação desses serviços, concediam benefícios, e assim nasciam vínculos morais. O reino era considerado património do monarca que geria, administrava e prestava justiça como supremo magistrado. Contudo, a sua moral impedia-o de se tornar um senhor arbitrário.

A atribuição dos benefícios por parte do soberano, muitas vezes com base nas narrativas zurarianas, o que fez com que as crônicas andassem indissolúvelmente ligadas à atribuição de recompensas, levou a que muitos dos não beneficiados atacassem e procurassem denegrir o cronista e as suas obras. O benefício era concedido por alguém a outrem com a finalidade de lhe prestar gratidão, e tinha a «sua nascença no querer e vontade» (LVB: Livro I, Capítulo IV).

Como o benefício era coisa moral, o príncipe devia procurar distribuir com justiça os galardões. Foi nessa perspectiva que o infante D. Pedro procurou, filosoficamente, solucionar o problema do benefício na *Virtuosa Benfeitoria*, numa tentativa de pôr cobro à corrupção que reinava na distribuição dos mesmos.

As concepções políticas medievais tinham como traço comum a inseparabilidade da moral e da política. Assim, a teoria política zurariana, leitor de Frei Gil Romano, de Álvaro Pais e de D. Pedro, com o qual contactou e conviveu, aprendendo em muitas das mesmas fontes, comporta três aspectos: origem do poder, retrato do príncipe e exercício do poder.

¹³² Bonifácio VIII, *Bula Unam Sanctam*, 1303.

Foi neste ambiente movedição de interesses, serviços e recompensas que viveu e se movimentou o cronista Zurara, o que acaba por explicar e justificar muitas das suas preocupações com as más-línguas e os “espreitantes” revelados ao longo das suas crónicas.

A obrigação de todo o Príncipe galardoar os serviços recebidos está exuberantemente exposta na carta em que Afonso V menciona as recompensas exigidas pelos serviços prestados por D. Duarte. O título da carta destrinça os dois elementos que englobavam a atribuição do benefício, isto é, alguém que distribuía a outrem qualquer mercê, em agradecimento de favores prestados: «Esta he a carta de quando Dom Duarte foy feyto cõde, a qual (por quaõ deuida foy a mercee e quaõ cõfessado nella estã por remuneraçõ em parte de seus seruiços e naõ ho que por eles merecia) pareceo rezaõ treladarsse aqui, por mostrar ho agardeçimêto de hũ taõ virtuoso Rey, e os merecimêtos de hũ taõ singular criado, a quem elrey lhe mãdou fazer por o seu coronista» (CCDM: Carta, 202).

Comungando do pensar coevo, Zurara justificava a hierarquia e estratificação social vigente partindo do princípio de que os homens, por vontade de Deus, eram providos desigualmente de capacidades:

Como quer que a natureza como ja disse caasy no começo deste liuro nõ se contente fazer extremos âtre as criaturas deste mûdo por quanto aquellas rodas que âdã sobrel tornadas cursã assy por ordenaçã do primeyro mouedor mĩguando ã huũs e acrecẽtando ã outros assy nos beẽs tẽporaaes como nas uirtudes. Esta meesma natureza ensynou outro modo caasy artefecyal por que muytas uezes os homeẽs obrã contraquello que as rodas do ceo primeyramẽte ordenarõ (*Idem*: Capitulo .CRiiiºj., 189-190).

Assim, segundo o cronista, a instituição régia nascia de um pacto voluntário, resultante de uma exigência de justiça, onde uns obedeciam enquanto outros mandavam, porque havia a necessidade de uma autoridade, e era vontade de Deus que assim fosse, pelo que a autoridade real era incontestável e aceite como garante de toda a ordem social.

Zurara tornou-se, assim, um precursor da teoria de direito divino¹³³ aplicada nas monarquias absolutas do século XVII, em que o rei era considerado o representante de Deus na Terra. O poder real era assim legitimado e a sua autoridade exercia-se sobre todos os súbditos, mesmo os mais privilegiados. O rei encarnava o Estado, e o seu poder pessoal sobrepunha-se às leis, excepto quando estavam em causa as leis fundamentais do reino.

¹³³ Sobre esta doutrina política faremos ainda referência no capítulo 3, ponto 3.5.1.1.

Face ao exposto, perante a vida que levavam ou faziam, nos fins do século XIV e ao longo do século XV, mais do que em qualquer outra época, reis e príncipes eram pelo que escreviam ou incitavam a escrever, pelo que protegiam, – por lei, por privilégio ou mecenatismo –, os grandes protagonistas e agentes da cultura portuguesa.

No entanto, durante o reinado de D. Fernando (1345-1383), com as dificuldades económico-sociais e os graves problemas surgidos devido às ambições políticas do monarca, não se verificaram os apoios ou incentivos régios à cultura como os que se tinham verificado nos períodos precedentes, daí que a actividade cultural tenha sofrido uma certa marginalização e até regressão, dada a perturbação em que vivia o reino, como se constata nas palavras de Luís de Camões em *Os Lusíadas*, Canto III, estrofe 138,

*Do justo e duro Pedro nasce o brando
(Vede da natureza o desconcerto!),
Remisso e sem cuidado algum, Fernando,
Que todo o Reino pôs em muito aperto;
Que, vindo o Castelhana devastando
As terras sem defesa, esteve perto
De destruir-se o Reino totalmente;
Que um fraco Rei faz fraca a forte gente.*

Mesmo com todos estes problemas, os quais só iriam atenuar-se com a morte de D. Fernando e a ascensão ao trono do seu meio-irmão, o Mestre de Avis, com o nome de D. João I, em 1385, que assinou a paz (provisória) entre Portugal e Castela em 1411, e conforme se depreende nas palavras da estrofe, apesar da intensidade da crise política vivida, a corte da Casa de Avis iniciou um período de intensa produção literária que, mais tarde, foi o berço da historiografia portuguesa em forma de prosa literária. Efectivamente, organizou-se uma biblioteca e dentro da própria corte fomentou-se o gosto pela erudição: «Quase como um símbolo, o primeiro rei da nova dinastia que, por quase um século, orientará a cultura portuguesa e que podemos considerar igualmente o primeiro escritor desse período» (Carvalho, 1992: 69).

Na verdade, como vimos, foi o próprio rei D. João I quem escreveu o *Livro da Montaria*, uma obra de desporto, desporto da caça grossa, considerada na época actividade paramilitar, e seu filho D. Duarte escreveu o original *Leal Conselheiro* (tratado de moral, de normas e modelos de conduta para fidalgos e senhores, que pretendia oferecer à

nobreza, incluindo nela os príncipes, compilado em 1437 ou 1438)¹³⁴ e o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda a sela*, obra didáctica, onde D. Duarte pareceu querer restaurar o culto da equitação contra certo relaxamento que levava nobres palacianos ou de origem burguesa a descuidar desportos paramilitares como esse e o da montaria. Na verdade, o saber andar a cavalo exigia a prática de uma disciplina sobre os instintos e sobre o medo, disciplina que D. Duarte desejava impor como padrão moral e símbolo social da nobreza.

Desde a sua génese, a vida política portuguesa foi marcada por uma sucessão de casamentos, de ingerências mútuas, de ajudas, de escaramuças e de guerras com Castela, mas entre 1325 e 1411, essas divergências acentuaram-se, tendo como pano de fundo a rivalidade pelo controlo do estreito de Gibraltar, que comandava o comércio entre o Mediterrâneo e o Atlântico, e que levou à dissociação definitiva dos dois reinos. Apesar de tudo, as crónicas e os livros de linhagens redigidos na época revelam, aliás, uma profunda interpenetração dos dois reinos no domínio social, da política e da cultura.

Afinal, a grave crise política, económica e social de finais do século XIV, cujo clímax surgiu em 1383-85 e que tanto nos afectou política, económica e socialmente, acabou, em última instância, na dinastia seguinte, por acentuar a coesão moral, fortalecendo a unidade nacional, e gerar um sentimento pátrio de uma identidade comum:

Longe de embotar essas incipientes qualidades, desenvolve-as e robustece-as tanto, sob a direcção de um escol que D. Duarte tão bem incarna e dirige com o exemplo da sua acção simultaneamente representativa e docente. A forte personalidade desse moço Príncipe, de cuja inteligência e reflexão o seu extraordinário *Leal Conselheiro* nos dá impressionante testemunho, afincar-se-ia no propósito de promover a elaboração da *Crónica Geral do Reino* – uma verdadeira História de Portugal – que traduzisse fielmente a sua atitude mental, perfeitamente expressa no conceito lapidar: *melhor é duvidar que atrevidamente sem descripçom determina*¹³⁵ (Soares, 1977: 70).

Foi a partir da dinastia de Avis, com D. Duarte, apesar da moralidade dos costumes e a instrução dos assuntos ético-políticos constituírem a finalidade da literatura de carácter moralizante e utilitário, que a crónica começou a exercer uma função na corte, passando a estar ao serviço desta. Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara, situados no início do

¹³⁴ Não é no fim a que se dirige o autor, mas no caminho que ele percorre, que está a originalidade da obra. Foi D. Duarte quem, pela primeira vez na literatura portuguesa tentou definir a *saudade* como expressão de um sentimento contraditório e pretende ser essa palavra intraduzível noutras línguas. Esta obra foi o primeiro esboço de uma literatura de tipo novo, de que Montaigne estabelecerá o paradigma nos *Essais*.

¹³⁵ D. Duarte: *O Leal Conselheiro*, cap. XXJVII, p. 146 da edição dirigida por Joseph M. Piel, Lisboa, 1944.

processo de transição da historiografia medieval para a historiografia renascentista, autores da ciência documentária e da selecção de documentos, enquadram-se no perfil de historiadores cortesões, leigos e burocratas. Todavia, Rosário Barata observa que, na ordem da escrita, D. Duarte precedeu os cronistas ao erguer, para a posteridade, a Boa Memória do rei seu pai, que seria também cantada e entretecida pelo cronista:

É D. Duarte quem nos lega, no *Livro dos Conselhos* (ou *Livro da Cartuxa*), o testemunho da organização da corte como casa do rei e casa dos infantes e vértice da administração central, da chancelaria, do despacho, do conselho, das cortes, da ordem económica, financeira, da organização militar e onde se debatem os assuntos internacionais. Ele dá-nos o testemunho da vida cultural, a biblioteca, o gosto pela música, oratória, ciência e dados para a História da Arte em Portugal (1995: 318).

Foi por influência, saber e despesas de D. Duarte, que o património da Biblioteca Real¹³⁶ e a quantidade de documentos históricos oficiais aumentaram. A sequência de escritos desenvolveu-se, fazendo sentir a necessidade de mais escritores e de mais cuidados com a biblioteca. Esses escritores eram usualmente treinados e educados na corte, recebendo a sua educação formal junto dos príncipes.

Em conjugação com o avanço de actividade cultural já existente, esses escritores providenciaram o potencial humano que veio criar a concepção de história portuguesa como uma faceta das letras nacionais e D. Duarte, ao estabelecer o cargo de Cronista-mor do reino, em 1434, encontrou em Fernão Lopes o fiel intérprete do seu pensamento, encarregando-o de escrever sobre os anteriores monarcas portugueses, especialmente sobre o seu avô, D. Pedro I, seu tio, D. Fernando, e seu pai, D. João I.

Alexandre Herculano intitula Fernão Lopes de célebre crítico, defendendo que fora o primeiro, na moderna Europa, que designadamente escrevera a história, e que poucos homens tinham nascido, como ele, historiadores, pois, além do primor com que trabalhou sempre por apurar os sucessos políticos, Lopes adivinhou os princípios da moderna história:

Se em tempos mais modernos e mais civilizados houvera vivido e escrito não teríamos por certo que invejar às outras nações nenhum dos seus historiadores. A vida dos tempos de que escreve, transmitiu-a à posteridade, e não, como outros fizeram, somente um esqueleto de sucessos políticos e de nomes célebres. Nas crônicas de Fernão Lopes não há só história: há poesia e drama: há a Idade Média com sua fé, seu entusiasmo, seu amor de glória (1881: 177).

¹³⁶ Na biblioteca de D. Duarte existia um volume que se intitulava *Livro das Trovas de El-Rei*.

Deste entusiasmo, manifestado por Alexandre Herculano sobre o nosso primeiro cronista, também partilhou Torquato Soares: «Embora dentro da tradição medieval que o inspira, nem por isso o nosso cronista deixa de pôr em equação cânones novos que vivificam a sua linguagem, tão repassada de acerado espírito crítico. E estes cânones, longe de a turvarem, conseguem até dar relevo à faceta lírica do seu tão original e delicado temperamento artístico, fortemente impregnado de clareza e de justa medida» (1977: 72).

Fernão Lopes teve o seu enorme e grande mérito na utilização de um critério rigoroso na apreciação crítica das fontes e um grande sentido de realismo na análise dos acontecimentos, porque defendia e recomendava que, «não cumpre afirmar a coisa duvidosa», uma vez que, «ca o cronista há-de ser muito certo em seu razoar», porque a História é «luz da verdade e testemunha dos antigos tempos» (CJ: 2.^a Parte, Cap. XXXVII, 83).

E se Fernão Lopes foi o melhor cronista de qualquer idade ou nação, Gomes Eanes de Zurara, «apesar duma exposição ocasional de pedantismo» (King, 1976: 28), foi igual em mérito a qualquer cronista, excepto o seu incomparável predecessor.

2.5. Gomes Eanes de Zurara: o cronista

A Crónica de Zurara afirma-se como discurso da presença da ausência que traz aos nossos olhos as imagens acontecidas que impedem a morte espiritual dos fisicamente mortos através do conhecimento das coisas passadas (Barreto, 1983: 71).

Nos finais da Idade Média, a cronística tornou-se uma espécie de enciclopédia das mais determinantes memórias sociais, um género literário onde, sob forma historiográfica, se aglutinavam as imagens e as representações do passado, que depois se convertiam, perdidas as suas origens, em suposta memória colectiva da História de um reino. Todavia, as crónicas podiam ter e exercer outras funções, servindo por exemplo como prova documental: nas *Alezações feitas contra os portugueses a favor do rei de Castela e Leão no concílio de Basileia* (1436), por D. Afonso, bispo de Burgos, depreendemos que as crónicas podiam desempenhar uma função especialíssima nos debates internacionais sobre as conquistas de além-mar.

Depois de se declarar que em disputas dessa ordem não se admitia prova por testemunhos que excedessem a nossa memória e a dos nossos maiores, enumerou ele as diferentes espécies de prova, que era lícito alegar. A primeira de todas, declarava o bispo, eram as crónicas, *Prima species probandi est per cronicas...*; assim, as crónicas, se por um lado podiam desvelar aos inimigos os nossos planos extemporânea e perigosamente, pelo outro podiam servir, em caso de litígio, como documento autêntico do direito de posse ou de conquista, segundo a expressão da época.

As crónicas passaram assim a constituir um dos mais graves problemas dentro da política do Estado, pois haviam de ser ou meros instrumentos políticos, relatando apenas o *quantum satis* a alegar como prova, ou, caso contrário, perigosas fontes de informação e de denúncia para as nações rivais, o que levou D. Afonso V a ter ao seu serviço um certo Álvaro Gonçalves de Cáceres que exerceu o ofício de *leitor das crónicas e livros de Castela*, a quem o monarca premiou os serviços, dando-lhe armas de cavaleiro designando-o como *discreto e varão virtuoso e fiel*¹³⁷. É natural que quem de tão perto espiasse as crónicas alheias, que se acautelasse com as suas, daí a explicação da já mencionada teoria do sigilo.

De qualquer maneira, as crónicas foram-se convertendo em cada vez mais perfeitas obras de arte literária: na segunda metade do século XV, à medida que progredia a gesta da

¹³⁷ Arquivo Nacional, *Livro 4 dos Místicos*, fol. I.

Expansão e dos Descobrimentos, duas componentes axiais da nossa História, a cronística portuguesa privilegiava a narrativa dos feitos e sucessos contemporâneos, abrindo-se formalmente às influências da historiografia retórica humanista. Contudo, a escrita de uma história mais recuada no tempo só se retomou «nos começos do século XVI, quando D. Manuel I, o rei Venturoso, se afirmou como senhor do mais vasto e poderoso império hispânico alguma vez conhecido» (Oliveira, 2000: 123).

Entretanto, bem mais próximos da corte e ao seu serviço, Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara são excelentes exemplos de cronistas no panorama nacional. Fernão Lopes é tido como o pai da historiografia portuguesa e Gomes Eanes de Zurara entra no conjunto desses mestres e está junto de Fernão Lopes como um dos principais escritores da Idade Média em Portugal.

Para fazer um juízo correcto sobre Fernão Lopes temos de considerar a forma como ele trabalhava, não esquecendo que era sempre, sobretudo, o cronista a quem fundamentalmente cumpria pôr em ordem as *escrituras* e *públicas escrituras*, para com elas redigir as suas crónicas. Abolindo a barreira do tempo, fez ressurgir o passado, permitindo aos leitores viver com ele acontecimentos que alteraram profundamente a sociedade portuguesa. As suas crónicas transbordam de visualidade, realismo descritivo e dramatização, que a par de uma simplicidade linguística a todos atrai, motivos bastantes para que a *Crónica de D. João I*, que seria acabada por Zurara, seja considerada uma obra-prima. Mas o que em Fernão Lopes mais impressiona, como historiador, «é a preocupação de se limitar a descrever os factos, sem se aventurar a sugerir, sequer, uma explicação que, de certo modo, forçasse o leitor a julgar de determinada maneira, mesmo quando a explicação fosse óbvia» (Soares, 1977: 75).

Gomes Eanes de Zurara é sem dúvida um dos maiores cronistas¹³⁸ portugueses, sendo considerado o cronista dos primórdios da Expansão portuguesa e europeia na África e no Atlântico. Sobre a importância e valor das obras zurarianas e ainda no âmbito da comparação com Fernão Lopes, seu antecessor, Costa Pimpão, António José Saraiva e Óscar Lopes consideram que a obra mais interessante das crónicas de Zurara é a primeira, a *Tomada de Ceuta* (1450), mas colocam reservas quanto à legitimidade do autor¹³⁹, suspeitando que na mesma há dedo de Fernão Lopes. Relativamente às crónicas dos Meneses, a de D. Pedro (1463) e a de D. Duarte (1468), a acumulação de episódios de

¹³⁸ Apesar de não ser cronista oficial, frei João Álvares foi outro cronista importante e escreveu o *Tratado da vida e feitos do muito virtuoso senhor infante D. Fernando*. Outros cronistas importantes foram Duarte Galvão, Francisco de Andrade, Fernão Lopes de Castanheda, Gaspar Correia e Diogo do Couto.

¹³⁹ Este assunto será retomado e analisado com mais pormenor no capítulo 3, subcapítulo 3.3.

combate, narrados com a minúcia de um contador de histórias de caça, todas diferentes e todas iguais, e sem precisão cronológica, chega a ser fatigante, apesar da sua preocupação *em não causar fastio ao ledor*, o que nem sempre conseguiu.

Entrando no campo das analogias literárias entre os cronistas Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara, temos de ter presente que cada escritor ou cada criador literário oferece à crítica elementos para uma autonomização – sem prejuízo da validade do comparativismo em literatura:

E se considerámos Fernão Lopes como o último historiador medieval, julgamos que Zurara representa, como sugere Hernâni Cidade, uma abertura em que se entrevêm os valores da era moderna, ou, como opina António José Saraiva, em que se recuperam lugares da historiografia latina, que terá larga fortuna em Portugal durante os séculos XV e XVI, em João de Barros e Camões, para só citar dois nomes (Buescu, 1990: 159).¹⁴⁰

Aos últimos tempos do período arcaico da prosa portuguesa, Zurara já lhe não pertence inteiramente e, a nível da sintaxe, Zurara nada deve ao seu antecessor: «Talvez a Zurara lhe falte o poder descritivo que se admira no cronista de D. João I. Mas a vertebração da frase, a traça do período são, em Zurara, superiores às que nos revela Lopes. Este é cru, brutal, excessivamente fotográfico ou realista. Chega a ser obsceno – sem vantagem para ninguém. Zurara é delicado e nada jactancioso» (Pimenta, 1942: 11).

Zurara evitou, o que não fez Fernão Lopes algumas vezes, o uso da linguagem livre, e não empregou palavras torpes, nem narrou factos obscenos: foi sempre muito discreto, guardando o respeito à honra e à ética. As suas obras podem ser lidas sem hesitação nem rubor diante de todas as pessoas qualquer que seja a sua idade, sexo ou crença.

A comparação com Fernão Lopes, de que se tem usado e abusado, não tem razão de existir, apesar de serem quase contemporâneos. Não há que comparar dois autores tão distintos e diferentes, não só pela época histórica em que viveram, como pela formação mental e pelos temas escolhidos no seu labor historiográfico:

¹⁴⁰ Os melhores cronistas europeus desta época voltaram a inspirar-se na filosofia cristã da história. Foi o caso de Vincent de Beauvais (1200-1264), o familiar de São Luís com a obra *Speculum Historiale*; Otão de Freising, o cronista de Frederico Barba Ruiva. João de Salisbury, bispo de Chartes, que muito se interessou pelos factores naturais e humanos, anunciando assim o Renascimento; Villehardouin (1150-1212); Joinville (1224-1317); Froissart (1333-1404), que aliás foram mais memorialistas do que historiadores, orientando-se por aquilo que lhes pareceu verosímil. Dois modelos: o modelo monástico com Gregório de Tours, modelo que se debruçou essencialmente sobre a história de um mosteiro e o modelo imperial ou real com a obra de Eginhard *Vida de Carlos Magno*, modelo que mais tarde se transformou em modelo dinástico.

Se, na consabida frase, “o estilo é o homem”, não temos que diminuir os méritos do historiador Zurara por não possuir os dons de clareza literária que fazem, em grande parte, a glória de Fernão Lopes. Mesmo que se reconheça em Zurara falta de coordenação no seu processo narrativo, não se lhe deve apontar ausência de sensibilidade. Um vivo realismo marca bastantes cenas da sua obra, que tem por vezes dom de comover o leitor (Serrão, 1972: 77-78).

Gomes Eanes de Zurara é tratado como um membro da longa tradição da escrita histórica portuguesa quatrocentista, e os seus trabalhos são sumariados dentro dessas tradições. Por isso, a análise de Veríssimo Serrão não é extensa nem inclusiva, mas totalmente exacta se enquadrada na curta avaliação que dele teceu.

Com Zurara, o conceito de história variou em relação ao seu antecessor, até porque tinha mudado o rumo da política nacional, com início da efectiva realeza de D. Afonso V. Zurara mostrou uma visão geo-histórica que, à luz do ideário do século XV, importa assinalar: impondo-se dar notícia da Expansão e exaltar a obra da realeza, o cronista tornou-se o cantor desse período, no ambiente temporal do reinado de D. Afonso V. Todavia, apesar de confessar um ilimitado respeito pela autoridade real, a sua crítica dos factos tentou ser imparcial e justa: «e o que peor he que taes uy eu queixosos de mÿ que eu sabya certo que nom soomête nõ erã dignos de honra nem de louuor, mas ante de doesto e reprehõ» (CCDM: Cap. I, 4).

Os seus heróis foram descritos com as qualidades e virtudes que os distinguiam, mas sem encobrir as suas fraquezas, defeitos e vícios humanos, e nestas características reside a qualidade da obra zurariana, apesar de termos de acolher com alguma reserva tudo quanto o cronista escreveu sobre as pessoas de sangue real. Mas, pondo de lado esta ressalva, aliás comum e em grau superior em escritores de séculos mais adiantados, «não crê que se possa lançar em rosto a Zurara deturpações conscientes da verdade histórica, como as teve Rui de Pina. Do que ele porém se não iliba é de negligência em se certificar daquilo que relata, e em consultar documentos atinentes que estavam ao seu alcance» (Leite, 1941: 124).

É certo que, escrevendo por vezes um tanto precipitadamente, por imperativo de um mandato régio, nem sempre teve de afeiçoar convenientemente os testemunhos ao seu alcance. E mesmo com a dúvida de que nem todas as suas crónicas lhe podem ser inteiramente atribuídas (referimo-nos, obviamente, e como veremos, ao material produzido por Fernão Lopes sobre a *Crónica da Tomada de Ceuta por ElRey Dom Joham o primeiro* ou *Terceira parte da Crónica de D. João I* e ao papel desempenhado por Afonso Cerveira

na *Crónica da Guiné*), é justo pôr em relevo as suas apreciáveis qualidades de estilista e historiador probo, de modo nenhum carecido de espírito crítico ou de visão cultural.

O cronista, de sensibilidade medieval, mas já voluptuoso da expressão empolada dos retóricos latinos, «afirma um juízo que transcende a predicação de um modo de ver individual para adquirir a generalidade da apreciação então dominante» (Carvalho, 1949: 12). Com efeito, qualificando a Europa do seu tempo, Zurara atribuiu a grandeza à Alemanha, a gentileza à França, a fortaleza à Inglaterra, mas só à Itália reconheceu a sabedoria.

Gomes Eanes de Zurara foi, pois, um escritor de feição medieval, em cujo espírito começaram, porém, a irromper, insistentes, os alvares humanísticos da era renascentista. O cronista procurou filiar o seu discurso num equilíbrio entre pormenor e concisão, sendo seu propósito aproximar a escrita de uma concepção de modernidade: «Soma de grande processo se faria em nossa estorea, sse quisessemos seguir todallas cousas, segundo as achamos per emformaçam daquelles que as uerdadeiramente sabem empero sseguidmo a teemçom dos modernos, abreuimos todo aquello que com rrezam podemos. ca ajmda ficauam pera dizer mujtas cousas» (CC: Capitullo Lxxj, 199).

O discurso ideológico zurariano firmou-se numa ordem de valores diversa daquela que presidiu à elaboração cronística do seu antecessor no cargo de cronista-mor do reino. Efectivamente, Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara foram autores distintos pela formação mental e pela investigação a que procederam. Distingue-os, sobretudo, o campo histórico que procuraram narrar: Fernão Lopes voltado para um passado a que, só em parte, lhe fora dado assistir (a realza de D. João I antes da empresa de Ceuta); Gomes Eanes de Zurara, como autor contemporâneo e, portanto, traduzindo uma opinião vivida sobre os acontecimentos.

Na perspectiva de Joaquim Veríssimo Serrão, «Fernão Lopes foi sem dúvida um extraordinário pintor de multidões, ao passo que Zurara possui menos dons de visualista, mas não lhe foi inferior pela sensibilidade» (1977; 1989: 36-37). Todavia, há que realçar que o novo cronista não foi apenas o sucessor de Fernão Lopes e o continuador da sua obra; foi, de certo modo, também, o seguidor do seu método de trabalho, nomeadamente na sua primeira crónica, que já em 1450, ou seja, ainda em vida do seu antecessor, dava por terminada. De facto, Zurara estava ainda muito preso à tradição seguida pelo velho cronista, que considerava «homem de comunal çiença e grande autoridade que foy escpriuam da puridade do Iffante Dom Fernando» (CC: Capitullo iij, 12).

Mesmo assim, não se deixou de sentir uma diferença muito acentuada entre os escritos de um e de outro, a revelarem temperamentos distintos, o que não quer dizer que o novo cronista fosse despiciendo, apesar de gostar «de filosofar trivialidades, e ostentar elegâncias retóricas e erudições suadas para ele, impertinentes para os leitores» (Herculano, 1881: 180).

A cronística de Zurara enformou dos principais vectores ideológico-estéticos que nortearam o terceiro quartel de Quatrocentos, como que superando a distância temporal entre o momento da escrita e o momento histórico dos factos contados pelo estabelecimento de um núcleo temático que caldeou elementos reais e elementos ideais de épocas históricas relativamente distintas. Como criador literário, simultaneamente herdeiro e precursor, aplica-se-lhe, certamente, a asserção de Aguiar e Silva:

Em todo o processo de criação literária – e na obra que daí resulta – há a considerar uma bipolaridade fundamental: por um lado, as estruturas genéricas de teor linguístico e literário que o autor encontra dominantes na sua época, com as quais estabelece variáveis relações de aceitação ou conflito, mas que de qualquer modo o condicionam como escritor (...); por outro lado, (...) encontra-se a capacidade inventiva e criadora do escritor (1971: 3-4).

A cultura de Zurara é vasta e sólida, não obstante o facto de não ter conhecido Aristóteles no original (cfr. Buescu, 1990: 159-160). Efectivamente, e vivendo em tempos que decorreram sob o «signo do latim» (Cidade, 1984), não espanta que, exercitando os conceitos recém-aprendidos de *imitatio* e de *auctoritas*, ele fizesse intervir no seu discurso a citação, a alusão, a referência ou até a paráfrase dos autores clássicos que, afinal, nunca deixaram de ser guias ou modelos nos períodos anteriores.

É certo que Zurara plagiou outras obras. Mas isso deve ser entendido à luz do século XV, aos finais da Idade Média, podendo ver-se nessa prática a influência dos escritos de Afonso X, notadamente da *General Historia*, de cujas laudas Zurara vazou vários trechos de índole científica, como pela primeira vez mostrou Duarte Leite, e das *Táboas Afonsinas*, cuja utilização a *Crónica de Ceuta* acusa na menção das diversas eras (capítulos LXXXVII e CV)¹⁴¹. Contudo, só há que o louvar pelo trabalho realizado, pois o que escreveu constitui documento histórico de apreciável valor, não só pela preocupação de verdade que sempre

¹⁴¹ Vide, Carvalho, Joaquim de (1982). “O pensamento português da Idade Média e do Renascimento”. In *Obra Completa de Joaquim de Carvalho – História da Cultura*, vol. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 373-383.

parece tê-lo animado, mas também pela vida que imprimiu aos factos que descreveu, só prejudicada pelos frequentes pruridos de erudição que a macularam.

Estando ao serviço do monarca, Zurara teve de seguir as suas orientações. Sob a mão do nosso último monarca medieval, Afonso V, o interesse pelos descobrimentos sumiu-se perigosamente sob a estrupida das cavalarias no Norte de África, as quais, por sua vez, imprimiram carácter à própria actividade indagadora e comercial da costa ocidental. As suas crónicas são, por isso, registos de feitos individuais, «até com preterição das do reino e do Rei e, ao que se lê, nem sempre a contento de todos, talvez por algum padecimento na justiça distributiva, como ele dizia do infante D. Henrique» (Pimpão, 1939: 3).

Iniludivelmente, as crónicas marroquinas, cuja génese associamos à conquista de Ceuta, em 1415, adquiriram a feição de um marco inaugural da historiografia ultramarina. Sendo um retrato do desejo de legitimar a conquista iniciática além-mar, ela projectou uma imagem ideal do feito, da qual compartilharam, por afinidade, os heróis individuais que convergiram num esforço colectivo.

A cronística de Zurara correspondeu, de uma forma clara, à expressão literária de feitos cuja veracidade e desenrolar histórico foram tidos como verdades irrefutáveis. Ao mesmo tempo, as suas crónicas, sempre com um imaginário referencial, tornaram-se também documentos deste mesmo imaginário, fundando-se numa dualidade dialéctica:

Escrevendo por mandado de D. Afonso V, Gomes Eanes de Zurara comparticipa do ideário mental que caracteriza a atmosfera da corte, a qual encontra nos modelos cavaleirescos amplas referências de uma ética que regulamenta a vida do homem social; por outro lado, testemunhando pela escrita os feitos que inauguram a expansão ultramarina, na qual se repercute esse ideal cavaleiresco, o cronista torna-se autor de textos que animarão o espírito vigente na sociedade e no arquétipo mental do terceiro quartel do século XV (Figueiredo, 1996: 29).

O cronista tinha consciência do verdadeiro estatuto e valor das crónicas régias, diferenciando-as claramente das narrativas sobre a vida de personagens heróicas e singulares, como se verifica nas suas próprias palavras: «Que sem embargo de se em todos os reinos fazerem crónicas dos Reis deles, não se deixa porem de escrever apartadamente os feitos dalguns seus vassallos quando o grandor deles é assim notavel, de que se com razão deve fazer apartada escritura; assim como se fez em França do duque João, senhor de Lançam e em Castela dos feitos do Cid Rui Dias e ainda no nosso Reino do conde Nunalvares Pereira» (CG: Cap. I, 9).

Zurara, por vezes, dilui a *cronica* na *estoria* e vice-versa, sustentando Duarte Leite que a distinção entre *cronica* e *estoria* é a de espécie para género: «Zurara chama várias vezes *estorya* ao livro que no *incipit* diz ser uma *cronica*, assim como chama *estorya do regno* à *cronica geeral do regno*» (1941: 183). É certo que Zurara era um cronista profissional e não um historiador, no sentido em que se socorria da *história* como complemento para fundamentar e elaborar as suas crónicas, sem o rigor crítico que a recolha e análise das fontes exige a um historiador. Efectivamente, a metodologia seguida pelo cronista, apesar de ter como propósito e fim último relatar sempre a verdade, estava pendente, directa ou indirectamente, da sua missão enquanto funcionário régio. Esta é também a opinião de Edgar Prestage, a qual nos foi transmitida por outro estudioso do cronista: «Following Prestage's analysis, we must evaluate Eanes de Zurara as a chronicler and not as a historian» (King, 1976: 40).

Nos séculos XIV e XV, a crónica evoluiu e, além de se tornar política, «vê alargado o respectivo quadro, de local ou regional para nacional» (Ariès, 1992: 123), elaborando-se as Grandes Crónicas (França e Inglaterra), ou as Crónicas Gerais (Castela e Portugal) que evocam alguns dos respectivos acontecimentos nacionais.

Estas histórias nacionais não estavam, contudo, isentas de algumas fraquezas de ordem metodológica e de ordem institucional. Dentro das primeiras encontram-se a incapacidade de datar rigorosamente certos monumentos e documentos, a deficiente organização de bibliotecas e arquivos, e a primazia dada ao *visto* e ao *ouvido* sobre o *lido*, como o comprovam as próprias palavras do cronista:

Entendy que me cõijnha passar em aquellas partes de Africa por duas rezõoes: hũa por que naquella villa dAlcacer eram moradores assy os adaijs e almocadeës e escuitas e outra gente do campo que forã os principaaes meos per que se as cousas ordenarom e fezerõ, sem cuja ordedura se minha estorea nom podya ordenar nẽ teer, como outra gente que tijnhã uida ordenada naquella frõtarya, os quaaes como continuadamẽte andauam naquelle officio seryã em melhor lembrãça dos feitos que os cortesaãos, cujo sentido como som no regno ha mais dantender a outras partes. E a outra por que me pareceo que me cõijnha auer boõ conhecymto per uista de todas aquellas comarcas per que as nossas jêtes andarom pelleiando cõ seus jmijgos, pera saber como eram asseçtadas, e o modo que os mouros tijnhã em pelleiar (CCDM: Capitulo segundo, 5).

Dentro das fraquezas de ordem institucional, como temos vindo a alertar, avultam as que se prendem com a subordinação do cronista / historiador ao poder instituído, com o conseqüente perigo da perda de independência que essa situação por vezes acarretava.

Apesar de tudo, encontrámos nas crónicas zurarianas uma perspectiva já nacionalista, um bom reflexo da formação e consolidação dos Estados medievais, e à dinastia de Avis, acabada de nascer, convinha e interessava por motivos essencialmente sociais e políticos, mostrar uma língua própria, uma nação una e um poder fortalecido.

É na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* que Zurara exprime o seu conceito de crónica enquanto *modus* de ordenação de factos que se inscrevem num tempo e num lugar:

Porque a principal parte do meu emcarreguo he daar comta, e rrazaõ das cousas, que passã nos tempos de minha hydade, ou daquellas, que pasarão tam açerca, de que eu posso aver verdadeiro conhecimento; ca segumdo os antigos escreverão este nome, scilicet, cronica, principalmente ouve o seu origẽ e fundamento de Saturno, que quer dizer “tempo”, esto porque em grego se chama este Planeta Cronõ, ou Cronos, que sygnyfica “tempo”, assy como no latym este nome quer dizer “tempus”, e dhy se deriva cronica, que quer dezer “estoria, em que se escrevẽ os feitos temporaes” (CCPM: Livro I, Cap. I, 173).

Com esta elucidação filosófica, informa-nos acerca do significado de *história*, que será, portanto, o que é visto e narrado, e o trabalho de historiador “escrevẽ os feitos temporaes”, o relato dos acontecimentos coevos. A orientação do historiador seria “daar comta, e rrazaõ das cousas, que passã nos tempos de minha hydade, ou daquellas, que pasarão tam açerca, de que eu posso aver verdadeiro conhecimento”. O cronista não devia, por isso, narrar sucessos muito anteriores.

Ao definir desta maneira a missão de cronista, verifica-se, imediatamente, qual a espécie de testemunho mais cara ao valido de D. Afonso V: o testemunho oral, o que lhe acarretou muitos dissabores pela moderna crítica historiográfica. Todavia, a sua tarefa não se limita, porém, ao relato puro dos acontecimentos, «mas devia dar razões, intervindo no relato como comentador, emitindo juízos de valor que implicam forçosamente com a objectividade, desculpando, por vezes, aos heróis, algumas faltas, ou enaltecendo a sua acção» (Prudente, 1960: 38).

A verdade é que Gomes Eanes de Zurara tinha consciência de que às vezes o elogio fazia o herói: «E se Salustio diz que tanto louvor foi dado aos que os feitos fizeram (...) quanto os claros e bons engenhos dos subtis escrivães por palavras ou poderam gabar e exaltar» (CG: Capítulo VI, 35). Daí a necessidade da procura da verdade objectiva que, no seu entender, não era fácil conseguir-se.

O cronista reconhecia o perigo dos testemunhos oculares, porque os participantes preferiam actuar e contemplar o comportamento dos companheiros. Daí a opção pela qualidade dos testemunhos em vez da quantidade, no sentido de apurar a verdade:

Ca é cousa certa que nos feitos que muitos viram e sabem nunca homem tantas vezes pode perguntar que sempre não ache cousas novas que saber, é isto porque cada um conta o feito por sua guisa, buscando muitos homens que vissem uma coisa e perguntando a cada um por si achará que o primeiro não concerta com o segundo, nem o terceiro com o derradeiro quanto às circunstâncias da obra. E isto sei eu bem porque o pratiquei por muitas vezes. E quem quiser escrever os falamentos de todos seria uma coisa difusa ou, mais directamente impossível. Ca eles não se contentam de contarem o que sabem, mas ainda acrescentam no que ouvem em muitas partes tão largamente pelo que fazem aqueles que hão de escrever a sustância dos feitos pôr em mui grandes dúvidas. De guisa que é mais segura parte perguntar a poucas e certas pessoas que demandar a todos o que perfeitamente não hão rezar de saber (CC: Capítulo III, 45-46).¹⁴²

No capítulo IV da *Cronica de Guiné*, infere Zurara que o autor pode dar a sua opinião: «E porque Tulio manda que o autor possa razoar sobre seu escrito o que lhe justamente parecer» (CG: Capítulo IV, 24); e emitir juízos pessoais: «considero aqui duas cousas – diz aquele que escreveu esta historia» (*Idem*: Cap. X, 59).

O mesmo se verifica na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, quando este conde responde à observação feita por Gonçalo Nunes: «Nom pode çertamente o muy noble comde dom Pedro de Meneses com rrazão ser rreprendido em nenhũ se seus autos cavalleirosos, porque os feitos daquella guerra nõ se podiam trautar per outra guisa» (CCPM: Livro I, Capítulo XXX, 294). Mas, e apesar de sentir que tinha o dever de formular juízos e emitir opiniões, Zurara afirma que «entre os grandes cargos do historiador, principalmente deve ser lembrado de escrever verdade» (CG: Capítulo XXVII, 129).

A verdade para ele encontrava-se nalgumas das pessoas auscultadas: «Mas porque, aallem do que achey escripto nas cartas que os ofiçiaes que os rreis tinhã naquella çidade pera governança dos moradores della a este rregno escreviam fallamdo nas cousas aaquelles que nellas forã, se acordavã na verdade, e ho que mais hera porque departidamemente preguntava, e no que se todos acordavão proçedia ã minha istoria» (CCPM: Livro I, Capítulo 2º, 178-179).

¹⁴² Edição de Reis Brasil (1992).

Apesar da opção pela qualidade, Gomes Eanes de Zurara preocupava-se em reunir o maior número possível de testemunhos para apurar a *sustancia* da verdade, admitindo que nas particularidades houvesse discordância com outras obras que versassem o mesmo assunto, «em que nunca se pode achar verdadeira çertydão» (*Idem*: Livro I, Capitullo terceiro, 186), quando muitos observavam o mesmo acontecimento, «posto que todos acordem na verdadeira sustancia da obra» (*Ibidem*), tendo consciência ainda o autor que o amor ou ódio não deixa escrever com isenção, como se constata nas seguintes palavras:

E porque nos escrevemos esta estoria primeiro duas vezes que fosse trazida a seu propio lugar, emmendando sempre no que conheçamos errado, como se costuma de fazer nas cousas em que muitos ham-de jullgar, posto que os em allgũas partes ouçais desviamdo allgũa cousa do que aquy achardes escripto, emtemdee que se faz por se mais apurar a verdade, e temos que do que rrealmente pertemçee a sustamçia nõ pode em outra parte ser mais verdadeyramente escripta que aquy, leixamdo as particullaridades em que nunca se pode achar verdadeira çertydão no que de neçessydade per muitos há-de ser sabido (*Ibidem*).

Zurara pretendia inscrever as suas crónicas no filão dos relatos circunstanciados de verdades históricas, alicerçadas num conceito de historiografia que hipoteticamente conhecia os seus próprios limites, afastando-se por isso da génese dos livros de deleite, virtualmente apoiados em ficções e que tinham apenas uma função de distração.

O cronista compreendia e aceitava que outros podiam e deviam também escrever e relatar os acontecimentos, e que o fizessem com intenção de dizer a verdade, só que essa faculdade era apenas sua, uma vez que era esse o seu ofício:

Esto dezemos porque pode ser que, aallem do que nos escrevemos, outros escrevyriam cada hũ o que visse e, que a sua temçõ fosse escrever verdade, nõ ha poderiam tam compridamente saber como nos, que este cuydado por espiçiall carregõ temos, ou perventura sã taes que teram allgũa parte no que escreverẽ, per sy ou per outrem que lhe pertemça. E he cousa naturall que segumdo amor ou odio assy se ymelinã as vomtades, posto que da rrazão sejam costrangidos, pero comtrario, que nunca aquelles que bem fazem pode parecer, pero se delles muito diga, que se diz todo ho que elles mereçem, e aos que nada nõ obrã sẽpre parecee muito aquillo que dos outros dizem e, se delles mesmos comtam allgũ falleçimemto, posto que verdadeiro seja, sempre lhes parece que he muito ais do que em seu herro verdadeyramente pode caber (*Ibidem*).

Na verdade, o cronista mostrou-se sempre muito preocupado com os juízos sobre os seus escritos. Daí a explicação que apresentou como fundamento para o aparecimento dos mesmos, explicação que repetimos em parte: «porém eu rogo a todo-los que esta Istoria

lerem, que me nom ajam por proluxo em meu escrepver, tendo, que o fundamento foi tomado a boa fim» (*Ibidem*: Livro I, Capitulo LXIII, 454).

Gomes Eanes de Zurara procurou legitimar a sua historiografia como processo de *recontamento* de feitos ocorridos num passado, mas doseados com um substrato cavaleiresco que os animava e presentificava. Os cronistas, ou autores *estoriaaes*, como já mencionámos, tinham, segundo ele, por missão narrar os feitos das pessoas virtuosas, «Porque toda a primçipall fim dos autores estoriaaes esta no rrecomtamento das uirtuosas pessoas» (CC: Capítullo xxxviiij, 117).

O trabalho de contar as acções virtuosas tinha dois fins bens precisos. Atentemos nas suas próprias palavras:

A primeira em quanto amoesta aaquelles que ueem e oueem o memoriall das suas uirtuosas obras. (...). Assy nehuũ boom homem nom poderia obrar perfeitamente ho auto dalguũa uirtude, se nom truuesse amte os olhos a jmagem dalguũ tam uirtuoso, cuja proueitosa emueja lhe mostrasse o uerdadeiro caminho pera chegar aa fim de seu desejo. A segumda fim he porque se os homeẽs semtissent que pollo falleçimento de sua uida, se acabaria toda sua rrenemramça, çertamente nom sse poeriam a tam grandes trabalhos e perijgos, como ueemos que sse manifestamente poõe a quall cousa foy o primçipall aazo per que os primeiros autores se esforçaram a compoer estorias (*Idem*: 117-118).

Zurara procurava, assim, prolongar no tempo a glória do efémero, eternizar a memória dos homens que praticavam actos exemplares e gloriosos, aqueles que derramando sangue enobreciam as suas virtudes e qualidades de fama, fé e honra, e a que só a escrita era capaz de suplantar essa irreversibilidade do tempo. O problema era que a longa velhice dos tempos afastava da memória o próprio conhecimento das “cousas” passadas, as quais, se a escritura não as apresentasse ante nossos olhos, cego seria acerca disso todo nosso saber: «muitas cousas que vira e aprendera na mancebia esqueceram na velhice. (...). E que tardando de serem escritos poderiam as pessoas que alij forom falecer. per cuja rrezam se perderia a memoria de tam notauées cousas» (*Ibidem*: Capítullo iij, 12).

A escrita era *re-presentação* e *re-actualização* dinâmica do carácter dos agentes de um passado que urgia fixar e cristalizar como modelo: «E quall he mais segura sepulltura, pera quallquer primçipe ou baram uirtuoso, que a escritura que rrepresenta o claro conhecimento de suas obras passadas. Certo toda a nobreza dos homeẽs fora destroida, sse as penas dos escpriuaões a nom poseram em fim» (*Ibidem*: Capítullo Ciiij, 273). Mas é preciso ter presente que o cronista estava profissional e ideologicamente próximo e condicionado pelo monarca, isto é, Zurara tinha mais do que ninguém a obrigação de

atender aos pedidos de Afonso V, porque, conforme o mesmo referiu por diversas vezes, «se allgũ saber ã mÿ há, posto que seja pequeno, com has vossas migalhas o apremdi» (CCPM: Livro I, Cap. II, 181). Por isso não nos surpreende que o tenha servido e enaltecido as suas qualidades, e que entre eles se tenha gerado uma solidariedade de princípios e valores que necessariamente se repercutiram nas crónicas marroquinas.

Tal facto pode condicionar, é certo, de alguma forma, a verdade das suas crónicas, mas a riqueza e valor histórico das obras de Zurara incidem exactamente nesta problemática: apesar de se sentir moral e fisicamente obrigado e reconhecido ao monarca, o cronista não omitiu as suas opiniões, percepções e juízos de valor sinceros, ao ponto de Alexandre Herculano sustentar que se lhe devia enaltecer a sinceridade: «Louva-se em Azurara, e de louvar talvez é, a sinceridade bravia, com que lança em rosto aos heróis cujas façanhas descreve, os defeitos que tiveram, os erros e as culpas em que caíram» (1881: 180). Mas esta paixão pela verdade acarretou-lhe muitos dissabores e sofrimentos, e justificou, de certa maneira, o truncamento de páginas e capítulos inteiros da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* e alguns mistérios da sua própria vida, assunto que retomaremos nas considerações finais deste estudo.

Ana Oliveira (2000: 25) argumenta que não nos podemos esquecer serem as crónicas encomendadas pelos poderes públicos, construindo-se, por isso, à sua medida e satisfação. Claros instrumentos de formação e domínio da memória colectiva, quer ao serviço dos grandes senhores, eclesiásticos ou leigos, quer da realeza, tiveram a função de legitimar pela tradição os interesses e os poderes dos grupos dirigentes, narrando o passado para ordenar e modelar o presente daqueles ao serviço dos quais se colocavam os cronistas.

A Gomes Eanes de Zurara preocupava-o ainda o bom exemplo cavaleiresco aos vindouros, como se constata nos seguintes excertos: «Nom soomemte nos obriga a rrezão escrever as cousas cavalleyrosas e humanas, mas outras de que se segue allgũa proveitosa ou marauilhosa lembrança» (CCPM: Livro I, Capitulo LII, 393) e, «porque soomemte das cousas notavees nos he emcomendado dar rrezão. E, posto que nos allgũas escrevamos que poderão ã allgũa parte parecer menores do que a sostamçia da estoria rrequere, saibam aquelles que esta nossa obra llerẽ que se faz por mais nos parçer que podiã aproveitar pera dar emxemplo aos vindouros, que com vomtade d'acreçemtar soma de pallavras» (*Idem*: Livro II, Capitulo XXI, 634).

Assim, verificámos que, «Ideologically, Zurara's writings are a reflection of the chivalric spirit that pervaded the Court of Afonso V» (King, 1976: 40).

Indubitavelmente, Zurara foi um cronista do seu tempo que procurou interpretar, o melhor que pôde e soube, a alma cavaleiresca do seu rei. A obediência e sentido serviçal do cronista para com o seu benfeitor estão bem patentes nas suas próprias palavras:

Mas pera estas duas rezoões muyto alto princepe tenho eu outras duas scusas ñ sey quanto serem ualledoyras. A primeyra uosso mandado, que sooes em terra meu principal senhor ca se todos uossos naturaes som theudos e obrigados de o cõpryr e guardar eu muyto mais cujas migalhas me criaram, e os beneficios aleuantarom do poo em que nacy. A ssegunda o grande conhecymto que tenho de uossas eroycas uirtudes e grande saber, que nom soomête soportarees meus fallecimêtos mas ainda tomarees encarrego de me defender das seetas dos que nom sabem senom mal fallar, aos quaaes com rezõ se pode responder, o dicto de huñ antijgo pueta que diz, leixê o mal dizer, por que ñ conheçã os seus maaos feitos (CCDM: Cap. I, 4).

Ao louvar as virtudes do seu senhor, Zurara ia estreitando e reforçando os laços efectivos de dependência em relação ao monarca: «E, como quer que em vossos factos se podessem achar cousas assaz dignas de grande honra, de que bem poderees mandar fazer vellume, Vossa Senhoria, husando como verdadeiro magnânimo, a quis ante dar que receber; e tanto é vossa magnanidade mais grande quanto a cousa dada á mais nobre e mais excelente» (CG: Carta, 3-4), ao mesmo tempo que «lhe pedya que o liurasse das lĩogas mordazes e reprehores» (CCDM, Cap. I, 4).

A solidariedade entre o soberano e o cronista foi mútua, e o monarca revelou-se um homem grato e reconhecido, como se constata na carta autógrafa que lhe escreveu em 22 de Novembro de 1467, altura em que o cronista se encontrava no Norte de África, mais concretamente em Alcácer Ceguer, reunindo materiais para a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*.

O monarca associou no pensamento da sua carta autógrafa a *glória das armas* e a *glória das letras*, evidenciando as características e qualidades retóricas do cronista, ao mesmo tempo que evidenciou o carácter pragmático das suas crónicas.

Sanadas que estavam as sequelas da regência do infante D. Pedro, triunfou a política de unidade à volta do rei e do infante D. Henrique, que o representava em todos os assuntos relativos ao Ultramar. Zurara foi, sem dúvida, o fiel intérprete dessa política de unidade.

A evolução do ambiente moral em que os homens e as suas acções se começaram a integrar passaram a depender de circunstâncias bem menos perturbadoras, de acordo com o novo condicionalismo político e social que cada vez mais se afirmava e impunha à consciência de cada um. A acção do cronista foi assim colocada num patamar semelhante

aos que serviam a Deus e ao rei pelas armas, sendo merecedor na escala hierárquica das maiores honras, porque eram as *letras* que complementavam os próprios feitos das *armas*, conforme apurámos na pedagogia das suas próprias palavras:

E, porem concluidimdo este capitullo, emtemdamos que os grandes príncipes e outros boõs homeẽs deuem assy uirtuosamente obrar em seus feitos, per que os autores das estorias ajam rrezam descpreuer suas obras por sua notauell memoria e emsinamça dos outros, que depois delles quiserem comsseguir uirtude, e arredarsse dos uiçiosos costumes, (...). Porque aalem do boom nome que numca morre, ou o contrairo que numca sse perde, acreçemtam na bem auenturamça que perteeçe aa sua alma (CC: Capitullo Ciiij, 274).

A leitura das crónicas transformou-se em trombeta da fama e, quanto mais suave, mais harmonioso fosse o som, melhores possibilidades havia de prender a atenção dos leitores e gravar na memória dos homens o esforço português. Porém, o cronista reconhecia a insuficiência do seu engenho e arte, daí que invocasse o auxílio das musas, única tábua de salvação que o podia conduzir ao porto seguro:

E por quanto eu sento de mim tanta fraqueza pera continuar a seguinte obra digo com toda humildade e rreverença em aquesta guisa. Aquelle cuja graça per diuinal rresplendor enframou os corações dos seus santos apostolos da perfeita sabedoria com espiritual eloquência mande sobre mim alguã parte dos atomos daquela graça. que per minha rrudeza e fraco engenho possa falar da franqueza e marauilhosos feitos deste virtuoso e nunca vençido príncipe senhor Rey Dom Joham (*Idem*: Capitullo primeiro, 7).

No século XV, a instituição do cargo de cronista-mor do reino fazia de cada historiador oficial um funcionário público que podia e devia ser castigado se os seus textos desagradassem aos governantes. A narrativa do passado do reino, colocada ao serviço do poder, perdia assim autonomia, acentuando-se a preocupação ideológica e o preciosismo estilístico: «Torna-se então habitual denegrir algumas figuras para exaltar outras, valorizar determinados acontecimentos para silenciar e “apagar” outros, saindo assim a realidade inevitavelmente filtrada pelos objectivos político-ideológicos prosseguidos por crónicas oficiais destinadas a uma leitura pública» (Oliveira, 2000: 25).

O cronista foi muitas vezes, demasiadas até, injustamente tratado, e incompreendido o seu esforço e dedicação. Sempre preocupado com os olhares invejosos, quanta ingratidão e trabalho, o qual, apesar de árduo e difícil, não requeria então direitos de autor. Era um

trabalho feito a bem da Nação, ou seja do Povo português, e que, portanto, à Nação pertencia – à Nação que o Rei simbolizava e servia (cfr. Soares, 1977: 76).

Sobre a difícil situação do cronista, Benoit Lacroix, metaforicamente, comparou-o a um marinheiro, ameaçado por um naufrágio em pleno mar: «Se ele procurasse a verdade dos factos, encontrava a raiva de muitas pessoas; se queria o apaziguamento e a protecção, tinha que dissimular uma série de acontecimentos, o que também não o fazia sentir-se bem. Daí o medo constante do “naufrágio”» (1971: 138-139).

A formação intelectual de Zurara foi alcançada nos códigos da geração de Avis. O seu universo cultural e ideológico prendeu-se, sobretudo, ao *Livro da Virtuosa Benfeitoria* de D. Pedro que funcionou como constante referente em todas as suas obras. Mas o cronista soube aproveitar bem os conhecimentos colhidos, tornando-se, de certa forma, um homem importante, conhecedor e respeitado.

Nas palavras de Luís Filipe Barreto deduzimos, de forma simples e objectiva, o reconhecimento cultural e intelectual consagrado ao cronista Gomes Eanes de Zurara:

O classicismo parcialmente visível em Zurara deve ser entendido nos limites da sua condição intelectual e do horizonte da Cultura Portuguesa de Quatrocentos. Trata-se de um eruditismo medieval em segunda mão feito de fragmentos bebidos aqui e ali que não podem ser identificados com uma Cultura Clássica e Humanista própria ao eruditismo renascentista. Estes limites não anulam, contudo, a presença dum certo traço classicista nem a compreensão da função historiográfica frente aos acontecimentos “negativos” em moldes semelhantes aos de Tito Lívio (1983: 73-74).

Na verdade, revemo-nos nas palavras de Luís Filipe Barreto, não deixando de realçar, em abono da verdade, o enorme valor que a obra zurariana representa para a cultura portuguesa, peninsular e europeia do século XV.

Ao falarmos do valor literário e intelectual de Zurara é incontornável ter de compará-lo, novamente, com Fernão Lopes. É claro que há muitas diferenças entre os dois primeiros cronistas da dinastia de Avis: à crónica de um povo, na pena de Fernão Lopes, substituiu Zurara a crónica dos heróis, isto é, o panegírico de altas personagens da nobreza, a tal ponto que os Descobrimentos, obra de toda uma nação, aparecem nas suas páginas como obra de um só homem, o infante D. Henrique, protector de Zurara.

Atentemos na opinião de Alexandre Herculano:

Posto, porém, que Azurara esteja em gráu inferior a Fernão Lopes, não deixou de fazer com seus escriptos bom serviço á litteratura patria. João de Barros o tinha em subida conta, e até ao estylo delle

se comprazia. Não assim Damião de Goes, que foi o primeiro em notar-lhe as affectações rhetoricas. Infelizmente para Azurara, Goes era melhor juiz; e a posteridade, confirmando a sentença do perspicaz chronista de D. Manuel, regeitou o parecer do historiador da Índia (1839: 251).

Situado no dealbar do mundo moderno, Zurara afastou-se do processo historiográfico dos cronistas medievais e, seduzido pela leitura de Tito Lívio¹⁴³ e de Valério Máximo¹⁴⁴, evitou descer a minudências escusadas que sobrecarregariam o texto: «Muytas cousas se passarõ em este cerco, as quaaes algũs screuerom em seus scriptos, que a nos nõ parecerõ dignas de seerẽ scriptas» (CCDM: Capitulo .LRvj., 122). Mas este abandono das “cousas menores” por parte de Zurara foi intencional: «nõ he sem rezõ que as menores ficassẽ por que o fastyo que o leer daquellas podya fazer nõ fosse aazo de perder o entẽto das principaaes» (*Idem*).

Efectivamente, o cronista esqueceu os sucessos de menor projecção que considerava miúdos, facto já reconhecido em relação à *Crónica de Guiné* por João de Barros: «Conta mais outras cousas que acharam nelle, de que assima dissemos, terem os nossos mais terras descobertas naquelle tempo do que achamos na escritura de Gomezeanes de Zurara» (*Ásia*, Déc. I: Livro II, cap. II).

Zurara desejava narrar os feitos dos nomes mais sonantes da nobreza, mas apenas os de mais qualidade e valor: «E sse nos ouuessemos descreuer os nomes daquelles que se a este cerco uyerõ pera seruyr Deos e seu Rey, certamente faryamos grande processo porem registaremos aquy alguũs daquelles principaaes em que a nosso parecer auya mais nobreza e uallor» (CCDM: Capitulo .LRvj., 122).

Com esta atitude, o cronista procurava fugir à monotonia e aos feitos menores, sem relevância e muitas vezes repetitivos, evitando narrar sucessos semelhantes: «E por ora nom queremos fazer mayor detijmento, porque achamos que ssom cousas de baixo uallor, cujo rrecomtamento traz pequeno fruto» (CC: Capitullo LRiiij, 251). Tal desiderato, a brevidade, exigia muitas vezes cortes na exposição: «Se quisessemos alargar a estorya muytas cousas teeryamos pera dizer mas como disse huũ pueta que os modernos nom quiseram senõ breuydades, porẽ nom curamos descreuer em este liuro senom aquello que sentyrmos que nom podemos scusar» (CCDM: Capitulo .Rviiij., 66).

¹⁴³ Tito Lívio (59 a. C. - 17 d. C.). A sua obra *Ab Urbe Condita (Desde a Fundação da Cidade)* é um trabalho monumental, escrito em 142 livros (de que apenas resta a quarta parte), onde se canta a grandeza romana. Trata-se de uma história puramente nacional, fundada em documentação livresca pacientemente reunida mas sem grande preocupação crítica.

¹⁴⁴ A quem Zurara designou de «abreviador de Tito Livio» (CCPM: Livro II, Capitulo IIIº, 534).

Preocupava-o a particularização dos feitos virtuosos, os que podiam servir de paradigma aos vindouros: «Hũa cousa me fica por dizer que me nõ parece que he rezõ que aia de ficar sem nêbrãça, pois nossa principal êtêçõ he fazer presente a memorea dos boos aaquelles que hã de uïjr» (*Idem*: Cap. CVII, 132).

Zurara procurava no normal desenrolar temporal dos feitos a sua linha de narração dos factos e o fio condutor de orientação dos acontecimentos, apresentando os eventos segundo a sua correcta ordem temporal de sucessão:

E por que a nos perteece leuar nossa estorea ordenada como cõuẽ, tecêdo as cousas segundo os começos que ouuerõ (...) os quaaes leixemos estar corregendo, e nos uaamos buscar outros feitos que recõtemos êtanto ataa que uêha tempo e lugar em que aiamos de dizer o que paryo este mouymêto por que assy como os meestre da pedrarya sobre hũa pequena basa fundã hũa grande e alta colluna (*Ibidem*: Capitulo .Cxxvij., 150-151).

Ao cronista inquietava-o o fio lógico da sua narrativa, como se constata na *Crónica de Ceuta*: «Ja me parece que tenho tempo de leixar estas cousas, e fallar nas outras que ssom mais chegadas ao auimento da frota» (CC: Capitullo xxxv, 109). Mas para não confundir a sequência e ordem dos factos que pretendia narrar, insistia na apresentação temporal, «Assy iremos per nossa estoria pouco e pouco, ate que ajuntemos aquelle grande poderio dos mouros sobre a nossa çidade» (CCPM: Livro I, Capitulo XXXVIII, 329), e ainda nesta outra asserção da *Crónica da Tomada de Ceuta*, «Em este presente capitullo nos he neçessario que tornemos atras por trazermos nosso proçesso em sua direita ordenança» (CC: Capitullo viij, 55).

A analogia do trabalho do pedreiro e da construção da própria história era muito comum em Zurara: «Exemplo desto he a pedra que por sua graueza e peso descende ao lugar que lhe pertence e depois que o percalça nom se moue mais» (*Idem*: Capitullo primeiro, 3), e, «Ca muitas vezes se açerta que jazem as primeiras pedras ao pee da obra esperando por seu propio lugar e as derradeiras sam postas no fundamento do liçeçe quando o mestre da geometria laura em seu officio» (*Ibidem*: Capitullo viij, 24), analogia que servia para defender o encadeamento lógico dos factos, os quais deviam ser indicados por ordem cronológica no intuito de se evitarem erros e omissões nos acontecimentos.

Verificámos, assim, que o intuito historiográfico de Zurara reclamava como estatuto de certeza a verdade. Mas que espécie de verdade?, questiona Luís Filipe Barreto: «Trata-se, sem dúvida, do entendimento da escrita enquanto exacta representação e repetição do

real. O conhecimento histórico é semelhança e imitação das próprias coisas em si mesmas, na sua individualidade e visibilidade qualitativa» (1983: 75).

O problema da verdade é um dos pressupostos da construção histórica, porque seja qual for o conceito que se tenha desta ciência ou a finalidade que se lhe atribui, sem veracidade e objectividade não pode haver relato histórico, cai-se no campo da ficção, da pura fábula.

O historiador tem por missão narrar factos reais. Mas, ao lermos as crónicas zurarianas, temos a sensação, nalgumas partes, de que a realidade dos acontecimentos está empolada, deturpada até, fazendo-nos sentir que muitos dos sucessos cristãos eram forjados. A este surto de ufania não escapou a desproporção entre os combatentes e o número de mortos sempre muito superior nos mouros: «E tãtos eram os mortos que peiauom os caminhos aos cauallos dos christãaos» (CCDM: Capitulo .Vº., 12), e, «No outro dya ueo o alfaqueque aa cidade e disse como dos mouros forã mortos .ij^olxxxij, e .xxv. forã catiuos. E dos christãaos foy huñ fallecydo que se chamaua Joham Garcya e per alcunha bully bully» (*Idem*: Cap. xiii^oj., 33).¹⁴⁵

Por sua vez, Edgar Prestage sustenta exactamente o contrário, ao considerar o cronista uma autoridade nos assuntos que tratava e credíveis os seus escritos devido à natureza contemporânea dos mesmos e a sua aderência estrita à verdade. Com efeito, não se pode, pois, acusar Zurara de distorcer a verdade por reflectir opiniões, empolar eventos e factos de testemunhos vivos que auscultou. Temos é de compreender o ambiente ideológico e cultural que se vivia da Corte de Afonso V, e de entender que ao procurar relatar a verdade como ela era, naturalmente, coloriu-a com a única linha política que dele se podia esperar.

Zurara sentia o perigo de taxarem a sua narrativa de inverosímil e, para salvar a sinceridade dos seus textos, justificava-se inúmeras vezes, especialmente nas partes em que os incrédulos tinham mais relutância em acreditar, até porque ele próprio se espantava da enormidade dos sucessos.

O recurso à variedade de testemunhas servia a Zurara como justificação da veracidade dos factos narrados: «Quanto mais que eu achey os feitos pella mayor parte tam maravilhosos, que, se soomente os ouvera de escrever per emformaçõ dallgũs que ho soberão per ouvida doutros, eu duvidara çertamente de os escrever, nẽ os escrevera se na boca de dous ou de tres achara o conhecimento dessas cousas, porque emtemdera que o deziã por emgramdeçer seu nome e fama» (CCPM: Livro I, Capitulo 2º, 178).

¹⁴⁵ Estes empolamentos contribuíram para muitas das críticas feitas por Damião de Góis ao cronista Zurara.

Ao referir-se ao *Amadis de Gaula* de Vasco Lobeira, numa passagem autocrítica da *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, na qual o cronista pretendia que se não confundisse a sua atitude de historiador, atento ao que era importante e sem esquecer o ensinamento moral, com a do escritor imaginativo, de olhos fitos na *deleitação* do leitor, Zurara invocava a veracidade da sua narrativa:

Estas cousas, diz o Commendador, que primeiramente esta Istoria ajuntou, e escrepveo, vaõ assy escriptas pela mais chaã maneira, que elle pôde, ainda que muitas leixou, de que se outros feitos menores, que aquestes poderam fornecer: jaa seja, que muitos Autores cobiçosos d' allargar suas obras, forneciam seus Livros recontando tempos, que os Principes passavam em convites, e assy de festas, e jogos, e tempos allegres, de que se nom seguia outra cousa, se nom a deleitação delles mesmos, assy como son os primeiros feitos de Ingraterra, que se chamava Gram Bretanha, e assy o Livro d' Amadis, como quer que soamente este fosse feito a prazer de hum homem, que se chamava Vasco Lobeira em tempo d' ElRey Dom Fernando, sendo toda-las cousas do dito Livro fingidas do Autor: porém eu rogo a todo-los que esta Istoria lerem, que me nom ajam por proluxo em meu escrepver, tendo, que o fundamento foi tomado a boa fim (*Idem*: Livro I, Capitulo LXIII, 454).

Na asserção citada, o cronista dá-nos a conhecer a distância que medeia entre o romance de cavalaria, pura ficção, fruto fantasista de novelista, e a obra historiográfica norteada no sentido da fidelidade e veracidade. Portanto, a História era a narração de factos verídicos enquanto as novelas de cavalaria, porque *fingidas*, constituíam recreação não só para quem as escrevia por pura *deleitação*, como também para os leitores. Assim, só os feitos relevantes, os sucessos com repercussão e exemplos morais para futuros cometimentos, eram os que interessavam à sua pena e à sua narrativa; o supérfluo – festas, convites, tempos alegres – não passavam de fantasias que não cabiam na sua escrita.

Como se constata, Zurara justificava-se somente haver narrado o que lhe parecia essencial e importante, deixando no silêncio o reconto de diversões, banquetes e festas, quer o reconto fosse exacto, mas com o qual só aproveitava a *deleitação* dos Príncipes e Grandes, quer fosse imaginado e escrito unicamente *a prazer de um homem* que sobre a brancura do papel deixasse correr a pena para deleite da própria fantasia.

Ao longo da sua narrativa, por vezes ofuscada por um orgulho nacional mal disfarçado, a serenidade era interrompida amiudadas vezes com um entusiasmo vibrante de exclamações que enalteciam o brilho, o fulgor e esforço português, nas suas façanhas virtuosas e cristãs contra os mouros. O cronista exaltava o esforço português e os seus heróis, comparando-os com os da antiguidade:

E nõ seja allgũ que pemse que eu, per allgũa afeição ou nõ devido escrever, mostro sempre menos dapno na gemte de minha ley que na comtraria, caa, leixamdo a a juda de Deus, que sempre he pellos que dereitamente pellejam per sua samta ffee, se elles dereitamente se querem aver ã seu serviço, mas aynda per rrezão devem de crer que gemte sã armas nunca pode per yguall fazer pelleja com gẽte armada e husada de sofrer o peso e trabalho das armas (*Ibidem*: Livro I, Cap. LXXV, 502).

Como temos vindo a notar, a integridade objectiva dos feitos narrados era uma preocupação constante na pena do cronista, tal como constata Vergé-Franceschi: «Zurara foi verdadeiramente um autor íntegro porque, ainda que hagiógrafo oficial¹⁴⁶, nunca escondeu as outras motivações dos navegadores portugueses, englobadas num termo genérico: o lucro. Arauto da Descoberta e da exploração, Zurara – humanista cristão – recusou-se a glorificar o inexplicável: a escravatura» (2000: 179).

Apesar de o cronista ir justificando a veracidade dos acontecimentos e factos que ia narrando, o que só provava que ele próprio tinha consciência do perigo em que incorria exaltando alguns dos feitos, especialmente de certas personagens, não conseguiu evitar que se duvidasse da sua sinceridade, e não admira que entre os seus detractores alguns fizessem ressaltar o inverosímil de constantes passagens hiperbolizadas das suas obras, taxando-as de fantasistas. De facto, só se compreende realmente a verdade do cronista e das suas obras quando estas são inseridas, enquadradas e interpretadas no seu cenário conjuntural tardo-medieval, no seu contexto temporal, ideológico e mental próprio.

Sem se conhecer a realidade existencial do cronista, não se pode ascender ao seu conhecimento nem à sua verdade histórica, uma vez que a verdade de Zurara, como qualquer verdade do reino do acontecimento e do conhecimento, existe sob a forma de activo comprometimento ao mesmo tempo assumido e escondido com as formas concretas do poder. A sua verdade historiográfica apenas é compreensível à luz dos parâmetros estético-ideológicos e sociológicos dominantes na sua epocalidade (cfr. Barreto, 1983: 70).

A verdade historiográfica de Zurara tem de ser compreendida no corpo destes dois elementos chave: o estético e o ideológico. Assim, qualquer juízo sobre o cronista tem de ser inserido no seu enquadramento temporal e no seu contexto histórico, sob pena de deturpação da realidade e da verdade histórica.

Não subsiste qualquer dúvida de que toda a concepção zurariana de historiografia se alicerça num conjunto de postulados que se enquadram na tradição dos *topoi* usuais, mas agora ao serviço de uma nova ideia. A historiografia é o veículo privilegiado da difusão da gesta cavaleiresca protagonizada pelas principais figuras históricas da inauguração

¹⁴⁶ Zurara não foi um hagiógrafo oficial mas sim um cronista oficial, biógrafo, antropólogo e historiador.

ultramarina. O *ideal de cavalaria* constitui-se como núcleo sémico do discurso ideológico do cronista, cifrando-se o seu *modus* narrativo numa quase celebração panegírica dos actos cavaleirescos dos diversos protagonistas, sobretudo através da construção de figuras-arquétipo, como é o caso de D. João I e dos infantes, em particular D. Henrique, por oposição ao *outro civilizacional*, que coincide com o mouro, imagem do infiel e cuja erradicação solicita a justa santa do cavaleiro português (cfr. Figueiredo, 1996: 38).

Assim, o cronista é, antes de mais, o memorialista, mas as potencialidades da sua mensagem não se reduzem a tal função e torna-se em seguida o moralista. Memorialista e moralista são os pólos chave do discurso historiográfico sobre a Guiné

Mais escritor que historiador, em Zurara encontramos, sem dúvida, uma notável aptidão descritiva, domínio da retórica em que a *inventio* intervém de modo magistralmente expressivo. A lógica do texto apresenta-se claramente organizada, com a apresentação do momento do dia (localização temporal): «a noite foi trazendo o fim de escuridade e o sol começou de ferir no oriental orizam» (CC: Capitullo Lxxxviiij, 236).

Em rigor, não foi o enlevo da beleza literária de Ovídio (43 a. C. -17 d. C.)¹⁴⁷ ou de Lucano (39 d. C. - 65 d. C.) que cativou Zurara, mas o sentido moral dos versos de um e de outro e, em especial, a feição declamatória da *Farsália*¹⁴⁸ que, aliás, é citada numa nota da *Crónica de Guiné* (p. 50) a propósito das nove musas do Parnaso, a título de fonte histórica, no que o autor da nota, pertença ou não a Zurara, se mostra fiel à tradição medieval que vê na poesia a expressão informativa e verosímil de acontecimentos.

Assim se compreende que não tenha invocado nenhum dos maiores nomes da poesia latina e somente haja detido a atenção com algum vagar sobre páginas de franca intenção moralizante. Estão neste caso Cícero, Séneca¹⁴⁹ e Vegécio¹⁵⁰, os três autores latinos mais prezados na corte joanina e muito especialmente pelo infante D. Pedro.

No contexto da historiografia peninsular e portuguesa, a obra zurariana envolve-se no empenho e na criação de uma nova tradição historiográfica que remete para a apropriação de marcas de exotismo de algum modo vinculado a uma antropologia nascente, a que os historiadores quinhentistas, nomeadamente Barros, darão ênfase (cfr. Buescu, 1990: 162).

¹⁴⁷ A poesia de Publius **Ovidius** Naso inclui poemas sobre o amor (*Ars Amatoria*), sobre os mitos (*Metamorfoses*) e sobre seu sofrimento no exílio (*Tristia*).

¹⁴⁸ Poema épico onde Marco Anneo **Lucano**, sobrinho de Séneca, narra as guerras civis de César e Pompeu.

¹⁴⁹ Lucius Annaeus **Séneca** (4 a. C. - 65 d. C.). Mais conhecido como Séneca, *o moço*, ou ainda, *o filósofo*. Escreveu entre outras obras *De Beneficiis*.

¹⁵⁰ «como diz naquelle lyvro que compos Vegeçio D'Arte Melitar» (CCPM: Livro I, Capitolo IIIº, 194); e ainda, «ca diz Vegecio no Llyvro da Arte da Cavalaria» (*Idem*: Capitolo XXIX, 292).

A origem da função historiográfica nasceu, no discurso de Zurara, da necessidade de preservar a memória social que se afundava nos mecanismos do esquecimento. Assim, a crónica «afirma-se como discurso da presença da ausência que traz aos nossos olhos as imagens acontecidas que impedem a morte espiritual dos fisicamente mortos através do *conhecimento das coisas passadas*» (Barreto, 1983: 71).

No íntimo, Zurara considerava a *história* como biografia, isto é, modelo e norma para a vida. Daí a feição didáctico-pedagógica, ou, mais exactamente, magistral, que a narração histórica e as digressões assumiam na sua pena, sempre cuidada de que a notícia ou o relato servissem a um tempo de informação, de parecer e de exemplo.

A sua atitude, as suas ideias, os seus processos historiográficos não são compagináveis aos Barros, de Góis¹⁵¹ e de Osório, representantes, cada um a seu modo, da historiografia humanista. Não obstante, Zurara pode gloriar-se das suas páginas já não narrarem minudências e ingenuidades por haver seguido “a teençom dos modernos”, para empregar uma expressão da *Crónica de Ceuta* (cfr. Carvalho, 1948: 124).

Para o cronista, o historiador, depois de recolher os documentos, testemunhos ou outros indícios, tinha de averiguar a sua autenticidade, ou determinar a fidelidade dos relatos, para testar a sua fiabilidade. Mas, avesso à pesquisa documental nas chancelarias, ou talvez por este indagar de fontes não se coadunar com a noção que ele tinha da *história*, o que era visto era narrado, o recurso ao testemunho oral podia levá-lo a cometer erros; ora, o cronista tinha consciência dos perigos que o rodeavam a si e às suas narrativas, e talvez a falta de cuidada análise dos testemunhos lhe fosse fatal, no sentido de fortalecer as vozes dos seus críticos.

Zurara sabia que a sua narrativa podia sempre ser alterada, emendada ou acrescentada, o que só prova a sua honestidade e isenção, pois reconhecia a sua própria debilidade e insegurança narrativas, isto é, que podia faltar sempre mais qualquer coisa por dizer, contar ou narrar, da qual não tivesse conhecimento: «E porque nos escrevemos esta estoria primeiro duas vezes que fosse trazida a seu proprio lugar, emmendando sempre no que conheçiamos errado, como se costuma de fazer nas cousas em que muitos ham-de jullgar, posto que os em allgũas partes ouçais desviamdo allgũa cousa do que aquy achardes escrito, emtemdee que se faz po se apurar mais a verdade» (CCPM: Livro I, Capitullo terceiro, 186).

¹⁵¹ Para além de grande humanista, Damião de Góis foi também um precursor do ecumenismo que agora é tão falado. Vide, TORRES, Amadeu (1982). *Noese e crise na epistolografia latina goisiana*. Edições Gulbenkian: Centro Cultural de Português em Paris.

Foi sobretudo no século XV, no Portugal de Quatrocentos, que o ideal de cavalaria se enraizou e se tornou fonte de aproveitamento pela historiografia, dando azo a que Zurara transformasse os seus heróis de carne e osso numa galeria de personagens que deram corpo a uma cavalaria ideal, imbuída de valores ordenados pela suprema busca da *honra* ao serviço de Deus, qual demanda do Graal redentor, como se vê no trabalho de Barradas de Carvalho, citado por Larry King: «In a more recent study, Barradas de Carvalho, with careful documentation from the text, the author shows faith to be the substratum that underlies the chivalric ideal and the economic reality of the times» (1976: 36).

Verificámos, assim, como acima referimos, que a tópica cavaleiresca era o cerne de todas as movimentações a que assistimos nas crónicas zurarianas, num tom muitas vezes hiperbolizado e exacerbadamente retórico que as confirmava como (re)criações literárias. Mas que nem por isso deixava de propiciar a assunção da honra como valor primeiro de uma sociedade progressivamente centrada no monarca. Esta mensagem cavaleiresca, de que o cronista era porta-voz, foi traduzida numa polifonia de actos e de discurso, em harmonia com a vontade do poder e com a mentalidade coeva.

Para o cronista, a história era, sobretudo, escrita, em que as digressões, comentários, prólogos e introduções, a tornavam diferente ou transcendente em relação aos puros eventos. Neste sentido, a dimensão metafórica e simbólica, os referentes culturais e a mimese literária dimensionam a história de Zurara como *res litteraria*, isto é, objecto literário (cfr. Buescu, 1990: 171-172).

2.5.1. Acerca da erudição de Zurara

O que é absolutamente certo é que as obras de Zurara revelam, dadas as suas frequentes e profundas citações, que o nosso autor estava senhor de uma grande erudição literária, muito rara nos escritores do seu tempo (Brasil, 1992: 13).

A erudição de Gomes Eanes de Zurara foi e é um dos temas mais discutidos e controversos que desde sempre tem acompanhado as opiniões relativas ao cronista.

Na realidade, é impossível ajustarem-se os pareceres críticos relativos ao valor literário da obra de Zurara, porque o cronista tem sido apreciado por uns e vilipendiado por muitos outros. Consideramos tão descabidos os desdêns sistemáticos de uns, como as exaltaçõeslouvaminheiras de outros. Por isso, neste ponto do nosso estudo, procuraremos indagar as várias opiniões, semelhantes ou díspares e controversas, tentando construir uma

ponte entre os mais severos e os mais autorizados críticos da obra zurariana, na expectativa que a mesma nos elucide sobre a efectiva formação cultural e intelectual do cronista.

Os argumentos dos mais ou menos críticos acerca dos dotes eruditos de Zurara giram à volta das muitas citações bibliográficas a que o cronista recorreu e empregou nas suas obras. Grande erudito para uns, um simples letrado para outros, Zurara era um homem instruído ligado à biblioteca real, depois aos arquivos. Todavia, um letrado recompensado, como bem notou Vergé-Franceschi (2000: 173) ao destacar o facto do cronista ter sido feito cavaleiro da casa de D. Afonso V em 1451 e comendador da Ordem de Cristo no ano seguinte.

Falando relativamente à *Crónica da Guiné*, e referindo-se ao cronista, Duarte Leite afirma num tom muito crítico que «a sua sabedoria livresca, muitas vezes de segunda mão, é de tomo limitado, e quási nula a sua sabedoria geográfica» (1941: VIII). No entanto, e no que concerne à *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, a narrativa zurariana mostra-se, sem dúvida, um exercício de objectividade com respeito a pormenores geográficos e factuais. Talvez a Duarte Leite tenha escapado a política de sigilo, a que já fizemos e ainda faremos referência, política obrigatória a que o cronista estava obrigado, sendo naquela época um desígnio nacional.

Afinal, onde está a verdade? Vejamos outros testemunhos e opiniões.

Dias Dinis, a propósito da erudição de Zurara, distingue três correntes de opinião:

A primeira aduzida pelo visconde de Santarém, na Introdução à Edição da *Crónica da Guiné* de 1841, seguida por outros autores, como Teófilo Braga, que atribui a Zurara vasta erudição, dizendo-se pessoa mui conhecedora dos autores gregos e latinos e perfeitamente imbuída da cultura da época. A segunda, aventada por Esteves Pereira em 1915, “Os conhecimentos literários de Gomes Eanes de Zurara não eram provavelmente profundos, mas mostram-se muito extensos” (Pereira, 1915: XVII) e, finalmente, a terceira, a corrente da crítica moderna, representada sobretudo pelos Doutores Joaquim de Carvalho, José de Bragança e Duarte Leite, a qual nega a vasta e profunda erudição que tem sido atribuída ao cronista e é, afinal, pelo menos em grande parte, de segunda ou terceira mão, extraída inclusivamente da *General Estoria* e da *Virtuosa Benfeitoria* (1949b: 38).

A veracidade acerca dos reais conhecimentos de Zurara, isto é, o seu verdadeiro valor intelectual e cultural, tem de ser contextualizada no tempo e espaço próprios da vida do cronista. Com efeito, o homem, tal como o cronista, ser constituinte de um universo extenso e polifacetado, viveu a sua vida seguindo condutas gizadas na e pela sociedade, guiando-se por um modelo do mundo formado por realidades, instituições, valores, categorias e ideais que existiam e das quais não podia desligar-se. Assim, só podemos

aquilatar o seu real valor cultural e intelectual se conhecermos e compreendermos a realidade da sua existência. É este o sentido que se depara nas palavras de Aaron Gourevitch:

Chaque civilisation, chaque système social se caractérise par sa manière propre de percevoir le monde; la société humaine est engagée dans un perpétuel mouvement, dans une transformation et un développement constants; chaque époque et chaque culture perçoit et comprend le monde à sa manière, et c'est à leur manière propre que les hommes des différentes époques et cultures organisent leurs impressions et leurs connaissances, qu'ils construisent leur propre vision du monde, conditionnée par l'histoire (1983: 8-20).

Foi o 2.º visconde de Santarém¹⁵², editor e comentador da publicação da *Crónica da Guiné*, levada a cabo em 1841, quem, depois de proceder ao levantamento dos livros e autores citados por Zurara, primeiro afirmou que a obra do cronista pode ser tida como exemplo do estado das ciências e da erudição entre nós no fim da Idade Média. Este asserto, repetido por Teófilo Braga, e mais tarde por Esteves Pereira, tomou foros de incondicional verdade, até que Joaquim de Carvalho, preocupado em inventariar a cultura portuguesa de quatrocentos, o reduziu às suas exactas e legítimas proporções.

O ensaio de Joaquim de Carvalho, sem ter a profundidade que o autor reconheceu faltar-lhe, foi, todavia, revelador, e se não chegou a resolver todos os problemas relativos à formação intelectual do cronista, foi suficiente para lhe atestar a procedência do aparato erudito, permitindo ajuizar o conteúdo do seu saber. Nesse sentido, pode adiantar-se que o abusivo caudal de citações em que o cronista se afundou, pouco disfarçou a tendência enciclopédica dos escritores medievais e que, em face da ilustração da época, Zurara se revelou um compilador modesto que nem sempre foi às fontes legítimas, contentando-se em glosar a abundante literatura sentenciosa do tempo, feita de repositórios de extractos de vários autores.

Os conhecimentos literários de Gomes Eanes de Zurara não foram, provavelmente, muito profundos, mas mostraram-se, indubitavelmente, muito extensos e diversificados, revelando-nos um homem que conheceu o mundo cultural clássico e medieval, a vida política, social e cultural da Baixa Idade Média europeia, espelhando claramente o clima e espírito histórico-cultural, mental e ideológico da época em que viveu.

¹⁵² De seu nome completo Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa, nasceu em Lisboa a 18 de Novembro de 1791 e faleceu em Paris a 17 de Janeiro de 1856. Foi reconhecido e estimado por D. Maria II, D. Fernando II, D. Pedro V e o futuro D. Luís I. D. Maria II nomeou-o guarda-mor da Torre do Tombo *in absentia*, cronista do reino e agraciou-o com a grã-cruz da Ordem de Cristo.

Dentre os autores gregos citou Homero, Hesíodo, Josepho, Platão, este último uma única vez, e ainda assim através de Cícero no *De Officiis*, mas parece indiscutível que não leu qualquer obra sua. Aristóteles, que muitas vezes designou somente pelo título de filósofo, foi muitas vezes plagiado em obras sabidamente apócrifas, como o *Segredo dos Segredos*, hoje atribuído à literatura árabe, ou de duvidosa autenticidade, como o *Oeconomica*.

Quanto a autores latinos, Zurara teve um elenco muito pobre: apesar de se vangloriar do conhecimento dos *liuros estoreaes*, limitou-se a recolher de Tito Lívio as reflexões moralistas com que emoldurou as suas narrativas. De Ovídio e Lucano interessou-lhe o sentido moral de seus versos, como de Séneca transcreveu os conceitos morais do *De Beneficiis*. De Cícero, que a cada passo invocava, só contemplou textualmente uma única obra, o *De Senectute*. De Plínio *sénior*, só conheceu o nome através da obra espanhola. Citou ainda César, Salústio, Valério Máximo, Plínio e Vegécio.

Dos antigos Doutores da Igreja citou S. João Crisóstomo, S. Gregório, S. Jerónimo e S^{to} Agostinho. Observa Wilton Cardoso, que da Patrística também exíguo e epidérmico foi o seu conhecimento: «Paupérrimas são as citações de S. Jerónimo, meramente incidental a de São João Crisóstomo, e sobre Santo Agostinho só se refere expressamente à *Cidade de Deus*. Igualmente escasso é o comércio do cronista com as letras teológicas e filosóficas da Idade Média. Plagiou longamente páginas inteiras do *Livro da virtuosa benfeitoria*, do infante D. Pedro, e da *General Estoria*, de Afonso X, *o sábio*» (1960: 525).

Dos Padres da Idade Média citou S. Bernardo, S. Tomás de Aquino e Alberto Magno. Da Bíblia utilizou o Pentateuco, Paralipomenos, Esdras e Macabeus; os livros de Salomão e dos profetas; os Evangelhos; as Epístolas canónicas; e o livro apócrifo de Hermas.

Dos escritores da Idade Média referiu os nomes de Paulo Orósio, Isidoro de Sevilha, Lucas de Tuy, Rodrigo de Toledo, Pedro d'Ailly (Petrus de Alliaco ou Petrus Lombardus), Egídio, Frei Gil de Roma e João Duns Scoto.

Dos escritores italianos citou Dante, Bocacio e Marco Pólo, e dos árabes nomeou o astrónomo Alfragan e Avicena, e muitas vezes revelou noções bastante extensas de cosmografia e cultivou a astrologia, que tanto crédito gozava no seu tempo e ainda depois.

O cronista citou ainda escritores israelitas, outros teólogos e filósofos escolásticos, historiadores medievais que escreveram em latim, escritores e livros espanhóis e franceses, escritores e livros portugueses, fontes documentais, monumentais e fontes diplomáticas.

Das citações feitas por Zurara, facilmente se deduz que era lido nas crónicas e histórias da Espanha e da França, e nos romances de cavalaria, tanto em voga no seu tempo

em todas as cortes da Europa. Todavia, há que salientar e ter bem presente que se muitas das críticas feitas ao cronista se referem ao facto de o mesmo ter alegadamente plagiado algumas obras, o mesmo deve ser entendido à luz da época em que viveu, como adiante explicaremos.

Zurara não foi, pois, um escritor isolado que, no recato do escritório, sentisse a presença silenciosa dos livros que manuseava. Longe disso. Viveu numa roda intelectual e áulica, da qual recebeu encargos e estímulos, para a qual escreveu e sem a qual a estrutura ideológica e a finalidade das suas crónicas se não tornavam compreensíveis. Trabalhou com livros do paço real, tendo lido e consultado as obras da corte dos príncipes de Avis.

Na verdade, o cronista redigiu, trasladou e sofreu o influxo das ideias morais e científicas que configuraram a compleição espiritual dos “altos infantes”, isto é, os príncipes de Avis.

É certo que a escrita zurariana e os conhecimentos que ela pode revelar foram muito condicionados, mas os escritos apenas não documentam sempre e necessariamente a cultura intelectual de determinado autor ou a vastidão e profundidade dos seus conhecimentos nos diversos sectores do saber humano, sobretudo, como no caso de Zurara, «quando tais obras não constituem fruto espontâneo da inteligência, mas satisfação obrigatória de mandado régio, feito em determinada direcção» (Dinis, 1949b: 39). No entanto, temos de salientar que o cronista sempre se preocupou em escrever a verdade: «em auer das cousas que assy ouesse descreuer a melhor enformaçõ que eu podesse por que melhor e mais uerdadeiramente podessem per mÿ seer scriptas» (CCDM: Capitulo segundo, 4), o que indicia claramente uma certa autoridade e liberdade na sua escrita e nas suas opiniões.

A erudição era uma das qualidades que os autores medievais não descuravam, e Zurara utilizava-a constantemente: «Como Sam Jeronymo diga que os fracos engenhos nom podẽ sofrer grandes matereas. E Tullyo que nom abasta fazer boa obra mas fazella bem. E quanto eu consijraua que o auto he mayor e mais nobre tanto me achaua menos desposto pera fazer naquella perfeiçõ» (CCDM: Cap. I, 3).

O sistema de ideias de Zurara baseava-se na ficção de que a cavalaria governava o mundo. De facto, o ideal de cavalaria inspirou múltiplos romances medievais, crónicas, composições poéticas, e até textos dramáticos, num período e num espaço relativamente vastos, a que o território português não ficou imune. Aliás, é sabido que, numa esfera mais limitada, «o pensamento de todos aqueles que viviam nos círculos da corte ou dos castelos estava impregnado do ideal da cavalaria» (Huizinga, 1924: 69).

Na análise da erudição de Gomes Eanes de Zurara temos ainda de ter presente que, por toda a primeira metade do século XV, se assistiu ao enfraquecimento das fronteiras entre realidade e imaginação, daí resultando um ambiente cavaleiresco que dominou a produção escrita do tempo. Nesse ambiente cavaleiresco, o público tinha uma dupla função: recolhia nos romances de cavalaria os exemplos morais que o animava, ao mesmo tempo que os seus próprios actos forneciam matéria para extensas páginas literárias. Ora, é essa (re)criação que surge com toda a pujança na escrita cavaleiresca de Zurara, convergindo na sua historiografia não só a realidade¹⁵³, mas também o produto do exercício da imaginação inerente à mentalidade da época, no seio de uma corte elitista, profundamente motivada pelo ideal de cavalaria.¹⁵⁴

Naquela época pediam-se acima de tudo narrativas ou ficções para a reflexão moral. Assim, no século XV, o infante D. Pedro, na *Virtuosa Bemfeitoria*, e Gomes Eanes de Zurara, nas suas *Crónicas*, compraziam-se na exibição de referências a personagens, livros, factos e ideias da literatura latina, sobretudo, colhidas, por vezes, nos originais. No entanto, a atitude moralizante que eles adoptavam, dissolvia, quando não deturpava, o ideal, o ritmo de pensamento e a sensibilidade dos antigos.

As citações de Zurara referem-se, assim, quase sempre, aos autores da antiguidade clássica, conhecidos nos meandros da corte medieval portuguesa, apesar desta desconhecer «o sentido racional e universalista do classicismo» (Carvalho, 1949: 1).

Os autores medievais conheciam, na sua maioria, a língua necessária para interpretar as Escrituras, o latim e, mais tarde, o grego e hebraico, uma vez que o pensamento medieval estava na generalidade repleto das concepções de fé cristã, pelo que os cronistas medievais, colhiam nos autores latinos e gregos, citações que aplicavam para impressionar, fundamentar e ilustrar a sua própria argumentação.

A avaliar pelas citações que ocorrem nas suas crónicas, Tito Lívio e Valério Máximo¹⁵⁵ foram os historiadores do período clássico preferidos de Zurara:

Na primeira fase da sua vida de cronista, ou seja a época da redacção das *Crónicas de Ceuta e de Guiné*, tudo concorre para estabelecer a opinião de que Valério foi o espelho preferido, como Tito Lívio o foi na segunda fase, representada pelas *Crónicas dos condes D. Pedro e D. Duarte*, nas quais é sensível o gosto da concisão e da precisão, ou por outras palavras talvez mais adequadas, o cansaço da

¹⁵³ Vide, MATTOSO, José (1987b: 356). *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*. Lisboa: Editorial Estampa. Imprensa Universitária.

¹⁵⁴ Vide, SARAIVA, António José (1950). “A Cultura senhorial”. In *História da Cultura em Portugal*, vol. I. Lisboa: Jornal do Fôro, pp. 543-597.

¹⁵⁵ Autor romano do tempo de Tibério. A sua obra capital foi *De dictis factisque memorabilibus* (*Feitos e ditos memoráveis*) dedicada ao imperador Tibério, composta por nove livros.

retórica. A concepção da história assim como o próprio *processus* narrativo das Crónicas filiam-se em grande parte nos *Dictorum et factorum memorabilium libri IX*, designadamente a prática reiterada de fazer anteceder de considerações gerais a narração de cada capítulo e a frequência com que recorre à lição dos exemplos e entremeia o relato dos acontecimentos de reflexões morais em estilo declamatório (Carvalho: 1948: 40-41).

Zurara começava as suas obras com sonoras declarações sobre os seus propósitos de glorificar a bravura e as virtudes da cavalaria, de historiar os nobres empreendimentos, conquistas, feitos heróicos e guerreiros: «E historia que trata dos grandes e asinados feytos do exçelente e enuençiucl capitaõ muyto illustre conde dom Duarte de Meneses conde de Uiana, capitaõ e governador de Alcacere em Africa, alferez moor do inuictissimo Rey dom Afonso de Portugal de perpetua memorya» (CCDM: CRONICA, 1).

O pensamento medieval não permitia formar ideais de nobreza independentes da religião. Daí que a piedade, a honra e a virtude tivessem de ser a essência da vida do cavaleiro: “Honneur semont toute noble nature, D’aimer tout ce qui noble est en son estre. Noblesse aussi y adjoint sa droiture”¹⁵⁶. Assim, a mentalidade zurariana era moldada pelas guerras que decorriam ao longo do século XV, no Norte de África, entre cristãos e mouros, as quais tendiam a ser um processo crónico de assaltos isolados e de incursões constantes, tornando a concepção da cavalaria como forma sublime da vida secular que podia ser definida como um ideal estético revestindo o aspecto de ideal ético.

Após escrever a sua primeira crónica e o seu conteúdo ser divulgado, Zurara sentia que a cobiça e a inveja alimentavam as mentes dos seus inimigos, obrigando-se assim a estar em permanente vigilância para não ser surpreendido: «E como diz Sã Bernardo, se homẽ cuyda que seu jmijgo nõ cuyda o que elle cuyda a perigoo se despõoe. Bẽ podera seer que uos cuidarees hũa cousa cõtra uossos cõtrayros e elles cuydarõ essa meesma cõtra uos» (CCDM: Capitulo .Lxxxj., 115). Daí que a procura da justiça e da verdade tornassem o cronista mais subtil e diplomata, não descurando nunca de enaltecer as virtudes e actos de bravura dos nobres e honrados cavaleiros, para os seus feitos virem a ser reconhecidos e recompensados: «aalem do que nos escrevemos, outros escrevyriam cada hũ o que visse e, que a sua temçõ fosse escrever verdade, nõ ha poderiam tam compridamente saber como nos, que este cuydado por espiçiall carrego temos, ou perventura sã taes que terem allgũa parte no que escreverẽ, per sy ou per outrem que lhe pertemça» (CCPM: Livro I, Capitulo terceiro, 186).

¹⁵⁶ A honra impelia toda a nobre natureza a amar tudo o que era nobre em seu íntimo. A nobreza também lhe acrescentava a sua rectidão.

Esta atitude do cronista grangeou-lhe, como já referimos, amigos e inimigos, porque nem sempre conseguia referir ou apontar os feitos e virtudes de todos. Tendo consciência desses factos e revelando um profundo carácter e sentido de justiça, humildemente pedia desculpa e perdão a todos aqueles que, sem intenção, poderia prejudicar¹⁵⁷: «Outra uez peço perdom a toda a outra nobre gẽte por nõ screuer aquy por extẽso a bõdade de cada huõ por que certamẽte tomando a mayor parte pollo todo, todos o fezerõ tã auõtajadamẽte que se eu ouuera de cõtar a bõdade de cada huõ segũdo seu proprio merecimẽto requerya, pouco menos me cõuyera senõ de fazer de cada huõ special capitullo» (CCDM: Capitulo .Lxxx., 114).

Considerados os dotes eruditos do cronista, concluimos que Zurara não foi um excepcional humanista mas instituiu-se, certamente, como um representante da mudança da atmosfera medieval portuguesa. Com efeito, enlaçam-se no pensamento historiográfico de Zurara os vincos da medievalidade aos sinais de quem pressente diversa maneira de discorrer. Foi medieval na concepção providencialista do acontecer, no relato do acontecido, no qual por vezes se descobrem o arquivista a fazer sombra ao cronista e o sacro a misturar-se ao profano, na técnica das abonações literárias e dos excursos científicos: «perque possa escrever esta obra a seu samto louvor, e homrra e bõ nome dos seus fies católicos, que pello seu amor e ãxallçamentto da sua samta ffee, tam fiellmente satesfazemdo a vosso samto propositto como são theudo e obrigado» (CCPM: Livro I, Capitulo 2º, 181). Mas o cronista foi já moderno na admiração pelos rasgos e feitos de individualidades excepcionalmente dotadas, assim como no apreço pelos depoimentos pessoais, os quais constituíram grande parte do material com que construiu as Crónicas, no ideal pré-humanista do orador, isto é, do homem de sentimentos nobres e de frases eloquentes, onde confluem gracilmente a retórica, ou arte de bem falar, e a dialéctica, ou arte de bem pensar: «E por certo que em este livro tyve eu muito comtrayro cuidado do que allgũs outros estoriaes ã suas obras teverão, espiçiallmemte os gregos, os quaes supriam com fermosas pallavras o que na gramdeza dos feitos mimgoava, e a mÿ foy neçessario fornecer a mimgoa das pallavras com gramdeza dos feitos» (*Idem*: 179).

A comparação com os *estoriaes* gregos tornavam mais sublimes os feitos dos portugueses, vislumbrando-se nestas palavras o sentido pré-renascentista explorado pelos autores humanistas do século XVI.

Não obstante todos estes predicados, Zurara continua a ser uma figura polémica na historiografia portuguesa. Mas, apesar de muito criticado o autor e contestado o valor

¹⁵⁷ Isto era uma prática habitual, a “humilitas”.

informativo das suas obras, são muitos os críticos que reconhecem valor e brilho ao cronista e às suas obras. Com efeito, é inegável a importância das mesmas para a história da primeira fase da nossa expansão marítima, importância essa testemunhada até pela própria discussão travada à volta do cronista e dos seus escritos (cfr. Albuquerque, 1994: 1096-1097).

Cronista da coroa, era natural, pois, que dos seus textos transparecesse a posição oficial sobre o acontecimento expansionista que vigorava no reinado de o *Africano* – as grandes maravilhas e os galantes feitos de armas. É também de alguma forma verdade que no pós-Alfarrobeira houve uma certa recuperação de alguns valores nobres, atenuados embora pelas novidades que a aventura dos descobrimentos trouxe.

O mérito de Zurara tem a marca da sua individualidade e encontra-se no caminho que Aljubarrota abre à renovação do País, e de que são marcos intelectuais as Crónicas de Fernão Lopes e os escritos de D. João I, de D. Duarte, do infante D. Pedro, de Vasco Fernandes de Lucena (cfr. Carvalho, 1948: 127). Para este autor, a narração de Zurara está já distante da impessoalidade dos recontos medievais:

Percorre-a a visão épica de quem apercebera a vibração colectiva e a prefiguração da influência histórica dos grandes acontecimentos de que teve a dita de ser contemporâneo; anima-o o orgulho de Portugal, em cujo louvor deixou correr a pena na *Crónica de Cepta* (cap. VI), um pouco no ritmo do *De Laude Spaniae* de Santo Isidoro de Sevilha, mas com o calor de quem sente estuar no sangue o instinto irredutível da terra natal; e exalta-o o enlevo, de algum modo lírico, que brotava da gesta dos primeiros heróis do Além-Mar, a ponto de esquecer a objectividade do relato e de nele intervir com a digressão de rodeios e declamações (*Idem*: 124-125).

O cronista deu largas à tendência enciclopédica, sendo esta, como já afirmámos, uma das características comuns aos escritores da Idade Média. Poetas como Dante, oradores sacros, teólogos e filósofos, todos sacrificaram ao gosto das citações e da exibição de conhecimentos variados.

A esta luz, e tendo em vista a ilustração dos tempos em que viveu, Zurara foi um compilador modesto, se o compararmos com alguns grandes do século e até mesmo com o autor da *Virtuosa Bemfeitoria*. Na verdade, e levando mais a fundo a observação, até pode pensar-se que o saber de que dá mostras é um saber de última hora, não muito consistente, e que o abuso das citações lhe prejudica a investigação directa e o esforço de aprofundamento e de clarificação. Com efeito, o cronista caiu muitas vezes em pura retórica, dando mostras de uma erudição que torna a matéria histórica dispersiva.

Mas, e como já aduzimos, não se pode nem deve avaliar a obra de um autor apenas pela erudição e conhecimentos revelados. É preciso ir mais longe, compreender a envolvência ambiental do cronista, o espírito da sua época, os objectivos a que se destinavam as suas obras e, acima de tudo, é necessário entender que o cronista era um funcionário régio que recebia ordens e delas vivia e, mesmo assim, há passagens, momentos, ideias e ideais reveladores da singularidade e grandeza cultural e intelectual do seu espírito, do seu sentido crítico e da sua liberdade.

Não deve, pois, pedir-se a Zurara o que ele não possui nem podia dispor, mas no que Zurara pôde dar e deu, bem merece o nosso reconhecimento pela elevação dos sentimentos patrióticos. O cronista merece, igualmente, o nosso apreço, pela capacidade de admirar a nobreza das acções, «e o nosso respeito, por ter sentido e compreendido o alcance das primeiras conquistas e navegações transfretanas, ou por outras palavras, a missão histórica no mundo moderno» (Carvalho, 1949: 126-127).

Concluimos assim que, uma eventual definição da crónica de Zurara deve, incluir sempre uma indicação a respeito do equilíbrio entre a ficção e a realidade histórica. Por isso, qualquer ênfase que se coloque na investigação da autenticidade histórica dos trabalhos do cronista, não significa que tal investigação seja definitiva, porque a concentração no valor histórico das suas crónicas é acentuada excessivamente, negando a análise literária que elas merecem. Com efeito, muitos críticos comentam o estilo e atributos de Zurara como escritor, mas nenhum tentou ainda uma revisão justa e completa das suas obras, isto é, analisar criticamente os seus trabalhos de forma a fazer uma exposição definitiva e documentada a respeito do seu método literário.

A nossa análise objectiva deve, pois, procurar avaliar não só a relevância e veracidade dos conhecimentos historiográficos, mas também as técnicas literárias e os elementos que o escritor empregou, independentemente de quaisquer conflitos que possam aparecer entre a realidade das explorações e os relatos do cronista acerca da mesma.

Como escritor medieval de prosa, mesmo descontando eventuais exageros, Zurara estava sempre pronto a dramatizar e a empolar os acontecimentos, como se constata nos seguintes excertos: «E tãtos eram os mortos que peiauom os caminhos aos cauallos dos christãaos» (CCDM: Capitulo .Vº., 12); «elRey de Feez cõ seiscentos e oyteẽta mil homeẽs de pee e de cauallo ueo sobre elles» (*Idem*: Capitulo .xxiiiºj., 43); «por que a nuvẽ das azagayas pedras e seetas que os mouros lançauõ vijnhã pello aar tã bastas que caasy fazyã soõbra ao sol, (...) e ainda dos christãaos nõ era alguũ fallecydo, e dos contrayros tãtos que peiauõ o campo» (*Ibidem*: Capitulo .Lxxx., 113); «ca tantos forã os mortos, que creemos

que ante os mouros meesmos ñ se poderya achar uerdadeyra soma» (*Ibidem*: Capitulo .LRvj. 122); «E tâtos forã os feridos e de taaes chagas que as ondas do mar erã em algũas partes tĩtas de sangue» (*Ibidem*: DO CAPITULO CVII., 131).

O cronista pretendia, com estes empolamentos, fazer ressaltar com mais intensidade os méritos do rei, dos príncipes, dos cristãos ou dos seus biografados, cujos feitos pretendia narrar e realçar, sendo certo, no entanto, que da sua narrativa se liberta uma verdade geral, monótona, mas séria.

2.5.2. Estilo do cronista Zurara

Gomes Eanes de Zurara, literariamente inferior a Fernão Lopes, prolixo, amante de citações e de apartes “filosofantes”. Mas, ainda assim, dotado de qualidades para escrever páginas brilhantes (Mattoso, 1993: 542).

Acabámos de constatar que, relativamente à erudição de Zurara, as opiniões são bastante divergentes. Procuraremos agora, neste ponto, estudar e compreender o estilo do cronista, auscultando o sentir e pensar desses mesmos estudiosos, biógrafos e outros críticos do cronista.

Autores como Damião de Góis, José Correia da Serra e António José Saraiva, entre muitos outros, criticaram ferozmente o estilo do cronista. Ao invés, João de Barros, o 2.º visconde de Santarém, Costa Pimpão ou Reis Brasil, por exemplo, enaltecem e incensaram o brilho e singeleza do seu estilo. Face a estas posições tão díspares, vejamos mais de perto a argumentação de uns e de outros, os que criticam e os que elogiam o seu estilo, os seus dotes e atributos culturais.

Os estudiosos, biógrafos e críticos de Zurara, quase sempre enveredaram pela comparação do estilo de Zurara com o de Fernão Lopes, comparação quase inevitável, dada a sua contemporaneidade, pois viveram ambos no século XV, e a função que exerceram, a de cronistas régios, foi análoga.

Entrando na linha de comparação com Fernão Lopes, costuma distinguir-se, em Zurara, o historiador probo do escritor pesado que não teve a arte de dominar o estilo e cuja obra traduziu um retrocesso literário em relação a Fernão Lopes. Na verdade, a crítica não o tem poupado no exame textual, censurando-lhe as citações e o empolamento que conferiu ao seu estilo. Todavia, e apesar de usar muitas citações e utilizar um estilo empolado e

hiperbólico, a Zurara dominava-o a preocupação de não causar fastio ao leitor. Fugia, por isso, da prolixidade, querendo que antes o tachassem por defeito, do que por excesso.

À crónica de um povo, como já afirmámos, substituiu Zurara a crónica dos heróis, o que levou António José Saraiva a afirmar que a força popular era depreciada e deliberadamente amesquinhada: «O estilo torna-se grandiloquente, hiperbólico, enfeitado com alegorias e com citações de autores latinos e gregos, pois só à força de retórica era possível levantar o pedestal dos heróis» (1974: 38-39). Mas António José Saraiva esqueceu-se da missão e *encarrego* de Zurara e apesar do objectivo ser a exaltação de uma figura, não obistou a que o cronista dedicasse páginas inteiras ao sentimento das pessoas, dos próprios inimigos, nem escondesse a sua simpatia e sensibilidade pelos pobres, pelos escravos e pela miséria humana: «Zurara não omite inteiramente as [qualidades] do inimigo, nem alguma simpatia ocasional pelos pobres camponeses espoliados» (Pimpão, 1959: 277).

O certo é que Zurara emprega um estilo muito mais ornado de figuras literárias do que o de Fernão Lopes. As suas obras revelam uma prosa afectada, com uma certa correcção sintáctica que já dispensa um grande número de anacolutos. Tem passos bem descritos mas o seu pior defeito consiste no grande número de citações de autores gregos e latinos com que salpicou a sua prosa. As suas melhores descrições são aquelas em que ele próprio se comove e se emociona como as páginas dedicadas à partilha dos escravos, em Lagos¹⁵⁸ (cfr. Fiúza, 1966: 79).

O estilo de Zurara, recheado de hipérboles, de citações dos autores antigos, de alusões à mitologia e à História antiga, deixando ouvir a cada passo a exaltação dos *barões assinalados*, que João de Barros e Luís de Camões, no século XVI, saberiam fazer de maneira mais sublimada, como não podia deixar de ser, estava de acordo com as preocupações de vida requintada da corte de D. Afonso V que, a exemplo da corte dos duques de Borgonha, se adornava já com as primeiras influências culturais da antiguidade greco-latina. Segundo Rui de Pina, *este [D. Afonso V] foy o primeiro Rey destes regnos, que ajuntou bõos liuros e fez liuraria em seus paços*¹⁵⁹. Também Pedro Maris nos *Diálogos de vária história*¹⁶⁰ transcreveu quase textualmente as mesmas palavras de Rui de Pina.

Na preocupação de acumular adornos e figuras de estilo, Zurara antecipou-se à arte barroca, como aliás toda a escola flamenga dos *Grands Rhétoriciens* de finais do século

¹⁵⁸ In *Crónica dos Feitos de Guiné*, caps. 24.º - 26.º.

¹⁵⁹ *Crónica del rei D. Afonso V*, Cap. CCXIII, na CIHP, tomo I, p. 608.

¹⁶⁰ MARIS, Pedro (1598). *Diálogos de vária história*, fol. 193, v. Coimbra.

XV¹⁶¹. Preferiu a frase longa, com largo uso da subordinação conjuncional ou pronominal relativa, e sob este aspecto pertenceu a uma fase nova da arte literária, comparada com Fernão Lopes: a fase, já assinalada por D. Pedro e D. Duarte, «em que a expressão escrita predomina sobre a expressão oral» (Saraiva & Lopes, 2001: 139).

Na obra de José Correia da Serra consta uma relação de dados biográficos do cronista, bem como algumas apreciações críticas das obras zurarianas. Nesses juízos de valor, não deixa o citado autor de elogiar francamente as qualidades do *histórico*, enquanto critica alguns aspectos do seu estilo que, no seu entender, não era uniforme, parecendo duas diversas vozes: «A sua narração ordinária é singela, cheia de bom senso e não falta de elegância; mas, de tempo em tempo, lembra-lhe a agreste retórica, que tão tarde tinha estudado e ostentava, seja-me lícito dizer assim, um estilo de falsete. O primeiro era o que a natureza lhe tinha dado, o último era fruto dos seus mal sazonados estudos» (1792: 210). Contudo, «estes mesmos defeitos são agora interessantes para nos dar uma ideia do saber e do gosto daquele século, e das suas frases podem os estudiosos da nossa língua tirar informação do passado e algum proveito para o futuro» (*Idem*).¹⁶²

Ao comentar as palavras de José Correia da Serra, Veríssimo Serrão afirma que o abade pressentiu que havia dois estilos na obra de Zurara:

Um, sem dúvida agreste, quando procurava dissertar sobre temas gerais e buscava o testemunho de modelos literários; outro, de leitura agradável, quando reconstituía cenas históricas em que a vivência das personagens o obrigava à concisão literária. Havia, pois, duas tendências literárias no escritor: a que se prendia com a teorização dos factos e a que respeitava à narrativa concreta, dando origem a uma simbiose de estilos que a crítica nem sempre procurou compreender (1977; 1989: 36).

Sem o forte poder dramatizador de Fernão Lopes e também desprovido, por um lado, do seu senso crítico e, pelo outro, da sua elegante simplicidade narrativa, Zurara usava, efectivamente, um estilo retórico empolado, com citações de numerosos autores da antiguidade na demonstração de uma erudição nem sempre oportuna, dando a ideia que desejava revelar-se muito culto e estudioso, tornando assim a leitura, em muitas páginas, demasiado monótona.

¹⁶¹ Vide, ZUMTHOR, Paul (1978). "Anthologie des Grands Rhétoriciens". In Paul Zumthor (ed.). Paris: Union Générale d'Éditions.

Para aprofundar este tema consulte-se ainda Georges Chastellain (1404 ?-1475), Jean Molinet (1435-1507), Olivier de la Marche (1425-1502), Jean Meschinot (1422-1491), Octovien de Saint-Gelais (1468-1502), André de la Vigne (v. 1470- ap. 1515), Jean Robertet (sd.-1502).

¹⁶² Maria Teresa Brocardo afirma: «A conclusão desta apreciação parece-me bem elucidativa do louvável distanciamento crítico revelado pelo Abade» (1997: 120).

O estilo de Zurara, nem sempre fluente, «tinha algumas das características do gótico decadente, como a sobrecarga do ornato (...), e anuncia a Renascença por certa majestade, pelo gosto da frase longa e pelo frequente uso das conjunções subordinativas» (Sintra, 2002: 41). Porém, e contrariamente a Diogo de Sintra, Reis Brasil considera que sob o ponto de vista literário, as obras de Gomes Eanes de Zurara gozam de um fundo de viva e intensa expressividade, sendo bem notória a sua inegável originalidade, o que levou Mateus Pisano a afirmar que o cronista bem mereceu o cognome de *Magnus Historiographus* e que João de Barros o considerasse um homem diligente, com estilo claro e vivaz.

Reis Brasil vai mais longe ao defender que se deve a Gomes Eanes de Zurara o melhor que se escreveu, sob o ponto de vista histórico, no século XV:

Falando do estilo de Zurara disse o *Lívio* [João de Barros] português se alguma cousa há bem escrita das crónicas deste tempo, é de sua mão; e Góis que ele usava no escrever de algumas palavras e termos antigos, com razoamentos de prolixos e cheios de metáforas ou figuras, que no estilo histórico têm lugar.

Na frase de João de Barros vai exagerado encarecimento, e nas palavras de Damião de Góis há calculado cinismo e menosprezo. Se o seu estilo nem sempre lhe cai dos bicos da pena fácil e natural, se o colorido da frase desaparece, às vezes, num traço de erudição maçuda, não há, todavia, razão para o alcunhar de prolixo e sempre afectado. Nos preciosos livros que nos legou está escrito o seu elogio (1992: 19).

Por sua vez, Vieira de Meireles acrescenta que se o colorido da frase desaparece às vezes num traço de erudição maçuda, não há todavia razão para o alcunhar de prolixo e sempre afectado.

À semelhança do abade José Correia da Serra, para quem o cronista falava a “duas vozes”, notámos que, de uma maneira geral, nas crónicas zurarianas, parece haver divergência sensível no estilo de uma e de outras (*Crónica da Tomada de Ceuta* e *Crónica da Guiné*, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* e *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*), mais elegante na *Crónica da Tomada de Ceuta* do que nas restantes:

Será talvez por constituir o texto daquela obra reprodução mais exacta do autógrafo de Zurara, por isso, não estranha o comentário de Góis, feito um século depois de escritas as obras de Zurara e ao cabo de um período durante o qual a língua portuguesa se fora ensaiando para moldes definitivos. Por outra parte, as leituras de “escrituras antigas”, das “crónicas e livros históricos” tinham de produzir a sua natural influência no seu estilo, aliás nem sempre definível, nestes nossos tempos, pelos textos existentes, por incertos, à falta dos respectivos autógrafos, e porque às vezes representarão transcrição

de documentos ou memórias redigidas anteriormente e, tantas vezes, citadas por Zurara (Dinis, 1949b: 51-52).

Numa tentativa clara de atenuar algumas das críticas mais agudas ao estilo de Zurara, o mesmo autor relembra a existência de alguns códices das obras do cronista com variantes notáveis no texto e até na ordem e recorte dos capítulos, o que documenta sobejamente a liberdade com que foram tratados, pelos séculos fora, os seus manuscritos. Com efeito, em todas ou quase todas essas obras, parece haver alterações ou adulterações póstumas, o que nos traz à ideia a possibilidade de não terem sido só as Crónicas de D. Afonso V e de el-rei D. Duarte que sofreram a joeira do cronista Rui de Pina ou de idêntico e atrevido sucessor, adaptador ou copista, assunto que retomaremos, mais pormenorizadamente, ao longo deste estudo.

Alexandre Herculano acha no estilo de Zurara inflexibilidade e ausência de graças, enquanto o 2.º visconde de Santarém o considera simplesmente admirável. Mas, critique-se ou não Zurara, a verdade é que o seu estilo está intrinsecamente associado ao ideal de cavalaria vigente na época, sendo este um modelo real de orientação de vida para o cronista, o qual captava sobretudo a valorização de um heroísmo plasmado na honra pelo combate, legitimado por um mosaico de premissas do qual se destacava a batalha contra o infiel, em nome do serviço a Deus.

Zurara é, pois, um escritor de cariz medieval, apiedado das desgraças alheias, mesmo as dos inimigos, e em cujo espírito, como já anotámos, irrompem os alvares humanísticos da era renascentista e da modernidade, uma vez que procura filiar o seu discurso num equilíbrio entre pormenor e concisão, entre a justiça e a verdade. De facto, verifica-se no cronista a intenção de aproximar a escrita de uma concepção de modernidade, só prejudicada pelos frequentes pruridos de erudição e abuso de muitas citações e alegorias, usando um estilo empolado e hiperbólico, abusando das frases longas, que o ofuscam e tornam, por vezes, maçador.

Goste-se ou não do estilo de Zurara, há, contudo, uma característica que ninguém ousa questionar-lhe: é o seu firme propósito de dizer sempre e apenas a verdade. Mesmo com enormes prejuízos pessoais, «e o que peor he que taaes uy eu queixosos de mÿ que eu sabya certo que nom soomête nõ erã dignos de honra nem de louuor, mas ante de doesto e reprehõ» (CCDM: Cap. I, 4), não hesita nos elogios e censuras. Esbanja louvores a quem considera merecedor, como os príncipes de Avis e os Meneses, enquanto outros são

vituperados sem apelo, como D. Fernando, irmão de Afonso V, o que revela bem a sua coragem, carácter e rectidão, e um valor incontestável como cronista.

Apesar de tudo, o seu estilo revela já traços da cultura clássica e erudita do Renascimento, por vezes sob a forma de um discurso excessivamente afectado, o qual, apesar de historicamente rigoroso, não faculta ao seu trabalho uma visão de conjunto.

Em rigor da verdade, há que ter bem presente que o cronista se encontrou muitas vezes embaraçado por vários conflitos de interesses: registar a História, satisfazer o rei e saciar a sua ambição enquanto escritor.

2.5.3. As fontes zurarianas

Muito apoucado pela generalidade dos autores modernos no confronto com Fernão Lopes, Zurara tem, no entanto, um enorme mérito como cronista se o situarmos no seu tempo e o equiparmos aos congéneres estrangeiros (Oliveira Marques, 1974: 98).

Os materiais de que o historiador ou cronista se serve, ao exercer o seu ofício, designam-se genericamente por *fontes*. Para certos autores, o *documento* ainda não é considerado *fonte*, passando a essa categoria somente após ter sido submetido «a tratamentos destinados a transformar a sua função de mentira, em confissão de verdade» (Le Goff, 1984: 221).

Assim, temos de ter presente que é um documento toda a fonte de informação de que o espírito do historiador sabe tirar qualquer coisa para o conhecimento do passado humano, encarado sob o ângulo da pergunta que lhe foi feita. Nesta perspectiva, o documento histórico «é o intermediário entre o passado e o historiador, é o espelho da verdade histórica mas, quantas vezes, um espelho deformador» (Salmon, 1979: 61).

À semelhança de Amado Mendes (1987: 88), usamos de preferência os termos *documento* e *fonte* indistintamente, isto é, na mesma acepção e em sentido lato, considerando-os documentos ou fontes, mesmo antes de sujeitos aos tratamentos – selecção e crítica – do historiador.

Reportando-nos ao nosso estudo, o documento surgiu como fonte de informação a partir do momento em que o rei D. Duarte, em 1434, encarregou o seu escrivão dos livros, Fernão Lopes, de «poer em caronyca as estorias dos Reys que antygamente em Portugal foram» (CC: Capitullo iij, 12), abrindo-se assim um novo ciclo na nossa historiografia.

A importância das fontes constituídas por textos literários em prosa é assumida por Rosa Virgínia Matos Silva (1991: 39-39), opinião que partilhámos no contexto da obra zurariana, uma vez que os textos literários em prosa do cronista são um manancial rico e diversificado de fontes, às quais podemos e devemos recorrer para aquilatar da qualidade e veracidade dos factos narrados.

Apesar de não conhecermos o documento régio que nomeou oficial e formalmente Gomes Eanes de Zurara como cronista do Reino, admitimos como provável a data de 1448 como marco *a quo* do exercício daquele cargo, não obstante trabalhar já antes na recolha de materiais para a *Crónica da Tomada de Ceuta* (apesar de Fernão Lopes ser ainda vivo e continuar até 6 de Junho de 1454 como guarda-mor da Torre do Tombo):

E por quanto o muy alto e muy exçelente príncipe e senhor elRey Dom Affonso o quinto ao tempo que primeiramente começo de gouernar seus rregnos soube como os feitos de seu auoo ficauam por acabar. Consirando como o tempo escorregaua cada vez mais e que tardando de serem escritos poderiam as pessoas que alij foram falecer, per cuja rrezam se perderia a memoria de tam notauees cousas, porem mandou a mim Gomez Eannes de Zurara seu criado que me trabalhasse de as ajuntar e escreuer per tal guisa que ao tempo que se ouuessem de ordenar em caronica fossem achadas sem falleçimento. E eu em comprimento de seu desejo por satisfazer a seu mandado como de meu senhor e meu rrey me trabalhey de enquerer e saber as ditas cousas e as escreui em estes cadernos polla guisa que ao diante he conteudo com tençam de as acreçentar ou minguar em quaaesquer lugares em que for achado per verdadeiro juijo que o mereçam como quer que segundo meu entender e autoridade daquellas pessoas per que fui auisado em ellas auera pouco faleçimento (CC: Capitullo iij, 13).

O cronista escrevia por ordem de D. Afonso V, valorizando a escrita como forma de preservar e perpetuar o passado, projectando-o no presente e no futuro, e que essa escrita como memória contava com o testemunho oral daqueles que participavam ou assistiam aos factos, ou, pelo menos, que deles tinham algum conhecimento.

Zurara informava os seus potenciais leitores acerca dos seus processos de compilação de tais factos em vista da sua ordenação em forma de *caronica*: «o cronista escrevia em cadernos, possibilitando a introdução de uma modificação por supressão ou por acrescentamento, o que em alguns casos se veio a verificar» (Figueiredo, 1996: 31).

Como o cronista escrevia sobre factos relativamente recentes, teve por isso a oportunidade de recolher de viva voz diversos testemunhos de pessoas que tomaram parte nos acontecimentos descritos. A confirmar esta asserção basta tão só o facto de D. Pedro de

Meneses, um dos seus heróis, ter morrido em 1437 e saber-se que Zurara, em 1449, estava já a escrever a sua *Crónica da Tomada de Ceuta*.

Também para Veríssimo Serrão, a primeira *Crónica*¹⁶³ não se baseia em documentos, «mas sobretudo no testemunho de pessoas que conhecem a acção do primeiro governador de Ceuta. Mas como este falecera havia trinta anos, nem sempre os factos narrados correspondiam à verdade dos acontecimentos» (1977; 1989: 29-30), uma opinião que Maria Teresa Brocardo contesta pois entende que «as afirmações de Serrão não são muito exactas porque há referências a diversos tipos de fontes escritas no Cap. LXIV do Livro I, Caps. IV, V e XII do Livro II da *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* e o conde terá falecido cerca de vinte e três anos antes do início da redacção da *Crónica*» (1997: 12).

Gomes Eanes de Zurara baseava-se sobretudo no testemunho oral enquanto para Fernão Lopes, o testemunho oral parecia ser, de certo modo, complementar, com o fim de suprir as omissões das fontes narrativas ou diplomáticas. Mas há que ter em vista «a evolução do ambiente moral em que os homens e as suas acções se começam a integrar passando a depender de circunstâncias bem menos perturbadoras, de acordo com o novo condicionalismo político e social que cada vez mais se afirma e impõe à consciência de cada um» (Soares, 1977: 83).

Zurara exaltou a acção do seu antecessor, pela diligência posta na busca de documentos, mas seguiu caminho diverso, sobretudo porque a sua vida coincidiu com o tempo histórico que foi objecto do seu estudo, ou seja, desde a conquista de Ceuta, em 1415, até à morte do conde D. Duarte de Meneses, em 1464, falecendo o cronista dez anos mais tarde, como adiante explicaremos.

O cronista recorreu também a diversas fontes escritas, como deu a entender nesta passagem, em que declarou a preocupação que teve no apuramento da verdade dos factos:

Eu achei os feitos pella mayor parte tam maravilhosos, que, se soamente os ouvera de escrever per emformaçõ dallgũs que ho souberão per ouvida doutros, eu duvidara çertamente de hos escrever, nẽ os escrevera se na boca de dous ou de tres achara o conheçimento destas cousas, (...). Mas porque, aallem do que achei per escripto nas cartas que hos ofiçiaes que os rreis tinhã naquella çidade pera governança dos moradores della a este rregno escreviam fallando nas cousas aaquelles que nellas forã, se acordavã na verdade, e ho que mais hera porque departidamemte pregumtava, e no que se todos acordavão proçedia ã minha istoria (CCPM: Livro I, Capitolo 2.º, 178-179).

¹⁶³ Veríssimo Serrão pretendia afirmar “a primeira Crónica dos Meneses”, a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, começada em 1458 e terminada em 1463 ou 1464.

O conde D. Pedro de Meneses escrevia ao rei D. João I uma espécie de relatórios do que se passava na cidade de Ceuta, informando-o sobre o modo como as coisas iam decorrendo, e para o elucidar dos méritos dos combatentes: «E porque eu per mÿ nõ posso satesfazer ao gamde gallardão que vos per esto mereçais, escreve-llo-ey aaquelle que he poderoso de vo-llo dar, noteficamdo-lhe vosso mereçimento quamto he gramde amt`elle, e desy do que eu tenho, se a allgũ comprir allgũa parte, seja muito çerto que lho não ey-de negar» (*Idem*: Capitulo XXXVI, 323-324).

Estes relatórios serviram como fontes de trabalho para o cronista: «Como melhor podemos apremder, assy pelos escriptos daquelles que primeiramente tomarão cuydado de poerem estes feitos ã nẽbrança como pellas cartas que ho comde escrevia a este rregno e tambẽ per aquelles que laa esteverã» (*Ibidem*: Livro II, Capitulo Vº, 545). Efectivamente, para a elaboração da *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Zurara aproveitou muitas fontes escritas, como podemos constatar não só no Cap. II do Liv. I como também nos Caps. XIII, XXX, XL, LII, LXIV, LXXIII, LXXIII e LXXXI do mesmo livro e ainda os Caps. IV, XII e XVI do Liv. II. Mas, e como já referimos, nem só de fontes escritas se socorreu o cronista, poque os testemunhos das pessoas que viveram os acontecimentos e estiveram em Ceuta também foram bons referenciais para as suas pesquisas e serviram como documentação histórica: «E peço e rrogo a estes senhores que aquy são que, allem do que eu escrever, digam a elle rrey, meu senhor, estas pallavras que me aquy ouvirẽ» (CCPM: Livro II, Capitulo VIIº, 556).

O cronista, além dos informes orais, colhidos inclusivamente dos próprios Mouros vindos a este reino cativos, manuseou cartas e livros de despesa e teve à mão relatos parciais ou totais dos acontecimentos de Ceuta. Todavia, muitos nomes, figuras e feitos relevantes na praça de Ceuta ficaram no esquecimento, «pois nõ vieram a nosso conheçimento per cullpa daquelles que se primeiro trabalharaõ de ajumtar esta estoria» (*Idem*: Livro I, Capitulo XXX, 301), ou, «se per esqueçimento passarã a cullpa seja daquelles que estes feitos primeiramente poseraõ ã llebrança» (*Idem*: Livro II, Capitulo IIIº, 545).

Como verificámos, era o próprio conde D. Pedro de Meneses que registava e escrevia os feitos do seu tempo em terras marroquinas, «o que lhe o comde teve a muy gramde bẽe e o fez assy escrever per sua nobre memoria» (*Ibidem*: Livro I, Capitulo LXIIIº, 457-458).

Por vezes as notícias chegavam primeiro ao reino de Portugal do que os relatórios do conde D. Pedro de Meneses porque «aymda o comde não tevera vagar de ho escrever»

(*Ibidem*: Capitulo LXXIII, 492). É o que conclui Dias Dinis (1949b: 133), justificando, desse modo, a minúcia dos relatos dos factos presente em todas as crónicas.

No elogio do seu biografado, o conde D. Pedro de Meneses, os testemunhos orais e as fontes escritas recolhidas por Zurara terão induzido o cronista a cometer omissões, voluntária ou involuntariamente, que deram origem à inveja de muitos cortesãos e, conseqüentemente, ao surgimento de muitos inimigos, como o próprio reconheceu:

E he cousa naturall que segundo amor ou ódio assy se ymclinã as vomtades, posto que da rrazão sejam costramgidos, pero o contrario, que nunca aquelles que bem fazem pode parecer, pêro se delles muito diga, que se diz todo ho que elles merecem, e aos que nada não obra sobre parecee muito aquillo que dos outros dizem e, se delles mesmos comtam allgũ falleçimemto, posto que verdadeiro seja, sempre lhes parece que he muito mais do que em seu herro verdadeiramente pode caber (CCPM: Livro I, Capitullo terçeiro, 187).

Zurara procurava documentar-se o melhor que podia não só com testemunhos vivos como também junto do verdadeiro cenário onde se desenrolavam os factos e acontecimentos que ia narrar, persistindo na procura da verdade porque os seus inimigos espreitavam:

Pois que deuo eu fazer muyto alto princepe que aallem de minha grande jnorancya per mÿ assaz conhecida tenho tâtos spreitantes que ainda eu bem nom tomo a pena na maaõ pera screuer, ja começã de condanar mÿnha obra, huÿs por cuydarem que se dyra menos delles do que lhes sua enganosa afeição faz cuydar que merecem, outros pensando, que quanto se elles mais agrauarẽ de meu screuer tanto o pouoo auera rezom de cuydar que elles sã dignos de mayores merecymẽtos e que de sse nõ screuerem delles grandes cousas que foy mais por fraqueza de meu screuer que per fallecimento de seu trabalho (CCDM: Capítulo I, 4).

Tal facto levou o cronista, antes de se abalançar à feitura da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, a visitar o Norte de África, com o fim de conhecer o palco geográfico da sua narração e escutar o depoimento de companheiros de armas de D. Duarte de Meneses, morto três anos antes, viagem que o próprio explicou e comentou e a que já fizemos referência: «Entendy que me cõuijnha passar em aquellas partes de Africa por duas rezõoes ...» (CCDM: Capitulo segundo, 4-5).

Com a sua estadia no Norte de África, Zurara teve oportunidade de recolher precisas indicações etnográficas, geográficas e históricas, para assim trabalhar e apresentar a verdade dos factos e dos testemunhos vivos.

Foi em Alcácer Ceguer que a carta autógrafa de D. Afonso V de 22 de Novembro de 1467, dirigida ao cronista, o encontrou, local onde trabalhava na recolha de testemunhos verídicos, junto dos *adaijs e almocadeês e escuitas e outra gente do campo*, para a sua nova crónica.¹⁶⁴

Como temos vindo a referir, o cronista tentou sempre auscultar testemunhos presenciais dos acontecimentos; por isso ouviu os autóctones, como se constata nas suas próprias palavras: «eu ouuy despois a alguñs mouros cõ que faley daquelles que esteuerõ naquelle cerco estando eu la ã terra dAfrica pera screuer esta estorea onde me trabalhaua muyto falar cõ elles pera saber melhor seus feitos, e isto por elles uñjrẽ algũas uezes a Alcacer» (CCDM: Capitulo .Lx., 84).

Esta atitude do cronista revela e demonstra, uma vez mais, a preocupação histórica do apuramento seguro da verdade, o que o levou a procurar o conhecimento directo com a realidade geográfica onde se desenrolaram os acontecimentos, com testemunhos coevos e documentação escrita: «E esto ñõ creaaes que se diz por fallar mas por dizer uerdade» (*Idem*: DO CAPITULO CVII, S., 131).

No desejo de traçar o passado na lição das fontes, utilizou o documento escrito como base da informação, mas não descurou os dados particulares que lhe permitiram alargar o campo da sua história. A tradição ou testemunho oral foi um dos meios utilizados para a recolha de notícias, mas Zurara fez também alusão a consultas bibliográficas nacionais e estrangeiras, «segundo todas estas cousas som contehudas em outros liuros assy do nosso Regno como dos alheos» (*Ibidem*: Capitulo XXV, 45).

Vejamos agora uma opinião adversa sobre o trabalho de pesquisa de Zurara, reportando-se à sua *Crónica dos Feitos de Guinee*:

Avêso a rebuscar documentos nos arquivos à sua disposição, o cronista mostra fraco escrúpulo em averiguar dos factos narrados: e assim as suas notícias susceptíveis de verificação mostram-se basta vezes incorrectas, descobrem-se datas erradas, pormenores deformados, contradições surpreendentes, negligências e ignorâncias de estranhar em que fõra oficialmente encarregado dos anais da Guiné. Estamos sem dúvida em presença dum monumento histórico, mas de quilate bem inferior ao que lhe atribuem (Leite, 1941: IX).

¹⁶⁴ Esteves Pereira (1915) escreveu, erradamente, a data de “21 de Novembro” nas páginas LIV e LVI. Pensamos que ao seguir a edição de Esteves Pereira, também Dias Dinis foi induzido em erro e escreveu, erradamente, “21 de Novembro”, pois no manuscrito da Torre do Tombo, códice 520 (Livreria) lê-se perfeitamente «Vossa irmã auerey em minha encomenda segundo me escreueys Escripta a 22, de Nouembro», aliás, na página 141 da mesma obra de Dias Dinis, *Vida e Obra de Gomes Eanes de Zurara*, vol. I (1949b), já aparece correctamente “22 de Novembro”.

No entanto, tendo por base as palavras do próprio cronista, «E porque os dictos feitos se tractarom per muytas e desuairadas persoas, desuairadamente son scriptas em muytas partes. E consiirando elRey nosso senhor que nom conuiinha ao processo de hũa soo conquista seer contado per muytas maneyras, posto que todas concorram em hũu effeito; porem me mandou sua senhorya que me trabalhasse de as ajuntar e ordenar em este uellume, porque os leedores mais perfeitamente possam auer dellas conhecimento» (CG: Cap. I, 10), é o próprio Duarte Leite a reconhecer que, na feitura da *Crónica dos Feitos de Guinee*, «o autor se socorre de vários escritos» (*Idem*: 87),

Gomes Eanes de Zurara preferia buscar o suporte documental para descrever pessoas e factos numa visão tanto quanto possível e concreta em vez de empregar a imaginação, sempre sujeita a olhares e opiniões díspares, e os argumentos relativos às fontes que utilizava, giravam à volta das constantes citações bibliográficas a que recorria e empregava em todas as suas obras.

A certeza histórica para o cronista repousava sobretudo sobre o testemunho oral. Mas para chegar à verdade, devia esgotar a audição de todos os testemunhos porque cada um contava os feitos à sua maneira: «Ca he cousa çerta que nos feitos que muitos viram e sabem nunqua homem tantas vezes pode preguntar que sempre nam ache cousas novas que saber, e jsto porque cada hum conta o feito por sua guisa» (CC: Capitullo iij, 13).

A concordância do testemunho qualificado dava-lhe a certeza da autenticidade. Contudo, e uma vez que o cronista reconhecia o carácter subjectivo do testemunho oral, «e isto porque cada hum conta o feito por guisa» (*Idem*), fazia uma selecção das testemunhas oculares, procurando suprir a quantidade pela qualidade. A importância do testemunho oral provava-se pela própria natureza dos feitos a notar: «trata-se de *autos* cavaleirosos, e estes só são sabidos dos próprios que neles tinham intervindo, existindo o perigo de estes exagerarem a sua contribuição» (Pimpão, 1959: 275-276).

Segundo Michel Vergé-Franceschi, o cronista não fazia afirmações sem estar absolutamente seguro: «homem de observação, compara, quando pode, com aquilo que ele próprio viu ou verificou. Assim, a propósito das tartarugas gigantes do Cabo Branco: *Já vi semelhantes [...] na lagoa de Óbidos, entre a Atouguia e Pederneira*» (2000: 173).

Zurara, homem de gabinete, era também um fino observador que olhava à sua volta. É óbvio que interrogava testemunhas, os velhos navegadores, os seus coevos, para levar a sua cronologia até *aos pais dos nossos pais*, conforme referiu na *Crónica dos Feitos de Guinee*, e que observava, com uma notável agudeza de espírito humanista, as necessidades dos cativos que estavam à volta de D. Henrique: “aconteceu encontrar-me no reino do

Algarve, junto desse príncipe no momento em que estavam lá esses canarinos e bem vi como eram tratados”.

Concluimos que, no conjunto das suas crónicas, Zurara se baseou e inspirou nas mais diversas fontes e escritores, algumas já apontadas e outras que o serão ainda no decorrer deste estudo. Assim, a imparcialidade e objectividade dos factos foram imperativos intransigentemente defendidos pelo próprio cronista.

Alertou-nos ainda Zurara para o facto de existirem certas versões interessadas e afectadas de parcialidade, e incompletas ou menos bem informadas, por desconhcerem os documentos oficiais:

Esto dezemos porque pode ser que aallem do que nos espreuemos outros spreuyriam cada hũ o que vise e que a sua temçom fose espreuer verdade, nom ha poderiam tam compridamente saber como nos, que este cuydado por espiçiall carregto temos ou per ventura saõ taes que teram allguã parte no que espreuerem per sy ou per outrem que lhe pertemça; E he cousa naturall que, segundo amor ou odio, asy se ymclinaõ as vomtades, posto que da razão costramgidos peroo contrario (CCPM: Liv. I, Capitullo terceiro, 186-187).

Todo este manancial de recursos usados pelo cronista levam-nos a considerá-lo um escritor empenhado no conhecimento da verdade, e um cronista cuja erudição e estilo o classificam como um protótipo de escritor humanista altamente educado.

2.5.4. Os plágios em Zurara

Citar um autor nacional, um contemporâneo, um amigo ou inimigo, porque nele se aprendeu ou nos revimos com entusiasmo, é, entre nós, uma raridade ou uma excentricidade como usar capote alentejano (Lourenço, 1988: 70).

Reflectindo nas palavras de Eduardo Lourenço (1988), n' *O Labirinto da Saudade*, as quais criticam profundamente a falta de coragem e honestidade de muitos autores em não citarem ou revelarem as suas fontes, verificámos que, em pleno século XX, na opinião do citado autor, a problemática dos plágios continua mais viva do que nunca, o que atenua fortemente as críticas feitas ao cronista Gomes Eanes de Zurara, acintosamente tratado pela generalidade da crítica literária. Com efeito, em todos os trabalhos produzidos sobre as obras zurarianas, constatámos que um dos assuntos mais badalados foi a questão do uso e abuso, feito pelo cronista, de transcrições parciais ou integrais de obras conhecidas e por si

manuseadas, o que de facto corresponde à verdade, não perdendo por isso, no entanto, a obra zurariana, nem brilho literário, nem valor histórico, como documentação valiosíssima para a compreensão e estudo do século XV e dinastia de Avis.

Para percebermos esta questão, devemos antes de mais, «integrar a noção de plágio dentro do seu contexto histórico, e sabemos como esta noção é controversa no quadro cultural do século XV» (Serrão, 1977; 1989: 28-29).

Em tempos medievos, a apropriação de escritos alheios era recorrente. Os autores pretendiam ser abrangentes, englobando nos seus códices várias antologias de passagens de outras obras conhecidas pelos meios eruditos, encaradas como herança cultural comum sem nunca citar o seu autor e o título da obra de origem. Por conseguinte, o autor medieval não tinha a preocupação da originalidade, mas de ser completo e verdadeiro, pouco lhe interessando que a verdade, ou o que supunha como tal, já tivesse sido descoberta e formulada. Apropriava-se dela como património comum ou dádiva do Senhor, contente e seguro de si, sem que a consciência lhe levantasse reparos.

Neste particular, Joaquim de Carvalho esclarece que a existência dos plágios procedia de uma atitude perante a verdade que excluía eticamente a ideia de furto que hoje associamos a tais processos:

E agora, após a respectiva verificação, deve acrescentar-se que, por se tratar de autores e de escritos por todos conhecidos na roda intelectual da corte, Zurara não comete às escondidas tais plágios: usa de uma prática consentida pela consciência literária de então. Como pode ser considerada furtiva a prática reiterada de tantas transcrições, feitas com intervalo de alguns anos e que chegam a ponto de Zurara ter copiado quase integralmente o capítulo primeiro da *Crónica de Cepta* e o derradeiro da *Crónica de Guiné* (1948: 125).

Idêntico sentido exprime Dias Dinis para quem, «nem deve atribuir-se o facto a plagiato, sendo esse o uso do tempo, como se pode ver noutras obras da época» (1949b: 43), como por exemplo no *Leal Conselheiro* de D. Duarte, o qual, logo no Prólogo, informa que ao longo do corpo do escrito seriam utilizadas afirmações e ideias de origem vária, que julgava pertinente incorporar no seu discurso por virem reforçar as suas. O mesmo se verifica na *Crónica de D. Pedro*, de Fernão Lopes, que, no prólogo se afirma, não como o autor por mérito próprio, mas sim como um ajuntador de obras anteriores que discorrem sobre um mesmo tema.

Feitos estes esclarecimentos prévios, torna-se mais fácil compreender e entender, à luz vivencial de Zurara, as suas práticas, os seus modos de ordenar, de enriquecer e de

trabalhar, sendo que as suas obras mais plagiadas foram o livro da *Virtuosa Benfeitoria* do duque de Coimbra, o infante D. Pedro e de Fr. João Verba¹⁶⁵ e a *General Historia* de Afonso X, o Sábio.

A confiança do próprio Zurara, ao utilizar uma narração das primeiras descobertas da autoria de Afonso Cerveira, personagem de quem tudo se ignorava, revela bem a sinceridade e probidade do cronista. De facto, mesmo não se tratando de uma *Crónica*, apenas de um *treslado* ou apontamentos que Cerveira “quisera ordenar”, se houvesse da parte de Zurara uma intenção de plágio, teria omitido uma fonte informativa que podia deslustrar o seu labor pioneiro (cfr. Serrão, 1977; 1989: 29).

Zurara podia muito bem não ter mencionado o nome de Cerveira mas foi o próprio cronista que o retirou da obscuridade, o que ilustra bem o seu carácter e sentido de verdade.

Se, como demonstrou Duarte Leite, há inúmeros exemplos dos plágios efectuados por Zurara em todas as suas obras, especialmente na *Cronica dos Feitos de Guinee*, também é o próprio cronista que na mesma crónica confessa socorrer-se de vários escritos: «e porque os ditos feitos se tractarom per muytas e desuairadas pessoas, desuairadamente son scitas em muytas partes. (...). Porem me mandou sua senhorya que me trabalhasse de as ajuntar e ordenar em este uellume, porque os leedores mais perfeitamente possam auer dellas conhecimento» (CG: Cap. I, 10).

Muitos outros empréstimos são revelados nos capítulos 30.º, 31.º e 86.º, da mesma crónica, enquanto declara no 79.º ter achado “per scripturas antigas” e ainda nos capítulos 61.º e 62.º. O seu principal auxiliar, Afonso Cerveira, foi por ele nomeado três vezes, facto realçado pelo completo silêncio sobre os demais: «Não curo de escrever algumas cousas da viagem daquestes, que achei escritas por um *Afonso Cerveira*, que esta historia primeiramente quis ordenar, que pois não trouxeram fim» (*Idem*: Cap. XXXII, 151-152).

A revelação destes empréstimos continua a desenrolar-se numa lista minuciosa e interminável. Duarte Leite acrescenta ainda que «o seu livro, *Crónica de Guiné*, não passa de compilação de outros, à qual junta alguns desacertos e dados biográficos de D. Henrique, de quem aliás não foi privado» (1941: VIII). Não se compreende, no entanto, esta última afirmação de Duarte Leite relativa à privacidade do infante D. Henrique com Zurara, uma vez que na mesma página da citada obra, afirma o seguinte: «e escreve sob as vistas do glorioso príncipe que os guiou, de quem aliás foi íntimo» (*Idem*).

¹⁶⁵ Frei João Verba foi confessor do infante D. Pedro e ajudou este a terminar a *Virtuosa Benfeitoria*.

No estudo efectuado não encontramos qualquer tipo de prova documental que indiciasse algum afastamento entre o infante D. Henrique e o cronista Zurara. Ao invés, tudo decorre e indica que entre eles existia uma grande e forte empatia, «Depois me comtou assiy o senhor Iffamte Dom Hamrrique duque de Viseu e senhor de Couilhaã, em cuja casa estiue alguũs dias per mamdado do senhor Rey» (CC: Capitullo XIII, 45), comprovada ainda pela glorificação que o cronista dele fez, o que não comprova de forma alguma que fosse íntimo do mesmo.

Pronunciando-se sobre os plágios utilizados pelo cronista, também Michel Vergé-Franceschi (2000: 172-173) o acusa de ter utilizado obras de outros autores, afirmando que Zurara é um “letrado hábil”, mas que utilizou totalmente a obra de Afonso de Cerveira, que terminou em 1446 e que ele integrou totalmente no seu próprio elogio do infante D. Henrique, que acabou, por sua vez, em 1448-1449. O que Michel Vergé-Franceschi não diz, como tão bem o fizeram Dias Dinis, Duarte Leite e Veríssimo Serrão, entre outros, é que foi o próprio Gomes Eanes de Zurara que mencionou o facto de ter recolhido material de Afonso Cerveira, o qual certamente se teria perdido, e que o nome de Afonso Cerveira teria desaparecido para sempre se não fosse a verdade dita e escrita pelo cronista. Também Michel Vergé-Franceschi não fundamenta nem esclarece onde se documentou para tecer as informações sobre o elogio do infante D. Henrique¹⁶⁶. De facto, só em 1448 foi pedido ao cronista para escrever a sua primeira crónica, a *Crónica da Tomada de Ceuta*, e logo de seguida, em 1449/50, deu-a por concluída, pelo que não poderia ter feito o elogio do infante D. Henrique nessa altura. Quanto ao facto de chamar ao cronista um “letrado hábil”, e pensamos que o terá afirmado em sentido pejorativo, só podemos e devemos estar gratos a Zurara por não ter permitido que muitas e preciosas informações se tivessem perdido.

O cronista plagiou numerosos períodos de escritos que pela autoria e origem se reportam às grandes individualidades de Afonso, *o Sábio*, e do infante D. Pedro, e utilizou muitos livros, mas não os citou. Na verdade, o cronista teve presente os escritos saídos da pena do infante D. Pedro e dos que este promoveu ou alentou: a *Virtuosa Benefyturia*, o *Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram* o qual tornou em linguagem o infante D. Pedro, Duque de Coimbra e possivelmente o *Livro de Velhice de Tullio*, que o Dr. Vasco Fernandes de Lucena tornou de latim em linguagem para o senhor infante D. Pedro.

Mesmo com as conhecidas limitações da tardia formação cultural de Zurara, que os autores de maneira geral reconhecem, a sua probidade, não suscita dúvidas, apesar de em muita da documentação consultada transparecer a dúvida, pelo facto das muitas e

¹⁶⁶ Voltaremos a este assunto com mais detalhe no subcapítulo 3.3, do capítulo 3.

constantes utilizações de outros livros sem citar os autores. A este propósito, há autores que sustentam, sem qualquer fundamentação ou prova documental, que Pisano terá redigido (além de *De Bello Septensi*) uma *Crónica de D. Pedro de Meneses*. No entanto, não se conhece rasto do original ou de qualquer exemplar dessa obra de Pisano. Também se afirma que Zurara a utilizou sem omitir a fonte de informação, o que vem reforçar, como é óbvio, a probidade do cronista régio (cfr. Serrão, 1977; 1989: 31).

Ao longo do nosso estudo, não detectámos qualquer indício da existência de uma *Crónica de D. Pedro de Meneses* da autoria de Pisano. Conclusão idêntica aduziu Maria Teresa Brocardo afirmando o seguinte:

Não diz o autor em que texto encontrou documentação para tais afirmações. Apenas notarei que na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* não se alude em passo algum à obra de Pisano como “fonte”. De facto, consultámos a citada crónica e nela apenas se diz que o rei Afonso V, “não soomente se comtemtou de hos [os feitos do conde] fazer escrever ã nosso propio vullgar portugues, mas aynda os fez traduzir aa llymgoa llatina¹⁶⁷, porque nõ soomente os seus naturais ouvessem conheçimento e saber das grandes cavalarias daquelle comde e dos outros que com elle comcorrerão, mas que aynda fossem manyfestos a todo conheçimento de toda a nobreza da cristandade, per mestre Matheus de Pisano, que foy mestre deste rrey dom Affonso, o quall foy poeta¹⁶⁸. Se há aqui qualquer noção de “fonte”, será no sentido inverso ao referido por Serrão (1997: 15).

Da leitura atenta das obras de Zurara, tais quais se conservam hoje, e é pertinente ter esse aspecto em conta, parece legitimar-se um termo médio, no apreço da sua erudição: se na *Crónica de Guiné* há realmente pedaços e passos que denunciam farta colheita no *Trauctado da uirtuosa benfeyturia* do infante D. Pedro e ainda na *General Estoria* de Afonso o Sábio, extraídos ou não pelo autor, em todas as suas restantes obras não vemos assim abundância de capítulos inteiros ou quase completos, reproduzidos de outros autores.

No entanto, sobre este mesmo assunto, Ernesto do Canto elaborou um estudo minucioso, o qual não podemos deixar de apresentar, uma vez que se debruça sobre a crónica objecto do nosso estudo e da nossa edição semidiplomática. Afirma este autor que o seu trabalho se baseia nas duas *Crónicas dos Meneses*, publicadas pela primeira vez em Lisboa em 1792 e 1793 no segundo e terceiro tomos da *Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza*, publicados por ordem, e na officina da Academia Real das Sciencias:

¹⁶⁷ Afonso V, para se divulgarem em língua latina as crónicas dos Meneses e dos reis passados, mandou vir de Itália Dom Justo, frade da Ordem de S. Domingos, a quem por esse respeito fez bispo de Ceuta.

¹⁶⁸ “poeta laureado” (CCPM: Livro I, Cap. I, 175-176).

Foi encarregado da publicação o benemérito José Corrêa da Serra, secretario perpetuo da mesma Academia. *Por uma inexplicavel inadvertencia no indice a pag. 111 do T.º 3.º aparece esta Chronica como de Ruy de Pina. (...).* Além d' esta indispensável e importante rectificação, cumpre ainda advertir outra singularidade que tem passado desaperecebida, segundo creio; a da identidade e repetição de muitos dos últimos capítulos da primeira, e dos primeiros da segunda Chronica (1879: 49-50).

Ernesto do Canto (1879: 51) observa que na descrição da vida e acções do protagonista, feita ao longo da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, transcreve o cronista verbalmente os capítulos da *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* que se ocuparam da sua parte na defesa de Ceuta, antes do cerco de Tânger, capítulos que se apresentam na tabela que se segue:

Concordância entre as Crónicas dos Meneses

<i>Crónica do Conde D. Pedro de Meneses</i> [CCPM] (Edição de M. Teresa Brocardo, 1997)						<i>Crónica do Conde D. Duarte de Meneses</i> [CCDM] (nossa Edição semidiplomática)			
Liv. II.	Cap.	25	pág.	645	Igual ou semelhante no todo ou e parte	Cap.	5	pág.	10
Liv. II.	Cap.	27	pág.	656		Cap.	6	pág.	14
Liv. II.	Cap.	28	pág.	660		Cap.	8	pág.	18
Liv. II.	Cap.	29	pág.	665		Cap.	9	pág.	21
Liv. II.	Cap.	30	pág.	668		Cap.	10	pág.	22
Liv. II.	Cap.	31	pág.	672		Cap.	11	pág.	24
Liv. II.	Cap.	32	pág.	673		Cap.	12	pág.	25
Liv. II.	Cap.	34	pág.	680		Cap.	13	pág.	27
Liv. II.	Cap.	35	pág.	684		Cap.	14	pág.	29
Liv. II.	Cap.	36	pág.	695		Cap.	16	pág.	35
Liv. II.	Cap.	37	pág.	698		Cap.	17	pág.	37
Liv. II.	Cap.	39	pág.	711		Cap.	22	pág.	40
Liv. II.	Cap.	40	pág.	716		Cap.	23	pág.	43

Para além da transcrição integral destes capítulos, também do capítulo XXII do Livro II, p. 640, da *Crónica do Conde D. Pedro*, transcreve o cronista verbalmente parte do capítulo 4.º, p. 10, da *Crónica do Conde D. Duarte*, especialmente na parte em que D. Pedro de Meneses armou o filho cavaleiro. De igual modo há semelhanças de conteúdos entre o Capitulo XXVII, do Livro II, da *Crónica de D. Pedro* e o capítulo 7, da *Crónica de D. Duarte de Meneses*, entre outras semelhanças.

As observações transcritas são valiosas e devem ser tidas em conta ao empreender-se a reedição daquelas obras, uma vez que poderão ajudar a resolver parcialmente o problema das lacunas da *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, existentes em todos os códices conhecidos.

Um outro pormenor mereceu a nossa atenção: Zurara atribui, na *Crónica de D. Pedro*, mais do que uma vez, o estatuto de Capitão de Ceuta a D. Duarte: «O comde, comsyramdo como Rruy Gomez da Sylva hera nobre homẽ e de gramde syso e ardideza, que poucas vezes se acha juntamemte, lleyxou-lhe a guarda da cidade, a qual leyxava sob captania de dom Duarte, seu filho, que ao depois foy comde de Viana» (CCPM: Livro II, Capitulo XI, 581), e, «Em estes dias partyo ho comde dom Pedro pera estes rregnos, deyxamdo seu filho dom Duarte por capitão el seu llogo, acompanhado de bõos cavaleiros, seus parentes e criados» (*Idem*: Capitulo XXVII, 657).

O título de Capitão de Ceuta, atribuído a D. Duarte de Meneses, e a coincidência de tantos capítulos idênticos nas duas crónicas dos Meneses são explicados da forma seguinte:

D. Duarte, antes de ser nomeado capitão de Arzila¹⁶⁹ em 1458, tinha servido em Ceuta, primeiramente sob as ordens do conde D. Pedro, seu pai, e depois em seu lugar como capitão da cidade desde 1431, em que D. Pedro veio para Portugal, até Agosto de 1437, em que regressou a Ceuta. Os feitos, que D. Duarte obrou em defesa da cidade de Ceuta, são contados na segunda parte da *Crónica de D. Pedro*, escrita por Zurara; e quando êste compoz a *Crónica de D. Duarte* transcreveu verbalmente para esta crónica a parte daquela, que dizia respeito ao mesmo D. Duarte (Pereira, 1915: LVII).

O apuramento das fontes e de alguns plágios de Zurara mostram, em primeiro lugar, que as suas crónicas exprimem um saber historiográfico apreciável, próprio de quem manuseava com alguma assiduidade as páginas de vários historiadores e cronistas; porém, elas não podem considerar-se índice do estado das Ciências e da Erudição entre nós no fim da Idade Média, como julgou o visconde de Santarém. São, sim, reflexo, e bem transparente, da hierarquia dos valores morais e políticos e da estimativa em que eram tidas certas ordens de conhecimentos, mas não podem ser consideradas como expressão, pessoal ou geral, do próprio saber científico e filosófico.

Os plágios de Zurara recaem quase sem excepção sobre questões de carácter científico ou filosófico, o que implica a ilustração e o discernimento necessários para

¹⁶⁹ Há aqui um lapso de Francisco Maria Esteves Pereira pois D. Duarte de Meneses não foi nomeado capitão de Arzila mas sim de Alcácer Ceguer quando esta cidade foi tomada a 23 de Outubro de 1458.

apreciar o valor desses períodos e o a-propósito das transcrições, mas não a posse do saber ou o exercício de capacidade reflexiva que eles encerram. São, por assim dizer, contadas as leituras directas de carácter científico, tão contadas que parece não terem ido além da teoria elementar da esfera, considerada sobre o ponto de vista da aplicação astrológica.

Este facto mostra que Zurara foi bem do seu tempo no apreço por uma ordem de conhecimentos que D. João I e os seus imediatos descendentes tiveram em alta conta. Os períodos de carácter ou de pretensão científica das Crónicas, assim originais como plagiados, possuem significado histórico-cultural, denotando valores e estimativas vigentes no seu tempo, mas não permitem induções exactas e particularizadas acerca do saber científico-natural de quaisquer personalidades coevas (cfr. Carvalho, 1948: 126-127).

Relativamente aos plágios existentes na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Maria Teresa Brocardo faz apenas referência em nota de aparato aos trabalhos de Esteves Pereira e de Dias Dinis informando que em trabalho a publicar, «retomaria mais demoradamente esta questão no que respeita à relação intertextual entre as crónicas dos Meneses» (1997: 20).

Nas obras zurarianas não é difícil detectar passagens plagiadas mas, pelo que fica dito, tal facto era usual na época e o cronista não fez menção em esconder ou camuflar os mesmos. A sinceridade do cronista e a sua preocupação pela verdade histórica não deixam dúvidas e até estão bem documentadas nas palavras que se seguem de Correia da Serra:

Se acerca do seu estilo houve diversidade de opiniões, a sua sinceridade histórica tem sido igualmente bem avaliada por todos, e das suas mesmas obras se pode coligir. Os defeitos dos seus heróis são trazidos a campo, com a mesma clareza que as suas virtudes; as intrigas são declaradas sem respeito a pessoa alguma e ajunta a esta rara qualidade para lhe darmos crédito, o ser contemporâneo do que escreve, e o não ter poupado a meios de instruir-se para conhecer o que escrevia, só para ver os lugares que eram teatro da história que empreendeu e tomar miúdas e exactas informações do acontecido. A carta que ElRei lhe escreveu quando ele estava em Alcácer Ceguer, para o animar ao seu trabalho, faz igual honra ao Monarca, e ao escritor (1792: 210-211).

Mas há uma faceta do plágio que importa frisar, e neste ponto temos de reconhecer a nossa gratidão ao cronista: o mundo da escrita medieval foi marcado inúmeras vezes por exemplares únicos que, por vaticínio do tempo ou incúria do homem, se poderiam ter perdido para sempre. Sendo assim, «quantos retalhos de conhecimento não terão sido salvaguardados do esquecimento e chegado até nós pelo, agora reprovável, acto de usurpar a criação de outrem?» (Carilho, 2005:14-15).

Capítulo 3.

*A obra zurariana e o seu contributo
para a consolidação da dinastia de Avis
e da afirmação da identidade nacional*

Capítulo 3.

A obra zurariana e o seu contributo para a consolidação da dinastia de Avis e da afirmação da identidade nacional

E esto nom emtemda alguñ que sse diz por fallar de graça, ca eu que esta estoria escpreui, lij muy gram parte das cronicas e liuros estoreaaes, e numca em elles achey semelhamte (CC: Capitullo xxxix, 124).

Gomes Eanes de Zurara circunscreveu em todas as suas crónicas o objectivo da investigação das suas obras. Assim, na *Crónica da Tomada de Ceuta* propôs-se escrever “a gloriosa fama da muy notavel empresa levada a cabo pelo virtuoso e nunca vencido príncipe senhor rey Dom Joham”, enquanto a *Crónica da Guiné* “he entitullada a este senhor [infante D. Henrique]”, para na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* indicar que, “este volume he principalmente ordenado a fim de se contarem os feitos e obras daqueste conde ou, principalmente por louvor e gloria daquelle conde, e de outros nobres e virtuosos varoens, que com elle por defenssaõ da Santa Fee tam virtuosamente trabalharam”, destinada a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* “a dar perpetua membraça aos assinados serviços do conde de Viana”, D. Duarte de Meneses.

A actividade literária de Zurara decorreu num período aproximado de vinte anos (1448-1468). De facto, as quatro crónicas conhecidas de Zurara, desde o período da sua concepção até à sua conclusão, face à documentação conhecida, inserem-se, *grosso modo*, no período apontado.

O ambiente medieval preencheu o clima ideológico das conquistas e descobrimentos nas obras quatrocentistas. Apesar do gradual declínio da ideia da formação na Europa de um Império Universal Cristão, e a consequente afirmação das monarquias feudais que favoreceram a multiplicação de cortes régias e senhoriais, no espírito dos homens prevalecia ainda a concepção da *Respublica Christiana*, pelo que era obrigação de todos os cristãos trabalhar para o engrandecimento e defesa da cristandade.

O estado virtuoso regia a conduta humana. Assim, era necessário justificar o procedimento pelas fórmulas tradicionais do serviço de Deus, serviço do Rei e honra própria, como se constata na carta de confirmação dada por Afonso V em 4 de Janeiro de 1458, na qual o infante D. Henrique expressou a ideologia coeva: “Faço saber a quantos esta minha carta virem que considerando eu os trabalhos dos homens principalmente de

verem ser por serviço de nosso Senhor Deos, e assim de seu senhor por que hajam de receber galardão de glória, e em este mundo honra e estado”¹⁷⁰.

D. Afonso V, ao mandar escrever a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, tinha em mente considerar as recompensas futuras a atribuir aos descendentes do conde D. Duarte de Meneses: «Assy quis uossa alteza que tam assijnado seruiço nom passasse sem perpetua nêbrança por que aallê do grande louuor que a memorya daquelle conde por ello merece obrigassees uossos socessores, fazerem aos seus pera sempre honra e mercee» (CCDM: Cap. I, 3). Poderia acontecer que os sucessores de Afonso V, desconhecedores das façanhas do capitão de Alcácer Ceguer, sem a dita crónica, não pudessem fazer a honra e mercê devidas à descendência do conde D. Duarte de Meneses, pelo que a própria redacção das crónicas obedecia ao fim último de galardoar serviços prestados.

Foi o contacto com outros povos perpetrado pela acção dos portugueses através das conquistas, da Expansão e dos Descobrimentos, realizados ao longo de todo o século XV, que fez desabrochar uma nova era e uma visão renovada da História, do mundo e da humanidade. Tal é o espírito que irradia das obras zurarianas, as quais comungam da exaltação da fé cristã retratada nos feitos dos cavaleiros, e da percepção de um devir civilizacional moderno, cujos horizontes os portugueses rasgaram e fizeram emergir. Todavia, as crónicas zurarianas não exprimem a formação de quem aplicou a juventude no estudo das *artes sermocinales* ou se preparou discentemente para a vida sacerdotal, não obstante serem atribuídos ao cronista predicados intelectuais de bom gramático, distinto astrólogo e grande cronista.

A cultura de Zurara era essencialmente leiga e mostrava sinais de haver sido adquirida autodidacticamente, o que se verifica na variedade algo dispersiva dos seus conhecimentos, na curiosidade com que dirigiu o olhar para a alvorada do pré-humanismo, na predominância da atitude retorizante em detrimento da lógica (ou polemizante), que era a da tradição escolar:

Gramático, foi-o sem dúvida, se por tal se entender não o *grammaticus* escolar e escolástico da tradição docente de *tabulistas*, *donatistas* e *alexandristas*, mas o prosador de posse de vasto vocabulário, capaz de o animar com a vibração da sensibilidade e até de o entumecer com o inchaço declamatório. Todas as suas páginas proclamam estes dotes, que o singularizam entre os escritores coetâneos: se o infante D. Pedro lhe foi superior na penetração da inteligência, na estruturação lógica do que lhe saía da pena, mais pensado que sentido, e na propriedade do vocabulário conceptual; se D. Duarte o excedeu na finura da análise introspectiva e na riqueza do vocabulário ético, que nunca

¹⁷⁰ Magalhães Godinho, in “Documentos sobre Expansão Portuguesa”, volume II.

esbanjou e sempre empregou com apreciável sentido de concretização e de densidade representativa, Zurara a ambos levou a palma na imaginação evocativa, na sinceridade para o heróico e para o cavalheiresco, na expressão verbal e eloquente (Carvalho, 1948: 121-122).

3.1. A *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*: descrição e contextualização histórica

Não é por as coisas serem difíceis que nós não ousamos, mas é porque não ousamos que elas são difíceis (Séneca).

A *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* é ao mesmo tempo a vida do conde D. Duarte de Meneses e a história dos sucessos das guerras com os Mouros, desde a conquista de Alcácer Ceguer, em 1458, até ao ano de 1464, ano da morte de D. Duarte de Meneses.

Esta crónica constitui uma das obras mais valiosas e verdadeiras de Gomes Eanes de Zurara. Com efeito, a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, juntamente com a *Crónica da Tomada de Ceuta* e a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* constituem «as três Crónicas sobre a presença portuguesa no Norte de África» (Brocardo, 1997: 20) e narram, com particular cuidado, cinco décadas da presença portuguesa em Marrocos, de 1415 a 1464.

Nas três crónicas, há uma certa homogeneidade de tempo (século XV), espaço (Norte de África) e conteúdo (guerras contra os Mouros) nas três crónicas marroquinas; ora, a conjugação destes factores induz-nos ao inexorável estudo / análise das três citadas crónicas para se ter uma perspectiva mais abrangente, consistente e verídica do contexto histórico em que as mesmas foram produzidas e dos seus objectivos. Mas o nosso estudo não é tão ambicioso: preocupamo-nos, na medida do possível, em acompanhar de perto todas as obras do autor, sempre que tal se revele necessário, útil e esclarecedor para a consecução dos objectivos que perseguimos.

O estudo da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* e de todas as obras zurarianas servir-nos-á para conhecermos e compreendermos com mais profundidade o homem, o cronista, a verdade do seu trabalho e da sua vida.

Na *INTRODUÇÃO ÀS CRONICAS* de *Gomes Eannes de Zurara*, José Correia da Serra diz que, «a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, mais rara ainda, vai impressa segundo hum mui estimável Ms., e único antigo existente, o qual se acha em poder do Excellentissimo conde de São Lourenço Dom João de Noronha» (1972: 211-212). Face ao exposto, concluímos que o laborioso abade considerava a *Crónica do Conde D. Duarte de*

Meneses mais rara que a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, opinião que Maria Teresa Brocardo comunga e partilha.

A *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* foi encomendada a Gomes Eanes de Zurara por el-rei D. Afonso V, aliás confirmada – “embora ainda então em projecto ou perto disso”¹⁷¹ –, por carta do próprio monarca, autógrafa e mui atenta –, «quando uirem ho que auees de escreuer dos feitos de Alcaçer (...). Vossa irmã auerey em minha encomenda segundo me escreueys Escripta a 22, de Nouembro» (CCDM: Carta de Afonso V, 1-2). Esta carta foi enviada para Alcácer Ceguer, onde Zurara juntava dados para a dita crónica, nestas precisas circunstâncias, narradas pelo próprio autor, dirigindo-se ao monarca:

Duas rezoões muyto alto e muyto excellête princepe me constringyã scusar de comprir uosso mandado quando me da Aueyro screuestes mãdãdo que leixasse todallas cousas em que entom por uosso seruiço era ocupado que eram assaz grandes e proueitasas aos naturaes de uossos regnos, principalmente ao rregimento de uosso tombo, que aallem do bem comuũ pertence muyto a uosso seruiço. Me trabalhasse logo de ajuntar e screuer os feitos do conde dõ Duarte de Meneses uosso alferes moor e capitam ã a uilla dAl[ca]cer (*Idem*: Cap. I, 3).

O motivo e a data da encomenda da obra deduzem-se facilmente de outra passagem da citada crónica: «E isto creo eu muyto alto princepe que serya por que nom auya muytos dyas que o uirees acabar sua uida [D. Duarte de Meneses] antre os mouros por defesom de uossa pessoa» (*Ibidem*).

A carta autógrafa do monarca prova «quam bella era a alma daquelle monarca, a quem podemos sem receio chamar o último rei cavaleiro. Vê-se nesta carta que D. Afonso V entendia que uma penna vale bem um septro, e o engenho um throno. De irmão para irmão não houuera mais afável e afectuosa linguagem, e mais generosas animações e mercês» (Herculano, 1839: 250-251).

Esta carta autógrafa é bem elucidativa da estima e respeito que o monarca dedicava ao cronista. Apesar da diferença de idades entre ambos ser de 26 ou 27 anos, esta carta prova-nos que uma grande amizade os unia. Esta ligação terá sido adquirida na biblioteca real desde os tempos da adolescência do monarca e onde o cronista trabalhava.

Como vimos, a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* foi precedida de uma carta que D. Afonso V dirigiu ao cronista Gomes Eanes de Zurara, enviada para Alcácer Ceguer, e escrita em 22 de Novembro, sem indicação de ano, mas que se deduz ser o de 1467, o único Novembro que Zurara passou em Alcácer.

¹⁷¹ Damião de Góis. *Crónica do sereníssimo Príncipe D. João*, cap. VI, e *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*, Parte IV, Cap. XXXVIII.

Em 25 de Maio de 1468, ano em que teria 62 ou 63 anos, ainda o cronista se encontrava no Norte de África, facto comprovado na certidão do Foral de Gralhas, redigida pelo contador Martim Álvares¹⁷², autorizado a fazê-lo por D. Afonso V, em virtude, como afirmou, de Gomes Eanes de Zurara estar ausente em Alcácer Ceguer.

É desconhecido o original desta carta régia, pela qual principiam todos os códices manuscritos conhecidos da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, publicada na *Colecção de Livros Inéditos de História Portuguesa* em finais do século XVIII.

No manuscrito da Torre do Tombo, códice n.º 520 (Livraria), conserva-se cópia da referida carta, de fins do século XVI. Outras são conhecidas nos códices n.º 495 da Biblioteca da Universidade de Coimbra (Cimélios), n.º 297 (Alcobaça), 1.598 e 8.920 da F. G. da Biblioteca Nacional de Lisboa. Em todas falta o ano, que se deduz ser o de 1467.

Ao alto do Capítulo I, no impresso de Correia da Serra e nos códices manuscritos, principia assim: «Começasse a estorea que falla dos feitos que fez o jllustre e muy noble caualleyro dom Duarte de Meneses, conde que foy de Vyana, Alferez moor delRey E capitam por elle na uilla dAlcacer em Africa. A qual foy prymeyramente ajuntada e scripta per Gomez Eanes de Zurara professo caualleyro e comendador na ordẽ de Christus. Cronista do dicto senhor Rey e guarda moor do tõbo de seus regnos» (CCDM: Cap. I, 3).

Com base no parágrafo, «E sseẽdo esta uilla despois sẽpre de mouros ataa este presente ãno de .iii^cjlxij» (*Idem*: Capitullo .Cxxj., 159), Esteves Pereira pensou, erradamente, quanto a nós, que esta crónica teria sido «começada antes de 1462 e escrita pela maior parte em Alcácer Ceguer sob as vistas do conde D. Henrique de Menezes»¹⁷³ (1915: LVI-LVII). Todavia, e como veremos, D. Duarte de Meneses morreu em 1464, pelo que, só depois dessa data é que Afonso V teria solicitado ao cronista a sua elaboração, aliás confirmada pela sua estadia entre 1467 e 1468 em África, para onde o cronista se dirigiu no intuito de recolher informações basilares para poder cumprir com rigor, isenção e verdade o pedido do monarca, contactando com testemunhas vivas e convivendo mais de perto com o verdadeiro cenário de guerra vivido pelo falecido conde D. Duarte de Meneses.

¹⁷² Traslado do foral de Gralhas – Foral concedido por D. Dinis à aldeia de Gralhas, do termo de Montalegre por carta datada de Lisboa, a 20 dias de Setembro da era de 1348 (1310 d. C.). Por alvará de 21 de Maio de 1468, Afonso V mandou que Gomes Eanes de Zurara lhes passasse um novo foral dada a deterioração do primeiro. Este serviço foi efectuado por Fernam de Elvas e assinado por Martim Alvarez, que para isso tinha licença e ordem del rei. Nesta Carta de Foral declara-se a ausência do cronista Gomes Eanes de Zurara em Alcácer Ceguer. *Arquivo Nacional*, Gaveta 15, maço 16, n.º 7. Reproduzido por E. Pereira, 1915: 307-308.

¹⁷³ D. Henrique de Menezes, 4.º conde de Viana e 1.º conde de Valença, filho do conde D. Duarte de Menezes e nomeado capitão de Alcácer Ceguer por carta de 13 de Março de 1464. Foi nomeado capitão de Arzila por carta de 27 de Agosto de 1471. Afonso V deu-lhe o título de conde de Loulé. Faleceu em África, sendo capitão de Arzila, pouco antes de 17 de Fevereiro de 1480.

No mesmo sentido opinaram Duarte Leite (1941: 182) e Dias Dinis (1949b: 142), referindo que a data da encomenda da obra foi o ano de 1464, ano da morte do conde D. Duarte de Meneses, opinião com a qual comungamos face aos «tormentos que a figura do conde D. Duarte incutia no espírito do rei D. Afonso V, a caminho de Tetuão, ao lado do filho do conde D. Duarte, D. Henrique, a quem mesmo ali fez conde» (Costa, 1901: 49).

A atitude do monarca surgiu como uma medida compensatória e de remediação pela insensatez demonstrada, como que procurando algum conforto ou justificação material e espiritual face à morte do corajoso e malgrado Capitão de Alcácer Ceguer, ocorrida, poucas horas antes, por culpa da imprudência e teimosia reveladas pelo próprio monarca.

Por diversas vezes o cronista hesitou e confessou que não tinha muita disposição para redigir a nova crónica, receando os seus detractores: «ca uossa alteza sabe que se uosso mandado nom fora presunçom nõ fezera mouer a pena folgada» (CCDM: Capítulo I., 4).

Esta crónica final de Zurara continha 156 capítulos. Nos manuscritos conservados até hoje, 38 desses capítulos estão perdidos na sua integridade e outros 21 mostram-se mutilados. Com efeito, a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* está infelizmente truncada nos manuscritos existentes, e na parte conservada conta os seus feitos antes de 1438 (aliás já sabida pela do pai), e alguns de 1461 em diante na sua capitania de Alcácer Ceguer. «Talvez nos capítulos perdidos estivessem consignados acontecimentos guerreiros de Ceuta entre 1438 e 1461» (Leite, 1941: 51-52).

Supõe-se que esta obra tenha sido acabada depois de Agosto de 1468, data aliás consensual entre os biógrafos e estudiosos de Zurara. Mas como a obra não tem cólofon, ignoramos quando Zurara concluiu a crónica, de que nos ficaram apenas manuscritos mutilados, o mais antigo dos fins do século XV.

Zurara escreveu a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* após minuciosa e directa investigação local dos acontecimentos históricos nela descritos, «em auer das cousas que assy ouuesse descreuer a melhor enformaçõ que eu podesse por que melhor e mais uerdadeiramente podessem» (CCDM: Capítulo segundo., 4), logo a seguir a eles terem acontecido, e com a preocupação de evitar reparos das pessoas coevas dos factos e na obra contemplados, ou de suas famílias, como se constata nesta passagem:

E no ãno do nacymento de Christo de mil . iii^cjlxvij. no oitauo mes daquelle ãno, passey naquestas partes de Africa onde estiue tanto tẽpo atee que o sol passou hũa uez todollos doze signos assy como estam asseentados no zodyaco, onde sguardey muy bem todo o asseento da terra e as comarcas com que parte como se achara scripto per mÿ aos .xxxj capitullos desta obra [capítulo infelizmente já desaparecido] (*Idem*: 5).

Este peregrinar de Zurara, preludiando uma espécie de historiador andarilho quinhentista, espécie representada, segundo Manuel Rodrigues Lapa, por Fernão Lopes de Castanheda, o qual, no prefácio do Livro III da *História do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, publicada em oito volumes saídos entre 1551 e 1561, dedicado à Rainha D. Catarina, esposa do rei D. João III (1502-1557), e regente do reino desde 1557 até 1562, insistiu na necessidade que tinha o historiador de se trasladar ao teatro dos sucessos, estagiar nos locais que presenciaram os sucessos que pretendia narrar: «porque muito sobrenatural há de ser o engenho que há de saber escrever do que nunca viu» (1972: XV). Acrescenta ainda este autor que, «quem há d’escrever histórias, há de fazer as diligências que eu fiz e ver a terra que há de tratar como eu vi, que assi o fizeram esses historiadores antigos e modernos» (*Idem*).

Apesar de todos os esforços no apuramento da verdade e de isenção revelados por parte de Zurara, quanto mais avançamos no estudo da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, mais se acentua o receio e a preocupação do cronista contra as más-línguas, «A ssegunda o grande conhecymento que tenho de uossas eroycas uirtudes e grande saber, que nom soomête soportarees meus fallecimêtos mas ainda tomarees encarrego de me defender das seetas dos que nom sabem senom mal fallar» (CCDM: Capitulo I., 4), solicitando ao monarca compreensão e ajuda contra os inimigos, os invejosos e oportunistas, conforme verificamos nos seguintes excertos:

Se quisessesmos alargar a estorya muytas cousas teeryamos pera dizer mas como disse huñ pueta que os modernos nom quiseram senõ breuydades, porẽ nom curamos descreuer em este liuro senom aquello que sentyrmos que nom podemos scusar (*Idem*: Capitulo .Rviiij., 66);

Diz o autor desta estorea, eu nõ quero ãmêtãr, nem especificar os feitos de cada huñ destes nobres homeẽs por que me serya necessareo querêdoo fazer, ou nõ dizer todo ou fazer mjnha estorea tam prolixa que fizesse fastyo aos leedores (*Ibidem*: Capitulo .Lix., 84);

E sse eu quisesse diz o autor desta estorea contar per extenso as bondades e uallêtyas que estes e os outros fidalgos e boõs homeẽs fezerõ assy neeste dya como nos outros, certamête eu farya minha obra de grande prolixidade (*Ibidem*: Capitulo .Lxxvj., 106);

Outra uez peço perdom a toda a outra noble gête por nõ screuer aquy por extêso a bõdade de cada huñ por que certamête tomando a mayor parte pollo todo, todos o fezerõ tã auãtajadamête que se eu ouuera de cõtãr a bõdade de cada huñ segũdo seu proprio merecimêto requerya, pouco menos me cõuyera senõ de fazer de cada huñ special capitulo (*Ibidem*: Capitulo .Lxxx., 114);

Tenho tãtos spreitantes que ainda eu bem nom tomo a pena na maaõ pera screuer, ja começã de condanar mjnha obra (*Ibidem*: Capitulo I., 4).

Os queixosos eram, como não podia deixar de ser, os nobres e os fidalgos, os não visados pelo cronista com a atribuição de façanhas honrosas, daquelas que davam honra e fama e podiam vir a conferir proveito e glória como então se usava dizer.

Essas críticas levaram o cronista a modificar o processo historiográfico. Comparando as duas primeiras crónicas, de Ceuta e da Guiné, com as duas últimas, dos condes de Vila Real e de Viana, tal como José Dias Prudente sustenta, «nota-se no processo narrativo destas, mas principalmente na *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, uma tendência para a precisão e concisão, de que estão longe as primeiras» (1960: 48).

É certo que as duas últimas obras de Zurara, as crónicas dos Meneses, do conde D. Pedro e do conde D. Duarte, apesar de durante muito tempo terem sido ignoradas, são das obras de maior esplendor literário de Zurara e aquelas em que o cronista utilizou uma metodologia mais consistente e rigorosa, fruto da sua maior maturidade cultural e intelectual. Esta asserção é inteiramente partilhada por Larry King que afirma: «It must be noted, however, that Zurara's final two works have been largely ignored. As will be pointed out and developed later in this study, the chronicles of Dom Pedro and Dom Duarte de Meneses, particularly the latter, were written during Zurara's most mature years of literary productivity and under his most rigorous methodology» (1976: 17).

Nas crónicas dos Meneses as tiradas retóricas são menos frequentes, tal como a intervenção na narrativa. Os elogios são menos repetidos, mas as críticas ao monarca e a outros senhores acentuam-se, como por exemplo, quando Afonso V descurou o abastecimento e defesa de Alcácer Ceguer, recentemente conquistada, salvando a situação a astúcia do valoroso conde D. Duarte de Meneses, assim como as críticas ao irmão do rei *Africano*, D. Fernando (1433-1470), duque de Viseu, descrito como invejoso, intriguista, desobediente e muito imprudente, pai do futuro rei D. Manuel, o *Venturoso* (1469-1521), críticas que revelam um Zurara mais ousado e frio, mais maduro, racional e crítico.

Na elaboração da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, Zurara reconheceu que a gente popular tinha melhor conhecimento dos feitos ocorridos na cidade do que os fidalgos, daí uma das razões que o levaram a viajar para verificar *in loco* a realidade dos acontecimentos que descreveu e aí colher informações o mais verídicas possíveis.

As rivalidades entre a classe nobre e as intrigas contra o próprio conde D. Duarte de Meneses cresceram e transformaram-se em ódio crescente na própria corte de Afonso V. Estas tramas, instigadas e alimentadas pelo próprio irmão do rei, D. Fernando, e outros

ilustres do reino, e conhecidas do próprio Zurara, terão certamente pesado na decisão do cronista em socorrer-se de testemunhos mais simples, humildes e desinteressados, até porque, como descreveremos seguidamente, a figura do conde D. Duarte de Meneses mereceu toda a honra, respeito e consideração ao cronista.

As críticas talvez o tenham despertado do sono dogmático em que até aí permanecera, reconhecendo maior valor ao testemunho de *poucos e certas pessoas*. Assim, cada qual descreveria os sucessos através do prisma dos seus interesses, não olvidando a descrição pormenorizada da sua acção, esquecendo outros aspectos. O soldado humilde, que nada tinha a ganhar com a narrativa e espectador desinteressado, daria uma visão de conjunto mais ampla que a dos cortesãos: «embora com a respectiva vénia, bem respeitosa, atribuindo o conhecimento menos profundo dos acontecimentos, pelo facto da actividade dos fidalgos ser mais dispersiva, incidindo a sua atenção em maior número de funções, valoriza o testemunho da gente popular» (Prudente, 1960: 50).

Gomes Eanes de Zurara, sempre em busca da realidade e do apuramento de toda a verdade, procurou junto de D. Henrique, filho do conde D. Duarte de Meneses, acompanhar as cavalgadas que este realizou em território marroquino, calcorreando os mesmos itinerários do falecido conde seu pai, procurando fazer uma espécie de reconstituição do passado: «por que nas entradas que o conde dom Henrique fazia naquelle tempo eu fuy com elle e ainda per meu requerimento leixou algũas uezes de yr a alguũs lugares por yr a outros satisfazendo ao meu desejo cõ a melhor uoõtade que elle podya conhecendo minha tençam» (CCDM: Capitulo segundo., 5).

O cronista rentabilizou ao máximo a sua estadia em África, comunicando com os próprios mouros, no sentido de aquilatar dos seus sentimentos, anseios e expectativas:

Eu ouuy depois a alguũs mouros cõ que faley daquelles que esteuerõ naquelle cerco estando eu la ã terra dAfrica pera screuer esta estorea onde me trabalhaua muyto falar cõ elles pera saber melhor seus feitos, e isto por elles uĩjrẽ algũas uezes a Alcacer. Outros saindo eu cõ o conde dõ Henrique sobre paz a trautar algũas cousas com elles todos me dizyam que lhes nõ parecerõ aquelles cauallos que sayã de cerco, mas que uijnham dalgũas aldeas abastadas onde esteuerom a pensar, a qual uista os fezera de todo desconfyar de sse poder por aquela uez tomar a uilla (CCDM: Capitulo .Lx., 84).

Face a estas duas últimas asserções, não tem razão Rodrigues Lapa quando acusa de falta de autenticidade a narrativa zurariana, carecendo de fundamento as suas palavras:

Sente-se no grande cronista Fernão Lopes um propósito decidido de nos referir a verdade, já o mesmo se não verificou no cronista Zurara. O historiador era agora um cortesão, sem independência material nem moral; e o rei, a pouco e pouco deixou de ser o rei popular, para ser o ditador absoluto, a quem tudo se devia. Nestas condições, compreende-se bem que o objectivo da História já não podia ser a simples e total verdade, mas apenas a verdade que agradava ao senhor, que redundasse em seu prestígio. A História tendia a converter-se num elogio, num panegírico (1972: V-VI).

Contrariando a tese adoptada por Rodrigues Lapa, demonstrámos nas páginas deste estudo, com palavras do próprio cronista, que apesar das inúmeras dificuldades, Zurara teve sempre presente a preocupação de narrar e contar a verdade, uma atitude que se infere no último período do excerto da carta datada de 22 de Novembro, do ano de 1467, que el-rei D. Afonso V enviou para África onde se encontrava Gomes Eanes de Zurara. Nestas palavras antevemos as intenções do monarca e algumas das razões do seu pedido ao cronista, e certificamo-nos que foi o próprio rei a louvar o cronista por o mesmo ter o desejo de escrever a verdade:

A muytos fiz onrra e merçe com melhor vôtade por ser çerto dalgũs boõs feytos que la fizeraõ por seruiço de Deos e dos Reys meus antecessores e meu, e a outros por serem filhos daquelles que la assim bem seruiam do que eu naõ era antes entaõ comprido conheçimẽto, e creo que naõ menos sera aos que depouys de min vierẽ quãdo virem ho que aueys descreuer dos feytos de Alcacer, e se algũs merecẽ gloria por yrem a esta terra por seruierẽ a Deos e a mĩ e fazerẽ de suas onrras: vos asaz soys de louuar que com desejo descreuer a uerdade do que elles fizeraõ vos desposestes a leuar o trabalho que elles soportaraõ (CCDM: Carta, 1-2).

Eis parte da resposta de Gomes Eanes de Zurara à carta de Afonso V, onde estão expostas as razões pelas quais o monarca solicitou ao cronista a elaboração da crónica:

Me trabalhasse logo de ajuntar e screuer os feitos do conde dõ Duarte de Meneses uosso alferez moor e capitam ã a uilla dAlcacer. E isto creo eu muyto alto princepe que serya por que nom auya muytos dyas que o uirees acabar suã uida antre os mouros por defensom de uossa pessoa na serra de Benacofu quando a ssegunda uez passastes em Africa, (...), nom soamente ficasse uyuo antre os homeẽs em todollos segres vijndoyros, mas ajnda fosse causa pera os uossos socessores amarem e honrarem aos descendentes daquelle conde (*Idem*: Cap. I, 3).

Da leitura destes dois excertos ficámos a saber que Afonso V quis agradecer e enaltecer os feitos do conde D. Duarte de Meneses, perpetuando o seu nome e o dos seus descendentes, o qual morrera, como verificámos na resposta de Zurara, “nom auya muytos dyas que o uirees acabar suã uida antre os mouros por defensom de uossa pessoa na serra

de Benacofu”, para defender a vida do próprio monarca, “o qual nom podya seer mayor que poer sua uida por defender a uossa”.

À semelhança de Marc Bloch, chamamos a atenção para a categoria *tempo*, «tão complexa como fundamental, na investigação histórica. Apenas referimos que uma outra categoria, o *espaço*, ainda que não expressamente referida, é também imprescindível, já que está sempre presente – de forma explícita ou implícita – no estudo de qualquer tema» (1965: 28-29). Com efeito, a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* não se restringe apenas ao tempo cronológico e ao espaço físico apresentados: estes fazem parte de um tempo secular muito mais vasto, a que corresponde, *grosso modo*, o século XV e a dinastia de Avis, e ao espaço da Península Ibérica juntamente com as praças marroquinas do Norte de África.

Para estudarmos a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* temos de ter bem presente as motivações que levaram os portugueses à conquista das praças do Norte de África, nomeadamente as praças de Ceuta e Alcácer Ceguer e outras praças marroquinas, para assim podermos enquadrar no espaço e no tempo, a razão ou razões do pedido de D. Afonso V ao cronista, para que escrevesse os feitos do conde D. Duarte de Meneses realizados no fronteiro de Alcácer Ceguer. Assim, é imprescindível reviver a sua época de trás para diante, examiná-la com prudência, aferi-la pelas provas documentais coevas, com outros testemunhos, comparando as várias edições conhecidas desta crónica e outras obras do autor.

A acção principal da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* situa-se num contexto espaço-temporal bem definido e delimitado: desde 1458, ano da conquista do fronteiro de Alcácer Ceguer, até ao ano da morte do conde D. Duarte de Meneses, em 1464, actor principal e protagonista da obra, e num espaço situado no Norte de África, entre Tânger e Ceuta, na foz do rio de Larache, uma “pequena vila de torres e muros mui fortes e bem providos de gente”, como a designa o próprio Gomes Eanes de Zurara.

Segundo Anselmo Bramcamp Freire (1899; 1973: 130), o conde D. Duarte de Meneses morreu nos primeiros dias de Fevereiro de 1464. Na *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* refere-se a sua morte mas não a data em que ocorreu: «E assy acabou aquelle nobre e tã honrado caualleyro cuja morte foy muy chorada, pero nõ tanto como deuera» (CCDM: Capitulo .CLiii^oj., 199).

Tal como as outras “crónicas marroquinas” a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* é um texto deveras importante no seu conteúdo para poder interessar a muitos

leitores, público menos restrito de estudiosos da época, tais como linguistas, historiadores, filólogos, paleógrafos, geógrafos e antropólogos, entre outros.

O cronista tinha consciência «que a fracos mēbros ligeyra carrega parece *grande*» (*Idem*: Cap. I, 4). Mas com simplicidade, «pois que deuo eu fazer muyto alto princepe que aallem de minha grande jnorancya per m̃y assaz conhecida» (*Ibidem*), e com muita humildade, «o conhecimento que tenho de mjnha rudeza e pouco saber» (*Ibidem*: 3), conseguiu elaborar uma obra de leitura imprescindível para o conhecimento da História do século XV português e, especialmente, a História da dinastia de Avis.

Não faltam à *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* o rigor de linguagem, nem a verdade histórica, como verificámos nesta passagem: «Se quisessemos alargar a estorya muytas cousas teeryamos pera dizer mas como disse huñ pueta que os modernos nom quiseram senõ breuyedades, porẽ nom curamos descreuer em este liuro senom aquello que sentyrmos que nom podemos scusar» (*Ibidem*: Cap. Rviiij, 66).

O cronista era exigente com a qualidade da sua escrita, pois, como afirmava, «nom abasta fazer boa obra mas fazella bem» (*Ibidem*: 3), escrevendo com ironia, muita ironia, «E cõ muytas feridas mãdou a ssua alma ao outro mundo assy como por messegeyra das muytas que em breue auyã de fazer aquella uyagẽ» (*Ibidem*: Capitulo .Riiiºj., 62), e com muita sensibilidade, tal como se constata neste outro passo: «em auer das cousas que assy ouesse descreuer a melhor enformaçõ que eu podesse por que melhor e mais uerdadeiramente podessem per m̃y seer scriptas, conhecendo aquello que eu fallecesse assy que na ordenança da estorea como na doçura da linguagẽ nom fallecerya despois quem em todo tẽpo meu fallecimento podesse e soubesse correger e ãmendar» (*Ibidem*: Capitulo segundo., 4).

No entanto, Duarte Leite chama a atenção para a linguagem de Zurara, «a qual pode induzir em erro o leitor desprevenido, porquanto usava os tempos dos verbos de maneira diversa da actualmente adoptada: encontram-se nas suas obras o imperfeito e o perfeito do indicativo onde hoje empregamos o presente e o imperfeito» (1941: 41), dando como exemplo a seguinte passagem:

ElRey como quer que fosse homẽ de grande humanidade e mansidõ era porẽ tal como as cousas que per natureza sã fryas que trabalhosamẽte recebẽ a queẽtura, mas despois que a teẽ, assy como a cõ trabalho recebẽ, assy lhe he graue de leixar. E assy que aquelle p̃riçepe nõ se assanhaua de ligeyro, mas despois que era sanhudo, nõ era muy leue de afaagar. E podya e sabya muy bẽ reprẽder qualquer seu seruydor que lhe erraua, porẽ sãpre cõ teperãça (CCDM: Capitulo .CRiiºj., 189).

Estruturalmente, a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* pode dividir-se em três partes: o prólogo ou introdução, um relato da transição de D. Pedro de Meneses para seu filho D. Duarte de Meneses e a crónica das guerras no Norte de África de 1437 até 1464. Os três primeiros capítulos formam o prólogo ou introdução da crónica e adaptam-se aos *topoi* do prólogo medieval.

No primeiro capítulo, Zurara refere o pedido de Afonso V para escrever a crónica e a sua anuência, após várias objecções, hesitações e justificações, a tal empreendimento: «ca uossa alteza sabe que se uosso mandado nom fora presunçom nõ fezera mouer a pena folgada, pois tijnha sabido que a fracos mēbros ligeyra carrega parece grande, pero nom pude nem posso negar a uosso mandado o que mjnha fraqueza poder uossa alteza receba a uõdade com que se fez por ãmēda do fallecimento da obra» (*Idem*: Cap. I, 4).

No capítulo segundo, o cronista disserta sobre a metodologia utilizada na escrita deste trabalho, afirmando diferir da utilizada nas crónicas anteriores, pelo que solicita e insiste com o rei para que o autorize a visitar o Norte de África, local onde decorreram os factos que iria narrar: «Entendy que me cõujnha passar em aquellas partes de Africa (...), por que me pareceo que me cõujnha auer boõ conhecymto per uista de todas aquellas comarcas per que as nossas jētes andarom pelleiando cõ seus jmijgos, pera saber como eram asseētadas, e o modo que os mouros tijnhã em pelleiar» (*Ibidem*: Capitulo segundo., 5).

No capítulo terceiro, Zurara conclui o prólogo narrando a genealogia do protagonista da crónica: «Em que o autor screue a geeraçõ de que descendeo o conde dom Duarte» (*Ibidem*: Capitullo .ijº., 6).

A segunda parte da crónica (capítulos IV-XXIII) relata o começo da vida de D. Duarte de Meneses, o que corresponde à transição entre a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* e o trabalho final de Zurara.¹⁷⁴

No capítulo quarto, D. Duarte é levado a Ceuta onde se reúne com seu pai que servia o rei como capitão da praça: «ficaua seu filho dõ Duarte mynyno de mama em ydade de noue meses em cas[a] de Joham Alvarez Pereyra a que o conde encomendara sua criaçom por singullar amizade que auya cõ elle, onde o moço esteue atee despois do cerco segundo que o conde dom Pedro ãuyou pedyr a elRey que lhe ãuyasse seus filhos, por quanto dõna Margaryda sua primeyra molher era fallecida» (*Ibidem*: Capitullo .iiiºj., 7).

Larry King (1978: 32) escreveu que D. Duarte de Meneses foi levado para Ceuta com nove meses de idade, uma opinião que não corresponde à verdade, porque o jovem Duarte

¹⁷⁴ Vide, no ponto 2.5.4, do capítulo 2, a tabela dos treze capítulos idênticos nas duas crónicas dos Meneses.

esteve em casa de Joham Alvarez Pereyra “atee depois do cerco segundo”; ora, o segundo cerco de Ceuta ocorreu em 1419, tendo na altura o infante D. Henrique chefiado, com êxito, uma expedição militar para socorrer a praça sitiada, pelo que, nessa altura teria o jovem Duarte de Meneses cinco anos de idade, “E assy pequeno como era”.

Contrariamente ao que o pai lhe tinha destinado, “teêdo tençã de o encaminhar aa jgreia”, o pequeno Duarte de Meneses cedo se inclinou para os feitos das armas:

E por que dô Duarte ainda era menor delles, encomendouho seu padre a dôna Aldôça sua filha, teêdo tençã de o encaminhar aa jgreia, pero tâto que o moço começou dandar logo mostrou sinaaes daquello que auya de seer ca nũca podya fallar senom em cauallos e armas. E assy pequeno como era nũca se fazya nehuum mouimêto na cidade pera sayr fora a algũas uista que auyã de mouros que logo nã fosse em joelhos ante o padre a pedyr lhe que o leixasse sayr com os outros (*Ibidem*: 7-8).

O capítulo quinto relata o casamento de D. Beatriz, irmã, por parte do pai, de D. Duarte de Meneses, com o conde D. Fernando de Noronha, neto dos reis D. Fernando de Portugal e Henrique III de Castela. Recomeçam os feitos bélicos em Março de 1432.

Os capítulos VIII a XIV encontram o jovem Duarte a combater e a triunfar constantemente sobre os mouros, sofrendo poucas baixas, e relatam a história de Ceuta até ao ano de 1435. Estava em curso a ascensão militar do jovem D. Duarte. Afirmavam-se as suas características de bom estratega e comandante das tropas.

No capítulo XV, Zurara explica que D. Leonor, irmã de D. Duarte, intrigava junto do pai para que o cargo de capitão de Ceuta fosse atribuído ao seu marido, facto perante o qual D. Duarte de Meneses permaneceu insensível e indiferente à decisão, continuando a lutar e a desbaratar o inimigo infiel. Com a partida de D. Pedro de Meneses, D. Duarte, que era o primogénito, poderia ter herdado a Capitania de Ceuta. Mas o rei reservou o lugar para o marido de D. Beatriz, primeira filha do conde D. Pedro de Meneses.

A perda dos capítulos XVIII a XXI constitui o primeiro grande truncamento do texto.

No capítulo XXV, Zurara relata a morte do rei D. Duarte, em 1438, e a agitação que se seguiu em torno da subida ao trono do moço rei D. Afonso V. A regência inicial da rainha viúva foi substituída pela do tio, e futuro sogro do monarca, o infante D. Pedro.

O segundo grande truncamento da crónica ocorre no capítulo XXVII. A continuação do texto, no capítulo XXXIII, encontra D. Afonso V já no trono, depois de liquidada a regência de D. Pedro. Perdeu-se, infelizmente, o relato de Zurara de uma das mais complexas lutas internas do Estado português. Nestes capítulos desaparecidos estariam, certamente, factos históricos que não teriam agradado a todos, e que, por motivos que nos

transcendem, não interessava que se tornassem públicos, o que não obsta, porém, que sobre os mesmos emitámos a nossa opinião. Aos truncamentos da crónica estará, porventura, associado, muito do vazio documental relativo à biografia e obra zurarianas, e ao eclipse dos últimos anos da vida do cronista e do seu fim.

Sendo certo que sem provas documentais não se pode construir História nem sustentar teorias, sentimos, no entanto, que devemos expressar as nossas reacções e emoções relativas ao desaparecimento de fólios da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* e ao mistério que envolve os últimos anos da vida do cronista. Nesse sentido, e com a consciência de estarmos a entrar no campo de hipóteses especulativas, tentaremos emitir algumas opiniões que, fruto da nossa reflexão pessoal, procurarão responder com alguma coerência e sustentabilidade às questões em aberto.

Um homem protegido do rei, cronista régio, com obra feita, detentor de títulos e propriedades, «homem mimoso da fortuna, ocupando cargos elevados e rendosos, honrarias e benesses» (Viterbo, 1898: 821), com filhos conhecidos, apesar de legitimados *a posteriori*, desapareceu sem deixar rasto; ainda se morresse depois do rei que sempre o protegeu, mas não, Afonso V sobreviveu-lhe ainda mais de seis anos, pelo que, dadas as relações de estima existentes entre eles, não se compreende este vazio documental relativo ao seu fim, o que nos leva a pensar, pelo menos a equacionar, se a protecção do monarca terá mesmo prevalecido até aos seus últimos dias de vida.

Teria Zurara caído em desgraça nos últimos anos da sua vida? Ou será que se retirou, intencionalmente ou não, ao pressentir que o fim estaria próximo?

Das suas obras nada transparece nesse sentido. No entanto, como sabemos e conhecemos, através da documentação coeva, quanto Afonso V o estimava, garantindo-lhe, em condições normais, e na pior das hipóteses, um final de vida digno, com pompa, honra e registo, condizentes com a sua categoria e estatuto social – o que parece não ter sucedido – nem uma palavra se conhece sobre o assunto.

Pensamos que a imputação de todos estes mistérios não pode ser atribuída, de ânimo leve, apenas à Inquisição ou, como induz Larry King, “à limpeza da casa” após o terramoto de Lisboa: «The organization of the Archives in modern times was preceded by the destruction of countless valuable documents by means of official “housecleaning” as well as the earthquake of 1755» (1976: 17).

No tempo de D. Sebastião (1554-1578), já a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* estava mutilada, pelo que não se podem atribuir responsabilidades à Censura por esse facto.

Aliás, foi o próprio inquisidor, Fr. Bartholomeu Ferreira, a colocar a hipótese, se os fragmentos aparecessem, que “houvessem de vir á censura”, para serem revistos:

Tudo inculca autoridade neste Codego [conde de S. Lourenço], mas he para lamentar que haja tantas lacunas nelle, que devemos supor irreparáveis, pois que não sòmente faltaõ nos dois exemplares mais modernos que desta obra podémos alcançar, mas já faltavaõ no Reinado d'ElRey D. Sebastiaõ, quando teve licença para se imprimir o Ms. que ora nos servio de guia. Fr. Bartholomeu Ferreira que o reveo, requer na sua aprovaçaõ, que se por ventura estes fragmentos apparecessem, houvessem de vir á censura (Serra, 1972: 211-212).

Face ao exposto, concluímos que o códice do conde de São Lourenço, o qual serviu de base à edição de 1793 de José Correia da Serra, não tinha sido censurado na sua versão original, porque, se o tivesse sido, certamente o censor Bartolomeu Ferreira teria detectado alguma pista ou indício anterior feitos nesse sentido. Ora, como os truncamentos existem em todos os códices conhecidos, e Correia da Serra, em finais do século XVIII, já encontrou o códice de São Lourenço truncado e ainda não censurado, somos obrigados a aceitar que a Censura não tenha tido responsabilidade pelo truncamento dos códices.

Se no século XVI a Crónica já estava mutilada, como acabámos de verificar, não podemos imputar responsabilidades “à limpeza da casa” efectuada após o terramoto de Lisboa, em pleno século XVIII, dois séculos mais tarde. É nosso entendimento e parecer que os fólios da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* desapareceram muito antes, pouco depois da sua publicação e antes da morte do cronista, isto é, entre 1470 e 1473. É isso que, face aos dados coligidos, analisados e reflectidos, procuraremos desvendar.

Recordemos e atentemos nalguns factos.

Após a morte de D. Duarte, como já apresentámos neste estudo, seguiram-se no reino muitas discórdias, «E no ano de XXXVIII (1438) se finou deste mundo o mui virtuoso el-Rei D. Eduarte, IX dias de Setembro, em Tomar, por cujo falecimento se seguiram no reino mui grandes discordias» (CG: Cap. XI, 63), e levantaram-se os problemas da sucessão, tendo-se desencadeado uma verdadeira guerra civil entre o partido da rainha viúva D. Leonor, à frente do qual estava o conde de Barcelos, contra o regente D. Pedro:

Seguyranse despois grandes deuisoões no regno por causa do regimêto. E isto por que o Rey finado leixara o encarrego de todo aa Raynha sua molher, o que pareceo caasy a todos contrayro aa boa rezom .s. que huñ tal regno e em que aaquelle tpo taaes tres principes auya como eram os Jffantes dom Pedro e dom Henrique e dom Joham, ouuessem de ser Regidos por molher dado que uertuosa fosse (CCDM: Capitulo .xxv., 44-45).

A animosidade da rainha viúva D. Leonor, filha de Fernando I, rei de Aragão, para com o cunhado D. Pedro, despontou com o casamento deste com D. Isabel, filha do conde de Urgel, pretendente à Coroa de Aragão. Era natural que o casamento de D. Pedro com a filha do adversário e rival de seu pai gerasse antipatia e azedume para com o novo casal por parte de D. Leonor. Esta rivalidade antiga azedou-se nas divergências de opinião acerca de Tânger, exacerbando-a a popularidade do infante e as queixas contra ela, rainha, provenientes do próprio resultado da funesta expedição, e que nós já apontámos.

D. Afonso (1377-1461), casado com D. Beatriz, filha do condestável D. Nuno Álvares Pereira, feito 8.º conde de Barcelos em 1401 e 1.º duque de Bragança em 1442, título adquirido já na regência de D. Pedro, mesmo consciente da sua bastardia, tinha grandes projectos e ambições pessoais. Assim, logo após a morte do rei D. Duarte, correu das suas terras do Norte em direcção à capital, para disputar um quinhão de influência e poder.

Com os seus sessenta anos, riquíssimo, levava a vida ruminando o despeito a que o impelia a posição subalterna de bastardo. Via agora, na velhice, chegado o momento de obter a desforra de uma existência tanto mais amarga, quanto era maior o seu efectivo poder.

Sendo o filho mais velho do Mestre de Avis, o conde de Barcelos sentia-se no direito de também ser príncipe, de partilhar o poder, estar nos degraus do trono, daí a justificação do apoio à viúva contra o seu meio-irmão, o regente D. Pedro. Em Ceuta, os irmãos tinham sido armados cavaleiros: e ele? Em Tavira tinham sido elevados a duques: e ele? Com D. Duarte, eram quase reis: e ele? Terra, dinheiro, vassallos, nada lhe faltava, pois juntara aos haveres próprios a herança do condestável seu sogro; mas essa posição eminente na Corte, primacial na nobreza, não lhe satisfazia o orgulho obscuro (cfr. Martins, 1993: 214).

Chegado à Corte, o conde de Barcelos já tinha architectado o plano que daria, finalmente, asas à sua ambição de se intrometer na câmara do paço e daí reinar: propôs casar o jovem rei (seis anos de idade) com a sua neta, Isabel, filha do infante D. João (1400-1442), Mestre de Santiago, e de sua filha D. Isabel. Afonso V haveria de casar, de facto, com uma Isabel, mas prima daquela, a filha do infante D. Pedro, e não com a Isabel neta do conde de Barcelos. Esta haveria de casar com D. João II, rei de Castela, por isso, em 1447 os tronos de Castela e de Portugal teriam duas rainhas primas e Isabéis.

O conde de Barcelos, dada a posição equívoca em que o nascimento o colocava e a sua ambição desejava, tornou-se, sem contestação, o chefe da nobreza rebelde, isto é,

aqueles que apoiavam a rainha viúva contra o infante D. Pedro, porque, sendo estrangeira e mulher, lhes deixaria a eles o usufruto do reino¹⁷⁵. Mas o papel conciliador do infante D. Henrique, em toda esta problemática, fez desesperar o conde de Barcelos, uma vez que propunha dividir o poder pelo irmão D. Pedro, entregando-lhe o regimento da Justiça com o título de "Defensor do reino por el-rei", ficando a viúva com o da Fazenda e com a criação dos filhos, para além de se manterem os ajustes do casamento do rei com a filha do infante D. Pedro (cfr. Martins, 1993: 219 e segs).

Reunidas as Cortes, e face à confusão instalada, teve de ser o infante D. Henrique a decidir a partilha do poder: o conde de Barcelos esfregava as mãos de contente porque ficou decidido que a administração da Justiça seria entregue ao conde de Arraiolos, seu segundo filho. Depois de tantos anos de silêncio e de espera, chegava a sua vez de mandar; só faltava casar a neta Isabel com o jovem rei. Com este intento instigou a rainha viúva a anular o acordo do casamento com a filha do infante D. Pedro, mas esta hesitou e respondeu-lhe que fosse ele falar com D. Pedro. Assim fez, e «D. Pedro respondeu-lhe que poderia recusar, mas abriu o cofre, tirou o alvará, rasgou-o, e em pedaços entregou-o ao irmão» (Pina, 1790: XVI).

Tudo corria bem ao conde de Barcelos mas o mal veio-lhe donde menos esperava: o infante D. João, seu genro, que tinha pelo irmão D. Pedro um respeito filial e uma confiança absoluta na sua discrição, declarou que o acordo de Torres Novas fora um erro, que D. Pedro devia governar sozinho, e que não havia outra solução. De facto, depois de muita turbulência política e do extremar de posições, o infante D. Pedro tornou-se regente.

Do casamento do infante D. João (1400-1442), príncipe de Avis, com sua sobrinha D. Isabel, filha do conde de Barcelos, nasceram três filhos: D. Diogo, D. Isabel e D. Beatriz. D. Isabel casou, como vimos, com D. João II de Castela e D. Beatriz casou com o infante D. Fernando, duque de Viseu, filho segundo de D. Duarte, irmão de Afonso V e perfilhado pelo infante D. Henrique.

Quatro filhos nasceram do casamento de D. Fernando, duque de Viseu, com D. Beatriz: D. Diogo (1456-1484), duque de Viseu, D. Leonor (1458-1525), casada com o futuro rei D. João II de Portugal, D. Isabel (1459-1521), casada com D. Fernando, 3.º duque de Bragança¹⁷⁶, e D. Manuel (1469-1521), também futuro rei de Portugal.

¹⁷⁵ Outro grande partidário da rainha viúva contra o infante D. Pedro foi o arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha (1379-1452), neto do rei D. Fernando, filho da infanta D. Isabel (filha bastarda do rei D. Fernando) e de D. Afonso, conde de Gijon e Noronha.

¹⁷⁶ D. Fernando (1430-1483), 3.º duque de Bragança, casou em primeiras núpcias, no ano de 1447, com D. Leonor de Meneses, filha do conde D. Pedro de Meneses e irmã do conde D. Duarte de Meneses.

Ao longo do nosso estudo apontamos e descrevemos várias críticas severas que Gomes Eanes de Zurara fez sobre as acções e a personalidade do infante D. Fernando, duque de Viseu. Há que realçar, novamente, que a filha do infante D. Fernando e de D. Beatriz, D. Isabel (1459-1521), casou com D. Fernando, 3.º duque de Bragança, neto do conde de Barcelos. É evidente que as críticas do cronista ao infante D. Fernando, irmão de Afonso V, e a outros fidalgos, lhe granjearam muitos e poderosos inimigos, encontrando-se à cabeça destes, certamente, o 3.º duque de Bragança.

A estima, admiração e respeito que o cronista nutria pelo infante D. Pedro ficaram soejamente provadas no decorrer do nosso estudo, sendo certo que essas inclinações de amizade do cronista ter-lhe-ão valido ferozes e poderosos inimigos, como já evidenciámos. Seria interessante podermos ver e ler tudo o que o cronista escreveu sobre a conjuntura histórica que desembocou na batalha de Alfarrobeira. Certamente que se isso fosse possível encontraríamos os responsáveis pelo desaparecimento dos fólhos da crónica. Mas a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* está, infelizmente, mutilada, restando-nos as nossas percepções e alguns indícios que nos permitem apenas opinar em consciência.

Zurara conhecia e sabia quem eram os seus inimigos. Por diversas vezes o cronista hesitou e confessou que não tinha muita disposição para redigir a nova crónica, receando os seus detractores: «ca uossa alteza sabe que se uosso mandado nom fora presunçom nõ fezera mouer a pena folgada» (CCDM: Capitulo I., 4), mas a amizade e o dever para com Afonso V estavam acima de tudo.

Quem poderia aceder aos exemplares manuscritos da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*? Quanto estaria em jogo se um nome ou de um familiar surgisse manchado ou denegrido na crónica? É evidente que teria de ser alguém que tivesse acesso às mesmas, alguém a quem a verdade histórica das páginas escritas por Zurara, e relativas ao período ocorrido entre 1438 e 1447, pudesse prejudicar o nome e posição social.

Quem poderia ser? Melhor: Quem tinha acesso às crónicas e à sua leitura? Mais: Quem teria liberdade para circular na Livraria Régia e ter tempo para retirar de todos os exemplares existentes dos códices da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* os fólhos desaparecidos? Por fim, mas não menos importante: estará o desaparecimento dos fólhos da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* ligado ao abandono e vazio documental relativo aos últimos anos de vida do cronista? Pensamos que sim, pois a mutilação da Crónica terá sido levada a cabo por gente poderosa e com o beneplácito de Afonso V, apesar deste tantas vezes fazer alarde da amizade para com o cronista, estima que se desvaneceu a partir

de certa altura, ao ponto do rei deixar cair o cronista no esquecimento e entregue à sua sorte.

Em 1468, ano tido como da conclusão da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, o duque de Viseu ainda era vivo, assim como o seu genro, também Fernando, o 3.º duque de Bragança. Ora, se nas páginas da citada Crónica estavam descritos com rigor e imparcialidade histórica os eventos ocorridos desde a morte de D. Duarte até Alfarrobeira, haveria muita gente que se sentiria mal perante os factos e perante a verdade.

Sabendo nós que Zurara sempre procurou defender a verdade, e que nesta obra utilizou uma metodologia mais consistente e rigorosa, fruto da sua maior maturidade cultural e intelectual, tornando-o mais ousado e frio, mais maduro, racional e crítico, não temos dúvidas que o cronista, com 61 ou 62 anos de idade, com bastantes provas dadas e já sem nada a perder, terá narrado e descrito, sem subtilezas ou omissões, a realidade dos factos, reabilitando, certamente, a memória do regente D. Pedro, e condenando as atitudes dos seus detractores e inimigos que acabaram por conduzi-lo a Alfarrobeira. Ora, a realidade nunca agrada a todos e, por vezes, nem a amizade mais forte resiste às verdades históricas.

Nos trinta e oito capítulos perdidos e nos vinte e um mutilados da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, o cronista teria contado com pormenor a ascensão à regência por parte de D. Pedro, as desavenças deste infante com a cunhada, e a acção do conde de Barcelos e outros. Certamente que esta parte da História não seria muito agradável de ouvir nem de aceitar por parte de Afonso V nem pelos seus familiares da parte de seu irmão D. Fernando e de seu tio D. Afonso, conde de Barcelos.

Pensamos que a obscuridade documental relativa aos últimos anos da vida do cronista e a mutilação da sua obra só poderiam ter acontecido numa situação em que o rei deixasse de proteger o cronista. Mesmo colocando a hipótese que D. Afonso V fosse alheio ou desconhecesse quem mutilou a Crónica, não se compreende o isolamento do cronista, nem o seu fim misterioso. Se o rei continuasse a preservar a amizade que entre eles existiu, teria havido, seguramente, alguma honra e dignidade no fim da vida do cronista, daí a associação que estabelecemos entre os dois eventos: a mutilação da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* e o silêncio que se estabeleceu à volta do cronista.

É evidente que Gomes Eanes de Zurara, ao aperceber-se da destruição parcial da sua obra, teria reclamado por justiça, mas que outro apoio poderia ter para além do de Afonso V? Ao sentir que também este apoio tinha desaparecido, só lhe restava retirar-se para onde pudesse viver a tristeza e desilusão da sua mágoa no refúgio da sua solidão.

Toda esta teia nebulosa girou sempre à volta de duas famílias, a de Avis e a de Bragança. Teria Gomes Eanes de Zurara sido apanhado nesta intriga obscura em busca do poder? Seriam os jogos e interesses das pessoas da corte responsáveis pela mutilação da Crónica e do isolamento do cronista? Não esqueçamos que D. Fernando, sogro e tio de D. João II, só faleceu em 1470, e que de Zurara pouco ou nada se sabe após 1469. Mais, D. Isabel, filha do sogro de D. João II, era casada com D. Fernando, 3.º duque de Bragança, e o próprio D. João II era casado com D. Leonor, filha do infante D. Fernando, sobre quem o cronista por várias vezes não teceu os melhores predicados. Há de facto a ideia que Zurara teria sido vítima infeliz desta obscura luta, por vezes camuflada e silenciosa, ocorrida nos corredores do palácio real, em busca das rédeas do poder.

Encaremos esta problemática sobre uma outra perspectiva: não terá esta obscuridade documental dos últimos anos da vida do cronista e até alguns truncamentos de fólios da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, ligação ao início da regência do príncipe D. João, futuro D. João II, com apenas 20 anos de idade, um ano após a morte do cronista?

Com o aproximar do fim de D. Afonso V e a ascensão do jovem príncipe D. João como regente, sentia-se na atmosfera da corte que algo estava para mudar, que as directivas governamentais seguiriam outro rumo: ainda não era chegada a hora da casa de Bragança e D. João II iria perseguir¹⁷⁷ e vingar seu tio-avô, o sábio D. Pedro, submetendo a nobreza, e restituir à Coroa o poder alcançado pelo Mestre de Avis.

D. João assumiu a direcção da política de Expansão em 1474 e a 25 de Abril do ano seguinte assumiu a regência do reino. Sabemos que D. João II, *o senhor dos senhores, não o servo dos servos*, como o próprio comentou, não seguiu a política de seu pai no que concerne à atribuição de mercês, honras e privilégios. Pelo contrário, tomou uma série de medidas com vista a retirar poder e benefícios à aristocracia.

Sendo certo que nas crónicas zurarianas havia muitos nomes que já tinham sido prodigamente recompensados e que ainda acalentavam receber mais proveitos no futuro,

¹⁷⁷ Desde jovem que o príncipe D. João não era popular junto dos pares do reino, visto que parecia ser imune a influências externas e desprezava as intrigas. Os nobres poderosos, nomeadamente Fernando II, duque de Bragança, tinham medo da sua governação e assim que ganhou as rédeas do país, D. João II provou que tinham fundamento os seus receios.

Depois da sua ascensão ao trono, D. João II tomou uma série de medidas com vista a retirar poder à aristocracia e a concentrá-lo em si próprio. Imediatamente começaram as conspirações mas o rei não fez nada senão observar. Cartas de reclamação e pedidos de intervenção foram trocadas entre o duque de Bragança e os reis católicos de Espanha. A correspondência foi interceptada por espiões do rei em 1483 e, em consequência, a casa de Bragança foi declarada ilegal e o duque executado em Évora. No ano seguinte, o duque de Viseu, D. Diogo, primo e cunhado de João II, foi chamado ao palácio e esfaqueado pelo rei em pessoa por suspeitas de nova conspiração.

Muitas outras pessoas foram executadas, assassinadas ou exiladas para Castela, incluindo o bispo de Évora, D. Garcia de Meneses, filho em segundas núpcias do conde D. Duarte de Meneses e de D. Isabel de Castro.

esperançados ainda que as mercês se prolongassem nos seus descendentes, como verificamos nas palavras do próprio monarca:

a muytos fiz onrra e merçe com millhor vôtade por ser çerto dalgũs boõs feytos que la fizeraõ por seruiço de Deos e dos Reys meus antecessores e meu, e a outros por serem filhos daquelles que laa assim bem seruiam do que eu naõ era antes entaõ comprido conheçimẽto, e creio que naõ menos sera aos que depoy de min vierẽ quãdo virem ho que aueys descreuer dos feytos de Alcacer, e se algũs merecẽ gloria por yrem a esta terra por seruiere a Deos e a mĩ e fazerẽ de suas onrras (CCDM: Carta, 1-2).

Havia ainda aqueles que trabalhavam no sentido de também poderem vir a beneficiar de honras, mercês e proveitos. Ora, neste sentido, nem o cronista nem as suas obras teriam a simpatia do jovem príncipe, adepto do corte das regalias e mercês atribuídas por seu pai.

É natural que D. João II soubesse da simpatia e amizade que existia entre seu pai e o cronista e que tivesse conhecimento das mercês que lhe foram atribuídas e dos assuntos tratados nas suas obras, até porque participou nas campanhas em África onde foi feito cavaleiro por Afonso V, depois da tomada de Arzila a 21 de Agosto de 1471. Mas, e como já dissemos, D. João II, contrariamente a seu pai, afastou e perseguiu muitos dos que rodeavam e viviam a expensas de seu pai. Será que Zurara também foi um dos visados? Será que os fólhos desaparecidos não desagradariam a D. João II? É certo que D. João II, se assim o entendesse e desejasse, já que o seu pai andava ocupadíssimo com a questão castelhana¹⁷⁸, teria mandado fazer as últimas e merecidas honras ao cronista.

Se o desaparecimento dos fólhos da Crónica tivesse ocorrido depois da morte do cronista, não haveria, certamente, tanto mistério à volta dos últimos anos da sua vida. Poderia até ter acontecido que Afonso V e o príncipe D. João fossem inocentes quanto à destruição dos fólhos. Mas então, se esse acto aconteceu durante a vida do cronista, também não se preocuparam em lhe fazer a devida justiça e reparar a situação; ora, sentindo-se Zurara desamparado e sem qualquer apoio régio, só lhe restou isolar-se e manter-se no esquecimento.

¹⁷⁸ O rei Henrique IV de Castela morreu em 1474, tendo como única herdeira Joana, princesa de Castela. Mas a paternidade da princesa era contestada com base na suposta homossexualidade do rei e na relação da rainha, Joana de Portugal, irmã de Afonso V, com um nobre chamado Beltrán de Las Cuevas. A nobreza e o clero estavam divididos, e uma parte apoiou a irmã de Henrique e tia de Joana, coroada rainha Isabel I. Foi neste ponto que Afonso V interferiu, casando em 1475 com a sobrinha e assumindo as suas pretensões ao trono. Afonso V declarou-se rei de Castela e invadiu o país vizinho. A campanha resultou em fracasso e Afonso V procurou ainda o apoio de Luís XI de França mas, ao ver-se traído, regressou a Portugal em 1477. Desiludido e com sintomas de depressão, Afonso V retirou-se para o convento de Santo António do Varatojo e abdicou para o filho João. Faleceu no mesmo Paço onde nascera, em Sintra, a 28 de Agosto de 1481.

Colocando a hipótese, também ela plausível, que os fólhos desapareceram após a morte do cronista, como explicamos que após dez anos ou mais depois da sua conclusão, (recordemos que Afonso V morreu em 1481 e a Crónica teria sido acabada em 1468), e quando já existiriam, naturalmente, alguns exemplares dispersos por várias entidades a quem os mesmos interessavam, por motivos óbvios, como explicar, dizíamos, que em todos os códices conhecidos os truncamentos sejam praticamente idênticos? Com efeito, e uma vez que todos os exemplares conhecidos da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* padecem dos mesmos truncamentos, consideramos que eles ocorreram ainda em vida do cronista, entre 1470 e 1473, e que os mesmos estão directamente relacionados com o vazio documental relativo aos últimos anos da sua vida.

Esta retirada ou isolamento de Zurara, para nós intencional, a ter acontecido, só abona a seu favor, pois mostrou não se sujeitar à humilhação de ver e aceitar que a sua obra fosse mutilada. Tendo consciência que senhores poderosos e influentes iriam, presumivelmente, denegrir a sua pessoa, acabando por sujeitá-lo ao vexame mais ignóbil que foi o de ver destruir ou mutilar a sua obra, o cronista não terá cedido e expôs com coragem e dignidade a verdade dos factos e dos acontecimentos, o que lhe terá custado muito caro.

Seja como for, o fim de Gomes Eanes de Zurara não deixou de ser um fim deveras intrigante, o que não nos impede, antes pelo contrário nos incentiva, a tentar descobrir e conhecer a verdade sobre a sua vida e as suas obras, o que procuraremos fazer nas considerações finais deste estudo.

No capítulo XXXIV, o cronista voltou ao tema dos Portugueses em África. A ascensão de D. Duarte de Meneses à honra, fama e glória, vectores ideológicos coevos, continuou a acompanhar os passos do herói da crónica, prosseguindo na dicotomia que realçava a ideologia da Expansão ultramarina. O Mouro surge como a antítese do Cristão: o primeiro não é verdadeiro, não ama a justiça, não teme a morte, bebe destemperadamente, é invejoso, enquanto o segundo, representado na figura do conde D. Duarte de Meneses, como protagonista do verdadeiro ideal cristão, é amante da justiça, da verdade, de honroso coração, devoto e amigo de Deus e temperado em comer e beber. O objectivo cristão era conquistar o infiel; o objectivo mouro era defender e reconquistar a sua terra natal.

O protótipo da caracterização relativa à oposição cristão-mouro é a constante da crónica: o traidor mouro era um herói, enquanto o traidor cristão era um miserável. Esta dicotomia mantém-se inalterada através da crónica e obscurece não só o conceito de individualidade, apenas abandonado quando as fronteiras religiosas, políticas e nacionais

foram abandonadas, mas também a historicidade do conteúdo. A narrativa zurariana mostra-se, sem dúvida, um exercício de objectividade com respeito a pormenores geográficos e factuais. Todavia, a dedicação do cronista à ideologia da corte determinou a sua caracterização.

O enredo episódico da crónica reduz-se a essa oposição, com Zurara servindo de narrador da invasão e da conquista cristã. Assim, o tempo tornou-se irrelevante porque foram a força e o assalto dinâmicos do esforço português que permitiram à narrativa progredir. Apesar das numerosas lacunas do texto obscurecerem as datas rigorosas dos eventos da crónica e as partes preservadas não conterem as datas precisas, podemos observar a descrição de meses, dias, estações, dias festivos e dias da semana sem precisar, no entanto, o ano dos eventos. Contudo, é possível datá-los pelas numerosas referências aos acontecimentos ocorridos em Portugal, como no capítulo XXXIV, no qual D. Afonso V já reina por suas próprias mãos, finda a regência do infante D. Pedro, inferindo-se que o ano respectivo tem de ser posterior a 1447.

A paz havia regressado ao reino, Alfarrobeira (20 de Maio de 1449) estava há muito na penumbra e no silêncio da História, e os protagonistas, o rei D. Afonso V e o conde D. Duarte de Meneses, estavam novamente em África. A introdução do rei de Fez completa o triângulo que novamente voltará a aparecer no clímax final da crónica.

No capítulo CXVI faz-se referência à morte de infante D. Henrique (1460) com outras indicações específicas de anos, que ocorrem nos capítulos CXVIII, CXIX-CXXI e CXXII.

Zurara levou o seu estudo preliminar a uma conclusão e, paralelamente, definiu o tempo para a revelação do valor das façanhas de D. Duarte. A sequência narrativa é sensível a vitórias e a derrotas: o fortalecimento do elemento português e o enfraquecimento do elemento mouro. Os eventos narrados nos capítulos XXXIV-CXVI são facilmente sumariados dentro deste aspecto não temporal: a confrontação entre Cristãos e Mouros, em que o ponto nevrálgico da luta é a conquista para uns (Mouros) e a defesa para outros (Cristãos) da cidade de Alcácer Ceguer. A narrativa torna-se um extenso relato de conflitos militares entre os lados opostos, verificando-se quase sempre um exagerado número de vítimas mortais do lado inimigo e poucos ou nenhuns danos do lado cristão, o que torna o texto, para o leitor menos atento ou interessado, monótono e pouco verosímil.

No capítulo LIX, D. Henrique de Meneses, filho mais velho de D. Duarte de Meneses, o homem que acompanhou Zurara na sua estadia no Norte de África e que lhe terá contado a maior parte das façanhas do pai, como já referimos, é citado pela sua bravura

e destreza em combate, estando pois assegurada a descendência e a honra da família, assim como do ideal cristão.

No maior capítulo da crónica, o CXIX, as façanhas do jovem Henrique de Meneses são bem sucedidas, revelando-se um bom continuador e sucessor do pai, adivinhando-se já o fim próximo deste.

No capítulo CLIV, a descrição do local precede a narração da morte cavaleiresca do conde D. Duarte de Meneses, que é glorificado por pagar o mais alto preço pela protecção ao seu rei.

O capítulo final menciona a ascensão do jovem Meneses ao título de conde, entendendo-se que a história da glorificação e conquista será continuada por outro Meneses.

Todos os manuscritos da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, conservados até à data, concluem com o acrescento final da cópia da elevação de D. Duarte a conde de Viana.

José Dias Prudente refere no seu estudo *A Ideologia heróica na obra de Zurara* que «a crónica dos feitos de D. Duarte constituiria uma espécie de ensaio para futuros trabalhos» (1960: 32). Todavia, tal asserção não nos parece verosímil porque o cronista faleceu entre 1 de Dezembro de 1473 e 2 de Abril de 1474, talvez mais provavelmente neste último ano, como também opinaram Sousa Viterbo (1898: LX-LXI), Duarte Leite (1941: 22), Michel Vergé-Franceschi (2000: 174) e Dias Dinis, (1949b: 105-106).

A afirmação de José Dias Prudente tem por base as seguintes palavras da própria *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*: «por que as cousas que Tito Lyuyo screueo nom foy elle dellas o primeyro e principal autor, mas regêdosse pellos liuros anaaes e per cousas que achou scriptas doutros autores ajuntou as quatorze decadas que oje sam tam nomeadas pella mayor parte da cristindade. E ssemelhante foy de Lucano e doutros autores» (CCDM: Capitulo segundo., 4-5). Ora, e como já referimos, a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* foi concluída depois de Zurara ter regressado do Norte de África, em Agosto de 1468. Nesta altura teria Zurara 63 ou 64 anos, e todas as suas obras conhecidas estavam já terminadas, pelo que só concebemos com algum fundamento as palavras de José Dias Prudente se os “futuros trabalhos” se referissem a outros autores que eventualmente viessem a servir-se dessa obra como fonte documental e histórica para os mesmos.

Podemos ainda deduzir que Zurara poderia pensar na elaboração da *Crónica Geral do Reino*, concebida por si próprio ou por outrem, assunto que retomaremos neste mesmo capítulo.

3.1.1. Breves apontamentos sobre a vida do conde D. Duarte de Meneses e esboço do seu retrato físico e psicológico segundo Zurara¹⁷⁹

Ao longo da transcrição da edição semidiplomática, a figura do conde D. Duarte de Meneses, figura de indiscutível destaque, protótipo do cavaleiro com horizonte cultural épico, de um verdadeiro herói guerreiro, de um quase arquétipo do combatente português no Norte de África, em termos de coragem física, astúcia e espírito de iniciativa, protagonista da crónica com o seu nome, revela possuir características pessoais muito relevantes e invulgares, do comandante ideal, as quais são dignas de registo e atenção, para uma melhor compreensão global de toda a crónica.

No entender de Luís Filipe Barreto, o *homem-massa* realiza o seu destino na exacta medida em que forças transcendentais o constroem utilizando-o:

Apenas alguns *homens elite* estão destinados a romper a ditadura do destino através da capacidade de construção do seu próprio fim e projecto de vida, sendo então capazes de moldar os meios e os outros homens, para essa aventura existencial. Esse homem superior apresenta-se como Herói, ser em quem o divino e absoluto se concretiza e repousa fazendo-se mundo e permitindo-lhe o direito à individualidade e liberdade (1983: 75).

Se o infante D. Henrique é esse homem elite na *Crónica da Guiné*, o conde D. Duarte de Meneses é-o igualmente na crónica com o seu nome. Este conde teve a liberdade e responsabilidade de comandar os outros homens e defender a terra que Deus e o seu rei lhe confiaram, numa missão cujo fim e objectivo escapou a todos os seres não transcendentais.

Em todas as obras da especialidade consultadas, exceptuando a própria *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, pouquíssima documentação encontramos relativa à vida e ao esboço físico e psicológico do conde D. Duarte de Meneses, o qual «era virtuoso nobre e boou que nõ soomẽte era amado de sseus proprios naturaes, mas ainda dos estrangeyros, e nõ tã soomẽte da gẽte de sua ley, mas dos contrairos della» (CCDM: Capitulo .Cxxvij., 169), pelo que, e sendo a figura central de toda a crónica, é de justiça que se faça.

O conde D. Duarte de Meneses nasceu em 1414 e foi criado em casa de João Álvares Pereira onde permaneceu até ao fim do segundo cerco de Ceuta, altura em que foi viver

¹⁷⁹ Sobre D. Duarte de Meneses, além da Crónica de Zurara, podem ver-se ainda:

CRAESBEECK, Pedro (1627). *Vida de Don Duarte de Meneses, Tercero conde de Viana y suceso notables de Portugal en su tiempo*, por Don Augustin Manuel I Vasconcelos. Lisboa.

AZEVEDO, Pedro de (1915 e 1934). *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531, relativos a Marrocos*. Lisboa e Coimbra.

MARQUES, João Martins da Silva (1944). *Descobrimientos Portugueses*, 2 grossos volumes de documentos, servidos por bons índices alfabéticos.

com seu pai, D. Pedro de Meneses, como se pode verificar no capítulo quarto da crónica com o seu nome: «ficaua seu filho dõ Duarte mynyno de mama em ydade de noue meses em cas[a] de Joham Alvarez Pereyra a que o conde encomendara sua criaçom por singullar amizade que auya cõ elle, onde o moço esteue atee despois do cerco segundo que o conde dom Pedro ãyrou pedyr a elRey que lhe ãyusse seus filhos, por quanto dõna Margaryda sua primeyra molher era fallecida» (CCDM: Capitulo .iii^oj., 7).

Em 1423, D. Pedro de Meneses regressou a Portugal, deixando D. Duarte, seu filho, com apenas nove anos de idade, como capitão de Ceuta, ficando Rui Gomes da Silva, seu cunhado, encarregado da defesa da mesma: «E ja quando o conde¹⁸⁰ ueo a estes regnos a primeyra uez, como quer que o carrego da defensom da cidade ficasse a Ruy Gomez, dõ Duarte ficaua por capitam. E dally auante nõ se fazya nehuũ mouimento na cidade contra os jmijgos, que dom Duarte nõ fosse com os primeyros» (*Idem*: 8).

O bom desempenho do jovem capitão era extraordinário e reconhecido pelo seu próprio pai e nobres homens que com eles viviam:

E sseendo ja todos juntos cõ o conde despois da uitorya huũs dando graças a Deos de tâta mercee como lhe em aquelle dya fezera, outros contando a bondade assy dos capitaaes como dos outros, começaram de fallar caasy marauilhados da marauilhosa contenção que dom Duarte trouxera naquella pelleia, e huũs louuauom a ssegurança cõ que andaua outros a ardidez que mostraua no cometimẽto dos contrayros, outros a força com que ferya o que muyto era pera marauilhar em homem de sua ydade a qual nom passaua de xv ãnos (*Ibidem*: 9).

Com apenas quinze anos de idade, o jovem Duarte travou a sua primeira batalha. Seu pai, à semelhança do que na época era comum entre a classe nobre, não hesitou em fazê-lo cavaleiro: «E em começandosse o ãno do nacymento de Christo de mil .iii^cjxxix, (...). E entam leuantou a mão com a espada e fezeo caualleyro, e com elle Pero Teixeyra e Gil Vaaz da Costa» (*Ibidem*: 10).¹⁸¹

Em 1432, o conde D. Pedro de Meneses parte novamente para Portugal, voltando a confiar a seu filho a capitania da praça marroquina: «Em estes dias partyo ho comde dom Pedro pera estes rregnos, deyxamdo seu filho dom Duarte por capitão em seu llog» (CCPM: Livro II, Capitulo XXVII, 657).¹⁸²

¹⁸⁰ Conde D. Pedro de Meneses, pai do conde D. Duarte de Meneses.

¹⁸¹ Esta passagem surge transcrita na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Livro II, Cap. XXII, p. 638.

¹⁸² Também na *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, Capitullo .Vij., 16-18, este episódio é relatado.

D. Duarte de Meneses casou em primeiras núpcias com Isabel de Melo, que estava viúva de João Rodrigues Coutinho e era filha de Martim Afonso de Melo, guarda-mor do rei D. João I e alcaide-mor de Évora. O consórcio foi celebrado em Avis, a 5 de Junho de 1438, obtendo confirmação régia em 21 de Maio de 1439¹⁸³. Em segundas núpcias casou com Isabel de Castro, filha de D. Fernando de Castro, governador da casa do infante D. Henrique. Este matrimónio foi confirmado por carta régia de 28 de Julho de 1442¹⁸⁴. Do primeiro casamento nasceu D. Maria, que foi mulher de D. João de Castro, segundo conde de Monsanto¹⁸⁵; do segundo casamento nasceram Henrique de Meneses (conde de Loulé e primeiro capitão de Arzila), Garcia de Meneses (bispo de Évora), Fernando *Narizes*, D. João de Meneses (conde de Tarouca e mordomo-mor dos reis D. João II e D. Manuel), e D. Leonor de Meneses, freira em Aveiro¹⁸⁶. Teve ainda outro filho natural, antes de ser casado, D. Pedro *Galo*, que foi legitimado por carta régia de 20 de Dezembro de 1462¹⁸⁷.

Atentemos na descrição de Gomes Eanes de Zurara relativa à descendência do conde D. Duarte de Meneses:

Foy casado duas uezes. A primeyra com dona Jsabel filha que fora de Martÿ Affomso de Melloo que estaua vyuva de Joham Rodriquez Coutinho cuja molher âte fora e desta ouue hũa filha a que chamarom dõna Marya que depois foy casada cõ dom Joham de Crasto filho do conde dom Aluaro. E per fallecimẽto daquesta casou cõ hũa filha de dom Fernando de Castro a que chamarõ per semelhante dona Jsabel molher certamente uyrtuosa e que antre as de seu tẽpo ouue special nome de bondade. E desta ouue quatro filhos e hũa filha. Ao primeyro chamarom dom Henrique que per fallicimento de seu padre recebeo sua casa. E assy como a Deos prouue de lhe dar a erança do padre assy lhe deu as uertudes como ao dyante sera contado. O ssegundo ouue nome dom Garcya que foy dado aa jgreia, este foy homẽ de grande ciencia e autoridade, e ã muy noua ydade percalçou assy no saber como nas uertudes o que muytos uelhos nõ cobrarom, que depois foy bispo da cidade Deuora. O terceyro ouue nome dom Fernando homẽ assaz ardido e que no auto da cauallarya quis bem parecer assy ao padre como ao auoo como per esta estorea e pellos feitos de seu jrmãao e em outras partes podees achar. O quarto filho ouue nome dom Joham o qual ficou moço pequeno per morte do padre. A filha ouue nome dõna Lyanor a qual pero teuesse assaz fremosura e boo parecer tal a que por suas uertudes e linhagem nom fallecerõ grandes e honrados casamentos, ella todo despreçou e se meteo em rellygyõ em huõ moesteyro da ordem de Sam Domingos onde sse muy estreitamente guardauã aquella regra na villa daAueyro. Outros filhos ouue o conde desta segũda molher de que aquy nõ fazemos mençã por que

¹⁸³ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 18, fol. 47v. Citada por Humberto Baquero Moreno, 1980, vol. II, p. 881, in nota 3.

¹⁸⁴ A.N.T.T., *ob. cit.*, livro 23, fol. 10v. Citada por H. Baquero Moreno, 1980, vol. II, p. 881, in nota 6.

¹⁸⁵ *Vide, Livro de Linhagens* do século XVI, p. 111; CCDM: Capitullo .ijº., 6-7.

¹⁸⁶ *Idem*: 111-112; Humberto Baquero Moreno, *ob. cit.*, nota 7, p. 881, cita erradamente o capítulo XIII, pp. 14-15, da CCDM, sendo certo o capítulo III e não XIII da mesma crónica.

¹⁸⁷ A.N.T.T., *ob. cit.*, livro 1, fol. 131. Citada por Humberto Baquero Moreno, 1980, vol. II, p. 881, in nota 8.

fallecerom na primeyra ydade. Ouue outrossy huñ filho ante de seer casado que se chamou dom Pedro que no feito das armas em algũa parte quis parecer o padre (CCDM: Capitullo .iiijº., 7).

Até à data do falecimento¹⁸⁸ de seu pai, em 1437, D. Duarte de Meneses notabilizou-se no cerco efectuado pelos mouros à praça de Ceuta¹⁸⁹, e na acção que teve ao conquistar Tetuão em 1436¹⁹⁰.

Com a nomeação de D. Fernando de Noronha para o cargo de capitão de Ceuta, Duarte de Meneses regressou a Portugal em Julho de 1438, onde se avistou com o monarca, o qual mostrou grande arrependimento por o não ter nomeado para o referido officio¹⁹¹. O monarca procurou recompensá-lo, nomeando-o seu alferes-mor e alcaide de Beja, com todas as suas rendas. Doou-lhe ainda um casal régio existente em Comedeiras, termo da cidade da Guarda, o qual trazia aforado Antão Guilhém, filho de Guilhém, inglês¹⁹².

Falecido o rei D. Duarte, assistiu, em 10 de Setembro de 1438, ao auto de juramento do jovem rei D. Afonso V, tendo transportado na cerimónia a bandeira real¹⁹³. Partidário de D. Leonor nos conflitos da pré-regência, correspondeu ao seu apelo, ao escusar-se de participar nas Cortes de Lisboa de 1439, em que sabia que a rainha ia ser privada do regimento do reino¹⁹⁴. Mas não tardou a reconciliar-se com o regente D. Pedro. Este confirmou-lhe a posse da alcaidaria de Beja, com todos os seus direitos, e ainda o paço e a coutada, situada no termo da vila, em condições idênticas às que teve seu pai¹⁹⁵.

Em finais de Julho de 1441 junta-se na Covilhã com o regente D. Pedro e os infantes D. Henrique e D. João, sendo-lhe confiado o comando duma expedição de auxílio ao mestre de Alcântara. Entretanto, a perigosa ameaça duma invasão castelhana levou o regente a nomeá-lo fronteiro de Beja¹⁹⁶.

Em Fevereiro de 1444 participou D. Duarte de Meneses numa segunda expedição enviada à Andaluzia em auxílio à cidade de Sevilha, cercada pelo infante D. Henrique de Aragão. Nessa altura solicitou ao rei de Castela que o colocasse na fronteira de Granada

¹⁸⁸ Vide, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses: Capitulo .xxiiij.*, 43.

¹⁸⁹ Vide, *Idem*: Capitullo. Viºij., 18-21; CCPM: Livro II, *Capitulo XXVIII*, 660-665.

¹⁹⁰ Vide, *Ibidem*: Capitullo .xxij., 40-42; CCPM: Livro II, *Capitulo XXXIX*, 711-716.

¹⁹¹ Vide, *Ibidem*: Capitullo .xxiiiºj., 43-44.

¹⁹² Carta régia de 15 de Junho de 1438. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Duarte*, livro I, fol. 236v. Citada por Humberto Baquero Moreno, 1980, vol. II, p. 875, in nota 5.

¹⁹³ Vide, PINA, Ruy de (1790). “Chronica do Senhor Rey D. Affonso V”. In *Colecção de Livros Inéditos de História Portuguesa*, tomo I, Lisboa, cap. II, pp. 205-207.

¹⁹⁴ Vide, PINA, *ob. cit.*, cap. II, p. 262.

¹⁹⁵ Carta régia de 3 de Maio de 1440. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 20, 117; *Livro 4 de Odiana*, fol. 267v. Citada por Humberto Baquero Moreno, 1980, vol. II, p. 876, in nota 1.

¹⁹⁶ Carta régia de 22 de Dezembro de 1442. A.N.T.T., *ob. cit.*, livro 2, fol. 48. Citada por Humberto Baquero Moreno, 1980, vol. II, p. 876, in nota 5.

para combater os mouros, recebendo em troca alguns benefícios e passando a pertencer ao conselho desse rei¹⁹⁷.

Durante a Regência, o infante D. Pedro nomeou-o Alferes-mor do reino, a 6 de Agosto de 1444, cargo que já tinha ocupado com o rei D. Duarte¹⁹⁸. Em Maio de 1445 participou na expedição de socorro a Castela, sob a direcção do condestável D. Pedro¹⁹⁹, filho do infante D. Pedro.

Após o afastamento do infante D. Pedro da regência do reino, em 1447, continuou o fidalgo ligado ao rei. Em Maio de 1449, surge-nos nomeado fronteiro do castelo de Pombal, com o objectivo de suster qualquer tentativa do duque de Coimbra para levar a guerra ao reino²⁰⁰. Logo a seguir, deparamos com a sua presença em Alfarrobeira, onde combateu ao lado do soberano²⁰¹.

Tendo em atenção os altos serviços prestados à coroa, determinou o soberano que, por seu falecimento, seu filho primogénito herdasse todos os castelos e terras que ele trazia da mesma, bem assim como o ofício de alferes-mor com o respectivo ordenado. No caso de morrer sendo o seu filho menor, deveria o cargo ser desempenhado por um seu parente²⁰². Passou igualmente a usufruir da tença anual de 15 000 reais brancos pagos na alfândega de Lisboa ou em qualquer outro sítio²⁰³ e uma outra no valor de 60 000 reais brancos, obtida no «assentamento» do infante D. Henrique, por dívida contraída por este príncipe, a qual vinha sendo paga desde 1440²⁰⁴.

Por determinação régia de 4 de Junho de 1451, deixou de desempenhar as funções de alcaide do castelo de Vilar Maior, cargo em que foi substituído por Rui Melo, fidalgo da casa do rei²⁰⁵.

¹⁹⁷ Vide, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*: Capitulo .xxvij., 47-48.

¹⁹⁸ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 25, fol. 10; *Livro de Extras*, fols. 177-178. Citada por Humberto Baquero Moreno, 1980, vol. II, p. 876, in nota 7.

¹⁹⁹ Ruy de Pina, *ob. cit.*, cap. LXXXV, pp. 349-352. Citada por H. B. Moreno, 1980, vol. II, p. 876, in nota 8.

²⁰⁰ Ruy de Pina, *ob. cit.*, cap. CXVI, pp. 411-412. Citada por H. B. Moreno, 1980, vol. II, p. 877, in nota 3.

²⁰¹ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 12, fol. 136; livro 15, fol. 169 e livro 34, fol. 149. A primeira fonte encontra-se publicada por Pedro de Azevedo (1934). *Documentos das chancelarias reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, (1415-1456). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, tomo II, doc. 90, pp. 92-93. Citada por Humberto Baquero Moreno, 1980, vol. II, p. 877, in nota 4.

²⁰² Carta régia de 20 de Julho de 1449. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 12, fol. 34; *Livro 3 de Místicos*, fol. 286. Citada por Humberto Baquero Moreno, 1980, vol. II, p. 877, in nota 5.

²⁰³ Carta régia de 18 de Dezembro de 1450. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 11, fol. 38v; Citada por Humberto Baquero Moreno, 1980, vol. II, p. 877, in nota 7.

²⁰⁴ Carta régia de 17 de Maio de 1453. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 10, fol. 7v; Francisco Marques de Sousa Viterbo, *A Avó Materna de D. Afonso de Albuquerque*, in *Arquivo Histórico Português*, vol. I, (pp. 409-421), Lisboa, 1903, p. 421; *Monumenta Henricina*, vol. XI, Coimbra, 1970, doc. 192, pp. 265-266. Citada por Humberto Baquero Moreno, 1980, vol. II, p. 877, in nota 8.

²⁰⁵ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 11, fol. 46v; *Monumenta Henricina*, vol. XI, Coimbra, 1970, doc. 49, p. 67. Citada por Humberto Baquero Moreno, 1980, vol. II, p. 878, in nota 1.

D. Duarte de Meneses esteve presente no baptizado do príncipe D. João, efectuado em 28 de Maio de 1455 na Sé de Lisboa, ocupando lugar de destaque na cerimónia²⁰⁶.

Acompanhou o rei na tomada de Alcácer-Ceguer em 23 de Outubro de 1458. Ocupada tal vila, D. Duarte de Meneses foi nomeado seu capitão e governador²⁰⁷. Após o levantamento do segundo cerco de Alcácer Ceguer, em finais de Agosto de 1459, D. Duarte de Meneses participou em alguns feitos em terras de mouros, distinguindo-se particularmente no ataque a Anexamez em Novembro desse ano²⁰⁸.

Em Abril de 1460, com autorização régia, entregou a capitania a seu sobrinho Afonso Teles e deslocou-se a Lisboa, onde foi recebido com muita honra pelo rei e elevado a conde de Viana e de Caminha por carta régia de 6 de Julho do mesmo ano²⁰⁹: «Daly se foy ElRey a Santarem, onde com solene arenga de seus serviços e merecimentos, e com devida cerimonia ho fez conde de Vyana de Caminha»²¹⁰.

Regressado a África em 1461, continuou as suas façanhas contra os mouros, especialmente sobre Tânger. Em Agosto de 1462 apoderou-se da vila de Gibraltar, que pertencia ao reino de Granada²¹¹.

Em Novembro de 1463 recebeu no mar D. Afonso V que se dirigia a África com o objectivo de se apoderar de Tânger. A empresa resultou num desastre completo, devido em parte ao facto de D. Duarte de Meneses ter sido afastado da direcção da mesma, vítima da rivalidade que vinha mantendo com o seu sobrinho²¹² D. Pedro de Meneses²¹³, a quem o soberano concedia o máximo crédito. Em Janeiro de 1464, voltou a tentar-se a mesma empresa com o infante D. Fernando (1433-1470), irmão do rei Afonso V, na chefia, sem autorização do rei e à revelia de D. Duarte de Meneses, do que resultou mais um enorme insucesso. Em 19 de Janeiro do mesmo ano, nova tentativa do infante e novo fracasso.

Dos autores estudados, Fernandes Costa é um dos poucos que revela uma simpatia inaudita pela figura do conde D. Duarte de Meneses e sua segunda esposa, Dona Isabel de Castro, denominando-o de «valoroso, heróico e prudente, homem de grande conselho e

²⁰⁶ A.N.T.T., *Gaveta XX*, maço 6, n.º 15. Citada por Humberto B. Moreno, 1980, vol. II, p. 878, in nota 2.

²⁰⁷ Ruy de Pina, *ob. cit.*, cap. CXXXIX, pp. 467-468. Citada por H. B. Moreno, 1980, vol. II, p. 878, in nota 4.

²⁰⁸ *Vide, Crónica do Conde D. Duarte de Meneses: Capitulo .LRvij*, 123 e segs.

²⁰⁹ *Vide, Idem: Carta*, pp. 202-204.

²¹⁰ Ruy de Pina, *ob. cit.*, Cap. 143. A carta do condado de Viana é de 6 de Julho de 1460 (Liv. 3.º de Místicos, fl. 57 v.).

²¹¹ *Vide, CCDM: Capitulo .Cxxj.*, 159-162; Ruy de Pina, *ob. cit.*, cap. CXLVII, p. 493.

²¹² MORENO, H. Baquero (1980). *A batalha de Alfarrobeira – Antecedentes e significado histórico*, vol. II, p. 880. Este autor designou-o, erradamente, como cunhado de D. Duarte de Meneses. *Vide*, nota seguinte.

²¹³ Pedro de Meneses (1420-1499), 1.º marquês de Vila Real (1461-62), filho de D. Fernando de Noronha, 2.º conde de Vila Real e de D. Beatriz de Meneses, 2.ª condessa de Vila Real e irmã, por parte de pai, de D. Duarte de Meneses. Este D. Pedro de Meneses, com o mesmo nome do 1.º conde de Vila Real, era neto de D. Pedro de Meneses e de Margarida de Miranda, e casou com D. Beatriz de Bragança em 1440.

sabedor como nenhum outro das cousas d'África» (1901: 41). Conta-nos este autor, que numa das muitas e desastrosas expedições militares contra Tânger e outras praças marroquinas levadas a cabo pelo infante D. Fernando, e à revelia do rei, se passou o seguinte:

O desastre dos cristãos fora tão completo, que o infante chegara a querer redimir com a entrega da própria vida a perda irremediável que o motivara. (...). Duzentos cadáveres dos nossos jaziam pelos terraplenos e esplanadas da fortificação mourisca, até então invicta, e por entre eles vagueavam os mouros vitoriosos, procurando o daquele que tinham na conta do seu mais temeroso inimigo.

- A quem buscais? Lhes perguntou um velho, cuja experimentada autoridade os outros geralmente reconheciam.

- Buscamos o corpo do capitão de Alcácer, mas já desesperamos quase de vê-lo aqui.

- Não percais tempo, buscando o corpo do conde D. Duarte, pois a desordem em que os cristãos vieram, bem mostrava que o não traziam consigo.

E quando o rei soube do desastre enorme e do desespero do irmão, cheio de vergonha e remorsos pela desobediência ao rei e ao próprio conde a quem não pediu sequer conselho, foi D. Duarte de Meneses, o cavaleiro sem mácula e sem pavor, aquele a quem entre todos escolheu, para em seu nome, ir confortá-lo (*Idem*).

Partindo das acções e atitudes do conde D. Duarte de Meneses, descritas por pessoas coevas, pelo próprio Zurara e até por muitos dos seus inimigos, podemos tentar penetrar na personalidade íntima deste cavaleiro do mundo, conforme o apelidou El-Rei de Fez: «Certamênte Senhor disse Molley Hea nõ se pode dizer do conde dõ Duarte senõ que he huõ dos specyaaes caualleyros do mûdo e assy como nisto e nos autos da cauallarya, assy he frãco e liberal ã seus dados e cousas cõ que ha de prestar. Veede que nobreza de caualleyro quitar assy tanto ouro a Xequo Laaroz e seerlhe tã fauorauei no resgate de seu filho seõdo seu jmijgo» (*Idem*: Capitulo .Cxxvij., 170).

Quando o próprio inimigo de longa data lhe atribuiu tais qualidades, estamos de facto perante uma figura singular, merecedora dos maiores elogios e admiração por parte de todos os que com ele tiveram o prazer de viver e conviver, amigos e inimigos.

O seu prestígio, merecido, era devedor do que já fora reconhecido a seu pai: «pois disse elRey leualhe tu este recado, ca posto que eu isto peça, condecenderey ao que for rezom e ainda menos, porme prazer de fazer honra e mercee ao conde, por que he boo caualleyro e filho doutro tal. E o seu Rey o deue muyto de preçar e honrar» (*Ibidem*).

Na verdade, o conde D. Pedro de Meneses revelou-se, no cumprimento da sua missão, na capitania de Ceuta, um homem muito prudente e avisado, o que podemos constatar nas seguintes asserções: «e assy por vos noteficarmos a grande prudemçia que

ouve naquelle muy noble capitão» (CCPM: Livro I, Capítulo LVI, 419); «O comde, porê, como homo muy proudente e avisado» (*Idem*: Livro II, Capítulo XX, 624); «Ho conde dom Pedro manteve a Cepta vinte dous anos e pouquos dias mais, guovernamdo-a como cavaleiro em que avia grande prudemçia e não menos ardidez, nunca sendo vencido nem desbaratado» (*Ibidem*: Capítulo XL, 717). Respeitador, gostava de ouvir a opinião e os conselhos dos companheiros, dialogando e considerando as suas opiniões: «E porque minha vomtade he ã soomente vos ter aquy como defensores desta cidade, mas como partyçipadores de todos meus conselhos – caa pois aveis de ser companheiros nos perigos, assy he rrazão que sejais partyçipadores nos conselhos» (*Ibidem*: Livro I, Capítulo XXIII, 261).

D. Pedro de Meneses²¹⁴ era também virtuoso e bom cristão: «E por certo que, amtre as muytas virtudes que Deus posera naquelle comde, assy hera que trabalhava muyto por sallvação dos cristãos e nunca rresguardando nenhũ ymteresse de dinheiro ã doutra cousa pellos tyrar de catyveiro» (*Ibidem*: Capítulo LII, 396), e ainda, «E ãcomemdo-te que sempre sejas tememte a Deus e que gardes seus mamdados, porque sempre amdes ã sua graça» (*Ibidem*: Livro II, Capítulo XXXIX, 713-714).

Vejamos agora como Gomes Eanes de Zurara nos apresenta D. Duarte de Meneses:

Foy o conde dom Duarte filho do conde dom Pedro de Meneses, e neto do conde dõ Joham Afonso Tello [1.º conde de Viana do Alentejo] e da condessa dona Mayor de Porto Carreyro, e bisneto do conde Dourê [4.º conde de Barcelos] a que per semelhante chamarom dom Joham Affonso Tello e da condessa dona Guyomar de Villa Lobos, de cuja parte este conde descende de linhagê dos Reis de Castella. E das auengas do conde dõ Pedro descendeo a Raynha dona Lyanor que foy molher delRey dom Fernando de Portugal como se mais largamête pode achar scripto no começo da cronica do dicto conde dõ Pedro. Nem screuemos aquy a geeraçõ da madre do conde dõ Duarte por quanto elle era filho natural o qual seu padre fezera em hũa moça²¹⁵ de sua casa.

E foy este conde de baixa estatura de corpo ãformado em carnes e de cabellos corredyos e gracyosa presença embargado na falla e homem de grande e boõ entender pouco risonho ã festeiador, tal que casy do berço começou de teer autoridade e representaçõ de senhoryo foy muyto amador de uerdade e de justiça muy têperado em comer e beber e dormyr e sofedor de grandes trabalhos tanto que parecyã que elle meesmo se deleitaua em os auer, por que quando lhos a necessarydade ã apresentaua elle per sy meesmo os buscaua, foy homem muyto ardido e de honroso coraçõ (CCDM: Capitullo .iiijº., 6).

²¹⁴ Vide, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* de Gomes Eanes e Zurara.

²¹⁵ Na edição do abade José Correia da Serra surge «uma moça nobre de sua casa» (1792: 13).

Também a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* refere os filhos deste: «E ove tambe hũ filho a que chamarão dom Duarte, que depois foy comde de Viana de Caminha e capitão da villa d`Allcaçer, o quall nos feitos da cavalaria mostrou bem a bomdade do sangue que trazia do padre» (CCPM: Livro I, Capitullo terceiro, 184).

O conde D. Duarte de Meneses descendia de ilustres casas senhoriais e reais, pela parte do pai, ligando-se às melhores famílias da nobreza: Abreu, Andrade, Castro, Coutinho, Melo, Silva e Sousa²¹⁶. Pela parte da mãe, pouco ou quase nada se sabe, excepto o que o abade José Correia da Serra acrescentou na sua edição, isto é, que sua mãe era «hũa moça nobre» (1792: 13) da casa de seu pai e nada mais. Contudo, Braamcamp Freire informou algo mais: «Era efectivamente o conde D. Pedro casado, quando nasceu, de Isabel Dominguez, mulher solteira, seu filho D. Duarte; assim o declara a carta de legitimação de 15 de Março de 1424. E, como diz o Sr. Fernandes Costa, a mulher do conde, então viva, era realmente D. Margarida» (1901; 1996: 10).

A ilegitimidade de D. Duarte de Meneses foi confirmada pelo próprio pai: «O cõde com aquelle natural prazer que a natureza geera nos padres contra os filhos quando lhe ueẽ obrar o que desejam veheronlhe as lagrimas aos olhos. Filho disse elle Deos nom quis que tu fosses legitimo e nom te embargou porem tua uertude em que parecesses a mÿ que som teu padre, e por que eu podesse seer mais certo como uerdadeyramẽte es meu filho, tolheote a mynha erança» (CCDM: Capitulo .iiiºj., 9-10).²¹⁷

Como vimos, D. Duarte de Meneses teria nascido em Dezembro de 1414, uma vez que Ceuta foi conquistada em 21 de Agosto de 1415 e, nessa altura, como afirma Zurara, tinha o conde D. Duarte de Meneses nove meses de idade. Podemos ainda aproveitar outras informações de Zurara para saber a idade exacta de D. Duarte de Meneses: «passados nove annos que Çepta fora tomada, o comde dom Pedro escreveo a ell rey como a elle covinha de lhe vir falar, (...), como quer que aaquelle tempo ouvesse [Duarte de Meneses] pouco mais de nove anos» (CCPM: Livro II, Capitulo XI, 581), e terá vivido cerca de 50 anos, pois faleceu em 1464 (cfr. King, 1978: 354; Moreno, 1980: 881; Brocardo, 1997: 13):

Senhor jrmaão disse elle ao conde de Moõsanto saluaae uossa uida pois ja na minha se nõ pode poer remedeo, ponhamo Deos na alma que fez e criou ã cujas mãos me ãcomẽdo.

E assy acabou aquelle nobre e tã honrado caualleyro cuja morte foy muy chorada, pero nõ tanto como deuera. E por que elle toda sua uida despẽdo ã seruyr Deos e seu Rey, seẽdo muy uerdadeyro muy justo muy tẽperado temẽte a Deos e tyrou muytas almas de catyueyro, peço aaquelles que leerẽ

²¹⁶ Vide, CORTE-REAL, Gilga da Luz de França Passos Vieira (2000). *A Batalha de Alfarrobeira: nobreza e relações de poder*, pág. 105. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

²¹⁷ Asserção idêntica encontramos na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*: Livro II, Capitulo XXII, 638.

esta estorea que quando a este pôto chegarẽ o ajudẽ a tyrar dalgũa pẽna em que esta o que eu pello contrayro pyadosamẽte creio cada huũ cõ sua oraçõ nõbrandosse que quẽ por outrẽ roga, por sy roga (CCDM: Capitulo .CLiiiºj., 199).

Braamcamp Freire aponta a data da morte do conde D. Duarte de Meneses para os primeiros dias do mês de Fevereiro de 1464, antes porém do dia 8, dando a seguinte justificação:

No mês de Janeiro, até 28, são datadas de Ceuta várias cartas régias; depois há um intervalo, e só tornam a aparecer outras cartas datadas daquela cidade de 8 de Fevereiro²¹⁸ em diante até ao fim do mês, e de 4, 6, 7, 10 e 13 de Março. Nesse dia estava certamente o conde D. Duarte morto, pois nele foi, em sua sucessão, nomeado capitão de Alcácer seu filho o conde D. Henrique²¹⁹. É pois muito provável que naquele intervalo do princípio de Fevereiro tivesse tido lugar a expedição à serra de Benacofú (1901; 1996: 4).

Dentro das muitas qualidades e virtudes do conde D. Duarte de Meneses, realçamos a sua coragem, o seu carácter guerreiro e destemor face ao perigo eminente:

Mandares dandolhe logo sua ffẽ segundo seu costume. Hora pois que assy he dize ao alcayde que elle andou dizendo estes dyas que eu me andaua guardãdo delle temendoo e que receaua de me ueer cõ elle ã pelleia. E que hora estou aquy aa porta de sua cidade que lhe mando rogar que uenha pelleiar cõ migo cõ quantos elle teuer. E sse lhe parecer que eu tenho mais que elle que traga quantos quiser, e eu tomarey outros tâtos e ainda menos, ou se quiser corpo por corpo que disse serey mais cõtẽte (*Ibidem*: DO CAPITULO CXXXVII., S, 185).

Zurara traçou-nos, como vimos, um retrato físico do conde D. Duarte de Meneses, no qual o apresenta como um homem de baixa estatura, forte, com gaguez evidente e sisudo. Aparentemente era um homem pouco simpático, muito bom cavaleiro, destemido, corajoso, muito humano, educado e muito temperado no comer e beber, correcto, verdadeiro, justo, simples e muito crente:

E ssegundo ãtender dos homeẽs nom se desenfadaua tanto em outra cousa como nos feitos da caullarya, como aquelle que easy do berço husara ho officio das armas. Homem deuoto e amigo de Deos e guardador de sua ley. E assy foy sempre ajudado do ajudoyro deuyal, ca de quantas pelleias ouue cõ os contrayros sempre sayu com uitorea sem nunca seer uencido. E sse no dya de seu

²¹⁸ Liv. 2.º dos *Brasões de Cintra*, p. 375.

²¹⁹ *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 8.º, fl. 108.

fallecimêto a força do êcarrego fora seu os mouros ficarõ cõ a principal parte do dâpno. Foy de sua fazenda assaz prestador aaquelles que lhe pareceo que tijnha razom, ainda que do comuñ nom fosse ayudo por liberal. Jsto porem tenho que fosse assy por sua fazenda a mayor parte de sua uida nõ seer tanta como cõuijnha pera tam grande e tam nobre homẽ. E bem se mostrou despois que foy capitã dAlcacer pollas dadiuas que fez, ca em cinque ânos deu muytos mouros e mouras, e passante de .Cxx. cauallos. E desy por que elle nõ era pallauroso nõ que soubesse nem quisesse mostrar senõ muyto menos do que em taaes cousas tijnha voõtade de fazer, querendo que sempre suas obras fossem mais certa testemunha de sua voõtade que suas pallauras (*Ibidem*: Capitullo .iijº., 6-7).

Quando da morte do conde D. Duarte, Zurara refere-se à baixa estatura física do conde como uma das causas da queda do cavalo e consequente morte pelos mouros:

E por que elle auya as pernas curtas e desy armado e apressado dos contrayros e desacompanhado nõ pode tam ligeynamête caualgar como lhe compria e teẽdo o pee ezquerdo no estribo cujo loro era mais comprido que as suas pernas requeryã quando quis lançar o pee direito pera a outra parte tocou o cauallo nas ancas cõ a espora, o qual lâçando pernadas deu outra uez com elle no chaão onde deu grande paãcada da cabeça de que ficou assaz ferido porẽ acordado (*Ibidem*: Capitulo .CLiiiºj., 198-199).

Para além de ser um homem religioso, devoto a Deus, cumpridor da lei de Deus, bom filho e muito amigo do pai, «Dom Duarte beijou muytas uezes as maaos a sseu padre chorãdo muyto cõ as pallauras que lhe dezya, assy por entender que lhe procedyã do grande amor que lhe tijnha como por conhecer que sua uyda era breue» (*Ibidem*: Capitulo .xxij., 42), D. Duarte de Meneses era também muito obediente e supersticioso:

Entõ determinou elRey de yr todauya, mandãdo ao conde dõ Duarte que fosse cõ elle, o qual como era uassallo obedyête, como quer que lhe a uoõtade carregasse o que auya de seer, nõ refusou nada, quanto mais que elle tijnha sabido muitos ânos auya que nõ auya de morrer senõ sob capitanya alhea, ca onde elle fosse capitã principal sêpre auerya bẽ auêturados aqueecimêtos, e per aquelle meesmo lugar per que auya de seer ferido, assy lhe era dicto e como nõ auya de teer ally nehuũ dos seus a qual cousa lhe fora dicta per huũ mõge da Çarzeda que se chamaua Frey Luis homẽ doutra terra que muytas cousas taaes que segundo as particularidades que dezia parecy a aos êtendidos que auya spirito profetico ou de boa parte ou de maa (*Ibidem*: Capitulo .Cliij ., 196).

O homem, «tão obediente cavaleiro e submisso cristão» (Costa, 1901: 43), que não queria que as palavras fossem mais amplas que os actos, o homem tão generoso nas presas de guerra, veria confirmar-se o mau presságio, traçando-se assim o seu destino e a sua vida.

Como já descrevemos, em 1464 foi vítima da bravura não isenta de insensatez de D. Afonso V, num lance de abnegação em que, para salvar a vida do rei, assediado por centenas de inimigos, se deixou ficar para trás, garantindo assim a protecção e a fuga do rei, sabendo que com essa atitude corajosa, não teria hipóteses de sobrevivência:

Cõde disse elRey ficaae com estes mouros por que lhe conhecees as manhas e acaudellaae esta gẽte. Eu nõ quisera dizẽ que disse elle que em tal tempo me derees tal cuydado, principalmẽte por que nõ tenho aquy nehuũ dos meus, ca pois estes que som presentes nõ fazem uosso mandado menos farã o meu pero pois que o uos assy auees por uosso seruiço ey por muyto bẽ ãpregado mỹ meesmo ã qual quer cousa que me acõtecer. E entõ aballou elRey e o conde nom foy ãganado ã seu dito, por que caasy todos partyram, onde lhe logo matarõ o cauallo e feryrã a elle na traseyra (CCDM: Capitulo .CLiiiºj., 198).

A singularidade da sua personalidade foi a sua prudência, «porem mandou o conde chamar o adayl e encomendoulhe que fosse ueer a terra e que se certificasse bem do que lhe aquelle mouro dizya» (*Idem: Capitulo .Vjº., 15*), a sua enorme sensatez, «e ssegundamẽte me parece que he bem que cada huũ ponha regra em sua casa como eu entendo fazer na minha, e que a nehũa pessoa se de governãça senõ hũa uez no dya» (*Ibidem: Capitulo .Lvijº., 79*), um homem que revelou muita experiência e sabedoria em situações complicadas, «Nõ curees respondeo elle que nos somos ja bẽ duas legoas da villa e isto he caasy noite, nom sera boo conselho de nos metermos ã cousa a que nõ possamos dar fim ou se a dermos que nõ seia aa nossa uoõtade» (*Ibidem: Capitulo .Lxviiºjº., 96*).

A sensatez do conde, a sua valentia e carácter, eram-lhe reconhecidas por todos:

Mandastesme cõ uosso filho e oolhey muy bem todo como se fez, nõ curees doutra cousa senom que ousadamẽte lhe podees ãcarregar qualquer feito de peso que uos aa maaõ uyer por que aallẽ da nobreza do coraçõ que lhe Deos deu sabe que lhe deu tambẽ syso pera se gouernar em grandes feitos quanto ainda nõ uy homẽ de sua ydade, ca nõ sey homẽ de taaes dyas que se uisse no que se elle uyo seendo uosso filho que nõ trautara o feito cõ moor desassessego e alteraçõ, podees uos yr em boa hora quando quiserdes a Portugal e nõ busquees outrẽ a que a cidade ajaaes de encomendar. E por semelhãte disserõ todolhos outros (*Ibidem: Capitulo .Vijº., 16-17*).

Desde muito jovem, D. Duarte de Meneses revelou-se um homem maduro, reflectido e muito ponderado: «Dom Duarte quando semelhãtes pallauras ouuyo sguardou ã elle e começou de pensar se husarya ãte de justiça ou de piedade, por que nõ podya per sy meesmo discernyr qual dellas serya melhor» (*Ibidem: Capitullo .LRixº., 128*).

As suas qualidades de homem discreto e avisado, eram predicados que contínua e assiduamente punha ao serviço da sua causa, combatendo os mouros e defendendo a sua praça e os seus homens: «Dõ Duarte como abryo a carta do marÿ, e achou dentro a que elle ãuyaua a elRey de Portugal scripta per frances, muy secretamente fez leer a outra» (*Ibidem*: Capitulo .Lj., 71).

Como todos os homens bons também mereceu a cobiça e inveja dos seus inimigos que procuravam desprezar os seus feitos: «E bẽ he que alguõs daquelles que ãueiauam dõ Duarte fazyam scarnho de sua yda trazendo antre ssy por rifam que as uacas daquelle lugar tijnham mais cornos que as outras» (*Ibidem*: Capitullo .xv^oj., 36). Era um psicólogo nato, sabia “jogar” com os inimigos, enervava-os para os enfraquecer, tendo a percepção do momento exacto em que podia e devia intervir:

E tu sabe que tal he nossa uoõtade de soportar quaaesquer trabalhos que nos sobreuÿr possam atee morrer. E pera tu bem ueeres se cõcordam as obras cõ as pallauras chegate cõ tua gente acerca dos muros pera nos combater e ally poderas ueer o ponto em que somos e as uoõtades que teemos. Outrossy me disseram que o teu rey per teu cõselho ordenaua de mandar fazer scaadas e artefficyos pera chegardes ao muro o que me parece que teẽdes melhor aparelhado se uos grande uoõtade auees de o fazer por que eu tenho aquy muytas scaadas que elRey meu Senhor aquy mandou trazer pera tomar esta uilla, das quaaes te eu mandarey poer hũa antre cubello e cubello. E entam uenhã os teus mouros sobyr per ellas se sse tã fortes acham pera per ellas entrar. E per ally poderas conhecer a uoõtade que nos outros teemos trabalhar por honra do nosso Rey e por defesa de nossa ley e pollo que a nos meesmo perteece. E assy serees fora de trabalho de mãdar laurar madeyra pera scaadas nẽ aguardar tempo em que se possã fazer o que bem podes scusar se quiseres. O que a mÿ e a quantos estamos em esta uilla sera grande prazer em tu quererres de nos aceptar esta graça (*Ibidem*: Capitulo .Lj., 72).

Todas estas virtudes e qualidades fizeram de D. Duarte de Meneses um ser de rara humildade, um homem de carácter, uma figura ímpar da nossa História, pela sua cega obediência aos interesses da nação, do seu rei e da sua pátria, tendo Afonso V e seus descendentes a obrigação de lhe fazer a justiça devida e recordar o seu nome: «E ora esguardãdo nos os muytos e muy estimados seruiços de perpetua memorya que dõ Duarte de Meneses do nosso cõselho, nosso alferez moor, capitãõ e gouernador por nos ã a nossa vila de Alcaçer em Africa tẽ feytos a noos e a nossos reynos» (CCDM: Carta, 202).

Fernandes Costa afirma que D. Afonso V não foi ingrato à memória do conde de Viana, a quem, em vida, prestara já singular, mas bem merecida homenagem. Como prova desta asserção refere o autor que em Abril de 1460, como vimos, deixara D. Duarte de Meneses por capitão de Alcácer seu sobrinho Afonso Tellez e viera a Lisboa ter com D. Afonso V: «Daly se foy elRey a Santarem, onde com solene arenga de seus seruiços e

merecimentos, e com devida cerimonia ho fez conde de Vyana de Caminha²²⁰» (1996: 4-5). Contudo, logo de seguida, o mesmo autor deixa no ar a suspeita, sem justificação plausível, que o monarca não prestou as devidas honras ao malogrado conde, invocando como justificação uma frase da própria *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*: «E assy acabou auelle nobre e tã honrado caualleyro cuja morte foy muy chorada, pero nõ tanto como deuera» (CCDM: Capitulo .CLiii^oj., 199). Assim, Fernandes Costa dá a entender que o rei Africano teria sido ingrato para com D. Duarte de Meneses, o que é manifestamente falso, face às mercês e favores concedidos, não só a D. Duarte como também aos seus descendentes, o que se confirma nas próprias palavras de Zurara: «E porque, segundo o filosaffo, o [rrecompensamemto] do ganho deve ser dado aaquelle que he mesteiroso e o rrecompensamemto da homrra aaquelle que he muyto nobre e exçellemte, devem por çerto todos os que vierem de geraçom deste comde, assy por via direita como colaterall, ser muyto obrigados a este rrey» (CCPM: Liv. I, Cap. I, 175), e ainda, «Assy quis uossa alteza que tam assijnado seruiço nom passasse sem perpetua nẽbrança por que aallẽ do grande louuor que a memorya daquelle conde por ello merece obrigassees uossos socessores, fazerem aos seus pera sempre honra e mercee» (CCDM: Cap. I, 3).

Fernandes Costa afirma ainda que é «interessante e curioso ver o que os nossos chronistas régios, forçadamente cortezãos, sabiam escrever nas entrelinhas das suas chronicas. Às vezes, uma phrase sua rasga obscuridades, enchendo-as de clarões. Esta é das taes» (1996: 4-5). Face a esta afirmação Braamcamp Freire responde o seguinte: «é conveniente que o historiador saiba ler nas entrelinhas dos cronistas oficiais; mas é necessário que entenda a leitura» (1901; 1996: 6). De facto, as insinuações de Fernandes Costa não têm razão de existir, uma vez que Zurara procurou sempre, como temos vindo a demonstrar, a verdade dos factos, não necessitando de escrever “bajulações” nas entrelinhas, daí a pertinência e razão das palavras de Braamcamp Freire, ao afirmar a necessidade de se entender a leitura, isto é, compreender e interpretar correctamente o que está escrito.

²²⁰ PINA, Ruy de (1790). “Chronica do Senhor Rey D. Affonso V”. In *Colecção de Livros Inéditos de História Portuguesa*, tomo I, Lisboa, cap. 143. A carta do condado de Viana é de 6 de Julho de 1460 (Liv. 3.º de Místicos, fl. 57 v.).

3.2. Códices conhecidos da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*

Vimos no ponto 3.1. que na *Introdução às Crónicas de Gomes Eannes de Zurara* José Correia da Serra escreveu:

A do conde D. Duarte, mais rara ainda, vai impressa segundo hum mui estimável Ms., e único antigo existente, o qual se acha em poder do Excellentissimo conde de S. Lourenço Dom João de Noronha. Tudo inculca autoridade neste Codego, mas he para lamentar que haja tantas lacunas nelle, que devemos supor irreparáveis, pois que não sòmente faltaõ nos dois exemplares mais modernos²²¹ que desta obra podémos alcançar, mas já faltavaõ no Reinado d'ElRey D. Sebastiaõ, quando teve licença para se imprimir o Ms. que ora nos servio de guia. Fr. Bartholomeu Ferreira que o reueo, requer na sua aprovaçã, que se por ventura estes fragmentos apparecessem, houvessem de vir á censura (1792: 211).

Constatámos assim, que o abade José Correia da Serra conheceu apenas três códices da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, estando “o único antigo existente, em poder do Excellentissimo conde de S. Lourenço Dom João de Noronha”, desconhecendo o códice n.º 520 (Livraria). No entanto, Dias Dinis observa que, «de nenhum deles indica o ilustre académico a data nem, tampouco, o paradeiro dos últimos» (1949a: 10).

Edgar Prestage (1899: LIX-LX) menciona conhecer seis manuscritos da citada crónica: um na Biblioteca da Academia das Ciências, três na Biblioteca Nacional de Lisboa e dois na Torre do Tombo, registando o autor apenas o códice com a cota 520 (Livraria) da Torre do Tombo. Por sua vez, Dias Dinis declara conhecer sete cópias dessa citada crónica:

Duas na TT, n.º 520 (Livraria), do século XV, e n.º 595 (Livraria), do século XVII, esta muito incompleta; uma na Biblioteca da Academia, o n.º 1732 (Azul), do século XVIII, sem valor por constituir mera cópia que serviu de base à edição de Serra de 1793; quatro na Biblioteca Nacional de Lisboa, sob os números 9.165 e 803, do século XVIII. De todos eles só dois merecem atenção de maior, pela sua antiguidade, pela integridade relativa e pelo valor do texto, o n.º 520 (Livraria) da Torre do Tombo e o n.º 9.165 F. G. da Biblioteca Nacional de Lisboa (1949a: 10).

²²¹ *Introdução às Crónicas de Gomes Eanes de Zurara*, anónima, mas atribuída a José Correia da Serra, in *Colecção de livros inéditos de história portuguesa*, tomo II. Lisboa, 1792, p. 211. (Nota de Dias Dinis, 1949a: 10).

3.2.1. Descrição física e análise do manuscrito da Torre do Tombo, códice n.º 520 (Livraria)

Seguindo as linhas mestras de Dias Dinis, observemos mais de perto o códice n.º 520 (Livraria) da Torre do Tombo, manuscrito que serviu de base à nossa edição semidiplomática.

Está encadernado em capas de madeira, coberta a carneira, com aplicação de ferros. Na lombada, de carneira vermelha, tem sobreposta tira de carneira preta e, sobre ela, impressos a ouro, os dizeres: *Crónica / de D. Duarte / de Meneses*, em caracteres maiúsculos.

O códice é pautado a roxo. Contém 223 fólios de pergaminho, de datas e aspecto diferentes, nem todos escritos, de 280 x 217^{mm}. Os fólios são escritos a duas colunas de 26 linhas, sendo o texto a preto e os títulos dos capítulos a vermelho, enumerados, mas foram aparados aquando da encadernação. A parte primitiva do códice é escrita em belo e grande gótico francês do século XV, por uma só mão, e levemente inclinado para a direita, bastante semelhante ao do códice de Paris da *Crónica da Guiné*, de fins do século XV.

No manuscrito há duas partes distintas: a do século XV, constituída por folhas de grosso pergaminho, amarelecidas e com bastantes remendos, nas quais está escrita toda a Crónica conhecida; são actualmente 27 cadernos, de 8 folhas cada um ou 4 duplas, cosidas a meio; os cadernos 12.º e 25.º contam apenas seis folhas cada, desaparecidas a primeira e oitava daquele e a segunda e sétima deste.

A outra parte do códice, de fins do século XVI, consta de três folhas ao princípio do volume, de outras tantas ao fim, e de várias em branco dispersas pela obra. São de cor um pouco mais branca do que as acima citadas. Nas primeiras, lançaram a portada da obra e a carta pela qual ela abre na edição única, de 1793; nas últimas, encontra-se também a carta que figura no impresso. Faltam vários outros cadernos escritos. Ao encadernar o volume, incluíram nele, colados aos fólios primitivos, os actuais fólios 44, 107, 181, 212 e 221, em branco, destinados certamente ao preenchimento das lacunas existentes na obra, quando se encontrasse o texto em falta.

A parte antiga do códice tem o *incipit* e os títulos dos capítulos a vermelho, o texto a preto, sendo o pautado a roxo. É escrita em duas colunas, em ambas as faces da folhas e com 26 linhas por página. Faltam as iniciais de todos os capítulos, menos do primeiro. O

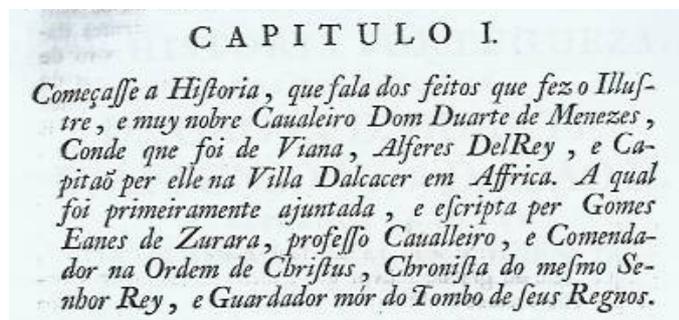
calígrafo deixou, entretanto, espaço em branco, da altura de três linhas, para o iluminador desenhar as capitais.

A portada primitiva, se existiu, não se conserva. Abre o volume pelos seguintes dizeres do século XVI:



Está em branco o verso deste fôlio. Segue-se a cópia da carta de el-rei D. Afonso V ao cronista, também em letra do século XVI (Fólio 2r).

Encontram-se em branco os fôlios: 3, 44, 107, 140, 181, 212, 221 e 223. No fôlio 4r começa propriamente a obra, pelos seguintes dizeres, a vermelho, em letra do século XV:



Sem título do capítulo, como no impresso, principia logo o texto: “Duas rezoões muyto alto e muyto excellête princepe me constringyã scusar de comprir uosso mandado quando me da Aueyro screuestes mãdãdo (...)”. O capítulo seguinte leva o n.º II, como na edição da Academia.

A duas colunas do fôlio 4r., primeiro da obra, estão emolduradas por ampla vinheta, em azul, preto, vermelho, verde, sépia e ouro, a qual representa, ao centro e fundo da página, o rodízio de D. Afonso V, a sépia, sobre escudo azul, de base angulada, ladeado por dois anjos, de longos vestidos enfolhados e que sustentam livros nas mãos. O resto da composição é preenchido por flores de cravo e espigas de gramíneas.

A capital *D* da palavra Duas, pela qual começa o primeiro capítulo, é floreada, a cores e ouro, tendo inscrito pelicano, fantasiado com asas de morcego.

Como também já observou Dias Dinis, em todo o códice não há frases riscadas, senão só alguma palavra repetida pelo polígrafo, contudo, conforme indicamos em notas de aparato no segundo volume deste estudo, registamos que a numeração dos capítulos 82.º a 89.º do impresso levam no códice 520 a numeração de 92 a 99, equívoco que, depois, o próprio polígrafo procurou emendar, a tinta preta.

A crónica termina, no Capítulo Final, tal como no impresso de 1793, pelas palavras “E ãcomẽdadoo aaquellas pessoas cujas orações sentya que a Deos prazerya ouuyr visitando moesteyros e jgreias e”, que não pertencem ao final do caderno em que se encontram, mas ao seguinte, que falta.

Na mesma letra do século XVI das primeiras folhas do códice segue no fólho 222r.:

Esta he a carta de quando Dom Duarte foy feyto cõde, a qual (por quaõ deuida foy a mercee e quaõ cõfessado nella está por remuneraçãõ em parte de seus seruiços e naõ ho *que* por eles merecia) pareceo rezaõ treladarsse aqui, por mostrar ho agardeçimẽto de hũ taõ virtuoso Rey, e os merecimẽtos de hũ taõ singular criado, a quem elrey (naõ satisfeyto cõ a mercee e onrra que ã suas coronicas mays lhe daua, nẽ do *que* aqui delle dezia e confessaua) lhe mãdou fazer por o seu coronista esta em particular, da qual por culpa de nossos tempos falta hũa graõ parte.²²²

Segue-se a carta: “Dom Afonso per graça de Deos Rey de Portugal e do Algarue Senhor de Cepta e de Alcaçer em Africa [...]”, a qual termina a fol. 223r. por estes dizeres: “Dada em Santarẽ seys dias de julho. Martim Gõçaluez²²³ a fez anno do naçimento de nosso Senhor Jesu Christo de 1460”.

Na margem do fundo do fólho 61r., encontra-se uma assinatura que diz Diogo glž, Diogo Gonçalves, como se pode verificar na imagem:

A assinatura, em hipótese, leva-nos a atribuir o códice à pena de Diego ou Diogo Gonçalves, escrivão dos livros de el-rei D. Afonso V: “Diego Gonçalves nosso escpriuam dos liuros”, lê-se em carta régia de 27 de Abril de 1462 e o mesmo cargo lhe atribui idêntico documento de 10 de Março de 1450.

²²² Nota de aparato em José Correia da Serra que afirma: «Esta declaração está da mesma letra no Manuscrito que na presente edição serve de Original» (1792: 372).

²²³ Gõçaluez, *origin*; Gill, na edição de Serra.

Terá sido este escrivão que terá passado à sua letra a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* em 1468. Interessa esclarecer que João Gonçalves e Diogo Gonçalves, figuram como escrivães de livros de Afonso V. Nos documentos I e II, do ano de 1451, publicados por Sousa Viterbo, diz-se ali que foi aquele escrivão [João Gonçalves] dos livros do infante D. Pedro (cfr. Dinis, 1949^a: 15).

Este escrivão também é citado por Michel Vergé-Franceschi, como sendo o copista da *Crónica de Guiné*: «A 18 de Fevereiro de 1453, o copista João Gonçalves (escrivão dos livros do regente), em Lisboa, acaba a cópia que se encontra actualmente em Paris» (2000: 174), referindo-se, obviamente à *Crónica de Guiné*.

Nada mais pudemos apurar quanto ao escrivão porque faltam ao códice n.º 520 (Livraria) também as últimas folhas, onde poderíamos buscar ao respectivo *explicit* o nome do copista, restando-nos assim que algum dia surja algum documento assinado por ele para uma identificação definitiva.

Também ao fundo do fólio 26r., em caligrafia de fins do século XV ou já do XVI, cortadas parcialmente pelo apartamento das folhas, lemos as palavras: “quem quer ã tirou este polguaminho daomde staua (?) / ha mister ã ho acoutem m.to bem por ã outro Sõr (?) [nom] seja ouzado atomar outra cousa E hysto seja / sem apelar E sem agrauar desse a semtemsa”.

Ainda sobre a margem esquerda do fól. 199v., em caligrafia que poderá ser do século XVI ou seguinte, há uma outra assinatura, talvez incompleta, em razão do corte das folhas: *Lopes meneses*, sendo que meneses é perfeitamente legível.

O manuscrito não tem a palavra “Fim” nem data, mas o seu aspecto caligráfico, o carinho que vários remendos e cuidados atestam em diversos fólhos, talvez também a assinatura que se lê ao fundo do fólio 61r. e, enfim, a luxuosa portada ou, mais bem dito, a primeira página do texto, parece documentarem que se trata de cópia oficial da obra, infelizmente mutilada e truncada.

O destinatário da referida cópia da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, feita ou não pelo escrivão Diogo Gonçalves, seria el-rei ou a Livraria Régia. Mas as palavras Lopes Meneses na margem do fólio 199v do manuscrito permitir-nos-ão supor que, inicialmente ou mais tarde, o códice pertenceu à família do conde D. Duarte de Meneses. Tal conjectura tem por base a exposição que D. Henrique de Meneses fez presencialmente a D. João III, em 1532:

Em 1532, D. Henrique de Meneses²²⁴ dizia a D. João III sobre as Crónicas de D. Pedro e de D. Duarte de Meneses: E nõ contente ElRey dom Afonso vosso tio²²⁵ da honra que lhe [a D. Pedro de Meneses] nas vossas Cronicas podiaõ dar, lhe mandou fazer outra particular a elle só, que hoje em dia seus sucessores aqui tem.

O conde Dom Duarte, cujo nome meu irmão tem²²⁶, e cujos feitos sempre seguio, foi o primeiro capitão de Alcacer, aonde, depois de muytos desbaratos, e muytas bandeiras tomadas, por saluar a trazeira Del Rey Dom Afonso vosso tio, tornando atraz, por seu mandado, o mataraõ os Mouros em Benecofu, E sabendo muyto bem ao que tornaua: porque em o El Rey mandando, lhe respondeo: Senhor, encommendouos minha molher, e meus filhos. E aos que lhe perguntauaõ aonde tornaua, respondia, torno a morrer, porque mo manda El Rey meu Senhor E ali, como digo, o mataraõ os Mouros, e entrelles tem verdadeira sepultura; ainda que em Santarẽ lhe fizeraõ outra de pedra com hum só dente seu nella: ao qual tambem o mesmo Rey dom Afonso mandou fazer de seus feitos, e seruiços Cronica que aqui a V. A. mostrarei, se a quiser ver (Falla que dom Henrique de Meneses f.º do conde Prior fez a El rey dom Joaõ o 3.º em presença de muytos fidalgos, e Letrados, sendo elle gouernador da casa do ciuel sobre o feito de Dom Duarte de Meneses seu jrmaõ que tinha sido Capitão de Tangere, e gouernador da Índia, e auia muytos annos que estaua preso.²²⁷

O abade José Francisco Correia da Serra não conheceu o manuscrito da Torre do Tombo, códice n.º 520 (Livreria), mas, como referimos na *Introdução* deste estudo, página 12, Charles Raymond Beazley e Edgar Prestage tiveram dele conhecimento: «The Bibliotheca National in Lisbon has three, the Torre do Tombo two, and the Bibliotheca da Academia Real das Ciencias one MS. of this Chronicle; all show the same gaps. The only Ms. of value is one (Nº. 520) in the Torre do Tombo, dating from the end of the 15th century, written on parchment, with the headings to the Chapters in red and black, and an illuminated title-page» (1896: 59-60).

²²⁴ D. Henrique de Meneses embarcou a 9 de Abril de 1524 na esquadra de 14 navios comandada por Vasco da Gama. Chegou a Goa em Setembro – onde deixou D. Henrique de Meneses, como capitão – e seguiu para Cochim, mas foi atacado pela doença e viria a falecer em Cochim, na noite de Natal. Nestas condições, o procedimento da sua substituição implicava a consulta dos documentos régios, secretos e selados, que só deveriam ser abertos nestas mesmas condições. Mandava D. João III que, por morte do conde almirante, o governo da Índia fosse entregue a D. Henrique de Meneses, como foi feito a partir de 1525.

²²⁵ D. João III (1502-1557) era filho de D. Manuel (1469-1521) e neto de D. Fernando (1433-1470), duque de Viseu, irmão de Afonso V (1432-1481).

²²⁶ O primeiro governador da Índia nomeado por D. João III foi D. Duarte de Menezes, cuja acção no Norte de África se tinha revelado de grande valor. Quando D. Manuel o nomeou para exercer o cargo na Índia, contava com mais de uma dezena de anos como capitão de Tânger, onde sofrera, com ânimo e tenacidade, uma das mais violentas fases da guerra africana. Todavia, a sua estadia no Oriente não teve o mesmo brilho e ficou marcada até por um continuada falta de firmeza que acabou por se reflectir no governo e nos (in)sucessos da guerra. Partira de Lisboa a 5 de Abril de 1521, com quinze navios, chegando a Cochim em Setembro desse mesmo ano. D. Duarte de Meneses veio para Lisboa sob prisão, mandando o rei que se retirasse para Torres Vedras e lá ficasse às suas ordens, até resolução das acusações de que era alvo.

²²⁷ In Ms. n. 1598 F. G., fl. 87r., Biblioteca Nacional de Lisboa, em letra do século XVII, por cópia. Também no mesmo códice a fls. 73v-78r e ainda no Ms. n.º 7.638, fls. 234v-237v, em cópia do século XVI, porém truncada. Reproduzido na íntegra por Dias Dinis (1949a: 16).

Em síntese:

O códice n.º 520 (Livraria) tem as grandes lacunas do impresso, com excepção do capítulo 77.º, felizmente conservado naquele.

Nenhuma das páginas do códice n.º 520 (Livraria) está incompleta, como sucede com os demais, onde os copistas, ao transcreverem a obra, deixaram papel em branco nas páginas do texto, para preenchimento futuro das lacunas.

Do códice n.º 520 (Livraria) faz parte integrante e completa o capítulo 49.º. Este capítulo 49.º aparece todo dentro do mesmo caderno (fólios 73r.-75r.) sem qualquer vestígio de omissão. No impresso de José Correia da Serra, páginas 126 a 130, não encontramos nenhuma referência do mesmo a qualquer omissão, apesar deste autor ter apontado o capítulo 49.º como um dos que tinham lacunas.

José Correia da Serra, ao longo do seu impresso, foi acrescentando notas de aparato, que registámos na nossa edição. Contudo, no citado capítulo 49.º, não verificámos qualquer nota indicativa de lacuna pelo que aventamos a hipótese de José Correia da Serra se ter equivocado ao inventariar as lacunas, inventariação que acontece por exemplo no capítulo 62.º, em que já aparece uma nota de aparato na impressão de Serra na página 164, página 87 da nossa edição semidiplomática (volume II).

O novo capítulo 77.º, fólios 113r.-114v., páginas 106-108 da nossa edição semidiplomática, o qual Serra não conheceu, encontra-se apenas no códice n.º 520 (Livraria) e em mais nenhum conhecido.

Tal como anotámos, também o copista se equivocou na numeração dos capítulos 125.º (pág. 166 da nossa edição, fólio 182r.) e capítulo 126.º (pág. 166-169 da nossa edição, fólio 182v.-185v.), dando-lhes os números de 126 e 127, erro compensado logo pela repetição do número 127 (pág. 169 da nossa edição, fólio 186r.) no manuscrito, surgindo, erradamente neste, fólios 182v. e 186r., a repetição do número do capítulo Cxxvij.

Afirma Dias Dinis que «todas as restantes lacunas marcadas pela edição da Academia são motivadas pelo desaparecimento de cadernos do códice n.º 520 da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, cuja falta remonta pelo menos aos fins do século XVI» (1949a: 25). Mas esta afirmação não está correcta porque Correia da Serra não conheceu, como já demonstrámos, o códice n.º 520 (Livraria). Assim, a Academia não podia marcar ou apontar lacunas de um códice que não conhecesse, devendo portanto o rev. Dias Dinis

pretender referir-se, na afirmação citada, ao manuscrito de conde de São Lourenço, D. João de Noronha ou então ao códice n.º 9.165 da Biblioteca Nacional de Lisboa, códices conhecidos por Correia da Serra.

As palavras denunciadas por Correia da Serra e que faltam em quatro capítulos da Crónica, Cap. LXXX, Cap. CXXVI, Cap. CXXVIII e Cap. CXLV, já estão colocadas na nossa edição semidiplomática e foram objecto de nota de aparato, páginas 112, 169, 171 e 191, respectivamente.

Muitas das lacunas existentes na *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* poderão ser colmatadas após minucioso confronto com a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, pois, entre alguns dos capítulos delas, como apontámos no capítulo 2, existe identidade flagrante de assunto, de títulos e até, uma vez ou outra, de redacção.

Acrescente-se ainda que o texto do manuscrito da Torre do Tombo, códice n.º 520 (Livraria) não foi revisto com muito cuidado. Encontram-se nele alguns erros, troca de letras, falta de outras, repetição de palavras ou sua omissão e palavras fora do contexto. Todas estas anomalias são apresentadas em nota de aparato na presente edição semidiplomática. Além disso, o escrivão não seguiu critério idêntico na ortografia de algumas palavras, surgindo estas com grafias diferentes, as quais respeitámos e transcrevemos, sempre de acordo com os critérios por nós adoptados.

Relativamente ao Códice n.º 9.165 da Biblioteca Nacional de Lisboa, registámos que é um volume de 258 fls. numerados, em papel branco, sem linhas, de 285 x 212mm, e bela letra desenhada do século XV ou XVI, com 31 linhas por página, a uma só mão e cor, com pequenas emendas. Está encadernado em papelão, com lombada e cantos de carneiro. As iniciais maiúsculas dos capítulos estão ligeiramente ornadas. Está escrito a tinta preta e a uma só coluna. Tem marca de água, coroa encimada por estrelas de seis pontas. Falta-lhe a portada.

Este códice acusa as mesmas lacunas da edição de 1793, deixando o copista papel branco para o preenchimento das mesmas. Acusa ainda uma série de emendas dignas de nota, «talvez do século XVII e praticadas pela Censura, particular ou oficial» (Dinis, 1949a: 17-18).

Apesar do códice n.º 9.165 da Biblioteca Nacional de Lisboa ser muito semelhante ao do conde de São Lourenço, não é o mesmo que o utilizado pelo abade José Correia da Serra porque das palavras e frases riscadas no códice n.º 9.165, umas encontram-se no impresso e outras não, o que demonstra ter o abade utilizado manuscrito menos censurado.

Apresentamos de seguida as lacunas acusadas pelo abade José Correia da Serra, e as verdadeiras lacunas da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, apresentadas pelo reverendo António Joaquim Dias Dinis:

Correia da Serra (1792: 212)	Dias Dinis (1949a: 26-27)
Desde o meio da cap. 17.º até ao meio do cap. 21.º	Desde o meio da cap. 17.º até ao meio do cap. 21.º
Desde o meio da cap. 27.º até ao meio do cap. 33.º	Desde o meio da cap. 27.º até ao meio do cap. 33.º
Parte do capítulo 49.º	
Desde o princípio do capítulo 62.º	Parte do capítulo 62.º
Parte do cap. 63.º e os seguintes até ao meio do capítulo 67.º	O final do capítulo 63.º, na totalidade faltam os capítulos 64.º, 65.º e 66.º e princípio do cap. 67.º
Parte do cap. 70.º e o 71.º e 72.º	A parte final do cap. 70.º, todo o cap. 71.º e quase todo o 72.º
Falta todo o capítulo 77.º	Este cap. 77.º só existe no códice n.º 520 (Livreria)
Parte do cap. 89.º, e seguintes até ao meio do capítulo 107.º	Os capítulos 90.º a 106.º inclusive, e o princípio do capítulo 107.º
Parte do cap. 109.º e os seguintes até ao meio do 111.º	Final do 109.º, todo o 110.º e a primeira parte do 111.º
	No impresso as últimas palavras do 116.º estão conservadas no manuscrito
Parte do 122, e os seguintes até quase ao fim do 125.º, devendo ser este último o 124.º por gralha tipográfica	O final do cap. 122.º, todo o 123.º e todo o cap. 124.º
Parte do capítulo 136.º	Falta parte do cap. 133.º e a parte central do cap. 136.º
Parte do 137.º e os seguintes até ao meio do cap. 141.º	Final do 137.º, totais 138.º a 140.º e 1.ª parte do 141.º.
Desde o princípio do capítulo 147.º até ao meio do capítulo 151.º e fim do último capítulo (CLVI)	Quase todo o 147.º, todo o cap. 148.º, 149.º, 150.º, a primeira parte do 151.º e a última parte do cap. final

3.3. As outras obras de Gomes Eanes de Zurara

E certo é também que nem todas as suas crónicas lhe podem ser inteiramente atribuídas (Torquato Soares, 1997: 82).

Procuraremos, neste subcapítulo, indicar uns breves apontamentos sobre as outras três obras conhecidas de Zurara, a *Crónica da Tomada de Ceuta*, a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* e a *Crónica da Guiné*, no intuito de fornecer aos leitores uma perspectiva mais consistente, abrangente e homogénea da obra zurariana. Deve notar-se que os dois últimos trabalhos de Zurara, as *Crónicas dos Meneses*, foram ignorados durante muito tempo, apesar de, especialmente a última, terem sido escritas durante os anos mais maduros da produtividade literária do cronista e sob metodologia mais rigorosa.

Nos fins do século XVIII, por diligência da Academia Real das Ciências, foram reveladas as *Crónicas* do conde D. Pedro de Meneses, que governou a praça de Ceuta de 1415 a 1437, e de seu filho D. Duarte de Meneses, capitão do fronteiro de Alcácer Ceguer no tempo de D. Afonso V. Trata-se de obras de carácter senhorial, destinadas a exaltar o heroísmo de dois cavaleiros que tinham ajudado a consolidar o poderio nacional em Marrocos. Nelas põe-se em relevo «a ajuda que a Coroa recebeu da principal nobreza, elevando-se o papel militar da família Meneses, tronco da casa de Viana» (Serrão, 1989: 29).

Em Zurara, mestre da execução de temas de honra, fê e justiça, foi a glorificação do indivíduo (D. João I, o infante D. Henrique, D. Pedro de Meneses e D. Duarte de Meneses) que deu forma ao núcleo ideológico e temático das suas crónicas.

Luís Filipe Barreto considera que nas obras de Zurara o conjunto das unidades discursivas do cronista se distribuiu por quatro crónicas:

A primeira foi a *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I*, concluída em Silves a 25 de Março de 1450 e que foi deixada em adiantado estado por Fernão Lopes, e apenas retomada por Zurara ao longo de 1449 e 1450; por volta de 1453-1454 começou a *Crónica de Guiné*, que só acabaria cerca de 1464²²⁸. Em 1458 iniciou a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* que terminou em 1463. Em 1464 começou a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* que acabou nos finais de 1468 ou inícios de 1469 (1983: 63-66).

²²⁸ Vide, PIMPÃO, Costa (1959), LEITE, Duarte (1941), DINIS, Dias (1949b) e SOARES, Torquato (1977).

Na óptica deste autor, «o conjunto das unidades discursivas das obras de Zurara forma um lugar cultural de extrema complexidade no Outono da medievalidade portuguesa e o seu discurso historiográfico marcou em Portugal o nascimento da transição lenta/gradativa e jamais linear, da historiografia medieval para a historiografia renascentista» (*Idem*).

*Crónica da Tomada de Ceuta por ElRey Dom Joham o primeiro*²²⁹

ou

Terceira parte da Crónica de D. João I

A *Crónica da Tomada de Ceuta* é a narração da conquista da mesma cidade por D. João I, rei de Portugal, efectuada em 2 de Agosto de 1415. Esta crónica é a epopeia da primeira empresa cometida pelos Portugueses além-mar.

Em todo o século XV não há muitas obras que se lhe equiparem, quer pela sua maturidade literária e estética, quer pelo seu conteúdo intelecto-afectivo. Por toda esta obra passa um auspicioso halo de epicidade, em face de facto de tamanha envergadura, tão genialmente preparado, tão corajosamente executado, tão rico nos seus ensinamentos e factos seguintes (cfr. Brasil, 1988: 9).

Escrita no século XV em língua portuguesa, é uma obra com um enorme valor literário e superior a muitas outras escritas no mesmo século, não só pela regularidade da narração mas também pela eloquência dos discursos das personagens: é a perfeição do estilo simples e directo da prosa portuguesa. De uma maneira geral, parece haver divergência sensível no estilo de uma e de outras obras do cronista, mais elegante na *Crónica da Tomada de Ceuta* do que nas restantes. Nenhuma outra crónica a iguala em merecimento e valor estético, talvez «por constituir o texto daquela obra reprodução mais exacta do autógrafo de Zurara» (Dinis, 1949b: 51-52). Na verdade não se conhece nenhum autógrafo das obras do cronista, apenas se conhecem textos apógrafos.

Luís Filipe Barreto, Costa Pimpão, António José Saraiva e Óscar Lopes colocaram muitas reservas quanto à legitimidade do autor desta crónica. Barreto afirma mesmo que Fernão Lopes *a teria deixado em adiantado estado*, e que Zurara apenas a teria retomado em 1449 e 1450; ora, não reconhecemos qualquer consistência a tais suposições, porque não têm qualquer fundamentação documental. Seriam precisas análises estruturais e lexicais rigorosas para se poder afirmar, com algum rigor e autoridade, tal conjectura.

²²⁹ O verdadeiro nome da crónica e o que lhe foi dado na 1.ª edição, de 1644, e como se lê nalguns dos códices manuscritos da obra.

Aliás, tal atitude não se enquadra no perfil e carácter de Zurara até porque, como temos vindo a referir, o cronista sempre afirmou a verdade e foi ele próprio quem mencionou o nome de Afonso Cerveira como um dos que inicialmente recolheu material para a *Crónica de Guiné*.

O que poderemos com alguma segurança argumentar é que Zurara terá aproveitado e bem, as pesquisas documentais e arquivísticas do já *velho e flaco* Fernão Lopes, que era ainda vivo e que continuou até 6 de Junho de 1454 como guarda-mor da Torre do Tombo.

Esta crónica foi publicada em vida de Fernão Lopes, aliás, este só foi dispensado das suas funções de “guardador das escrituras do Tombo” em 1454, e só deixa de haver referências escritas relativas à sua pessoa a partir de 1459, falecendo provavelmente um ano depois. Como se explicaria o seu silêncio com uma obra sua publicada por outro? Foram praticamente dez anos que Fernão Lopes viveu após a publicação da *Crónica da Tomada de Ceuta* e em todo este tempo não se teria apercebido? Seria muito estranho e arriscado para Zurara, mesmo naquela época, aproveitar-se da obra de um homem que ele muito respeitava e admirava, e ainda por cima quando conviviam, pelas tarefas desempenhadas, necessariamente juntos.

Vejamos como o cronista nos descreve o ano em que iniciou esta obra: «por que nos começamos descreuer trinta e quatro annos depois da sua tomada [de Ceuta]» (CC: Capitullo ij, 11), ou seja em 1449, quando «a mayor parte de todollos boõs eram já finados» (CC: Capitullo Lxxvij, 213). No entanto, na mesma crónica afirma: «mas eu digo que o ouue per seu acordo, por quamto, teendo o Iffamte Dom Pedro carrego do rregimento destes rregnos, me comtou gram parte deste feito com emtemçom de o assemtar logo de todo em cronica segumdo dello fiz alguñ começo» (CC: Capitullo xiiij, 45), o que se passou antes de Maio de 1448, quando este infante abandonou a regência. O *explicit* da crónica di-la acabada a 25 de Março de 1450, na cidade algarvia de Silves, mas, segundo alguns autores, com base nestas palavras da *Crónica da Tomada de Ceuta*, «E de como esta escpitura foi primeiramente achada, e as rrazoões porque, acharees ao diamte em nosso prologo, onde começarmos a fallar das outras cousas do rregno» (CC: Capitullo Ciiij, 272), ela foi revista e acrescentada depois de 1460²³⁰ (cfr. Leite, 1941: 179).

Efectivamente, o prazo de dois anos, quando muito, que o cronista despendeu em escrever esta crónica, parece-nos muito escasso, se considerarmos a extensão da mesma, a minuciosidade com que são narrados alguns sucessos e a forma polida e correcta da

²³⁰ Assunto tratado mais detalhadamente nas páginas 249 e 250 deste estudo.

narração. Este curto espaço de tempo da sua redacção faz presumir que antes de 1449 tivessem sido escritas por ele ou por algum letrado²³¹ breves memórias, ou, como acima defendemos, que existissem pesquisas documentais e arquivísticas do já *velho e flaco* Fernão Lopes, as quais Zurara, naqueles dois anos, desenvolveu, ratificou e completou.

Deve ainda observar-se que esta obra composta por Zurara não foi considerada por ele mesmo senão como “memórias auxiliares”, que haviam de servir para a composição da crónica: «me trabalhey de enquerer e saber as ditas cousas e as escreui em estes cadernos polla guisa que ao diante he conteúdo com tençam de as acreçentar ou minguar [as mesmas memórias] em quaaesquer lugares em que for achado per verdadeiro juízo que o merecem» (CC: Capitullo iij, 13).

Dias Dinis informa que, «às dificuldades de escrever em consequência de ter principiado tarde a escrever sobre o assunto de Ceuta, acresciam os resultados do segredo mantido nos preparativos da expedição» (1949b: 123), como se pode constatar nas palavras do próprio cronista: «A quall hordenamça nos nom podemos guardar em esta obra, por seer começada tam tarde como ja ouuistes e trautada em tam grande segredo, por cuja rrezam ouue em aquelles feitos muy poucas escrituras que ao depois pareçessem, soamente aquellas que sse fizeram depois do comsselho de Torres Vedras, quamdo ficou determinado de sse deuulgar a partida dos Iffantes» (CC: Capitullo xxxiij, 105).

O capítulo I desta crónica foi copiado dos 5.º e 6.º do Livro III do *Trauctado da uirtuosa benefeyturia* de D. Pedro, sem que alguma vez o tenha citado²³², o que não nos surpreende uma vez que o universo cultural e ideológico de Zurara se prende a esta obra, a qual funciona como constante referente para a construção e compreensão das suas crónicas.

Em 1915, Francisco Maria Esteves Pereira publicou uma edição crítica desta crónica baseada nos códices 368 e 355 da Torre do Tombo. Este autor cita todas as cópias existentes desta crónica com excepção do manuscrito existente na Universidade de Harvard (cfr. Blackmore, 1985: 47-54).

Crónica dos feitos de Guiné ou Crónica de Guiné

Além da edição dos viscondes de Santarém e da Carreira, de 1841, que a intitularam *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, conhecemos a de José de Bragança de 1937/73, a que deu o título de *Crónica de Guiné*, e a de Dias Dinis, de 1949, intitulada

²³¹ Atenta-se no que Zurara refere na *Crónica de Guiné*, Cap. XXXII, sobre Afonso Cerveira.

²³² Vide, Capítulo 2, ponto 2.5.4, “Os plágios em Zurara”.

Crónica dos Feitos de Guiné. O texto fundamental é o mesmo; os títulos diferentes são justificados pelos respectivos editores.

Também Gomes Eanes de Zurara se refere a esta obra na *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* mantendo inalterável o nome da mesma: «e nõ serya certamẽte mÿgua de fortelleza, ca assaz fora ja experimẽtado ã outros feitos, como por nos ja em algũas partes foy scripto especyalmẽte na cronica dos feitos de Guinee» (CCDM: Capitulo .Cxiiij., 142).

Para José de Bragança, «o verdadeiro título desta obra seria *Conquista da Guiné* – o que traz nova luz aos dizeres do exergue: Aqui se começa a Crónica na qual são escritos os feitos notáveis que se passaram na *Conquista da Guiné*» (1937; 1973: LXVII).

Na introdução à sua obra *Àcerca da “CRONICA DOS FEITOS DE GUINEE”*, Duarte Leite esclarece-nos que essa obra de Zurara entrou em longo eclipse, do qual só emergiu em 1837 num códice manuscrito da Biblioteca Real de Paris, para ser impressa em 1841.

Esta crónica, encomendada por D. Afonso V, e começada poucos anos antes do falecimento de D. Henrique, foi acabada em ano também incerto, posterior à morte do infante D. Henrique, em 1460.

Duarte Leite afirma que pouco depois da morte do infante D. Henrique «mandou o rei a Zurara escrever o panegírico do infante, do qual só restam fragmentos insertos nesta crónica» (1941: 183). Esta obra «foi acabada depois de sua morte em 1460, e não em 1453, como está no seu termo de encerramento» (*Ibidem*: IX).

Por sua vez, Dias Dinis sustenta que a *Crónica dos Feitos do Infante D. Henrique*²³³ foi escrita entre 1452-1453, e junta à qual anda a *Crónica dos Feitos de Guiné* ou parte dela. É também esta a opinião de Álvaro Pimpão que tem por certo ter sido a *Crónica da Guiné* concluída muito depois da *Crónica dos Feitos do Infante D. Henrique*. Já Torquato Soares argumenta que não lhe parece aceitável a hipótese – que tanto Duarte Leite como Costa Pimpão formularam e, depois deles, Dias Dinis, servindo-se de argumentos que Hernâni Cidade perfilhou – «de, além desta crónica, ter Zurara escrito outra sobre os feitos do infante D. Henrique» (1977: 85).

Referindo-se às bulas *Romanus Pontifex*, de 8 de Janeiro de 1455, a qual confirma a bula *Dum diversus*, de 1452, já citadas no nosso trabalho, D. Charles-Martial de Witte afirmou que, “l’exposé, manifestement rédigé d’après une source d’information portugaise, résume toute l’oeuvre accomplie par Henri le Navigateur depuis 1419”; ora, estas bulas

²³³ Para uns biógrafos de Zurara esta obra está inserida na *Crónica de Guiné*, segundo outros terá desaparecido.

levam-nos a pensar que uma primeira *Crónica da Guiné* teria sido forjada, à pressa, por Zurara, com o material preexistente, muito do qual colhido em Afonso Cerveira, e que terá servido para apoiar junto do papa a solicitação de nova bula, reclamando mais direitos e territórios para a coroa portuguesa. Assim sendo, continuamos reféns da teoria relativa à política de sigilo: havia que provar ao Papa e à *Respublica Christiana* que os portugueses eram de facto os pioneiros das descobertas e da transmissão da mensagem evangélica cristã e, por outro lado, não se poderia dar a conhecer, especialmente aos nossos rivais castelhanos, os nossos avanços da Expansão e descobertas, o que justifica em pleno o início da crónica, em 1452/1453, e o *terminus*, após 1460, depois da morte do infante D. Henrique, talvez o mais zeloso e exigente na prática da política de sigilo.

A *Crónica da Guiné* é, certamente, o texto de Zurara que maiores problemas eruditos levanta; todavia, tem o grande valor histórico de ser o único escrito contemporâneo do infante D. Henrique, «onde se relatam navegações dos três primeiros lustros da sua magna empresa africana, e também o único do seu século onde se descrevem os seus costumes, dotes espirituais e feições físicas» (Leite, 1941: 11).

A *Crónica da Guiné* é um típico discurso de Outono da medievalidade em que o realismo empírico abraçou a ortodoxia cristã:

Esse lugar de encontro da gnoseologia com a moralidade é talvez o ponto nuclear da escrita de Gomes Eanes de Zurara. Discurso predominantemente mas não exclusivamente medieval em que as novas formas de ser e pensar surgem já num estágio larvar no quadro da textualidade. Inscrição dominada e bem mais silenciada que proclamada, mas mesmo assim, existente, e, por isso, desestabilizadora (duma desestabilização não totalmente assumida) dos horizontes e fronteiras do mundo tradicional (Barreto, 1983: 125).

Coronica do Conde dom Pedro continuada aa tomada de Çepta

ou

Crónica do Conde D. Pedro de Meneses

A crónica do conde de Vila Real, D. Pedro de Meneses, como afirma Duarte Leite, «é a história militar dos 22 anos da sua capitania de Ceuta, desde a conquista, em 1415, até ao cerco de Tânger em 1437, [ano da sua morte]: e tanto do título como do cap. 4.º do seu Livro I²³⁴ se vê ser complemento da primeira do autor, onde descreve miudamente a grande façanha ultramarina do rei da boa memória» (1941: 51).

²³⁴ *Capitolo III*º como ell rrey teve conselho do que faria da cidade.

El rei D. Afonso V solicitou a Gomes Eanes de Zurara que procurasse informar-se e escrevesse os feitos que, por defesa da fé cristã e honra de Portugal, obraram em Ceuta o conde D. Pedro de Meneses e os outros nobres, que ali tão virtuosamente trabalharam.

Esta obra foi encomendada em 1458 por Afonso V e uma filha do próprio conde, «E assy que ho bõ desejo e vomtade deste rey dom Affonso foy a primçipall causa de se esta obra começar e acabar e desy rrequerimento de hũa filha daquelle comde que se chamava dona Lianor de Meneses²³⁵» (CCPM: Liv. I, Cap. I, 175).

Zurara começou a compor esta crónica pelos anos de 1458, «porque quamdo elle esta estoria mamdou escrever jaa heram passados açerca de vimte annos que rregnava²³⁶» (*Idem*: 174), e a sua redacção ter-se-ia concluído em 1463, segundo a data do *explicit* reproduzido em todos os manuscritos completos da *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*: “E foy acabado d’ajumtar em este vellume vespera de sam Joham Baptista, XXIII dias de Junho, (...), quamdo andava o anno do naçimento de Cristo ã mill CCCCLXIII” (CCPM: Livro II, Capitulo XL, 719).

No entanto, alguns autores²³⁷ notaram que, noutro ponto mais atrás do texto, parece haver contradição com esta data, porque o autor afirma tê-la terminado no mesmo ano em que morreu D. Duarte de Meneses, em 1464: «seu filho dom Duarte, que morreo conde de Viana de Caminha, capitão d’Allcacer, em defemsão del rrey dom Afonso, em este anno que este livro foy acabado» (*Idem*: 718-719).

Ora, conforme já descrevemos, o conde D. Duarte de Meneses terá muito provavelmente morrido nos primeiros dias de Fevereiro de 1464, pelo que uma destas informações está errada. Duarte Leite supôs que, «mesmo depois de Junho de 1464 outras alterações tenham sido introduzidas» (1941: 182).

A sua elaboração demorada explica-se em parte porque o autor a escreveu duas vezes: «E porque nos escrevemos esta estoria primeiro duas vezes que fosse trazida a seu propio lugar, emmemdamdo sempre no que conheçiamos errado» (CCPM: Livro I, Capitulo terceiro, 186). Aliás, é sintomático o facto de Zurara, nesta crónica, falar já dos feitos gloriosos que D. Duarte de Meneses fez em Alcácer Ceguer: «assy naquella cidade como

²³⁵ Dona Leonor de Meneses faleceu em Maio de 1452, conforme se lê no cap. 40.º do Livro II da *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, p. 718, o que supõe que o seu requerimento levou alguns anos a ser deferido.

²³⁶ Afonso V só começou a reinar após 1448, porque o infante D. Pedro (1392-1449) foi regente desde 1439 até 1447, tendo morrido na catástrofe de Alfarrobeira em 1449, pelo que seriam cerca de 10 anos que verdadeiramente reinava Afonso V. A frase “açerca de vimte annos que rregnava”, como afirma Zurara, refere-se, como não podia deixar de ser, ao ano da morte do rei D. Duarte, em 1438, e ao auto de juramento do jovem rei D. Afonso V, em 10 de Setembro de 1438, tendo, na cerimónia, D. Duarte de Meneses transportado a bandeira real.

²³⁷ José Correia da Serra (1792: 72), Duarte Leite (1941: 23) e Dias Dinis (1949b: 138).

na villa d'Allcaçer, muytas e muy assynadas cousas fora feitas per elle [D. Duarte de Meneses], como ao diamte, nos dias do rreynado dell rrey dom Affomso, com a graça de Deus, cūpridamemte emtemdemos escrever» (*Idem*: Livro II, Capitulo XII, 586).

Se a *Crónica de D. Pedro de Meneses* foi redigida entre 1458 e 1463, e D. Duarte de Meneses morreu em 1464, data da encomenda, por Afonso V, da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, só se explicam estas palavras se o cronista a escreveu duas vezes, porque se a *Crónica de D. Pedro* estivesse terminada, definitivamente, em 1463, e a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* fosse encomendada só em 1464 ou depois dessa data, Zurara não poderia ter feito tais afirmações; aliás, foi o próprio cronista quem afirmou no princípio desta última crónica, «ca posto que eu ja screuesse os feitos do cõde dom Pedro que foy capitam em Cepta padre daqueste conde ã que se outras taaes cousas passaram» (CCDM: Capitulo segundo, 5), o que revela que terá havido uma segunda (re)escrita.

Apesar de Gomes Eanes de Zurara escrever sobre acontecimentos recentes, já nessa altura o cronista solicitava ao Rei, «que ho guardasse das limgoas rreprensoras e mordazes» (CCPM: Livro I, Capitulo 2º, 178), e porque, «Senhor, assim como S. Jeronimo escrevia em uma Epistola, que aquele que escreve muitos toma por juízes» (CG: *Carta*, 5).

Esteves Pereira (1915: XLIX-L) apurou que havia capítulos comuns nas *Crónicas de Ceuta* e de *D. Pedro de Meneses*, transcrevendo-os Gomes Eanes de Zurara uns verbalmente no todo ou em parte, outros dando-lhe nova redacção com acrescentamento de notícias ou de simples desenvolvimentos retóricos:

Crónica do Conde D. Pedro de Meneses, Livro I: ... *Crónica da Tomada de Ceuta*:

Capítulos IV, V e VI	Capítulos XCIX e C
Capítulos VII e VIII	Capítulo CI
Capítulo XIII	Capítulo LXXXIX.

Relativamente ao estudo da *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, para além da citada e imprescindível obra de Esteves Pereira, publicou, em 1933, Baltasar Osório, extenso estudo, intitulado, *Ceuta e a capitania de D. Pedro de Meneses (1415-1437)* e, o mais recente trabalho, elaborado por Maria Teresa Brocardo (1997).

Desta obra há alguns manuscritos conhecidos como se apura na edição de Maria Teresa Brocardo: «posso agora apresentar dez manuscritos da *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, que consultei directamente e que em seguida descreverei de forma resumida» (1997: 25-26).

Outras obras foram indevidamente atribuídas a Gomes Eanes de Zurara:

Milagres do santo condestabre D. Nuno Álvares Pereira

Frei Joseph Pereira de Sant’Ana, na *Crónica dos Carmelitas*²³⁸, conta que Zurara compôs nos tempos de el-rei D. Duarte um livro com a narração dos milagres que Deus obrou pelos merecimentos do Santo condestável D. Nuno Álvares Pereira.

D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos²³⁹ é de opinião que a dita obra é uma piedosa fraude, inventada na primeira metade do século XVII com o fim de preparar materiais para a canonização do condestável.

Na obra fazem-se alusões a pessoas que viveram após Zurara e são referidos sucessos que repugnam à veracidade histórica, sendo esta atribuição ao cronista um artifício literário, para a autoridade do cronista dar crédito à mesma.

Crónica de D. Duardos, Príncipe da Bretanha

A Gomes Eanes de Zurara é atribuída a tradução em português de um romance de cavalaria, que tem por título *Crónica de D. Duardos, príncipe de Bretanha*, que se diz composta por Henrique Frusto, cronista inglês.

Esta obra compõe-se de três partes, está ainda inédita, e só é conhecida pelas cópias manuscritas existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa. O estilo e a linguagem são muito divergentes dos de Zurara e não se conhece nenhum cronista inglês ou irlandês de nome Henrique (ou Guilherme) Frusto (Frost), o que faz presumir que esta não é tradução de um original inglês, como se afirma no título, mas que é composição original de um escritor anónimo português, do século XVI, que quis autorizar a sua obra com o nome daqueles dois escritores, artifício literário muito usado pelos autores dos romances de cavalaria (cfr. Prestage, 1899: lxiii-lxvii).

²³⁸ *Crónica dos Carmelitas*, por fr. Joseph Pereira Sant’Anna, tomo I, Lisboa, 1745, parte III, Cap. XXI.

²³⁹ VASCONCELOS, Carolina Michaëlis und BRAGA, Teófilo (1897). “Geschichte der Portugiesischen Litteratur”. In *Grundriss für Romanischen Philologie*. Strassburg, 1897, II Band, 2. Abt., pp. 256-257.

3.4. A problemática da *Cronica Geeral do Regno* ou *Cronyca do Regno*

Se, na verdade, o passado é uma tela sobre a qual o presente projecta a sua visão, a História é um permanente processo de (re)interpretação e ajuizamento do passado (Pais, 1999: 125).

Ao lermos as quatro crónicas de Zurara ficámos com a nítida sensação que teria havido mais obras da sua lavra, a *Crónica de D. Duarte*, a *Crónica de D. Afonso V* e uma *Cronyca do Regno* ou *Cronica Geeral do Regno*, que teriam levado sumisso misterioso. De facto, há testemunhos escritos e referências do próprio cronista que lhe atribuem a autoria dessas obras, vindo daí o interesse que este assunto tem despertado em todos os biógrafos, curiosos e estudiosos do cronista.

Foi em meados do século XVI que João de Barros elaborou a primeira lista conhecida das obras atribuídas a Zurara: «O qual Gomezeanes (...) também escreueo a chronica deste rey dom Afonso [V] te a mórte do jnfante dom Pedro, & a chronica del rey dom Duarte seu pádre: as quâes Ruy de Pina²⁴⁰ que o socedeo no officio fez suas, pello que emendou & acrescentou nellas, principalmente na del rey dom Afonso, a cerca das cousas que passáram depois da mórte do jnfante dom Pedro» (*Ásia*, Déc. I: Liv. II, Cap. II).

Mais expectantes ficámos ao lermos, nas crónicas conhecidas de Zurara, excertos que se referem à *Crónica de D. Duarte*, à *Crónica de D. Afonso V* e à *Cronica Geeral do Regno*:

Fernã Lopes, que foy comendador-mor de Christos, e Luis de Azevedo, que foy veador da fazemda, ambos do comselho dell rrey, e que foram enviados em grandes embayxadas, assy de mouros como de cristãos, segumdo achareys escripto nos feitos que se fezerão rreynamdo ell rrey dõ Eduarte e ell rrey dom Affonso, que esta estoria mamdou escrever (CCPM: Livro I, Capitulo XXXIIIº, 312-313);

Especialmente a elRei D. Affonso, no começo de seu novo regimento, como em sua crónica mais largamente podeis saber (CG: Cap. IV, 24);

Nas quaes o infante D. Henrique trabalhou assaz, por bom assossego e paz, como mais compridamente acahareis na Crónica do reinado deste rei D. Afonso (*Idem*: Cap. XI, 64);

(...) e chamava-se Heitor Homem, o qual na Cronica do Reino achareis provado (*Idem*: Cap. X, 59);

(...) cuja verdadeira forma na Historia Geral do reino podeis achar (*Ibidem*: Cap. XV, 82);

²⁴⁰ Rui de Pina foi oficialmente nomeado cronista-mor em 1497. De 1474, ano da morte de Zurara, até esta data de 1497, o cronista-mor foi Vasco Fernandes de Lucena.

(...) da qual a Historia do Reino mais compridamente faz menção (*Ibidem*: Cap. LXXXIII, 347).

(...) aynda que aquy neste vallume achem allgũas cousas desvairadas ou mymgoadas da coronica geral he por não ser desta callydade e a elle há-de ser emderemçada (CCPM: Livro I, Capitullo terceiro, 185);

Pelo que sabemos e conseguimos apurar até à data, da mencionada *Cronica Geeral do Regno* não se conhece rasto e poderá mesmo nunca ter existido. Quanto às outras duas crónicas, de D. Duarte e de Afonso V, a sua autoria é atribuída a Rui de Pina.

Foi ainda João de Barros quem lançou alguma luz e dúvidas sobre a misteriosa *chronica*: «As cousas do tẽpo del rey dõ Afonso, como elle prometeo, nã as achamos, parece que teria a vontáde & nam o tempo: ou se as escreueo seram perdidas como outras escripturas que o tempo consumio» (*Ásia*, Dec. I: Liv. II, Cap. I).

A fazermos fê nas palavras de João de Barros, o problema estaria parcialmente solucionado, só que a dúvida mantém-se face às inúmeras repetições que surgem nas obras de Zurara e sempre associadas à *Coronica Geeral*. Com efeito, durante a leitura das várias obras de Zurara chamaram-nos a atenção as constantes alusões à *Cronica Geeral do Regno*.

Na sequência do estudo da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, anotámos as seguintes referências de Zurara alusivas à *Cronica Geeral do Regno*:

Auyou elRey sua frota o mais em breue que pode e mãdou seus jrmaãos no mes dagosto daquella era de .iii^ojxxxvij. assy como sse melhor pode achar nas outras cronicas do Regno (CCDM: Capitulo .xxij., 43);

Esteuerõ os Jffantes sobre a cidade de Tãger ataa que elRey de Feez cõ seiscentos e oyteẽta mil homeẽs de pee e de cauallo ueo sobre elles e que ouerõ suas pelleias. E aa fim se partyrã pera Cepta como na cronymca do Regno he contehudo (*Idem*: Capitullo .xxiii^oj., 43);

E todo por causa das guerras uolũtaryas que nũca ataa feitura deste liuro leixou de fazer cõ outras cousas que leixamos pera a cronica geeral do Regno (*Ibidem*: Capitulo Cvii^oj., 134);

Ca como sẽpre a fama das cousas seia mayor ẽ uoz que em efeito, bẽ criam aquelles mouros que nom passaua elRey senõ cõ preposito de sua destroyçam segundo diremos na cronica geeral do Regno (*Ibidem*: Capitulo .Cxxxv., 184);

O Jffante se foy a Cepta pedyr a sseu jrmãao que lhe desse licẽça pera acabar per sy aquelle feito. E leixadas aquy pallauras que antre elles sobreste caso ouue, as quaaes leixamos pera a cronica geeral (*Ibidem*: Capitulo .CRv., 191).

Ja ouuistes como hũa das guardas da barreyra foy encarregada a Affonso Furtado de Mêdoça anadel moor dos beesteyros do cõto e a sseus filhos, o qual assy como era fidalgo e nobre de todas quatro auoẽgas assy auya grande e hõroso coraçõ tal e tã nobre que nũca em seus dyas se no Regno se fez cousa a que se elle cõ boa uoõtade nõ oferecesse e trabalhasse ã ella segũdo sua grande uertude requerya, como cremos que nas cronicas do Regno mais largamẽte sera cõtado (*Ibidem*: Capitulo .Lxxx., 111);

Como outros muytos que auya neeste tempo como na cronica geeral do Regno sera contado (*Ibidem*: CAPITULO CXI., S., 138);

Per morte do Jffante dõ Pedro forã seus filhos spalhadõs per diuersas partes segundo na cronica geeral sera contado (*Ibidem*: Capitulo .CRij., 186-187);

Como verificámos, o cronista remeteu o desenvolvimento de alguns assuntos, pelo menos em dez capítulos desta crónica, para a citada *Cronica Geeral do Regno*, facto que suscitou a nossa curiosidade e o qual mereceu a nossa atenção e reflexão.

Em meados do século XVI, Fr. Bartolomeu de las Casas, no volume primeiro da *História de las Índias*, escreveu: - y segun cuenta Gomez Canes de Juraza [Gomes Eanes de Zurara] en el lib. I, capítulo 5.º de su *Corónica portuguesa, que fué y la escribió en tiempo del rey D. Alonso V de Portugal, era fama y opinión de marineros que era imposible pasar al dicho cabo del Boxador*, etc, – «referência evidente à Crónica dos feitos da Guiné» (1949b: 119)²⁴¹.

A designação atribuída à *Crónica da Guiné* como uma *Corónica Portuguesa* compreende-se e justifica-se, especialmente por ser da autoria de um autor estrangeiro, porque, para todos os efeitos, a *Crónica da Guiné* é uma crónica portuguesa. Todavia, Zurara refere-se com frequência nas suas três últimas crónicas, a da Guiné e as dos Meneses, a outra obra sua que está perdida: é a *Crónica Geeral do Regno*, mais simplesmente *Cronica Geeral* ou *Cronica do Regno*, e ainda *Estorya do Regno*.

Coube-lhe compô-la depois de nomeado cronista régio entre 1450 e 1451²⁴², e deve ser continuação dum trabalho anterior, igualmente perdido; é distinta das outras quatro, que não estão nela incorporadas, como aventou Álvaro Pimpão. Na *Crónica Geral do Reino* foram narrados os principais acontecimentos do reino desde 1411 até ano desconhecido do reinado de D. Afonso V, como se infere de vários passos das quatro outras crónicas,

²⁴¹ Dias Dinis acrescenta em nota de aparato: «Na “*Collección de documentos inéditos para la História de España*” pelo Marquês de la Fuensanta del Valle, *advertencia preliminar*, Cap. 22.º, p. 174. – texto já invocado pelos Drs. Costa Pimpão e Duarte Leite» (*Idem*).

²⁴² Apesar de já exercer o cargo de cronista-mor em 1448, Zurara foi oficialmente nomeado em 1454, cargo que exerceu até 1474, ano da sua morte. No entanto, desde Janeiro de 1451 que Zurara recebia a tença anual de 6.000 reais brancos pelo cargo que desempenhava de “canonista”.

Crónica de Ceuta, Crónica de Guiné, Crónica do Conde D. Pedro de Meneses e Crónica do Conde D. Duarte de Meneses (cfr. Leite, 1941: 183)²⁴³. Esta teoria baseia-se no uso das seguintes palavras repetidas nas conhecidas crónicas de Zurara: acharees, acharees escrito, podees ver, podees achar, podees e poderees saber, temos fallado e he contheudo nela, sera contado, diremos, onde fallarmos na *Crónica Geral do Reino*, ou leixamos para ela.

Com base nestes dois excertos da *Crónica da Conquista de Ceuta*, «E de como esta escpitura foi primeiramente achada, e as rrazões porque, acharees ao diamte em nosso prologo, onde começarmos a fallar das outras cousas do rregno (CC: Capitullo Ciiij, 272) e, «filhauom semelhante geito por offiçio mas do que sse dello seguio, fallaremos adiante depois do acabamento destas cousas, passamdo primeyramente pollos feitos do rregnado delRey Dom Joham e Dom Duarte» (*Idem*: Capitullo xxij, 70), Duarte Leite argumenta o seguinte: «Dêstes passos da *Conquista de Ceuta*, posteriores à sua redacção inicial, apenas se pode concluir que, quando escritos, tinha Zurara composto o prólogo da sua contribuição para a *Crónica Geral do Reino*, e preparava ou já tinha encetada a sua continuação até o reinado de D. Duarte inclusivo» (1941: 184).

A apresentação de provas e argumentos a favor da existência da *Cronica Geeral do Regno* continuou: «E sêdo estes Fidallgos [Luiz e Pero Gonsalves, que com o dr. Rui da Silveira tinham ido confirmar a paz de 1411] em Castella tratamdo estas cousas, foy ell rrey de Castella sobre os mouros de Graada, omde estes embaixadores obrarã como nobres homês que herã, como na coronica gerall do rregno acharês comtado» (CCPM: Livro II, Capitulo XXVI, 654).

Na óptica de Duarte Leite, este excerto revela que ao tempo da composição, a *Coronica Gerall do Rregno* estava escrita até sucessos de 1431, ano em que se deram os factos nele mencionados. De 1431 a 1433, quando faleceu D. João I, não se duvide de que a *Coronica Gerall do Rregno* foi continuada, visto como ela prosseguiu nos feitos do reinado de D. Duarte, como se verifica nos seguintes acervos:

E ffoy [em 1432] o nosso jnfamte dom Pedro rreçeber o outro [D. Pedro de Aragão], (...) e obrou ally aquelle nosso primçipe como homê de grande prudemcia e nobreza de coração, (...), fazendo-o servir com muita homrra e abastamça, o que as gemtes teverã que lhe a iffamte sua hymãa [D. Leonor, mulher de D. Duarte e irmã de D. Pedro de Aragão] ão agradeçera tam bẽ como devia, rregnamdo depois ã estes rregnos, como na coronica gerall do rregno adiante achareis escripto (CCPM: Livro II, Capitulo XXVII, 659);

²⁴³ Chama a atenção Duarte Leite para o trabalho de José de Bragança publicado no jornal lisbonense *Diário de Notícias* entre 4 de Janeiro a 8 de Abril de 1935, no artigo da série *História da história*.

No mes d'Agosto desta hera passarã os inffantes em Çepta para hiir sobre Tamger, como de feito forã, segundo podês ver na coronica gerall do rregno (*Ibidem*: Livro II, Capitulo XL, 716);

Não porem que de todo as queira calar, porque na Crónica Geral do Reino as entendo de contar, cada uma em seu próprio lugar (CG: Cap. V, 33);

Cujos feitos e nomes diremos na Historia do Reino (*Idem*: Cap. LXVIII, 293).

São muitas e diversificadas as menções feitas por Zurara à *Coronica Gerall do Rregno*, por isso muitos autores acreditam na existência dessa obra, por enquanto, perdida, tecendo considerações díspares sobre o desaparecimento da mesma.

Álvaro Pimpão informa que sobre a *Coronica Gerall* reina a maior obscuridade. É de aceitar, continua o mesmo autor, que Zurara tenha reunido notícias para a elaboração das crónicas que ficavam por fazer: «mas é pouco crível que tenha concluído qualquer destas, até D. Afonso V. A teoria do sigilo historiográfico, aliciadora pela originalidade, é pouco convincente e não explica uma série de crónicas desaparecidas» (1959: 238-239).

A teoria do sigilo, da autoria de Jaime Cortesão, e já abordada no capítulo anterior, defende que «as crónicas podiam desempenhar uma função especialíssima nos debates internacionais, sobre as conquistas ultramarinas, e, por isso mesmo, ficaram sujeitas à censura prévia desde o início dos descobrimentos» (1924: 15).

Álvaro Júlio da Costa Pimpão observa que a matéria que serviu de base a esta *teoria*, que poderemos chamar de catastrófica, «é constituída pelos próprios textos da Crónica da Guiné de Zurara e das Crónicas de D. Duarte, D. Afonso V e D. João II de Rui de Pina» (1939b: 6). Considera ainda o mesmo autor que «é muito duvidoso que Zurara tenha podido consagrar-se, a sério, ao apontamento dos feitos do reino» (1959: 268).

Um dos argumentos utilizados por Costa Pimpão baseia-se nas próprias palavras de Zurara: «E era ainda aí, Palenço, que era hum homem que tinha feita mui grande guerra aos Mouros, e que toda sua vida despendeu em serviço de Deos e do reino, cometendo e acabando por si grandes feitos, segundo temos falado na Crónica Geral, depois que Ceuta foi tomada» (CG: Cap. LI, 223).

Pode parecer, à primeira vista, que Zurara, relativamente à figura “Palenço”, remeta para a *Coronica Gerall do Rregno*; contudo, como observa Álvaro da Costa Pimpão:

Depressa verificamos que assim não é se consultarmos a *Crónica de D. Pedro de Meneses*, concluída em 1463 e onde o cronista fala largamente de Palenço, acrescentando, aliás, que o faz ali, “por não saber se teria lugar para o escrever em outra parte”. Quando recebo o encargo de escrever os

feitos de D. Pedro (1458) já Palenço era finado e ele não achara em escrito “quase nenhuma cousa de seus feitos”, pelo que deliberara escrever na Crónica do primeiro fronteiro de Ceuta aquela “pequena cousa”. A Crónica redigida depois da tomada de Ceuta foi, precisamente, a Crónica de D. Pedro de Meneses (1959: 271).

Álvaro Pimpão, bastante céptico relativamente à existência da *Coronica Gerall do Rregno*, defende que Zurara não continuou a *Crónica de D. João I* a partir do ano em que a deixou Fernão Lopes e que a de El-rei D. Duarte não foi encomendada ao cronista, posição rebatida por Duarte Leite, defendendo que Zurara não necessitava de nenhuma ordem régia ou pedido especial para a elaborar uma vez que essa era a sua função enquanto cronista régio.

Este último autor também rebate a opinião de Damião de Góis por este ter defendido que a *Crónica de El-rei D. Duarte* seria da autoria de Fernão Lopes, o que não parece exequível dado Fernão Lopes não ter acabado sequer a crónica de D. João I, faltando-lhe 22 anos últimos do seu reinado, quanto mais concluir a de seu filho. Afirma ainda que Zurara escreveu a *Crónica de D. Afonso V*, mas nenhuma indicação segura subsiste do ano em que a morte lha veio interromper (cfr. Leite, 1941: 187-189).

Posição distinta assume Dias Dinis: «Parece-nos fora de dúvida que semelhante título representava apenas alusão genérica e citação cómoda de Zurara à sua colaboração na Crónica de Portugal, ou seja nas Crónicas Régias: *Crónica de el-rei D. João I* (Terceira Parte), *Crónica de el-rei D. Duarte* e *Crónica del-rei D. Afonso V*» (1949b: 150). Considera este autor que a terceira parte da *Crónica de el-rei D. João I* é a *Crónica da Tomada de Ceuta*, a qual faz parte integrante e conclusiva da *Crónica de el-rei D João I*, pelo que também ela pertence à *Cronica Geeral do Regno*, como remate da crónica joanina.

Em todas as suas crónicas Zurara fala da *Cronica Geeral do Regno*, o que não acontece na *Crónica de Ceuta*, porque nenhuma das outras fazia parte integrante desta crónica, mas só a de Ceuta, como Parte Terceira e derradeira da *Crónica de D. João I*:

Quando o autor na *Crónica da Tomada de Ceuta* tinha de referir-se a factos da *Crónica Geral* ou para a mesma arrumados e não tratados nela, nunca citava a *Crónica Geral*, por não ser a de Ceuta estranha a ela; mas deu o trabalho prometido como continuação da *Crónica da Tomada de Ceuta*, arrumando os assuntos, portanto, para a continuação da *Crónica Geral*, ou seja para as Crónicas de el-rei D. Duarte e de el-rei D. Afonso V, prosseguimento da de Ceuta» (Dinis: 152-154).

Como suporte desta afirmação, Dias Dinis apresenta alguns textos (dois já transcritos por Duarte Leite, os referentes à *Crónica de Ceuta*: Cap. XXII e Cap. CIV): «Mas do que sse depois seguio açerqua da morte do Iffamte Dom Pedro, fica huũ gramde proçesso pera sse contar ao diamte, homde perfeitamente poderees saber, quanto o Iffamte Dom Hamrique trabalhou por saluaçom de seu jrmaão» (CC: Capitullo Rijj, 134).

Zurara terá usado, habitualmente, em citações e por comodidade, a expressão genérica de *Cronica Geeral do Regno* ou expressões equivalentes já apontadas para distinguir as crónicas régias das restantes:

Ao grupo das primeiras pertencem a *Crónica de el-rei D. João I* (Parte Terceira), verdadeiro nome da *Crónica de Ceuta*, a *Crónica de el-rei D. Duarte* e a *Crónica de el-rei D. Afonso V*. Ao segundo grupo pertencem a *Crónica dos feitos do Infante D. Henrique* [5.º Cap. da actual *Crónica dos feitos de Guiné*], a *Crónica dos feitos de Guiné*, a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* e a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, sendo as do segundo grupo, na sua totalidade, crónicas biográficas não régias, monografias particulares, embora o autor não tenha deixado de narrar nelas os acontecimentos gerais das conquistas marroquina e guineense, nos períodos por aquelas abrangidos, como, tão-pouco, descurou referir-se a eles nas crónicas régias ou de cada um dos monarcas cujo reinado historiou. Cremos, assim, definitivamente resolvido o problema do significado de *Crónica Geeral do Reino* em Zurara (Dinis: 154-155).

Na esteira deste autor encontrámos nas palavras de Joaquim de Carvalho o conceito e sentido zurariano sobre a *Cronica Geeral do Regno*:

Distinguiu a biografia, ou narração de feitos particulares, da “geral crónica dos reis” que reinavam nos Estados em que se produziram os feitos memoráveis de súbditos dignos de serem historiadores separadamente. Quer dizer: a *Crónica Geeral do Reino* registava ou relatava acontecimentos da história pátria e também os da história espanhola que se relacionassem directamente com a portuguesa. A justificação de coisa tão óbvia e supérflua mostra que Zurara considerava a função da “crónica geral” como diversa da das crónicas de feitos ou de indivíduos que nos legou: a “crónica geral” parece que era (ou devia ser) o registo ou arquivo de acontecimentos ligados directamente à acção real ou nacional, o qual se lançava ao papel sem a vibração da sensibilidade literária e sem a apreciação crítica do juízo. Numa palavra: a “crónica geral” seria obra de arquivistas, cujas laudas se transmitiam como registo oficial que devia ser continuado; a biografia, obra de cronista, isto é, de historiador (1948: 117).

É certo que a Gomes Eanes de Zurara, cronista-mor de 1448 a 1474, incumbia-lhe, naturalmente a *vi officii*, e uma vez concluída a *Crónica de D. João I*, redigir as crónicas dos reis do seu tempo, D. Duarte e D. Afonso V. De resto, sabemos quanto ele devia a D.

Duarte e a D. Afonso V, especialmente ao segundo: tudo o que era, como o próprio confessou – «e por ser mais obrygado a elle que a outra allgũa pessoa terreall» (CCPM: Livro I, Capitulo 1º, 174). Mas Zurara morreu sete anos antes de Afonso V, pelo que não pôde concluir o relato da obra deste. Com efeito, Afonso V, o grande devoto do Espírito Santo e de Santo António, grande protector de Zurara, pelo menos até muito perto do fim da vida do cronista, viveria ainda até 1481. Após um reinado de 43 anos polarizado em regências²⁴⁴, e debilitado pelas desilusões e por doenças, os últimos tempos de D. Afonso V foram de desinteresse e afastamento das questões políticas, refugiando-se no convento de Santo António do Varatojo, que fundara por graça das vitórias africanas, falecendo no mesmo paço onde nascera, em Sintra, a 28 de Agosto de 1481.

Terminada a *Crónica de D. João I*, seria normal e natural que Zurara escrevesse a *Crónica de D. Duarte*, em cujo prólogo parece que pensava já ao redigir o Cap. 34.º da *Crónica de Ceuta*. Com efeito, algo teria de estar escrito sobre o reinado de D. Duarte quando o cronista escreveu a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, conforme verificámos na dita crónica: «e que foram enviados em gramdes embayxadas, assy de mouros como de cristãos, segumdo achareys escripto nos feitos que se fezerão rreynando ell rrey dõ Eduarte e ell rrey dom Affomso, que esta estoria mamdou escrever» (CCPM: Livro I, Capitulo XXXIII, 312-313).

Concluída a *Crónica de Ceuta* em 1450, teve o cronista tempo até 1474, data da sua morte, de escrever a *Crónica de D. Duarte*, o que até nem lhe seria difícil nem exigia muita investigação pois convivera com ele, e testemunhas vivas não faltavam, assim como documentação coeva à mão, como cronista do reino e guarda-mor do Arquivo Nacional. E a todas estas facilidades de composição da obra somaremos a rapidez com que Zurara redigia as suas crónicas.

Visto que Zurara completou as suas primeiras duas crónicas num tempo recorde, a sua dedicação à historiografia e a disponibilidade das testemunhas aos eventos incentivaram-no a escrever os seus dois últimos trabalhos num ritmo um tanto mais razoável, e retomando, acrescentando e alterando, como alguns autores defendem, as duas primeiras crónicas, daí as dúvidas sobre os anos em que terminou alguns dos seus trabalhos (cfr. Serra, 1792: 72; Leite, 1941: 23; Dinis, 1949b: 138).

Quanto à opinião de João de Barros, ao afirmar que, «As cousas do tẽpo del rey dõ Afonso, como elle prometeo, ã as achamos, parece que teria a vontáde & nam o tempo: ou

²⁴⁴ Para além da regência do infante D. Pedro, de 1438 a 1447, em 25 de Abril de 1475 iniciou-se a regência do príncipe D. João, futuro D. João II, com apenas 20 anos de idade.

se as escreueo serem perdidas como outras escripturas ã o tempo consumio» (*Ásia*, Dec. I: Liv. II, Cap. I), julgamos que merecem uma análise mais detalhada, tendo em conta os prazos indicados pelo próprio cronista para a elaboração de cada uma das suas obras. Se é certo e seguro que era dever do cronista escrever a *Crónica de D. Duarte*, a *Crónica de D. Afonso V* ainda o seria muito mais, uma vez que foi, por mercê do mesmo senhor, seu Criado, Cavaleiro de sua Casa, Cavaleiro e Comendador da Ordem Militar de Cristo, usufrutuário de várias e rendosas Comendas, Cronista do reino, Guarda-mor do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Encarregado da Livraria Régia, mercês que levaram o cronista a confessar-se mais obrigado ao monarca do que a qualquer outra pessoa, só que, «elle nunca me em ello quis leixar obrar segumdo meu desejo» (CCPM: Livro I, Capitulo 1.º, 174).

A tantas mercês correspondeu o cronista com suma gratidão e os ensejos de saldar a sua dívida iam crescendo nele; mas os seus desejos não contavam, o que valia era a vontade do rei e, assim, quando em 1452 o monarca lhe encomendou a *Crónica dos Feitos do Infante D. Henrique*, não era a essa, por então, que desejava o cronista dedicar-se, apesar de muito admirar o infante e também ter desejos de o retratar. A quem ele queria atribuir a sua primeira crónica biográfica, e como já referimos no capítulo anterior, era ao próprio rei, conforme atesta na carta que lhe escreveu e que faz parte da *Crónica de Guiné*: «E, como quer que em vossos factos se podessem achar cousas assaz dignas de grande honra, de que bem poderees mandar fazer vellume, Vossa Senhoria, husando como verdadeiro magnânimo, a quis ante dar que receber» (CG: Carta: 3-4).

O cronista tinha mesmo vontade de escrever os feitos do monarca, a quem tudo devia, e por isso confessava: «E como quer que eu mais quesera ser ocupado em dar rrazão dos seus feitos que dos alheos, primçipallmente pellas muytas virtudes que sempre nelle conheçi» (CCPM: Livro I, Capitulo 1.º, 174) e ainda, «que eu com melhor vomtade escrevera juntamête com hos outros vossos feitos, que sam açaz dinos de gramde memoria» (*Idem*: Livro I, Capitulo 2º, 180-181).

Recordemos novamente as palavras já citadas de João de Barros: «O qual Gomezeanes (...) tambem escreueo a chronica deste rey dom Afonso [V] te a mórte do jnfante dom Pedro, & a chronica del rey dom Duarte seu pádre: as quâes Ruy de Pina que o socedeo no officio fez suas, pello que emendou & acrescentou nellas, principalmente na del rey dom Afonso, a cerca das cousas que passáram depois da mórte do jnfante dom Pedro» (*Ásia*, Déc. I: Liv. II, Cap. II).

Concordamos com João de Barros no que respeita à escrita da *Crónica de D. Afonso V*, mas discordamos que a tenha escrito só até à morte do infante D. Pedro, o que nos parece de todo inverosímil, porque Alfarrobeira, onde morreu o ex-regente, ocorreu em 1449, e Zurara viveu até 1474. Ora, como já referimos, o próprio cronista confessou tudo dever ao rei *Africano*, e era sua grande vontade, como temos vindo a demonstrar, narrar os feitos de Afonso V. Como explicar que durante tão longo período de tempo (25 anos) nada tivesse escrito ou acrescentado à *Crónica de Afonso V* a quem tudo devia?

Também na *Crónica de Guiné* e nas crónicas dos Meneses, D. Pedro e D. Duarte, o cronista remeteu muitos eventos, como já aduzimos, para a *Cronica Geeral do Regno*, e noutras passagens para a *Crónica de D. Duarte* ou para a *Crónica de Afonso V*.

Para estas duas crónicas régias o cronista remeteu os seguintes assuntos da *Crónica da Guiné*: a narrativa dos feitos de Heitor Homem (CG: Cap. X), a descrição da atitude do infante D. Henrique nas lutas da Regência (*Idem*: Cap. XI e XV), a referência às graças que Fernão Lopes de Azevedo obtivera do Papa (*Ibidem*: Cap. XVI), a descrição das notáveis coisas que fez Baltasar, gentil-homem do Imperador da Alemanha (*Ibidem*: LI), a menção das consequências da actividade de D. Álvaro de Luna (*Ibidem*), a suma dos feitos de Palenço (*Ibidem*: LXVIII), os nomes e atitudes dos criados do infante D. Henrique ao abandonarem-no em Tânger (*Ibidem*: LXIX), a vinda e estadia dos primeiros Canários em nosso reino (*Ibidem*: LXXXIII), a relação pormenorizada do cerco de Tânger (*Ibidem*: LXXXVIII), e ainda os feitos de Fernão Vilarinho (*Ibidem*: Cap. XCVI).

Zurara utilizou o mesmo processo na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, remetendo o leitor para a *Cronica Geeral do Regno* nos seguintes casos: acontecimentos posteriores ao primeiro cerco de Alcácer (CCPM: Liv. II, Cap. XXII), façanhas de alguns portugueses contra os mouros de Granada (*Idem*: Cap. XXVI), história da Regência (*Ibidem*), atitude da regente D. Leonor para com seu irmão, D. Pedro de Aragão (*Ibidem*: Liv. II, Cap. XXII), alusão ampla ao capitão Álvaro Vasques de Almada (*Ibidem*: Cap. XXXIII) e referência ao cerco de Tânger (*Ibidem*: Liv. II, Cap. XL).

A mesma orientação encontrámos na *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*: os acontecimentos da expedição a Tânger (CCDM: Caps. XXII e XXIV), as lutas da Regência (*Idem*: Cap. XXV), o valor militar de Afonso Furtado de Mendonça (*Ibidem*: Cap. LXXX); as guerras de Marrocos e outros assuntos (*Ibidem*: Cap. CVIII), as murmurações no país a propósito do conde de Guimarães (*Ibidem*: Cap. CXI), o que opinavam os mouros sobre a passagem de el-rei Tânger (*Ibidem*: Cap. CXXXV), a sorte dos filhos do infante D. Pedro

(*Ibidem*: Cap. CXLII) e a conversa havida em Ceuta entre o infante D. Fernando e seu irmão (*Ibidem*: Cap. CXLV).

Todos estes assuntos remetidos para as crónicas de D. Duarte e de D. Afonso V foram escritos após Alfarrobeira, pelo que, conforme já provámos, João de Barros, pelo menos neste aspecto, se equivocou, o mesmo não acontecendo seguramente no segundo, “as quæes Ruy de Pina que o socedeo no officio fez suas”. Reafirmando esta teoria do furto, Dias Dinis afirma que, «nunca Zurara supôs que suas derradeiras Crónicas régias durassem tão pouco tempo, sumidas ou fortemente deturpadas e reduzidas, segundo cremos, por um dos seus sucessores, Rui de Pina» (1949b: 163).

Damião de Góis²⁴⁵, à semelhança de João de Barros, levantou o problema da autenticidade da produção historiográfica atribuída ao cronista Rui de Pina, acusando-o de ter roubado material deixado por Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara. Com efeito, Damião de Góis afirma no capítulo sexto da *Crónica do Príncipe D. João* que Zurara “não compôs a terceira parte da crónica do dito rei D. João, nem a d’el-rei Dom Duarte. Mas quanto às exéquias, ele de feito as escreveu, porque o capítulo 5 da Crónica d’el-Rei D. Duarte é seu, e assim todos os razoamentos que na dita crónica são escritos sobre a ida a Tânger, e que se bem conhece e vê do estilo e ordem acostumada de Gomes Eanes”.

Zurara escreveu, para além das quatro crónicas já citadas, a narração do falecimento do rei D. João I, depósito do seu corpo na sé de Lisboa, e o triunfo com que depois foi levado e trasladado ao Real Mosteiro da Batalha²⁴⁶. Da Crónica de D. Duarte, os razoamentos da ida a Tânger (Cap. X a XX). Da Crónica de D. Afonso V, a parte desde o tempo em que el rei D. Duarte faleceu até à morte do Infante D. Pedro (até ao Cap. XXIX). Todas estas partes foram depois reformadas por Rui de Pina (cfr. Pereira, 1915: LXVI).

Seria interessante fazer um estudo das crónicas de D. Duarte e de D. Afonso V, “escritas” ou “(re)escritas” por Rui de Pina (1440-1522), cronista, diplomata e embaixador²⁴⁷, analisando o tratamento dado pelo cronista aos temas supra referenciados e que Zurara remeteu para a *Cronica Geeral do Regno*.

Face aos testemunhos e observações apresentadas, pensamos que Zurara teria compilado muito material para elaborar a *Crónica de D. Duarte* e a *Crónica de Afonso V*, relativamente ao período que vai até 1438, para o primeiro, ano da morte do rei D. Duarte,

²⁴⁵ Vide, *Crónica de D. Manuel*, parte IV, Cap. 38.

²⁴⁶ A *Crónica del Rei D. João I*, dividida em três partes, foi publicada pelas diligências de D. Rodrigo da Cunha, bispo do Porto e impressa por António Alvarez em Lisboa no ano de 1644.

²⁴⁷ A este cronista são atribuídas a *Crónica de el Rei Dom Afonso o Quarto* (1653), *Crónica do Muito Alto e Esclarecido Príncipe D. Sancho II* (1727), *Crónica do Muito Alto e Esclarecido Príncipe D. Sancho III* (1728), *Crónica do Muito Alto e Esclarecido Príncipe D. Dinis* (1729), *Crónica do Senhor D. Duarte* (1790), *Crónica do Senhor Rei D. Afonso V* (1790) e *Crónica d’El-Rei D. João II* (1792).

e após Alfarrobeira (1449) para o segundo, até mais ou menos 1474, ano da morte do cronista; aliás, a sua missão e tarefa principal de cronista era escrever relatos das vidas dos vários reis, como ele própria afirma, «e depois, reinando el-Rei D. Eduarte de gloriosa memoria, (...), que sem embargo de se em todolos reinos fazerem crónicas dos Reis deles, não se leixa porem de escrever apartadamente os feitos dalguns seus vassalos quando o grandor deles é assim notavel» (CG: Cap. I, 9). No entanto, e devido aos outros trabalhos encomendados pelo monarca, “os feitos dalguns seus vassalos quando o grandor deles é assim notavel”, casos da *Crónica de Guiné* e das crónicas marroquinas, e porque Afonso V “antes quis dar que receber”, esses trabalhos de Zurara foram sucessivamente interrompidos, pelo que, tais crónicas, nunca foram concluídas, sendo o material recolhido aproveitado pelo sucessor do cronista. Portanto, e como já referimos, é de aceitar que Zurara tenha reunido material, feito pesquisas, recolhido notícias, confrontado opiniões e traçado esboços de trabalho para a elaboração das crónicas que ficavam por fazer.

A nossa posição baseia-se nas constantes alusões à *Cronica Geeral do Regno* já apresentadas neste estudo, assim como aos variadíssimos assuntos que o cronista remeteu para a *Crónica de D. Duarte* e *Crónica de Afonso V*, às sobejas razões de gratidão para com o monarca e, por último, à rapidez com que Zurara compilava as suas obras, como já verificámos.

Podemos ainda considerar que algumas das alterações e emendas sofridas nas obras conhecidas de Zurara, durante o seu percurso profissional, foram muito comentadas e apontadas por muitos biógrafos e estudiosos do cronista e pelo próprio:

E porque nos escrevemos esta estoria primeiro duas vezes que fosse trazida a seu propio lugar, emmendando sempre no que conheçamos errado, como se costuma de fazer nas cousas em que muitos ham-de jullgar, posto que os em allgũas partes ouçais desviamdo allgũa cousa do que aquy achardes escripto, emtemdee que se faz por se mais apurar a verdade, e temos que do que rrealmente pertemçee a sustamçia nõ pode em outra parte ser mais verdadeyramente escripta que aquy. E esto pode cada hũ meter em espiremçia, se lhe prouver, assynamdo allgũa cousa que de muitos seja vista, preguntando a cada hũ per sy: pero que todos fossem presentes, em cada hũ á-d'achar seu desvairo, posto que se todos acordem na verdadeira sustamçia da obra (CCPM: Livro I, Capitullo terceiro, 186-187).

Estas emendas aconteceram porque o cronista foi recolhendo mais material, outros documentos, provas e testemunhos, e uma vez que teve a lucidez suficiente e a percepção das enormes dificuldades que teria em poder concluir atempadamente as mesmas, sentiu a

necessidade de alterar, emendar e acrescentar nas obras que foi produzindo, remetendo para a *Cronica Geeral do Regno* e para as crónicas dos monarcas D. Duarte e D. Afonso V, os temas e assuntos a desenvolver e a trabalhar posteriormente.

Assim sendo, estarão parcialmente justificadas as alusões e insinuações de muitos críticos de Zurara, quando afirmam que esta ou aquela obra do cronista foi alterada e emendada em data posterior²⁴⁸. Ficam, também, em parte, esclarecidas muitas das dúvidas relativas aos anos da conclusão das crónicas zurarianas que, como já vimos, muitos autores questionam, apresentando alguns argumentos, muitos dos quais válidos e pertinentes. Estariam assim, também, em parte, justificados os abusos e apropriações indevidas praticadas por Rui de Pina.

A acrescentar a tudo isto, e como observa Larry King, a documentação para a história interna de Portugal estava prontamente disponível para o cronista africano, e conseqüentemente os relatos das vidas de D. Duarte e de D. Afonso V seriam um trabalho fácil para a pena do cronista. Todavia, há que ter presente que qualquer ênfase que se coloque na investigação da autenticidade histórica dos trabalhos do cronista, não significa que tal investigação seja definitiva porque continua a não existir um estudo amplo, abrangente e rigoroso do seu pensamento historiográfico e da sua obra. Tal, só será possível adquirir através da análise profunda das crónicas zurarianas, aspecto fulcral dos estudos da ideologia e vida do cronista.

²⁴⁸ Vide, BRAGANÇA, José de (1973). *Crónica de Guiné*, Capítulos XXVIII e XXIX, notas de aparato das páginas 135 e 139, respectivamente, as quais nos induzem que poderia o cronista ter procedido a alterações na obra.

3.5. O estado da questão: contributo de Zurara para a consolidação da dinastia de Avis e da afirmação da identidade nacional

Se nos sentimos portugueses, somos também ibéricos – e portanto já resultantes de um profundo cruzamento das tradições judaica, cristã e muçulmana. E somos ainda europeus, habitantes do Mundo Antigo. E cidadãos do planeta (Silva & Jorge, 1993: 15).

A procura da identidade nacional e da ideia de nação portuguesa foi, é e será sempre o espelho da nossa consciência e uma preocupação que perdura na nossa mente ao longo dos tempos, seja no passado, no presente ou no futuro. Esta preocupação foi sentida por Gomes Eanes de Zurara, tal como o mesmo nos revela nesta passagem da *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*:

Mas pera vos, oo nobre gemte e naçã portugues, que presuação de pallavras, que ajuntamento de colores rretoricos, que ornamemto de rrazões se podẽ buscar pera vos amoestar a seguir aquello que a vossa nobre nação por tantos çircullos de annos solares traz prantado nos vossos corações? Caa a vossa llealldade he dada assy como por exempro a todallas gentes do mundo, vosso esforço, vossa fortalleza. E por çerto que as allmas de vossos amteçessores, espiçiallmente daquelles bẽ-aventurados cavaleiros que com hos primeiros rreys fora nos primeiros vemçimemtos dos mouros que per muitos annos jaa estiveram ã posse dos rreynos de Portugall e do Allgarve, dobram agora sua perpetua follgamça, vemdo como vos estays aparelhados sobre tanta destruyção de vossos ymigos, caa dirã que não soomente vos cõtemtastes de defemder o que elles deyxarã ganhado, mas aynda quysestes buscar estas partes dAfrica e apoderarvos da terra, assy como elles amtes faziã nas partes da Europa (CCPM: Livro I, Capitulo, LXV, 459-460).

Ao contrário do que muitas vezes se pensa, a consciência cultural não é equivalente ao conhecimento histórico, uma vez que, em certo sentido, «a consciência cultural ignora a história» (Veyne, 1995: 43).

No entender de Machado Pais, «sem consciência histórico-cultural sobre o nosso passado, perderíamos a nossa identidade, não teríamos consciência das nossas raízes culturais» (1999: 2). De facto, o que está presente na consciência histórico-cultural é fruto de múltiplas representações e são essas representações que dão sentido à história, à cultura, à identidade, à consciência e vida de um povo.

É o fluir do passado num tempo presente, projectado para o futuro, que é gerador de uma consciência cultural, una e conscienciosa. A consciência histórico-cultural reporta-se, pois, ao passado: não a um passado reificado, inerte, esquecido. A consciência histórico-cultural «é a convocação permanente do passado ao presente» (*Idem*: 4).

A identidade portuguesa é intrinsecamente *história*²⁴⁹, continuidade e metamorfose, sucessão de identidades e sempre, na medida em que Portugal é ao mesmo tempo o sujeito e o resultado dessa história, um actor no meio de outros, uma história confrontada com outras histórias. Contudo, temos de realçar que a nossa história cultural é incompreensível sem o contexto ibérico, porque «é na história da Península Ibérica e da Europa que deveremos procurar as páginas que nos iluminem sobre o processo de formação do país» (Fernandes, 1999: 31), depois no contexto europeu, e mais tarde mundial. Estes três anéis estão entre si entrelaçados, exercendo uns sobre os outros, pressões, influências, ameaças e estímulos que dão sentido à nossa história, à história particular do nosso povo.

As mudanças geoestratégicas e políticas a que já aludimos no primeiro capítulo deste estudo, perpetradas pela dinastia de Avis e narradas pelo cronista Zurara, não descuraram os interesses vitais / históricos da Nação e da Coroa / Estado. Vejamos: reforçaram a independência nacional, já que Castela, apesar de continuar a ser a nossa principal ameaça político-militar, acabou, diplomaticamente, por nos reconhecer como parte *igual*; não atentaram contra a coesão nacional, identificada sobremaneira com os interesses das elites, cristalizados na consecução dos valores da honra, do proveito, da fama e da glória (sendo a suprema glória do Céu) e que alimentavam estruturalmente a ideologia ecuménica da Nação; não desvalorizaram, antes reforçaram, o papel da Coroa / Estado, como instituição aglutinadora dos interesses dos “estados” e classes e, em última instância, de toda a Nação, decisivamente toda mobilizada para a execução de uma política de conquistas, expansão e descobrimentos, ou seja, de uma política em que o crescimento e o desenvolvimento dependiam, preferencialmente, dos recursos exógenos externos e, por último, mas não menos importante, documentaram a aceitação do poder arbitral do papado na luta diplomática que vínhamos travando com Castela e confirmaram o nosso indestrutível desejo de continuarmos a integrar a *Respublica Christiana*.

Paulatina, mas irresistivelmente, Portugal vai-se, pois, construindo como Estado / Nação, objectivo primordial da dinastia de Avis e ideia aglutinadora nas crónicas zurarianas, especialmente nas duas primeiras, na *Crónica da Tomada de Ceuta* e na *Crónica da Guiné*. Se em meados do século XIV é permitido afirmar que há território e

²⁴⁹ Vide, GODINHO, Vitorino Magalhães (2007). “Os Portugueses em busca de si próprios”. In *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Ano XXVI / N.º 946, pp. 14-17.

passado, mas não ainda consciência de nação colectivamente advertida pela população global, no último terço do século XV, há território, passado, nação e pátria, tudo fortemente “com-sentido” e condensado em “Portugal” e “Portugueses”²⁵⁰. Em 1484 o *Regnum* de D. Dinis é um “Estado Moderno”, organizativamente complexo e seguramente centralizado. Distinto culturalmente dos vizinhos e preparado para ir pelo mundo fora. Já tem o plano – o “Plano das Índias” – saber e experiência para realizá-lo. É estado-povo-cultura às portas de ser império e cantar-se em epopeia. Lusidiamente (cfr. Mattoso, 1993b: 546).

É certo que D. João I personifica, ainda hoje, a consciência nacional que com ele se afirmou. Ouvindo o seu nome, recordamos Aljubarrota, as lutas de Portugal contra Castela, a glória de Ceuta, a Expansão, os descobrimentos e a independência. Mas, se desejamos e necessitamos compreender o presente, tendo em vista preparar o futuro, faz todo o sentido recapitular a história e os problemas de Portugal vistos pelos Portugueses, que é aliás o que encontramos na antologia de Pedro Calafate²⁵¹, tão útil para a tomada de consciência do que fomos e somos, pois só assim conseguiremos definir e perspectivar o que queremos vir a ser.

3.5.1. A consolidação da dinastia de Avis e a afirmação da identidade nacional

Que estranha cousa – disse depois hũ fidallgo da casa da rrainha
que ally estava – he aquesta desta nação portugues, que assy tem prestes
pallavras homrrosas com que acabã de rrespomder nos lugares omde
compre serem louvados (CCPM: Livro II, Capitulo IXº, 563).

A cronologia da obra zurariana espelha uma sequência temporal paralela à evolução e continuidade da própria história portuguesa do século XV, a qual, em última instância, é a história da dinastia de Avis, porque, como já explicámos, D. João I precisava, com muita urgência, de afirmar a sua autonomia perante Castela e a Europa para consolidar a formação do reino de Portugal. Era preciso dar consistência às vitórias militares alcançadas contra os Castelhanos em 1385, legitimando e garantindo, definitivamente, a sua posição e estatuto como legítimo rei de Portugal.

²⁵⁰ Vide, GODINHO, Vitorino Magalhães (2002). *Portugal: a Emergência de uma Nação (das raízes a 1480)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.

²⁵¹ Vide, CALAFATE, Pedro & CARDOSO, José Luís (orgs) (2006). *Portugal como problema - Séculos V-XVI, A afirmação de um destino colectivo*. Organização editorial de Pedro Calafate. Fundação Luso Americana (FLAD) e Jornal *Público*, volume I.

A nova dinastia preocupava-se em dar de si, no reino e fora dele, uma imagem de genuinidade impoluta, carismática e nacionalista, sancionada pelo direito, pelo povo e pela virtude e, acima de tudo, confirmada por Deus. As crónicas encomendadas que haverão de escrever-se e toda uma propaganda continuamente acalentada ao longo da dinastia de Avis são disso prova sabida²⁵². Com efeito, a legitimação e consolidação da dinastia de Avis e o despertar da consciência nacional, encontram-se alicerçadas e fundamentadas nas obras do cronista dos primórdios da Expansão portuguesa e europeia na África e no Atlântico.

Ao longo da narrativa das suas obras, por vezes ofuscado por um orgulho nacional mal disfarçado, a serenidade é interrompida, amiudadas vezes, com um entusiasmo vibrante de exclamações que enaltecem o brilho, o fulgor e as obras do Mestre de Avis e de seus filhos, os príncipes de Avis, as suas façanhas virtuosas e cristãs contra os mouros. O cronista exalta veemente e constantemente o esforço português e os seus heróis, especialmente a dinastia de Avis, comparando-os com os da Antiguidade:

E ñõ seja allgũ que pemse que eu, per allgũa afeição ou ñõ devido escrever, mostro sempre menos dapno na gemte de minha ley que na comtraria, caa, leixamdo a a juda de Deus, que sempre he pellos que dereitamente pellejam per sua samta ffee, se elles dereitamente se querem aver ã seu serviço, mas aynda per rrezão devem de crer que gemte sã armas nunca pode per yguall fazer pelleja com gête armada e husada de sofrer o peso e trabalho das armas (CCPM: Liv. I, Capitulo LXXV, 502).

Gomes Eanes de Zurara bem sabia que às vezes o elogio fazia o herói, pois «tanto louvor foi dado aos que os feitos fizeram (...) quantos os claros e bons engenhos dos subtis escrivães por palavras os poderam gabar e exaltar» (CG: Cap. VI, 35), daí as preocupações que sentiu em busca da verdade, como temos afirmado ao longo deste estudo.

Nas crónicas zurarianas encontrámos uma perspectiva ideológica de pendor nacionalista, um bom reflexo da formação e consolidação dos Estados medievais, e à dinastia de Avis, acabada de nascer, convinha e interessava, por motivos essencialmente sociais e políticos, mostrar uma língua própria, uma nação una e um poder fortalecido. Da leitura das suas crónicas transpiram muitos pensamentos e ideias que vão ao encontro destes grandes objectivos – enaltecer os protagonistas das suas obras, consagrar a dinastia de Avis e os seus feitos grandiosos, e glorificar a incomparável História de Portugal, dos portugueses e a sua própria identidade:

²⁵² Vide, SOUSA, Armindo de (1984). “A morte de D. João I” (Um tema de propaganda dinástica). In *Lucerna*, número de homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão. Porto, pp. 417-487.

Çertamente, se hy tall há, cuyde ã sy mesmo que não he verdadeyro português nã deçende daquella gotica llynhagẽ cuja nobreza nunca ã sua companhia quis villeza de temor. E, como quer que esta nação abitasse per toda Espanha, eu diria, segumdo a nobreza dos feitos passados, que, dos quatro rregnos cristãos inclusos nesta espirica rredomdeza, no nosso ficou mais perfeitamente sua soçessão, e esto poderá bem ver quallquer emtemdido que dos feitos passados quiser tomar conhecimento (CCPM: Livro I, Capitulo LXV, 460).

3.5.1.1. A glorificação de D. João I na *Crónica da Tomada de Ceuta*

Na *Crónica da Tomada de Ceuta*²⁵³, acção que acaba por ser um prolongamento da reconquista cristã iniciada na Península Ibérica, encontramos, e referindo-se aos feitos grandiosos e incomparáveis do Mestre de Avis e dos seus príncipes, e às suas qualidades físicas e morais, entre outras, afirmações que documentam e atestam o pensamento zurariano recheado de epítetos elogiosos, os quais tinham em vista a consagração da nova dinastia reinante, a consolidação e autonomia da nação portuguesa.

As explicações e citações que se seguem, extraídas da *Crónica da Tomada de Ceuta*, espelham, reflectem e confirmam o pensamento lisonjeador do cronista para com as figuras da nova dinastia reinante, especialmente o Mestre de Avis, el-rei D. João I e seu filho, o infante D. Henrique.

A grandeza do feito de Ceuta e do seu protagonista, o Mestre de Avis, é fortemente assinalada e realçada, daí a necessidade imperiosa de os escrever: «O tempo e grandeza das obras nos constringem fortemente que scpreuamos (...) a gloriosa fama da muy notauel empresa tomada per este virtuoso e nunca vençido príncipe senhor Rey Dom Joham» (CC: Capitullo ij: 8);

À semelhança do que faria Camões um século mais tarde, também o cronista sobrepõe, em valor e grandeza, os feitos dos Portugueses aos feitos dos Gregos na guerra de Tróia e às conquistas de Cipião no auge do império romano: «E quem compridamente em ello esguardar achara que nem o çerquo de Troia nem a passada de Cepiam em Affricanam foram de tanta excellençia» (*Idem*: 9);

Zurara elogia as qualidades cavaleirescas, estratégicas e militares do Mestre de Avis, tornando-o como modelo e exemplo a seguir por todos os outros reis da *Respublica Christiana*: «de suas famosas caullarias bem pode seer exemplo a todollos os príncipes do

²⁵³ *CRÓNICA da TOMADA DE CEUTA por EL REI D. JOÃO I* (no nosso estudo seguimos a edição de Esteves Pereira de 1915. Publicada por ordem da Academia das Ciências de Lisboa, segundo os manuscritos n.ºs 368 e 355 do Arquivo Nacional, dirigida por Esteves Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade).

mundo (...), mas por certo em escretura nam se achara em tam breue tempo huña tam notauel e tam grande çidade filhada per força darmas» (*Ibidem*);

Só um rei do gabarito do Mestre de Avis poderia ter alcançado tão relevante feito como foi a conquista da cidade de Ceuta, a qual soube amar, honrar e defender: «de que sempre foste tanto deseitada por te dares jnteira e saã a hum tam alto e glorioso Rey o qual te depois tanto amou e tam valentemente defendeo dina sera a tua façanha de perpetua rrelembança» (*Ibidem*: 10);

Zurara revela que face à incomensurável grandeza dos feitos de seu pai, o Mestre de Avis, o avô, D. Pedro I, e outros notáveis, o rei D. Duarte mandou redigi-los para serem reconhecidos e perpetuados: «ao qual elRey Duarte em sendo Iffante cometeo encarrego de apanhar os auisamentos que pertençiam a todos aquelles feitos e os ajuntar e ordenar segundo pertença aa grandeza delles e a autoridade dos príncipes e doutras notaueis pessoas que os fezerom» (*Ibidem*: Capitullo iij, 12);

O cronista justifica e louva a opção de guerra à semelhança dos doutores da Igreja, dos filósofos gregos e dos romanos: «a qual cousa [guerra] foy sempre muito louuada assi pollos doutores da santa jgreia como pollos filosofos estoicos²⁵⁴ e peripateticos²⁵⁵. e per todollos outros autores estoriaaes assi gregos como latinos» (*Ibidem*: Capitullo iiij, 14);

Portugal, antes da conquista de Ceuta, era, segundo o cronista, uma nação sem valor e importância, mas agora são as forças das linhagens de Espanha e de Inglaterra que garantem, admiram e valorizam a dinastia de Avis: «Eras tu primeyramente de nação barbara mais baixa de todollas nações e agora acompanhada e gardada por força de linhageẽ dos reys de Espanha e da casa de Imgraterra» (*Ibidem*: Capitullo xij, 39);

Com tais qualidades, e tornadas estas públicas, o novo rei português seria uma figura apreciada, de méritos reconhecidos, e de prestígio nas cortes europeias e na corte de Roma, cimentando-se assim a legitimidade da nova dinastia: «este rrey de Portugall assy como he gramde em todos os seus feitos, assy faz gramdiosamente todas suas cousas» (*Ibidem*: Capitullo xvij, 54-55);

Reis e príncipes de linhagem, à semelhança do Mestre de Avis, fazem obras grandes e importantes: «ca per semelhamte rrequerimento me [Rainha D. Filipa de Lencastre] fazees emtemder queiamdas uoomtades terees ao diamte, pera obrardes aquellas cousas que sempre obrarom e obram aquelles rrex e príncipes de linhagem de que deçemdees» (*Ibidem*: Capitullo xix, 62);

²⁵⁴ Estóicos eram os seguidores de Zénon.

²⁵⁵ Peripatéticos eram os seguidores de Aristóteles.

O cronista continua a elogiar a personalidade, o carácter e as virtudes do Mestre de Avis, e sabemos que seus filhos, ao lerem e conhecerem tais palavras, não deixariam de agradecer e pagar condignamente ao seu autor: «Por çerto diz o autor, gram espramdiçimento²⁵⁶ fazia no mundo tanta bomdade e uirtude de príncipe» (*Ibidem*: Capitullo xxix, 89);

Os grandes e notáveis feitos da dinastia de Avis continuam a salientar-se, daí a necessidade imperiosa de os dar a conhecer, revelar e eternizar, escrevendo-os: «per cuja rrezam se perderia a memoria de tam notauees cousas porem mandou a mim Gomez Eannes de Zurara seu criado que me trabalhasse de as ajuntar e escreuer» (*Ibidem*: Capitullo iij, 13);

A prodigalidade do Mestre de Avis é por demais reconhecida. Aliás, esta atitude convinha ao próprio Mestre como forma de cativar e de prender a si uma classe ávida de recompensas, honras, benefícios e proveitos. Desta forma, o Mestre saciava as ambições de muitos e reprimia eventuais inimigos da sua causa como legítimo herdeiro da coroa: «E com esto darey tantas e tam grandes dadiuas príncipalmente aaquelles estrangeiros que a grandeza e doçura dos benefícios que lhes eu assi fezer lhes ponha neçessidade de os apregoarem grandemente antre todollos seus amigos» (*Ibidem*: Capitullo viij, 24-25);

O cronista atribui o mérito e a honra, primeiro a Cristo, e logo de seguida ao Mestre de Avis. Esta posição do Mestre de Avis, logo a seguir a Cristo, garantia-lhe o estatuto supremo na terra, o domínio do poder temporal, e o seu estatuto de monarca incontestado, indiciando a sacralização do poder régio, o qual só viria a ser alcançado com as monarquias absolutas nos séculos XVII e XVIII, com a teoria de direito divino de Bossuet²⁵⁷, em que o Rei era o representante de Deus na terra²⁵⁸: «Christo Jesu nosso Senhor foi aquelle, a quem dereitamente poderemos dar a homrra deste feito, empero nom ficam os homeês que em elle trabalharam sem muy grande parte da homrra» (*Ibidem*: Capítulo Lxxiiij, 207).

O cronista destaca ainda o Mestre de Avis, D. João I, como o maior rei da nação portuguesa: «ca antre os rreis que forom em Portugal ata a sua jdade elle foy auido por

²⁵⁶ Esplendor, fulgor.

²⁵⁷ BOSSUET, bispo de Meaux (1627-1704). “La Politique Tirée de l’Écriture Sainte”. In L. Gothier e A. Troux, *Recueils de Textes d’Histoire*.

²⁵⁸ Segundo esta teoria política, há quatro caracteres ou qualidades essenciais na autoridade real; em primeiro lugar, a autoridade real é sagrada, em segundo lugar é paternal, em terceiro lugar é absoluta, em quarto lugar está submetida à razão. Deus estabelece os reis como seus ministros e reina através deles, sobre os povos. Os príncipes agem como ministros de Deus e seus lugares-tenentes sobre a terra. É através deles que Ele exerce o seu domínio. O trono real era assim considerado não como o trono de um homem, mas como o trono do próprio Deus.

mais grande. ca sua magnifiçençia proçedia da sua grande magnanimidade» (*Idem*: Capitullo iij, 12);

Zurara defende que as qualidades físicas do monarca lhe foram atribuídas por Deus, sacralizando-se assim o seu estatuto e papel na condução dos destinos do povo português: «Outra cousa diremos ainda aqui, porque pertence a Deus e esto he, que elRey Dom Joham era assi compressionado, que tanto na terra era forte, enfraqueçia no maar» (*Ibidem*: Capitullo Lx, 177);

Agora, para além das trinta e uma virtudes apropriadas ao Mestre, Zurara ainda lhe acrescenta uma outra muito importante, a prudência: «por que de trimta e huña uirtudes que ao príncipe som apropiadas, mujto lhe comuem que seia cauteloso» (*Ibidem*: Capitullo xij, 38);

Para Zurara, o Mestre de Avis surge como o Príncipe mais caridoso de toda a cristandade: «O marauilhosa caridade de príncipe cuja semelhança em homem daquelle tempo nam foy achada» (*Ibidem*: Capitullo ij, 9).

3.5.1.2. A exaltação do infante D. Henrique na *Crónica da Guiné*

Também na *Crónica da Guiné*²⁵⁹, empenhado em exaltar o seu herói, o infante D. Henrique, Gomes Eanes de Zurara teceu-lhe rasgados e incomensuráveis elogios, os quais são extensivos a D. Afonso V, o novo monarca reinante.

Vejamos:

O cronista realça e destaca os feitos do infante: «viu e soube os grandes e mi notáveis feitos do senhor infante D. Henrique, (...), os quaes lhe pareceram assim especiaes entre muitos que alguns principes cristãos em este mundo fizeram» (CG: Cap. I: 9);

Zurara elogia as qualidades do infante D. Henrique e do seu sobrinho, o rei Afonso V: «Por mandado do mui alto e mui honrado principe e muito virtuoso senhor o infante D. Henrique. A qual Crónica foi ajuntada em este volume por mandado do mui alto e muito excelente príncipe e muito poderoso senhor el-Rei D. Afonso o quinto de Portugal» (*Idem*: Cap. I, 7);

O cronista vai mais longe ao afirmar que os feitos de Afonso V merecem grande honra e por isso deveriam ser escritos, mas o rei preferiu mandar escrever os feitos de outros, daí a sua grande “magnanimidade”, pois antes quis dar do que receber: «E como

²⁵⁹ BRAGANÇA, José de (1973). *Crónica de Guiné de Gomes Eanes de Zurara*. Introdução, novas anotações e glossário (com introdução da edição de 1937). Porto: Livraria Civilização – Edição da Biblioteca Histórica – Série Ultramarina.

quer que em vossos feitos se podessem achar cousas assaz dignas de grande honra, de que bem podereis mandar fazer volume, Vossa Senhoria, usando como verdadeiro magnânimo, a quis antes dar que receber; e tanto é vossa magnanidade mais grande quanto a cousa dada é mais nobre e mais excelente» (*Ibidem*: Carta, 3-4);

Zurara, nesta fase da sua vida, tinha no infante D. Henrique o seu grande protector uma vez que o infante D. Pedro já tinha morrido e muitos dos nobres preteridos ou esquecidos na *Crónica de Ceuta* continuavam junto de Afonso V a denegrir a sua imagem: «Tua gloria, teus louvores, tua fama encham assim as minhas orelhas e ocupam a minha vista» (*Ibidem*: Cap. II: 14);

O infante D. Henrique surge aos olhos do cronista como o mais leal de todos os homens: «onde, se o meu entender para isso basta, justamente posso dizer que lealdades dos homens de todos os séculos foram nada em comparação da sua» (*Ibidem*: Cap. VI: 31);

Todo o protagonismo e grandes feitos eram atribuídos ao infante D. Henrique: «E pois nos capítulos ante deste temos posto o senhor infante por principal obrador destas coisas. E vós deveis bem saber de notar que a magnanimidade deste Príncipe, [...], o chamava sempre para começar e acabar grandes feitos» (*Ibidem*: Cap. VII, 43);

A admiração do cronista pelo infante D. Henrique é tanta que até o compara a Alexandre o Grande: «A qual cousa me parece que vi bem experimentada nas obras deste nosso Príncipe. Que manifestamente diziam que o infante não podia ser senão que era outro Alexandre» (*Ibidem*: Cap. XVIII, 95);

Zurara sabia bem que o infante apenas tinha a seu cargo os negócios de África, de uma maneira geral desde 1416, mas que o governo directo da praça africana, como capitão da mesma, nunca o exerceu: «Ele governou Ceuta, por mando dos reis seu padre, irmão e sobrinho, XXXV anos, com tal provimento que por sua mingua a coroa do reino nunca recebeu abatimento em sua honra» (*Ibidem*: Cap. V, 30);

Apesar de naquela época ser frequente utilizar o adjectivo divino quando se tratava de fazer o elogio de personagens de elevada categoria, o cronista considerava sagradas as virtudes do infante D. Henrique, sobressaindo, à semelhança dos autores clássicos, o seu carácter heróico: «Ó tu, príncipe pouco menos que divinal! Eu rogo ás tuas sagradas virtudes» (*Ibidem*: Cap. II, 13);

As palavras de Zurara, empenhado em enaltecer o infante, dão a ideia de que o cerco de Tânger foi um sucesso e uma retumbante vitória dos portugueses, quando, na verdade, foi uma calamitosa derrota: «E depois, reinando el-Rei D. Duarte, por seu mando passou a

terceira vez em Africa, na qual cercou a cidade de Tanger, indo XIX léguas com suas bandeiras tendidas por terra de seus inimigos, tendo-lhe o cerco XXII dias, nos quaes se fizeram mui assinaladas cousas, dignas de grande memoria, não sem grande dano dos contrairos, como na Historia do reino melhor podeis saber» (*Ibidem*: Cap. V, 29-30);

O cronista refere-se também à honra que muitos países atribuem aos feitos dos portugueses em terras e paragens longínquas e inimigas: «a terceira, pela grande honra que o nosso reino geralmente recebe em muitas partes, subjugando tamanho poder de inimigos tão longe da nossa terra» (*Ibidem*: Cap. II: 12);

Zurara atribui os feitos da Guiné ao infante, informando que este teve muitas despesas e trabalhos e que os feitos foram tão prestigiantes e notáveis que tinham de ser escritos: «porque todo o que se segue foi feito por sua ordenança e mandado, nom sem grandes despesas e trabalhos, a ele propriamente pode ser atribuída, [...], não se leixa porem de escrever apartadamente os feitos dalguns seus vassallos quando o grandor deles é assim notável, de que se com razão deve fazer apartada escritura» (*Ibidem*);

Na asserção seguinte infere-se que Deus está reconhecido ao infante pela salvação de tantas almas: «Ora vede que galardão deve ser o do infante ante a presença do senhor Deus, por trazer assim a verdadeira salvação não somente aquestes» (*Ibidem*: Cap. XXVI, 127);

O cronista insiste na grandeza e carácter nobre da geração dos príncipes de Avis, deixando transparecer a ideia que a nobreza deles era condizente com o estatuto social que detinham e desempenhavam, o de príncipes e de dinastia reinante: «não devo passar calando a nobreza de tão alta geração» (*Ibidem*: Cap. III, 19);

Zurara atribui, nesta breve asserção, inúmeras e brilhantes qualidades virtuosas ao infante: «Onde poderas tu achar um príncipe tão religioso, um príncipe tão católico, um príncipe tão prudente, tão avisado, tão temperado em todolos actos? Onde acharas tanta magnanidade, tanta franqueza, tanta humanidade, tanta fortaleza para suportar tantos e tão grandes trabalhos» (*Ibidem*: Cap. V, 37);

A acção do infante D. Henrique é enquadrada nos serviços de Deus e honra do reino: «onde falei das cousas especiaes que o infante fez por serviço de Deus e honra do reino» (*Ibidem*: Cap. LXXXIII, 345);

Zurara eleva a fasquia e coloca o infante nas cadeiras do céu: «aquele que tem aparelhado lugar entre as cadeiras celestiaes, não podem os seus feitos receber ofensa, (...), pois com teus claros e altos feitos e duros padecimentos, entre muitos príncipes de mais excelente dignidade acrescentaste para ti perpetua e imortal memoria, e o que mais é, celestial seeda, segundo piedosamente creio» (*Ibidem*: Cap. V: 40-41);

Também a robustez física do infante, que lhe permitiu levar a efeito tarefas tão importantes e nobres, não escapa ao olhar penetrante de Gomes Eanes de Zurara: «Onde queres achar outro corpo humano que suportasse o seu trabalho nas armas, (...). Certamente eu creio que se a fortaleza se poderá pintar, no seu rosto e nos seus membros se poderá achar a verdadeira forma» (*Ibidem*);

O príncipe perfilhava ainda os erros sistemáticos dos antigos, julgando a Guiné vizinha do Egipto, pelo que o seu poder era imenso: «Por certo não era esta pequena honra do nosso príncipe, cuja poderosa força foi abastante de mandar entes tão alongadas do nosso reino, fazendo presas nos visinhos da terra do Egipto» (*Ibidem*: Cap. XXXI, 147).

3.5.1.3. A consolidação da nacionalidade e a afirmação da identidade nas Crónicas dos Meneses²⁶⁰

Por sua vez, também nas crónicas dos Meneses, de D. Pedro e D. Duarte, encontrámos ainda muitas outras alegações alusivas às virtudes dos portugueses e à defesa e consolidação da identidade nacional.

Na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* o cronista reforça a generosidade e virtudes de D. João I: «escrever ã este vallume os feitos que se fezerão na cidade de Çepta depois que primeiramente foy tomada aos mouros por aquelle magnânimo primçipe, ell rrey dom Johão» (CCPM: Livro I, Capitulo 1º, 173).

Zurara procurava ser isento e mesmo assim admitia pecar por defeito, porque não conseguia expressar toda a grandeza dos feitos do Mestre e príncipes de Avis, sempre no pressuposto de enaltecer as suas figuras e legitimar a nova dinastia reinante: «Creã os que esta storia llerem que, se na sustamçia allgũ erro há, que he mais por se dizer menos do que a gramdeza dos feitos rrequeria, que por eu comvidar as orelhas dos ouvintes ou aacreçemtar de mÿ mesmo allgũas cousas na matéria» (*Ibidem*: Livro I, Capitulo 2º, 179-180).

As qualidades dos portugueses são repetidamente salientadas pelo cronista no intuito de distinguir a nossa identidade: «caa sey que, aymda que quysesseys, nõ poderiais fazer o

²⁶⁰ *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* (no nosso estudo seguimos a edição de Maria Teresa Brocardo de 1997. Braga: Empresa Diário do Minho), e *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* (Seguimos a nossa própria edição baseada no manuscrito do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, códice n.º 520 (Livraria).

contraíro do que comvosco nação dos ventres de vossas madres, que foy ardimento e fortalleza» (*Ibidem*: Livro I, Capitulo VIII, 205).

No mesmo sentido, também o conde D. Pedro de Meneses realça as virtudes dos portugueses: «omde o comde dom Pedro amdava, como vallemte e esforçado cavaleiro, avivamdo aquella gemte portuguê, llebramdo-lhe amiude a antiga virtude de seus amteçessores» (*Ibidem*: Livro I, Capitulo XV, 234);

As palavras acima transcritas destacam o carácter e as qualidades nobres e virtuosas dos portugueses. Havia que enterrar definitivamente os receios e relembrar aos homens, à semelhança do conde D. Pedro de Meneses, as nossas origens e as nossas virtudes:

(...) nõ foy por cuydar que tall gemte avia de mamdar nõ rreger, mas pemsey que a virtude de vossos amteçessores hera em vos assy nobre e grande como foy em elles. (...). E tanta foy sua nobreza e virtude, que se nõ contemtarão de pessuyr senhorio sobre sy que llevasse nome doutra nação senão da sua, e por ello se ajuntarão com aquelle nobre e esforçado barão dom Affonso Amriquez, primeiro rrey deste rregno, e assy poucos como herão nom soomente teverão coração pera emleger e manter novo rrey, mas aynda tomarão aos mouros amtre Tejo e Odiana e todo o rregno do Allgarve cõ a mayor parte da Estremadura. Pois qual foy sua virtude em aquella grande batalha do Selado todos ovistes e sabeis, e assy das guerras que ouverão com has outras nações, aquella antiga virtude devia ser sempre na vossa rrenemramça (CCPM: Livro I, Capitulo XII, 217).

Também nesta crónica os vectores ideológicos da glória e louvor são relembrados e devidos ao Mestre: «nõ ficará aquelle tam exçellemte rrey apartado de todo da gloria e louvor» (CCPM: Livro I, Capitulo 1º, 174).

A fé e a honra, intimamente associadas ao serviço de Deus, surgem na obra zurariana e na mentalidade coeva, como já referimos, como os grandes valores que a Nação portuguesa persegue: «quẽ per outrem rroga que per sy rroga, que lhes praza rrogua a Deus, primeyramente, pola alma deste comde dom Pedro, que tanto trabalhou per acrecentamento da santa fee e per homrra da casa de Portugal» (*Ibidem*: Livro II, Capitulo XL, 718).

Foi em defesa da fé e da honra da coroa portuguesa que tantos esforços se realizaram e tantas lutas se travaram: «primçipallmente por louvor e gloria daquelle comde e dos outros nobres e virtuosos barões que com elle [D. João I], por defensão da samta ffee e onrra da coroa de Portugall, naquella cidade tam vyrtuosamente trabalharão» (*Ibidem*: Livro I, Capitulo 1º, 175).

Não é difícil reconhecer no percurso secular da Nação portuguesa, actos e acções reveladoras das características humanas e virtuosas do povo português, tal como nos revelam as próprias palavras proferidas pelo conde D. Pedro de Meneses no século XV:

E se eu me atrevi rrequerer e aceptor este cargo que vos tam perigoso fazeis, nõ foy por cuydar que tall gente avia de mandar nõ rreger, mas pemsey que a virtude de vossos amtecessores hera em vos assy nobre e grande como foy em elles. Caa me llebrey que decemdeys daquela muy nobre llynhagem dos Godos, os quaes nõ tam soomemte se comtemtarão dos termos dEspanha, mas aynda França e Ytallia por muytos tempos senhorearão, e depois, tornados a sua terra, não como gente vemçada nõ fugida, mas como quem lleyxa a terra que lhe nom praz com tais preytesyas e posturas como elles quyseram, se tornarã a pessuyr o senhorio que damte aviam. Soes aynda filhos daquelles que, sendo toda Espanha perdida e os mouros apoderados della, se ajuntarão com aquelle catholico príncipe dom Rramigio e per força de seu sangue empuxarão os ymigos, ate que os fizeram rretrazer naquelle pequeno rrecamto que he o rregno de Grada, e, posto que se diga que nõ tam somente os de Portugall, mas todollos d'Espanha se ajuntarão eneste feito, eu digo que do nosso rregno foy a maior parte, como se pode conhecer per aquelles que ao presentemte pagã votos que ficarão em rrenembrancha daquela vitoria (CCPM: Livro I, Capitulo XII, 216-218).

Na perspectiva zurariana, e como também já verificámos na *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, os portugueses são de facto homens de valor, «E quando uyo o numero dos mortos pareceolhe o feito mais douydoso do que elle ata ally cuydaua, e disse ã uoz alta: certamẽte isto gẽte he de boa nação e vallor» (CCDM: Capitulo .Cxix., 156).

Em conclusão:

Nas duas primeiras crónicas de Zurara, a *Crónica de Ceuta* e a *Crónica de Guiné*, a pena elogiosa do cronista enaltece constantemente os feitos e acções de D. João I e de seus filhos, especialmente o infante D. Henrique. Mas o nacionalismo do discurso zurariano não se restringe só à questão da sagração da nova dinastia: a questão expansionista e o papel timoneiro de Portugal na defesa da *Respublica Christiana*, face ao de outros reinos e nações europeias, como a França, a Alemanha, a Itália, a Inglaterra ou a própria Castela, eram um desígnio nacional e a prioridade da nova dinastia reinante. Assim, garantiam-se o reconhecimento da autoridade máxima da cristandade, o Papa, o respeito das outras nações cristãs, e a admiração pela nova monarquia, para além de se conseguir ganhar honra, fama, glória e proveito, com o alargamento dos domínios e territórios dos portugueses e combatendo os inimigos da fé cristã.

A atribuição de tantos e significativos predicados à nova dinastia reinante revela a intenção do cronista em assinalar e enaltecer os seus feitos para ajudar a cimentar o poder dos novos senhores. Desta forma, Zurara consegue, declaradamente, fazer esquecer a bastardia do novo monarca e calar os seus inimigos, justificando e garantindo, face a feitos tão gloriosos, a legitimidade do Mestre de Avis como rei de Portugal, contribuindo, ainda, para o despertar da consciência e da identidade nacional portuguesa, autónoma e distinta.

Nas crónicas dos Meneses, tais elogios não são tão constantes nem incisivos. Tal atitude tem a sua razão de existir: as primeiras duas crónicas serviram para tornar públicos os projectos e façanhas gloriosas da dinastia reinante, contribuindo, como dissemos, para a sua consolidação e consagração definitiva perante o povo português, Castela, a Europa e o Papa, enquanto nas crónicas dos Meneses, crónicas biográficas não régias, monografias particulares, e uma vez que o perigo da continuidade dinástica já não existia, tais ímpetus bajulatórios já não se justificavam, até porque os protagonistas das novas crónicas, os condes D. Pedro de Meneses e seu filho D. Duarte, apesar do seu enorme e reconhecido valor social, não eram figuras tão importantes como o Mestre de Avis ou os príncipes seus filhos.

Realce-se ainda que a escrita zurariana, à medida que foi evoluindo no tempo, acabou por se tornar mais precisa, objectiva e crítica, fruto da maior maturidade do autor.

Diremos que as duas primeiras crónicas zurarianas, a *Crónica de Ceuta* (1449-1450) e a *Crónica da Guiné* (1453-54), com revisões posteriores como já referimos, concluídas a primeira em 1460 e a segunda em 1464, respectivamente, tiveram como fundamento assegurar, legitimar, consolidar e dar brilho à nova dinastia reinante, a dinastia de Avis.

Na segunda fase da sua produção literária, as Crónicas dos Meneses, a de D. Pedro (1458-1463) e a de D. Duarte (1464-1468/69), encontramos o cronista mais experiente e amadurecido, com um espírito literário mais liberal, lúcido, esclarecido, objectivo e crítico, inculcando, desta forma, mais consistência, maior rigor, brilhantismo, humanismo e racionalidade à sua pena de cronista oficial do reino.

Capítulo 4.

Esboço biográfico de Gomes Eanes de Zurara

Capítulo 4. Esboço biográfico de Gomes Eanes de Zurara

If Gomes Eanes de Zurara has stood for five hundred years in the shadow of the master, it is also true that the same writer has remained within a nebula of his own (King, 1976: 38).

Não sendo um ensaio biobibliográfico o principal foco do nosso estudo, não queremos deixar de referir os nomes de alguns dos mais relevantes biógrafos zurarianos, os quais, com as suas pesquisas e trabalhos, possibilitaram a realização e clarificação do nosso estudo.

Devido à escassez de documentos a respeito da vida de Zurara, nenhuma biografia completa foi compilada. As maiores fontes de informação são as suas próprias obras, as dos seus contemporâneos e sucessores que o mencionaram e documentos oficiais que sobreviveram. Apesar desta grande lacuna que é a falta de uma biografia completa, há, no entanto, muitos contributos tornados públicos por estudiosos e biógrafos do cronista.

Tendo consciência da impossibilidade em apontar a globalidade de todos eles, procuraremos acompanhar ao longo deste capítulo, os trabalhos que, pela sua clareza e profundidade, considerámos mais relevantes para o esclarecimento deste estudo.

Ao longo dos últimos cinco séculos, muitos estudiosos se debruçaram sobre as obras e a personalidade de Gomes Eanes de Zurara. Pela dedicação e trabalho desenvolvido no enriquecimento da biografia do segundo cronista português, e pelo resgate efectuado em prol da sua memória, merecem lugar de destaque e numa sequência cronológica, os seguintes autores: José Correia da Serra, Ernesto do Canto, Edgar Prestage, Sousa Viterbo, Anselmo Braamcamp Freire, Esteves Pereira, Costa Pimpão, Joaquim de Carvalho, Torquato Soares, Duarte Leite e, como não podia deixar de ser, o último grande biógrafo conhecido de Zurara, o qual soube sorver e aproveitar, com perspicácia e clarividência, as pesquisas e trabalho dos seus antecessores, tendo enriquecido e aprofundando as pistas descobertas e sugerido outras bastante pertinentes e inovadoras, – referimo-nos, obviamente, ao reverendo António Dias Dinis, cujo estudo coordena e colige todos os outros conhecidos, ressaltando-se o valor filológico do mesmo e a sua introdução crítica extensa e excelente.

O estudo de Dias Dinis é, de uma maneira geral, um sumário da vida e obra zurarianas, mas tem, no entanto, um tratamento compreensivo e detalhado do assunto.

Apresenta uma visão geral de Zurara e dos seus analistas e fornece uma crítica sobre diversos aspectos dos seus trabalhos.

Os vários trabalhos de Costa Pimpão e Duarte Leite, publicados entre 1926 e 1942, «represent a serious revival of Zurara research. The works of these two critics reflect a methodological thoroughness that raised many problems pertaining to the works of Gomes Eanes de Zurara» (King, 1976: 32-33).

Muitos outros autores e trabalhos dignos de menção existem relativos à biografia zurariana, de valor diverso mas sempre de consulta obrigatória, como Mateus Pisano, João de Barros, Damião de Góis, Alexandre Herculano, o 2.º visconde de Santarém que o incensou, Vieira de Meireles, Sotero dos Reis, Agostinho de Campos, Aubrey Bell, para além de muitos outros mencionados ao longo do nosso estudo e indicados nas referências bibliográficas. Todavia, e apesar das muitas pesquisas bibliográficas já efectuadas, outros tantos aspectos da vida do cronista continuam ainda desconhecidos porque não se lhe conhece autobiografia, e nenhum dos autores coevos de Zurara nos deixou a sua biografia. Aproveitando mesmo assim alguns elementos das suas crónicas, documentos vários e achegas de um ou outro autor, coevos do cronista, e as pesquisas de outros autores supra referidos, conseguimos agrupar alguns dados que nos permitem reconstituir, em parte, a biografia de Zurara, apesar da «inutilização²⁶¹ da maior parte dos livros das Chancelarias Régias, no século XVI, nos ter subtraído, decerto, preciosos dados sobre o particular» (Dinis, 1949b: 3).

Não obstante toda a crítica revelada, devemos em primeiro lugar ao 1.º Secretário da Academia das Ciências de Lisboa, o abade José Correia da Serra, a primeira tentativa séria no arquivamento de dados sobre a vida de Zurara, isto é, material que conseguiu encontrar no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em finais do século XVIII, e que expôs na sua *Introdução às Crónicas de Gomes Eanes de Zurara*²⁶².

João Pedro Ribeiro, em princípios do século XIX, nas suas *Dissertações Cronológicas e Críticas...*, Tomos I e IV, acrescentou mais uns respingos na biografia de Zurara, mas o trabalho mais profundo e de maior valor viria a ser produzido por Edgar Prestage (1896)²⁶³.

Também a Sousa Viterbo (1898) devemos novos e interessantes dados para a biografia de Zurara. Todavia, a crítica dos séculos XVIII e XIX reflecte uma atitude

²⁶¹ Este assunto será desenvolvido mais detalhadamente nas Considerações finais do estudo.

²⁶² *Colleção de Livros inéditos da História Portuguesa*, II, 1792, pp. 207-212.

²⁶³ “The life and the writings of AZurara”. In *The Chronicle of Discovery and Conquest of Guinea*, vol I, pp. I-LXVII, e vol II, 1899, pp. 353-354. London: Hakluyt Society.

ambivalente face aos valores dos escritos de Zurara. Por isso, qualquer inventário dos escritos de Zurara deve incluir, forçosamente, sob pena de uma apreciação pouco consentânea com o verdadeiro valor das suas obras, uma série de crónicas oficiais das vidas dos reis do período produtivo de Zurara (as crónicas de D. Duarte, de Afonso V, e de Ceuta como episódio final da crónica de D. João I), e uma série de crónicas que tratam as aventuras africanas (as crónicas da Guiné, de D. Pedro de Meneses e de D. Duarte de Meneses), até porque a tarefa principal de Zurara, enquanto cronista-mor, era escrever relatos das vidas dos vários reis.

Já no século XX, em 1915, Francisco Maria Esteves Pereira²⁶⁴ juntou alguns documentos inéditos aos citados ou editados por Serra, Ribeiro, Prestage e Viterbo, ordenando cronologicamente os factos, num encadeamento histórico rigoroso, ilustrados por bibliografia impressa e por comentários de carácter geral.

A verdade é que os primeiros estudos a tratar as crónicas de Zurara com profundidade foram os de Edgar Prestage (1896) e Esteves Pereira (1915), daí que eles sejam considerados os fundadores da pesquisa zurariana: «Since these works were also the initial ones to treat the chronicler's life, Prestage and Pereira must be considered the founders of Zurara research. Although these studies accompany the texts of Zurara's first two works, the editors did not attempt to treat the specific works in detail» (King, 1976: 27).

Esteves Pereira teve a preocupação de basear as suas afirmações nos documentos respectivos, insertos integralmente em apêndice, aos quais juntou ainda extractos de textos impressos, directa ou indirectamente relativos a Gomes Eanes de Zurara e às suas funções públicas, num total de 32 peças, numeradas a algarismos romanos. Mas, e apesar de reconhecer o trabalho de Esteves Pereira, elogiando-lhe o grande mérito de haver juntado e publicado, com exacção suficiente, Dias Dinis também não deixou de o criticar e apontar-lhe algumas lacunas:

Dá-nos a impressão agradável de ter conseguido larga colheita documental inédita, na Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional de Lisboa mas cita apenas o arquivo onde se encontra cada um dos documentos e não os autores que os publicaram ou referenciaram em primeira-mão, desvanecendo-se essa ideia de farta novidade se repararmos que já em 1792, o abade Correia da Serra citou explicitamente o arquivo, secção, livro e folha relativos aos documentos n.ºs VI, VII, VIII, XI e XVI; em 1897, Sousa Viterbo transcreve a verba do documento III de Esteves Pereira sobre Zurara²⁶⁵, sendo

²⁶⁴ *Crónica da Tomada de Ceuta...*, pp. VII-LXXIV.

²⁶⁵ *Ourivezeiros*, p. 53.

o mesmo documento reproduzido pelo mesmo autor em 1898²⁶⁶ e em 1902²⁶⁷ e publicado na íntegra por Braamcamp Freire em 1908²⁶⁸, tendo ainda em 1896, Edgar Prestage publicado e citado os documentos n.ºs V, VI, VII, VIII, XI, XII, XIV, XV e XVI, e outros relativos aos forais de Miranda, de Ázere, de S. João do Rei²⁶⁹, que mais tarde Esteves Pereira publica, o que acontece também com documentos publicados em 1897, por Sousa Viterbo e, finalmente, Braamcamp Freire, em 1905, citou e resumiu o documento n.º XXX²⁷⁰ (1949b: 5).

Com efeito, Esteves Pereira anotou o grande valor histórico dos escritos zurarianos, dado o cronista ter vivido e contactado com indivíduos que desempenharam papel de relevo nos eventos relatados, e as suas observações foram concisas, mas faltou-lhe um ponto de vista analítico que o impediu de estudar com proximidade os textos das crónicas.

Em meados do século XX e já bem próximo de nós, Joaquim de Carvalho, Duarte Leite e Dias Dinis, com trabalhos metódicos, estudos críticos rigorosos e profundos, presentearam-nos com as mais recentes e completas pesquisas biográficas sobre Zurara, sendo que, em nossa opinião, o trabalho de Dias Dinis, pela profundidade e análise crítica pormenorizada, deve ser considerado o manual moderno dos estudos de Zurara, pois fornece, não só, um tratamento completo e detalhado de toda a informação básica a respeito dos textos de diversos trabalhos do cronista, como também o campo geral de estudos de Zurara.

4.1. Nome do Cronista

Un homme, pour évoquer son propre passé, a souvent besoin de faire appel aux souvenirs des autres. Il se rapport à des points de repère qui existent hors de lui, et qui sont fixés par la société. Bien plus, le fonctionnement de la mémoire individuelle n'est pas possible sans ces instruments que sont les mots et les idées, que l'individu n'a pas inventés et qu'il emprunte à son milieu (Maurice Halbwachs, 1997).

O nome Gomes Eanes de Zurara aparece grafado de várias maneiras: **Gomes e Gomez; Eannes, Eanes e e anes; de Zurara, de zurara, da zurara, dazurara e de Azurara.**

Vejamos como assinava o cronista.

²⁶⁶ *Gomes Eanes d'Azurara*, 1898-99, p. 822.

²⁶⁷ *A livraria real...*, p. 3.

²⁶⁸ *Maria Brandoa...*, in *Arq. Hist. Port.*, VI, pp. 430-431.

²⁶⁹ "The life and the writings of AZurara". In *The Chronicle of Discovery and Conquest of Guinea*, vol I, pp. 13-67. London.

²⁷⁰ *A Chancelaria de D. Afonso V*, p. 217.

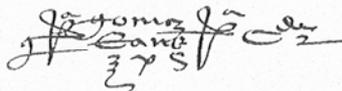
Em nota autógrafa da face externa da bula *Inter coetera* de Calisto III, de 2 de Novembro de 1456²⁷¹, transcrita por Esteves Pereira e reproduzida por Dias Dinis, verificámos e reconhecemos a assinatura de Zurara: “E foy esta letra (pontificia) aqui lançada em esta torre do tonbo per mym **gomez eannes de zurara** comendador do pinheiro da par de ssantarem que he da dicta hordem de Jhesu christo e cronjsta de portugal e guarda moor da dicta torre aos ij dias de nouembro da Era de Christo de mjl iiii^c Lbj anos”.²⁷²

A palavra **Gomes** (Gomez) tem a forma de um adjectivo patronímico, derivado de nome próprio de homem. O nome próprio de homem encontra-se em documentos do século X com a forma Gomec (Doc. de 985, Dipl. 92), Gomece (Doc. de 974, Dipl. 72), do século XI com a forma Gomesius (Foral de Guimarães, Leg. 351), e do século XIII (Doc. de 1220, Inq. 75, 2.^a classe, Dipl. 640). O apelido com a forma de Gomez encontra-se num documento de 985 (Doc. da Sé de Coimbra, Dipl. 92 e 202).

O sobrenome **Eannes** é o adjectivo patronímico, derivado de Johanne (lat. Johannes, gen. Johannis). Em alguns documentos do século XV a palavra aparece dividida em duas, e escrita *e anes* ou *e annes*.

O apelido de Zurara indica, segundo Esteves Pereira, a povoação donde a família era natural, o que, como veremos, não parece confirmar-se.

Zurara apunha sempre à sua assinatura o título de Cronista e, normalmente, assinava em abreviatura o apelido de Zurara, como se vê no seu autógrafo aqui reproduzido:



Fac-simile da assinatura de Zurara

A forma *Gomez Eannes de Zurara* ou, na ortografia actual, *Gomes Eanes de Zurara* é a que aparece nos manuscritos mais antigos da *Crónica da Tomada de Ceuta* (Cap. III, 13), da *Crónica dos feitos da Guiné*, em João de Barros²⁷³, em Damião de Góis²⁷⁴, e a que ele

²⁷¹ TT, Gaveta 7.^a, Maço 13.^o, n.^o 7.

²⁷² Realçamos, na citação, o nome do cronista, tal como ele escreveu: **Gomez eannes de Zurara!**

²⁷³ *Ásia*, ed. Coimbra de 1932, conforme a «princeps», Prólogo, e Dec. I, Liv. II, Caps. I e II.

²⁷⁴ *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*, Coimbra, 1926, Parte IV, Cap. XXXVIII – também citadas por Esteves Pereira e Dias Dinis.

próprio escreveu por extenso numa nota de registo de documento²⁷⁵ datada de 2 de Novembro de 1456 e no traslado do foral de Álvares²⁷⁶.

O cronista precisava de usar habitualmente o apelido de *Zurara*, para se distinguir do seu homónimo criado²⁷⁷ e, porventura, também coevo “Gomes Eanez, licenciado em lex, seu vassalo” (de D. Afonso V) “e do seu Desembargo”, o qual figura em documentos de 13 e 24 de Janeiro de 1441²⁷⁸ (cfr. Dinis, 1949b: 9).

Em documento de 1461, o nome do pai do cronista aparece escrito: *Johane Annes da Zurara*.

Na *Carta* que o cronista escreveu a D. Afonso V do códice de Paris, que se publicou sob o título de “*Crónica do descobrimento e conquista da Guiné*”, surge manuscrito, conforme se lê na imagem, o nome do cronista: *Gomez eanes dazurara* (fol. 1r.):

Carta que Gomez eanes dazurara comendador da hordem de xpõ e cronista de Portugall escreveu ao Sñor Rey quando lhe enyrou este liuro.

4.2. Naturalidade

Ao abordar a naturalidade do cronista, Joaquim Veríssimo Serrão (1989: 27) refere que o sucessor de Fernão Lopes nasceu pelo ano de 1404, crê-se que na vila do Pinheiro Grande, termo de Santarém. Mas, como verificamos, estas informações não são conclusivas, porque quanto ao ano de nascimento, fica-se *pelo ano de*, não dá uma certeza absoluta, e quanto ao local de nascimento, a dúvida persiste pois dizer *crê-se que na vila do Pinheiro grande, termo de Santarém*, também não é certeza nenhuma.

²⁷⁵ Bula do papa Calisto III, que principia *Inter coetera, quae nobis*, no Arquivo Nacional, gaveta 7.^a, maço 13.^o, n.º 7. A nota é: “E foy esta letra aqui lamçada em esta torre do tombo per nos Gomez e annes de Zurara comendador de pinheiro dapar de ssantarem que he da dita hordem de Jhü xpõ e cronysta de Portugall e guarda moor da dita torre aos ij dias de nouembro do N.º de xpõ do mjl e iij^o Lbj annos”. *Vide*, PEREIRA, 1915: XXII.

²⁷⁶ Arquivo Nacional, Corpo cronológico, parte 2.^a, maço 1.^o, doc. 31. Reproduzido por Esteves Pereira, pp. 301-302.

²⁷⁷ *Gomez Eannes crelligo*, constante de documento da Torre do Tombo, *Direitos Reais*, Liv. I, Fol. 216r-228v., transcrito por João Pedro Ribeiro, depois por Esteves Pereira na *Crónica da Ceuta*, (1915: 323-333) e citado por Dias Dinis (1949: 9).

²⁷⁸ Arquivo Nacional da Torre Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 2.^o, fls. 121v e 122r, cit. por Braamcamp Freire, no *Arquivo histórico...*, Vol. III, Lisboa (1905: 132-133).

Onde nasceu afinal Gomes Eanes de Zurara?

Na verdade, não sabemos, isto é, não temos provas irrefutáveis, nem documentos que nos garantam uma certeza absoluta: temos apenas algumas pistas possíveis, baseadas em indícios e suposições mais ou menos fidedignas, esta é que é a realidade. Sigamos algumas dessas pistas possíveis e disponíveis!

Johane Annes da Zurara, pai de Gomes Eanes de Zurara: será que o nome *Zurara* ou *Azurara* não constituía um simples apelido do lugar de origem, da localidade onde teria nascido o pai do cronista?

O nome do pai de Gomes Eanes de Zurara, do qual ele herdou o apelido, está grafado em documento coevo pelo que, como é sabido, dados os costumes da época, eram frequentes os nomes de terras de naturalidade usados como apelidos, tornando-se assim uma pista possível para destrinçar a naturalidade do cronista.

Na hipótese de *Zurara* ser em João Anes ou Eanes indicativo de sua naturalidade, o qual até já o poderia ter herdado de antepassados, e na suposição, muito insegura, do cronista ter nascido na mesma terra que o seu progenitor, vejamos o que dizem alguns autores e biógrafos de Zurara a respeito da localização daquela.

Soares de Brito²⁷⁹ e Barbosa Machado²⁸⁰ supõem o cronista oriundo de Azurara, na diocese do Porto. Correia da Serra²⁸¹ e, depois dele, Vieira de Meireles e Rodrigues de Azevedo defendem Azurara da Beira ou Quintela de Azurara, argumentando estes no facto de Gomes Eanes ter solicitado de el-rei D. Afonso V certos privilégios para dois almocreves, moradores na vila de Castelo Branco, que recebiam as rendas das propriedades que Gomes Eanes aí possuía e que foram concedidos por carta datada de 23 de Agosto de 1454, devendo as propriedades ter pertencido à família do cronista. Contudo, Esteves Pereira desfez esta argumentação ao observar que Quintela de Azurara ficava situada no concelho de Mangualde, distrito de Viseu, Beira Alta. As rendas eram respeitantes às propriedades que constituíam as comendas da Ordem de Cristo, denominadas Comendas de Alcaíns e da Granja do Ulmeiro, que o cronista desfrutava em 1454, situando-se estas comendas no distrito de Castelo Branco, província da Beira Baixa.

No entanto, há que chamar a atenção para o facto de Esteves Pereira ter descurado que esse assunto ficara arrumado sete anos antes por Braamcamp Freire:

²⁷⁹ *Theatrum...*, G. n.º 52, cit. por Esteves Pereira, *Vida...*, p. XII.

²⁸⁰ *Biblioteca...*, 2.ª ed., Vol. II, p. 353.

²⁸¹ Correia da Serra, *Colecção...*, II, p. 209.

O documento, mostrando que em 1452 [Zurara] era Comendador de Alcaíns, freguesia de Castelo Branco, vem destruir o já de si fraco argumento daqueles que querem transportar a naturalidade de Gomes Eanes, de Azurara do Minho para Azurara da Beira, fundados na suposição dele haver possuído bens próprios nesta província, dos quais as rendas eram, em 1454, cobradas por procuradores. As tais rendas pertencem à sua comenda²⁸² (Dinis, 1949b: 11).

Costa Pimpão encara o assunto num outro prisma: «Zurara é nome de família, pelo que resultam inúteis todas as disputas sobre qual das povoações deste nome teria sido berço de Gomes Eanes» (1959: 293). Mas este autor não explica nem fundamenta esta afirmação pelo que a dúvida prevalece: “Zurara” será apelido de família e não indicativo de naturalidade do cronista?

Outra possível pista a explorar, baseada em cartas e documentos revelados por Sousa Viterbo e mais tarde por Esteves Pereira, para tentar descobrir a terra de naturalidade de Zurara, é a carta de empraçamento do convento de Almoester²⁸³, de 22 de Fevereiro de 1472, a cuja redacção o cronista Zurara foi presente como procurador que era daquele mosteiro “em a villa de Santarem nas pousadas de Gomez Annes de Zurara comendador da hordem de Christo cronysta delRey nosso senhor e guarda moor do tonbo de seus regnos que son junto com a Guafarya” (cfr. Dinis, 1949b: 14).

O aprofundamento do estudo local e o exame dos cartórios dos tabeliães de Santarém, ou títulos em posse dos particulares, também poderão determinar qual é a verdadeira propriedade de Gomes Eanes de Zurara, ou de algum dos seus filhos.

Sabemos que Zurara sempre se aproximou de Santarém, facto comprovado pela troca da Comenda de Alcaíns, no concelho de Castelo Branco, entre Agosto de 1454 e Agosto de 1459, pela do Pinheiro Grande, do concelho da Chamusca, próxima de Santarém, onde já residia, pelo menos desde 1446, seu filho Gonçalo de Zurara “gonçalo de zurara morador em a nossa ujlla de santarem”. Assim, será justo pensar que as pousadas de Gomes Eanes de Zurara junto à gafaria de Santarém, constituíssem bens da sua família e, porventura, casa e terra da sua naturalidade, para onde levou o filho logo que pôde, por melhor assistência dos seus haveres, aos quais, em 1461, somara as propriedades de Valbom, no Ribatejo, legadas por uma peliteira ou peliqueira, conforme veremos.

²⁸² A. Braamcamp Freire, *Maria Brandoa*, in *Arq. Hist. Port.*, VI, p. 358. O documento em causa, extraído da TT, (*Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 12.º, fl. 62), é carta de quitação, passada em Évora, na data supracitada, a favor de João Rodrigues Carvalho, «nosso escudeiro da guarda e recebedor da nossa chancelaria da corte», dos dinheiros que recebera e despendera em Bruges, onde estivera por mandado régio, no ano de 1451.

²⁸³ ANTT, *Documentos do convento de Almoester*, Livro 3.º, Doc. n.º 43.

Esteves Pereira explorou as Actas dos Cabidos de Coimbra e de Évora mas não encontrou nenhum dado relativo à naturalidade de João Anes de Zurara, pai do cronista, a qual permanece assim uma incógnita. Pode ser que se refira à sua terra natal o apelido de Zurara, ou tê-lo herdado dos ascendentes, como observa aquele autor.

Outras possíveis pistas a explorar serão as cartas de legitimação dos filhos conhecidos do cronista, Catarina, Gonçalo e Filipa, passadas em Évora, em 1482, e as outras duas em Torres Novas, no ano seguinte, as quais, no entanto, não dizem onde eles moravam naquelas datas. Todavia, persistindo na procura de documentos onde constem os nomes dos filhos do cronista, poder-se-á um dia esclarecer este mistério e outros da sua vida.

Apesar de tudo, há factos que estão comprovados e que podem, de alguma maneira, induzir-nos a tecer algumas considerações: é certo que a vida do cronista sempre girou e confluuiu para Santarém, como sabemos pela troca da Comenda já descrita, e sabemos que o filho do cronista, Gonçalo de Zurara, vivia próximo dessa vila. Ora, se o filho vivia nessa vila ou suas proximidades, e ele próprio procurou fazer o mesmo, tudo leva a admitir que houvesse antecedentes ou laços que o ligassem a essa região.

Quanto ao nome “Zurara”, e em face das investigações colhidas, inclinamo-nos para que o mesmo seja nome de família e não indicativo de naturalidade, uma vez que, a ser indicativo de naturalidade, teria o cronista, certamente, procurado aproximar-se da sua terra natal, das suas origens, o que até não seria difícil conseguir dadas as suas posses materiais e onde, era suposto possuir, necessariamente, bens de família. Também sabemos que o pai do cronista, durante uma fase da sua vida, teria vivido em Lisboa e, como veremos, também o cronista teria sido criado e educado próximo da corte, por isso, não longe de Lisboa, talvez próximo de Santarém. Mas, enquanto não houver novas provas e documentação, e em face do que até ao momento se sabe, o tão debatido problema da naturalidade de Zurara continua em aberto, desafiando os investigadores.

4.3. Filiação

Na *INTRODUCCÃO ÀS CHRONICAS* de *Gomes Eannes de Zurara* encontramos as palavras seguintes: «Deixando porem as conjecturas, diremos dele segundo o nosso costume, só o que em Autores mui vizinhos à sua idade, ou em autênticos documentos achámos recordado. Foi ele filho de Johanne Eannes de Zurara Conego d’Evora e de Coimbra, como se collige de huma escritura da Torre do Tombo, no livro 3.º de Guadiana a f. 57» (Serra, 1792: 207).

Da mãe de Zurara nem o nome se sabe e do pai, a única notícia conhecida surge em carta de el-rei D. Afonso V²⁸⁴, de 6 de Fevereiro de 1461, onde se diz “Gomes Eanes de Zurara filho de Johane Annes da Zurara coniguo que foy desta çidade dEuora e de Coymbra”.

Sabemos que o pai de Gomes Eanes de Zurara faleceu antes de 6 de Fevereiro de 1461, conforme refere o supracitado documento, “depois da morte do dito seu padre atee ora e que foi coniguo que foy desta çidade dEuora e de Coymbra”. Há ainda quem ponha a hipótese, uma vez que viveu em Lisboa, que o pai do cronista também tivesse sido Cónego da Sé de Lisboa, o que nunca foi provado e, a ter sido verdade, Maria Anes, conhecedora, amiga, enteada ou mesma filha de João Anes de Zurara, como veremos, vivendo em Lisboa, teria forçosamente de conhecer o facto, o qual nunca referiu.

João Anes ou Johanne Eannes de Zurara, pai do cronista, tinha também, como sugerimos, uma filha, cujo nome se desconhece. Todavia, por fins de 1467, e como já descrevemos, Gomes Eanes de Zurara, escrevendo de Alcácer Ceguer a D. Afonso V, pedia por ela ao monarca, que lhe respondeu: «Vossa irmã auerey em minha encomenda segundo me escreueys Escripta a 22, de Nouembro»²⁸⁵ (CCDM: Cap. I, 2).

Edgar Prestage, Esteves Pereira e, mais tarde, Costa Pimpão, contra a opinião de Correia da Serra, identificaram esta irmã como sendo a Maria Anes peliteira ou peliqueira do documento²⁸⁶ de 6 de Fevereiro de 1461, carta régia de perfilhação do cronista por aquela senhora, que lhe legou todos os seus haveres.

²⁸⁴ A.N.T.T., *Liv. III da Comarca de Odiana*, fol. 57r e v, reproduzida integralmente por Esteves Pereira, 1915: 295-297.

²⁸⁵ «Carta del Rei dom Affonso a Gomez Eanes da Zurara seu coronista escrita per sua mão», na Biblioteca Nacional de Lisboa, Códices de Alcobaça, n.º 475 (297 moderno), fl. 79v a 80v. Reproduzida na íntegra por E. Pereira, 1915: 305-307. *Vide*, nossa edição semidilomática, vol. II, páginas 1 e 2.

²⁸⁶ D. Afonso V, liv. III da Comarca d’Odiana, fol. 57 r e v. Reproduzido integralmente por Esteves Pereira, 1915: 295-297.

Os citados biógrafos de Zurara afirmaram que “Maria Anes, filha de Maria Vicente, era também filha do Cónego Joane Anes de Zurara ou Johanne Eannes de Zurara, e que este mantivera relações de íntima amizade com a mesma Maria Vicente; e que o cónego Joane Anes de Zurara houvera de outra mulher, cujo nome não é conhecido, o filho Gomes Eanes de Zurara; e que portanto este e Maria Anes ou eram verdadeiramente meios-irmãos por seu pai, ou assim considerados; e que, Maria Anes, depois da morte de seu marido (pseudo cunhado do cronista Gomes Eanes de Zurara), fora assistida e dirigida em seus negócios por Gomes Eanes de Zurara. Em reconhecimento e gratidão dos benefícios recebidos pelo cronista, fê-lo herdeiro de todos os seus bens e adoptou-o como filho, que era um modo de doação muito usado naquela época”.²⁸⁷

Face aos dados conhecidos, parece-nos certa a opinião destes biógrafos de Zurara uma vez que tudo aponta para que o cronista e Maria Anes fossem irmãos, pelo menos pela parte do pai. É certo que o cronista pediu a D. Afonso V pela irmã e também é verdade que esta senhora Maria Anes o adoptou e fez herdeiro dos seus bens, o que indicia claramente uma forte ligação familiar entre ambos.

O pai do cronista, João Anes, como já vimos, foi Cónego das Sés de Évora e Coimbra, onde vivia. Numa fase posterior da sua vida teria também vivido em Lisboa, com Maria Vicente, mãe da Maria Anes ou com outra senhora, por enquanto desconhecida, pseudo mãe do cronista. Tal suposição deve-se ao facto de não termos dúvidas que Gomes Eanes de Zurara terá sido criado e educado próximo da corte, vivendo, provavelmente, em Lisboa, onde terá passado grande parte da sua vida.

Dada esta aproximação do cronista à corte, nomeadamente à Livraria Régia, em serviço da secretaria ou do arquivo régio, ainda em tempo de el-rei D. Duarte, tendo-se mantido no cargo até à morte daquele, como oportunamente confirmaremos, onde terá contactado com os mestres dos príncipes de Avis e com mestres de outros fidalgos educados no Paço Real, somos obrigados a considerar que os pais do cronista, ou algum deles devia ter pertencido a categoria social superior, fidalga ou nobre, o que mais tarde se vai reflectir na própria filha do cronista.

²⁸⁷ Reproduzido por Dias Dinis (1949b: 22).

4.4. Data do nascimento

Não se sabe ao certo a data de nascimento do cronista Gomes Eanes de Zurara. No entanto, face a algumas fontes documentais e excertos das obras do próprio cronista, podemos determinar uma data com alguma aproximação. Com efeito, baseando-se em passagens das crônicas zurarianas e outros documentos, alguns autores tentaram deslindar este enigma. Vejamos se com a análise da argumentação de cada um deles e as nossas deduções críticas, conseguimos estabelecer com algum rigor uma data mais ou menos aproximada do verdadeiro ano de nascimento do cronista, repetimos, mais ou menos, porque sem o aparecimento de novas provas documentais não se pode estabelecer uma data segura e definitiva.

Com base nos capítulos 24.º e 105.º da *Crónica da Tomada de Ceuta*, Esteves Pereira, aproveitando a referência de Zurara, «E ajmda que naturallmente todollos homeês depois que passam as primeyras tres hidades» (CC: Capitullo xxiiij, 74), após a última das quais eles costumam desfazer do mundo em que vivem e elogiar o passado, acha que Zurara em 1450 não tinha ainda passado da terceira idade do homem pois declarava, «por quanto a minha hidade nom he semelhante aa daquelles que disse» (*Idem*). Assim, considera Esteves Pereira que se a terceira idade a que se referia Zurara, fosse a mocidade, que ia dos vinte e cinco aos quarenta anos e, porque ele (Zurara) ainda não tinha completado quarenta anos quando terminou a *Crónica da Tomada de Ceuta*, isto é, em 1450, significava que Zurara tinha nascido depois de 1410.

Tendo em conta que Zurara começou tarde a sua instrução literária, provavelmente depois de ter passado a idade pueril, depois dos catorze anos, e como a composição da *Crónica da Tomada de Ceuta* demonstra que o seu autor possuía uma adiantada cultura intelectual, conclui Esteves Pereira que, «posto que não tivesse ainda completado quarenta anos, não estava longe de ter esta idade. É pois provável que Gomes Eannes de Zurara tenha nascido no segundo decénio do século XV, isto é, entre 1410 e 1420, e pouco depois de 1410» (1915: XIV).

Discordando desta teoria, António José Saraiva, com base nos capítulos XVI²⁸⁸ e XXI²⁸⁹ do Livro Segundo da *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, relativos a Álvaro Fernandes Palenço, cativo em Ceuta no ano de 1428 e libertado em data desconhecida,

²⁸⁸ Capitolo XVI “como as fustas do comde fezerõ allgũs feitos no mar”, p. 599.

²⁸⁹ Capitolo XXI “como estes presos forã trazidos a Çepta no dia que o comde casou cõ dona Breatiz Coutinha”, p. 631.

após muitas diligências da esposa, do rei e dos infantes, advogou que «Zurara terá nascido entre 1420 e 1422, e com certeza à roda de 1420» (1925: 199-200). Apoia este autor a sua teoria nas próprias palavras de Zurara: «E eu que esta estoria escrevy a vy (à mulher de Palenço) bem amdar em este trabalho e, [...], porque em meus dias, aynda que pequeno fosse, ouvi os bõs feitos deste homẽ» (CCPM: Livro II, Capitulo XVI, 600).

Atentemos na argumentação de António José Saraiva: se Palenço foi cativo em 31 de Maio de 1428, com as dificuldades de contactos e negociações demoradas para pagamento do resgate, só em 1430 ou perto disso é que o mesmo teria sido libertado, por isso, só por volta de 1429 ou 1430 é que Gomes Eanes de Zurara “a vy [à mulher de Palenço] bem amdar em este trabalho” e, pela maneira como Zurara descreveu estes acontecimentos, vê-se que não teria mais de 8 ou 10 anos de idade, pelo que teria nascido entre 1420 e 1422.

Da argumentação de José Saraiva verificamos que não é certo que as palavras do cronista “aynda que pequeno fosse” indiquem claramente que tivesse seis, oito, dez ou mais anos; aliás, não é fácil nem compreensível que uma criança dessa idade preste tanto sentido e exactidão a assuntos que não compreende nem entende. Zurara afirma que “a vy (à mulher de Palenço) bem amdar em este trabalho”. Onde estaria Zurara com aquela idade para a ver? Em Coimbra? Em Lisboa? Na corte, ao serviço dos príncipes de Avis? Como ajudante da Livraria Régia? E a mulher de Palenço andaria em Coimbra ou em Lisboa a fazer os pedidos para o resgate do marido?

Também é verdade que não se sabe ao certo o ano em que Álvaro Fernandes Palenço foi resgatado: seria em 1430, mais cedo ou mais tarde? Pelos vistos, as diligências que a sua esposa efectuou para o resgate teriam demorado mais de dois anos. Tanto poderiam ser dois, como três ou quatro anos. Será que Zurara a viu nas primeiras ou nas derradeiras tentativas de apoio para o resgate?

As palavras “aynda que pequeno fosse” podem também entender-se como “ainda que jovem fosse” porque seria muita coincidência um menino com 6 ou 8 anos, como pretende José António Saraiva, estar nos locais exactos para ver as diligências da esposa de Palenço e recordar-se do facto. O cronista diz mesmo que viu e não apenas “ouviu”, pelo que, se viu, fixou e memorizou, teria, certamente, de compreender o melindre da situação, o que indicia ter uma idade mais avançada do que a sugerida pelo supra citado autor.

O mais plausível, na nossa perspectiva, é que quando Álvaro Palenço ficou cativo, sua esposa, como seria natural e normal, teria tentado junto das instâncias do poder, isto é, na corte, ajuda para tentar o seu resgate. Nessas diligências, a esposa de Palenço foi vista

por Zurara nos corredores da corte, uma vez que este já estaria ao serviço da secretaria ou do arquivo régio, tendo nessa altura, face à responsabilidade das funções desempenhadas, uma idade entre os 18 e os 25 anos.

A ambiguidade atribuída pelo cronista às palavras “aymda que pequeno fosse” e a incerteza do ano do resgate de Álvaro Palenço terão induzido António José Saraiva num erro de cálculo. Aliás, esta era uma característica de Zurara, uma vez que a mesma ambiguidade de palavras encontramos na *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* quando o cronista afirma, «ca posto que eu per graça de Deos tenha algũas desposiçom pera uos seruyr em outras cousas, como de mynha mocidade sempre fiz» (CCDM: Cap. I, 3), referindo-se a D. Afonso V; ora, como D. Afonso V nasceu em 1432 e tendo em atenção as palavras já citadas do cronista, «E ajmda que naturallmente todollos homeẽs depois que passam as primeyras tres hidades» (CC: Capitullo xxiiij, 74), e o raciocínio supra citado de Esteves Pereira, “que se a terceira idade a que se referia Zurara, fosse a mocidade, que ia dos vinte e cinco aos quarenta anos”, deduzimos que o príncipe Afonso teria entre 4 a 6 anos de idade quando o cronista começou a servi-lo, idade normal para que um príncipe começasse a ser preparado e ensinado, logo seria por volta de 1436/38; se Zurara tivesse nessa altura, uma idade entre os 30/32 anos, teria nascido seguramente em meados da primeira década do século XV, isto é, entre 1404 e 1408, talvez em 1406, como veremos.

A versão de António José Saraiva não é credível porque os supostos dois anos de cativo de Palenço podem ser certos ou completamente errados. Também o documento de 17 de Julho de 1446, desconhecido de Esteves Pereira e António José Saraiva, pelo qual o regente D. Pedro, em nome de el-rei e a rogo dos juizes, vereadores, procurador, homens bons e procuradores dos mesteres da vila de Santarém e por contemplação para com a infanta D. Isabel, duquesa de Coimbra, e para com o condestável, aprova a nomeação de “gonçalo dazurara”, porteiro-mor que foi da câmara da dita infanta, para escrivão da almotaçaria da referida vila. É certo que não refere o citado documento quais são os pais deste Gonçalo de Zurara mas, sabendo-se, por carta de legitimação de 1483, que o cronista teve um filho chamado *Gomçallo Gomez da Zurara*, então escudeiro de el-rei D. João II, não será temerário identificá-lo com o “gonçalo da Zurara” das cartas régias acima citadas.

Admitindo como certa a opinião de António José Saraiva, que o cronista teria nascido à volta de 1420, e que foi pai de Gonçalo de Zurara, teria então o cronista, em 1446, 26 anos de idade, o que seria impensável ter já um filho a desempenhar cargos de tanta responsabilidade e confiança junto da tia e prima de el-rei. Mas, se Zurara nasceu por volta de 1410, como calcula Esteves Pereira, ele teria em 1446 trinta e seis anos de idade.

Sabendo-se que Gomes Eanes de Zurara teve três filhos ilegítimos, duas raparigas e um rapaz, da mesma Inês Gonçalves, como consta das respectivas cartas de legitimação abaixo citadas, poderemos colocar a hipótese do Gonçalo ser o primogénito ou não.

Se Zurara contava em 1446 apenas 36 anos e imaginemos mais ou menos 21 anos para o filho, face à responsabilidade do cargo que iria desempenhar, então à data do seu nascimento, em 1425, o pai, Gomes Eanes de Zurara, só teria 15 anos, se nasceu em 1410 como refere Esteves Pereira, e teria apenas 5 anos se tivesse nascido em 1420, como disse António José Saraiva, o que, em ambos os casos, é, evidentemente, pouca idade.

Gomes Eanes de Zurara deve ter nascido antes de 1410, por volta de 1404 ou 1405, tendo então 20 ou 21 anos quando nasceu o filho Gonçalo Zurara, vindo o cronista a falecer em 1474, com 69 ou 70 anos de idade, ficando então o filho com 49 anos, a precisa idade do pai, neste cálculo, quando ele, em 1454, substituiu o “velho e flaco” Fernão Lopes, no derradeiro dos cargos régios a este confiados (cfr. Dinis: 1949b: 29).

Também é certo que a nomeação de «gonçalo dazurara», por instâncias do regente D. Pedro, para escrivão da almotaxaria da referida vila, por documento de 17 de Julho de 1446, e apesar da responsabilidade do cargo, não exigia que o titular do cargo tivesse 20 ou mais anos de idade; aliás, sendo filho do cronista, e sendo este conhecido do regente D. Pedro e demais príncipes, como sabemos, e tendo já sido porteiro-mor da câmara da duquesa de Coimbra, não seria difícil conseguir tal cargo com menos idade. Ora, se em 1446, Gonçalo dazurara tivesse 20 ou 21 anos de idade, em 1483, então escudeiro de el-rei D. João II, teria 57 ou 58 anos de idade, o que nos parece demasiada idade para um escudeiro real, logo, em 1446, quando muito, o filho do cronista teria à volta de 18 anos de idade e seria, certamente, com esta idade, um jovem culto, sabido e respeitado, devido às suas ligações paternas e às ocupações que vinha exercendo.

Assim, se em 1446 o filho do cronista tivesse, digamos, 18 anos, e o cronista tivesse sido pai entre os 22 e 24 anos, então Zurara teria nascido entre 1404 e 1406. Todavia, partindo do ano referência de 1446 e atribuindo 20 anos ao filho de Zurara nessa data, face à responsabilidade dos cargos desempenhados, e supondo que também Zurara tivesse sido pai aos 20 anos, uma idade normal naquela época, e face aos testemunhos recolhidos, à argumentação exposta e ao que conhecemos da vida e obras de Zurara, somos de opinião que o cronista teria nascido em meados da primeira década do século XV, possivelmente em 1406, falecendo nos princípios de 1474 com 68 anos de idade.

4.5. Criação e educação literária

A criação e a educação literária de Gomes Eanes de Zurara padecem de informações concretas e directas. São algumas referências do próprio cronista e outras de D. Duarte e de D. Afonso V que nos fazem supor que tanto a criação como a educação de Zurara, tenham decorrido à sombra do patrocínio régio, fossem quais fossem os títulos ou motivos, por enquanto desconhecidos de todos nós: «ca posto que eu per graça de Deos tenha algũas desposiçom pera uos seruyr em outras cousas, como de mynha mocidade sempre fiz» (CCDM: Cap. I, 3). Todavia, na sua mocidade, o cronista apenas podia ter servido D. Duarte e não o seu filho, dadas as diferenças de idade entre eles, como já explicámos.

O cronista diz ter vivido com el-rei D. Duarte e parece que em serviço da secretaria ou arquivos régios, «e desto som eu bem çerta testemunha, porque, uiuendo com elRey Duarte, cuja alma Deos rreçeba na bemauenturamça do çeeo, ui per mujtas uezes seus grandes rrequirimentos [do infante D. Henrique], que fazia por mujtos senhores, fidallgos e caualleiros, pellos quaaes rremediauam seus feitos, e acreçemtauam em suas homrras» (CC: Capitullo Rij, 130). Com efeito, Gomes Eanes de Zurara parece ter frequentado a escola do Paço Real destinada a filhos de fidalgos ou qualquer outra sob a tutela de D. Duarte.

Apesar da diferença de idade entre o cronista e Afonso V ser, na nossa opinião, de 26 anos, como acima defendemos, Zurara confessa que a maior parte da sua criação e educação as devia a el-rei D. Afonso V: «Que eu com melhor vomtade escreuera juntamẽte com hos outros vossos feitos, que sam açaz dinos de grande memoria, se quer por vos mostrar allgũ conheçimento da llonga criaçõ e muita bemfeitoria que per vosa merçe, husamdo de vossa acostumada virtude, de vos rreçeby; caa se allgũ saber ã mÿ há, posto que seja pequeno, com has vossas migalhas o apremdi» (CCPM: Livro I, Capitulo 2º, 180-181).

Zurara confessa ainda que se algum saber nele havia o aprendeu com as migalhas daquele monarca, «que sooes em terra meu principal senhor ca se todos uossos naturaes som theudos e obrigados de o cõpryr e guardar eu muyto mais cujas migalhas me criarom, e os beneficios aleuantarom do poo em que nacy» (CCDM: Cap. I, 3).

Estas afirmações do cronista, extraídas das crónicas dos Meneses, D. Pedro e D. Duarte, respectivamente, para serem compreendidas e não induzirem a distorções históricas, têm de ser circunscritas na sua verdadeira conjuntura e no seu contexto histórico. Com efeito, Afonso V assume em definitivo a chefia do governo em 1447, com apenas 15

anos de idade, pondo fim à regência do infante D. Pedro, seu tio e sogro. Nessa altura teria Zurara 41 ou 42 anos e exercia funções de secretaria no arquivo e Livraria Régia, sendo provavelmente Guarda-Conservador da Livraria Real, talvez como colaborador de Fernão Lopes. Mas, logo no ano seguinte, em 1448, o cronista afirma, «porem mandou a mim Gomez Eannes de Zurara seu criado que me trabalhasse de as ajuntar e escreuer per tal guisa que ao tempo que se ouuessem de ordenar em caronica fossem achadas sem falleçimento, [...]. E eu em comprimento de seu desejo por satisfazer a seu mandado como de meu senhor e meu rrey me trabalhey de enquerer e saber as ditas cousas e as escreui em estes cadernos» (CC: Capitullo iij, 13), o que indicia claramente a atribuição de novas e maiores responsabilidades que lhe foram atribuídas.

Como verificámos, mal tomou posse da direcção do reino, Afonso V atribuiu cargos de grande responsabilidade ao cronista, tornando-o, após 1448, pelo menos oficiosamente, cronista-mor do reino. Ora, se o cronista tinha de mostrar-se agradecido a alguém para continuar a beneficiar das boas graças, honrarias e mercês, tinha de ser necessária e obrigatoriamente ao monarca que o protegia e lhe garantia cargos e honorários, daí os constantes elogios e agradecimentos que ele lhe atribui.

Convém ainda lembrar que as crónicas dos Meneses foram encomendadas por Afonso V e terminadas muito depois de 1460, como já referimos, data da morte do infante D. Henrique, o outro grande protector do cronista, após a morte de D. Duarte em 1438 e do infante D. Pedro em 1449. Assim, só restava ao cronista enaltecer o monarca protector.

Zurara vai mais longe e declara-se ainda «vosso criado e feitura»²⁹⁰ (CG: Cap. XCVII, 410) de D. Afonso V, devendo-lhe maiores finezas que a seus próprios pais, visto afirmar, «mais obrygado a elle, que a outra allgũa pessoa terreall» (CCPM: Livro I, Capitolo 1º, 174), e ainda, «caa se algũ saber ã mÿ há, posto que seja pequeno, com has vossas migalhas o apremdi» (*Idem*: Livro I, Capitolo 2º, 181), sendo o próprio monarca a confirmar as precedentes asserções de seu vassalo, “polaa muyta criaçõn que em elle teemos facta”²⁹¹.

Parece que durante a sua mocidade, o cronista, segundo o costume dos cavaleiros daqueles tempos, se ocupou inteiramente no exercício das armas, sem curar de instruir-se nas boas letras: «é possível que Zurara, na mocidade, se tivesse dedicado ao exercício das

²⁹⁰ Expressão equivalente a *servidor e feitura* e da *feitoria e criação* de vossa alteza, vulgares no final de cartas dirigidas a el-rei.

²⁹¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 10.º, fl. 30r. – Na carta de 6 de Junho de 1454, a nomear Gomes Eanes de Zurara guarda das escrituras do seu tombo, em substituição de Fernão Lopes. Publicada por E. Pereira, *Crónica da Tomada de Ceuta...*, p. 291.

armas, como aventuram alguns dos seus biógrafos, sendo até essa a razão principal do adiamento da sua educação literária» (Dinis, 1949b: 32).

Teria ingressado depois no Paço, em serviço da secretaria ou do arquivo régio, ainda em tempo de el-rei D. Duarte, onde se conservou até à morte daquele, permanecendo no lugar às ordens e sob a generosa e amiga protecção de D. Afonso V, a princípio, talvez como ajudante de Fernão Lopes e, mais tarde, como seu sucessor, nos cargos de verdadeiro interesse real e nacional, de Cronista, de Guarda-mor da Torre do Tombo e Encarregado da Livraria Régia, privando assim com elementos da maior categoria social e intelectual da época, nomeadamente com professores de Afonso V, como o Mestre Mateus de Pisano²⁹², que lhe teceu rasgado elogio, em obra de carácter oficial: “Hic dum mature jam aetatis esset et nullam litteram didicisset, adeo scientiae cupiditate flagravit, quod confestim efectum est ut bonus Grammaticus, nobilis Astrologus et magnus Historiographus evasisset”²⁹³.

É também opinião de Reis Brasil que Zurara chegou à idade madura com muita fraca instrução literária: «sabe-se que recebeu instrução literária ao ser instruído por D. Afonso V, que fez o possível por o mudar de classe social. Dando-se conta das suas qualidades, D. Afonso V determinou que Zurara fosse educado e instruído com os filhos dos fidalgos de sua corte» (Brasil, 1992: 13).

Tudo indica, é certo, que Zurara teria começado a estudar tardiamente, o que não era invulgar para a época, até para moços de alta linhagem. Todavia, esta afirmação não é correcta porque Reis Brasil não teve em conta a diferença de idades entre eles. Mesmo que Zurara tivesse adquirido a sua instrução numa idade mais madura, Afonso V não poderia ter instruído o cronista, antes pelo contrário, o cronista é que acompanhou de perto a instrução do príncipe e futuro rei.

Zurara instruiu-se, seguramente, com os mestres e professores de D. Duarte e mais tarde com os de D. Afonso V, e foi neste acompanhamento que se estabeleceu a amizade mútua de que ambos fizeram alarde e que nós já descrevemos. Com efeito, foram os mestres de el-rei D. Duarte, primeiro, e de el-rei D. Afonso V, depois, que lhe teriam ministrado os primeiros rudimentos de educação literária; ora, foi este contacto com os mestres dos príncipes de Avis, com mestres de outros fidalgos educados no Paço Real e

²⁹² PISANO, Mateus de (1792). “De Bello Septensi”. In *Collecção de Livros Inéditos de História Portuguesa*, I (1792), pp. 25-27.

²⁹³ “Chegou à idade madura sem nenhuma instrução literária, não tendo aprendido sequer uma letra, mas deu-lhe um súbito desejo de aprender, de modo a rapidamente se tornar num bom gramático, um ilustre astrólogo e um grande historiador” (Pisano, 1792). *Vide*, nota anterior.

com o seu próprio empenho, que fez do cronista, como afirma Mateus de Pisano “um bom gramático, astrólogo notável e grande historiógrafo”.

A categoria intelectual de Zurara, reconhecida pelo próprio monarca, «e creo que não menos sera aos que depouys de min vierẽ quãdo virem ho que aueys descreuer dos feytos de Alcácer» (CCDM: Carta, 1), assim como o apreço e “singular affecto”²⁹⁴ em que foi tido na corte, terão sido relevantes para que o rei *Africano* o tivesse escolhido para seu cronista, para guarda-mor da Torre do Tombo e encarregado da Livraria Régia, cargos que supõem no eleito valor mental, sobretudo quando conferidos por um D. Afonso V, homem de «eroycas uirtudes e grande saber» (*Idem*: Cap. I, 4).

4.6. Títulos, cargos e mercês concedidos ao cronista

Se Gomes Eanes foi muito beneficiado em vida, a sua memória não é menos digna de galardão, e justo é que vamos pagando a dívida contrahida ha seculos para com o patriarcha dos nossos chronistas ultramarinos (Sousa Viterbo, *Revista Portuguesa colonial e marítima*, Segundo Anno, 1898-99: 826).

Já no tempo da regência do infante D. Pedro, desde 1439 até 1447, Zurara trabalhava na recolha de material para a elaboração da *Crónica da Tomada de Ceuta*. Tal asserção é confirmada pelas próprias palavras do cronista: «teemdo o Iffamte Dom Pedro carrego do rregimento destes rregnos, me comtou gram parte deste feito [de Ceuta] com emtemçom de o assemtar logo de todo em cronica segumdo dello fiz alguũ começo» (CC: Capitullo xiiij, 45).

É certo que Fernão Lopes, «ao qual elRey D. Duarte em sendo Iffante cometeo encarrego de apanhar os auisamentos que pertenciam a todos aquelles feitos. e os ajuntar e ordenar segundo pertença aa grandeza delles e autoridade dos prinçipes e doutras notauees pessoas que os fezerom» (*Idem*: Capitullo iij, 12), como já descrevemos neste estudo, era ainda vivo e que continuou até 6 de Junho de 1454 como guarda-mor da Torre do Tombo, sendo substituído, nessa data, por Zurara; mas Fernão Lopes, já “velho e flaco”, havia muito tempo, «nam pode mais chegar com a dita estoria que ata a tomada de Cepta» (*Ibidem*), mais concretamente, «nam pode com ella chegar senom ata o tempo que os embaixadores deste rreino forom a Castella primeiramente firmar as pazes com elRey Dom

²⁹⁴ Confirmado pela mui atenta carta autógrafa que D. Afonso V lhe endereçou para Alcácer Ceguer.

Fernando dAragam e com a Rainha Dona Caterina²⁹⁵» (*Ibidem*: 13), pelo que, facilmente se compreende que Zurara, de facto, exercia já há alguns anos, pelo menos officiosamente, a função de cronista do reino.

Confirmando esta asserção, Duarte Leite opina que Zurara, «não era cronista régio quando compôs a sua primeira obra, como se infere do seu cap. 2.º [da Crónica de Ceuta], mas a 29 de Março de 1451 já fora provido neste cargo» (1941: 180).

É certo que Fernão Lopes recebia ainda a remuneração de 500 reais mensais por toda a vida em 11 de Janeiro de 1449 mas, como observa Costa Pimpão, «esta mercê devia corresponder a uma espécie de promoção a cronista honorário» (1915: 267).

Na *Crónica da Tomada de Ceuta* encontrámos a primeira notícia, dada pelo próprio cronista, da sua actividade literária e histórica, «porem mandou a mim Gomez Eannes de Zurara seu criado que me trabalhasse de as ajuntar e escreuer per tal guisa que ao tempo que se ouuessem de ordenar em caronica fossem achadas sem falleçimento» (CC: Capitullo iij, 13), e é o próprio Zurara a afirmar que, «começamos descreuer trinta e quatro annos depois da sua tomada [de Cepta]» (*Idem*: Capitullo ij, 11), ocorrida em 1415, portanto em 1449, tendo começado, presumivelmente, em 1448, ano da subida ao trono de Afonso V, a juntar materiais para satisfazer o desejo e vontade do monarca: «E eu em comprimento de seu desejo por satisfazer a seu mandado como de meu senhor e meu rrey. me trabalhey de enquerer e saber as ditas cousas e as escreui em estes cadernos» (*Idem*: Capitullo iij, 13).

Gomes Eanes de Zurara figura em documentos vários que vão, principalmente, de 1451 a 1473, sendo grafado de várias maneiras: *canonista*, *coronista*, *cronista* e *carononista*. Com efeito, cartas régias de 29 de Março de 1451 e de 14 de Julho de 1452 já chamavam a Zurara respectivamente nosso “canonista” e autor dos “feytos notauées de nossos rregnos”, atribuindo-lhe já o título de cronista.

Braamcamp Freire (1904: 358), Rodrigues Lapa (1981: 273 e 303) e, mais recentemente, Veríssimo Serrão (1989: 9), indicaram que a substituição efectiva de Fernão Lopes por Gomes Eanes de Zurara como guarda-mor e cronista decorreu no ano de 1454, mas, observa Dias Dinis, «como guarda-mor sim, *guardador das nossas scprituras do tonbo que estam no castello desta çidade* de Lisboa, como cronista não o diz o documento e o acima transcrito passo da Crónica de Ceuta indica-nos o ano de 1448» (1949b: 65).

Apesar de Zurara ter começado a exercer as funções de cronista do reino a partir de 1448, a pedido de Afonso V, como vimos, Fernão Lopes permaneceu oficialmente no cargo

²⁹⁵ Recordemos que as tréguas com Castela foram assinadas em 1411 mas só a 30 de Outubro de 1431 (com confirmação por D. João I e seus filhos a 27 de Janeiro de 1432, um ano antes da morte do rei) foi assinado o tratado de paz perpétua entre Portugal e Castela.

de cronista do reino até 6 de Junho de 1454, cargo que desempenhava como uma espécie de cronista honorário. Certamente que Afonso V não teria coragem de mandar “despedir” o já velho e fraco cronista. No entanto, e como veremos, é certo que desde Janeiro de 1451 que Zurara recebia a tença anual de 6.000 reais brancos pelo cargo que desempenhava de “canonista”.

Devemos às pesquisas efectuadas por Esteves Pereira, a publicação do documento de 29 de Março de 1451, sendo este o mais antigo documento conhecido em que el-rei deu a Zurara o título de «caualeiro de nossa casa e nosso canonista²⁹⁶» (1915: 287-288), surgindo em 22 de Junho de 1463 a variante de «nosso caualeiro e comendador do Pinheiro Grande e da Granja» (*Idem*: 302), e em 21 de Janeiro de 1471 «caualleiro da casa delRey nosso senhor comendador da ordem de Christo e sseu cronista» (*Ibidem*: 308).

Como informa Esteves Pereira (1915: 288 e segs), D. Afonso V chamava a Gomes Eanes de Zurara “nosso criado” em cartas régias de 14 de Julho e 17 de Julho de 1452 e de 23 de Agosto de 1454, e o próprio cronista, pelos anos de 1453, afirmava-se, como já referimos, também, «vosso criado e feitura» (CG: Cap. XCVII: 410).

Nos primeiros destes documentos de 1452, “o cronista é dito nosso criado comendador dAlcãjz (Alcains) autor dos feytos notauées de nossos rregnos”, designação que aparecerá associada ao cronista até 1474. E dele mesmo são estas palavras, dirigidas ao monarca: «per vossa mercee caualleiro e comemndador na ordem de xpõ» (*Idem*).

A expressão de *Comendador da hordem de Christo*, aplicada a Zurara, figura também em título da carta que antecede a *Crónica da Guiné*, no códice parisino. E, de 1452 a 1474, vários são os documentos conhecidos, em que se atribui a Gomes Eanes de Zurara a categoria de membro da referida Ordem Militar, sob os seguintes títulos:

- 1452 (14-VII): comendador dalcajz.²⁹⁷ Reproduzido por Esteves Pereira, 1915: 288;
- 1452 (17-VII): comendador dAlcaijz.²⁹⁸ Reproduzido por Esteves Pereira, 1915: 334;
- 1453 (23-II): comendador da ordem de Christo (*Idem*: 289-290). Manuscrito da Biblioteca nacional de Paris;
- 1453 (23-II): per vossa mercee caualleiro e comendador na ordem de Christo. *Crónica dos feitos de Guiné*, Cap. XCVII, Códice de Paris;
- 1454 (6-VI): cavalleiro e comendador da hordem de Christo.²⁹⁹ Reproduzido na íntegra por Esteves Pereira, 1915: 291;

²⁹⁶ Chancellaria de D. Afonso V, liv. XI, fol. 26, v.

²⁹⁷ Chancelaria de D. Affonso V, liv. XII, fol. 62, r.

²⁹⁸ Chancellaria de D. Afonso V, liv. 4, fol. 25, v.

- 1454 (23-VIII): *comendador dAlcaĩz e da Granja dHulmeiro*.³⁰⁰ (*Idem*).
- 1459 (7-VIII): *comendador da Hordem de Christo*.³⁰¹ (*Ibidem*: 292).
- 1459 (9-VIII): *comendador do Pinheiro Grande e da Granja dUlmeiro*.³⁰² (*Ibidem*: 293).
- 1459 (?): *comendador da hordem de Christo*.³⁰³ (*Ibidem*: 294).
- 1460 (22-X): *comendador do Pinheiro Grande e da Granja dUlmeiro*.³⁰⁴ (*Ibidem*: 297).
- 1461 (6-II): *comendador do Pinheiro grande*.³⁰⁵ (*Ibidem*: 29-296).
- 1462 (14-IV): *comendador do Pinheiro Grande*.³⁰⁶ (*Ibidem*: 301-302).
- 1463 (22-VI): *comendador do Pinheiro Grande e da Granja*.³⁰⁷ (*Ibidem*: 302-303).
- 1467 (28-VII): *cavalleiro da ordem de Christo*.³⁰⁸ (*Ibidem*: 304-305).
- 1468 (25-V): *comendador da Ordem de Christo*.³⁰⁹ (*Ibidem*: 307-308).
- 1471 (21-I): *comendador da ordem de Christo*.³¹⁰ (*Ibidem*: 308-310).
- 1472 (22-II): *comendador da hordem de Christo*.³¹¹ (*Ibidem*: 311-313).
- 1473 (1-XII): *comendador do Pinheiro e da ordem de Christo*.³¹² (*Ibidem*: 313-316).
- 1474 (2-IV): *comendador da comenda do Pinheiro, e que Deos aja*.³¹³ (*Ibidem*: 316-318).

Desta sequência cronológica deduz-se que o cronista já era Comendador³¹⁴ de Alcaíns (sita a 12 km de Castelo Branco) em Julho de 1452; que a partir de pelo menos 1453, figurava como Comendador da Granja do Ulmeiro (sita a 15 km de Soure); e que, desde Agosto de 1459, vemos substituído o título de Comendador de Alcaíns pelo de Comendador de Pinheiro Grande (sita a 5 km da Chamusca).

²⁹⁹ Chancelaria de Dom Affonso V, liv. X, fol. 30, r.

³⁰⁰ Chancelaria de Dom Affonso V, liv. X, fol. 113, r.

³⁰¹ Chancelaria de D. Afonso V, liv. XXXI, fol. 76, v.

³⁰² D. Affonso V, liv. VII da Extremadura, fol. 255, v.

³⁰³ Chancelaria de Dom Pedro I, fol. I, r, a, e fol. 81, r, a. João Pedro Ribeiro (1860). *Dissertações chronologicas e críticas*, tomo I. Lisboa, p. 336.

³⁰⁴ Arquivo Nacional, Forais antigos, Maço 7, n.º 3; *Portugaliae monumenta histórica, Leges et consuetudines*, vol. I, pp. 436-439.

³⁰⁵ D. Affonso V, liv. III da comarca de Odiana, fol. 57 r e v.

³⁰⁶ Arquivo Nacional, Corpo cronológico, parte 2.ª, maço I.º, doc. 31.

³⁰⁷ Chancellaria de D. Affonso V, liv. IX, fol. 94, r.

³⁰⁸ Arquivo Nacional, Extremadura, liv. X, fol. 270 r e v.

³⁰⁹ Arquivo Nacional, Gaveta 15, maço 16, n. 7.

³¹⁰ Arquivo Nacional, Documentos do Convento de Almoester, liv. 7.º, doc. 63 (55), n.º 608 vermelho.

³¹¹ Arquivo Nacional, Documentos do Convento de Almoester, liv. 3.º, doc. n.º 43, n.º 435 vermelho.

³¹² Arquivo Nacional, Documentos do Convento de Almoester, liv. 8.º, doc. n.º 14, n.º 184 vermelho.

³¹³ Arquivo Nacional, Documentos do Convento de Almoester, liv. 7.º, doc. 49.

³¹⁴ Pelos séculos XIV e XV, a patrimonialização das Comendas, criou uma oligarquia de freires Cavaleiros que se não distinguiram de todos os outros poderosos da Igreja. Estes freires não eram monges, antes “evangelizadores” que realizaram uma ruptura com a *contemplatio* das ordens regulares para defender a Cristandade e estender o seu domínio universal pela força das armas e da ocupação territorial. Possuíam territórios, bens, tesouros, património e capacidade militar, para além do poder mais forte sobre as consciências dos crentes. Esta capacidade de domínio, permitiu-lhes, em particular nas sociedades ibéricas, conduzir a conversão forçada dos crentes, combater a liberdade de consciência e confessionalizar o poder político.

Gomes Eanes de Zurara, além de cronista e guarda-mor da Torre do Tombo era também encarregado da Livraria Real, «per aluara de mandado», cuja data é desconhecida, mas certamente anterior à carta de quitação de 1452, passada a João Rodrigues de Carvalho. Outra carta régia de 23 de Agosto de 1454 confirma a posse do dito cargo pelo cronista, dizendo que ele *teem carreguo da nossa liuraria e cartorio que teemos na torre do tombo que esta em esta nossa cidade*³¹⁵.

Em 27 de Dezembro de 1465, em documento passado por Diogo de Figueiredo, o cronista foi nomeado Procurador do Mosteiro de Almoester: «moesteiro e comuento dAlmoester per virtude de huã procuraçom [...] abastante e ssobfçiemte da senhora abadessa e comuento do dito moesteiro pera poder emprazar e aforar e arrendar quaaesquer beës do dito mosteiro em estes rregnos» (Pereira, 1915: 308-309).

A primeira notícia de mercê feita pelo monarca a seu cronista foi de 29 de Março de 1451. D. Afonso V arbitrou-lhe a tença anual de 6.000 reais brancos, pagos desde Janeiro anterior. Para a atribuição desta mercê, el-rei invoca apenas como razão: “nos querendo fazer graça e mercee a Gomez Eans caualleiro de nossa cassa e nosso canonista”³¹⁶.

A segunda comenda recebida por Zurara, cavaleiro e comendador de Alcaíns e da Granja do Ulmeiro, recebe-a entre 23 de Fevereiro e 18 de Julho de 1453.

A pedido do cronista, Álvaro Fernandes foi nomeado juiz das sisas de Almada e foi em 23 de Agosto de 1454 que el-rei concedeu determinados privilégios e isenções a dois almocreves de Castelo Branco e em 7 de Agosto de 1459: «Afonso V querendo-lhe fazer graça e merçee, há por bem que elle tenha e aja de nos de reçeita em quanto elle viuer doze mil reaes brancos do primeiro dia de janeiro que vem em diante os quaaes dinheiros elle de nos ataa ora ouue³¹⁷» (Pereira, 1915: 292).

Em 9 de Agosto de 1459 aparece o cronista «com o título de *Comendador do Pinheiro Grande*, substituindo este o de Alcaíns e em 22 de Junho de 1463 el-rei, a pedido do cronista, nomeou o criado de Zurara, Pero de Almada, juiz de sisas da vila de Almada e os cargos de alcaide e meirinho dos ouriveseiros da Adiça» (Dinis, 1949b: 95). Por carta régia de 28 de Julho de 1467, nova mercê de Afonso V, «confia-lhe a administração da capela de Santa Clara de Lisboa» (*Idem*: 96).

³¹⁵ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 10.º, fl. 113r., publicada na íntegra por E. Pereira, *Crónica da Tomada de Ceuta*, pp. 291-292.

³¹⁶ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 11.º, fl. 26v., reproduzida por E. Pereira, *Crónica da Tomada de Ceuta*, pp. 287-288.

³¹⁷ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 31.º, fl. 76v., reproduzida por E. Pereira, *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 292.

A prodigalidade do monarca para com o cronista estendeu-se aos seus descendentes, especialmente a Gonçalo de Zurara: em 17 de Julho de 1446, como já referimos, já Gonçalo de Zurara, filho do cronista e de Inês Gonçalves, tinha desempenhado o cargo de Porteiro-mor da câmara da infanta D. Isabel, duquesa de Coimbra e tia de el-rei. A pedido dela e do condestável, primo de D. Afonso V, a Câmara de Santarém nomeara-o Escrivão da Almotacaria daquela vila, vitaliciamente, nomeação confirmada pelo regente D. Pedro nesse mesmo ano e, mais tarde, pelo próprio D. Afonso V, a 18 de Junho de 1450.

Em Outubro de 1450, o mesmo monarca, a pedido da rainha, nomeou-o Medidor e guardador do Reguengo da Tojosa, no termo da dita vila, Sacador do Celeiro e Estimador da louça dos vinhos ou vasilhame e em Fevereiro de 1466, nomeou-o Escrivão dos Reguengos da Tojosa e das Chantas e também do Relego da vila de Santarém.

Apesar de todos os títulos, cargos e mercês concedidos ao cronista, no espírito deste, segundo Dias Dinis, «sobrelevaria a todas as demais mercês régias a da criação e educação pelo monarca e ainda a da sua admissão na Ordem de Cristo, – sobretudo se ele assim foi sublimado a categoria social superior à qual lhe cabia por nascimento» (1949b: 96).

4.7. Estado civil e descendência de Zurara

Documentos vários provam que Gomes Eanes de Zurara foi pai de três filhos havidos de Inês Gonçalves, mulher solteira de quem não há outra indicação. No entanto, o estado civil do cronista continua a ser uma incógnita.

Esteves Pereira fez notar que os cavaleiros e comendadores da Ordem de Cristo professavam o voto da castidade, que impedia ou anulava o casamento, o que primitivamente era rigorosamente observado³¹⁸; mas depois, por dispensação do Papa Alexandre VI, os cavaleiros e comendadores podiam casar, e professavam a castidade conjugal³¹⁹.

Não se sabe o ano em que o cronista foi recebido na Ordem de Cristo, porque até 1503 não havia livro de matrícula dos cavaleiros e comendadores e que se perderam os documentos do cartório da Ordem anteriores ao começo do século XVI; sabe-se porém «que ele deveu a sua entrada para a Ordem a mercê d’el-rei D. Afonso V» (Pereira, 1915: XXVIII). Esta asserção de Esteves Pereira baseou-se nas palavras “per vossa mercee” extraídas da *Crónica da Guiné*, Cap. XCVII. Contudo, se Gomes Eanes de Zurara foi de facto admitido na cavalaria da Ordem de Cristo unicamente por mercê do monarca, não se compreende esta sua

³¹⁸ *Definições e estatutos dos cavaleiros e freires da Ordem de N. S. Jesu Cristo*. Lisboa, 1628, p. 70

³¹⁹ Rui de Pina, *Crónica del rei D. Duarte*, cap. viii. Edição de A. Coelho de Magalhães. Porto, 1914, p. 103.

censura exarada na *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*: «E aquy auees de saber que esta ordẽ de cauallarya se cõrompeo despois que os Iffãntes foram a Tanger a primeyra uez [1437], que foy dada a tantos que caasy nõ auya na corte nehuũ que como algũas cousa fizesse que per sy ou por outrẽ nom requeresse cauallarya» (CCDM: Capitulo .L., 70).

Apesar de se desconhecer o estado civil do cronista, o certo é que o cronista teve três filhos conhecidos, apesar de só terem sido legitimados após a sua morte: Catarina da Silveira, Gonçalo Gomes de Zurara e Filipa Gomes.

Catarina da Silveira, filha de Gomes Eanes de Zurara e de Inez Gonçalves, donzela da condessa de Loulé, foi legitimada em 22 de Junho de 1482³²⁰, outorgando-se-lhe também que pela legitimação *aja a nobrezia e priuilegio della per direiito e comum hordenaçom e husamças de nossos regnos auer deueria asy como se de legitimo matrimoneo nada fosse*³²¹.

A nobreza adquirida por Zurara projecta-se na filha, Catarina da Silveira, pelo que, não só podia haver todas as honras e privilégios, que de facto e de direito lhe pertencessem, como se fosse nascida de legítimo matrimónio, mas também podia haver e herdar os bens de sua mãe e de outras pessoas que lhos dessem ou deixassem por testamento ou doações, e ainda podia suceder em morgados e quaisquer outras heranças e direitos, que lhe fossem doados ou deixados.

Os outros dois filhos do cronista Gonçalo Gomes de Zurara³²², escudeiro da casa del rei D. João II, e Filipa Gomes³²³, foram legitimados por carta dada em Torres Novas, a 8 de Abril de 1483.

Esteves Pereira considera possível que Inez Gonçalves, mãe dos filhos de Gomes Eanes de Zurara, fosse a mulher do mesmo nome que foi casada com Rodrigo Eannes Avangelho, à qual o convento de Almoester, por instrumento datado de 1 de Dezembro de 1473, aforou um lugar situado no rego de Alvalade, termo da cidade de Lisboa, tendo outorgado por parte do convento como procurador o próprio Gomes Eanes de Zurara³²⁴. Todavia não se conhece documento algum que prove esta identificação.

³²⁰ Neste documento, da Chancelaria de D. João II, dá-se-lhe como pai *Guomez Eanes dAzevedo*, que E. Pereira corrigiu em nota para Zurara. Cremos que tem razão o autor, pois o nome é seguido destes dizeres: *caualeiro da hordem de Christo e comendador do Pinheiro ja finado*.

³²¹ Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João II*, Liv. 2.º, fol. 138, reproduzida integralmente por E. Pereira, *Crónica da Tomada de Ceuta*, pp. 318-319.

³²² A.N.T.T., *Legitimações de leitura nova*, Liv. 1.º fl. 243r., apud Esteves Pereira, *ob. cit.*, p. 320.

³²³ Arquivo e secção cits., Liv. 1.º, fl. 243r., em Esteves Pereira, *Lug. cit.*

³²⁴ Arquivo Nacional, Documentos do Convento de Almoester, livro 8.º, doc. n.º 14, n.º 184 vermelho, reproduzido integralmente por Esteves Pereira, pp. 313-316.

4.8. Falecimento do cronista

No documentation has been uncovered to date that gives any indication of where King Afonso's chronicler is buried (King, 1976: 20).

Se não temos a certeza quanto ao ano de nascimento de Zurara, nem o local de naturalidade, também não temos a certeza quanto ao ano da sua morte, nem do local onde expirou, ou onde foi sepultado.

Vejamos como João de Barros e Damião de Góis se pronunciaram sobre este assunto. O primeiro escreveu: «eu nam sey quanto elle viueo, nem o tempo que teue estes officios» (*Ásia*, Dec. I, Liv. II, Cap. II); o segundo informou: «viveo muytos annos depois deElRey D. Afonso V ter tomado aos Mouros a Villa de Alcácer³²⁵» (*Crónica do Sereníssimo Príncipe D. João*, Cap. VI).

Dias Dinis ao procurar desvendar o problema reflectiu assim: «em 1 de Dezembro de 1473, Zurara outorga, como procurador do mosteiro de Almoester, no instrumento de empraçamento feito a Inês Gonçalves; porém, em 2 de Abril do ano seguinte, o mesmo mosteiro nomeava seu procurador a Gonçalo Peres, – *criado que foy de Gomez Annes de Zurara comendador da comenda do Pinheiro, e que Deos aja*³²⁶» (1949b: 105).

Portanto, o cronista terá falecido entre 1 de Dezembro de 1473 e 2 de Abril de 1474, mais provavelmente neste último ano, como também opinaram Sousa Viterbo (1898: LX-LXI), Duarte Leite (1941: 22) e Michel Vergé-Franceschi (2000: 174).

Zurara teria vivido até à idade de 67, 68 ou 69 anos, se aceitarmos como certas as datas de 1405 ou 1406 para o seu nascimento e se morreu em finais de 1473 ou princípios de 1474.

Afonso V, o seu último grande protector conhecido, pelo menos até muito perto do fim da sua vida (recordemos a carta autógrafa que escreveu ao cronista quando este se encontrava em Alcácer em 1467), viveria ainda até 1481.

³²⁵ Alcácer Ceguer foi tomada por Afonso V em 1458.

³²⁶ «Docs. XXI e XXII anexos à *Crónica da Tomada de Ceuta per elRey Dom Joham o primeiro*» (Coimbra, 1915), edição da Academia das Ciências de Lisboa, revista e prefaciada por Francisco Maria Esteves Pereira» (Leite, 1941: 22).

Capítulo 5.

Considerações finais

Capítulo 5. Considerações finais

Our present knowledge of Gomes Eanes, the individual and the writer, is covered by a shroud of doubt (King, 1976: 38).

Procurámos elaborar um estudo histórico-cultural e edição semidiplomática da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* do cronista Gomes Eanes de Zurara.

Chegados a esta etapa, temos consciência que «a vida de Gomes Eanes d'Azurara, se não está envolvida em nymbo misterioso, não está todavia suficientemente esclarecida, restando ainda bastantes lacunas a preencher» (Viterbo, 1898: 820).

Nada mais acertado. Muitas facetas da vida e obra de Gomes Eanes de Zurara permanecem, misteriosamente, pouco claras. Repetimos, misteriosamente, porque persegue-nos a ideia do vazio documental relativo à infância, à adolescência e morte do cronista. De facto, não se conhecem documentos a respeito da vida do cronista antes deste prestar o seu serviço ao rei Afonso V nem dos últimos anos da sua vida.

Não se sabe com rigor quando concluiu Zurara a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, de que nos ficaram apenas manuscritos mutilados, o mais antigo dos fins do século XV. Mas, aceitando que esta obra tenha sido acabada depois de Agosto de 1468, como temos vindo a referir ao longo do estudo, data aliás consensual entre os biógrafos e estudiosos do cronista, questionamos o que teria ele feito (escrito) até ao fim da sua vida, durante mais de seis anos, quando sabemos que o cronista até escrevia com bastante rapidez, com a enorme vantagem da documentação para a História interna de Portugal estar à sua disposição, pelo que os relatos das vidas de D. Duarte e D. Afonso V seriam um trabalho fácil para a sua pena laboriosa.

Ter-se-ia o cronista, após concluir a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, presumivelmente em finais de 1468, finalmente, virado para as Crónicas régias³²⁷ de D. Duarte e de D. Afonso V? E não teria então, enquanto *funcionário público*, caído em desgraça? Naquela época, «a instituição do cargo de cronista-mor do reino fez de cada historiador oficial um funcionário público que podia e devia ser castigado se os seus textos desagradassem aos governantes» (Oliveira, 2000: 25).

Sabemos que a escrita zurariana, e como já referimos no capítulo 3, à medida que evoluiu no tempo, se tornou mais precisa, objectiva e crítica, fruto da maior maturidade do

³²⁷ Recorde-se o capítulo 3, subcapítulo 3.4, A problemática da *Cronica Geeral do Regno* ou *Cronyca do Regno*.

autor e de um espírito literário mais liberal, lúcido e esclarecido, e do seu grande desejo em relatar apenas a verdade: «em auer das cousas que assy ouuesse descreuer a milhor enformaçõ que eu podesse por que milhor e mais uerdadeiramente podessem per mÿ seer scriptas» (CCDM: Capitulo segundo, 4). Desta forma, inculca mais consistência, maior rigor, brilhantismo, humanismo e racionalidade à sua pena de cronista oficial do reino. Com efeito, das suas obras transpira a ideia que a sua narrativa parece ter sido inspirada somente pelo amor da verdade, não se movendo em prol de interesses privados ou particulares, nem por mesquinhas emulações.

Ao cronista, «interessava declarar apenas a verdade *certa*, ponderando os informes e eliminando implacavelmente da história a verdade não apurada» (Pimpão, 1959: 276). Ora, a verdade, como facilmente compreendemos, podia agradar a uns tantos mas nunca a todos e ao mesmo tempo, pelo que, uma simples frase, uma ideia, um pensamento, talvez sobre Alfarrobeira, mesmo que verídico, podê-lo-ia ter feito cair em desgraça, mesmo perante o seu máximo protector, o rei Afonso V, até porque o outro grande protector, o infante D. Henrique, já tinha falecido em 1460.

Gomes Eanes de Zurara revelou ser um homem corajoso e, face aos testemunhos que nos legou, verificámos que não temia a morte, porque, à semelhança de Túlio, tinha consciência do valor das suas obras: «dezia Tullio no liuro de senectute, que lhe nom pesaua de morrer, porque sabia que a sua memoria nom auia de perecer com a sua morte» (CC: Capitullo Ciiij, 273). Se com a morte tudo se acabasse e esquecesse, não adiantava fazer esforços nem correr perigos, «porque sse os homeẽs semtissem que pollo falleçimento de sua uida, se acabaria toda sua rrenembrancha, certamente nom sse poeriam a tam grandes trabalhos e perijgos, como ueemos que sse manifestamente poẽe a quall cousa foy o prinçipall aazo per que os primeiros autores se esforçaram a compoer estorias» (CC: Capitullo xxxviiij, 118).

Gomes Eanes de Zurara acabou a sua primeira obra, a *Crónica da Tomada de Ceuta*, em 1450, como afirma no último capítulo da mesma³²⁸, governando já nessa data o rei D. Afonso V. Por essa altura deve ter sido *patenteada ao público a Livraria Régia, organizada por aquele monarca*³²⁹. Não seria difícil, portanto, que particulares, «especialmente pessoas de maior categoria social, aquelas às quais Gomes Eanes de Zurara se costuma referir preferentemente em seus escritos, houvessem em breve conhecimento do conteúdo da sua primeira obra, a *Crónica da Tomada de Ceuta*» (Dinis, 1949a: 3-4).

³²⁸ Recorde-se o capítulo 3, subcapítulo 3.3, “As outras obras de Gomes Eanes de Zurara”, páginas 229 a 237.

³²⁹ Vide, PINA, Rui de (1977). *Crónica del Rei D. Afonso v. Titulação e remissão de M. Lopes de Almeida*. Porto: Lello & Irmão-Editores, Cap. CCXIII.

Conhecido o conteúdo da sua primeira obra, Zurara sentiu e soube que granjeou muitos inimigos: «que nom soomête soportarees meus fallecimêtos mas ainda tomarees encarrego de me defender das seetas dos que nom sabem senom mal fallar, aos quaaes com rezõ se pode responder, o dicto de huñ antijgo pueta que diz, leixê o mal dizer, por que nõ conheçã os seus maaos feitos» (CCDM: Capitulo primeiro, 4). Efectivamente, tornado público o conteúdo da sua primeira crónica, logo se levantaram muitas vozes contra o cronista, como o mesmo nos revela nas outras crónicas marroquinas, e havia vozes que faziam das críticas um verdadeiro officio: «ElRey disse que era muy bem comsijrado e todollos outros assy disseram como sse comuñmente faz amtre os senhores, que quallquer cousa que dizem em louuor ou doesto, todos comsseguem seu propósito e tanto sse pos esto em husamça em nossos dias, que algũus fundamdo sobre ello mteresse, filhauom semelhante geito por offiçio» (CC: Capitulo xxij, 70).

D. Afonso V, à semelhança do que era usual naquela época, aproveitou a *Crónica da Tomada de Ceuta* como orientação para a distribuição de mercês aos ex-combatentes de Ceuta e a seus descendentes:

Muytos certo vos são obrigados porque ajnda que os feytos de Cepta sejaõ asaz de resêtes depouys que eu vi a coronica que vos delles escreuestes: a muytos fiz onrra e merçe com melhor vôtade por ser çerto dalgũs boõs feytos que la fizeraõ por seruiço de Deos e dos Reys meus antecessores e meu, e a outros por serem filhos daquelles que laa assim bem seruiam do que eu não era antes entãõ comprido conheçimêto, e creio que não menos sera aos que depouys de min vierẽ quãdo virem ho que aueys descreuer dos feytos de Alcacer, e se algũs merecẽ glorya por yrem a esta terra por seruierẽ a Deos e a mĩ e fazerẽ de suas onrras (CCDM: Carta, 1).

Nas cortes europeias do século XV, nos palcos dos grandes senhores, muito do que se discutia não passava de vaidades e interesses pessoais: títulos, direitos, heranças, alianças e campanhas militares. Tudo para suplantar o vizinho e usufruir de mais regalias, fama, honra e proveito, e foi evidente que as benesses e mercês régias concedidas por Afonso V provocaram queixas, ciúmes, protestos, reclamações e inveja em muitos fidalgos, os quais ter-se-ão sentido injustiçados, ou pelo menos, indevidamente recompensados, ou até mesmo votados ao ostracismo, acentuando ainda mais o seu ódio e rancor contra o cronista:

Tenho tâtos spreitantes que ainda eu bem nom tomo a pena na maaõ pera screuer, ja começã de condanar mjnha obra, huñs por cuydarem que se dyra menos delles do que lhes sua enganosa afeiçam faz cuydar que merecem, outros pensando, que quanto se elles mais agrauarẽ de meu screuer tanto o

pouoo auera rezom de cuydar que elles sã dignos de mayores merecymêtos e que de sse nã screuerem delles grandes cousas que foy mais por fraqueza de meu screuer que per fallecimento de seu trabalho, e o que peor he que taes uy eu queixosos de mÿ que eu sabya certo que nom soomête nã erã dignos de honra nem de louuor, mas ante de doesto e reprehõ (*Idem*: Cap. I, 4).

Gomes Eanes de Zurara tinha conhecimento desse ambiente de hostilidade para com ele e, logo em 1453, na carta com a qual ofereceu a el-rei D. Afonso V a *Crónica dos feitos da Guiné*, desabafava: «E porque, Senhor assim como S. Jerónimo escrevia, em uma Epistola, que aquele que escreve, muitos toma por juizes, que entre muitos há desvairamento assim de entender como de vontades» (CG: Carta, 5).

O ambiente cortesão devia sufocar e, para fugir a situações mais críticas que as censuras, não havia outro remédio senão narrar os feitos nobres. Contudo, narrar feitos e sucessos recentes envolvia muitos perigos, dado ser impossível a isenção, por falta de perspectiva, constituindo-se o cronista arguido de grande número de juizes, pouco dispostos a perdoar, e não era apenas o cronista que tinha consciência que às vezes o elogio fazia o herói, «pois tanto louvor foi dado aos que os feitos fizeram (...) quantos os claros e bons engenhos dos subtis escrivães por palavras os poderam gabar e exaltar» (*Idem*: Cap. VI, 35). Também muitos dos seus detractores sabiam que uma “palavrinha” escrita do cronista poderia garantir-lhes honra, fama, glória e, como não podia deixar de ser, o proveito.

Zurara seleccionava os feitos que considerava relevantes, narrando os virtuosos, conservando no anonimato os que prevaricavam, obedecendo assim à função moralizante³³⁰ da História, correndo também menos riscos em ser criticado, limitando-se às censuras dos ambiciosos, até porque tinha consciência que não podia narrar todos os feitos nem abordar todas as acções: «E sse eu quisesse diz o autor desta estorea contar por extenso as bondades e uallêtyas que estes e os outros fidalgos e boõs homeẽs fezerõ assy neeste dya como nos outros, certamête eu farya minha obra de grande prolixidade» (CCDM: Capitulo .Lxxvj., 106). E o cronista acrescenta: «Outra uez peço perdom a toda a outra nobre gête por nã screuer aquy por extêso a bõdade de cada huõ por que certamête tomando a mayor parte pollo todo, todos o fezerõ tã auãtajadamête que se eu ouuera de cõtar a bõdade de cada huõ segũdo seu proprio merecimêto requerya, pouco menos me cõuyera senõ de fazer de cada huõ special capitulo» (*Idem*: Capitulo .Lxxx., 114).

³³⁰ Recorde-se o capítulo 2, subcapítulo 2.3, “Idade Média: da história ao serviço da fé à história moralista e pedagógico-didáctica de Gomes Eanes de Zurara”.

Apesar de tudo, o cronista não se livrou da cobiça nem da inveja que lhe dedicaram muitos fidalgos do seu tempo e, possivelmente, muitos dos herdeiros destes. Antes pelo contrário: sentiu-a, viveu-a e padeceu-a. É bem possível, e como já descrevemos no capítulo 3 deste estudo, que alguns dos mistérios que envolvem o vazio documental relativo ao fim da sua vida e a algumas das suas obras, radiquem a sua génese na mente e na acção destes seus inimigos.

A vida de cronista não era fácil. Benoit Lacroix argumenta, metaforicamente, comparando o cronista a um marinheiro, ameaçado por um naufrágio em pleno mar: «se ele procura a verdade dos factos, encontra a raiva de muitas pessoas; se quer o apaziguamento e a protecção, tem que dissimular uma série de acontecimentos, o que também não o faz sentir-se bem. Daí o medo constante do “naufrágio”» (1971: 138-139).

No século XV, a instituição do cargo de cronista-mor do reino fez de cada historiador oficial um funcionário público que podia e devia ser castigado se os seus textos desagradassem aos governantes. A narrativa do passado do reino, colocada ao serviço do poder, perdeu assim a autonomia, acentuando-se a preocupação ideológica e o preciosismo estilístico. Tornou-se então habitual denegrir algumas figuras para exaltar outras, valorizar determinados acontecimentos para silenciar e “apagar” outros, saindo assim a realidade inevitavelmente filtrada pelos objectivos político-ideológicos prosseguidos por crónicas oficiais destinadas a uma leitura pública.

Como verificámos e facilmente se deduz, a vida de Gomes Eanes de Zurara foi problemática porque não lhe foi possível agradar a todos, especialmente quando os interesses materiais constituíam a prioridade de uma classe ávida de proveitos, regalias e honras. No entanto, foram as inúmeras dificuldades passadas e sentidas pelo cronista que fizeram dele um homem afectuoso, «mayor Amor nom ha que poer homem sua alma por seu amygo» (CCDM: Cap. I, 3).

O cronista revelou-se também um escritor sensível, «Aa, Deus! – deziam elles – Quanto as cousas tristes sam menores d’ouvir que de sentyr!» (CCPM: Capitulo deçimo, Livro I, 211), um homem íntegro, «mais vezes dão as cousas conselho aos homens do que hos homens dam conselho as cousas» (*Idem*: Capitulo nove, 210), e um homem justo, «Que disseram os sabedores antigos que bem aventurado é o homem que pelos males alheios recebe o castigo» (CG: Cap. XXVII, 129). Por tudo isto, recusamos a acusação de novorrico da cultura que lhe é, não sem ligeireza, atribuído por alguns dos seus críticos.

Com todas estas virtudes e qualidades saíram beneficiados os seus testemunhos históricos e a generalidade das suas obras, com páginas ornadas de sentimentos piedosos: «Por certo, aynda que eu quisesse, eu nom poderia escrever sem lágrimas a espidiçam que estas gemtes fezerão hũas das outras» (CCPM: Capitulo deçimo, Livro I, 210).

Apesar do enorme valor das suas obras, a crítica exercita-se no paralelismo com o seu antecessor, e é a sombra desse grande vulto literário, que é Fernão Lopes, que parece ofuscar a chama zurariana. Nada mais errado: o paralelismo encerra em si mesmo muitos riscos e falsos juízos, e as obras dos dois cronistas situam-se numa relação de estreita contiguidade, de tal forma que para estudarmos e compreendermos um deles, temos de conhecer paralelamente o outro. Por isso mesmo, julgamos limitativa e falaciosa a comparação para caracterizar a obra zurariana, porque consideramos que cada escritor, ou cada criador literário, oferece à crítica elementos para uma autonomização, sem prejuízo, obviamente, da validade do comparativismo em literatura.

Ambos foram cronistas da dinastia de Avis: Fernão Lopes foi o cronista responsável até à paz com Castela, em 1411, e Gomes Eanes de Zurara iniciou a sua narrativa a partir da conquista de Ceuta, em 1415. Assim, só se faz luz sobre o século XV quando se estudam os dois grandes cronistas desse século, até porque as obras de um envolvem a legitimação sequencial e a continuidade histórica das obras do outro.

Cada homem é filho do seu tempo, pelo que cada um vive, reinventa e interpreta a sua época, o seu sistema de valores, à luz dos seus olhos, com a sua vivência e a sua experiência. É certo que Zurara não foi, certamente, um humanista excepcional, nem um Fernão Lopes nem um Luís de Camões. Mas encontra-se entre estes, pois foi um homem com uma profunda sensibilidade medieval, à semelhança de Fernão Lopes, e com um grande espírito e sentido humanista. Na verdade, ao exaltar as virtudes, a dignidade e a liberdade do homem, Zurara tornou-se um precursor do humanismo renascentista que vigorou no século XVI. Se o povo encontrou a sua voz na pena de Fernão Lopes, a história heróica, senhorial e aristocrática, encontrou-a no segundo cronista português.

Retirando os aspectos pessoais, que nunca agradam a todos, como já referimos, o que é que se pode criticar em Zurara? Através das obras zurarianas temos conhecimento que o cronista foi um homem sério que procurou interpretar a verdade, existindo trechos nas suas obras que nos denunciam, «além d'um espírito recto e esclarecido, superior aos preconceitos do seu tempo, uma alma bondosa e enternecida, que se compadece com o soffrimento dos outros» (Viterbo, 1898: 821).

Atentemos no século XV: Que acontecimentos e aspectos relevantes associados à História do Reino de Portugal ocorreram nesse final da Idade Média e princípios do Humanismo Renascentista?³³¹

Vejam os acontecimentos e factos históricos mais importantes: a ascensão da dinastia de Avis, a conquista de Ceuta, a conquista de outras praças marroquinas e, associadas a estas, independentemente dos vários pontos de vista, as ideias perfilhadas pelos infantes D. Pedro e D. Henrique, Alfarrobeira, a Expansão e descobertas marítimas.

Sobre o que é que escreveu Zurara? Exactamente sobre a conquista de Ceuta e as outras praças marroquinas, a *Crónica da Tomada de Ceuta*, a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* e a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*; relativamente ao infante D. Henrique, à Expansão e descobertas, redigiu a *Crónica de Guiné*. Assim, não se pode acusar a obra histórica de Zurara de não ter captado aspectos vários da sociedade portuguesa, ou de ser uma apologia dirigida por um grupo social dominante e de pretender apenas manter o culto infantista; tal constitui uma crítica que peca por falta e rigor e objectividade.

Face ao exposto, cumpre-nos afirmar e reconhecer que ao cronista Gomes Eanes de Zurara, nem os homens nem a História têm nada a reclamar ou exigir-lhe. Nas suas crónicas, Zurara explora com acuidade, subtilidade e minúcia, para além do herói individual, casos do Mestre de Avis, do infante D. Henrique, e dos condes D. Pedro e D. Duarte de Meneses, o sentido colectivo e existencial do povo português e da História de Portugal.

O que é que falta em Zurara? Verdade histórica? Nada nos induz, nas suas obras, que nos faça pensar em distorções históricas, antes pelo contrário; como já apontámos, revela-se sempre muito preocupado em dizer a verdade, «Se quisessemos alargar a estorya muytas cousas teeryamos pera dizer mas como disse huñ pueta que os modernos nom quizeram senõ breuydades, porẽ nom curamos descreuer em este liuro senom aquello que sentyrmos que nom podemos scusar» (CCDM: Capitulo Rviiij, 66), e relatar os aspectos mais relevantes, pedindo desculpa por muitas vezes sentir que o não conseguia na perfeição.

Não aprofundou Gomes Eanes de Zurara alguns episódios relevantes da nossa História, como Alfarrobeira³³²? Mas será isto verdade, ou aprofundou mesmo e foi esse o motivo da sua desgraça? Se não aprofundou, quem o faria no seu lugar, naquela época,

³³¹ Referimo-nos apenas aos aspectos políticos e o âmbito da nossa reflexão e análise englobam apenas os reinados de D. João I, D. Duarte, regente D. Pedro e D. Afonso V.

³³² Vide, CORTE-REAL, Gilda da Luz França Passos Vieira (2000). *A Batalha de Alfarrobeira: Nobreza e relações de poder*. Tese de Mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

naquele contexto histórico, em que os próprios filhos do infante D. Pedro, cunhados de Afonso V, tiveram que fugir? Mas será que não trabalhou nem aprofundou mesmo esse e outros eventos?

Segundo a nossa perspectiva, consideramos que sim. Só que foram retirados da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, aquela em que ele de facto se libertou de todos os temores e receios e escreveu, finalmente, toda a verdade, e pela qual viria a sofrer e a pagar. O que é feito de capítulos e capítulos inteiros desaparecidos da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*?³³³ Não revelariam o seu conteúdo algumas verdades históricas difíceis de digerir por parte do próprio rei *Africano* e outros pares importantes do reino?

Após Alfarrobeira, as sanções aplicadas aos traidores, na perspectiva de Afonso V, não se fizeram esperar, sucedendo-se os actos de expropriação do património e as condenações; contrariamente, os apoiantes do rei receberam avultadas doações, muitas das quais tinham pertencido aos apoiantes do infante D. Pedro. Em Alfarrobeira³³⁴, os partidários do infante D. Pedro e os seus próprios filhos, foram considerados, durante largos anos, como traidores para com o rei Afonso V, senhor e protector do cronista.

A realidade histórica da Idade Média aponta-nos, frequentemente, «cortes concomitantes em que reis, duques, apanagistas, rivalizam numa luta de sobrevivência, luta que conduz, por vezes, ao desenlace num campo de batalha, como Alfarrobeira» (Barata, 1995: 299).

Zurara vivia num tempo em que os factos e acontecimentos narrados resultavam de uma acção concertada dentro das instâncias do poder, e eram as realidades políticas e sociais da época que orientavam e determinavam a acção do próprio cronista. Ora, quem lê e reflecte nos escritos zurarianos, sabe que o cronista bajulou constantemente o infante D. Henrique, e não hesitou em apresentá-lo como um herói sem par entre os vivos, nem havia, segundo Zurara, quem se lhe comparasse, mesmo na História antiga, o que não nos admira, porque o infante D. Henrique era o único príncipe de Avis que estava ainda vivo³³⁵, garantindo-lhe honra, fama e proveito, mas também é verdade que a sua pena deixou transparecer que nutria pelo irmão morto em Alfarrobeira, o malogrado regente D. Pedro, um respeito e carinho muito especiais: «E assy em casa daquestes como de todollos outros principes por onde ãdou foy auydo por principe de grande saber e assy recebo delles mujta honra» (Capitulo .xxv., 44).

³³³ Recorde-se o capítulo 3, subcapítulo 3.1, deste estudo, “A *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*: descrição e contextualização histórica”.

³³⁴ Batalha de Alfarrobeira, em 1449, na qual foi morto o infante D. Pedro, tio e sogro de D. Afonso V.

³³⁵ Atente-se no capítulo 3, subcapítulo 3.5, ponto 3.5.1.2. “A exaltação do infante D. Henrique na *Crónica da Guiné*” deste estudo.

A *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* está, infelizmente, truncada nos manuscritos existentes, como já descrevemos no capítulo 3, e na parte conservada conta os seus feitos antes de 1438 (aliás já sabida pela do pai, a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*), e alguns de 1461 em diante na sua capitania de Alcácer Ceguer. Talvez nos capítulos perdidos estivessem consignados acontecimentos guerreiros de Ceuta entre 1438 e 1461, e outros, porque nesse espaço temporal ocorreu a tragédia de Alfarrobeira, «aquelle doroso e triste ajuntamento da Allfarrobeira, homde faremos fim, assy de seus feitos como de sua vida» (CCPM: Livro I, Capitulo XXXV, 317).

Alfarrobeira foi um acto de extrema violência que representou o ponto máximo da luta pelo controlo do poder, acontecimento fulcral numa teia que desenhou o destino da nação. Chacinados ou perseguidos, os que não renegaram o regente, queimaram-se nos arquivos públicos os livros que documentavam a sua sábia administração, fizeram-se desaparecer as provas, prostergam-se todos os direitos – até o direito ao julgamento da História, que é, maculado com a acusação nunca provada de traidor ao rei. Voe victis! (cfr. Bragança, 1937; 1973: XXXIX).

Na sua introdução da *Crónica de Guiné*, José de Bragança afirma, erradamente, que foi a seguir à tragédia de Alfarrobeira que o cronista iniciou os seus estudos. Mas, e como já referimos, Afonso V, logo após o fim da regência de D. Pedro, «mandou a mim Gomez Eannes de Zurara seu criado que me trabalhasse de as ajuntar e escreuer per tal guisa que ao tempo que se ouuessem de ordenar em caronica fossem achadas sem falleçimento, [...]». E eu em comprimento de seu desejo por satisfazer a seu mandado como de meu senhor e meu rrey me trabalhey de enquerer e saber as ditas cousas e as escreui em estes cadernos» (CC: Capitullo iij, 13). Ora, Afonso V só poderia atribuir tão grande responsabilidade ao cronista se lhe reconhecesse capacidade para tal e nele confiasse, o que não seria possível se Zurara, nessa época, estivesse apenas a iniciar os seus estudos. José de Bragança pretenderia afirmar, na nossa opinião, “iniciar os seus trabalhos” e não “iniciar os seus estudos”.

É natural que os capítulos desaparecidos da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* abordassem assuntos, acontecimentos e factos que relatavam algumas verdades incómodas para muita gente, possivelmente eventos que seriam muito importantes para uns e prejudiciais para outros, logo alvo de inveja para muitos outros, «Como a mizquinha da ãueia nũca faça senõ per syguyr a bẽauenturança deste mundo, a qual segundo Agostinho sẽpre he chea de mujtas miseryas» (CCDM: Capitulo .xv., 33). Daí a sua condenação pelas

forças dominantes da época, a mutilação da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, e o fim misterioso dos últimos anos da sua vida.

No capítulo XXV da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, Zurara relata a morte de D. Duarte, em 1438, e a agitação que se seguiu com a ascensão ao trono do jovem Afonso V. Se a perda dos capítulos XVIII a XXI constitui o primeiro grande truncamento do texto, o segundo grande truncamento da crónica ocorre no capítulo XXVII. A continuação do texto, no capítulo XXXIII, encontra D. Afonso V já no trono, depois de liquidada a regência do infante D. Pedro. Assim, e como já ventilámos no capítulo 3, uma das fases mais críticas da História portuguesa do século XV, um período das mais complexas lutas internas do Estado português, desapareceu, infelizmente, no silêncio dos tempos.

O tempo não corre para que se possa declarar sem receio a inteira verdade das coisas e dos factos, mas que houve pessoas que desviaram e retiraram fólios da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, não restam dúvidas, como se constata e confirma na própria crónica ao fundo do fólio 26r., em caligrafia de fins do século XV, onde, cortadas parcialmente pelo aparamento das folhas, lemos as palavras: *quem quer q̃ tirou este polguaminho daomde staua (?) / ha mister q̃ ho acoutem m.to bem por q̃ outro Sõr (?) [nom] seja ouzado atomar outra cousa E hysto seja / sem apelar E sem agrauar desse a semtemsa*, pelo que, a verdade narrada nos capítulos truncados, continua a ser um mistério, que já existe, pelo menos, desde o século XV.

Deixamos ainda uma outra ideia, uma hipótese que carece de fundamentação mais rigorosa e consistente, relativa aos truncamentos da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, baseada ainda nas já citadas palavras de João de Barros: «O qual Gomezeanes (...) tambem escreueo a chronica deste rey dom Afonso [V] te a mórte do jnfante dom Pedro, & a chronica del rey dom Duarte seu pádre: as quáes Ruy de Pina que o socedeo no officio fez suas, pello que emendou & acrescentou nellas, principalmente na del rey dom Afonso, a cerca das cousas que passáram depois da mórte do jnfante dom Pedro» (*Ásia*, Déc. I. Liv. II, Cap. II).

Questiona-se: Não demonstrariam os fólios desaparecidos, objectiva e claramente, que o cronista tinha de facto elaborado as *Crónicas de D. Duarte* e de *D. Afonso V*?

Verificámos que Zurara, em muitas partes conhecidas de algumas das suas crónicas, remeteu, insistentemente, muitos assuntos para elas (para a *Cronica Geeral do Regno* ou *Cronyca do Regno*), e quem sabe se os capítulos truncados não revelariam provas irrefutáveis e evidentes da existência e elaboração das mesmas?

A ser assim, já seria possível encontrar indícios para dar crédito às palavras supracitadas de João de Barros, “as quaes Ruy de Pina que o socedeo no officio fez suas, pello que emendou & acrescentou nellas, principalmente na del rey dom Afonso”, e ninguém estaria mais bem posicionado, até pelo cargo que desempenhava nessa altura, para consultar, manusear e remexer os arquivos, que o próprio Rui de Pina. Todavia, há que ter em atenção que Rui de Pina não sucedeu a Gomes Eanes de Zurara como cronista, e seria arriscado retirar fólhos de uma obra já conhecida e divulgada, naturalmente, por algumas pessoas importantes e influentes do reino, e pelo seu próprio antecessor, uma vez que, desde 1474, presumível ano da morte de Zurara, até 1497, o cronista-mor foi Vasco Fernandes de Lucena. Aliás, também não vislumbramos o interesse ou as razões que teriam levado Rui de Pina, a ser ele o responsável, em destruir fólhos que se debruçavam sobre uma época histórica específica, entre 1439 e 1447, período da regência do infante D. Pedro, até porque, o próprio Rui de Pina³³⁶, sendo diplomata e embaixador ao serviço de D. João II, teve conhecimento, naturalmente, da admiração que este rei sentiu pelo avô D. Pedro.

João de Barros, no prólogo das *Décadas*, dirigido a D. João III, informa ainda, depois de se queixar do descuido dos portugueses em encomendar os seus feitos *à custódia das letras*, que se dispunha a escrever o que eles fizeram, porque estavam perdidas até àquela data e sabia por escrituras particulares serem maiores do que aparentavam nas crónicas oficiais, *segundo mostram alguũs fragmentos de particulares escripturas*. Mais tarde declara que tudo ou a maior parte tirou de Azurara, «mas não foi pequeno o trabalho que tivemos em ajuntar cousas derramadas e por papéis rotos, e fora da ordem que ele Gomeeanes levou no processo deste descobrimento» (*Ásia*, Década I, Livro II, Cap. I), e ainda, «sabemos na voz comum serem mais cousas passadas e descobertas no tempo deste Rey [Afonso V] do que temos escripto» (*Idem*).

Estaria a política de sigilo, já abordada neste trabalho, associada a estas afirmações?

No que toca ao pseudo-silêncio dos cronistas, Damião de Góis é mais explícito do que João de Barros, porque no VI capítulo da *Crónica do Príncipe D. João* aponta claramente o desaparecimento de uma série de crónicas que deviam tratar sobre os Descobrimentos, chegando a insinuar que as furtara Rui de Pina. Relativamente ao desaparecimento das crónicas, as suas afirmações foram mais longe ainda no longo capítulo XXXVIII da parte IV da *Crónica de D. Manuel*.

³³⁶ Foi nomeado cronista-mor do reino, guarda-mor da Torre do Tombo e da livraria régia por D. Manuel, em 1497. A sua actividade cronística desenvolveu-se, pelo menos, desde 1490, data em que D. João II lhe atribuiu uma tença para "escrepver e assentar os feitos famosos asy nossos como de nossos Reynos".

Com base nas afirmações de João de Barros e Damião de Góis, e com o exame da *Crónica da Guiné*, Jaime Cortesão acreditou ter alcançado a prova de que o silêncio dos cronistas fosse propositadamente organizado. Este autor foi mais longe ao afirmar que «Góis cita e relaciona uma série tal de desaparecimentos de crónicas ou omissões de factos nas que ele conhecia, sobre Descobrimentos, que não se pode crer senão que ele soubesse a causa explicativa, mas não a pudesse revelar» (1924: 5).

Damião de Góis afirma no Capítulo VI da *Crónica do Príncipe D. João* que “o capítulo V da *Crónica del Rei D. Duarte* (de Rui de Pina) é seu [de Zurara] e assim todos os razoamentos que na dita crónica são escritos sobre a ida de Tânger, o que se bem conhece e vê do estilo e ordem costumada do mesmo Gomez Eanes”. João de Barros, como já referimos, neste ponto é mais expressivo: “E porque cada um não perca seu trabalho, também escreveu (Azurara) a *Crónica* deste Rei D. Afonso [Afonso V] até à morte do infante D. Pedro e a *Crónica del Rei D. Duarte*, seu padre”³³⁷. A este testemunho acrescentemos ainda o de Góis: “De maneira que esta *Crónica del Rei D. Afonso V* foi começada por Gomez Eanes e depois continuada por outros”³³⁸.

Tendo por base algumas afirmações de Damião de Góis e de Alexandre Herculano³³⁹, Jaime Cortesão não teve pejo em declarar que o exame das mesmas crónicas de Rui de Pina, comparadas com a de D. João II, que é inteiramente sua e com as que foram escritas por Azurara, nos confirma a opinião de que Pina se apropriou do trabalho daquele. Mas, segundo cremos, atesta o citado autor, «só o sigilo oficial sobre os Descobrimentos pode explicar o estranho facto» (1924: 57).

Jaime Cortesão justifica a sua opinião baseado no facto de que no que respeita à obra de Zurara, apenas desapareceram as crónicas ou capítulos que se referiam aos Descobrimentos e que na *Crónica de D. Duarte* de Rui de Pina não se fala de Descobrimentos e na de Afonso V apenas surge um simples capítulo sobre esse tema, e na de D. João II, época áurea dos Descobrimentos que ao tempo dominavam toda a política do Estado, apenas dois ligeiros capítulos, pois o segredo nacional era prioritário.

Muitas destas afirmações não passam de meras conjecturas, apesar de muitas delas, como opina Jaime Cortesão, serem apoiadas em prova documental ou relato coevo³⁴⁰. De facto, e seguindo o raciocínio do citado autor, muitas vezes nos questionámos das razões que poderiam ter levado Zurara a descurar a *Crónica do Rei D. Duarte* e do próprio Afonso

³³⁷ *Ásia*, Déc. I, Livro II, Cap. II.

³³⁸ *Crónica del Rei D. Manuel*, Cap. XXXVIII.

³³⁹ *Opúsculos*, V, pág. 21.

³⁴⁰ Vide, CORTESÃO, Jaime (1924). “Do Sigilo Nacional Sobre os Descobrimentos”. *Lusitânia: Revista de Estudos Portugueses*, I, pp. 45-81.

V, e omitir outros acontecimentos ligados aos Descobrimentos, os quais, o cronista, dadas as suas funções profissionais, teria necessariamente de conhecer.

Só há duas formas de um dia estas teorias poderem ser esclarecidas: ou aparecerem novos documentos que façam luz sobre o assunto, ou então é necessário partir para um estudo minucioso e exaustivo, interdisciplinar e transdisciplinar, com investigadores e especialistas dos mais diversos ramos da ciência, como da linguística, da história, da paleografia, da matemática, da informática, da estatística e outras, os quais teriam de trabalhar em colaboração estreita, com partilha e troca de informações permanentes, num trabalho sustentado em bases de dados estatísticas, quantitativas e qualitativas, sobre todas as obras conhecidas de Zurara e de Rui de Pina, o que seria um desafio altamente exigente, mas atraente e motivador.

Diz-se no *Tratado de Confissom* que «a cobiça he rayz e començo e meo e fñ de todo o mal e de todo pecado segũdo dizẽ os doutores e todo o mundo a serue como a emperatriz e asi he engrãdecida e asenhorada de todo o mũdo que des a mayor criatura ataa meor de todos he seruida e de todos he senhora porque em todos os mooraes da terra tẽ grande principado» (Machado, 2003: 94). Efectivamente, e na nossa despretensiosa perspectiva, foi a cobiça que fez actuar os inimigos de Zurara, foi a inveja que esteve por detrás da mutilação da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*.

Também o filósofo José Gil, no seu livro *Portugal, Hoje – o Medo de Existir* (2004), sustenta, com algum excesso e rigor, é certo, que a inveja faz sistema e está em todo o lado e que ela é a captação da essência do outro pelo invejoso. Infelizmente para Gomes Eanes de Zurara, e para a verdade histórica, a sua época foi particularmente propensa à propagação desse vírus ancestral.

O cronista escrevia acerca de acontecimentos contemporâneos, o que tornava muito mais difícil a quebra de afectividade e envolvimento pessoal: é difícil ser-se objectivo e imparcial nos juízos históricos formulados quando os estamos a viver de perto, pois o nosso cunho, a nossa visão e percepção pessoal, por mais que tentemos, vem sempre ao de cima, o que só abona em favor do cronista, dado o labor incessante na procura da verdade, como o próprio frisou: «que diz Túlio em seus livros, que entre os grandes cargos do historiador, principalmente deve ser lembrado de escrever a verdade» (CG: XXVII, 129).

Zurara foi um homem humilde que teve plena consciência das suas limitações, «o conhecimento que tenho de mñha rudeza e pouco saber» (CCDM: Cap. I, 3). Na sua modéstia temia não ser capaz de realizar com qualidade os pedidos do monarca: «pois que

deuo eu fazer muyto alto princepe que aallem de minha grande jnorancya per mÿ assaz conhecida» (*Idem*: 4), e ainda, «quis que ante reprehendesse mynha jnorancya» (*Ibidem*: Capitulo segundo, 4).

Apesar de toda esta simplicidade, demonstrou ser perspicaz, dedicado e trabalhador, uma vez que, sempre que pôde, como já vimos, reviu as suas obras, acrescentando-lhes novas informações e mais fidedignas, sempre no sentido de esclarecer e aprofundar a verdade dos factos narrados. No entanto, muitos criticaram os poucos conhecimentos culturais, literários e estilísticos de Zurara, para além do uso e abuso de citações. Todavia, e apesar da sua educação académica tardia, aproveitou em quantidade e qualidade os conhecimentos apreendidos com os príncipes de Avis e seus mestres, e na corte de D. Afonso V.

Pensamos ter demonstrado que Zurara foi um cronista honesto, tal como ele próprio o declarou, por exemplo, quando reconheceu ter-se servido de trabalhos de Afonso Cerveira, caso contrário ninguém falaria ou conheceria o mesmo. Mas há que ter em conta que o facto de não citar o nome do autor e respectiva obra que utilizara não implica qualquer ideia de furto. A noção de probidade intelectual nasceu mais tarde. A revelação de novas verdades passava ao património cultural, de que todos podiam usufruir.

Este processo de plágio não só assimilava as ideias, mas as próprias formas de expressão: "Au Moyen Âge troubadors et trouvères se copient les uns les autres: chansons de gestes et mystères utilisent bien souvent les mêmes thèmes. Les moines chroniqueurs pillent sous vergogne que les écrits leurs devanciere".³⁴¹

Quanto à sua erudição e ao seu estilo, registámos que o cronista escreveu páginas brilhantes, ricas em conteúdo e informações históricas, sendo pioneiro ao dar-nos a visão do Outro, o sentimento colectivo dos vencidos. Utilizando a oratória como modelo discursivo, o cronista reconstruiu o sentimento colectivo dos vencidos³⁴². Assim, o cronista dava conta já da problemática da alteridade, «contribuindo para o conhecimento do Outro que não implica ainda identidade nem identificação, mas que não determina também a imposição da sua própria imagem» (Buescu, 1990: 162).

Zurara era um homem religioso e tinha consciência de que os desígnios celestes eram insondáveis: «Hos segredos divinos trazem comsygo tamta escureza, que deballdẽ se trabalha nenhũ humanall emtemdimento de hos querer ãvestygar nẽ comprehendẽ»

³⁴¹ Citado por J. Costa no prefácio do *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, Porto, 1946 e extraído do *Livro dos Plágios* de Georges Mamevert.

³⁴² Vide, «Como os mouros no outro dia olhavam os muros de Cepta, e das rrezoões que deziam em seu louvor» (CC: Cap. LXXXVIII), peça retórica de uma notável e admirável criação literária.

(CCPM: Livro I, Capítulo LIII, 404). Com efeito, os mistérios divinos eram, na mentalidade zurariana, poderosos: «E em taes tempos soẽ as virtudes do çeeo mostrar seu ãfímido poder, quamdo não nas vallemτίας dos corpos grãdes, nẽ na fortalleza dos capitães os homees soẽ de esperar, mas no soo poder divinall acabam todo seu esforço» (*Idem*: Livro II, Capítulo IIº, 537).

À semelhança dos homens do seu tempo, o cronista era um homem supersticioso, marca de uma forma *mentis* muito mais radicada e permanente na consciência colectiva do século, e tinha consciência que «cada huñ nõ pode receber mais que aquello que lhe he dado pollas jnfluẽcyas do ceo» (CCDM: Capítulo .Rijj., 60-61). De facto, uma modalidade de conhecimentos muito em voga e muito aceite nos séculos XIII, XIV e XV, nas cortes de Castela, de Aragão e de Portugal, apesar de alguns homens esclarecidos³⁴³ não acreditarem nas influências siderais, os conhecimentos e estudos astrológicos eram unanimemente aceites, e com um alto grau de credulidade.

Atribui-se ao infante D. Henrique um livro intitulado *Secreto de los Secretos de Astrologia*, e temos conhecimento que D. Afonso V se preocupava com a Astronomia³⁴⁴, temática muito presente na *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*: «Assy o afirma aquelle grande strollogo Tollomeu que foy Rey do Egipto e Raby Mousem e Aalcabom Radyã. E outros sabedores desta arte aquelles que de todo nõ quiseram leixar a força aas strellas» (CCDM: Capítulo .Rijj., 61). Ainda na mesma crónica, verificamos que D. Henrique de Meneses, filho do conde de Viana, antes de ir interceptar uma galé francesa proveniente de Provença, em 1462, alertou os marinheiros para que observassem as estrelas Pólux e Castor, na Constelação dos Gémeos, Gemini, assim como a Ursa Maior: «E mãdou dõ Henrique oolhar contra o ceo pera ueer ã que põto era Pollus e Castor e de que aspeito sguardauã aa hursa mayor» (*Idem*: Capítulo .Cxix., 155).

É de presumir que os conhecimentos de Zurara sobre astrologia tenham sido adquiridos pelo estudo da famosa obra de Cláudio Ptolomeu (100-170), *Opus Quadripartitum de Astrorum Judiciis*³⁴⁵ e da célebre *Syntaxis Mathematica*, vertida, no século IX, do grego para o árabe, por Almamon, califa de Bagdad desde 813 a 833, ficando desde então a obra conhecida sob o nome de *Almagesto*, o mais importante livro na história

³⁴³ Vide, Rui de Pina (1977). *Crónica del Rei D. Duarte*. Titulação e remissão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão-Editores, Cap. II.

³⁴⁴ Vide, o *Tractatus de Sphaera* de João Sacrobosco, um original com 30 páginas manuscritas, composto em Paris, impresso pela primeira vez em 1472 e que teve mais de duas centenas de edições até ao século XVII. Esta obra era o livro de iniciação dos estudos astronómicos.

³⁴⁵ Vide, SANTARÉM, Visconde de (1841). *Introdução do descobrimento e conquista de Guiné*, pp. IX-X, e ainda, PRESTAGE, Edgar (1896). *The life and writings of Azurara*, pp. xlvii-xlviii.

da astronomia³⁴⁶, um livro que simultaneamente obliterou todas as obras que o precederam e se tornou a referência central de astronomia teórica durante mais de mil anos. Esta obra, posteriormente traduzida para latim, bem conhecida de Zurara, foi uma das mais lidas e conhecidas no Portugal da Idade Média³⁴⁷.

A invasão dos conhecimentos astrológicos nas páginas das crónicas parece contrariar o providencialismo e a liberdade de acção. A astrologia, aceitando uma motivação extrínseca aos eventos, faz depender da conjuntura do mundo sideral o que acontece na terra, decorrendo tudo por uma necessidade, não admitindo a intervenção de vontade própria do participante e excluindo a onnipotência divina. A astrologia traz implicações teológicas e éticas, «e o homem deixa de ser responsável pelos actos, afastada a condição essencial da atribuição de valor à conduta humana, o livre arbítrio» (Prudente, 1960: 256).

Apesar de encher as suas páginas de prognósticos astrológicos e horóscopos, o cronista tinha uma noção providencialista do acontecer, tal como se constata na seguinte asserção: «no que se mostra que todas as cousas não são mais que como Deus quer que seja, e aos tempos e termos que a ele praz» (CG: Capitulo LXXXII, 343).

A conciliação entre o mundo da causalidade divina e o da influência astral encontrava-se no grau de credulidade atribuído ao cronista, furtando-se assim a consequências teológicas e morais, de que teve consciência. Para Gomes Eanes de Zurara, a predestinação no ser humano não era absoluta, a não ser que lhe faltasse o apoio divino ou os dotes naturais, mas «as allmas, per hũ ymtrinsyco segredo, veẽ muitas cousas que ham-de viir. E esto primçipallmente quamdo os espiritus estam rrepousados no sono» (CCPM: Livro I, Capitulo LXXIX, 511).

Deus era o arquitecto do mundo que continuava a assistir à criação e governava o mundo segundo uma determinada ordem. No acto da criação, Deus estruturou o mundo, conjurando-o à realização de determinados fins, que foram revelados aos homens por graça divina, e por meio da razão os seres humanos podiam furtar-se à concretização do que previamente lhes fora determinado. Deus, no acto da criação, admitiu a desigualdade e nenhum ser humano tinha possibilidades de receber mais do que a Divindade lhe outorgou no mundo sublunar: «E cada huũ nõ pode receber mais que aquello que lhe he dado pollas jnfluẽcyas do ceo» (CCDM: Capitulo .Rij., 61).

³⁴⁶ Outras influências da Astronomia muçulmana no Portugal medievo podem evidenciar-se também nas moedas dos primeiros reinados da História de Portugal, nomeadamente, nos dinheiros de D. Afonso III, no tornês de D. Dinis, no dinheiro de D. Afonso IV, nos dinheiros de D. Pedro I e no tornês de D. Fernando.

³⁴⁷ Vide, SILVA, Vasco Jorge Rosa da (2007). “A Astronomia muçulmana no Portugal medievo”. In *História*, Ano XXVIII (III Série), n.º 93, Janeiro 2007. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 40-45.

Repare-se como o cronista justificou a modificação de atitude e de opinião do conde D. Pedro de Meneses, quando este alterou as ideias acerca do seu sucessor na capitania de Ceuta: «E por semelhãte meteo dona Beatriz huũ seu fisico que se chamaua meestre Josepe a que o conde daua grande autorydade, ajũtauasse a isto a natureza daquelle conde que era de mudaues propositos ca nacera ã signo de dous corpos na triplicidade do fogo» (*Idem*: Capitullo .Vij., 18).

Rodrigues Lapa acusa o cronista de supersticioso: «Este homem sensível era [...] um supersticioso. Encheu a cabeça de astrologia, em idade já madura, e ficou sempre com a mania das visões, das profecias e agoiros» (1981: 398). Efectivamente, encontrámos algumas passagens que revelam na perfeição esta sua característica: «Porẽ de necessydade esta que todollos corpos sensituios hora seiam criaturas racyonaaes ou cada hũa das outras em que nõ ha rezõ, todas naturalmẽte hã dauer inclinaçõ aaquellas cousas a que os a costollaçõ primeyramẽte inclinou» (CCDM: Capitulo .Riiij., 61); «e isto é, inclinação das rodas celestiaes, (...), que posto que seja escrito que o barão sabedor se assenhorará das estrelas, e que os cursos dos planetas, (...), manifesto é porém que são corpos ordenados no mistério de nosso senhor Deus, e correm por certas medidas e a desvairados fins, reveladas aos homens por sua graça» (CG: Cap. VII, 46); «E se assim é falando como católicos, que as contrarias predestinações das rodas do céu, por natural juízo, com alguma divinal graça se podem estorvar, muito mais de razão está que as que proveitosamente predestinadas forem» (*Idem*: 47)³⁴⁸. Todavia, e apesar desta crítica feita ao cronista, é o próprio Rodrigues Lapa que acaba por lhe reconhecer brilhantismo e relevo literário: «Esta sensibilidade, o dom das lágrimas, embora descabido em história, dá por vezes relevo literário às páginas de Zurara. Como exemplo dessa delicadeza do coração, um pouco sufocado em retórica, nada melhor do que o quadro da partida dos cativos em Lagos» (1981: 399).

Zurara teve, na verdade, ideias concebidas sobre a predestinação e as influências celestiais: «que posto que Santo Agostinho escreva muitas e santas palavras reprovando a predestinação das influencias celestiais, em outras partes me parece que acho autoridades contrarias, assim como de Job» (CG: XXVIII, 135-136). Assim, para o cronista, tudo o que se passava no mundo animal e no mundo sensível do homem estava dependente dos astros, mas quanto ao proceder caracteristicamente humano a constelação predispunha-nos a uma linha de conduta sem, contudo, nos arrastar irresistivelmente. O homem podia subtrair-se

³⁴⁸ Vide, PINA, Rui de (1977). *Crónica del Rei D. Afonso v. Titulação e remissão de M. Lopes de Almeida*. Porto: Lello & Irmão-Editores, p. 305.

dessa tendência apelando para as capacidades intelectuais, cujo grau de desenvolvimento, dependia da bondade divina.³⁴⁹

Apesar de conhecermos muitas das qualidades e carácter do cronista, o seu retrato moral está por traçar, mas da leitura da sua obra fica-nos a impressão de um espírito compassivo, sensível à miséria e sofrimento do próximo, mesmo pertencente a raças e religiões diferentes, como verificámos nas seguintes passagens: «Eu te rogo que as minhas lágrimas nem sejam dano da minha consciência, que nem por sua lei daquestes, mas a sua humanidade constringe a minha que chore piedosamente o seu padecimento» (CG: XXV, 121), e, «Mas qual seria o coração, por duro que ser podesse, que não fosse pungido de piedoso sentimento, vendo assim aquela companha?» (*Idem*: 122).

O cronista quebrou as barreiras entre as raças e religiões, mas, apesar de tudo, manteve ainda a inteligência mergulhada na mentalidade medieval, e defendeu a guerra, enquanto a ordem do coração o levou a revoltar-se contra essa mesma guerra. Apesar de tudo, o cronista duvidava da justeza da guerra porque o infiel era um ser humano com as mesmas necessidades e sentimentos dos cristãos.

Em muitos excertos da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* vemos a revolta interior e indignação causadas no cronista devido ao padecimento daquelas pobres populações que eram espoliadas, mortas e perseguidas, sem terem feito mal algum. Esta atitude de mágoa e revolta, revela-se na fala do Mouro que se dirige a D. Duarte de Meneses nestes termos:

Oo Senhor disse aquelle mouro que crueza he esta e que tribullaçõ tã grande he esta que uẽ sobre nos que nos assy tyraaes cada dya huũs da vida e outros da terra que os criou. E por uẽtura nos nõ somos homeẽs como uos outros e esta terra que possuymos nõ foy de nossos padres e auoos, que pecado he este nosso que cada dya pedaço e pedaço nos hijs tirãdo assy da uida como da terra em que nacemos. Boos Reis ouue nos tempos ãtijgos ẽ Portugal e nõca nos semelhãtes dãpnos fezerõ, como de poucos ãnos pera aca uos outros fazees. Somos gẽte miserauel e pobre e auemos príncepes fracos e sem coraçõ e por isso somos ẽ semelhãte trabalho (CCDM: Capitulo .Cxxvj., 168).

O cronista tinha uma alma tão compassiva que até lastimava o sofrimento das vítimas: «amdando por aquelles boscos, hera piadosa cousa de ouvir os gimedos delles, posto que fossem ymfies» (CCPM: Livro I, Capitulo XIII, 220).

³⁴⁹ Já durante a Reconquista Cristã, tanto cristãos como mouros tinham receio dos corpos cometários e dos meteoritos, havendo uma interpretação mística e supersticiosa daqueles astros, factos que podemos apurar na *Crónica de D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão.

Se como homem condenava a guerra, como cristão admitia-a. Admitia como causas da guerra a ambição e o antagonismo religioso, explicando assim as duas espécies de guerra. A luta entre cristãos, só podia ser ditada pela cobiça de algum príncipe, a luta entre povos de religiões diferentes, era justificada pela diversidade ideológica.

O proselitismo religioso de exaltação e propagação do cristianismo era a justificação zurariana para a guerra contra o islamismo. Havia um entrecruzar de vantagens nesta guerra: os cristãos carentes de braços arranjavam gente para trabalhar e os indígenas convertidos eram solicitados a integrar-se no modo de vida dos portugueses, favorecendo-lhes a assimilação. A escravização acabava por ser apenas uma etapa má, mas necessária à libertação da ignorância e à concessão do benefício da salvação da alma.

Sob o ponto de vista humano, Zurara condenava a guerra ou qualquer violência. Mas esse lampejar de humanidade era amarfanhado pelas exigências de justificação. O desespero dos mouros, desalojados dos seus lares e despejados dos seus haveres, e perante o “fartar cobiças” dos cristãos, inculcaram no cronista sentimentos filantrópicos, humanitários e de piedade: «E por todallas partes auya mortes assaz. Outros se leixauam prender por segurarẽ as uydas. Ally prendyã maridos sem molheres, e molheres sã maridos e padres sem filhos e filhos sem padres, os quaaes achauã scondidos per essas fragas e por esses matos aïda que fossem baixos e raros e de pouca rama. E assy foy feita em elles muy grande destroiçã ã aquelle dya assy de mortos como de catiuos» (*Idem*).

Zurara deu os primeiros passos para uma reflexão sobre a diversidade humana, sobre a identidade da “geeraçõm dos filhos de Adam”. O cronista foi, em última instância, um pacifista, apesar de defensor da corrente expansionista. Um sopro de piedade humaníssima acode a todo o momento às suas páginas. Conhece-se o acento dorido de uma consciência cristã, revoltada perante a patética separação de escravos em Lagos:

Ally se poderiam ouvir dorosos gritos e gimedos mortaes, cada hũ segumdo a parte da paixão que sentia. E quall podia ser o coração que nõ ouvesse piadade daquellas criaturas, emquamto lhe llebrasse que heram rraçoais? Malldito seja o pecado de Caym, que primeiramente gerou ymizade amtre os homẽs, que tall discordia pos amtre as criaturas humanaes, e desy a malldita seyta do abominavell de Mafamede, que tamtas allmas apartou da nossa samta lley (*Ibidem*: Livro I, Capitulo XXV, 282).

A partilha dos escravos é descrita com emotividade e com um tom retórico de interpelação a Deus: «OO tu (...)», seguido de um certo número de qualificativos que dão conta da formação erudita e dos referentes culturais do cronista, *devynal essência, sancta*

cidade, a referência à concepção do universo segundo a doutrina ptolomaica, induzindo-nos na dúvida do relativismo.

Zurara derramava lágrimas por esses miseráveis, não tendo em conta a *sua ley* (religião), mas sim a sua humanidade, *som geeraçõm dos filhos de Adam*. Entra, pois, no caminho novo ou moderno do etnocentrismo isto é, «a figura natural do universalismo» (Buescu, 1990: 167). Segundo esta autora, «a abertura para a modernidade na obra de Zurara não exclui mas coexiste com a vinculação ao modelo genérico da historiografia medieval, a partir de Adão, e se torna ou se pretende abrangente e panorâmico de uma história universal» (*Idem*: 169).

Zurara demonstrou que as barreiras religiosas se quebravam repetidamente mesmo em tempos de guerra. Os homens dialogavam, respeitavam-se e revelavam valores éticos e humanitários. Cristãos e Muçulmanos surgiam irmanados e partilhavam respeito mútuo, eis a mensagem do cronista, como se pode constatar nas seguintes palavras: «Ainda que assy seia que uos outros disse elle seiaaes doutra ley contra a nossa, sooes porẽ homeẽs como nos e fica outra ley antre nos que he a da natureza a qual nõ fez extremos antre hũas gẽtes e as outras, ãte mandou que cada huũ amasse quanto deseiasse seer amado, e que fizesse a sseu prouximo o que querya que a ssy meesmo fezessẽ» (CCDM: Capitulo .Cxxxiiij., 180).

Pouco sabemos da sua maneira de ser – se era jovial ou austero, cordato ou irascível, caloroso ou frio e distante. Mas sabemos que conheceu os principais sentimentos de um ser humano: o medo, a coragem, a fama, a glória, a inveja e a intriga.

Foi Zurara que com o brilhantismo da sua pena, se tornou um pioneiro na defesa dos direitos humanos: «Como o autor aqui razoa um pouco sobre a piedade que ha daquelas gentes, e como foi feita a partilha [dos escravos]» (CG: Cap. XXV, 121).

Humanista cristão, recusou-se a glorificar o inexplicável – a escravatura: «E vos outros, que vos trabalhaes desta partilha, erguardae com piedade sobre tanta miséria» (*Idem*: 123). Assim, ao realçar o valor da pessoa humana e defender os direitos do Homem, antecipa o humanismo renascentista e a filosofia das luzes do século XVIII.

Gomes Eanes de Zurara foi um cronista invulgar porque conseguiu injectar sensibilidade, virtuosismo, humildade e humanitarismo nos factos que descreveu: «E assy acabou aquelle nobre e tã honrado caualleyro cuja morte foy muy chorada, pero nõ tanto como deuera. Peço aaquelles que leerẽ esta estorea que quando a este põto chegarẽ o ajudẽ a tyrrar dalgũa pẽna em que esta o que eu pello contrayro pyadosamẽte creo cada huũ cõ sua oraçõ nõbrandosse que quẽ por outrẽ roga, por sy roga» (CCDM: Capitulo .CLiiiºj., 199).

Acusaram o cronista de desdenhar e esquecer o povo nas suas obras. Contudo, foi o próprio Gomes Eanes de Zurara que lidou com pessoas simples, ao ponto de receber uma fabulosa herança de uma simples peliqueira do povo, que o perfilhou, sinal da sua modéstia e humildade social e do seu convívio com todos os estratos sociais, apesar da sua riqueza material conhecida e da sua invejável posição social.

O patriarca dos nossos cronistas dos Descobrimentos superou alguns preconceitos da sua época e, em muitas páginas onde aflorou a simpatia humana, foi moderno, transpondo e apagando os antagonismos de raças e credos: «E algumas viúvas honradas que compravam algumas daquelas [escravas], umas as recebiam por filhas, outras lhe deixavam em seus testamentos de suas riquezas, por que se ao diante mui bem casavam, havendo-as de todo por livres» (CG: Cap. XXVI, 126).

O humanitarismo português sobressaiu nestas acções praticadas com as escravas e os seus sentimentos do cronista empolgavam-se na condenação dos dissídios, mas a realidade era outra, havia que justificar a luta. As conquistas como as descobertas realizavam-se procurando servir a Deus, e era natural que a divindade estendesse o manto protector, prestando auxílio aos obreiros.

A Divindade que perpassava na obra de Zurara era actuante, constituindo uma verdadeira providência – era a concepção providencialista nitidamente medieval, na qual o português procurava a protecção e salvação divina: «E estando assi elRey em este conselho pera filhar aly terra, sobreueo huã grande tormenta, pollo qual foi neçessario que se elRey dahy partisse pera outra parte, porque o lugar era tal que a frota nam podia aly rrepairar, mas esto foi enuiado polla graça de Deos segundo adiante sera contado» (CC: Capitullo Lix, 175).

A onipotência divina era a fonte providencial de todo o acontecer:

Porque ho huso muda a natureza, assy as nossas gemtes husarão tamto as pellejas dos mouros, (...), que jaa muito poucos nõ tomavã espamto de muytos, o que se mais deve atribuyr aa graça de Deus que aas forças humanais. Porque, segumdo o Apostolo, Deus he o que obra ã nos, e o seu comprimemto segumdo as cousas que se amte e depois seguyrã, assy ã esta çidade como em Allçaçer, des que o ell rrey dom Affonso filhou aos mouros, manyfestas forã as maravilhas que fez ho senhor Deus pello seu povo cristão. Caa temos que, se allgũas vezes os aqueçimemtos lhe vinhã cõtrairos, mais hera porque se fiavã ã suas forças e não na graça daquelle de cujo seo saẽ todolos bẽes deste mumdo, que não per outro humanall ãpedimẽto (CCPM: Livro II, Capitolo primeiro, 534-535).

Deus estava sempre ao lado dos cristãos, dos que combatiam pela fé. As próprias lutas entre os mouros eram obra de Deus. A inépcia dos mouros em manobrar as bombardas contra Alcácer, de molde a não causar prejuízos nem mortes entre os cristãos, também era obra de Deus:

Pero com todo jsto por graça de Deos nũa partyã dos muros sem muyto melhor paga e muyto mais larga do que emprestauã, tijnham ainda os mouros algũas bõbardas em que estaua grã parte de sua speranza por que entenyã que com ellas auyam de poer os muros pello chaõ ca erã taes que cada hũa lançaua pedra de peso darroua e dellas de mea as quaaes muyto e a meude fazyã jugar mas Deos a que prazyã guardar o que a sseu santo serujço se oferecera guardou assy aquella gente que ataaquelle dya nũa receberõ outro dâpno senõ o espanto que o soõ fazya (CCDM: Capitulo .Rvj., 64).

Zurara foi, pois, um escritor em cujo espírito começaram a irromper, teimosos, os alvares humanísticos da era renascentista, uma vez que procurou filiar o seu discurso num equilíbrio entre pormenor e concisão, sendo seu propósito aproximar a escrita de uma concepção de modernidade: «Having placed Zurara between the medieval writers and those of the Renaissance, Prestage prefers to conclude by calling Zurara a great medievalist instead of a mediocre Renaissance writer» (King, 1976: 28).

Na preocupação de acumular adornos e figuras de estilo, introduziu algumas características que a arte barroca irá trabalhar, como aliás toda a escola flamenga dos *Grands Rhétoriciens*. Com o seu estilo nem sempre fluente, teve algumas das características do gótico decadente, como a sobrecarga do ornato, e anunciou a Renascença por certa majestade, pelo gosto da frase longa com largo uso da subordinação conjuncional ou pronominal relativa, e sob este aspecto pertenceu a uma fase nova da arte literária.

Nos começos do século XIX, foi posta em causa a reputação de Gomes Eanes de Zurara, no cargo de guarda-mor da Torre do Tombo, exercido entre 1454-1474³⁵⁰. Efectivamente, há graves e falsas acusações que pesam sobre o cronista e que é de toda a justiça desmontar, uma vez que puseram em causa a honestidade e a probidade do cronista: a primeira refere-se à atribuição da destruição de livros de registo; a segunda relaciona-se com a falsificação de um documento, mais concretamente, uma suposta carta de doação feita em favor de Ordem de Cristo por D. Fernando, em 1373³⁵¹. Vejamos os factos.

³⁵⁰ Apesar de já exercer o cargo de cronista-mor em 1448, o cronista tomou posse do cargo a 6 de Junho de 1454, mas desde Janeiro de 1451 que recebia a tença anual de 6.000 reais brancos pelo cargo que desempenhava de “canonista”. Deve ter falecido no exercício do mesmo cargo entre 19 de Dezembro de 1473 e 2 de Abril de 1474, conforme já descrevemos no capítulo 4, subcapítulo 4.8.

³⁵¹ A sentença foi proferida pela Casa da Suplicação em 12 de Janeiro de 1479 e pode ver-se no livro 1 dos “Direitos Reais”, fl. 216. O original está na “Coleção das Gavetas da Torre do Tombo” (gav. 12, maço 2, n.º

No ano de 1459, D. Afonso V fez cortes em Lisboa e entre as muitas providências adoptadas para o bom governo do reino, ordenou a reforma dos livros de registo das escrituras do reino. O monarca mandou que se tirassem para livros novos *aquelas cousas que fossem substanciais*, isto é, que se fizesse o sumário da parte útil dos documentos e que se deixassem as outras *cousas de que não havia razão de aproveitar a ninguém*. Deste trabalho foi encarregue Gomes Eanes de Zurara. Os livros de registo assim reformados, referem-se aos reinados de D. Pedro I, D. Fernando e D. João I.

No *Archivo Real, Livraria da Chancellaria do Senhor D. Pedro I.*, fol 81, lê-se:

ElRey Dom Affonso o V dos Reys de Portugal, (...). Mandou que se tirassem em este livro aquellas, que sustanciaes fossem, para perpetua memoria, e que as outras ficassem, e que não havia razão de aproveitar. E som em este Livro Doaçõens, Privilegios, Apresentaçõens, Legitimaçõens, Aforamentos, Coutamentos, Morgados, Confirmaçõens, e assim outras semelhantes. E eu Gomes Annes d'Azurara (...), Chronista do dito Senhor, Guarda-mor da dita Torre, a que o dito Senhor deu carrego desto mandar fazer.³⁵²

A esta reforma dos livros de registo, liga-se um facto que tem sido motivo para ser apreciada, pouco favoravelmente, a probidade do cronista como guarda-mor das escrituras. Com efeito, João Pedro Ribeiro, em 1819, publica dois livros, onde insere algumas notícias documentais, a partir das quais extrai ilações sumamente gravosas para a reputação do cronista, no exercício das suas funções, acusando-o de destruidor de documentos preciosos.

Em defesa de Zurara e da verdade, D. José Pessanha, no artigo “Uma reabilitação histórica”, afirma que João Pedro Ribeiro³⁵³, baseando-se no facto de se conservarem na Torre do Tombo alguns, embora poucos, livros originais de chancellaria anteriores a D. Afonso V, conjectura que, no meio da empresa se atenta nos inconvenientes dela: «Embora nenhum dos livros extractados por Gomes Eannes alli se encontre hoje, pende a crer que alguns se conservaram, pelo menos até à reforma empreendida por D. Manuel, porque num dos luxuosos volumes de leitura nova ordenados pelo monarcha venturoso, encontra-se exarado na integra um diploma que, no livro 1 da chancellaria de D. João I, – que é dos reformados por Gomes Eannes, – se lançou apenas por ementa» (1905: 287-288).

10, constituindo um caderno de 12 fls. em pergaminho). Esta sentença evidencia grande preocupação em defender a superioridade do poder real relativamente à jurisdição civil nas terras e lugares do reino pertencentes não só à Ordem de Cristo como a qualquer outra. A sentença foi integralmente reproduzida por João Pedro Ribeiro no 4.º volume das suas *Dissertações Cronológicas e Críticas*, parte I, pp. 210-224.

³⁵² Chancellaria de D. Pedro I, fol. I, r, a, e fol. 81, r, a. Reproduzido por João Pedro Ribeiro (1860: 336) e por Francisco Maria Esteves Pereira (1915: 294).

³⁵³ João Pedro Ribeiro, *Memórias Autênticas para a História do Real Arquivo*, pp. 21- 23.

Esta restrição atenuou, sem dúvida, a culpa atribuída ao cronista:

Embora, para ella dever considerar-se grave, bastasse que um só dos livros originaes tivesse sido inutilizado, porque muitos documentos houve que se reputaram escusados e por isso não passaram para os novos livros, e, dos que se aproveitaram, poucos foram transcriptos na integra, lançando-se a maior parte por ementa. É, porém, menos grave ainda a culpa de Gomes Eannes. Com a publicação destes documentos, fica ilibada a memoria do sucessor de Fernão Lopes no cargo de guarda das escripturas do registo del-rei (*Idem*).

A partir das apreciações de João Pedro Ribeiro, outros autores continuaram a insistir nas acusações contra o cronista. Assim, Edgar Prestage³⁵⁴ limita-se a repetir as afirmações de João Pedro Ribeiro, enquanto Aires de Sá³⁵⁵ emite já uma censura a Zurara, a propósito dos livros que escaparam, por acaso, ao furor do sábio e pernicioso guarda-mor.

Na *Enciclopédia Portuguesa-Ilustrada*, dirigida por Maximiano de Lemos, o biógrafo do cronista avança espantosas revelações ao escrever que ele destruíra pelo fogo um grande número de documentos (cfr. Branco, 1985: 56). Todavia, deve dizer-se que o cronista apenas se limitou a fazer os sumários dos antigos livros de registo que estavam em mau estado³⁵⁶ e o desaparecimento dos livros antigos, garante Anselmo Braamcamp Freire, só sucedeu entre 1526 e 1532, quando Tomé Lopes era guarda-mor e escrivão da Torre do Tombo³⁵⁷, facto que iliba Gomes Eanes de Zurara de toda e qualquer responsabilidade sobre a destruição ou desaparecimento dos livros e documentos.

Também Mário Fiúza acusa, erradamente, o cronista de pouca seriedade: «Temos hoje provas indubitáveis da pouca honestidade de Zurara, que chegou a forjar uma carta de doação em favor da Ordem de Cristo que se encontra no Livro 1 da Chancelaria de D. Fernando (fl. 201)» (1966: 78).

Efectuadas as necessárias pesquisas, encontrámos documentação que negam taxativa e peremptoriamente tais acusações, uma vez que o *Livro 1 da Chancelaria de D. Fernando* (fol. I a CC) foi escrito por Fernão de Elvas, escrivão da Torre do Tombo, sob a superintendência de Gomes Eanes de Zurara, e a folha 201 do mesmo livro foi anexada depois do livro ter sido escrito e encadernado.

³⁵⁴ PRESTAGE, Edgar (1896). “The life and the writings of AZurara”. In *The Chronicle of Discovery and Conquest of Guinea*, vol I, pp. I-XXIX. London: Hakluyt Society

³⁵⁵ SÁ, Aires de (1899). *Frei Gonçalo Velho*, vol. I. Lisboa, pp. XXXVII-XXXVIII.

³⁵⁶ Ver as referências elogiosas que João de Barros faz ao cronista Gomes Eanes de Zurara em *Décadas da Ásia*, dec. I, liv. I, Cap. II.

³⁵⁷ *Arquivo Histórico Português*, vol. III, p. 288 e segs; *Um Aventureiro na Empresa de Ceuta*, 1913: 23-27.

O registo da mencionada folha 201 (retro e verso) foi feito por Gomes Eanes, clérigo e criado de Gomes Eanes de Zurara, então guarda-mor da Torre do Tombo, e a carta de doação, apresentada por parte da Ordem de Cristo, foi escrita por Rui Lopes de Vieiros (Lisboa, 17.08.1473), escrivão da Torre do Tombo e, segundo o seu testemunho, *a partir de um traslado escrito em papel, que lhe entregara o cronista*. Por último, na Torre do Tombo não se encontrou nenhuma carta nem registo de livro velho ou novo que contivesse a escritura da carta de doação.

Os factos apontados não provam que a doação não tivesse sido feita por D. Fernando, porque nem todas as cartas passavam pela chancelaria. Todavia, a veracidade da doação é posta em causa porque a Ordem de Cristo apresentou somente o traslado feito por Rui Lopes de Vieiros, e não o original da carta de doação, devidamente selada. Na Torre do Tombo não foi encontrada nenhuma carta ou registo da doação e, sendo a carta de doação datada de 8 de Março da era de 1411 (1373 d. C.)³⁵⁸, é espantoso que nela se diga que D. Frei Nuno Rodrigues, mestre da Ordem de Cristo, ainda servia a el-rei D. Fernando, *sabendo-se que ele era falecido em 1372 d. C.*³⁵⁹, pelo que a seriedade do cronista não pode ser posta em causa (cfr. Branco, 1985: 55-67).

Solidário com as conclusões anteriores, Dias Dinis faz notar, por sua vez, que à data da sentença da Casa da Suplicação, em 12 de Janeiro de 1479, Gomes Eanes de Zurara era falecido havia uns cinco ou seis anos, «não podendo, portanto confirmar ou impugnar a informação do escrivão Rui Lopes, questionando ainda se o caso não teria resultado devido a um abuso de confiança praticado por Gomes Eanes, clérigo e criado do cronista, o qual (talvez, por sua morte) não intervém igualmente no processo» (1949b: 80-81).

Tendo presente que qualquer indivíduo é um ser complexo, multifacetado e dinâmico, temos consciência de que jamais qualquer abordagem da vida e obra de Gomes Eanes de Zurara terá um carácter definitivo. Com efeito, todo o ser humano, em particular os

³⁵⁸ Recorde-se capítulo 2, subcapítulo 2.4, página 100, sobre a *Era Hispânica*, ou de César, que foi substituída pela Era Cristã, em Portugal, no reinado de D. João I, pela lei de 22 de Agosto de 1422, em 1-1-38 a. C..

³⁵⁹ *Arquivo Nacional*, livro 1.º dos Direitos Reaes, fol. 216 r-22 v. J. P. Ribeiro, *Dissertações Chronologicas e Criticas*, tomo IV parte 1, Lisboa, 1867, pp. 222-236. Reproduzido por Esteves Pereira, 1915: 223-233.

Não é consensual o ano da morte de Fr. Nuno Rodrigues. Segundo Vieira Guimarães em *A Ordem de Cristo* (1936: 71), Fr. Bernardo da Costa em *História da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo* (1771: 39), Francisco Maria Esteves Pereira, na introdução à *Crónica da Tomada de Ceuta por el-rei D. João I* (1915: XXXVIII) e António Dias Dinis em *Vida e obras de Gomes Eanes de Zurara*, vol. I – Introdução à *Crónica dos Feitos da Guiné* (1949: 81), D. Nuno faleceu em 1372 d. C., depois de 15 de Março. No entanto, o doutor Pedro Álvares Seco, o primeiro cronista da Ordem de Cristo, dá-nos uma versão diferente sobre o assunto na sua *Compilação das Escrituras da Ordem de Cristo*, relatando que D. Frei Nuno Rodrigues foi Mestre feito por D. Pedro, no primeiro ano do seu reinado, era de 1395 (1357 d. C.) e teve o Mestrado mais de 15 anos, pelo que, o ano da sua morte seria 1373 d. C.

protagonistas da História, suscitam reacções e emoções diferentes no tempo e no espaço, que influenciam e condicionam a percepção, o olhar e o pensamento de quem os observa, analisa ou estuda.

Com a nossa investigação, procurámos, na medida do possível, traçar o retrato moral do cronista. Nesse sentido, pesquisámos nas suas obras, especialmente na *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, obra objecto do nosso estudo, passagens que, de alguma maneira, espelham e definem o carácter, o espírito e a alma zurariana.

O cronista foi um homem de espírito recto e esclarecido, superior aos preconceitos do seu tempo, que reconheceu, no entanto, as suas fraquezas e limitações, fazendo da sua humildade a grandeza das suas acções: «E qual fortaleza pode ser maior que a daquele que se vence a si mesmo» (CG: Cap. VI, 37).

Durante o percurso do nosso estudo fomos descobrindo características, sentimentos e virtudes que nos permitem afirmar que o segundo cronista português foi um verdadeiro filantropo e um sentimentalista. Com efeito, e como já descrevemos, Zurara emocionava-se com o sofrimento dos outros e sentia piedade face à desgraça alheia. Mas estes sentimentos não indiciam qualquer timidez ou fraqueza por parte do cronista, ao invés, quando necessário, Zurara revelou-se um homem de coragem e não temeu focar assuntos sensíveis e delicados mesmo quando se tratava de falar dos próprios pais do monarca:

O qual tomou specyal cuydado deste alleuâtamento delRey seu sobrinho. Seguyrarse depois grandes deuisoões no regno por causa do regimêto. E isto por que o Rey finado leixara o encarrego de todo aa Raynha sua molher, o que pareceo caasy a todos contrayro aa boa rezom .s. que huñ tal regno e em que aaquele tempo taaes tres principes auya como eram os Jffantes dom Pedro e dom Henrique e dom Joham, ouuessem de ser Regidos por molher dado que uertuosa fosse (CCDM: Capitulo .xxv., 44-45).

Apesar deste estudo conter toda a bibliografia zurariana a que tivemos acesso, pensamos que as pesquisas sobre a vida e obras de Zurara não estão de forma alguma esgotadas, antes pelo contrário, carecem de novos estudos e análises mais profundas. Com efeito, temos plena consciência de que a análise crítica das crónicas zurarianas, nas vertentes histórica, literária e cultural, é o caminho a seguir para se estudar e conhecer a vida e obra do cronista. Esse é um trabalho de base obrigatório que tem de ser feito por quem almeje de facto aprofundar, conhecer e compreender o cronista, a sua obra e a época histórica em que se integra. Mas isso é só o primeiro passo. O segundo é pesquisar autores coevos do cronista e todas as obras de carácter histórico-cultural associadas à época, ao

cronista, à cultura e à História de Quatrocentos, e outras que incidam sobre os temas de pesquisa em causa ou a ele ligados.

É certo que os escritos zurarianos têm sido interpretados e trabalhados ao longo dos tempos. Mas continua a não existir um estudo amplo, abrangente, não só do seu pensamento historiográfico e ideológico como, até, da sua própria existência. Apesar de na nossa investigação trabalharmos os aspectos históricos, ideológicos e culturais associados ao cronista, o que nos obrigou a consultar e trabalhar constantemente com todas as crónicas zurarianas, falta uma análise mais profunda de todas as suas obras, comparando-as ainda com outros autores, personagens e obras coevas do cronista. Na verdade, são necessários mais estudos bibliográficos sobre o autor e os seus manuscritos, com vista à elaboração de edições rigorosas, com notas críticas, anotações filológicas e índices analíticos, sobre os quais se estabeleceriam então análises convenientes, tanto qualitativas como quantitativas.

No nosso trabalho, procurámos enquadrar Gomes Eanes de Zurara no seu contexto espaço-temporal e na sua verdadeira dimensão humana: o homem, o cronista oficial (funcionário), e o escritor. Assim, preocupámo-nos em situar o cronista na época histórica em que decorreu a sua vida, no contexto em que viveu. Nesse sentido, fomos às raízes históricas da formação de Portugal e do desenvolvimento da língua e cultura portuguesa, inseridas, obviamente, no contexto peninsular e europeu, de molde a situar o cronista na conjuntura socio-económica e político-cultural em que viveu.

Da sua missão profissional, focámos os aspectos mais relevantes da sua actividade enquanto cronista do reino. Assim, todas as suas obras foram trabalhadas no sentido de aprofundarmos a nossa visão sobre o cronista e enriquecermos o nosso estudo. Sempre que foi possível, procurámos ilustrar e complementar as nossas ideias, sugestões e argumentos com excertos das suas crónicas, especialmente da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, obra primordial do nosso trabalho.

Do seu papel enquanto escritor, apresentámos também muitos excertos de todas as crónicas zurarianas, os quais nos permitiram compreender e conhecer melhor o cronista, a sua vida, o seu percurso literário, e os objectivos das suas obras.

A nossa análise procurou acrescentar à visão, essencialmente histórica, que persiste nos estudos anteriores elaborados sobre as crónicas de Gomes Eanes de Zurara, uma nova perspectiva social, cultural e literária que muitos críticos teimam em não reconhecer na obra zurariana, uma vez que não vêem o cronista com os olhos do seu tempo. Ora, para se estudar e conhecer Zurara, é imprescindível que saibamos auscultá-lo com o espírito

vigente na *Respublica Christiana* e vê-lo com os olhos de Quatrocentos. Caso contrário surgirão muitas distorções nas nossas próprias percepções.

Ao longo de toda a investigação, tivemos sempre a preocupação de nos servirmos das crónicas zurarianas como fontes primárias e documentais do nosso próprio estudo. Nesse sentido, recorreremos a inúmeras passagens e citações zurarianas que ajudaram a completar e clarificar a argumentação desenvolvida, no sentido, não só, de revelar a força dos nossos argumentos, como a de demonstrar a riqueza histórico-cultural e literária das suas obras.

Não se conhecendo nenhum autógrafo das obras de Zurara, e nesta insegurança de textos apógrafos para cada um dos códices utilizados, sentimo-nos, apesar de reconhecermos todas as nossas limitações, motivados a continuar a investigação sobre a obra zurariana, até porque os textos do cronista, com inúmeras virtualidades estético-literárias, relegados tantas vezes aos limites da crítica historicista, como já aduzimos, exigem uma abordagem e *(re)leitura* sob um outro prisma, afinal aquele que todo o texto literário estimula e solicita.

Da nossa investigação, resultou a descoberta de um novo homem, o aparecimento de uma nova imagem e de uma nova faceta do segundo cronista português, aquela que o coloca no seu verdadeiro estatuto histórico, social, cultural e intelectual, no lugar de um homem que amou e sofreu, e que soube, essencialmente, respeitar, cumprir, obedecer, analisar e criticar, com isenção, rigor e verdade, a sociedade e o tempo em que viveu, contribuindo, decisivamente, com as suas crónicas, para a consagração da dinastia de Avis e para a afirmação da identidade nacional.

Das crónicas zurarianas sobressai a humildade da sua alma humanista cristã e a rectidão do seu espírito, enquanto funcionário, escritor e homem. Na verdade, no último grande cronista medieval arquitectam-se as sementes do humanismo renascentista emergente e esboçam-se as raízes do conceito da história civilizacional de carácter universal.

Resta-nos, em consciência, a certeza de poder afirmar que Gomes Eanes de Zurara é, por direito próprio, um símbolo da cultura e da história portuguesa. Daí o lugar de realce que deve ocupar na plêiade dos autores consagrados da cultura portuguesa.

Referências bibliográficas

Referências bibliográficas

- ACENHEIRO, Cristóvão Rodrigues (1927). “Chronicas dos Senhores Reis de Portugal”. In *Collecção de Inéditos de História Portuguesa*, tomo V. Lisboa, p. 177.
- AGUIAR e SILVA, Vítor Manuel de (1971). *Maneirismo e Barroco na Poesia Lírica Portuguesa*. Coimbra: Centro de Estudos Românicos, pp. 3-4.
- AGUIAR e SILVA, Vítor Manuel de (1982). *Teoria da Literatura*. Coimbra: Almedina.
- ALARCÃO, Isabel (1996). *Formação reflexiva de Professores – Estratégias de Supervisão*. Porto: Porto Editora, Lda.
- ALBERTO, Paulo Farmhouse & FURTADO, Rodrigo (2000). *Orósio – História Apologética (O livro 7 das Histórias contra os Pagãos e outros excertos)*. Introdução, tradução e notas de Paulo Farmhouse Alberto e Rodrigo Furtado. Lisboa: Instituto Português do Livro e das Bibliotecas. Edições Colibri.
- ALBORNOZ, Cláudio Sanchez (1956). *España, un enigma histórico*, 2 volumes. Buenos Aires.
- ALBORNOZ, Cláudio Sanchez (1971). “España el Islam”. In *Revista de Occidente*, Tomo XXIV. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- ALBUQUERQUE, Luís (1986). *Crónica do Descobrimento e Primeiras Conquistas da Índia pelos Portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- ALBUQUERQUE, Luís (1989a). “Uma Releitura de Azurara”, *Studia*. Lisboa: IICT – CEHCA, n.º 47, pp. 417-438.
- ALBUQUERQUE, Luís (1989b). “As Viagens de Reconhecimento de Fernão Gomes a Bartolomeu Dias”. In Albuquerque, Luís de (ed), *Portugal no Mundo*, vol. II. Lisboa: Alfa, pp. 68-81.
- ALBUQUERQUE, Luís (1994) (dir). *Dicionário de História dos descobrimentos portugueses*, volume II, pp. 1096 – 1097 –. Caminho Editora.
- ALDO REBELO, José Figueiredo (2002).
<http://www.terra.com.br/istoe/1621/1621vermelhas.htm>
- ALMEIDA, Manuel Lopes de (1977). *Crónicas de Rui de Pina*. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmãos.
- ALMEIDA, Manuel Lopes de (1981). “O Livro da Virtuosa Benfeitoria do Infante D. Pedro”. In *Obras dos príncipes de Avis*. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmãos.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio (1991). “Em busca de clarificação do conceito de Identidade cultural”. In *O Ensaio Teórico «à la» Jorge de Sena*. Colóquio de Letras.

- AMADO, Teresa (1991). *Fernão Lopes, contador de histórias*. Lisboa: Estampa.
- ANAIS das BIBLIOTECAS e ARQUIVOS (1936-37). “Revista Trimestral de Bibliografia, Bibliologia, Biblioteconomia, Bibliotecografia, Arquivologia, etc., Vol. XII – N.ºs 45 a 50. Lisboa: Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, pp. 137-138.
- ANTOLOGIA da HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA (1974). I – Das Origens a Herculano. Organização, prefácio e notas de A. H. Oliveira Marques. Publicações Europa América, 2.ª edição. Mira-Sintra: Mem Martins.
- ANTÓNIO, Lauro (2005a). “Nos Reinos dos Deuses”. In *História*, Ano XXVI (III Série), n.º 78, Julho / Agosto 2005. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 57-59.
- ANTÓNIO, Lauro (2005b). “O nascimento de uma nação”. In *História*, Ano XXVI (III Série), n.º 81, Novembro 2005. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 61.
- ARIÈS, Philippe (1992). *O tempo da história*. Lisboa: Relógio d'Água. (obra original publicada em 1986).
- ASSUNÇÃO, Carlos Costa (2000). *A Arte da Grammatica da Língua Portuguesa de António José dos Reis Lobato – Estudo. Edição Crítica, Manuscritos e Textos Subsidiários*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- ASTRAY, Manuel Recuero (1979). *Alfonso VII, Emperador. El império hispanico en el siglo XII*. León: Edição Centro de Estudios y Investigation San Isidro, página 193 e seguintes.
- AZEVEDO, Luís Gonzaga de (1922). *História de Portugal*, Ed. D. H. Gomes dos Santos, 6 volume. New York: Cambridge University Press, 1970.
- AZEVEDO, Luís Gonzaga de (1935-38). *História de Portugal*, vols I e II. Edições Bíblion.
- AZEVEDO, Luís Gonzaga de (1942). *História de Portugal*, vol. IV. Lisboa: Edições Bíblion.
- AZEVEDO, Pedro de (1913). "A chancelaria de D. Afonso V". In *Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciencias de Lisboa*, vol. VI, fasc.1. Coimbra: Imprensa da Universidade, pp.180-199.
- BAILYN, Bernard (1994). *On the Teaching and Writing of History*. New York: Cambridge University Press.
- BARATA, José Alberto Leitão (2001). *Os Senhores da Navegação*. Cascais: Mem-Martins.
- BARATA, Maria do Rosário Themudo (1995). Há uma crise de Estado em Portugal no século XV? Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Vol. LIII. Universidade do Porto.

- BÁRBERIS, Pierre (1991). *Prélude à l'Utopie*. Paris: PUF – Écriture.
- BARBERO, Abilio & VIGIL, Marcelo (1978). *La formación del feudalismo en la Península Ibérica*. Barcelona: edição crítica.
- BARCA, Isabel (2000). *O Pensamento Histórico dos Jovens*. Braga: Universidade do Minho – I.E.P. – C.E.E.P.
- BARDIN, Laurence (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70. (obra original publicada em 1977).
- BARRETO, Luís Filipe (1983). “Gomes Eanes de Zurara e o Nascimento do Discurso Historiográfico de Transição”. In *Descobrimientos e Renascimento. Formas de Ser e Pensar em Portugal nos Séculos XV e XVI*. Lisboa: I.N.-C.M, pp. 63-126.
- BARROS, Henrique da Gama (1885). *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, tomo I, nota XIV. Lisboa, pp. 396-399.
- BARROS, João de (1932). *Década da Ásia*. In Revista *Princeps*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- BARROS, João de (1552/1974). *Décadas da Ásia*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- BASTO, Artur de Magalhães (1960). Estudos – *Cronistas e Crónicas antigas – Fernão Lopes e a “Crónica de 1419”*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- BEAZLEY, Charles Raymond & PRESTAGE, Edgar (1896). *The Chonicle of the Discovery and Conquest of Guinea*. Written by Gomes Eannes de Azurara, vol. I. London: Printed for the Hakluyt Society.
- BECHTEL, Guy (1999). *A Carne, o Diabo e o Confessor*. Lisboa: Publicações D. Quixote. Tradução de Magda Bigotte de Figueiredo. Título original: *La Chair, le Diable et le Confesseur*, Librairie Plon, 1994.
- BÉDARIDA, François (1997). L'histoire du temps présent. *Sciences Humaines*, 18: 30-33.
- BELL, Aubrey F. G. (1931). *A Literatura Portuguesa*. Tradução de Barros Cunha e Agostinho de Campos.
- BENSAÚDE, Joaquim (1930). *As origens do plano das Índias*. Paris.
- BENSAÚDE, Joaquim (1940). *O Manuscrito de Valentim Fernandes*. Lisboa: Edição da Academia Portuguesa de História.
- BERMEJO, José Carlos (1987). *El final de la historia*. Madrid: Akal.
- BERMEJO, M. F. (1999). *Apologia da História política*. Lisboa: Quetzal.

- BLACKMORE, Josiah H. (1985). “A New Manuscript of the *Crónica da Tomada de Ceuta*”. In *Boletim de Filologia*, Tomo XXX. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade, pp. 47-54.
- BLOCH, Marc (1965). *Introdução à história*. Tradução do Francês. Lisboa: Europa-América, coleção «Saber» n.º 59.
- BLOCH, Marc (1998). Que pedir à História? In E. Bloch (org). *História e Historiadores*. Lisboa: Teorema, pp. 46-61.
- BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé (1983). *Les écoles historiques*. Paris: Éd. Du Seuil
- BRAGA, Teófilo (1892-1902). *História da Universidade*, vol. I. Coimbra.
- BRAGANÇA, José de (1973). *Crónica de Guiné de Gomes Eanes de Zurara*. Introdução, novas anotações e glossário (com introdução da edição de 1937). Porto: Livraria Civilização – Editora, Biblioteca Histórica – Série Ultramarina.
- BRANCO, Camilo Castelo (1859). *Justiça, Drama em 2 Actos*, 2.^a edição. Porto: F. G. Fonseca – Editor.
- BRANCO, Manuel da Silva (1985). “Uma reabilitação histórica”. In *Boletim de Filologia*, Tomo XXX. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade, pp. 55-67.
- BRASIL, Reis (1992). *Crónica da Tomada de Ceuta de Gomes Eanes de Zurara*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.
- BRAUDEL, Fernand (1949). “Au Portugal, avant et après les grandes découvertes». In *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*. Paris: Librairie Armand Colin, pp. 192-197.
- BRAUDEL, Fernand (1972). *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença.
- BRAUDEL, Fernand (1993). *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV – XVIII: vol 3. O tempo do mundo*. Lisboa: Teorema. (obra original publicada em 1979).
- BRAUDEL, Fernand (1997). *Les ambitions de l’histoire*. Paris: Éditions de Fallois.
- BROCARD, Maria Teresa (1997). *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Tese de Doutoramento. Braga: Empresa Diário do Minho, Limitada Sucessora.
- BUESCU, Ana Isabel (2003). “A Persistência da Cultura Manuscrita em Portugal nos séculos XVI e XVII”. In *Revista Ler História*, N.º 45, pp. 19-48. Lisboa: ISCTE.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1990). “Gomes Eanes de Azurara: a História como exaltação. Aberturas para um Humanismo. Polémica e algumas certezas”. In *Literatura Medieval Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, pp. 158-174.

- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1991). “História da Literatura”. In *Sínteses da Cultura Portuguesa*. Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 21-22.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1992). “Portugal e a Europa: diferenças e semelhanças”. In *Análise Social*, vol. XXVII (118-119), pp. 943-944.
- CALADO, Adelino de Almeida (1991). “Introdução” à *Estoria de Don Nuno Alvrez Pereyra*. Edição crítica. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis.
- CALAFATE, Pedro & CARDOSO, José Luís (orgs) (2006). *Portugal como problema - Séculos V-XVI, A afirmação de um destino colectivo*. Organização editorial de Pedro Calafate. Fundação Luso Americana (FLAD) e *Jornal Público*, volume I.
- CANTO, Ernesto do (1879). “Breves reflexões sobre as Chronicas do Conde D. Pedro de Menezes e de seu filho D. Duarte de Menezes, Capitães de Ceuta, por Gomes Eannes d’Azurara”. In *Boletim de Bibliographia Portuguesa*, direcção de Annibal Fernandes Thomaz, vol I. Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 50-51.
- CANNADINE, David (2006). *Que é a História hoje?* Lisboa: Gradiva.
- CARBONELL, Charles-Olivier (1981). *L’historiography*. Col. «Que sais-Je?». Paris: PUF.
- CARDOSO, Jorge (1666). *Agiologia Lusitano*, tomo III. Lisboa, p. 217.
- CARDOSO, Wilton (1960). “Estado Atual dos estudos sobre Gomes Eanes de Zurara”. *Kriterion – Revista da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais*, Eduardo Frieiro (Director), Vol. XIII, pp. 519-529.
- CARPENTIER, Jean & LEBRUN, François (2002). *História da Europa*, 3.^a edição. Lisboa: Editorial Estampa.
- CARR, David (1991). *Time, Narrative and History*. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press.
- CARRILHO, Ricardo (2005). “A arte de bem copiar. Notas para o estudo do plágio na Idade Média”. In *Releer* 5, Janeiro, pp. 14-15. Universidade de Coimbra: Revista dos Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CARVALHO, Joaquim de (1948). *Sobre a erudição de Gomes Eanes de Zurara*. Coimbra: Coimbra Editora, Sep. Biblos, 25, pp. 1-127.
- CARVALHO, Joaquim de (1949). “Sobre a erudição de Gomes Eanes de Zurara”. In *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XV*, vol. I. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, pp. 1-241.
- CARVALHO, Joaquim de (1982). “O pensamento português da Idade Média e do Renascimento”. In *Obra Completa de Joaquim de Carvalho – História da Cultura*, vol. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 373-383.

- CARVALHO, Joaquim Barradas de (1972). *Da história-crónica à história-ciência*. Lisboa: Livros horizonte.
- CARVALHO, José António Brandão Soares de (1999). *O Ensino da Escrita – Da teoria às práticas pedagógicas*. Braga: Universidade do Minho – I.E.P.-C.E.E.P.
- CARVALHO, José Adriano Freitas de (1992). “Príncipes, Armas e Letras”. In *Nos confins da Idade Média, Arte Portuguesa séculos XII – XV*. Porto: I. P. de Museus, pp. 69-75.
- CARVALHO, Manuela (1999). “Mudanças económico-sociais, a função social da Escola e do ensino da História...”. *Cadernos Pedagógico – Didáticos*, n.º 15, A. P. H., Outubro, pp. 20-24.
- CARVALHO, Margarida Barradas de (1955/56). L’Idéologie Religieuse dans la Crónica dos Feitos de Guiné de Gomes Eanes de Zurara. In *Bulletin des Etudes Portugaises et de l’Institut Français au Portugal*, XIX, pp. 34-63.
- CASTRO, Armando (1964). *A Evolução Económica de Portugal dos Séculos XII a XV*, 9 volumes. Lisboa, s/ edição.
- CASTRO, Maria Helena Lopes de, Isabel Vilares CEPEDA, Virgílio MADUREIRA e Ivo José de CASTRO (1973). “Normas de transcrição para textos medievais portugueses”. In *Boletim de Filologia*, XXII. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, pp. 417-425.
- CATALAN, Diego (1962). De Alfonso X al Conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance em Castilla y Portugal. Madri : Ed. Gredos.
- CATROGA, Fernando (2001). *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto Ed..
- CHARTIER, Roger (1997). Les représentations du passé. *Sciences Humaines*, 18 : 28-29.
- CHATELET, François & BURY, John Bagnell (1962). *La naissance de l’histoire. La formation de la pensée historique en Grèce*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- CHAUNU, Pierre (1969a). *Conquête et exploitation des nouveaux mondes (XVI siècle)*. Paris: Presses Universitaires de France, «Nouvelle Clio».
- CHAUNU, Pierre (1969b). *L’expansion européenne du XIII au XV siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, «Nouvelle Clio».
- CHAUNU, Pierre (1993). *O tempo das Reformas (1250-1550), I. A crise da Cristandade*. Lisboa: Edições 70. Tradução de Cristina Diamantino (título original: *Le Temps des Reformes*, 1975).
- CIDADE, Hernâni António (1984). *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*. Coimbra: Coimbra Editora.

- CINTRA, Luís Filipe Lindley (1983-1990). *Crónica Geral de Espanha de 1344*, 4 vols. Edição crítica do texto português. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (1959). *A Linguagem dos foros de Castelo Rodrigo [...]. Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do século XIII*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, reimp. fac.similada, IN-CM, 1984, que incide sobre o Leonês e o Galego-Português do séc. XIII.
- CITRON, Suzanne (1984). *Enseigner l'histoire aujourd'hui. La memoire perdue et retrouvée*. Paris: Les Éditions Ouvrières.
- COELHO, Francisco Adolfo (1868). *A lingua portugueza. Phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe*.
- COELHO, Jacinto do Prado (1977). *A Originalidade da Literatura Portuguesa*. Lisboa: ICLP, (Biblioteca Breve, n.º 1).
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1990). *Homens, espaços e poderes. Séculos XI-XVI*, 2 volumes. Lisboa: Horizonte.
- COELHO, Maria Helena Cruz & HOMEM, Armando Luís de Carvalho (Coords) (1999). *A génese do ESTADO MODERNO no Portugal Tardo-Medieval (séculos XIII-XV)*. Lisboa: Universidade Autónoma.
- CONDESSA, Maria Sofia Marques (2001). *A Memória das Cidades dos Séculos XII a XIV nas Crónicas de Rui de Pina e Duarte Galvão*. Cascais: Patrimonia Histórica.
- CORSINI, Eugénio (1968). *Introduzione alle «Storie» di Orosio*. Torino, pp. 157-168.
- CORTESÃO, Jaime (1924). “Do Sigilo Nacional Sobre os Descobrimentos”. In *Lusitânia – Revista de Estudos Portugueses*; Carolina Michaëlis de Vasconcelos (Direcção), volume I, fascículo I, pp. 45-81.
- CORTESÃO, Jaime (1959-1962). *Os descobrimentos portugueses*, 2 volumes. Lisboa: Ed. Arcádia.
- CORTESÃO, Jaime (1975a). *Descobrimientos Portugueses*, 2 volumes. Lisboa: Livros Horizonte.
- CORTESÃO, Jaime (1975b). *A Expansão dos Portugueses no Período Henriquino*. In *Obras completas*, vol. V. Lisboa: Livros Horizonte.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1959). *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, 2 vols. Coimbra: Universidade.
- COSTA, Avelino de Jesus (1993). *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, 3.ª edição. Coimbra: Faculdade de Letras/Instituto de Paleografia e Diplomática.

- COSTA, Fernandes (1901). “OS CONDES DE VIANA”. In *Boletim da Sociedade de Geographia, n.º comemorativo do 25.º aniversário da sociedade*; Anselmo Braamcamp Freire (Direcção) (1996), *Crítica e História* (pp. 1-11). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CRÓNICA dos Godos (s. XII).”Crónica do Conde D. Henrique”. In *Frei António Brandão*, pp. 263-273.
- CRÓNICA GERAL de ESPANHA de 1344. Edição crítica do texto português por Luís Filipe Lindley Cintra, 4 volumes. Lisboa: Instituto Nacional – Casa da Moeda, 1983-1990.
- CRUZ, Abel dos Santos (1995). *A nobreza portuguesa em Marrocos no século XV (1415-1464)*. Dissertação de Mestrado, policopiado. Porto.
- CRUZ, António (1968). *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*. Porto: Biblioteca Pública Municipal.
- DACOSTA, Fernando (1992). *Os Infiéis*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- DAVID, Pierre (1947). “Annales Portugalenses Veteres”. In *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e. au XII^e. siècle*. Collection Portugaise. Institut Français au Portugal. Paris-Lisboa, pp. 257-340.
- D. DUARTE (1986). *Livro da Enseñança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: I. N. - C. M. Edição crítica de Joseph-Maria Piel. (fac-símile da edição de 1944).
- DIAS, Jorge (1986). *O Essencial sobre os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, 2.^a edição. Lisboa: Instituto Nacional – Casa da Moeda.
- DIAS, José Sebastião da Silva (1982a). *Os Descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, 2.^a edição. Lisboa: Editorial Presença.
- DIAS, José Sebastião da Silva (1982b). “Cultura e Obstáculo Epistemológico do Renascimento ao Iluminismo em Portugal”. In *A Abertura ao Mundo – Estudo de História dos descobrimentos Portugueses*, Vol. I. Lisboa: Editorial Presença.
- DINIS, António Joaquim Dias (1949a). Capítulo inédito da «Crónica do Conde D. Duarte de Meneses». Coimbra: Coimbra Editora, Limitada, *Biblos*, XXIV, pp. 421-461.
- DINIS, António Joaquim Dias (1949b). *Vida e Obra de Gomes Eanes de Zurara, vol. I – Introdução à CRÓNICA DOS FEITOS DE GUINÉ*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- DOMÍNGUEZ, J. (1986). Enseñar a comprender el pasado histórico: conceptos y empatía. *Infância y Aprendizaje*, 34: 1-21.
- DUARTE, Luís Miguel (1999). *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- DUBY, Georges (1973). *Hommes et structures du Moyen Âge*. Paris: Mouton Éditeur.

- DUBY, Georges (1977). *A sociedade Cavaleiresca*. Lisboa: Teorema.
- DUBY, Georges (1984). *L'Europe au Moyen Âge*. Paris: Flammarion.
- DUBY, Georges (1992). *A história continua*. Porto: Asa. (obra original publicada em 1991).
- ELIA, Salvatore (1978). “Storia e Teologia della Storia nel De *Ciuitate Dei*”. In *Storiografia Ecclesiastica*. Congrès d’Erice. Messina, pp. 441.
- ERDMANN, Carl (1996). “O Papado e Portugal no primeiro século da História Portuguesa”. In separata do *Boletim do Instituto Alemão*. Coimbra, 1935, reimpressão Braga, 1996.
- EPANYA, G. C. (1995). “Les principes de l’histoire”. In C. Barros (ed). *Historia a debate: vol. 1. Pasado y futuro*, pp. 192-205. Santiago Compostela: Historia a debate.
- FARINHA, António Dias (1990). *Portugal e Marrocos no século XV*, 2 volumes. Dissertação de doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras.
- FARINHA, António Dias (1998). “Norte de África”. In Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri (Direcção), *História da Expansão Portuguesa, vol. I. A Formação do Império (1415-1570)*. Navarra Espanha: Gráfica Estella.
- FÈBVRE, Lucien (1985). *Combates pela História*. 2ª edição. Lisboa: Presença. 2 volumes.
- FERNANDES, A. de Almeida (1968). “Notas às origens portugalenses (séculos V-XII)”. In separata de *O Tripeiro*. Porto.
- FERNANDES, Costa (1901). “D. Duarte de Menezes e D. Isabel de Castro”. In *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, número comemorativo do 25.º aniversário da Sociedade. Lisboa: Typographia da Companhia Nacional Editora, pp. 41-56.
- FERNANDES, João Luís (1999). “Dimensão Territorial da Identidade Portuguesa no Final do Século XX: A Integração na Europa e no Mundo”. In *Cadernos de Língua e Cultura Portuguesa*. Coimbra: F.L.U.C., pp. 27-43.
- FERREIRA, J. António (1987). *Afonso X – Foro Real. Volume I: Edição e Estudo linguístico; Volume II: Glossário*. Lisboa: Instituto Nacional de Inovação e Cultura.
- FERREIRA, José Ribeiro (1983). *Hélade e Helenos, I: Génese e evolução de um conceito*. Coimbra.
- FERREIRA, Maria Elisa Caputo (coord) (1985). “Reflexões sobre história e cultura portuguesa”. In *Colecção Temas de Cultura Portuguesa n.º 9*. Lisboa: I. P. de E. D.
- FIGUEIREDO, Albano António Cabral (1996). *O ideal de cavalaria na Crónica da Tomada de Ceuta de Gomes Eanes de Zurara*. Tese de Mestrado em Literatura Portuguesa apresentada à FLUC. Coimbra: Faculdade e Letras.

- FIGUEIREDO, F. Manuel (1789). *Dissertação histórica e crítica para apurar o catálogo dos cronistas mores do reino e do ultramar*.
- FIÚZA, Mário (1966). *História Literária de Portugal – Idade Média e Século XVI*. Porto: ATHENA.
- FONSECA, Fernando Venancio Peixoto da (1959). *Noções de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- FONTANA LÁZARO, Josep (1992). *La historia después del fin de la historia*. Barcelona: Crítica.
- FRANCO, António Cândido (1993). *Vida de Sebastião rei de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, p. 126.
- FREIRE, Anselmo Bramcamp (1899). *Brasões da Sala de Sintra*, I, 3.^a edição. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973).
- FREIRE, Anselmo Bramcamp (1901). “Os Condes de Viana – D. Duarte e D. Isabel”. In *Crítica e História Estudos*. Lisboa: F. C. Gulbenkian, 1996.
- FREIRE, Anselmo Bramcamp (1904-1905). “A Chancellaria de D. Afonso V”. In *Arquivo Histórico Portuguez*, vol. II-V. Lisboa.
- FREIRE, Dulce & GARCIA, Manuela (2003). “História Oral – Dar voz a quem não a tem”. In *A Revista História*, Ano XXV (III Série), n.º 59, Setembro, pp. 24-30.
- FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de (2001a). “*Teemos por bem e mandamos*”: *A Burocracia Régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460)*, vol. I. Cascais: Patrimonia Histórica.
- FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de (2001b). “*Teemos por bem e mandamos*”: *A Burocracia Régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460)*, vol. II - *Catálogos prosopográficos*. Cascais: Patrimonia Histórica.
- FUENTES de la Rosa, Maria Luísa (1990). *Orosio y su Tiempo*. Madrid: Universidade Complutense, p. 671.
- FURET, François (s. d.). “Da história-narrativa à história-problema”. In *A oficina da história* (trad. do Francês). Lisboa: Gradiva.
- GALVÃO, Duarte (s. d.). *Crónica de D. Afonso Henriques*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- GARCIA, José Manuel (1994). *Ao Encontro Dos Descobrimentos: Temas de História da Expansão*. Lisboa: Editorial Presença.
- GARCIA de CORTÁZAR, José Angel (1973). *La época medieval – Historia de España*. Tomo II. Madrid: Alfaguara.
- GARCIA de CORTÁZAR, José Angel (1983). *La época medieval*. Madrid: Alianza Editorial.

- GARCÍA y GARCÍA, António (1976). *Estudios sobre la Canonística Portuguesa Medieval*. Madrid: Fundación Universitaria Española.
- GARDINER, Patrick (1984). *Teorias da História*, 3.^a edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (obra original publicada em 1959).
- GASSET, Ortega Y (1921). *España Invertebrada*. Madrid: Alianza.
- GIBBON, Edward (J. B. Bury, ed.) (1974). *A History of the Decline and Fall of the Roman Empire* in 6 volumes. Norwalk, Connecticut: The Easton Press.
- GIL, José (2004). *Portugal Hoje – O Medo de Existir*. Lisboa: Relógio d'Água.
- GIL, José (2005). “Somos um país de invejosos”. In *notícias magazine*. Jornal de Notícias n.º 264/117 de 20 de Fevereiro de 2005, pp. 18-26.
- GIRARD, Albert (1936). “Um Manuscrito do século XV: A Crónica do Conde Dom Duarte de Meneses”. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, XII, pp. 137-138.
- GODES, Jesus Mestre (2001). *Os Cátaros – Origens, Desenvolvimento, Perseguição, Extinção*. Cascais: Editora Pergaminho. Tradução de Jorge Fallorca.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1962). *A economia dos descobrimentos henriquinos*. Lisboa: Sá da Costa.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1985). “Reflexão sobre Portugal e os Portugueses na sua História”. In Maria Emília Cordeiro Ferreira (coord), *Reflexões sobre história e cultura portuguesa. Coleção Temas de Cultura Portuguesa n.º 9*. Lisboa: Instituto Português e Ensino à Distância, pp. 271-286.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (2002). *Portugal: a Emergência de uma Nação (das raízes a 1480)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (2007). “Os Portugueses em busca de si próprios”. In *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Ano XXVI / N.º 946, p. 15.
- GOÍIS, Damião de (1567). *Crónica do Príncipe D. Joam*.
- GOÍIS, Damião de (1749). *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*. Lisboa.
- GOMES, Rita Costa (1995). *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Lisboa: Difel.
- GOUREVITCH, Aaron J. (1983) *Les catégories de la culture médiévale*. Traduit du russe par Helène Courtin et Nina Godneff. Préface de Georges Duby. Paris: Éditions Gallimard, Bibliothèque des Histoires.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA e BRASILEIRA. Lisboa: Editorial Enciclopédia Limitada, pp. 394-399.

- GUENÉE, Bernard (1971). “L’Occident aux XIV^e et XV^e siècles”. *Les États*. Paris: PUF.
- GUENÉE, Bernard (1991). *Histoire et culture historique dans l’Occident médiévale*. Paris: Aubier-Montaigne.
- GUSDORF, Georges (1985). *Les sciences humaines et la pensée occidentale, II: Les origens des sciences humaines (Antiquité, Moyen Age, Renaissance)*. Paris: Payot.
- HEERS, Jacques (1977). *História Universal – O Mundo Medieval*. Garamond: Círculo de Leitores. Tradução de Tereza Aline Pereira de Queiroz. Título original *Précis d’Histoire du Moyen Age*.
- HENRIQUES, R. P. (2000). “Sob o lema da inovação”. *Ler História*, 25: 51-57.
- HERCULANO, Alexandre (1839). “Gomes Eanes d’Azurara”. In *O Panorama*, Jornal Litterario e Instructivo, Vol. III, Agosto 10, pp. 250-251.
- HERCULANO, Alexandre (1846). *História de Portugal*, tomo I, prefácio e notas críticas de José Mattoso. Lisboa: Livraria Bertrand, 1980.
- HERCULANO, Alexandre (1881). “Gomes Eanes d’Azurara”. In *Opúsculos*, Vol. IV, (Org., Introdução e Notas de Jorge Custódio e José M. Garcia). Edit. Presença, pp. 177-180.
- HERCULANO, Alexandre (1886). “Controvérsias e estudos históricos”. In *Opúsculos*, Tomo V. Lisboa, pp. 1-30.
- HESPANHA, António Manuel (1986). “Centro e periferia nas estruturas administrativas do Antigo Regime”. *Ler História*, 8: 85-60.
- HESPANHA, António Manuel (2000). “Arqueologia do saber”. *Ler História*, 25: 12-13.
- HESPANHA, António Manuel (2004). “A heteronomia universitária”. In *História, Ano XXVI (III Série), n.º 72, Dezembro 2004 – Janeiro 2005*. Lisboa: I.N. – C.M., p. 82.
- HESPANHA, António Manuel (2005). “O farpismo”. In *História, Ano XXVI (III Série), n.º 73, Fevereiro 2005*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 82.
- HOBBSAWM, Eric (1996). *A era dos Extremos*. Lisboa: Editorial Presença.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho (1989). “Ser Historiador em Portugal, hoje”. In *Actas do I Encontro Internacional de Estudos Medievais*, pp. 2-17.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho (1990). *Portugal nos finais da Idade Média: Estado Instituições, Sociedade Política*. Lisboa: Horizonte.
- HUIZINGA, Johan (1985). *O declínio da Idade Média. Um estudo das formas de vida, pensamento e arte em França e nos Países Baixos nos séculos XIV e XV*. Tradução de Augusto Abelaira. Lisboa: Editora Ulisseia.

- INGLEBERT, Hervé (1996). *Les Romains Chrétiens face à l'Histoire de Rome*. Paris: Institut d'Études Augustiniennes.
- IGGERS, George G. (1980). "Introduction: the Transformation of Historical Perspective". Georg G. Iggers e Harold T. Parker (eds.), *International Handbook of Historical Studies*. Contemporary Research and Theory. Londres: Methuen & Co. Ltd..
- KING, Larry Dawain (1976). "In the shadow of the master: the present state of Zurara research". In *Gomes Eanes de Zurara's, "A Crónica do Conde Dom Duarte de Meneses": a diplomatic edition with critical introduction, linguistic study, and onomastic index*. Tese dactilografada e policopiada. Indiana University, pp.13-46.
- KING, Larry Dawain (1978). *Gomes Eanes de Zurara, Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. Edição diplomática feita a partir do manuscrito da Torre do Tombo: Códice 520 (Livraria), do último quartel do século XV. Lisboa: UNL - FCSH.
- KRUS, Luís (1993a). "Crónica de Portugal". In *DLM*, pp. 185-186.
- KRUS, Luís (1993b). "Historiografia Medieval". In *DLM*, pp. 194-195.
- LACROIX, Benoit O. P. (1971). *L'historien au Moyen Âge*. Montréal: Inst. d'Études Médiévales.
- LAPA, Manuel Rodrigues (1972). *Textos Literários – Historiadores Quinhentistas*. Seara Nova, 3.^a edição.
- LAPA, Manuel Rodrigues (1977). *Lições de Literatura Portuguesa. Época Medieval*, 9 ed. revista. Coimbra: Coimbra Editora.
- LAPA, Manuel Rodrigues (1981). *Lições de Literatura Portuguesa, Época Medieval*, 10.^a edição. Coimbra: Coimbra Editora.
- LÁZARO, António Manuel (1990). *Gomes Eanes de Zurara, Crónica do Conde D. Pedro de Meneses Continuada à Tomada de Ceuta*. Edição diplomática e crítica. Lisboa: U. Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. (Dissertação de mestrado).
- LEÃO, Duarte Nunes de (1975). "Crónica e Vida Del Rey D. Affonso o V". In *Crónicas dos Reis de Portugal*. Porto: Lello & Irmãos, pp. 783-885.
- LEE, Peter (2000). *Progression in students' understanding of the discipline of history*. Comunicação apresentada nas *I Jornadas Internacionais de Educação Histórica*. Braga: Universidade do Minho, 15 e 16 de Junho.
- LEFÈBVRE, Georges (1978). *Réflexions sur l'histoire*. Préface de Albert Soboul. Paris: François Maspero.
- LE GOFF, Jacques (1983). *Os Intelectuais na Idade Média*. Lisboa: Gradiva.

- LE GOFF, Jacques (1984). «História», *Enciclopédia Einaudi, 1: Memória-História*: Lisboa: Imprensa Nacional Cada da Moeda.
- LE GOFF, Jacques (1995). *A Civilização do Ocidente Medieval*, vol. I, 2ª ed.. Lisboa: Editorial Estampa. Tradução de Manuel Ruas.
- LE GOFF, Jacques (1991). *Pensar la historia. Modernidade, presente, progreso*. Barcelona: Paidós.
- LEITE, Duarte (1941). *Àcerca da “Crónica dos Feitos de Guinee”*. Lisboa: Bertrand.
- LOURENÇO, Eduardo (1992). *O Labirinto da Saudade*, (5ª ed.). Lisboa: Dom Quixote.
- LOURENÇO, Eduardo (1999). *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*. Lisboa: Gradiva. Originalmente publicados em *Mythologie de la Saudade*, Éditions Chandeigne, Outubro de 1997. Trad. do francês por M. do Rosário de Moraes Vaz.
- LOPES, David (1931-1932). “Os Portugueses em Marrocos”. In Damião Peres (dir.), *História de Portugal*, vols. III e IV. Barcelos: Portucalense Ed., pp. 78-129 e 385-544.
- MACHADO, Diogo Barbosa (1747). *Biblioteca Lusitano*, tomo III. Lisboa, pp. 385-386.
- MACHADO, José Barbosa (2003). *Tratado de Confissom – Edição Semidiplomática, Estudo Histórico e Informático-Linguístico*, 2 volumes. Braga: Edições APPACDM.
- MACHADO, José Barbosa (2004). “Os dois primeiros livros impressos em Língua Portuguesa”. In *Revista Portuguesa de Humanidades*, Vol. 8. Braga: Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, pp. 241-250.
- MACHADO, José Barbosa & MOREIRA, Fernando Alberto Torres (2005). *Livro das Confissões – Partes I e II*. Publicações Pena Perfeita.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (2004). “Portugal como Nação”. *Jornal de Letras*, ano XXIV, N.º 881, 20 Julho, p. 33.
- MAGALHÃES, Olga Maria Santos de (2000). *Concepções de professores sobre a História e Ensino da História*. Tese de Doutoramento. Universidade de Évora.
- MAIA, Clarinda de Azevedo (1986). *História do Galego Português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Coimbra: I.N.I.C..
- MANN, Tommas (1933-1944). *José e os seus Irmãos*, (1.ª ed.). Tradução de Elisa Lopes Ribeiro. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.
- MARINHO, Maria de Fátima (1999). *O Romance Histórico em Portugal*. Porto: Campo das Letras – Editores S. A.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1972). *História de Portugal*, I. Lisboa: Europa-América.

- MARQUES, A. H. de Oliveira (ed.) (1975). *Antologia da Historiografia Portuguesa*, vol. I (Das Origens a Herculano). Lisboa: Europa-América.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1976). *História de Portugal*. Lisboa: Palas.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1978). "Historiografia na Idade Média". In *DPH*, vol. VI, pp. 418-420.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1987). "Portugal na crise dos séculos XIV e XV". In *Nova História de Portugal*, (dir. de Joel Serrão), vol. IV. Lisboa: Editorial Estampa.
- MARQUES, Emília Margarida (2004). "O Trabalho da Memória". In *A Revista História*, Ano XXV (III Série), n.º 63, Fevereiro, pp. 24-29.
- MARQUES, João Martins da Silva (1944). *Descobrimientos Portugueses* (2 vol.). Lisboa.
- MARREIROS, Maria Rosa Ferreira (2002). A faixa do botim de D. Afonso V nos Painéis de Nuno Gonçalves: Um "calcanhar de Aquiles"? Coimbra: Tipog. Damasceno, Lda.
- MARROU, Henri-Irénée (1976). *Do Conhecimento Histórico* (trad. do francês), 5.^a edição. Lisboa: Editorial Aster.
- MARTINS, Ana Maria (1986). "Aspectos da pontuação num manuscrito medieval português". In *Critique et Édition de Textes, Actes du XVII^e Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, vol. 9. Aix-en-Provence, pp. 255-266.
- MARTINS, Diamantino (1955-i). "Paulo Orósio: sentido universalista da sua vida e da sua obra". In *Revista Portuguesa de Filosofia*, 11 (1955-I) pp. 375-384
- MARTINS, Mário (1950). *Correntes da Filosofia Religiosa em Braga, dos Séculos IV-VII*. Porto, p. 198.
- MARTINS, Mário (1956). *Estudos de Literatura Medieval*. Braga.
- MARTINS, Mário (1969). *Estudos de Cultura Medieval (dois estudos sobre o Livro da Montaria)*. Lisboa: Editorial Verbo.
- MARTINS, Mário (1975). *Alegorias, Símbolos e Exemplos Morais da Literatura Medieval Portuguesa* (um capítulo sobre a *Virtuosa Benfeitoria*, outro sobre o *Leal Conselheiro*). Lisboa: Editorial Verbo.
- MARTINS, Mário (1980). "Gomes Eanes de Zurara". In *Alegorias, Símbolos e Exemplos Morais da Literatura Medieval Portuguesa*. (2.^a ed.). Lisboa: Brotéria, pp. 255-261.
- MARTINS, Oliveira (1993). *Os Filhos de D. João I*, 12.^a ed.. Lisboa: Guimarães Editores.
- MATOS, Luís de (1991). *L'expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- MATTOSO, António G. (1946). *Compêndio de História Universal*. Lisboa: Sá da Costa.
- MATTOSO, José (1981). *A Nobreza Medieval Portuguesa – A Família e o Poder*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MATTOSO, José (1985a). *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*, volume I. Lisboa: Editorial Estampa, Imprensa Universitária.
- MATTOSO, José (1985b). “A Idade Média – Linhas fundamentais da estruturação e da evolução económica, social e cultural”. In Maria Emília Cordeiro Ferreira (coord), *Reflexões sobre história e cultura portuguesa. Coleção Temas de Cultura Portuguesa n.º 9*. Lisboa: Instituto Português e Ensino à Distância, pp. 13-45.
- MATTOSO, José (1987a). *A escrita da história. Teoria e métodos*. Lisboa: Editor. Estampa.
- MATTOSO, José (1987b). *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*. Lisboa: Editorial Estampa., Imprensa Universitária.
- MATTOSO, José (1993a). “A guerra e a força expansiva dos reinos cristãos”. In *Portugal no reino Asturiano-Leonês. História de Portugal, vol. 1. Antes de Portugal*, (Coord. J. Mattoso). Lisboa: Editorial Estampa, Lda.
- MATTOSO, José (1993b). “As direcções e os sentidos da acção”. In *A socialidade (estruturas, grupos e motivações). História de Portugal, vol. 2. A Monarquia Feudal (1096-1480)*, (Coord. J. Mattoso). Lisboa: Editorial Estampa, Lda.
- MATTOSO, José (1993c). *História de Portugal, vol. 3. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, (Coord. J. Mattoso). Lisboa: Editorial Estampa, Lda.
- MATTOSO, José (1995). *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, 2 vols. 5ª edição. Lisboa: Editorial Estampa.
- MATTOSO, José (1998). *A Identidade Nacional*. In “Cadernos Democráticos”, 1, col. Fundação Mário Soares. Lisboa: Gradiva.
- MATTOSO, José & DAVEAU, S. & BELO, D. (1997). *Portugal – O Sabor da Terra*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MAURO, Frédéric (1988). *A Expansão Europeia*, 2.ª edição. Nova História 6. Lisboa: Editorial Estampa.
- MEIRELES, A. da C. Vieira (1861). “Gomes Eanes d’Azurara. In *O Instituto*, vol. IX. Coimbra, pp. 72-75 e 107-108.
- MENDES, José Maria Amado (1987). *A História como Ciência*. Coimbra Editora.
- MENDES, José Maria Amado (1999). “A Identidade Portuguesa: Perspectiva Histórica”. In *Cadernos de Língua e Cultura Portuguesa*. Coimbra: F.L.U.C., pp. 11-26.

- MERÊA, Paulo (1967). “De Portugal “civitas” ao Portugal de D. Henrique”. In *História e Direito*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis.
- MITRE FERNANDEZ, Emílio (1966). “La emigración de nobles portugueses a Castilla a fines del siglo XIV”. In *Hispania*, XXVI, pp. 513-525.
- MITRE FERNANDEZ, Emílio (1997). *Historia y pensamiento histórico*. Madrid: Cátedra.
- MONTEIRO, João Gouveia (1988). “Orientações da cultura da corte na 1.^a metade do século XV (*A literatura dos Príncipes de Avis*)”. In *Vértice*, II Série, n.º 5. Lisboa, pp. 89-103.
- MONTEIRO, João Gouveia (1998). “A cultura militar da nobreza na primeira metade de quatrocentos. Fontes e modelos literários”. In *Revista de História das Ideias*, 19. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, F.L.U.C., pp. 195-227.
- MORENO, Humberto Baquero (1980). *A batalha de Alfarrobeira – Antecedentes e significado histórico*. Coimbra.
- MORENO, Humberto Baquero (1985). *Marginalidade e Conflitos Sociais em Portugal nos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença.
- MORENO, Humberto Baquero (1987). "O Valor da Crónica de Zurara Sobre a Conquista de Ceuta", In Domingues, Francisco Contente; Barreto, Luís Filipe (ed.), *A Abertura do Mundo: Estudos de História dos Descobrimientos Europeus em Homenagem a Luís de Albuquerque*, vol. II, Lisboa: Editorial Presença, pp. 191-202.
- MOXÓ, Salvador de (1975). “La sociedad política bajo Alfonso XI”. In Cuadernos de História, Anexos de la Revista hispânica, 3, Madrid: Instituto Jerónimo Zurita, CSIC, pp. 187-326.
- MOXÓ, Salvador de (1979). *Repoblación y sociedad en la España cristiana medieval*. Madrid.
- MUNÕZ, Maurício Pastor (2006). *VIRIATO – O herói lusitano que lutou pela liberdade do seu povo*. Lisboa: A esfera dos Livros. Prefácio e adaptação à edição portuguesa de José d’Encarnação, tradução de Luís Santos.
- MYRES, John L. (1966). *Herodutus, Father of History*. Oxford: University Press.
- NASCIMENTO, Aires Augusto (1986). “A crítica textual na perspectiva de um tratamento informático do corpus camonianum”. In *Critique Textuelle Portugaise – Actes du Colloque*, Paris, 20-24 Octobre 1981. Paris: Centro Cultural Português.
- NOGUEIRA, José Maria António (1871). *Notícia dos manuscritos*. Coimbra: Imprensa Universitária.
- NOIRIEL, Gérard (1996). *Sobre la crisis de la historia*. Madrid: Cátedra.

- NOIRIEL, Gérard (1997). L'historien et l'objectivité. *Sciences Humaines*, 18, 18-20.
- NUNES, Eduardo Borges (1981). *Abreviaturas Paleográficas Portuguesas*, 3.^a edição. Lisboa: Faculdade de Letras.
- OLINS, Wally (1991). *Corporate Identity. Making business strategy visible through design*. Londres: Thames and Hudson.
- OLIVEIRA, Ana Rodrigues (2000). *As representações da mulher na cronística medieval portuguesa (séculos XII a XIV)*. Cascais: Patrimonia Histórica, pp. 11-27.
- ORÓSIO, Paulo (1986). *História contra os Pagãos* (trad. portuguesa de J. Cardoso). Braga.
- ORTIZ, Renato (1990). *Mundialización y cultura*. Buenos Aires: Alianza Editorial.
- OSÓRIO, Baltasar (1933). *Ceuta e a capitania de D. Pedro de Meneses (1415-1437)*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- OSÓRIO, Paulo José Tente da Rocha (1998). *Estudo Sintáctico e Axiológico do Livro de Falcoaria de Pero Menino*. Tese de Mestrado apresentada à F. L. da U. de Coimbra.
- PAIS, José Machado (1999). *Consciência Histórica e Identidade*. Oeiras: Celta Editora.
- PAUL, Jacques (1973). *Histoire Intellectuelle de l'Occident Médiéval*. Paris: Armand Colin.
- PÉDECH, Paul (1964). *La méthode historique de Polybe*. Paris: Ed. «Les Belles Lettres».
- PEREIRA, Francisco Maria Esteves (1905). *Historia de Vespasiano imperador de Roma* (Conforme a Edição de 1496). Lisboa: Typografia da Livraria Ferin.
- PEREIRA, Francisco Maria Esteves (1915). “Vida de Gomes Eannes de Zurara”. In *CRÓNICA da TOMADA DE CEUTA por EL REI D. JOÃO I*. Publicada por Ordem da Academia das Ciências de Lisboa, segundo os manuscritos N.ºs 368 e 355 do Arquivo Nacional, dirigida por Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha (1979). *Estudos de Cultura Clássica – I Volume – Cultura Grega*, 5.^a edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PEREIRA, Miguel Baptista (1990). *Modernidade e tempo: para uma leitura do discurso moderno*. Coimbra: Livraria Minerva.
- PERES, Damião (1970). *Como nasceu Portugal*, 7.^a edição. Porto: Portucalense Editora.
- PERES, Damião (1982). *A história dos descobrimentos portugueses*. Trofa: Vertente.
- PESSANHA, José (1905). “Uma reabilitação histórica”. In *Archivo Historico Portuguez*, vol. III – N.ºs 1 e 2 – Janeiro e Fevereiro. Lisboa: Off. Typ. – Calçada do Cabra.

- PIEL, Joseph -Maria (1942). *Leal Conselheiro de D. Duarte*. Edição crítica e anotada por Joseph-Maria Piel. Lisboa: Livraria Bertrand.
- PIEL, Joseph -Maria (1948). *Livro dos Ofícios de Marco Túlio Cícero*. Tradução pelo Infante D. Pedro. Edição crítica. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis.
- PIMENTA, Alfredo (1942). *Crónica da tomada de Ceuta*, selecção para «Clássicos Portugueses, Trechos Escolhidos, séculos XIII a XV». Introdução, selecção e notas de Alfredo Pimenta, 1.^a edição. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- PIMENTA, Alfredo (1948). “História dos Godos”. In *Fontes Medievais da História de Portugal*, vol I: Anais e Crónicas. Lisboa: Livraria Sá da Costa, pp. 22-24.
- PIMENTA, Alfredo (1965). *Crónica da tomada de Ceuta*, selecção para «Clássicos Portugueses». Introdução, selecção e notas de Alfredo Pimenta, 2.^a edição. Lisboa: Clássica Editora.
- PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa (1939a). *A “Crónica dos feitos de Guinee” de Gomes Eanes de Zurara e o manuscrito Cortez-d’Estrées, Tentativa de Revisão Crítica*. Lisboa: Edição CASA DO LIVRO.
- PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa (1939b). *A Historiografia Oficial e o Sigilo Sobre os Descobrimentos*. Cursos de Extensão Universitária, LXIV. Coimbra: Biblioteca da Universidade, pp. 1-37.
- PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa (1941). “A ‘Crónica dos feitos de Guinee’ as minhas ‘teses’ e as ‘teses’ de Duarte Leite”. Coimbra: Biblos, XVII, pp. 665-696.
- PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa (1959). *História da Literatura Portuguesa. Idade Média*. 2.^a edição revista. Coimbra: Atlântida Editora.
- PINA, Ruy de (1790). “Chronica do Senhor Rey D. Afonso V”. In *Collecção de Livros Inéditos de História Portugueza*. Pub. por ordem da A. R. S. Lisboa por J. C. da Serra. Lisboa: Na Officina da Academia Real das Sciencias, 1790. - Tomo I, pp. 195-626.
- PINA, Rui de (1977). *Crónicas*. Introdução de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão.
- PINA, Rui de (1989). *Crónica de D. João II*. Lisboa: Publicações Alfa (Col. Biblioteca da Expansão Portuguesa, dir. de Luís de Albuquerque, n.º 36).
- PINHO, Sebastião Tavares (1987). *Lopo Serrão e o seu Poema da Velhice*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- PINTASSILGO, Joaquim (1999). *Os Professores na História. Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*. Porto: Lusografe.
- PISANO, Mateus de “De Bello Septensi”. In *Collecção de Livros Inéditos de História Portugueza*, I (1792), pp. 25-27.

- POIRION, Daniel (ed.) (1984). *La Chronique et l'Histoire au Moyen Age*. Paris: Press Universitaires de Paris-Sorbonne.
- PORTELA, J. (2000). “Escutar, escutar, escutar”. *Revista para o Desenvolvimento da Educação e Formação de Adultos - Anefa - Saber +*, n.º6, Julho - Setembro, pp. 21-23.
- PORTUGAL – Bilhete de Identidade (1983). Alocução no 10 de Junho de 1979 em Vila Real: “Camões e a Identidade Nacional”. Lisboa.
- POURTOIS, Jean-Pierre & DESMET, Huguette (1999). *A Educação Pós – Moderna*. Lisboa: Instituto Piaget.
- PRESTAGE, Edgar (1896). “The life and the writings of AZurara”. In *The Chronicle of Discovery and Conquest of Guinea*, vol I, pp. LIX-LXVII, e vol. II, pp. 353-354. London: Hakluyt Society.
- PRESTAGE, Edgar (1928). *The chronicles of Fernão Lopes and Gomes Eannes de Zurara*. London.
- PRICE, Betsey B. (1996). *Introdução ao Pensamento Medieval*. Porto: Edições Asa. Tradução de Teresa Curvelo.
- PROENÇA, Maria Cândida (1989). *Didáctica da História*. Lisboa: Universidade Aberta.
- PRUDENTE, José Dias (1960). *A Ideologia Heróica na Obra de Zurara*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: Dissertação para Licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas.
- QUADROS, António (1987). “O Império segundo Avis”. In *PORTUGAL RAZÃO E MISTÉRIO*, vol. II. Lisboa: Guimarães Editores, pp. 155-166.
- RAU, Virgínia (1986). *Estudos de História Medieval*. (1.ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- REBELO, Luís S. (1998). “As crónicas portuguesas do séc. XVI”. In F. Gil / H. Macedo – *Viagens do Olhar*. Porto: Campo das Letras, 1998.
- REIS, Francisco Sotero dos Reis (1866). *Curso da literatura portuguesa e brasileira*. Vol. I, lição XIV, pp. 193-209. Maranhão.
- RÉGIO, José (1972). *Poemas de Deus e do Diabo*. (8.ª ed.). Porto: Brasília Editora.
- RESENDE, M. B. (Dir.) (1992). *Descobrimientos: A era de Vasco da Gama*. Lisboa: Diário de Notícias.
- RIBEIRO, João Pedro (1819). *Memórias autênticas para a história do Real Arquivo*. Lisboa.
- RIBEIRO, João Pedro (1860). *Dissertações chronológicas e críticas sobre a história e jurisprudência ecclesiastica e civil de Portugal*, publicadas por ordem da Academia

Real da Sciencias de Lisboa. Lisboa: Typographia da Academia Real das Ciências, 1860, 1º Volume, pp. 222-336.

ROBREAU, Yvonne (1981). *L'honneur et la honte. Leur expression dans les romans en prose du Lancelot – Graal (XIIe siècle)*. Genève: Librairie Droz, Publications Romanes et Françaises, 157.

ROCHETA, Maria Isabel (1984). “Romance Histórico, História do Romance...”. In *Afecto às Letras – Homenagem da Literatura Portuguesa Contemporânea a Jacinto do Prado Coelho*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

RODRIGUES, António Simões (1994) (coord). *História de Portugal em datas*. Lisboa: Círculo de Leitores.

RODRIGUES, Graça Almeida (1977). *Cinco autores históricos – Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara, Rui de Pina, João de Barros e Damião de Góis*. Lisboa: Ed. Presença, Col. Biblioteca de Textos Universitários.

ROLDÃO, Maria do Céu (1987). *Gostar de História, Um Desafio Pedagógico*. Lisboa: Texto Editora.

ROSSI, Luciano (1979). *A literatura novelística da Idade Média portuguesa*. Lisboa: Instituto Cultura Portuguesa.

ROUDIL, Jean (1967). *Critique Textuelle et Analyse Linguiste*. La Haye: M. Nijhoff.

RUCQUOI, Adeline (1995). *História Medieval da Península Ibérica*. Nova História 21. Lisboa: Editorial Estampa.

RUSSEL, Denis (1973). *Les historiens Grecs*, Coll. Sup. Paris: Presses Universit. de France.

SACRAMENTO, Mário (1975). *Diário*. Porto: Limiar.

SAGAN, Carl (1998). *Biliões & Biliões*. Lisboa: Círculo de Leitores.

SALMON, Pierre (1979). *História e crítica* (trad. do francês). Coimbra: Livraria Almedina.

SANTANA, Maria Olinda (1999). *Liuro dos Foraes Nouos da Comarca de Trallos Montes. Introdução, Edição Diplomática e Notas*. Mirandela: João Azevedo Editor.

SANTANA, Maria Olinda (2001). *Tombo da Vila e Termo de Vila Pouca de Aguiar*. Vila Pouca de Aguiar, Câmara Municipal. Introdução, breve estudo, notas e glossário.

SANTARÉM, Visconde de (1841). *Introduction to Crónica da Guiné*. Paris.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1987). *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto: Afrontamento.

- SANTOS, Boaventura de Sousa (1994). *Pela mão de Alice*. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1995). *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, 4.^a Edição. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, João Marinho dos (1998). *Estudos Sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa*. Coleção Estudos 21. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- SANTOS, João Marinho & SILVA, José Manuel Azevedo e (2004). *A Historiografia dos Descobrimentos através da correspondência entre alguns dos seus vultos*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- SARAIVA, António José (1950). “A Cultura senhorial”. In *História da Cultura em Portugal*, vol. I. Lisboa: Jornal do Fôro, pp. 543-597.
- SARAIVA, António José (1974). *A Cultura em Portugal – Teoria e História*, Vol. I – Introdução Geral à Cultura Portuguesa. Lisboa: Gradiva, pp. 43-113.
- SARAIVA, António José (1983-84). *A Cultura em Portugal - Teoria e História*. Lisboa: Bertrand.
- SARAIVA, António José (1993). *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva.
- SARAIVA, António José & LOPES, Óscar (1975). *História da Literatura Portuguesa*, 8.^a Edição. Porto: Porto Editora, p. 37.
- SARAIVA, António José & LOPES, Óscar (2001). *História da Literatura Portuguesa*, 17.^a Edição. Porto: Porto Editora.
- SARAIVA, José (1925). *Os Painéis do Infante Santo*.
- SARAIVA, José Hermano (1979). *História Concisa de Portugal*. Coleção SABER – Publicações Europa-América, 4.^a edição. Mira-Sintra: Mem Martins.
- SARDICA, José Manuel (2004). “Napoleão Bonaparte, Revolução, Guerra, Império e Europa”. In *História, Ano XXVI (III Série), n.º 72, Dezembro 2004 – Janeiro 2005*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 20-35.
- SCHAFF, Adam (1977). *História e Verdade*. Lisboa: Editorial Estampa.
- SÉRGIO, António (1962). *Breve interpretação da História de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- SERRA, José Francisco Correia da (1792). “Introdução às Crónicas de Gomes Eannes de Azurara”. In *Collecção de Livros Inéditos de História Portuguesa*, II, pp. 207-385.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1971). “Registos analísticos e cronicões”. In *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica*, vol. I: Séculos XII-XVI. Lisboa: Editorial Verbo, pp. 14-21.

- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1972). “Os Sucessores de Fernão Lopes”. In *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e crítica*, vol. I: *Séculos XII-XVI*. Lisboa: Editorial Verbo, pp. 30-84.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1977). *Cronistas do Século XV posteriores a Fernão Lopes*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, (2.^a edição, 1989).
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1979). *História de Portugal*, vol. I, *Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*, 3.^a edição. Lisboa: Editorial Verbo.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1980). *História de Portugal*, vol. II, *A formação do estado Moderno (1415-1495)*, 3.^a edição revista. Lisboa: Editorial Verbo.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1990). *História de Portugal*, vol. I. Lisboa: Editorial Verbo.
- SERRÃO, Joel (1989). *Dicionário de História de Portugal*, volume VI. Porto: Livraria Figueirinhas.
- SHOTWELL, James T. (1940). *Historia de la historia en el Mundo Antigo*. Panuco-México: Fondo de Cultura Económica, (trad. do inglês), p. 352.
- SILVA, Inocêncio Francisco da (1859). *Dicionário bibliográfico português*, tomo III. Lisboa, pp. 147-149.
- SILVA, Lúcio Craveiro da (1999). “Paulo Orósio”. In *História do Pensamento Filosófico Português*, dir. de Pedro Calafate, Lisboa, 1999, pp. 117-129.
- SILVA, Rosa Virgínia Matos e (1991). *O português Arcaico. Fonologia*. Bahia: Contexto.
- SILVA, Vasco Jorge Rosa da (2007). “A Astronomia muçulmana no Portugal medievo”. In *História*, Ano XXVIII (III Série), n.º 93, Janeiro 2007. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 40-45.
- SINTRA, Diogo Gomes de (2002). *Descobrimento primeiro da Guiné*. Lisboa: Eds. Colibri.
- SOARES, Torquato de Sousa (1960). "Acerca da chamada Crónica dos feitos da Guiné de Gomes Eanes Zurara", t. ix, p. 287-302.
- SOARES, Torquato de Sousa (1962). "Algumas observações sobre a política marroquina da Monarquia Portuguesa". In *Revista Portuguesa de História*, tomo X, pp. 509-554.
- SOARES, Torquato de Sousa (1974). “O governo de Portugal pela Infanta rainha D. Teresa (1112-1128)”. In *Colectânea de Estudos em honra do Professor Doutor Damião Peres*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, pp. 95-119.

- SOARES, Torquato de Sousa (1977). “A historiografia portuguesa no século XV. Crónicas e cronistas”. In *A historiografia portuguesa anterior a Herculano* (Actas do colóquio). Lisboa: Academia Portuguesa de História, pp. 67-86.
- SOARES, Torquato de Sousa (1978). *Crónica dos feitos notáveis que se passam na conquista da Guiné por mandado do Infante D. Henrique, por Gomes Eanes de Zurara* [Transcrita sob a direcção de João Franco Machado I, Introdução e notas]. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- SOCIEDADE PORTUGUESA de ANTROPOLOGIA e ETNOLOGIA (1993). *Existe uma Cultura Portuguesa?* (Moderadores: Augusto Santos Silva e Vítor Oliveira Jorge). Porto: Edições Afrontamento.
- SOTO RÁBANOS, José Maria (1993). “Disposiciones sobre la cultura del clero parroquial en la literatura destinada a la cura de almas (siglos XIII-XV)”. In *Anuario de Estudios Medievales*, n.º 23. Barcelona: CSIC.
- SOUSA, Armindo de (1984). “A morte de D. João I” (Um tema de propaganda dinástica). In *Lucerna*, número de homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão. Porto, pp. 417-487.
- SOUSA, J. T. S. (1881). *Carta de 16 de Março, in Dicionário bibliographico Portuguez*, 2.º suplemento, IX volume, pág. 425, de Inocência Francisco da Silva.
- SUBTIL, José (1997). “Modernidades e Arcaísmos do Estado de Quinhentos”. In *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo Medievalo (séculos XIII-XV)*. Coordenação de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 317-325.
- TATE, Robert B. (1970). *Ensayos sobre la historiografía peninsular del siglo XV*. Madrid: Gredos.
- TEYSSIER, Paul (1987). *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Ed., (3.ª ed.). Tradução de Celso Cunha.
- TORGAL, Luís Reis (1996). “Ensino da História”. In L. R. Torgal, J. A. Mendes & Fernando Catroga. *História da história em Portugal (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 431-545.
- TORGA, Miguel (1986). *Portugal*. 5ª ed. Coimbra: Ed. do Autor.
- TORRE, Elisa Gomes da (2003). *A consciência literária da Crónica Geral de Espanha de 1344. Uma tradição historiográfica / um modelo literário*. Tese de Doutoramento. Vila Real: UTAD.
- VALDEAVELLANO, Luís Garcia (1980). *Historia de España. De los orígenes a la baja Edad Media*, 2 vols. Madrid: Alianza.
- VERGÉ – FRANCESCHI, Michel (2000). *Um príncipe português, Henrique o Navegador*. Lisboa: Instituto Piaget, Stória Editores, Lda.

VEYNE, Paul (1995). *Como se Escreve a História*. Brasília: Ed. Univ. de Brasília, (3.^a ed.).

VILELA, Mário (1999). *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina, 2.^a edição.

VITERBO, Sousa (1898). “Gomes Eanes d’Azurara (Novos Elementos para a sua Biographia)”. In *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*. Lisboa: Livraria Ferin, pp. 817-826.

ZURARA, Gomes Eanes de:

- *CRÓNICA da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I* – edição de Francisco Maria Esteves Pereira de 1915;
- *CRÓNICA de Guiné* – edição de José de Bragança de 1973 (com Introdução da edição de 1937), e o códice da Biblioteca Nacional de França – Paris “*Crónica do descobrimento e conquista da Guiné*”;
- *CRÓNICA do Conde D. Pedro de Meneses* – edição de Maria Teresa Brocardo de 1997;
- *CRÓNICA do Conde D. Duarte de Meneses* - manuscrito da Torre do Tombo, códice 520 (Livraria); edição de Correia da Serra de 1793, feita a partir do códice do conde de São Lourenço, D. João de Noronha; edição diplomática de Larry King de 1978, feita a partir do códice 520 (Livraria).

ZWEIG, Stefan (1975). *Fernão de Magalhães*. Tradução de Maria Henriques Osswald F. I. L.. Barcelos: Companhia Editora do Minho.

Índice dos Volumes I e II

ÍNDICE dos Volumes I e II

	Pág.
Preâmbulo	3
Introdução	7
<i>Objectivos</i>	10
<i>Razões da escolha dos códices</i>	12
<i>Siglas e Abreviaturas utilizadas no estudo</i>	14
Capítulo 1. Da Reconquista cristã às conquistas marroquinas da dinastia de Avis	19
1.1. Formação de Portugal: breve contextualização histórica	21
1.2. A viragem geoestratégica e política da dinastia de Avis nos séculos XIV e XV	37
1.2.1. Razões da tomada de Ceuta	46
1.2.2. A conquista de Alcácer Ceguer	61
Capítulo 2. Do nascimento da História às crónicas zurarianas do século XV	69
2.1. Historiografia e discurso historiográfico.....	72
2.2. A herança da Grécia Clássica.....	75
2.3. Idade Média: da história ao serviço da fé à história moralista e pedagógico-didáctica de Gomes Eanes de Zurara	79
2.4. Evolução da história cultural portuguesa até às crónicas do século XV ...	88
2.4.1. O aparecimento e desenvolvimento das crónicas	109
2.5. Gomes Eanes de Zurara: o cronista	126
2.5.1. Acerca da erudição do cronista	149
2.5.2. Estilo do cronista Zurara	159
2.5.3. As fontes zurarianas	164
2.5.4. Os plágios em Zurara	171
Capítulo 3. A obra zurariana e o seu contributo para a consolidação da dinastia de Avis e da afirmação da identidade nacional	181
3.1. A <i>Crónica do Conde D. Duarte de Meneses</i> : descrição e contextualização histórica	183
3.1.1. Breves apontamentos sobre a vida do conde D. Duarte de Meneses e esboço do seu retrato físico e psicológico segundo Zurara	206
3.2. Códices conhecidos da <i>Crónica do Conde D. Duarte de Meneses</i>	220
3.2.1. Descrição física e análise do código n.º 520 da Torre do Tombo	221
3.3. As outras obras de Gomes Eanes de Zurara	229

3.4. A problemática da <i>Cronica Geeral do Regno</i> ou <i>Cronyca do Regno</i>	238
3.5. O estado da questão: contributo de Zurara para a consolidação da dinastia de Avis e da afirmação da identidade nacional	251
3.5.1. A consolidação da dinastia de Avis e a afirmação da identidade nacional	253
3.5.1.1. A glorificação de D. João I na <i>Crónica da Tomada de Ceuta</i>	255
3.5.1.2. A exaltação do infante D. Henrique na <i>Crónica da Guiné</i>	258
3.5.1.3. A consolidação da nacionalidade e a afirmação da identidade nacional nas Crónicas dos Meneses	261
Capítulo 4. Esboço biográfico de Gomes Eanes de Zurara	267
4.1. Nome do cronista	270
4.2. Naturalidade	272
4.3. Filiação	276
4.4. Data do nascimento	278
4.5. Criação e educação literária	282
4.6. Títulos, cargos e mercês concedidas ao cronista	285
4.7. Estado civil e descendência de Zurara	290
4.8. Falecimento do cronista	292
Capítulo 5. Considerações finais	295
Referências bibliográficas	325
Índice geral do volume I	351

Volume II

Critérios da edição semidiplomática (vi-xi)

Índice dos Capítulos da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* (xiv-xxi)

Edição semidiplomática da *Crónica de D. Duarte de Meneses* (pp. 1-204)

Referências bibliográficas do volume II (pp. 207-208)

Índice do Volume II (p. 211)

Anexos (pp. 214-222)